

Universidade Federal da Paraíba
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Doutorado em Sociologia

Eduardo Donato

João Pessoa – PB
2023

Eduardo Donato

**O trabalho precário como condição: as trajetórias
ocupacionais de famílias de trabalhadores no Vale do
Mamanguape**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia (PPGS) da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB) como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: II – Trabalho,
políticas sociais e desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de
Oliveira

João Pessoa – PB

2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 11/2023 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 04 de Julho de 2023

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR O
ALUNO EDUARDO DONATO

Aos 04 dias do mês de julho de 2023, às 09 horas, por videoconferência realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "O trabalho precário como condição: as trajetórias ocupacionais de famílias de trabalhadores no Vale do Mamanguape" apresentada pelo discente Eduardo Donato, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Roberto Vêras de Oliveira (Orientador), Maurício Rombaldi (PPGS/UFPB), Patrícia Alves Ramiro (PPGS/UFPB), José Sergio Leite Lopes (PPGAS/UFRJ) e Mário Henrique Guedes Ladosky (PPGCS/UFCG). Dando início aos trabalhos, o professor Roberto Vêras de Oliveira, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o seguinte conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de DOUTOR EM SOCIOLOGIA.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (Presidente/PPGS/UFPB)

Prof. Dr. Maurício Rombaldi (PPGS/UFPB)

Profª. Dra. Patrícia Alves Ramiro (PPGS/UFPB)

Prof. Dr. José Sergio Leite Lopes (PPGAS/UFRJ)

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky (PPGCS/UFCG)

(Assinado digitalmente em 05/07/2023 07:56)
MAURICIO ROMBALDI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2276902

(Assinado digitalmente em 26/07/2023 12:33)
PATRICIA ALVES RAMIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2160675

(Assinado digitalmente em 04/07/2023 17:06)
ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1476411

Documento assinado digitalmente
 JOSE SERGIO LEITE LOPES
Data: 14/05/2024 13:44:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY
Data: 20/05/2024 11:13:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Processo Associado: 23074.062161/2023-08

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
11, ano: 2023, documento (espécie): ATA, data de emissão: 04/07/2023 e o código de verificação: 7bb985e6d9

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D677t Donato, Eduardo.

O trabalho precário como condição : as trajetórias ocupacionais de famílias de trabalhadores no Vale do Mamanguape / Eduardo Donato. - João Pessoa, 2023.
362 f. : il.

Orientação: Roberto Vêras de Oliveira.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Trabalho precário. 2. Precarização do trabalho - Vale do Mamanguape/PB. 3. Trabalho informal. I. Oliveira, Roberto Vêras de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 331.526.4(043)

*Para meu amigo Dado,
o seresteiro (In Memoriam)*

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado esta pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Roberto Vêras de Oliveira, por toda a paciência, dedicação, carinho, comprometimento e generosidade. Por todos os caminhos abertos nesses últimos anos. Por confiar e acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigado, Roberto, por ser um exemplo, de profissional e de pessoa, no qual irei sempre me inspirar.

Ao Professor José Sergio Leite Lopes, por me acompanhar desde os tempos de Mestrado, contribuindo agora também no Doutorado, além dos inúmeros outros projetos ao qual me agregou nesta caminhada, tendo sido fundamental para a minha formação nos últimos anos. Pesquisador de grande currículo e coração maior ainda. Obrigado, Zé Sergio, grande mestre e parceiro que a vida me deu de presente.

Ao Professor Mário Henrique Guedes Ladosky, exímio acadêmico e grande amigo, trabalhador incansável e militante aguerrido, parceiro para todas as horas, que muito me ajudou e me acompanhou nesta caminhada. Obrigado, Mário, pelo privilégio de desfrutar de sua companhia todos esses anos. Meu carinho e admiração por você só crescem a cada dia.

Ao professor Maurício Rombaldi, pelos profundos ensinamentos e reflexões, bons momentos tanto dentro quanto fora de aula, pela compreensão, dedicação, e estímulo imenso que sempre dá a todos que cruzam o seu caminho.

À professora Patrícia Ramiro, pelas contribuições na minha formação, colaborações nas pesquisas e compartilhamento generoso de saberes, nos diversos interesses comuns que descobrimos durante essa trajetória.

À Roberta, minha companheira, pelo amor incondicional e companhia em todas as horas, boas e más. Aos meus pais, por todo esforço que fizeram para que os filhos pudessem correr atrás de seus sonhos. Às minhas irmãs, por terem aguentado conviver comigo por tantos anos. Aos meus amigos, em especial Thiago e Maressa, sempre de prontidão nos momentos mais difíceis. Às minhas sobrinhas, Sofia, Luísa e Malu, por não me deixarem esquecer que lutar por um mundo melhor sempre vale a pena.

RESUMO

O trabalho precário é uma condição que está historicamente presente nas trajetórias ocupacionais de boa parte dos indivíduos que integram a classe trabalhadora do país desde a época do Brasil Colônia. Os avanços na legislação trabalhista a partir da década de 30 e as grandes mobilizações das organizações sindicais a partir da década de 50, porém, parecem não ter sido suficientes para transformar essa realidade. Ainda que seja inegável a conquista de direitos e o aumento da formalização, a melhoria das condições de trabalho não alcançou todas as regiões do país e nem todos os setores da economia, deixando o Brasil ainda longe de pleitear o suposto estado de bem-estar social alcançado em outras nações do mundo. Pelo contrário, o que observamos no país, é que nos últimos anos, seguindo uma tendência mundial, o trabalho precário tem se ampliado, atingindo mais setores e diversificando suas formas de manifestação, com o estabelecimento de novas relações laborais que ascendem com a fase neoliberal do capitalismo.

Entender a reprodução e as metamorfoses do trabalho precário no Vale do Mamanguape, na Paraíba, ao longo do tempo, bem como analisar seus diferentes contornos e o impacto dessas realidades laborais nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores e suas famílias (em suas dimensões objetivas e subjetivas) é o principal interesse desta pesquisa, em sintonia com outras formulações recentes da Sociologia do Trabalho. Pretendemos, ainda, analisar como o poder público e os principais setores da economia regional se relacionam com a precariedade, apontando que a apropriação e/ou o estímulo de formas de trabalho não regulares integram hoje a sistemática de ambos.

Palavras-chave: Trabalho precário; Precarização; Informalidade; Vale do Mamanguape

ABSTRACT

Precarious work is a condition that has been historically present in the occupational trajectories of most of the individuals that belong the country's working class since the time of Colonial Brazil. Advances in labor legislation from the 1930s onwards and the great mobilizations of trade union organizations from the 1960s onwards, however, do not seem to have been enough to transform this reality. Although the conquest of rights and the increase in formalization is undeniable, the improvement in working conditions has not reached all regions of the country and not all sectors of the economy, leaving Brazil still far from claiming the supposed state of social welfare announced by other nations of the world. Opposite to that, what we observe in the country is that in recent years, following a worldwide trend, precarious work has expanded, reaching more sectors and diversifying its forms of manifestation, with the establishment of new labor relations that ascend with the neoliberal phase. of capitalism.

Understand the reproduction and growth of precarious work in the Vale do Mamanguape over time, as well as documenting its different contours and the impact of these labor realities on the occupational trajectories of workers and their families (in their objective and subjective dimensions) is the main interest of this researcher, in tune with other recent formulations of the Sociology of Work. We also intend to analyze how the public authoritys and the main sectors of the regional economy relate to precariousness, pointing out that the appropriation and/or stimulation of non-regular forms of work are now part of the system of both.

Keywords: Precarious work; Precariousness; Informality; Vale do Mamanguape

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape	p.21
Figura 2 – Mapa do Município de Mamanguape	p.23
Figura 3 – Fotos da Cidade de Mamanguape	p.24
Figura 4 – Fotos da Companhia de Tecidos Rio Tinto	p.27
Figura 5 – Fotos da Cidade de Rio Tinto	p.29
Figura 6 – Mapa do Município de Rio Tinto	p.34
Figura 7 – Fotos da Cidade de Rio Tinto	p.34
Figura 8 – Fotos da Vila Operária de Rio Tinto	p.36
Figura 9 – Fotos da Usina Monte Alegre	p.37
Figura 10 – Gráfico – Produção de cana no Nordeste (1995-2017)	p.39
Figura 11 – Gráfico – Produção de cana em Mamanguape e Rio Tinto (1995-2017)	p.39
Figura 12 – Gráfico – Participação do setor canavieiro em 2017 – Lavouras temporárias X Número de trabalhadores ocupados (Mamanguape)	p.40
Figura 13 – Gráfico – Participação do setor canavieiro em 2017 – Lavouras temporárias X Número de trabalhadores ocupados (Rio Tinto)	p.41
Figura 14 – Mapa – Usinas e destilarias em operação atualmente no Vale do Mamanguape e entorno	p.42
Figura 15 – Diagramas de parentesco das famílias entrevistadas	p. 95
Figura 16 – Quadro 1 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 50 e 70	p.176
Figura 17 – Quadro 2 – Parte 1 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90	p.263
Figura 18 – Quadro 2 – Parte 2 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90	p.264
Figura 19 – Quadro 2 – Parte 3 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90	p.265

Figura 20 – Quadro 2 – Parte 4 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90 **p.266**

Figura 21 – Quadro 3 – Parte 1 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho depois do ano 2000 **p.309**

Figura 22 – Quadro 3 – Parte 2 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho depois do ano 2000 **p.310**

Sumário

1.	Capítulo I – Introdução	13
1.1.	Considerações Iniciais	13
1.2.	Apresentação geral do Vale do Mamanguape	20
2.	Capítulo II – Entre o Micro e o Macrossocial: Um Estudo de Trajetórias Ocupacionais e de Estratégias de Sobrevivência.....	45
2.1.	O ganho com a etnografia	45
2.2.	A importância da memória individual e coletiva	48
2.3.	Captação e tratamento da informação viva: histórias de vida e depoimentos pessoais	51
2.4.	O recurso ao estudo de trajetórias ocupacionais, na busca dos elos entre o micro e o macro	54
2.5.	A pertinência da abordagem das estratégias de sobrevivência.....	78
2.6.	Síntese metodológica	90
2.7.	A pesquisa na prática	92
3.	Capítulo III – Experiências de trabalho nos anos 50 e 70	97
3.1.	Considerações iniciais	97
3.2.	Origem das famílias entrevistadas e sua proletarização.....	100
3.3.	O trabalho na terra.....	108
3.4.	Trabalho infantil e acesso à educação	120
3.5.	O trabalho na indústria têxtil	124
3.6.	O trabalho na agroindústria sucroalcooleira	136
3.7.	O trabalho na construção civil.....	151
3.8.	Outras formas de trabalho	162
3.9.	Experiências de Organização dos Trabalhadores e Repressão Patronal.....	167
3.10.	Experiências Migratórias	172
3.11.	Considerações finais.....	175
4.	Capítulo IV – Experiências de trabalho nos anos 80 e 90.....	178
4.1.	Considerações iniciais	178
4.2.	O trabalho na agroindústria sucroalcooleira	182
4.3.	O trabalho na indústria têxtil	205
4.4.	O trabalho no setor público	211
4.5.	O trabalho no setor de comércio e serviços	222
4.6.	O trabalho doméstico e de cuidados	230
4.7.	Outras formas de trabalho.....	233
4.8.	O trabalho infantil	241

4.9.	Acesso à educação	243
4.10.	Experiências de organização dos trabalhadores e repressão patronal.....	249
4.11.	Experiências migratórias	253
4.12.	Considerações finais.....	261
5.	Capítulo V – Experiências de trabalho a partir do ano 2000.....	268
5.1.	Considerações iniciais	268
5.2.	Acesso à educação	272
5.3.	Empreendedorismo.....	280
5.4.	O trabalho no setor público	284
5.5.	O trabalho na construção civil.....	287
5.6.	O trabalho no setor de comércio e serviços	290
5.7.	Outras formas de trabalho	298
5.8.	Migração e expectativa profissional	304
5.9.	Considerações Finais	308
6.	Capítulo VI - Conclusão.....	312
7.	Referências Bibliográficas	355

1. Capítulo I – Introdução

1.1. Considerações Iniciais

O Vale do Mamanguape, situado no litoral norte da Paraíba, passou em sua história recente por profundas transformações que reconfiguraram as relações de trabalho e as características do emprego na região. Se no final do século XIX a localidade era caracterizada pela presença de engenhos decadentes, pequenos agricultores, comunidades indígenas e de pescadores (VALE, 2012), logo passa por um intenso processo de industrialização (com forte presença das indústrias sucroalcooleira e têxtil) e consequente proletarianização das populações tradicionais.

Um olhar mais atento, porém, revela que a chegada da indústria, apesar de ampliar o trabalho assalariado e formal na região, não significou a extinção de outras formas de ocupação, sendo possível ainda observar uma tendência de crescimento no número de trabalhadores na informalidade e/ou em outros tipos de ocupações precárias ao longo do tempo. Problema que se agrava a partir dos anos 90, com os efeitos das políticas neoliberais implementadas no país naquele momento, a reestruturação produtiva e o fechamento de fábricas no Vale do Mamanguape.

Seja no passado ou nos dias de hoje, na área urbana ou rural, na agricultura, indústria ou nos serviços, no setor público ou no privado, em áreas mais ou menos qualificadas, nas ocupações formais ou informais, a precariedade esteve sempre presente na trajetória ocupacional das famílias dos trabalhadores locais.

Os problemas do desemprego e do trabalho precário em Rio Tinto e região foram observados por este pesquisador pela primeira vez durante a pesquisa de campo realizada para a elaboração da dissertação de mestrado intitulada “OS OPERÁRIOS DO BARÃO: um diálogo sobre imagens, memórias e condições de existência do operariado brasileiro a partir do caso de Rio Tinto no século XX”. Em entrevista gravada durante o mês de janeiro de 2016, o operário aposentado e ex-funcionário da CTRT¹ conhecido como Dado enfatiza as poucas opções de

¹ Companhia de Tecidos Rio Tinto.

emprego formal que restaram para os trabalhadores locais. “Falta emprego pro cabra ganhar dinheiro... Vive dependendo de quê? Da prefeitura e da usina. A não ser isso, não tem”.

Dos sete informantes entrevistados durante o mestrado para a coleta de histórias de vida, nenhum atuava como trabalhador assalariado. Cinco eram aposentados e dois viviam exclusivamente da prestação de serviços eventuais. Entre os aposentados, pelo menos dois também atuavam na informalidade em ocupações precárias como forma de complementação de renda.

Vale lembrar que o alto número de desempregados e subempregados é apenas o mais alardeado dos efeitos provocados pelas recentes transformações observadas no mundo do trabalho. É preciso levar em conta também os impactos das novas formas de contratação e diferentes manifestações da precarização (como a flexibilização das normas trabalhistas delimitada especialmente com a Reforma Trabalhista de 2017) nas trajetórias ocupacionais desses trabalhadores e suas famílias. Torna-se também cada vez mais difícil a construção de uma inserção ocupacional filiada a uma categoria laboral, realidades que diferenciam a maneira como os profissionais se inserem no mundo do trabalho.

A instabilidade das atividades laborais na região também chamou a atenção deste pesquisador durante a dissertação de mestrado realizada em Rio Tinto.

Àqueles que viram a decadência da cidade chegar antes da aposentadoria, restou como alternativa ao desemprego o subemprego. É o caso de João e Moacir. O primeiro, vive de bicos. O segundo é prestador de serviços autônomo. Na prática, sem renda fixa, vivem em uma luta rotineira pelo pão de cada dia (DONATO, 2017, p.291).

A escassez de trabalho formal e a precarização atingem todas as gerações de trabalhadores da região. A falta de perspectiva entre os mais jovens é evidente para os moradores da cidade, como indica Moacir. “Na parte da manhã, sabe quantos jovens estavam sentados ali? Quatorze jovens, acima de dezoito anos. Sem trabalhar. Não tem. Ou o pai e mãe trabalham, ou mora com os avós que são aposentados” (DONATO, 2017, p. 291). Para esse filho de operários locais, o fechamento da Companhia de Tecidos de Rio Tinto, maior empregadora da região, resultou em um grande esvaziamento da cidade, principalmente por membros da classe trabalhadora. “Muitas pessoas que

trabalhavam lá, que era tecelão, e outros, migraram para outras cidades”. Os problemas, portanto, vão além da ausência de meios de sobrevivência para a população local. Observa-se também um enfraquecimento dos laços afetivos e laborais que durante muito tempo mantiveram a comunidade operária unida e coesa.

Vale ressaltar que uma grande parte dos trabalhadores da Companhia de Tecidos Rio Tinto vivia em condições precárias mesmo enquanto empregados assalariados. A casa da vila operária, insuficiente para abrigar uma família, frequentemente concentrava mais de quatro, como o operário Batista relatou a este pesquisador: “Não era só quatro famílias. Dependendo da família, podia chegar até mais. Podia ter gente dormindo até no chão, onde tivesse lugar. O importante [para a CTRT] era ter gente para trabalhar” (DONATO, 2017, p.294).

A precariedade das moradias e o déficit habitacional são apenas dois, entre os vários aspectos presentes nas conversas, que indicam a carência material vivida de maneira geral pelo operariado em Rio Tinto. Itens básicos estruturais e de consumo eram muitas vezes inexistentes no dia a dia desses trabalhadores.

O operário Dado, em mais de uma ocasião, fez questão de lembrar as dificuldades vividas nos primeiros anos de casamento. Faltava para o casal até a cama. “A gente dormiu numa espreguiçadeira” (DONATO, 2017, p. 296). A roupa de cama era confeccionada com sacos de açúcar vazios. “Emendava um saco no outro e fazia o lençol, para se cobrir”. Como lembra Dado, era uma casa vazia: “Não tinha cama, não tinha cadeira, não tinha porra nenhuma”. Tudo indica que essa condição não era incomum entre os trabalhadores, que não cessavam de aumentar em número durante o período áureo da CTRT, época em que a fábrica chegou a funcionar 24 horas por dia, como relatou Moacir: “Duas famílias trabalhavam durante o dia e duas famílias trabalhavam durante a noite. Era 24 horas! Cada família trabalhava seis horas” (DONATO, 2017, p. 204).

A realidade dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, presente na região desde a época do Brasil Colônia, também não se mostra muito animadora. Além da extinção de postos de trabalho, que se acentua a partir dos anos 90, os funcionários do setor ainda enfrentam dificuldades históricas, como a

sazonalidade do emprego na agroindústria canavieira, que diminui significativamente a oferta de postos de trabalho nos períodos de entressafra.

Para além da baixa oferta de emprego, parece estar em curso também uma piora das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. Corrobora para esta hipótese denúncias ecoadas pela imprensa nos últimos anos. Uma matéria publicada no Jornal da Paraíba em 12 de novembro de 2009, com o título *MPT detecta irregularidades em usinas da Paraíba*², relata uma ação do Programa Nacional de Promoção do Trabalho Decente no Setor Sucroalcooleiro, vinculado ao Ministério do Trabalho, que fiscalizou nove usinas no Estado, entre elas a Monte Alegre. Entre os problemas encontrados, estavam a falta de equipamentos adequados, alojamentos irregulares e jornadas de trabalho sem intervalos e de até dezesseis horas.

Além da percepção deste pesquisador nas idas a campo em variados momentos da trajetória acadêmica, dados estatísticos coletados sobre a região estudada corroboraram o que foi exposto até o momento. Segundo o Smartlab, portal do MPT e da OIT Brasil que traz informações sobre o trabalho decente, a região do Vale do Mamanguape apresenta números preocupantes em relação aos níveis de emprego, precarização e informalidade. Em Mamanguape, em 2010, a taxa de formalidade entre a população de 16 a 64 anos era de 45,9%, com a cidade apresentando 4,6 mil empregos formais e 3,3 mil empregos informais. Já em Rio Tinto, no mesmo ano, a taxa de formalidade entre a população de 16 a 64 anos era de 41,1%, sendo possível observar na cidade 2,5 mil empregos formais e 1,5 mil informais. O rendimento médio mensal do trabalhador do setor formal, em 2017, foi de R\$ 1,4 mil em Rio Tinto e R\$1,7 mil em Mamanguape.

Em Rio Tinto, os empregados com carteira assinada em 2010 representavam apenas 34% do total. O emprego sem carteira assinada era realidade para 20% dos trabalhadores. Outros 20% trabalhavam por conta própria e 19% trabalhavam para o próprio consumo, em atividades como a

² Disponível em https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/mpt-detecta-irregularidades-em-usinas-da-paraiba/#:~:text=Da%20Reda%C3%A7%C3%A3o&text=Mesmo%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20positiva%20o,alojamentos%20irregulares%20foram%20alguns%20deles.

agricultura, a pesca e criação de animais. Já em Mamanguape, no mesmo período, os empregados com carteira assinada representavam 35% da população ocupada. Os empregados sem carteira assinada eram 25%, e os trabalhadores por conta própria, 23%. Ainda é importante apontar que 8% dos trabalhadores dedicavam-se exclusivamente à produção para consumo próprio.

É também preocupante o número de jovens que não estudam e nem trabalham nas duas cidades. Segundo dados de 2010, 25,7% em Mamanguape e 22,2% em Rio Tinto, ambos muito acima da média nacional (13,3%).

O contexto social e econômico de Rio Tinto e Mamanguape integra uma conformação regional, onde se inscreveram historicamente padrões de desenvolvimento e de relações de trabalho, que tiveram grande influência no estabelecimento das condições laborais vivenciadas hoje pela população do Nordeste. Segundo Rodgers, Rodgers e Oliveira,

Embora o caráter da economia regional tenha mudado consideravelmente desde a década de 1970, os padrões observados hoje ainda têm muito em comum com as segmentações vistas naquela época [...]. Em particular, as desigualdades no acesso ao emprego, combinadas com as diferenças nas condições de trabalho e níveis de vida, são constitutivas do regime geral de trabalho, refletindo a heterogeneidade estrutural do processo de produção. Esse regime desigual e precário de trabalho se mostra mais perene do que o regime geral de desenvolvimento, que passou por várias modulações, como vimos há pouco. Embora, ao longo do tempo, tenha havido avanços importantes nos direitos trabalhistas, na formalização das relações de trabalho, na vigência do salário-mínimo e em outras dimensões do regime de trabalho – com particular destaque para o período 2003-2015 –, tais avanços não mudaram as características gerais do regime de trabalho no país e na região, com a prevalência em todos os períodos históricos de padrões precários de trabalho e renda (RODGERS; RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 756,757).

A partir de 2015, reorientações no governo federal provocaram uma onda de retrocessos no país, que levaram à piora das condições sociais e laborais não só no Nordeste, mas em todo o território nacional.

[...] o ambiente político e social que permitiu a redução da desigualdade ao longo de duas décadas até 2014 sofreu importantes reveses a partir de 2015. As forças que impulsionam a diferenciação no sistema de produção, assim como a flexibilização de direitos, permanecem fortes. O progresso na redução da discriminação, assim como nas desigualdades sociais e regionais, perdeu ímpeto durante a recessão. As pressões para reduzir as transferências sociais redistributivas, embora temporariamente enfraquecidas pela necessidade urgente de transferências para mitigar o impacto da pandemia, se mantiveram. Um novo regime de desenvolvimento mais equalizador pode emergir na esteira da crise em curso, mas é improvável que isso aconteça sem

transformações políticas e institucionais mais profundas (RODGERS; RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 774,775).

Os autores apresentam ainda algumas observações sobre as diferentes condições vivenciadas pelos trabalhadores no mercado regional, tanto internamente quanto em relação a outros locais do país. Em primeiro lugar, é preciso apontar que, no caso em questão, “a desigualdade está profundamente enraizada nas estruturas sociais e econômicas”. Além disso, segundo Rodgers, Rodgers e Oliveira’, “a natureza dual do mercado de trabalho” brasileiro, onde se coadunam formalidade e informalidade, regulamentação e desregulamentação, é uma das principais razões das desigualdades observadas no Nordeste e no país. Pois é possível afirmar, a partir desse diagnóstico, que “a proteção dos direitos e das condições de trabalho no país é parcial” (RODGERS; RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 757).

Uma possível explicação para a persistência da desigualdade nas condições laborais é que o trabalho precário no Vale do Mamanguape parece acessório à própria expansão do capital, assim como em boa parte dos locais ditos “periféricos”. Se nos empreendimentos industriais o assalariamento impera (ainda que a informalidade ou a precarização também estejam presentes em determinados casos), nas demais atividades necessárias à manutenção da vida, o trabalho precário e/ou informal tem se mostrado historicamente a grande base de sustentação. Atingindo desde o tradicional trabalhador camponês, responsável pela produção de alimentos, até o moderno setor de serviços, passando ainda pela construção civil, comércio, saúde e educação, entre outras ocupações.

Perpassando diferentes épocas, áreas, setores, gerações, o trabalho precário parece se perpetuar, porém adquirindo contornos distintos à medida que novas relações de trabalho e emprego se estabelecem, que a produção se transforma, que o poder público se reorienta, que o capital se financeiriza. A reconfiguração das realidades social e trabalhista impacta diretamente as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores e de suas famílias, que muitas vezes se debatem frente a uma perspectiva laboral descontínua e fragmentária, onde a manutenção da vida doméstica impõe constantes dificuldades e exige polivalência crescente. Os efeitos, entretanto, atingem de forma distinta as

famílias e indivíduos em seus percursos. Mas se as trajetórias familiares e pessoais parecem em algum momento se distinguir, trazem sempre um elemento comum, a precariedade da vida do trabalhador, de maneira direta ou indireta. Seja em maior ou menor grau, na família inteira ou só para alguns indivíduos, é um componente que parece presente em todas as narrativas dos trabalhadores locais, por mais longínquas ou excepcionais.

Acreditamos, assim, que o trabalho precário como condição permanente caracteriza a ocupação e o desenvolvimento econômico no Vale do Mamanguape ao longo do tempo, inscrevendo-se também de maneira constante nas trajetórias ocupacionais das famílias e indivíduos locais, influenciando suas estratégias de sobrevivências e escolhas profissionais. Além disso, é possível afirmar ainda que esse tipo de ocupação tem crescido nos últimos anos, senão com a colaboração do poder público, pelo menos com sua tolerância.

Feita esta contextualização, apresentam-se algumas questões, que nortearam o presente estudo. Como o trabalho precário se reproduz e se manifesta na região do Vale do Mamanguape ao longo do tempo? Por que a precariedade consiste numa condição permanente em boa parte dos empregos locais, e tem se ampliado ainda mais nos últimos anos? Qual o impacto da precarização nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores locais e de suas famílias? Como o poder público e os principais setores das economias regional e nacional se relacionam com o trabalho precário?

Uma abordagem que coloque o trabalho precário como condição permanente na análise pode revelar um novo entendimento sobre as bases do desenvolvimento socioeconômico local, contribuindo com a busca de respostas para dificuldades históricas que atingem a região, os trabalhadores e suas famílias.

Adotamos como hipótese que o trabalho precário é uma constante na região porque, mais do que uma ocupação marginal, é responsável por atividades fundamentais para a manutenção tanto dos principais setores das economias local e nacional quanto do poder público, que ao se apropriarem dessas formas de trabalho reduzem seus custos de reprodução. Acreditamos ainda que a investigação de trajetórias ocupacionais familiares em um estudo de

caso, por suas características longitudinais e transversais (abrangendo diversas gerações e setores, em uma mesma época e diacronicamente), pode revelar como a precariedade laboral se perpetua ao longo do tempo, adotando novas formas e justificações, adequando-se às necessidades do mercado.

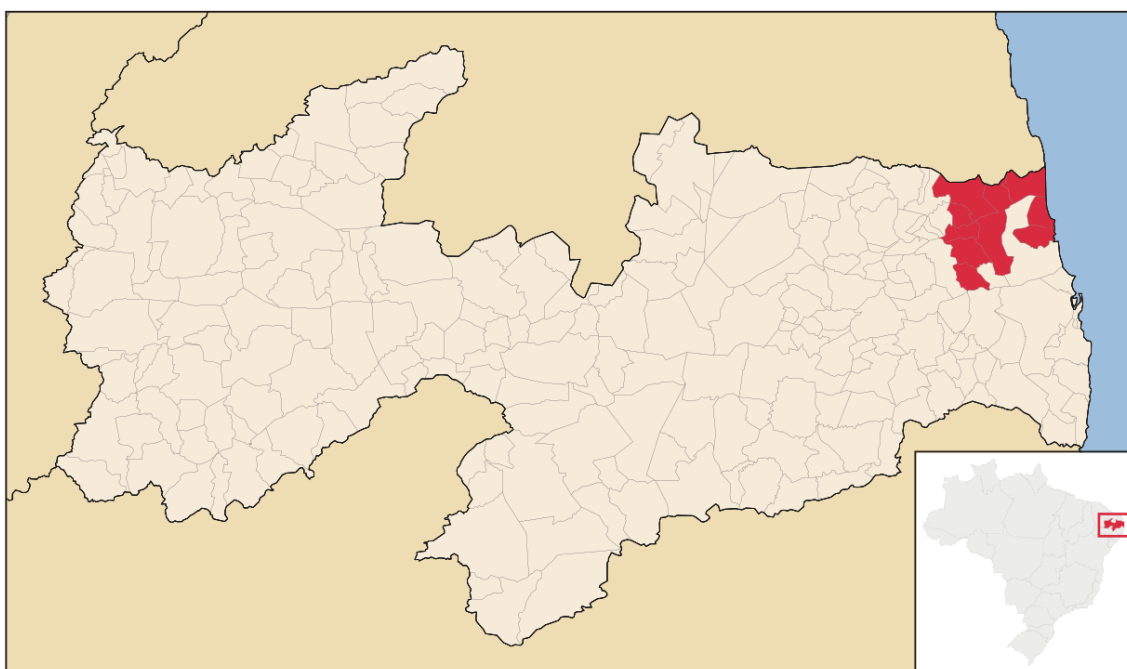
Entender a reprodução e o crescimento recente do trabalho precário no Vale do Mamanguape ao longo do tempo, bem como analisar seus diferentes contornos e o impacto dessas realidades laborais nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores e suas famílias (em suas dimensões objetivas e subjetivas) é, portanto, o principal interesse desta pesquisa, em sintonia com outras formulações recentes da Sociologia do Trabalho. Pretendemos, ainda, analisar como o poder público e os principais setores da economia se relacionam com a precariedade, apontando que a apropriação e/ou o estímulo de formas de trabalho não regular integra hoje a sistemática de ambos.

O texto está dividido em 6 partes. O Capítulo I é composto pelas considerações iniciais e apresentação da região estudada. O Capítulo II é dedicado à apresentação dos aportes teórico e metodológico mobilizados para a realização da pesquisa. Os Capítulos III, IV e V abordam, respectivamente, a análise das trajetórias ocupacionais familiares, em diálogo com a bibliografia pertinente, em três momentos distintos; dos anos 50 aos 70, nos anos 80 e 90, e a partir do ano 2000. O Capítulo VI é dedicado à conclusão.

1.2. Apresentação geral do Vale do Mamanguape

A Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, localizada no litoral norte da Paraíba, abrange dez municípios (Baía da Traição, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis e Rio Tinto), com uma área total de 1.416,3 km² e uma população de cerca de 120 mil habitantes.

Figura 1: Região Metropolitana do Vale do Mamanguape



Fonte: Wikimedia Commons: Raphael Lorenzeto de Abreu derivative work: Marcos Júnior

Antes habitada por índios Potiguara, a localidade logo chamou atenção dos portugueses por possuir água potável e rios propícios à navegação, solo fértil e grande concentração de pau-brasil.

A localização privilegiada e os recursos naturais abundantes atraíram moradores e produtores. O Engenho Nossa Senhora do Rosário de Camaratuba, o primeiro de Mamanguape, foi fundado em 1609 (ANDRADE; VASCONCELOS, 2005, p. 30), e figura entre os primeiros do estado. Logo a região abrigaria “dezenas de engenhos de açúcar” (COSTA, 2010, p. 17), entrando na rota comercial movimentada pelo produto.

A produção do açúcar era escoada através do Porto de Salema, importante local que funcionava como passagem do rio Mamanguape para o mar e permitia transações econômicas inclusive com outras regiões, como Recife. A trajetória litoral/sertão e sertão/litoral era realizada ao longo da “estrada real” que acompanhava as margens do rio Mamanguape e era um dos únicos acessos para o Oeste da Província. A estrada saía da Baía da Traição, seguia pelo povoado de Monte Mor e chegava à serra de Bruxaxá, em Areia (NASCIMENTO, 2008, p. 5).

Mas, contrariando o que é possível observar em grande parte do litoral oriental nordestino da época, a cana-de-açúcar não foi a maior responsável pela atividade econômica da região, quadro que só seria revertido no início do século XIX. Até lá, a produção canavieira dividia espaço com outras culturas, como

algodão, agave, milho, mandioca, arroz, feijão e fava; com a pecuária, bovina e equina, e com as atividades comerciais ligadas aos portos da região (COSTA, 2010, p. 142).

Em 1804, a Vila de Mamanguape já aparecia como a maior exportadora de açúcar da Capitania da Paraíba, registrando crescimento ano após ano. Os dados apresentados por Carvalho são reveladores (2008, p.63).

Quadro 2.2 Exportações de algodão e açúcar da Capitania nos anos de 1804 (AHU/PB, 1806-mai-6) e 1805 (AHU/PB, 1806-set-5). Em cinza, a área de estudo e as somas totais.

	1804		1805	
	Açúcar (quintais*)	Algodão (quintais*)	Açúcar (quintais*)	Algodão (quintais*)
Cidade (c/ Alhandra e Conde)	600	2100	1040	2200
Paróquia do Taipu (parte da vila do Pilar)	200	340	800	3430
Paróquia da vila do Pilar	—	800	—	5560
Mamanguape (c/ Monte-mor e S. Miguel)**	712	3180	1101	1878
Paróquia da vl. de Pombal**	—	25	—	652
Paróquia de vl. Nova de Sousa**	—	105	—	61
Paróquia da vl. Nova da Rainha	—	(ilegível)	—	1150
Paróquia da vl. Real de São João do Cariri	—	94	—	400
Total da Capitania***	1487	6442	2840	14798

* 1 quintal = 4 arrobas (BLUTEAU, 1789, t. 2, p.278). ** Dados em arrobas, convertidos para quintais.

*** A soma das parcelas não corresponde aos totais expressos no documento.

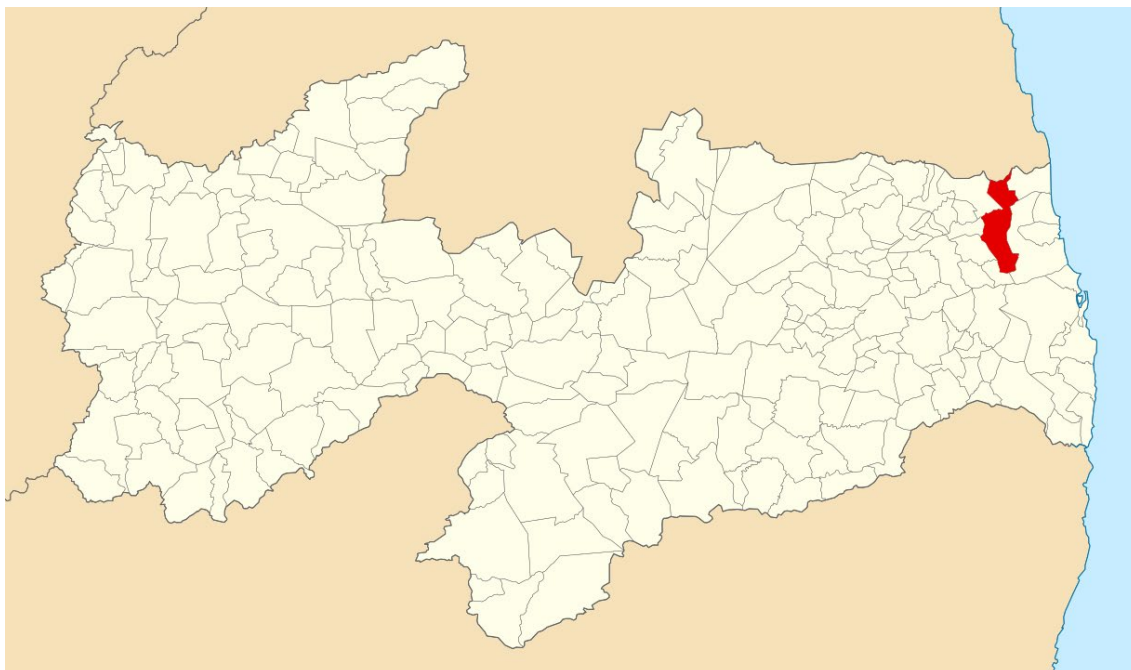
Porém, como enfatiza Manuel Correia de Andrade, foi só com a chegada do engenho a vapor que a cana-de-açúcar se tornou o principal produto econômico da região.

No que se refere à cana-de-açúcar, apenas nas primeiras décadas do século XIX foi que essa cultura transformou-se de fato na atividade econômica mais importante do baixo e do médio vale do rio Mamanguape, momento em que se verifica o aparecimento dos engenhos movidos a vapor. Ela, que antes dividia espaço e prestígio com a pecuária e com o algodão, tornou-se dominante e ocupou todo o baixo vale (só o município de Mamanguape contava com 40 engenhos de açúcar); em direção ao Agreste estendeu-se até quase Guarabira, até onde as limitações pluviométricas o permitiram. Na verdade, a introdução de melhoramentos na agroindústria do açúcar, com a utilização do bagaço de cana como combustível, a importação de sementes de cana *caiana* e a utilização do arado para fazer as plantações, trouxe um florescimento à região e incentivou a cultura desse produto (ANDRADE, 1957, p. 29).

Em 1855, a Vila de Mamanguape foi elevada à categoria de cidade, tendo logo alcançado posição de destaque na Paraíba. “Pela importância econômica e social, Mamanguape era considerada a segunda cidade mais importante do Estado. A opulência de Mamanguape ofuscava a Capital. Ocupou posição

proeminente no mercado e na economia da Paraíba” (ANDRADE; VASCONCELOS, 2005, p. 41).

Figura 2: Município de Mamanguape



Fonte: Wikimedia Commons: Raphael Lorenzeto de Abreu derivative work: Marcos Júnior

Figura 3: Fotos da Cidade de Mamanguape.



Fonte: Arquivo pessoal.

Esse período de prosperidade, porém, durou pouco. Já no fim do século XIX a cidade apresentava traços de decadência. Três fatos concorreram para esse declínio: as limitações do porto de Salema, principal ponto de exportação das mercadorias locais para o Recife, que carecia de investimentos em infraestrutura para alargamento e aprofundamento do leito; a construção da estrada de ferro que ligava a capital ao interior, facilitando por essa via o escoamento da produção de lugares mais longínquos e possibilitando um preço mais competitivo; e a abolição da escravidão, já que os escravos constituíam a principal mão-de-obra dos engenhos da região, fazendo com que muitos entrassem em colapso e encerrassem as atividades (COSTA, 2010, p. 145,146).

Com a libertação dos escravos, foi instituído o regime de cambão, que consistia na prestação de serviços pelos trabalhadores a um proprietário em troca da cessão de uma parcela de sua terra para seu próprio cultivo. Apesar do regime de cambão representar um outro modo de extração do sobretrabalho dos trabalhadores, trouxe prejuízo para os grandes senhores de engenho que possuíam muitos escravos. A região, nessa época, era pontuada por engenhos fechados ou em estágio de “fogo-morto”, como bem caracterizado pelo escritor paraibano José Lins do Rego, cuja literatura retrata esse momento em áreas adjacentes. É ilustrativo um trecho de um de seus livros no qual a personagem D. Amélia, esposa de Seu Lula, o senhor de engenho proprietário do Santa Fé, reflete sobre a decadência do negócio.

Tudo havia passado. Tudo era agora aquela mansidão, a pobreza de uma casa-grande que se escondia das vistas dos outros. Sim, todos ali viviam a se esconder dos ricos e dos pobres. E ela mesma é quem mais força fazia para que vivessem longe de tudo. Lula era como se não soubesse das dificuldades por que passavam. Só ela tinha os olhos para ver o Santa Fé como estava, na petição de miséria em que vivia. Lula, naquela devoção, no seu rezoar, era como um homem de outro mundo, fora de tudo que fosse da Terra, indiferente ao seu tempo. Podia chover e fazer sol, podia o rio descer nas enchentes, e a seca queimar a folha da cana, que ele não tomava conhecimento do tempo. Mas ela via tudo, sentia tudo. Todos os pedaços de miséria que a família sofria, era ela quem mais sofria. Todos em sua casa pareciam de um mundo que não era o seu. Até Neném perdera a noção das coisas. Naquele jardim, no meio das rosas, mudando plantas, aguando a terra, não queria saber de mais nada. Seria somente ela quem teria coração, quem teria olhos para ver, ouvidos para ouvir, que era a ruína do Santa Fé. O engenho na última safra quase que não moera por falta de animais. Fora ela quem, às escondidas de Lula, mandara comprar, com dinheiro que tinha guardado, uma parelha de éguas no Gurinhém. E assim puderam fazer aqueles sessenta pães de açúcar que deram um preço compensador, e descarregar as dez sacas de lã que

conseguiram alguma coisa para o plantio de cana daquele ano. Ela nunca, em sua vida, tivera tempo para pensar naquelas coisas. Agora só ela pensaria no Santa Fé (REGO, 2012, p. 241).

Uma nova efervescência econômica, e consequente reconfiguração das relações de trabalho, só aconteceria no início do século XX, já com a industrialização. Mais especificamente com a chegada da família Lundgren à região e instalação da Companhia de Tecidos Rio Tinto nas terras de um dos decadentes engenhos do Vale do Mamanguape, o Engenho da Preguiça.

Figura 4: Fotos da Companhia de Tecidos Rio Tinto.



Fonte: Arquivo pessoal.

De acordo com José Octávio de A. Mello, Rio Tinto, que só se tornaria um município independente de Mamanguape em 1956, é um "caso típico de cidade industrial moderna cujo surgimento decorreu de um ato de vontade" (2002, p. 70), especificamente da família Lundgren. Nas palavras de Raul de Góes, funcionário e apologista dos empreendimentos da família, o que surge em Rio Tinto: "Não seria, apenas, uma fábrica, mas uma arriscada experiência social, pois que, no plano, já estava prevista a futura cidade: da fábrica, a vila; da vila, a cidade" (GÓES, 1964, p. 71). Para a realização do projeto, era necessário, antes de tudo, terras. E foi a isso que a família Lundgren se dedicou num primeiro momento.

De acordo com Eltern Campina Vale (2012), em 1917 os Lundgren iniciam a compra de terras em Mamanguape, através de Arthur B. de Góes, que antes se estabelece na cidade, abrindo um comércio "para familiarização com a região e moradores" (VALE, 2012, p. 63). Aos poucos, esse encarregado vai adquirindo as terras da Aldeia da Preguiça e de seu entorno, incluindo o engenho com o mesmo nome, adquirido do coronel Alberto César de Albuquerque.

Após aproximadamente 10 meses de compra de terras em torno da Aldeia da Preguiça, os terrenos são transferidos para os Lundgren. Em 15 de fevereiro de 1918, Frederico Lundgren torna pública sua posse e a mudança do nome do Engenho da Preguiça, que passa a chamar-se Rio Tinto, em referência "ao rio que cortava a região e que tinha suas águas vermelhas por conta da coloração da terra". Nomeia um administrador, Apolônio Gomes, e estabelece as "estratégias disciplinares de ocupação" (VALE, 2012, p. 64). Como observa Amélia Panet (2002), tratava-se de um total de 660 km², que permitia aos proprietários quase o monopólio da região.

Quando o empreendimento da companhia foi inaugurado, em 27 de dezembro de 1924, segundo Vale (2012), já havia sido construída a estrutura da fábrica: tecelagem, fiação, abertura, preparação e tinturaria. As máquinas funcionavam com energia elétrica provida por usina da própria CTRT. Também estavam concluídas diversas seções subsidiárias externas à fábrica: oficina mecânica, serraria e carpintaria, oficina fundição, pequeno cais, fábrica de tijolos (olaria) e telhas (que também comercializam sua produção). Fora da área de produção, já havia clube, pomar, padaria, 3 escolas masculinas e 6 escolas femininas, serviço sanitário e 960 moradias de operários prontas e habitadas. No processo de construção da cidade-fábrica de Rio Tinto, na Paraíba, contou a experiência anterior dos Lundgren na construção da Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco.

Figura 5: Fotos da Cidade de Rio Tinto

A



B



C



D



E



F



G



A: Praça João Pessoa. **B:** Sesi de Rio Tinto. **C:** Igreja Santa Rita de Cássia; no primeiro plano, estátua de Frederico Lundgren. **D; E:** Prédio do antigo barracão da Feira da CTRT. **F:** Cine Teatro Orion. **G:** Tijolo fabricado pela Olaria Rio Tinto.

Amélia Panet (2002) observa que os Lundgren, quando da implantação da companhia de Rio Tinto, buscaram financiamento junto ao Banco do Brasil. Devido à recusa deste último, procuraram ajuda do capital alemão e inglês. Segundo a autora (p. 28): "Esta aproximação com os países europeus possibilitou uma série de trocas e parcerias, principalmente com a vinda de funcionários para a fábrica". Panet destaca que a fábrica de Rio Tinto foi instalada com teares antigos de Manchester e Lancashire.

Os teares encaminhados para a fábrica, na realidade, mais do que antigos, como alerta Vale, constituíam em "'maquinário obsoleto', adaptável à realidade industrial da região" (2012, p. 68). Segundo Mello, foi principalmente o capital inglês que patrocinou a indústria de Rio Tinto. O maquinário era obsoleto, mas para a Europa, que se encontrava em uma nova fase da produção industrial e precisava desfazer-se dele vendendo-o para áreas em que a industrialização ainda não estava desenvolvida. Para concorrer com a indústria têxtil do sul do país os Lundgren procuraram compensar o baixo rendimento do equipamento com a exploração da mão-de-obra barata.

A escolha das terras de Mamanguape, que viriam a constituir Rio Tinto, de um lado, relacionava-se às possibilidades de recursos, isto é, ao potencial natural que a área oferecia. Como nos explica Correia (2002), de uma maneira geral, dentre outros aspectos, os núcleos fabris buscavam a proximidade com fontes de energia, como matas e cachoeiras, típicas de localidades rurais.

Ao tratar desta questão, Amélia Panet menciona características típicas de Rio Tinto: "Além das *vantagens locacionais*, as terras possuíam portos naturais, permitindo o comércio para o exterior e outros pontos do país, a *região era rica em florestas naturais*, favorecendo o corte de madeira para o consumo da fábrica" (2002, p. 26). Rio Tinto oferecia três condições importantes: fonte de energia, matéria-prima e facilidade de transporte.

Por outro lado, além dessas possibilidades geográficas, a região escolhida, onde foi construída também a vila operária, proporcionava um isolamento de seus moradores, favorecendo o controle da indústria não só sobre o mundo do trabalho, mas também da esfera doméstica. "Além da intenção de estender seus controles ao mundo externo do trabalho do operário, a criação desses núcleos associa-se à busca de terras baratas e de autonomia da indústria

em relação aos poderes – como o Estado, a igreja e os sindicatos – sediados nas cidades" (CORREIA, 2002, p. 13).

De maneira mais específica, Amélia Panet menciona que o local adquirido ficava a 6 km de Mamanguape e 50 km da capital, ou seja, apresentava uma distância importante para afastar os operários do movimento sindical e manter o controle sobre eles. Soma-se a isso a dimensão das terras, de 660 km², segundo a autora, que garantia esse isolamento.

Entretanto, o motivo mais destacado pelos autores para a escolha da região de Mamanguape foi a isenção fiscal conseguida junto ao governo estadual. Ao apontar o papel do Estado na constituição de vilas operárias e núcleos fabris, Correia menciona a questão da isenção fiscal, bem como outros aspectos:

Apesar de se tratar, na maioria, de empreendimentos privados, verificam-se formas de articulação entre indústrias e Estado na criação de vilas operárias e 52 núcleos fabris. O Estado contribuiu para viabilizar esses projetos patronais de gestão operária, permitindo autonomia à indústria na construção e gestão das vilas e núcleos, oferecendo incentivos fiscais, construindo ou assumindo a gestão de equipamentos coletivos ou implantando infra-estrutura (2002, p. 15).

Especificamente sobre o caso dos Lundgren em Rio Tinto, Amélia Panet confirma que o governo da Paraíba concedeu isenção de impostos à família por um período de 25 anos, com a contrapartida desta se responsabilizar pela educação, saúde, lazer e outros serviços necessários para atender os trabalhadores contratados. Vale nos detalha este processo de acordo estabelecido entre o Estado e o Grupo Lundgren:

[...] a isenção fiscal de vinte e cinco anos concedida pelo então governador da Paraíba, Camilo de Holanda (1916-1920), reiterada no governo de João Suassuna em 1924, discutida com os Lundgren, define a implantação da fábrica em definitivo na Paraíba. Importante enfatizar que, concedida esta isenção, os Lundgren ficariam responsáveis, pelos serviços *de saúde, educação, segurança, lazer e outros à população ali sediada* (VALE, 2012, p. 62).

Mello também destaca este incentivo do governo estadual como o motivo da escolha da Paraíba para a instalação da filial de Paulista:

[...] o Grupo Lundgren carecia de vantagens, isto é, dos incentivos da época, que se expressavam em isenção de impostos. Em razão, aliás, de esses não haverem sido concedidos pelo Governo do Rio Grande do Norte, é que a "cidade fabril" deixou se estabelecer no município de Macaíba, tal como inicialmente cogitado (2002, p. 72).

Ao governo da Paraíba, explica Vale (2012), interessava potencializar a exploração do produto têxtil, um dos principais da economia do estado, expandindo a cultura algodoeira e modernizando as técnicas de beneficiamento. E um fator externo contribuía para este processo: a Primeira Guerra Mundial e a consequente carência de produtos de exportação, incluindo o algodão, o que eleva o preço dos mesmos, a partir de 1916. A possibilidade de lucratividade, somada às isenções fiscais do governo estadual, estimularam a implantação de várias usinas de beneficiamento e prensagem, assim como a instalação de indústrias têxteis pela Paraíba, na década de 1920, incluindo a Companhia de Tecidos de Rio Tinto, da família Lundgren, em 1924. Em 1923, foi implantada a Marques de Almeida & Cia., em Campina Grande, produtora de fios de algodão e sacos; em 1928, foi instalada a S/A. Têxtil de Campina Grande; no período, ainda, a Fábrica Tibiry, em Santa Rita, é ampliada.

A expansão das terras da CTRT, de acordo com Vale (2012), se dá após 1924. Em 1928, a Companhia de Rio Tinto adquire grandes propriedades em Salema, Patricio, Preguiça, Rio Vermelho e Gameleira (registradas apenas em 1951). Em 1942, adquire o Engenho Novo e Uriúna, no município de Canguaretama no Rio Grande do Norte. Em 1944, adquire propriedade em Itapicirica; em 1949, em Piabas; e, em 1950, em Outeiro.

Essa expansão gera conflitos. Os Lundgren apossam-se ilegalmente das terras dos índios potiguara em Monte Mór e São Miguel da Baía da Traição, extraindo madeira para uso em instalações fabris e caldeiras. Segundo Vale: "Ainda hoje há conflitos de demarcação de terras dos índios Potyguara, notadamente, na região da Vila Regina" (2012, p. 73).

Os trabalhadores contratados, de acordo com Vale, aumentam no período de expansão. Em 1926, havia 8 mil operários. Em 1932, 14 mil, número que só começa a baixar a partir da década de 60.

Em fins da década de 1930, os Lundgren produzem nas oficinas de fundição em Rio Tinto, teares para nova tecelagem, por conta de restrições impostas à importação de máquinas, entre 1931 e 1937. Construindo o próprio maquinário, a Companhia implanta nova seção de tecelagem na Vila Regina, distante a 2 km de Rio Tinto, onde se localiza o Palacete – como os trabalhadores referem à casa dos Lundgren em Rio Tinto. Neste contexto, a indústria têxtil brasileira vê a produção crescer e, em decorrência, acumula altos lucros (VALE, 2012, p. 74).

Uma nova unidade é instalada na Vila Regina em 1938, tendo permanecido e operação até 1963/1964. A extensão da fábrica aumenta a área instalada de 25.000m², em 1924, para 333.692m², em 1959.

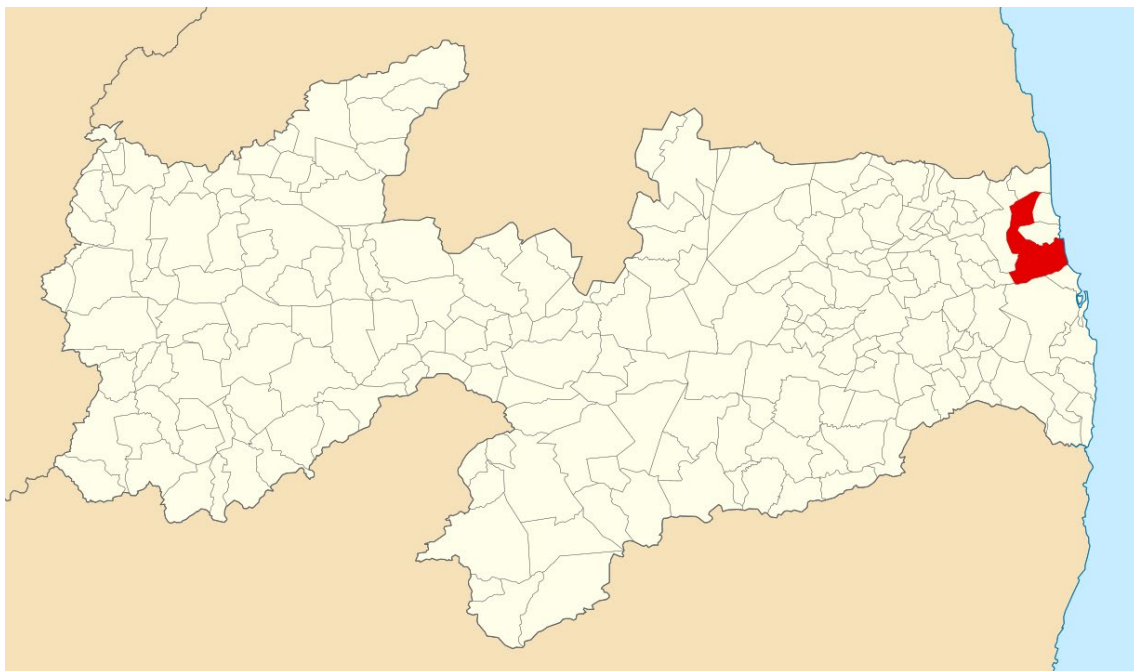
É importante pontuar que entre os anos de 1930 e 1945, os fabricantes têxteis do Sul e do Sudeste do país se ressentem dos maiores lucros obtidos pelas fábricas da família Lundgren. Particularmente criticavam sua rede de casas comerciais, as Lojas Pernambucanas, que garantia experiência e clientela no mercado de atacado e varejo e, assim, a desova da produção. Desta forma, os Lundgren puderam aproveitar o momento favorável da Segunda Guerra Mundial, em que as fábricas têxteis brasileiras exportavam para a América Latina, Europa e Oriente próximo.

Mello destaca "o entrosamento entre o privatismo dos Lundgren e a máquina estatal" (2002, p. 73) em diversos governos, em que os primeiros puderam contar com a intermediação de conflitos entre a companhia e seus operários; com cargos públicos para seus representantes (funcionários de confiança como Raul Góes); com a ajuda do policiamento estadual na repressão das Ligas Camponesas e dos demais movimentos políticos de esquerda e na restauração da "ordem", após o golpe militar de 1964 (com a destituição da diretoria do sindicato e do prefeito operário). Segundo o autor:

[...] de 1950 em diante, a Fábrica Rio Tinto dispôs sempre de um deputado na Assembléia Legislativa, sendo inicialmente Hercílio Lundgren e, depois, Eduardo Ferreira, genro do coronel Frederico. A tais parlamentares cabia a obtenção de favores fiscais para a Companhia – o que até o advento da SUDENE, formalizava-se pela via legislativa da Assembléia Estadual – e, principalmente, conseguir a transformação do distrito de Rio Tinto, em município autônomo. Aprovado pela Assembléia, o respectivo projeto, de iniciativa do deputado Eduardo Ferreira, foi sancionado em 06 de dezembro de 1956, pelo governador Flávio Ribeiro Coutinho, da UDN, o partido da Fábrica (p. 75).

A instituição de Rio Tinto como município independente de Mamanguape não apenas confirma a extensão do poder político do Lundgren, como lhes assegura mais poder sobre os trabalhadores da fábrica e habitantes da cidade.

Figura 6: Mapa do Município de Rio Tinto



Fonte: Wikimedia Commons: Raphael Lorenzeto de Abreu derivative work: Marcos Júnior

Figura 7: Fotos da Cidade de Rio Tinto.



Fonte: Arquivo pessoal.

No final dos anos 50 a Companhia de Tecidos de Rio Tinto começa a vivenciar uma crise econômica, causada em certa medida pela concorrência com as fábricas têxteis mais modernizadas do Sul e do Sudeste do Brasil. A partir de 1959, a companhia iniciaria um processo de modernização, trocando

equipamentos “ainda de origem inglesa e do começo do século XIX” (SANTOS, 2015, P. 111). O processo de modernização seria intensificado a partir de 1962, quando a CTRT passa a integrar a lista de beneficiários da SUDENE, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959 com o objetivo de estimular o crescimento regional. Entretanto, como destaca Santos,

As novas máquinas trouxeram consigo a demissão de vários/as operários/as. Segundo entrevista realizada pela autora, um ex-operário afirma que uma tecelã podia operar 20 máquinas. Uma vez que, com as antigas, eram duas tecelãs por máquina (MACÊDO, 1986). O que provocou a demissão em massa de funcionários/as (2015, P. 111).

À medida que a empresa incrementava seus meios de produção, o número de demitidos só aumentava. “Na década de 60, ocorre o fechamento da fábrica na Vila Regina, com a demissão de aproximadamente duas mil pessoas”. Nos anos 70, as dispensas seriam ainda maiores. Segundo Vale, o que se vê no período é a “demissão em massa de trabalhadores” (2012, p. 76), que passaram a totalizar apenas mil pessoas. Logo o passivo trabalhista se tornou um grande problema para a CTRT. Como coloca Sousa Silva,

[...] com as consequentes demissões, começaram os problemas com as indenizações trabalhistas, e diariamente a sede do sindicato era invadida por funcionários tentando forçar a direção do mesmo a obter, junto à fábrica, as indenizações por tempo de serviço (2019, p. 73).

Parte dos postos de trabalho eliminados com a modernização eram ocupados por funcionários com mais de dez anos de registro em carteira, o que pela lei trabalhista vigente garantia a estabilidade no emprego. Porém, alguns trabalhadores nessa situação entraram em acordo com a CTRT, abrindo mão do direito em troca do imóvel em que residiam.

Nesse momento, a CTRT teve de se desfazer de parte de suas propriedades para quitar as dívidas da empresa e pagar o custo dessas indenizações ou então entrou em acordo com os funcionários usando as casas do núcleo fabril para indenizar os que assim quisessem e que tivessem mais de dez anos de serviços prestados (SOUSA SILVA, 2019, p.74).

Figura 8: Fotos da Vila Operária de Rio Tinto.



Fonte: Arquivo pessoal.

Além de se desfazerem de parte das casas da Vila Operária, os Lundgren vão aos poucos vendendo suas terras na região. Em boa parte delas reativa-se o cultivo de cana-de-açúcar, motivado pela criação do PROÁLCOOL, como assinala Vale (2012).

Entre 1983 e 1990 tem início o processo de desativação da fábrica. "Apesar disso, são mantidos os funcionários da administração patrimonial e imobiliária". Isso porque "os Lundgren ainda são proprietários de grande parte do patrimônio imobiliário da cidade, desde as casas da vila operária, prédios da fábrica, cinema, igreja e algumas propriedades de terras em torno de Rio Tinto" (VALE, 2012, p. 77). Propriedades urbanas e rurais que, em sua maioria, permanecem até hoje ociosas.

Paralelamente à experiência da Companhia de Tecidos Rio Tinto, a partir dos anos 40 entra em cena também a Usina Monte Alegre, que passou a disputar com a empresa dos Lundgren o monopólio econômico e territorial da região. Como relata Andrade:

Construída em 1940 e tendo tido em sua primeira safra (1940) a produção irrisória de 3.000 sacos de açúcar, vem a Usina Monte Alegre em progresso constante, avassalando o vale do baixo Mamanguape. Sua expansão em direção à foz do rio deteve-se ante a Fábrica de Tecidos Rio Tinto que, fundada em 1922, adquiriu os engenhos que lhe ficavam nas imediações para saciar a sua eterna fome de lenha. Tão extenso é o domínio dessa fábrica que abrange todo o novo município de Rio Tinto, onde, se diz, 'só o ar que se respira não é propriedade da fábrica. Limitada ao Leste por tão forte competidor, teve a Usina Monte Alegre que estender sua área de influência para o Oeste, acompanhando o vale do Mamanguape e aproveitando os grotões dos seus pequenos afluentes. Também, atravessando os interflúvios do Mamanguape com o Miriri, estendeu a sua influência aos canaviais desse vale onde possui (sic) dois engenhos: Alagamar e Santa Cruz (1957, p. 44,45).

Figura 9 – Fotos da Usina Monte Alegre.



Fonte: Arquivo pessoal

A Usina Monte Alegre absorveu uma boa parte dos engenhos da região tornando-se, ao lado da CTRT, uma das maiores empregadoras do Vale do Mamanguape. Como outras empresas do setor, foi beneficiada pelo PROÁLCOOL no fim dos anos 70, período em que a indústria dos Lundgreen já vivia sua decadência. Na Paraíba, entre os anos 1970 e 1985, a quantidade de cana produzida aumentou de 1.433.245 toneladas para 10.646.134 toneladas (ARAGÃO; LIMA, 1999). Se o PROÁLCOOL garantiu a sobrevivência do setor canavieiro na região, com consequente geração de emprego, também teve impactos negativos, como uma maior concentração fundiária na região.

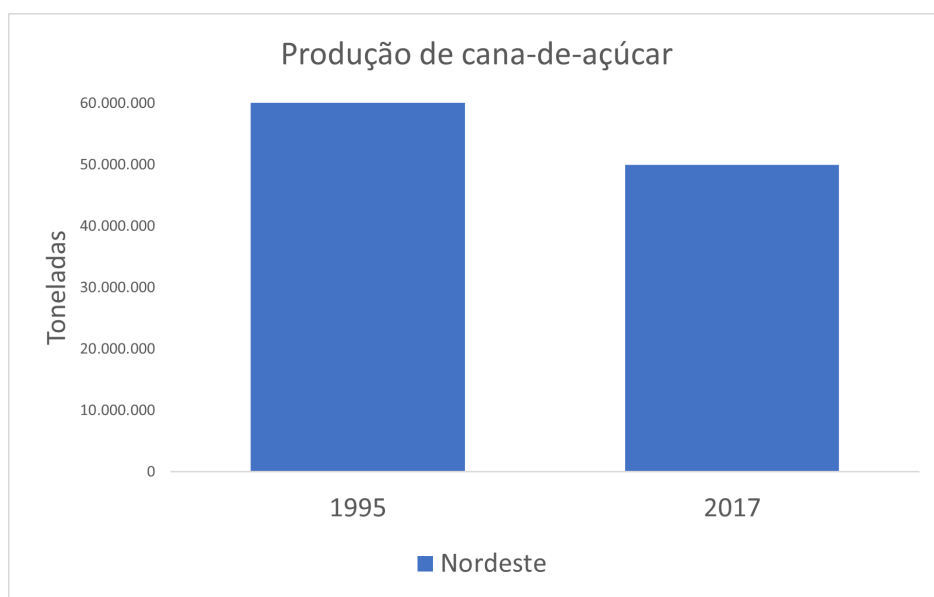
No decênio 1970-1980 houve um aumento do grau de concentração da terra em dois municípios que compõem a região do Baixo Mamanguape. No município de Baía da Traição, por exemplo, o Índice de Gini aumentou de 0,558, em 1970, para 0,844, em 1980; no município de Rio Tinto o índice aumentou de 0,876, em 1970, para 0,957, em 1980. Nesse mesmo período verificou-se uma ligeira queda do índice no município de Mamanguape (0,848 para 0,842). Observe ainda que no período em evidência todos os municípios, à exceção de Baía da Traição, em 1970, registraram um índice superior ao do Estado da Paraíba. Por fim, em 1985, ano que vai marcar o início da crise do PROÁLCOOL, constata-se uma diminuição do Índice de Gini em todos os municípios da região, com destaque para o município de Baía da Traição que registrou apenas 0,121. Convém lembrar que os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, apesar da pequena queda verificada no índice, mantêm até hoje uma estrutura fundiária fortemente concentrada (COSTA, 2010, p. 163).

Um novo colapso se apresentaria no fim dos anos 80, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional e a crise fiscal do Estado brasileiro, tendo como consequência a redução dos incentivos para o setor. A Destilaria Xuá, que inaugura suas atividades no Vale do Mamanguape em 1989, durante a crise, tem uma sobrevida de apenas quatro anos, encerrando as atividades em 1993. Nesse mesmo ano, o Estado da Paraíba registra uma grande queda na quantidade de cana-de-açúcar produzida, voltando aos mesmos patamares da década de 70, com 1.837.607 toneladas (ARAGÃO; LIMA, 1999).

Entretanto, contrariando a tendência do Nordeste nos últimos anos, onde a produção de cana-de-açúcar caiu de 60.658.799 ton. em 1995 para 49.915.833 ton. em 2017 (Censo Agropecuário), a região do Vale do Mamanguape tem demonstrado crescimento do setor sucroalcooleiro. Segundo dados do Censo Agropecuário, na cidade de Mamanguape, a produção de cana-de-açúcar aumentou de 265.598 ton. em 1995 para 727.388 ton. em 2017. No município de

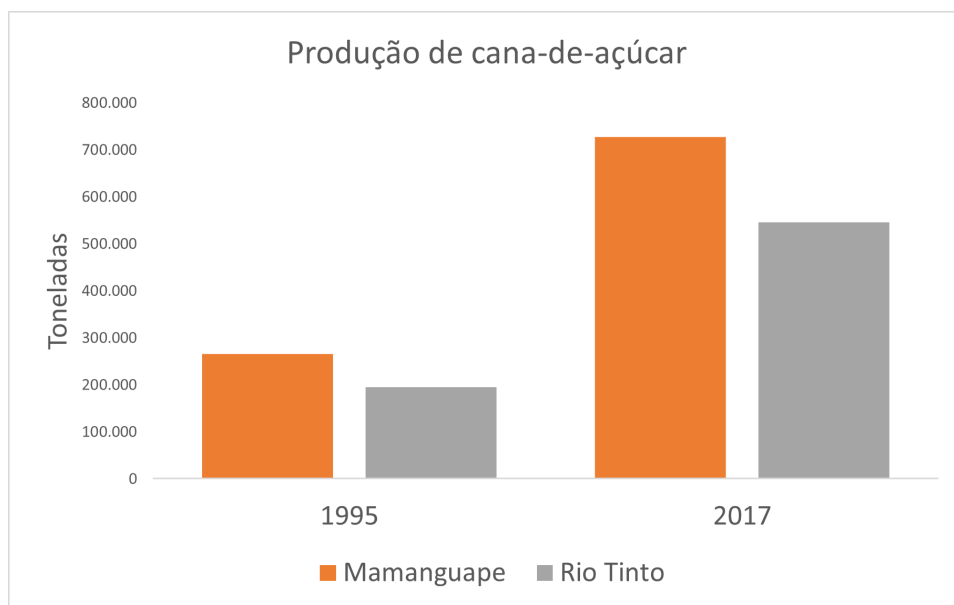
Rio Tinto, o aumento foi de 194.911 ton. para 545.379 ton. O número de pessoas ocupadas com a cultura da cana também cresceu, passando de 1.197 em 2006 para 1.788 em 2017 na cidade de Mamanguape. Em Rio Tinto, no mesmo período, o número de pessoas ocupadas na cultura da cana saltou de 519 para 1.129.

Figura 10: Gráfico – Produção de cana no Nordeste (1995-2017)



Elaboração própria – Fonte: IBGE

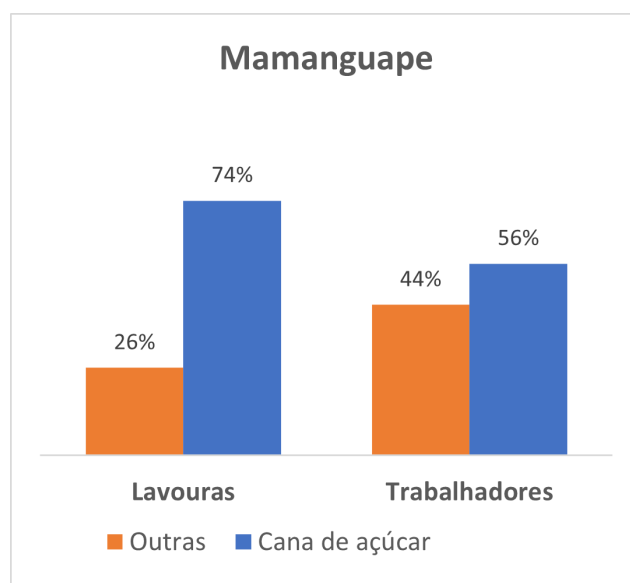
Figura 11: Gráfico – Produção de cana em Mamanguape e Rio Tinto (1995-2017)



Elaboração própria – Fonte: IBGE

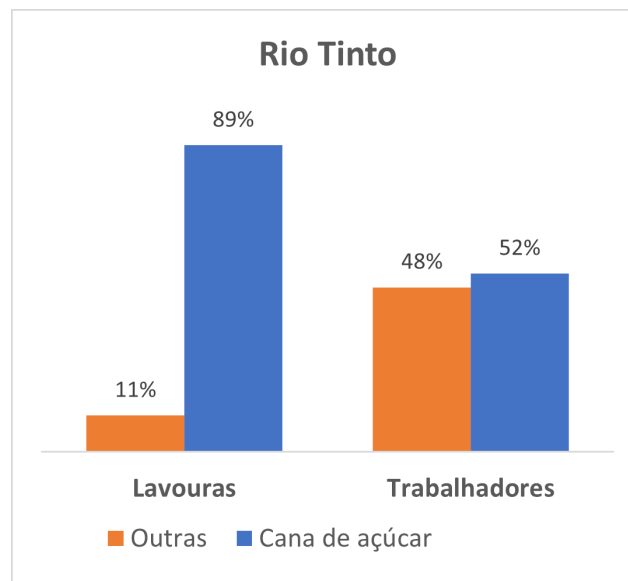
Para se ter uma ideia do protagonismo que a cultura da cana voltou a adquirir na região nos últimos anos, é importante ressaltar que esse setor hoje domina as lavouras temporárias das duas cidades. Ainda segundo os dados do Censo Agropecuário, no ano de 2017, em Mamanguape, dos 38.570 hectares de lavoura temporária, 28.699 são dedicados à cana. Já em Rio Tinto, dos 38.537 hectares de lavouras temporárias, 34.455 produzem cana. Apesar da cana-de-açúcar quase monopolizar as lavouras temporárias dos dois municípios, a participação na geração de emprego mostra-se bem menor. Em Mamanguape, a cultura da cana representa 74,4% das lavouras temporárias, mas só abarca 56,5% do pessoal ocupado (1.788 dos 3.160 trabalhadores em lavouras temporárias). Em Rio Tinto, a discrepância é ainda maior. A cultura da cana-de-açúcar representa 89,4% das lavouras temporárias, mas concentra apenas 52,0% das pessoas ocupadas (1.718 dos 3.302 trabalhadores em lavouras temporárias).

Figura 12: Gráfico – Participação do setor canavieiro em 2017 – Lavouras temporárias
X Número de trabalhadores ocupados (Mamanguape)



Elaboração própria – Fonte: IBGE

Figura 13: Gráfico – Participação do setor canavieiro em 2017 – Lavouras temporárias
X Número de trabalhadores ocupados (Rio Tinto)



Elaboração própria – Fonte: IBGE

Para avaliar o desempenho do setor na região, é preciso levar em conta também o fechamento de usinas de cidades vizinhas, como Santa Rita, que tinha três unidades funcionando no início dos anos 70 (Santa Rita, São João e Agroval), mas apenas uma em atividade no ano de 1996, a Usina São João (LIMA, 1997, p. 57). Hoje, entre usinas e destilarias, são pelo menos seis unidades operando no Vale do Mamanguape e seu entorno: Usina Monte Alegre, Japungu, São João, Agroval, D'Padua (antiga Agicam) e Destilaria Miriri. As duas últimas, porém, passam por um intenso processo de mecanização, o que deve diminuir a oferta de trabalho no setor, segundo João Lau³, Secretário de Assalariados da FETAG-PB.

³ Entrevista realizada em março de 2020.

Figura 14: Mapa – Usinas e destilarias em operação atualmente no Vale do Mamanguape e entorno.



Fonte: Google Maps

Dados da CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, indicam aumento da mecanização da colheita no Estado da Paraíba nos últimos anos. Até 2009, 0% da colheita de cana era mecanizada na Paraíba. Em 2019, apenas dez anos depois, já são 27%. Para José João da Silva⁴, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, esse é um processo irreversível. “A tendência é aposentar o corte de facão, né. Tá cada dia mais mecanizado. Aí o emprego diminui também, né”.

Segundo dados de 2010 do portal Smartlab, no município de Mamanguape 54% da população ocupada trabalha para o setor de serviços, incluindo a administração pública. A indústria concentra 25% da população ocupada e a agricultura 21%. Para se ter uma ideia da diminuição da participação do setor sucroalcooleiro na geração de empregos naquela região, basta considerar que a única usina em funcionamento hoje em Mamanguape, a Monte Alegre, informa que emprega no período de safra cerca de 2.000 trabalhadores, o que representa pouco mais de 15% da população ocupada no município, que é de 13,1 mil pessoas. E esse número pode estar superestimado. Segundo o

⁴ Entrevista realizada em março de 2020.

presidente do STR de Mamanguape, a Usina Monte Alegre não emprega mais do que 700 pessoas no período de safra.

Mamanguape e Rio Tinto apresentam péssimos índices nos quesitos relacionados à qualidade de vida da população. Dados de 2018 do Smartlab, portal do Ministério Público do Trabalho que traz informações sobre trabalho decente, revelam que 42% da população dos dois municípios vive em situação de pobreza ou extrema pobreza (2018). O IDH (índice de desenvolvimento humano) de ambos também é considerado baixo, 0.585 (2010). Para Nascimento,

De forma geral, as duas cidades, e seus municípios, apresentam atualmente graves dificuldades socioeconômicas e educacionais. As precárias condições de vida, e a economia baseada na produção açucareira monopolizada por algumas usinas, expressam-se nos indicadores sociais, situados entre os piores da Paraíba: expectativa de vida na ordem de 58,7 anos, taxa de mortalidade infantil de 67,4 por 1.000 crianças nascidas e até um ano de idade e a taxa de analfabetismo da população de mais de 15 anos de 46,0%. (NASCIMENTO, 2008, p. 11).

A concentração fundiária está entre os principais problemas da região. A incorporação das pequenas lavouras que eram destinadas à produção de alimentos, por exemplo, impactou negativamente no orçamento familiar dos moradores locais.

Não obstante, a menor oferta desses produtos no mercado interno (local e regional) contribui indubitavelmente para a elevação do preço da cesta básica, cujas repercussões afetam diretamente as populações de baixa renda que se vêem impedidas de suprir de maneira adequada as suas necessidades alimentares (COSTA, 2010, p. 162).

O desaparecimento dos pequenos sítios também reconfigurou o trabalho na terra, convertendo muitos agricultores em “trabalhadores assalariados temporários que se dedicam ao corte da cana apenas na época da safra, normalmente durante três ou quatro meses do ano” (COSTA, 2010, p. 162). Segundo o mesmo autor, além da instabilidade no emprego, esses trabalhadores também sofrem com precárias condições de trabalho e falta de amparo legal. “Além de receberem uma péssima remuneração e de enfrentarem jornadas de trabalho longas e exaustivas, muitos ainda continuam desamparados pela legislação trabalhista e previdenciária”.

Apesar do quadro ser preocupante, é importante lembrar que a mobilização dos trabalhadores se mostrou presente várias vezes na história do Vale do Mamanguape, sendo responsável por grandes conquistas. Na década de 60, o movimento operário e as ligas camponesas atuaram de maneira participativa.

As *Ligas Camponesas* tinham como bandeira de luta o fim do *cambão* e de outras formas de exploração da força de trabalho camponesa, bem como a defesa dos sítios para que todas as famílias pudessem morar e cultivar seus roçados de subsistência. Em outras palavras, a terra deveria pertencer de fato aos que nela trabalham. Preocupados com o crescimento do movimento popular, os latifundiários passaram a organizar milícias particulares a fim de proteger seus domínios. Milhares de camponeses foram perseguidos, outros foram torturados e mortos (COSTA, 2010, p. 152).

Em Rio Tinto, o sindicato dos trabalhadores da CTRT foi por muito tempo controlado pela própria indústria, segundo informações dos ex-funcionários. Em entrevista concedida a este pesquisador em trabalho de campo realizado durante a dissertação de mestrado, o operário conhecido como Gel afirma que “Aquele presidente que era a favor do povo, a companhia não gostava. Só queria os que fossem do lado dela” (DONATO, 2017, p. 252). Segundo ele, em toda a história do sindicato, somente um presidente teve uma postura declaradamente pró-trabalhador. Conhecido como Bolinha, foi eleito dirigente do sindicato em 1960, período de acirramento da mobilização dos trabalhadores na cidade. Posteriormente, em 1963, chegou ao cargo de prefeito de Rio Tinto. Porém, o período áureo da luta operária na cidade durou pouco. Com o golpe militar de 1964, o prefeito foi cassado e o sindicato desfeito. Como relata Gel:

Na época, nós votamos todos no Bolinha, né, porque ele já tinha sido um trabalhador braçal, tinha trabalhado na oficina. Por ele ter trabalhado na oficina, foi presidente do sindicato, depois foi prefeito, e na revolução ele saiu no pau. Correu no pau, ele, e o juiz que era de Rio Tinto, Dr. Ximenez, que pressionava a companhia. E quem pressionava a companhia eles botaram para fora (DONATO, 2017, p. 253).

Uma boa parte dos momentos relevantes da luta dos trabalhadores no Vale do Mamanguape pode ser encontrada em jornais da época e nos livros de história. Há, porém, carência de informações sobre a mobilização dos trabalhadores da região no momento atual.

A trajetória dos trabalhadores locais mostra-se, assim, historicamente marcada por precárias condições de vida e trabalho, além de dificuldades

organizativas. Ao que parece, porém, as transformações recentes no mundo do trabalho e emprego agravaram ainda mais essa realidade, exigindo novas respostas do poder público e da classe trabalhadora.

2. Capítulo II – Entre o Micro e o Macrossocial: Um Estudo de Trajetórias Ocupacionais e de Estratégias de Sobrevivência

2.1. O ganho com a etnografia

A etnografia, método de pesquisa que utilizamos pela primeira vez durante a pesquisa de mestrado na área da antropologia, também contribuiu para a elaboração desta tese de doutorado. Cabe aqui lembrar as colocações de dois autores consagrados, Bronislaw Malinowski e Roberto Cardoso de Oliveira, sobre algumas premissas do fazer etnográfico.

Na introdução de *“Os Argonautas do Pacífico Ocidental”*, Malinowski defende que uma verdadeira etnografia só pode ser desenvolvida através de um convívio direto com os nativos, de preferência íntimo, frequente e sem intermediários. “Através deste relacionamento natural, aprendemos a conhecê-los, familiarizamo-nos com seus costumes e crenças” (1984, p. 21). Assim, a vida do pesquisador integrado na comunidade “logo assume um caráter natural em plena harmonia com o ambiente que o rodeia”. A preocupação do autor com a inserção do pesquisador no campo é evidente, pois considera o processo de aproximação um elemento primordial para a apreensão da cultura estudada em suas manifestações autênticas.

Com o passar do tempo, acostumados a ver-me constantemente, dia após dia, os nativos deixaram de demonstrar curiosidade ou alarma em relação à minha pessoa nem se sentiam tolhidos com minha presença – deixei de representar um elemento perturbador da vida tribal que devia estudar, alterando-a com minha aproximação, como sempre acontece com um estranho (1984, p.21).

O respeito à cultura local é uma das chaves para a integração do pesquisador à comunidade, como pode ser observado nos apontamentos de Malinowski.

Tive que aprender a comportar-me como eles e desenvolvi uma certa percepção para aquilo que eles consideravam como boas ou más maneiras. Dessa forma [...] fui começando a sentir que entrara realmente em contato com os nativos. Isso constitui, sem dúvida alguma, um dos requisitos preliminares essenciais à realização e ao bom êxito da pesquisa de campo (1984, p. 22).

Ainda sobre o método etnográfico, vale assinalar as contribuições do antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira. O autor destaca “o olhar”, “o ouvir” e “o escrever” como as três etapas fundamentais da apreensão dos fenômenos sociológicos. E fornece pistas importantes para uma melhor execução de cada uma delas.

Para Oliveira, “o olhar e ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica” (1998, p. 31). Mas o olhar etnográfico, apesar de elemento constituinte do real apreendido através da observação, estaria sempre condicionado por uma construção pré-concebida do objeto, realizada pelo pesquisador com base nas teorias às quais tem acesso. Portanto, a compreensão da conduta de sujeitos ou grupos humanos passa também pelo exercício de ouvir “as ideias que a sustentam”, sem o que “jamais poderia ser inteiramente compreendida” (1998, p. 22). Para o autor, “a obtenção de explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada permitiria obter aquilo que os antropólogos chamam de ‘modelo nativo’, matéria-prima para o entendimento antropológico”.

“O olhar” e “o ouvir”, elementos complementares da apreensão do real, estão assim na origem do conhecimento que vai alimentar os pensamentos do pesquisador, a serem traduzidos posteriormente na forma escrita. Esta, então, representa o ápice do esforço analítico e sintético, visto que “é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática” (1998, p. 32).

As contribuições dos dois autores, Malinowski e Oliveira, nortearam as atitudes em campo tanto na pesquisa de mestrado quanto na de doutorado. Iniciante nas ciências sociais e acostumado à investigação jornalística, profissão exercida por este pesquisador durante mais de vinte anos, vivenciamos através da aproximação com a etnografia novas maneiras de acessar, observar e interpretar o mundo. A intrusividade, a superficialidade e o pragmatismo do fazer jornalístico, ainda que pertinentes para a profissão, mostraram-se inadequados para a exploração sociológica ou antropológica.

Essa reorientação exigiu a adoção de posturas diferenciadas no campo que busquei incorporar: pedir permissão antes de participar de qualquer tipo de evento; responder respeitosamente àquilo que foi questionado; aceitar as negativas; não adentrar a casa alheia antes de ser convidado; retribuir a atenção que recebia. O cuidado nos pequenos gestos, o respeito à cultura local e a explicitação de meus próprios valores foram atitudes fundamentais para conquistar a confiança e aprender a me relacionar com os meus interlocutores.

Novas práticas, assim, foram necessárias, na tentativa de aprimorar uma apreensão para além do fato “objetivo”. Ao invés de um observador externo, queria agora compreender os acontecimentos pelo “lado de dentro”. O envolvimento estreito com os informantes, repudiado pelo jornalismo, passou a ser um objetivo e não uma preocupação. A exploração das subjetividades, também.

Nas duas experiências, apesar de deixar claro estar exercendo a função de pesquisador, relação de investigação quase sempre apareceu permeada por afetos. Para além do assunto estudado, me esforcei para conhecer e entender as pessoas, verdadeiros atores do real sem os quais não existe espetáculo a ser visto.

Sem dúvida, essa maneira de proceder é trabalhosa e cheia de descaminhos. É no tempo do outro que se exercita a etnografia. Sob seu teto, costumes, valores, humores. E a perspectiva também é conflitante com a rigidez temporal do decurso acadêmico. Cabe ao interlocutor decidir quando e se seremos “aceitos”. Não há prazo estabelecido no jogo dos afetos.

Acreditamos, porém, que toda a dificuldade é devidamente recompensada quando esse processo é bem-sucedido. Durante as duas pesquisas, realizei ótimas entrevistas, detalhadas e em profundidade, que renderam relatos de grande conteúdo informativo. Porém, por vezes, foi nos momentos que só vivenciei por estar integrado na comunidade, que certas percepções afloraram. Nas horas de festa, queixume, emotividade, interação, comportamentos e valores narrados ganhavam sentido ao acontecerem de maneira espontânea na rotina da comunidade e de seus membros. Um sentimento, um olhar, um

murmúrio, podem às vezes dizer mais do que um enunciado. No exercício etnográfico, cada detalhe tem o seu valor.

2.2. A importância da memória individual e coletiva

Levando em conta as características do grupo que constitui nosso objeto de estudo, famílias de ex-trabalhadores dos setores sucroalcooleiro e da tecelagem, trataremos da questão da memória em suas múltiplas dimensões, não só enfocando as memórias individuais, mas também as coletivas.

Quando falamos de memória coletiva, nos aproximamos aqui das formulações de Maurice Halbwachs, um dos sociólogos mais dedicados ao tema. Herdeiro do pensamento durkheimniano, o autor francês tratava a memória como um fenômeno social, dando bastante peso à dimensão institucional quando abordava a formulação das lembranças dos indivíduos. Para ele, “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam suas fontes nos meios e nas circunstâncias sociais definidas” (1990, p. 36). Assim ocorreria também na formação da memória, associada a uma concepção coletiva de existir no mundo, despertada após a primeira infância quando adquirimos a percepção de ser “ente social” (p. 38). O autor defende que os acontecimentos que povoam nossas memórias foram inscritos pelos grupos nos quais nos inserimos, e se podem ser recordados, é porque são também por eles formados, a ponto de às vezes ser difícil discernir um acontecimento individual de um coletivo.

Acontece com muita frequência que nós atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros (1990, p. 47).

Halbwachs não nega a existência de memórias pessoais. Porém, a particularidade de cada memória se deve às diferenças nas trajetórias dos indivíduos, que mobilizam diferentes repertórios pertencentes aos diversos grupos nos quais se inseriram ao longo da vida, criando uma narrativa que apesar de única, é ainda assim coletiva. Perspectiva interessante para esta pesquisa, pois permite aliar os significados atribuídos à realidade pelos sujeitos

com os da classe social ou categoria profissional à qual pertencem. Como exemplifica o autor:

[...] quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo “esteve só”, segundo a linguagem comum. Mas lá não esteve senão a aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade (1990, p. 36, 37).

Acerca da memória coletiva, Michael Pollak destaca o papel desta no estabelecimento e na manutenção dos grupos sociais:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (1989, p.7).

É neste sentido que o conceito de memória é caro para esta pesquisa. Pois é através do conhecimento da memória do grupo estudado que poderemos avançar em reflexões de como ele se constituiu como grupo, o que o diferencia e assegura sua permanência ou dissolução. Em outras palavras, explorando esse caminho pretendemos compreender como se dá a construção das identidades coletivas (classistas, profissionais, regionais) e quais os processos envolvidos “para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p.7). Dimensão que interfere na maneira como os sujeitos significam o passado e se aproximam ou distanciam dos princípios do coletivo de origem, no processo de ajustamento às novas realidades do mundo, entre elas as relações de trabalho.

Um exemplo que ajuda a compreender como a memória se articula à constituição e permanência de um coletivo pode ser encontrado no livro de Cornélia Eckert, “Memória e Trabalho: Etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão” (La Grand-Combe, França). O objeto de estudo de Eckert, uma comunidade de mineiros de uma carvoeira francesa em processo de desproletarização, guarda semelhanças com aquele por nós

escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa. La Grand-Combe é uma região do sul da França que por mais de um século abrigou uma grande indústria produtora de carvão. Em torno do empreendimento, que transformou a vida nos arredores, diversos trabalhadores se instalaram formando uma comunidade que tinha como ponto basilar a atividade laboral de extração carbonífera. Em meados dos anos 80, com a crise do setor, a mina de carvão foi desativada. Seu fechamento levou à extinção na região de uma atividade profissional que constituía um elemento central para o reconhecimento identitário do grupo. Nas palavras da autora, o principal objetivo do estudo que realizou foi:

[...] compreender como este grupo operário se reorganiza neste processo de desestruturação industrial, de desordem da identidade social da comunidade de trabalho – como as famílias ali ainda residentes, herdeiras de um tempo coletivo e portadoras da memória do grupo, reinterpretam os tempos vividos através do olhar a partir de um presente de crise pousado sobre trajetórias de trabalho “produtivo” (categoria assalariada) no passado, reordenando os tempos pensados e vividos em suas descontinuidades (2012, pp. 19 e 20).

Em seu livro, a autora defende que a formação de uma memória coletiva foi um elemento primordial para a constituição de um grupo coeso e durável em La Grand-Combe.

A experiência de uma trajetória comum na mesma vila os homogeneiza. Eles são os portadores privilegiados de uma memória coletiva que amalgama as reflexões sobre os tempos vividos, e de onde brotam as narrativas que misturam as lembranças encantadas ou nostálgicas do passado e as reflexões realistas (positivas ou negativas) sobre a dinâmica das práticas sociais do presente (2012, p.106).

A memória de uma “trajetória comum” parece ainda mais importante para a manutenção do coletivo quando este enfrenta a possibilidade de dissolução como consequência de reorientações econômicas (ou por outras motivações). É através da evocação de suas memórias que se dá a reconstituição da identidade mineira, permitindo sua permanência mesmo em épocas de ruptura. Como afirma Cornélia Eckert, “é na memória que estão os significados de uma história vivida, e é graças a ela que a comunidade pode manter uma noção de continuidade contra a imagem da morte, isto é, da pluralidade e da dissociação” (2012, p.121).

Na conclusão, a autora chama atenção para a duração e permanência de um *ethos* mineiro em La Grand-Combe, ainda possível de ser percebido na

ocasião em que a pesquisa foi realizada, apesar de todas as mudanças pelas quais passaram a região e seus moradores.

[...] mesmo que uma nova cidade La Grand-Combe seja construída, ela o será sobre ruínas da vila mineira. Ela é esta testemunha eterna lembrando que não importa o que venha ser o futuro construído pela vila, os homens ali estarão e, em alguma medida, terão sempre que dar conta que, outrora, a vila fora mineira. Acabarão a ser obrigados a assumir um passado que não morre jamais, enquanto o futuro for construído por eles próprios. Porque se tudo muda, as pessoas não param de compor uma continuidade. Porque se a ruptura é morte, ela o é na dimensão de uma tragédia, e apesar da morte física, os homens não cessam de criar a vida. Porque enquanto a humanidade existir, não termina esta força de estabelecer um tempo humanitário que se solidarize com o esforço de construir uma duração (2012, p.122).

Para Eckert, por mais alterações que sofra a realidade de uma comunidade laboral, suas formas primordiais estarão sempre inscritas nas configurações sociais e percepções subjetivas das pessoas que a sucedem. Formulação em consonância com as reflexões do aqui já citado Michael Pollak, para quem “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (1989, p.6).

Ao tratar do assunto, Pollak ressalta a subjetividade da memória e destaca que esta é também um elemento de construção e disputa. Pois é através dela que pessoas e instituições se estruturam e constroem suas imagens para o mundo. A memória é, então, um “fenômeno construído”, de maneira consciente ou não, “em função das preocupações pessoais e políticas do momento”. O autor reflete ainda sobre o papel da “memória oficial”, como instrumento de dominação a serviço do estado, e defende uma abordagem da memória para além da versão dominante, que ele classifica como “memórias subterrâneas”.

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (1989, p.6).

Essa perspectiva desenhada por Pollack abre a possibilidade para um estudo que revele novos elementos sobre o grupo formado pelos trabalhadores do Vale do Mamanguape, para além daqueles já explicitados pela história oficial.

2.3. Captação e tratamento da informação viva: histórias de vida e depoimentos pessoais

Em campo, adicionamos à observação do pesquisador a gravação de depoimentos em áudio. A captação de narrativas sobre as memórias dos trabalhadores é algo que Maria Isaura Pereira de Queiroz classifica como registro da “informação viva”. Ela define como informação viva um relato oral que “provém diretamente do informante” (1983, p. 67). E explora dois conceitos que ajudam na coleta e na interpretação desse material, “histórias de vida” e “depoimentos pessoais”.

Queiroz explica que “histórias de vida” são as narrativas das trajetórias completas dos entrevistados, captadas através de “entrevistas livres”, evitando sempre que possível a diretividade e a interferência durante a experiência com o interlocutor, a quem cabe decidir sobre o que será relatado para o pesquisador. Os “depoimentos pessoais” seguem diretrizes semelhantes, com a ressalva de que se concentram em um lapso de tempo reduzido e permitem um certo direcionamento temático. Ambas as conceituações e suas implicações metodológicas foram exercitadas durante a pesquisa.

As duas técnicas exigem cuidados metodológicos ao serem aplicadas no campo. Paul Thompson dá dicas valiosas no livro *“A voz do passado: história oral”*, entre elas evitar “fazer perguntas que levem os informantes a pensar do modo que você pensa” e “estimular os informantes a apresentar os termos que habitualmente utilizam” (1992, p. 262). O autor ainda chama atenção para outros pontos importantes a serem levados em conta quando da realização de entrevista. O equipamento deve, sempre que possível, ser discreto para não intimidar o interlocutor. Mas também deve ser bom o suficiente para garantir a qualidade da gravação. Evite interromper a narrativa e fazer perguntas desnecessárias. A conversa deve ser feita em um lugar “que o informante se sinta à vontade”. Na maioria das vezes, a melhor opção é ficar sozinho com o entrevistado. “A completa privacidade proporcionará uma atmosfera de total confiança em que a franqueza se torna muito mais possível.” (1992, p. 265). Após o término da entrevista, sugere-se que sejam registradas as informações adicionais que porventura não constam na gravação e que sejam conferidas e catalogadas as mídias gravadas.

Verena Alberti chama atenção para o fato de nenhuma entrevista ser igual a outra, sendo por isso difícil avaliar o sucesso ou insucesso desse tipo de prática

investigativa. “Uma pesquisa de história oral produz entrevistas diferentes em quantidade e densidade, e muitas vezes isso depende dos entrevistados” (2005, p. 173). O pesquisador deve ter a percepção de que o silêncio e o desinteresse por parte dos interlocutores também são significativos, podendo esse tipo de situação ser “particularmente relevante quando tomamos a própria parcimônia do discurso como objeto de reflexão”. Há de se levar em conta, ainda, que toda pesquisa tem um ponto de saturação, momento em que as entrevistas começam a se repetir, seja na forma, seja no conteúdo. Para a autora, é no ponto de saturação que o pesquisador encontra a possibilidade de, a partir dos relatos dos sujeitos sobre suas experiências vividas, observar generalizações possíveis. As repetições encontradas no ponto de saturação podem revelar padrões que auxiliem na compreensão do funcionamento do corpo social.

Queiroz também defende que a apreensão da trajetória individual dos informantes é uma ferramenta que pode trazer bons frutos mesmo para estudiosos que buscam exercitar interpretações mais sistemáticas e estruturais sobre o objeto de pesquisa.

A história de vida [...] se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence.” (1988, p. 20)

Segundo Queiroz, é justamente a busca por compreensões que extrapolam a esfera individual que diferenciam as “histórias de vida” das biografias, estando estas últimas geralmente focadas na vida particular de um sujeito, nas fases da existência de um personagem através do tempo.

A metodologia proposta por Maria Isaura Pereira de Queiroz também foi adotada por este pesquisador para o tratamento da chamada informação “viva”. Esta, depois de captada, deve ser transcrita, preferencialmente pelo mesmo pesquisador que realizou a gravação. “Ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele, um exercício de memória em que toda a cena é revivida”, e pode assim revelar o “estado de espírito que então detectou em seu interlocutor” enriquecendo “o documento e suas informações” (QUEIROZ, 1983, p. 83).

Para ela, somente através da análise do material - “decomposição” e “subsequente recomposição” e “desmembramento dos tópicos que contém” -, podemos aproveitar ou indagar a informação contida em um documento. A autora propõe o seguinte procedimento para a sistematização e análise dos dados coletados:

- 1 - análise temática das entrevistas [...]
 - 2 - fragmentação [...] das entrevistas segundo os temas emanados da análise acima referida [...];
 - 3 - recomposição de cada entrevista em função de uma ordem segundo a importância e a sequência dos temas encontrados [...];
 - 4 - a construção de um conjunto coerente em que cada depoimento seria uma unidade [...]
- Estas quatro fases exprimem movimentos de análise e síntese em dois níveis [...]. O primeiro momento, que era também o primeiro nível, dizia respeito a cada depoimento per se; o segundo momento, - o segundo nível, - se passava ao nível do conjunto de todos os depoimentos e da ordenação de uns em relação aos outros (1983, p. 118 e 119).

Queiroz afirma que tanto as histórias de vida como os depoimentos pessoais, depois de transcritos, “passam a constituir documentos como quaisquer outros” (1983, p. 91). Podendo, assim, ser cotejados “com outros tipos de documentos”, incluindo “o caderno de campo e as próprias recordações do pesquisador” (p. 86), além da bibliografia de apoio, como fizemos durante o desenvolvimento desta pesquisa.

O cruzamento das informações obtidas com as fontes já existentes pode ser de fundamental importância para elucidar significados diferenciados em acontecimentos já inscritos no senso comum das comunidades estudadas. Como afirma Verena Alberti, “o trabalho simultâneo com diferentes fontes e o conhecimento aprofundado do tema permite perceber ‘dissonâncias’ que podem indicar caminhos profícuos de análise das entrevistas de história oral” (2005, p. 189).

2.4. O recurso ao estudo de trajetórias ocupacionais, na busca dos elos entre o micro e o macro

Firmou-se no Brasil uma tradição de estudos sobre trajetórias ocupacionais, sendo mais fortemente fundamentada em uma perspectiva de tipo mais quantitativa, embasada em dados de emprego, desemprego, migração etc. Com isso buscou-se realçar o caráter longitudinal das situações de inserção

laboral dos indivíduos, assim como as suas correlações com contextos macroeconômicos e sociais.

Hirata e Humphrey (1989) investigaram as trajetórias ocupacionais de trabalhadores egressos da indústria no começo dos anos 80 na cidade de São Paulo, período da história do país marcado pela recessão econômica e aumento do desemprego. Rebatendo a tese de que o caminho natural do trabalhador dispensado do setor formal é a informalidade, os autores apontam alguns fatores que influenciaram as estratégias adotadas pelos operários que buscavam reinserção no mercado trabalho. São em suas trajetórias ocupacionais que parece repousar o repertório de ações e valores mobilizados para lidar com a situação de desemprego.

Em primeiro lugar, a força da identidade operária, ou sua preferência por ocupações específicas ou tipos determinados de emprego podem influenciar a procura de trabalho e a duração de um desemprego eventual. Em segundo lugar, a posição do trabalhador na família pode resultar em pressões diferentes no sentido de aceitar ou abandonar um emprego, ou no sentido de restringir a procura a setores específicos. Isso pode variar segundo o sexo, a posição na família e o tipo de domicílio. Em terceiro lugar, as oportunidades oferecidas aos trabalhadores no mercado de trabalho podem variar consideravelmente de acordo com a qualificação e a experiência (1989, p. 74).

Ao analisar as trajetórias ocupacionais de trabalhadores egressos da indústria automobilística na Região Metropolitana de São Paulo, que a partir da reestruturação produtiva iniciada na década de 90 desemprega grandes quantidades de trabalhadores, Cardoso (1998) diagnostica aquilo que define como “altíssimas taxas de mortalidade de classe”. Ou seja, em boa parte das ocasiões, “ao perder um emprego, o metalúrgico tem grande possibilidade de deixar de sê-lo” (1998, p. 06), perdendo junto a identidade de um trabalhador com direitos, realidade intimamente ligada à possibilidade de um vínculo formal de trabalho. O autor explica:

O vínculo formal de trabalho traz o trabalhador à superfície da cena social, tornando-o protagonista de seu próprio destino, dando-lhe visibilidade pública e conferindo estabilidade à sua relação com o Estado via acesso regulado à legalidade imperante, a algo que poderia ser nomeado “mínimos civilizatórios” em termos de remuneração e direitos. A perda do emprego significa, para metade dos trabalhadores do setor, a exclusão pura e simples desse mundo estruturado dos direitos do trabalho e a inclusão, por contrapartida, no outro mundo do trabalho, aquele informalmente regulado, invisível do ponto de vista do Estado e suas instituições, provavelmente ainda mais predatório em relação à força de trabalho (1998, p.07).

Para além dos impactos nas trajetórias individuais desses sujeitos, Cardoso ressalta também os efeitos das mudanças recentes no mundo laboral para as categorias profissionais e para a classe trabalhadora como um todo, que sofre para organizar movimentos coletivos numa realidade onde os percursos ocupacionais tornam-se cada vez mais instáveis.

Se considerarmos que identidades sociais pouco estáveis não são bons terrenos para a construção de identidades coletivas sindicais ou políticas; e que a solidariedade de classe ou de categoria é tanto mais difícil de se construir e manter quanto menos os indivíduos se percebem compartilhando um destino comum, minimamente discernível a longo prazo, então os dados disponíveis sugerem que aqueles movimentos e instituições sociais se consolidaram e fortaleceram apesar da brutal fluidez de sua base de sustentação. Acrescente-se, ademais, que essa fluidez torna muito complexa a ação sindical. De um lado, porque os sindicalistas têm que estar constantemente reproduzindo a vontade de agir de seus representados, vontade de agir que é a fonte do poder sindical, isto é, necessita-se socializar os sempre novos entrantes no mercado de trabalho para a ação coletiva. De outro, há necessidade de reprodução constante de lideranças sindicais entre os novos membros da classe ou da categoria, de sorte a garantir a sobrevivência da instituição (1998, p.06).

Em outra obra, Cardoso (2000) explica as possibilidades abertas pela abordagem das trajetórias ocupacionais nos estudos sobre o mundo do trabalho. Para ele, a investigação dos fatos relacionados à biografia dos sujeitos, em paralelo à compreensão conjuntural, ajuda a entender a maneira como cada indivíduo se insere no mercado laboral, os “processos causais subjacentes às trajetórias individuais no mercado formal de trabalho” (2000, p. 161). Os elementos biográficos estão, assim, intimamente “relacionados com as escolhas ocupacionais ao longo da vida”. No estudo em questão, o autor aponta como eventos importantes nesse processo as trajetórias migratórias, trajetórias nupciais e as estratégias reprodutivas dos casais.

Em texto publicado no ano de 2001, Cardoso, Comin e Guimarães analisam os impactos da reestruturação produtiva nas trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria. Assumindo que uma das consequências da reestruturação produtiva é o fechamento de postos de trabalho, os autores adotam como hipótese que “quanto mais sistêmica a reestruturação de um setor qualquer, maiores os riscos de perda do emprego e menores as chances de reinserção profissional dos demitidos” (2001, p. 19). A partir desta premissa,

passam a analisar o percurso de trabalhadores desligados dos setores automobilístico (São Paulo) e petroquímico (Bahia).

Além de confirmarem a hipótese, os autores do referido estudo avançam na análise do impacto da reestruturação produtiva na trajetória dos trabalhadores. Afirmam, assim, que além do fechamento de postos de trabalho, é possível observar também um “movimento de dilapidação pura e simples das habilidades e qualificações de contingentes inteiros de trabalhadores, regularmente substituídos por outros” (2001, p. 21), o que impede a construção de uma trajetória profissional regular e diminui as chances de obtenção de um emprego formal e consequentemente do acesso a direitos laborais. Ressaltam ainda “a inexistência de mercados externos secundários de força de trabalho nesses setores” (p. 22).

No ano de 2002, Noela Invernizzi publica um estudo sobre trajetórias ocupacionais de trabalhadores de Curitiba (PR) em risco de exclusão do mercado formal, enfocando pessoas com baixa escolaridade que passaram por Programas de Educação Profissional ofertados pela Universidade Federal do Paraná. A autora observa que, de maneira geral, essas iniciativas formadoras tiveram um impacto positivo sobre as trajetórias ocupacionais dos participantes da pesquisa. Ainda assim, prevalecem nas narrativas características comuns que apontam para uma crescente precarização das condições de trabalho, principalmente entre as mulheres, os trabalhadores mais jovens e os de menor escolaridade.

Temos mostrado que as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores entrevistados se caracterizaram pela inserção prematura no mercado de trabalho; pelos vínculos de emprego e ocupações pouco duradouros; pelos índices altos de informalidade, especialmente entre as mulheres; pelo desemprego freqüente; pelos baixos rendimentos e pela escassa qualificação das funções desempenhadas. Todos esses indicadores mostram que trabalhadores com um nível de educação baixo e com uma frágil ou inexistente formação profissional só conseguem se posicionar nos degraus menos favorecidos do emprego formal ou em ocupações informais. São, também, cada vez mais afetados por demissões e desemprego (p. 11).

Esse tipo de abordagem é também bastante explorado nas obras de Nadya Guimarães. Em estudo publicado no ano de 2006, a autora relaciona trajetórias ocupacionais e desemprego na região metropolitana de São Paulo. Entre aqueles que sofriam com a falta de emprego, chamou atenção a

recorrência de uma história de vida “marcada pelo reduzidíssimo comando sobre as condições de oferta e negociação da sua força de trabalho” (p. 114), que impelia muitos à construção de uma trajetória profissional pouco linear.

O intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho refletia, assim, o esforço individual no sentido de obter algum rendimento que permitisse a sobrevivência, dada a fragilidade da proteção institucional, ainda que isso acarretasse passar com muita frequência da condição de ativos à de inativos, de ocupados à de desempregados (p. 107, 108).

Em sintonia com as colocações de Cardoso, Guimarães afirma que a instabilidade das carreiras profissionais no contexto contemporâneo, além de muitas vezes resultar em um afastamento do mercado formal e prejuízos materiais para a classe trabalhadora, interfere também no associativismo e no reconhecimento da pertença a uma categoria laboral. Para a autora, durante a constituição das trajetórias ocupacionais instáveis por ela observadas,

[...] corroíam-se não apenas a segurança ocupacional, o capital de qualificação acumulado e os níveis de vida, mas as identidades coletivas de base profissional que haviam fundado a emergência de amplos movimentos sociais de trabalhadores, a partir do final dos anos 1970 (Guimarães, 2006, p. 109).

Ferreira, Aued & Vendramin publicam, em 2007, um artigo onde avaliam o uso dessa estratégia de pesquisa em um estudo realizado com alunos egressos do ensino fundamental que agora adentravam o mercado de trabalho. Valendo-se dos estudos de outros autores do tema, conceituam o que classificam como trajetórias ocupacionais na pesquisa em desenvolvimento nos seguintes termos (2007, p. 14):

Compreendemos como trajetória “o processo de configuração de uma experiência social singular” (KOFES, 2001). Trajetórias de trabalho, então, são entendidas como “os itinerários visíveis, os cursos e orientações que as vidas dos indivíduos tomam no campo do trabalho, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo (GUZMAN, MAURO, ARAÚJO, 2000, p.12) (p.15).

Em campo, as autoras do estudo em questão realizaram entrevistas individuais e coletivas, que se aproximaram das metodologias usadas tanto na coleta de histórias de vida quanto nas de depoimentos pessoais, não sendo porém nem tão abrangentes quanto as primeiras nem tão segmentadas quanto as segundas.

Considerando os deslocamentos necessários entre o que seria rigorosamente história de vida e depoimento, nossa opção foi trabalhar

com uma associação entre as duas abordagens. Dessa forma, foi possível entrevistar todos os egressos que localizamos, buscando conhecer suas histórias de vida, porém, propondo um corte de tempo e de espaço nas narrativas dos sujeitos investigados, de acordo com os objetivos desta pesquisa (p. 106).

Foram características marcantes das trajetórias ocupacionais retratadas a “grande rotatividade entre as ocupações que, na maioria das vezes, acontecem sem registro em carteira de trabalho. Além disso, observamos a não-linearidade destas, ou seja, períodos de desemprego ou inatividade” (p. 115). As autoras apontam ainda que os dados obtidos revelam “que o aumento da escolaridade destes jovens, em relação à de seus pais, não foi acompanhado, na maioria das vezes, de mobilidade ocupacional ou social” (p. 115).

Nas conclusões, Ferreira, Aued & Vendramin afirmam considerar o estudo das trajetórias ocupacionais uma escolha acertada, e enfatizam a dimensão processual que se revela através desse tipo de abordagem por não ignorar o papel dos agentes. “A análise de trajetórias possibilita investigar o vir a ser, ou seja, compreendendo que a trajetória é um processo, percebe-se que, dentro de um determinado trajeto existe a possibilidade de bifurcações” (p. 114).

Em estudo publicado no ano de 2008, Pires e Macambira Júnior analisam trajetórias ocupacionais de trabalhadores da região Nordeste, e apontam que escolaridade e experiência profissional são diferenciais que resultam em grande parte das vezes em maior empregabilidade e melhores remunerações. Porém, de maneira geral, a diminuição da oferta de emprego tem afetado a qualidade das ocupações oferecidas no mercado. Segundo os autores,

[...] assiste-se a uma contínua precarização das ocupações, diante do processo ascendente de seletividade do mercado de trabalho, que cada vez mais se consolida, em função do descompasso entre o tamanho da força de trabalho e a geração de empregos formais” (2008, p.71, 72).

Em artigo publicado no ano de 2012, Guimarães, Andrada, Picanço & Vieira analisam as influências das trajetórias ocupacionais nas estratégias mobilizadas pelos indivíduos para a obtenção de emprego. As autoras analisam o acionamento de redes pessoais para a consecução desse fim, e afirmam que a trajetória ocupacional não é o único fator valorado na busca por um trabalho.

Ademais, mobilização e articulação de atributos estão imersas na dinâmica biográfica das trajetórias individuais, que não são redutíveis aos seus percursos ocupacionais, mas que envolvem outros tipos de

percursos (migratórios, reprodutivos, escolares, só para citar alguns) (p.107).

O estudo conclui afirmando que o acionamento das redes pode ter grande influência na construção das trajetórias ocupacionais e acabar determinando se serão mais estáveis e vulneráveis. Ao mesmo tempo, “o modo pelo qual esses circuitos de relações são construídos e acionados está ancorado nas representações construídas pelos indivíduos com respeito ao que foi vivido em suas trajetórias, por um lado, e ao que esperam para si no futuro imediato, por outro” (p. 142). A constituição de redes e trajetórias, assim, estão sempre imbricadas e influenciam-se mutuamente.

Também em 2012, Cardoso publica outro artigo fazendo uso do estudo das trajetórias ocupacionais. Desta vez, foca as transições entre mercados de trabalho metropolitanos, no caso de São Paulo e Rio de Janeiro. O autor utiliza dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) para reconstituir as trajetórias ocupacionais de trabalhadores de três setores, “operários da construção civil; os trabalhadores das chamadas ‘classes criativas’; e os “dirigentes e gerentes” de empresas públicas e privadas, categoria que inclui os altos cargos da administração pública” (p. 723).

Nesse estudo, Cardoso conclui que há indícios de conexão entre o mercado de trabalho das duas regiões metropolitanas. E, ainda que o número de pessoas que transitam entre os mercados de Rio de Janeiro e São Paulo pareça reduzido, “os valores absolutos envolvidos são elevados (mais de quatro milhões de assalariados entre 1985 e 2008)” (p. 741). Além disso, o autor destaca que essa experiência tem motivações e resultados diversos entre os diferentes estratos da classe trabalhadora, sendo possível observar “grande fluidez geográfica das categorias ocupacionais menos qualificadas” (p. 742), que geralmente apresentam uma rotatividade maior. Entre os representantes mais bem posicionados na “hierarquia ocupacional”, a migração acontece na maioria das vezes associada a uma melhoria da renda.

Mais recentemente, Guimarães, Brito e Comin (2020) tratam, em mais um estudo sobre trajetórias ocupacionais, da análise da transição escola-trabalho entre jovens brasileiros de 15 a 29 anos. Para tanto, os autores se utilizaram de dados coletados por uma pesquisa domiciliar de amostragem realizada pela

Organização Internacional do Trabalho com jovens brasileiros de 160 municípios entre 2000 e 2013. O objetivo foi evidenciar “elos entre padrões de percurso e características dos que os perfazem, evidenciando o peso de desigualdades estruturais na diferenciação dos destinos ocupacionais” (p. 478).

Guimarães, Brito e Comin iniciam fazendo a ressalva de que o período abordado pela pesquisa, 2000 a 2013, foi marcado por uma conjuntura bastante diferenciada da história recente do país, que vivenciava significativo crescimento econômico e ampliação do número de vagas de trabalho formais. Ainda assim, a pesquisa revelaria que não é possível ignorar que os “marcadores sociais” continuavam a ter grande peso na maneira que esses jovens desenvolviam suas trajetórias ocupacionais, pois “mesmo em um contexto tão positivo, as condições de acesso ao mercado de trabalho e de permanência nele variaram conforme a idade, o sexo, a cor, a posição na família, o ciclo reprodutivo, a origem social e o nível de instrução dos indivíduos” (p. 489).

Avançando nesse raciocínio, os autores reforçam a ideia de que desigualdades estruturais características do país influenciam o percurso laboral dos jovens, sendo possível dizer que determinantes sociais externos ao mercado de trabalho têm grande peso na maneira diferenciada como cada indivíduo se insere na vida profissional, ainda que a conjuntura econômica seja favorável. É possível afirmar ainda que tal diferenciação se agrava ainda mais em períodos de crise, como a que vivenciamos hoje.

Várias abordagens trouxeram, mais presentemente, as dimensões subjetivas que os estudos de trajetórias são capazes de revelar, assim como suas interconexões com as dimensões objetivas, dando ênfase às correspondências entre as experiências individuais e os contextos sociais mais amplos.

Em artigo publicado no ano de 1998, onde explora os significados do trabalho para ocupados no serviço doméstico e da construção civil na Argentina e no Chile, Casassus afirma que reconstituições biográficas são particularmente pertinentes para pesquisas sobre a classe trabalhadora latino-americana, devido a características que a singularizam em relação a populações obreiras de outros países. Nas palavras da autora,

Ciertas características de las sociedades latino americanas explican la pertinencia, cada vez mayor, del uso del método biográfico en la investigación empírica. Entre ellas se puede mencionar: la inestabilidad económica y política, fuente de discontinuidad y ruptura en los comportamientos sociales; la heterogeneidad del mercado de trabajo que define modos de inserción inestable en el trabajo asalariado; la persistencia de flujos migratorios y la movilidad geográfica; la escasa codificación de las relaciones laborales y de las estructuras de calificación (p.3)⁵.

Para Casassus, essas particularidades “configuran un cuadro difícil de apreender con los métodos clásicos de estadísticas y encuestas”⁶ (1998, p.3). O autor complementa dizendo que “las trayectorias laborales se definen primero por la forma de inserción en un espacio urbano construído socialmente”⁷. Nesse sentido, o método biográfico se mostra de grande valia, pois “al restituir la configuración real de una carrera profesional, indica los valores y normas que se activan em momentos clave de la vida profesional y que contribuyen a explicar las trayectorias”⁸ (1998, p. 7).

Segundo Casassus, alguns pesquisadores são críticos ao uso do método biográfico, sendo a principal alegação “el riesgo de recoger sólo la versión subjetiva que el entrevistado quiere presentar de su vida”⁹. Porém, para o autor, é justamente o desvelamento das subjetividades dos sujeitos a maior potencialidade do método biográfico, pois “es justamente esa reconstrucción subjetiva lo que permite llegar a un nivel de análisis que le está vedado a otros métodos, éste es, el análisis de las representaciones y de la identidad social”¹⁰. (1998, p. 13). Em síntese, essa reconstituição subjetiva permitiria, entre outras

⁵ “Ciertas características das sociedades latino americanas explicam a pertinência, cada vez maior, do uso do método biográfico na pesquisa empírica. Entre elas é possível mencionar: a instabilidade econômica e política, fonte de descontinuidade de ruptura nos comportamentos sociais; a heterogeneidade do mercado de trabalho que define modos de inserção estável ao trabalho assalariado; a persistência dos fluxos migratórios e da mobilidade geográfica; a escassa codificação das relações laborais e das estruturas de qualificação” Tradução própria.

⁶ “configuram um quadro difícil de aprender com os métodos clássicos de estatísticas e levantamentos” Tradução própria.

⁷ “as trajetórias laborais são definidas primeiramente pela forma de inserção em um espaço urbano socialmente construído” Tradução própria.

⁸ “ao restabelecer o contexto verdadeiro de uma carreira profissional, indica os valores e normas que são ativados em momentos-chave da vida profissional e que contribuem para explicar percursos” Tradução própria.

⁹ “o risco de coletar apenas a versão subjetiva que o entrevistado quer apresentar sobre sua vida” Tradução própria.

¹⁰ “é justamente essa reconstrução subjetiva que permite atingir um nível de análise vedado a outros métodos, ou seja, a análise das representações e da identidade social” Tradução própria.

possibilidades, a apreensão do real significado do trabalho para populações inseridas em ocupações precárias.

A autora conclui dizendo que o estudo biográfico, quando associado a outros métodos de pesquisa, pode ajudar na compreensão de como condições objetivas e subjetivas se combinam, possibilitando um entendimento mais amplo do processo de construção das trajetórias ocupacionais de trabalhadores na América Latina.

El uso de las biografías ocupacionales permite identificar las variables relevantes en las trayectorias profesionales y su relación con variables sociales. El método puede entonces ser utilizado en forma previa a estudios cuantitativos o encuestas de empleo, metodologías que están diseñadas para medir la frecuencia y extensión de ciertos comportamientos¹¹ (Casassus, 1998, p. 17, 18).

Em artigo publicado no ano de 1998, Dombois realiza um estudo comparativo das trajetórias ocupacionais de trabalhadores industriais colombianos e alemães. O autor inicia questionando a adoção de pressupostos que uniformizam o trabalho na indústria. Segundo ele, ainda que seja possível identificar similaridades em certas condições estruturais, como “la situación asalariada”, “la subordinación a regímenes fabriles” e “el trabajo cooperativo en procesos de producción tecnificados”¹², é preciso levar em conta também “la diferenciación real en las situaciones de trabajo”, “las oportunidades en el mercado de trabajo” e “as actitudes y estrategias de los obreros”¹³ (DOMBOIS, 1998, p. 2).

Dombois enfatiza que “explicaciones teóricas de la segmentación destacan el papel de instituciones, normas, políticas o intereses que intentan aprovechar calificaciones”¹⁴. Entretanto, tal aporte teórico muitas vezes dá pouca atenção “a los procesos mediante los cuales se ubican las personas en el

¹¹ “A utilização de biografias ocupacionais permite identificar as variáveis relevantes nas trajetórias profissionais e sua relação com as variáveis sociais. O método pode então ser usado antes de estudos quantitativos ou pesquisas de emprego, metodologias que são projetadas para medir a frequência e extensão de certos comportamentos” Tradução própria.

¹² “o assalariamento”, “a subordinação aos regimes fabris” e “o trabalho cooperativo nos processos técnicos de produção” Tradução própria.

¹³ “diferenciação real nas situações de trabalho”, “as oportunidades no mercado de trabalho” e “as atitudes e estratégias dos trabalhadores” Tradução própria.

¹⁴ “explicações teóricas da área destacam o papel de instituições, normas, políticas ou interesses que procuram explorar as qualificações” Tradução própria.

mercado laboral, en el transcurso de su historia individual, y se transforman mercados de trabajo a la luz de la movilidad laboral individual”¹⁵ (1998, p.3).

Para preencher essa lacuna, Dombois sugere a análise de “historias de la vida laboral” e de “trayectorias laborales”¹⁶, que ele entende como estratégias de pesquisa distintas, porém, complementares. Nas palavras do autor,

Tanto el análisis de historias de la vida laboral como el de trayectorias laborales enfocan el proceso mediante el cual las personas se ubican en el mercado de trabajo como um proceso en el tiempo biográfico e histórico. Mientras que el primero enfatiza en la biografía individual percibiendo las personas como actores que interpretan su situación frente al trabajo y al mercado de trabajo, desarrollan estrategias y toman decisiones en el marco de su biografía y su contexto social, el análisis de trayectorias enfoca las pautas biográficas típicas de colectividades (Blossfeld, 1989, 15), para identificar formas y determinantes de la diferenciación social¹⁷ (DOMBOIS, 1998, p.4).

Ao abordar a forma como os trabalhadores interpretam suas condições de trabalho e as decisões tomadas durante a construção das trajetórias laborais, Dombois supera os reducionismos deterministas revelando que a subjetividade dos trabalhadores tem tanto peso nas carreiras profissionais dos sujeitos quanto as condições materiais e institucionais nas quais estão inseridos.

Em um artigo publicado também em 1998, Guimarães analisa a mobilidade social de trabalhadores da Bahia, mais especificamente no polo petroquímico de Camaçari. O estudo é fundamentado principalmente na trajetória de Alberto. Nascido em uma família de classe média do interior da Bahia e com dificuldades de aprendizagem desde jovem, Alberto apostou na formação técnica como oportunidade de ascensão social, ao invés de ingressar no ensino universitário como os irmãos.

¹⁵ “aos processos pelos quais as pessoas se inserem no mercado de trabalho, ao longo de sua história individual, e como os mercados de trabalho se transformam à luz da mobilidade individual no trabalho” Tradução própria.

¹⁶ “histórias de vida laborais” e “trajetórias ocupacionais” Tradução própria.

¹⁷ “Tanto a análise de histórias de vida laborais como a análise de trajetórias ocupacionais concentram-se na maneira através da qual as pessoas se inserem no mercado de trabalho como um processo no tempo biográfico e histórico. Enquanto a primeira enfatiza a biografia individual, percebendo as pessoas como atores que interpretam a sua situação em relação ao trabalho e ao mercado de trabalho, desenvolvem estratégias e tomam decisões no âmbito da sua biografia e do seu contexto social, a análise das trajetórias ocupacionais centra-se nos padrões biográficos típicos das coletividades (Blossfeld, 1989, 15), a fim de identificar formas e determinantes da diferenciação social (DOMBOIS, 1998, p.4)” Tradução própria.

Porém, ainda que a carreira como técnico tenha alavancado suas condições materiais de existência, não foi suficiente para satisfazer os anseios de Alberto. Como explica Guimarães,

Ese sistema de expectativas se frustró completamente la mayoría de las veces, demostrando, primero, que las posibilidades reales de ascenso en la industria para portadores de educación media eran terriblemente restringidas; segundo, que las oportunidades de reconversión al mercado de los diplomas, através de cursos universitarios realizados concomitantemente al trabajo, eran pocas; tercero, que tales carreras de nivel medio jamás disfrutarían del prestigio que laureaba a las profesiones universitarias¹⁸ (GUIMARÃES, 1998, p. 16).

Para o autor, as insatisfações com o emprego, entre os trabalhadores de nível técnico, se explicam mais por essas expectativas frustradas do que pela remuneração ou pelas condições de trabalho. Nas palavras de Guimarães, pessoas como Alberto parecem sentir “como quien gana pero no lleva”¹⁹. Em busca de uma ocupação que trouxesse uma satisfação para além da questão financeira, Alberto acabaria dedicando boa parte de sua carreira profissional ao ativismo sindical. Em resumo, condições subjetivas e objetivas caminham juntas quando se trata de entender a maneira como os trabalhadores interpretam suas trajetórias laborais. Como explica Guimarães, tratando do caso em questão,

De manera general esse proyecto resultó en su aspecto financiero y falló en sus gratificaciones emocionales y simbólicas. Así, los salarios de los técnicos petroquímicos eran equivalentes a los salarios de profesionales de nivel superior, empleados en el tercer nivel, sobre todo en el gobierno. Pero por el lado emocional, la experiencia de la subordinación y disciplina de fábrica, así como el régimen de trabajo y la falta de perspectivas de progreso, causaron malestar y tensiones que fueron, de cierta manera, reordenadas, ya sea por el abandono del trabajo (reorientación de trayectorias) o por el desarrollo de posiciones de liderazgo en la empresa (activismo político-sindical o ascenso a los puestos de mando) (1998, p.2)²⁰.

¹⁸ “Esse sistema de expectativas foi na maioria das vezes completamente frustrado, demonstrando, primeiro, que as possibilidades reais de promoção na indústria para aqueles com o ensino secundário eram terrivelmente restritas; segundo, que as oportunidades de reconversão para o mercado de diplomas, através de cursos universitários feitos concomitantemente com o trabalho, eram poucas; terceiro, que tais carreiras de nível médio nunca gozariam do prestígio que foi atribuído às profissões universitárias” Tradução própria.

¹⁹ “como quem ganha mas não leva” Tradução própria.

²⁰ “Em geral, esse projeto resultou em seu aspecto financeiro e falhou em suas gratificações emocionais e simbólicas. Assim, os salários dos técnicos petroquímicos eram equivalentes aos salários dos profissionais de nível superior, empregados no terceiro escalão, especialmente no governo. Mas do lado emocional, a experiência de subordinação e disciplina fabril, bem como o regime de trabalho e a falta de perspectivas de progressão, causaram desconfortos e tensões que foram, de certa forma, reordenadas, quer pelo abandono do trabalho (reorientação de percursos) ou pelo desenvolvimento de cargos de liderança na empresa (ativismo político-sindical ou promoção a cargos de comando)” Tradução própria.

Trazendo uma outra perspectiva, sob a ótica da psicologia social, Maria Chalfin Coutinho (2009) também afirma que as novas configurações da realidade laboral afetam os trabalhadores não só em suas condições objetivas, mas também subjetivas, já que envolvem “tanto as condições socioeconômicas nas quais essa atividade humana desenvolve-se, como o significado, o sentido e o valor sociocultural dessa experiência” (2009, p. 192). Em sua investigação, a autora dá bastante peso à análise da dimensão temporal, abordando na reconstrução das trajetórias ocupacionais o “passado (formação, experiência anterior e trajetória na empresa), (o) presente (exercício profissional atual na empresa e fora dela) e (o) futuro (expectativas relacionadas ao trabalho)” (p. 196). Coutinho afirma que o pensamento prospectivo desses trabalhadores é pautado, em grande medida, pelos fatos marcantes de suas trajetórias ocupacionais.

A história laboral e as vivências ocupacionais atuais dos entrevistados vão pautar seus projetos. Nesse sentido, o olhar para o futuro é marcado pelas contradições do passado e do presente e pelas possibilidades de cada um ressignificar os sentidos produzidos ao longo de suas trajetórias identitárias. As falas dos trabalhadores entrevistados revelam o lugar chave ocupado pelo trabalho ao longo de suas vidas, reiterando, assim, a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea (2009, p. 200).

Em diálogo com os estudos apontados acima que intentam a apreensão não apenas de aspectos objetivos, mas também subjetivos, vale apontar aqui algumas colocações da teoria bourdieusiana. Para Bourdieu, estudos sobre trajetórias devem ser acompanhados sempre de uma análise crítica dos processos sociais que interferiram na construção das mesmas. Os acontecimentos biográficos estão sempre associados a colocações e deslocamentos definidos dentro de um espaço social, formado em interação com outros agentes.

Não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (2006, p. 190).

O tema é bastante explorado por Montagner em *Trajetoórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana*. No artigo, publicado em 2007, o autor tem como principal objetivo “esboçar uma proposta definida de estudo de

trajetórias individuais e de grupo, a partir da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu e salientada por seu grupo de colaboradores” (MONTAGNER, 2007, p. 240).

Da obra de Bourdieu, Montagner inicia trazendo a reflexão sobre o que o autor francês caracteriza como “ilusão biográfica”.

Do ponto de vista de Bourdieu, há uma grande diferença entre seu conceito de biografia e a maneira como este é comumente empregado. Aqui é fundamental nos lembrarmos das advertências do autor (Bourdieu, Passeron et al., 1968) a respeito do conceito de história de vida e deste tipo de teoria construída. A rigor, não existe, ainda que esta idéia seja extremamente atrativa e sedutora ao senso comum, uma seqüência cronológica e lógica dos acontecimentos e ocorrências da vida de uma pessoa. Nossas vidas não são um projeto sartriano e não possuem um sentido teleológico. Os eventos biográficos não seguem uma linearidade progressiva e de causalidade, linearidade de sobrevivência que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa. Eles não se concatenam em um todo coerente, coeso e atado por uma cadeia de inter-relações: esta construção é realizada a posteriori pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, uma narrativa. O objetivo dessa busca de uma causalidade harmônica das histórias de vida individuais pode ser explicado pela necessidade, tanto por parte dos indivíduos quanto da ciência social, de atribuir um sentido coerente às ações humanas. (2007, p. 251, 252).

Avançando no raciocínio, Montagner apresenta o conceito bourdieusiano de “campo”, categoria que possibilita um entendimento mais amplo de como se dá a construção das trajetórias de sujeitos e grupos, e de seus habitus²¹.

Assim, devemos precaver-nos contra a criação da ilusão biográfica, situando claramente os agentes sociais em seu grupo social, procurando narrar e delinear claramente a construção diacrônica da trajetória dos grupos nos diversos campos. Esta é a idéia central para o entendimento da proposta bourdieusiana de análise dos campos. Para compreendermos a lógica de um campo de produção simbólico, passamos por três momentos cruciais e inter-relacionados. Um primeiro, no qual o fundamental é traçar as relações de influência e subordinação/dominação do campo intelectual em relação à estrutura

²¹ O habitus, segundo a conceituação de Bourdieu, é constituído por práticas que são estruturadas, pois estão ligadas às condições de existência de cada indivíduo e a instituições estabelecidas, mas também estruturantes, pois são definidoras do estilo de vida e da própria percepção do mundo. Nas palavras do autor, “Pelo fato de que as condições diferentes de existência produzem habitus diferentes, sistemas de esquemas geradores suscetíveis de serem aplicados, por simples transferência, às mais diferentes áreas da prática, as práticas engendradas pelos diferentes habitus apresentam-se como configurações sistemáticas de propriedades que exprimem as diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência sob a forma de sistemas de distâncias diferenciais que, percebidos por agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação necessários para identificar, interpretar e avaliar seus traços pertinentes, funcionam como estilos de vida. Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o habitus é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 164).

de poder dentro da distribuição estrutural da classe dirigente, traçando um mapa preciso da localização do campo intelectual no arcabouço do poder, mostrando as linhas de força que delineiam as demarcações de autonomia relativa do campo intelectual. Em seguida, a partir do âmago da autonomia do campo, devemos delinear as relações entre as posições ocupadas, alocadas, deslocadas pelos agentes e pelos grupos; esmiuçar a trama sincrônica de um determinado momento do campo, resultado de uma história de lutas e conflitos pelo poder legítimo e legitimado pelos próprios agentes envolvidos. Por fim, do resultado destes embates reais e históricos, conseguimos a tessitura dos *habitus* coletivos dos grupos em embate, cujas variações individuais não fazem mais que confirmar, desviando-se às vezes do *mainstream* social, a característica fortemente coletiva das carreiras individuais dos agentes. Depois de realizado o enquadramento do campo a ser estudado, com o encontro prévio do ponto de fuga e da clareza quanto à perspectiva a ser empregada, podemos sobrepor à estrutura relacional dos campos do poder e do campo intelectual, as marcas distintivas das trajetórias dos grupos sociais e dos agentes. Essas marcas, pura projeção dos *habitus* e que evidenciam os símbolos distintivos dos mesmos, trarão à luz as estratégias e injunções sofridas pelos agentes através das linhas de força dentro de cada campo social. As trajetórias seriam, assim, o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (MONTAGNER, 2007, p. 253,254).

Em 2008, Iriart *et al* publicam um estudo com trabalhadores informais do serviço doméstico e da construção civil da região metropolitana de Salvador (BA) que sofreram acidentes de trabalho. Os autores exploram a percepção e a representação que os trabalhadores têm sobre a informalidade e sobre os riscos da profissão. Adotam como categoria analítica o conceito de representações sociais, “compreendido como um sistema de valores, concepções e visão de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade e que orienta seus projetos de ação e as estratégias que estes desenvolvem em seu meio social” (2008, p. 168).

Iriart *et al* apostam no método qualitativo, através do qual intentam realizar “a apreensão e compreensão de aspectos intersubjetivos, como as emoções, sentimentos, valores e atitudes diante da experiência cotidiana” (2008, p. 166). Em síntese, a análise apontou “que os trabalhadores com vínculo precário tendiam a não perceber os seus problemas de saúde, ou mesmo minimizar seus efeitos, retornando mais brevemente ao trabalho” (2008, p. 166). As entrevistas realizadas tiveram como foco três eixos:

[...] o primeiro abordava a trajetória ocupacional, dando especial atenção para os tipos de vínculo empregatício e a circulação dos trabalhadores entre a economia formal e informal; o segundo se referia à percepção das condições de trabalho, do trabalho com carteira assinada e sem carteira assinada e das relações empregado/patrão; e

o terceiro identificava a percepção de riscos de acidente/ adoecimento (IRIART *et al*, 2008, p. 166).

Os autores apontam que

[...] tanto as empregadas em serviços domésticos quanto os trabalhadores da construção civil reconhecem a importância pragmática do trabalho formal, principalmente pela garantia dos direitos trabalhistas assegurados pela carteira de trabalho assinada, bem como a importância simbólica que essa representa pela valorização social do trabalho com vínculo formal (IRIART *et al*, 2008, p. 166).

Porém, quando se trata de acidentes de trabalho, as duas categorias tendem a manifestar uma auto-culpabilização, ainda que de maneira diferenciada.

Apesar de reconhecerem os acidentes sofridos como acidentes de trabalho, pelo fato de terem ocorrido no ambiente de trabalho, as trabalhadoras tendem a vê-los como “normais”, no sentido de que poderiam ter acontecido em suas próprias casas. O acidente é visto de forma fatalista, como algo que “aconteceu porque tinha que acontecer” ou que remete à desatenção da trabalhadora que se auto-culpabiliza pelo ocorrido (IRIART *et al*, 2008, p. 170).

Apesar de considerarem o acidente de trabalho como um momento de desatenção individual, quando indagados sobre quem seria o responsável pela ocorrência desse infortúnio, os trabalhadores da construção civil apontaram os empregadores e/ou encarregados das obras. Esses seriam culpados pela ausência de equipamentos de proteção individual, pela falta de organização do trabalho e de manutenção nos materiais utilizados. Pode-se perceber que, não obstante estejam “enredados” por uma ideologia que leva à auto-culpabilização na ocorrência dos acidentes de trabalho, os trabalhadores elaboram outras explicações sobre o advento desses infortúnios, identificando fatores presentes nas situações de trabalho e relações sociais de dominação que se configuram no processo de trabalho (IRIART *et al*, 2008, p. 172).

No estudo, os autores apontam ainda a necessidade de uma maior atenção para os aspectos subjetivos que permeiam o mundo do trabalho. Especificamente sobre o tema abordado no artigo, Iriart *et al* enfatizam a “dimensão social e cultural do risco, apontando a importância de se compreender o ponto de vista de trabalhadores expostos a riscos ocupacionais, para que esse conhecimento possa subsidiar processos decisórios e de regulação desses riscos” (2008, p. 166). Para eles, é preciso considerar “que os trabalhadores são atores sociais que sofrem as determinações de suas condições objetivas de existência, mas que também interpretam, explicam e agem sobre a realidade” (IRIART *et al*, 2008, p. 166).

Em artigo publicado no ano de 2012, Terra realiza uma revisão crítica teórica e metodológica de alguns estudos que abordam trajetórias ocupacionais. Segundo a autora, a utilização do recurso biográfico nas ciências sociais ganha fôlego a partir dos anos 20 do século passado com a Escola de Chicago, que apostava na revalorização do sujeito como objeto de investigação, sendo a reconstrução das trajetórias dos atores sociais um dos pontos chave na realização desses estudos.

Terra afirma que as histórias de vida são constituídas pelo cruzamento de três dimensões específicas, que concorrem na construção das trajetórias dos sujeitos:

- La multiplicidad de elementos (también llamados instituciones o historias) presentes en la historia de vida y la importancia que tienen cada uno de ellos. Estos elementos remiten a las dimensiones subjetivas: la percepción que tiene el actor social sobre su educación, su trabajo, su familia, sus relaciones sociales, su historia residencial, etc; o a las condiciones objetivas en las que se desarrolla su trayectoria vital: la comunidad, las empresas existentes en esa comunidad, el mercado de trabajo local, las instituciones educativas, sanitarias, de recreación y políticas existentes, etc.
- La variabilidad del tiempo en la configuración de la articulación de los elementos presentes en la historia de vida.
- La particular articulación de los elementos objetivos y subjetivos a lo largo de la misma²². (2012, p.40).

A autora ressalta também que diferentes abordagens biográficas podem revelar distintas trajetórias que compõem as histórias de vida: “trayectoria familiar, trayectoria educativa, trayectoria residencial, trayectoria laboral, etc”²³. Cada um desses percursos deve ser entendido como “una articulación de elementos, subjetivos y objetivos, que tienen diferente importancia según el ciclo vital que esté atravesando el actor social”²⁴ (TERRA, 2012, p. 40). Terra afirma

²² “• A multiplicidade de elementos (também chamados de instituições ou histórias) presentes na história de vida e a importância de cada um deles. Esses elementos referem-se às dimensões subjetivas: a percepção que o ator social tem sobre sua formação, seu trabalho, sua família, suas relações sociais, seu histórico residencial, etc; ou às condições objetivas em que ocorre sua trajetória de vida: a comunidade, as empresas existentes nessa comunidade, o mercado de trabalho local, as instituições educacionais, de saúde, recreativas e políticas existentes, etc.

• A variabilidade do tempo na configuração da articulação dos elementos presentes na história de vida.
• A articulação particular de elementos objetivos e subjetivos ao longo dela” Tradução própria.

²³ “trajetória familiar, trajetória educacional, trajetória residencial, trajetória laboral, etc” Tradução própria.

²⁴ “uma articulação de elementos, subjetivos e objetivos, que têm importância diferente dependendo do ciclo de vida pelo qual o ator social está passando” Tradução própria.

ainda que os estudos sobre trajetórias ocupacionais têm enfatizado de maneira desigual aspectos objetivos e subjetivos, bem como a importância da dimensão temporal.

Após apresentar um retrospecto sobre como diferentes escolas e autores ao redor do mundo abordam a temática, Terra destaca a maneira como os estudos sobre trajetórias ocupacionais se desenvolveram na América Latina. Nessa perspectiva regional, as categorias “carreira” ou “trajetória” são geralmente abordadas como conceitos teórico-metodológicos amplos, que “centran su atención en la interpretación de fenómenos sociales a lo largo del tiempo”²⁵ (TERRA, 2012, p. 52). Entre esses estudos, é possível observar o exercício de metodologias qualitativas ou quantitativas. Segundo a autora,

En los estudios realizados desde una perspectiva cuantitativa los conceptos de carrera o trayectoria laboral hacen referencia a la secuencia de categorías ocupacionales o de actividad que la persona recorre a lo largo de un período considerado. En este sentido se asocian a la idea de trayectoria ocupacional o movilidad laboral, utilizándose, para su análisis, distintos relevamientos estadísticos sobre mercado de trabajo. Estas investigaciones se centran en el estudio de la trayectoria laboral recorrida por los individuos, focalizando su atención en la variabilidad ocupacional que presentan los segmentos de población considerados y su relación con las transformaciones ocurridas en el mercado de trabajo²⁶ (TERRA, 2012, p. 52).

Por otro lado, desde una perspectiva cualitativa, el concepto de trayectoria laboral es entendido como un particular entramado de experiencias laborales que tienen una orientación y direccionalidad, esto es una dinámica específica (Lucero 2003). En este sentido, esta perspectiva intenta reconstruir el encadenamiento causal de los sucesos a partir de la consideración del proceso de decisión llevado a cabo por los sujetos a lo largo de sus vidas²⁷ (TERRA, 2012, p. 53).

²⁵ “concentram sua atenção na interpretação dos fenômenos sociais ao longo do tempo” Tradução própria.

²⁶ “Nos estudos realizados sob uma perspectiva quantitativa, os conceitos de carreira ou trajetória ocupacional referem-se à sequência de categorias ocupacionais ou de atividade que a pessoa percorre ao longo de um determinado período. Nesse sentido, são associados à ideia de trajetória ocupacional ou mobilidade laboral, utilizando, para sua análise, diferentes levantamentos estatísticos sobre o mercado de trabalho. Essas investigações se concentram no estudo da trajetória laboral percorrida pelos indivíduos, focando sua atenção na variabilidade ocupacional apresentada pelos segmentos populacionais considerados e sua relação com as transformações ocorridas no mercado de trabalho” Tradução própria.

²⁷ “Por outro lado, a partir de uma perspectiva qualitativa, o conceito de trajetória ocupacional é entendido como um quadro particular de experiências de trabalho que têm uma orientação e direccionalidade, isto é, uma dinâmica específica (Lucero 2003). Nesse sentido, essa perspectiva busca reconstruir a cadeia causal dos eventos a partir dos processos de decisão realizados pelos sujeitos ao longo de suas vidas” Tradução própria.

Ainda que em menor número, há também estudos que aliam metodologias quantitativas e qualitativas. Segundo a autora,

En algunos casos los datos cuantitativos son incorporados con el afán de contextualizar las carreras y trayectorias en análisis (datos del mercado de trabajo de la región en donde se inserta la trayectoria, datos de las empresas en las que se desempeñan o desempeñaban los trabajadores, etc), mientras que en otros los datos cuantitativos son producidos y articulados para alcanzar los objetivos cognitivos del estudio²⁸ (TERRA, 2012, p. 54).

Terra enfatiza que um ponto comum dos estudos latino-americanos que abordam trajetórias ocupacionais é o pouco destaque dado às dimensões temporal e espacial, em suas diferentes expressões. Nas palavras da autora, as pesquisas “se concentran así en las particularidades de las carreras o trayectorias, en particular en los factores (internos e externos, subjetivos y objetivos) que se hacen presentes en ellos, dándole menor relevancia a la dimensión temporal y espacial”²⁹ (2012, p. 55). A principal preocupação de Terra no artigo publicado em 2012 é propor uma análise que valorize estas dimensões, englobando seus diferentes níveis. Para tanto, a autora propõe a realização de estudos que transitem entre o macro e o micro, abordando as nuances que compõem a totalidade do tempo e do espaço, “el nivel macro temporal y macro espacial, el nivel meso temporal y meso espacial y el nivel micro temporal y micro espacial”³⁰. Segundo Terra,

El nivel macro-temporal puede referir a la temporalidad de la sociedad o comunidad en que se desarrolla la carrera o trayectoria, el nivel meso-temporal puede aludir al tiempo construido por los espacios laborales en los que tiene lugar el itinerario ocupacional, y el nivel micro-temporal puede estar vinculado tanto con el ciclo vital en que se encuentran los actores sociales como con las múltiples representaciones que éstos tienen respecto del tiempo de su vida cotidiana (tiempo regional, tiempo de trabajo, tiempo familiar, etc.). El cuanto al espacio, la multiplicidad de sentidos puede también considerarse desde un punto de vista macro-espacial haciendo referencia al espacio regional en que tiene lugar la carrera o trayectoria laboral, desde una mirada meso-espacial aludiendo al espacio en

²⁸ “Em alguns casos, são incorporados dados quantitativos com o objetivo de contextualizar as carreiras e trajetórias em análise (dados do mercado de trabalho da região onde a trajetória está inserida, dados das empresas em que os trabalhadores trabalham ou trabalharam etc.), enquanto em outros casos os dados quantitativos são produzidos e articulados para atingir os objetivos cognitivos do estudo” Tradução própria.

²⁹ “se concentram assim nas particularidades das carreiras ou trajetórias, nos fatores (internos e externos, subjetivos e objetivos) que nelas estão presentes, dando menos relevância à dimensão temporal e espacial” Tradução própria.

³⁰ “o nível macro temporal e macroespacial, o nível mesotemporal e mesoespacial e o nível micro temporal e micro espacial” Tradução própria.

donde se desarrolla la actividad laboral (el espacio de trabajo propiamente dicho), y desde un enfoque micro-espacial que se vincule con las percepciones espaciales que tienen los actores sociales en relación a su espacio familiar, laboral, de ocio, etc³¹ (TERRA, 2012, p. 55).

Avançando na explicação da metodologia proposta, a autora complementa:

Así esta multiplicidad de sentidos temporales y espaciales ponen de relieve la trama compleja que se encuentra detrás de la construcción de las carreras o trayectorias laborales de los actores sociales, que se anuda además con la articulación y/o tensión de las dimensiones “objetivas” y “subjetivas” presentes en las mismas. Sintetizando, desde nuestro punto de vista las trayectorias o carreras laborales pueden y deben ser estudiadas reconstruyendo la articulación y/o tensión entre las múltiples dimensiones que las componen a lo largo del tiempo. Esto quiere decir que los itinerarios ocupacionales pueden analizarse como una combinación y/o tensión a lo largo de la temporalidad de tres ejes: el eje de articulación/tensión de lo “objetivo”/ “subjetivo”, el eje del tiempo y el eje del espacio³² (TERRA, 2012, p. 56).

Por último, Terra enfatiza que o estudo deve ser conduzido dando à voz dos sujeitos importância equivalente às elaborações teóricas.

[...] creemos que es propiciatorio dejarse llevar por la experiencia subjetiva vivida por los trabajadores, considerando que de sus relatos también emergen nuevos elementos, que sin haber sido considerados previamente en la investigación, pueden organizar la vida del actor y ser potenciales de cambio en su trayectoria individual. En consecuencia el relato del sujeto no debe tener menor jerarquía, pues debe ser considerado con el mismo nivel de importancia que nuestras elaboraciones teóricas³³ (TERRA, 2012, p. 58).

³¹ “O nível macro temporal pode se referir à temporalidade da sociedade ou comunidade em que se desenvolve a carreira ou trajetória, o nível mesotemporal pode aludir ao tempo construído pelos espaços de trabalho em que ocorre o itinerário ocupacional e o nível micro temporal pode estar ligado tanto ao ciclo de vida em que os atores sociais se encontram quanto às múltiplas representações que eles têm sobre o tempo de sua vida cotidiana (tempo regional, tempo de trabalho, tempo familiar, etc.). No que se refere ao espaço, a multiplicidade de significados também pode ser considerada do ponto de vista macroespacial, referindo-se ao espaço regional em que se desenvolve a carreira ou percurso laboral, do ponto de vista mesoespacial, aludindo ao espaço onde a atividade se desenvolve (espaço de trabalho propriamente dito), e a partir de uma abordagem micro espacial que está ligada às percepções espaciais que os atores sociais têm em relação ao espaço familiar, de trabalho, de lazer etc.” Tradução própria.

³² “Assim, essa multiplicidade de significados temporais e espaciais evidencia a complexa trama por trás da construção das carreiras ou trajetórias ocupacionais dos atores sociais, que também está ligada à articulação e/ou tensão do “objetivo” e do “subjetivo” nelas presentes. Sintetizando, a nosso ver, trajetórias ou carreiras podem e devem ser estudadas, reconstruindo a articulação e/ou tensão entre as múltiplas dimensões que as compõem ao longo do tempo. Isso significa que os itinerários ocupacionais podem ser analisados como uma combinação e/ou tensão ao longo da temporalidade a partir de três eixos: o eixo de articulação/tensão do “objetivo”/“subjetivo”, o eixo do tempo e o eixo do espaço” Tradução própria.

³³ “[...] acreditamos que é propício deixar-se levar pela experiência subjetiva vivida pelos trabalhadores, considerando que de suas histórias também emergem novos elementos, que sem terem sido previamente considerados na investigação, podem organizar a vida do ator e ser mudança potenciais em sua trajetória

Em um artigo publicado no ano de 2016, Mancini explora as potencialidades das pesquisas qualitativas longitudinais (em inglês, QLRs) através de um estudo de caso comparativo sobre trabalhadores de diferentes gerações em condições de precariedade na Argentina e no México. Também dando especial relevância à subjetividade, a autora acredita que QLRs “are enable to identify the meaning of temporal changes across lives and groups, and the exploration of how people interpret and respond to such (social) changes³⁴” (MANCINI, 2016, p. 2). Com esses objetivos em mente Mancini aplica a metodologia, explorando três eixos: “life course perspective, trajectories analysis and cohort analysis”³⁵. Especificamente, explica a autora,

In brief, while trajectory analysis is important because of the temporal dimension of longitudinal studies, cohort analysis is important because of the comparative dimension (of change) of this QLR. [...] Finally, the third axis of this methodological strategy is based on the life course perspective. We view life course both as a theoretical orientation and as a methodological strategy. In this sense, the main theoretical relationship between life course and QLR is that individual lives are linked to social change. Through this tool we tried to unravel the changes in the way of experiencing job insecurity understood as a process that is taking shape along occupational careers. This type of observation implies, therefore, a processual, dynamic, longitudinal and retrospective understanding of job insecurity³⁶ (MANCINI, 2016, p. 5,6).

Sobre o estudo de caso desenvolvido no artigo, Mancini conclui que é possível observar entre os trabalhadores dos dois países, Argentina e México, similaridades e diferenças significativas sobre as percepções que ambos têm da precariedade laboral. Em comum, é possível destacar uma tendência à culpabilização individual sobre a situação de insegurança vivenciada no mundo do trabalho. Porém, essa culpabilização se expressa de maneira diferente nos dois locais. Segundo a autora,

individual. Consequentemente, a história do sujeito não deve ter uma hierarquia inferior, pois deve ser considerada com o mesmo nível de importância de nossas elaborações teóricas” Tradução própria.

³⁴ “são capazes de identificar o significado de mudanças temporais em indivíduos e grupos, e a explorar a forma como as pessoas interpretam e respondem a tais mudanças (sociais)” Tradução própria.

³⁵ “curso de vida, análise de trajetória e análise de coorte” Tradução própria.

³⁶ “Em resumo, enquanto a análise de trajetória é importante pela dimensão temporal dos estudos longitudinais, a análise de coorte é importante pela dimensão comparativa (de mudança) desse QLR. [...] Por fim, o terceiro eixo dessa estratégia metodológica está pautado na perspectiva do curso de vida. Vemos o curso de vida tanto como uma orientação teórica quanto como uma estratégia metodológica. Nesse sentido, a principal relação teórica entre curso de vida e QLR é que as vidas individuais estão ligadas à mudança social. Através desta ferramenta procuramos desvendar diferentes maneiras na forma de vivenciar o trabalho precário, entendido como um processo que vai se configurando ao longo das carreiras ocupacionais. Esse tipo de observação implica, portanto, uma compreensão processual, dinâmica, longitudinal e retrospectiva da precarização do trabalho” Tradução própria.

Unlike their Mexican counterparts, young Argentine workers construct their job identities more intensely via continuous returns to the past. The failure of institutions to guarantee social security appears in the narratives as a demand for social rights, with minimal levels of individual responsibility. The legacy of government social policies and of the welfare regime modulates workers' expectations and does not allow these social protections to disappear from social representations, where they are still collective aspirations. These narratives reveal that life course patterns that were once relatively standard are now crumbling. Perhaps due to this, experiences involving job insecurity in that country entail a greater sensation of being unprotected or of desolation than in Mexico, where we more readily note that historically, job insecurity has been taken for granted. In Mexico, the internalization of insecurity is much more direct, and this occurs through socially constructed guilt and sense of responsibility (or the well-known phenomenon of "risk privatization"): "It's my fault because I didn't stay in school long enough"³⁷ (MANCINI, 2016, p. 9,10).

Na conclusão do artigo, Mancini avalia também a metodologia empregada, destacando que as QLRs se diferenciam significativamente dos estudos clássicos da área que abordam transformações sociais e a globalização.

First, it takes an empirical approach. Among the vast amount of social change studies in sociology, there are few attempts at constructing testable hypotheses or systematic empirical examinations of how these changes impact the life course of individuals. Qualitative longitudinal research allows us to generate clear hypotheses and empirical evidence about how social change impacts the lives of people. A second difference is that qualitative longitudinal research brings the individual back into social change. This approach shows that it is essential to combine individual level models of action with institutional explanations modulating by the complex angle of timing. It forces us to develop a multi level temporal conception that links global transformation to impact at the institutional and individual level, at the same time³⁸ (MANCINI, 2016, p. 12,13).

³⁷ "Ao contrário de seus colegas mexicanos, os jovens trabalhadores argentinos constroem suas identidades de trabalho mais intensamente através de retornos contínuos ao passado. O fracasso das instituições em garantir a seguridade social aparece nas narrativas como uma reivindicação de direitos sociais, com níveis mínimos de responsabilidade individual. O legado das políticas sociais do governo e do regime previdenciário modula as expectativas dos trabalhadores e não permite que essas proteções sociais desapareçam das representações sociais, onde ainda são aspirações coletivas. Essas narrativas revelam que os padrões de curso de vida que antes eram relativamente comuns agora estão desmoronando. Talvez por isso as experiências de precariedade do trabalho naquele país tragam uma sensação maior de desproteção ou de desolação do que no México, onde mais facilmente constatamos que a precariedade no trabalho tem sido um dado historicamente adquirido. No México, a internalização da insegurança é muito mais direta, e isso ocorre por meio da culpa e do senso de responsabilidade construídos socialmente (ou o conhecido fenômeno da "privatização do risco"): "A culpa é minha porque não fiquei tempo suficiente na escola" Tradução própria.

³⁸ "Em primeiro lugar, é aplicada uma abordagem empírica. Entre a vasta quantidade de estudos sobre mudança social em sociologia, há poucas tentativas de construir hipóteses testáveis ou exames empíricos sistemáticos de como essas mudanças impactam o curso de vida dos indivíduos. A pesquisa longitudinal qualitativa nos permite gerar hipóteses claras e evidências empíricas sobre como a mudança social impacta a vida das pessoas. Uma segunda diferença é que a pesquisa longitudinal qualitativa traz o papel do indivíduo de volta à mudança social. Esta abordagem mostra que é essencial combinar modelos de

Em artigo publicado no ano de 2017, Yáñez analisa a trajetória e a mobilidade ocupacional de trabalhadores de diferentes gerações na província de Mendoza, Argentina. Segundo a autora, “este análisis permite estimar las oportunidades diferenciales de movilidad social que presentan las clases en los distintos períodos”³⁹ (YÁÑEZ, 2017, p. 30). Ela inicia apontando que a heterogeneidade estrutural é uma marca histórica do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, o que resultou em uma diferenciação do mercado de trabalho nos três setores econômicos ao longo do tempo.

No caso da Argentina, Yáñez aponta três marcos históricos que influenciaram sobremaneira a estrutura de emprego do país na história recente, atingindo de forma distinta as diferentes gerações, sendo possível observar

[...] el año 1990 como final de una crisis marcada por la hiperinflación e inicio de un periodo de profundización de políticas neoliberales, el 2003 como expresión de un proceso de transición producida luego de la debacle neoliberal y el 2013 como un punto donde se reflejan los resultados alcanzados por las políticas de pos-convertibilidad (YÁÑEZ, 2017, p. 31)⁴⁰.

Apresentando dados sobre o mercado de trabalho de Mendoza e da Argentina durante os três períodos, a autora aponta que

En síntesis, los datos muestran que la ruptura del modelo de industrialización consolidó una estructura heterogénea del empleo. Las políticas de los años 90 marcaron al mercado de trabajo con un incremento de la desocupación, altos índices de subocupación sumados a la informalidad laboral. En tanto que, las políticas aplicadas tras la crisis del 2001, si bien retrotrajeron los indicadores laborales a situaciones anteriores, no implicaron una dinámica más incluyente en el mercado laboral⁴¹ (YÁÑEZ, 2017, p. 32).

ação de nível individual com explicações institucionais moduladas pelo complexo ângulo de tempo. Obriga-nos a desenvolver uma concepção temporal multinível que vincule a transformação global ao impacto no nível institucional e individual, ao mesmo tempo” Tradução própria.

³⁹ “esta análise permite avaliar as oportunidades diferenciais de mobilidade social apresentadas pelas classes nos diferentes períodos” Tradução própria.

⁴⁰ “[...] o ano de 1990 como o fim de uma crise marcada pela hiperinflação e o início de um período de aprofundamento das políticas neoliberais, 2003 como expressão de um processo de transição surgido após a decadência neoliberal e 2013 como um momento em que se expressam os resultados alcançados pelas políticas de pós-convertibilidade” Tradução própria.

⁴¹ “Em resumo, os dados mostram que a ruptura com o modelo de industrialização consolidou uma estrutura heterogênea de emprego. As políticas dos anos 90 marcaram o mercado de trabalho com aumento do desemprego, altas taxas de subemprego somadas à informalidade do trabalho. Embora as políticas aplicadas após a crise de 2001 tenham trazido os indicadores trabalhistas a patamares anteriores, não implicaram em uma dinâmica mais inclusiva no mercado de trabalho” Tradução própria.

Yáñez avança no raciocínio, apontando como as transformações sociais e econômicas interferiram na construção das trajetórias ocupacionais de trabalhadores locais de diferentes idades.

En la Argentina del siglo xx la inserción laboral en el curso de vida suponía una etapa de ingreso temprano al mercado laboral, que generalmente ocurría en actividades informales, que permitía ingresar, con relativa rapidez hacia otra etapa laboral marcada por un trabajo estable y protegido con posibilidad de asegurar una carrera ascendente. La flexibilización del empleo producida por políticas de ajuste estructural multiplicó las formas de tránsito laboral, produciendo una diferenciación en la duración y secuencia de las etapas que durante el modelo de industrialización caracterizaban la vida laboral. Desde una perspectiva generacional, la desigualdad social profundizada en los 90, complejiza el análisis de las pautas biográficas diferenciales de inserción ocupacional. Las secuencias de ingreso al mercado laboral y de estabilización, varían según la edad de los agentes. En términos generales, los jóvenes, en la actualidad, tienen una inserción más tardía al mundo laboral, siendo su estabilización laboral una meta incierta⁴² (YÁÑEZ, 2017, p. 33).

Na conclusão, a autora aponta que embora as condições objetivas tenham grande peso na construção das trajetórias analisadas, a dimensão subjetiva não pode ser ignorada, pois é fundamental para a compreensão das estratégias adotadas na busca de uma ascensão social. Importante destacar também que os repertórios mobilizados para responder às novas realidades laborais e às dificuldades de adaptação também variam de geração para geração.

Una mirada puesta en las desigualdades que se presentan en la estructura social sólo puede concluir que los casos expuestos son una ilustración de las profundas diferencias en cuanto a oportunidades y recompensas que se experimentan en el mercado de trabajo. Evidentemente, las situaciones diferentes que atraviesan los sujetos tienen que ver con cuestiones estructurales. Estas no sólo se expresan en los orígenes o puntos de partida de las generaciones que se analizan. La herencia familiar no es el único factor explicativo. Al mismo se agregan distintos mecanismos por los cuales los sujetos quedan limitados a reproducir su historia familiar o a ascender socialmente a partir del aprovechamiento de los intersticios o nichos de mercado de

⁴² “Na Argentina do século XX, a inserção laboral no curso da vida significava uma etapa rápida de entrada no mercado de trabalho, que geralmente se dava em atividades informais, que permitiam a entrada, de forma relativamente rápida, em outra etapa laboral marcada por um emprego estável e protegido com possibilidade de garantir uma carreira ascendente. A flexibilização do emprego produzida pelas políticas de ajuste estrutural multiplicou as formas de trânsito do trabalho, produzindo uma diferenciação na duração e sequência das etapas que caracterizaram a vida laboral durante o processo de industrialização. Do ponto de vista geracional, a desigualdade social aprofundada na década de 1990 torna mais complexa a análise dos padrões biográficos diferenciais de inserção ocupacional. As sequências de inserção e estabilização no mercado de trabalho variam de acordo com a idade dos agentes. Em termos gerais, os jovens têm atualmente uma inserção mais tardia no mundo do trabalho, sendo a sua estabilização laboral uma meta incerta” Tradução própria.

aparecen como efecto de cambios em las políticas económicas o de un suceso natural como el sismo. Indudablemente, no es lo mismo para los sujetos de la generación de adultos, insertarse en sectores con alta competitividad, empresas transnacionales donde las crisis apenas impactan que en actividades marcadas por alta inestabilidad y dependientes de los vaivenes del consumo. Las pautas y secuencias laborales son diferentes. Además, las situaciones de vida son distintas cuando el empleo se produce en contextos de formalidad con protección social en relación a cuando el empleo sucede en actividades autogeneradas con alto riesgo empresario⁴³ (YÁÑEZ, 2017, p. 37).

Este estudo buscou dar ênfase a uma perspectiva mais ampla do que a individual, na abordagem das trajetórias ocupacionais, incorporando a dimensão familiar e de redes mais próximas. Isso, ao considerar que as inserções ocupacionais são fortemente influenciadas pelos integrantes da unidade doméstica, o que nos remete ao debate sobre o tema das estratégias familiares de sobrevivência e de vida.

2.5.A pertinência da abordagem das estratégias de sobrevivência.

As estratégias familiares de reprodução e sobrevivência constituem um campo de estudos que há décadas vem inspirando pesquisas nas áreas da Sociologia e da Antropologia do Trabalho, grande parte delas na América Latina e em outras regiões ditas “periféricas”. Assim, uma revisão bibliográfica sobre o assunto mostra-se fundamental para o desenvolvimento desta tese.

Lomnitz, em 1975, já ressaltava a importância das relações familiares e de parentesco para a reprodução social das populações que classificou como “marginais”, aqueles que exerciam ocupações marcadas pela “falta de seguridad social y económica”⁴⁴ (p. 16). Para tanto, a autora investigou a organização interna de unidades domésticas de Cerrada del Cóndor, uma comunidade

⁴³ “Um olhar sobre as desigualdades na estrutura social só pode concluir que os casos acima são uma ilustração das profundas diferenças nas oportunidades e recompensas experimentadas no mercado de trabalho. Claramente, as diferentes situações vividas pelos sujeitos têm a ver com questões estruturais. Estas não se expressam apenas nas origens ou pontos de partida das gerações em análise. A herança familiar não é o único fator explicativo. Existem também diferentes mecanismos pelos quais os indivíduos se limitam a reproduzir sua história familiar ou a ascender socialmente, aproveitando os interstícios ou nichos de mercado que aparecem como resultado de mudanças nas políticas econômicas ou de um evento natural, como um terremoto. Sem dúvida, não é o mesmo para a geração adulta estar inserida em setores altamente competitivos, empresas transnacionais onde as crises têm pouco impacto, e estar em atividades marcadas pela alta instabilidade e dependentes dos altos e baixos do consumo. Os padrões e sequências de trabalho são diferentes. Além disso, as situações de vida são diferentes quando o emprego ocorre em contextos de formalidade com proteção social, e quando o emprego ocorre em atividades autogeradas com alto risco empresarial” Tradução própria.

⁴⁴ “falta de seguridad social y económica” Tradução própria.

(*barriada*) da Cidade do México. Para Lomnitz, podemos entender por unidade doméstica “al grupo social integrado por todas las personas que viven en una misma residencia y cuyo acceso a la vivienda es a través de una entrada común⁴⁵” (p.106).

É a família a base das redes de reciprocidade descritas pela autora ao analisar as estratégias de sobrevivência da população marginal de Cerrada del Cóndor. “Las redes de intercambio que hay en la *barriada* suplen mediante la ayuda mutua los efectos de la inseguridad laboral”⁴⁶ (p. 219). Essas redes têm fundamental importância para a manutenção da vida em situações de vulnerabilidade, oferecendo apoio material e emocional, e pressupõem uma determinada conduta de seus participantes, tendo como princípio a solidariedade.

Los parientes consanguíneos no solamente se prestan artículos de uso más personal, sino que acostumbran un trato más informal. A menor confianza, más formalidad. [...] Cualquier servicio se solicita con respeto y buenos modales; sobre todo, la etiqueta exige que nunca se haga alusión a servicios prestados con anterioridad. Toda reciprocidad debe ser implícita y nunca explícita. Cuando un favor es negado, no hay insistencia ni reproches; simplemente no se le vuelve a pedir ni a prestar. Otra cosa es cuando la persona desea otorgar el servicio solicitado pero no se encuentra en posibilidad de hacerlo; en tales casos muchas veces se dice: “bueno”, y posteriormente se da una disculpa. Lo importante es demostrar la buena disposición de implementar la relación de reciprocidad, aunque no pueda materializarse de momento. Los objetos prestados son devueltos dentro de un tiempo razonable, o bien su dueño los solicita en el momento de necesitarlos. El dinero prestado generalmente se devuelve apenas sea posible, y no se vuelve a pedir antes de haber devuelto el adeudo anterior⁴⁷ (LOMNITZ, p.161 e162).

⁴⁵ “o grupo social constituído por todas as pessoas que vivem na mesma residência e cujo acesso à habitação se faça por uma entrada comum” Tradução própria.

⁴⁶ “As redes de troca existentes na comunidade compensam os efeitos da precarização do trabalho por meio da ajuda mútua” Tradução livre.

⁴⁷ “Os parentes de sangue não apenas emprestam itens uns aos outros para uso mais pessoal, mas também se tratam de maneira mais informal. Quanto menos confiança, mais formalidade. [...] Qualquer pedido é solicitado com respeito e boas maneiras; acima de tudo, a etiqueta exige que nenhuma referência seja feita a ajudas prestadas anteriormente. Toda reciprocidade deve ser implícita e nunca explícita. Quando um pedido é negado, não há insistência ou censura; simplesmente não é solicitado ou prestado novamente. Outra coisa é quando a pessoa deseja prestar o serviço solicitado, mas não tem condições de fazê-lo; em tais casos, muitas vezes é dito: “bom”, e depois um pedido de desculpas é dado. O importante é demonstrar vontade de concretizar a relação recíproca, mesmo que ela não se concretize no momento. Os objetos emprestados são devolvidos em prazo razoável, ou seu dono os solicita no momento da necessidade. O dinheiro emprestado geralmente é reembolsado o mais rápido possível e não é solicitado novamente antes que a dívida anterior tenha sido paga” Tradução própria.

Na conclusão, a autora afirma que as redes de reciprocidade são o elemento de estrutura social mais significativo dessa comunidade, sendo uma chave explicativa fundamental para pensar sua constituição e reprodução ao longo do tempo.

En el curso de este estudio se identificaron 45 redes de intercambio recíproco, que hemos clasificado y descrito según los tipos de unidades domésticas que las constituyen. Hemos presentado una acumulación de evidencia que permite señalar estas redes como el elemento de estructura social más significativo en la barriada, ya que permiten explicar el proceso de migración, el patrón de asentamiento en la ciudad, los frecuentes movimientos y cambios de domicilio dentro del radio urbano, el patrón ocupacional de los pobladores, y sobre todo, el hecho incontrovertible de su supervivencia económica⁴⁸ (p. 219).

Em texto publicado no ano de 1989, a pesquisadora venezuelana Cecilia Cariola define unidade doméstica como

La organización de un conjunto de personas que conviven en la misma vivienda sobre la base de relaciones de parentesco o afinidad, para realizar y compartir las actividades cotidianas de producción y las de reproducción de sus miembros de acuerdo a una determinada división del trabajo, de responsabilidades y de un esquema de autoridad. Además de su función afectiva en términos de apoyo emocional y de socialización, constituyen unidades de recursos y de decisión respecto al logro de reproducción ampliada del grupo familiar⁴⁹ (p. 19).

Para a autora, a unidade doméstica é a unidade básica analítica que permite o acesso a informações sobre os aspectos constituintes das estratégias de sobrevivência. Cariola define como estratégias de sobrevivência

[...] la articulación del conjunto de mecanismos, comportamientos y relaciones desplegadas para darle viabilidad a un objetivo fundamental: lograr la reproducción integral de la unidad doméstica en las mejores condiciones posibles o, dicho de otra forma, alcanzar un cierto nivel de satisfacción de sus necesidades básicas⁵⁰ (p. 15,16).

⁴⁸ “No decorrer deste estudo, foram identificadas 45 redes de trocas recíprocas, que classificamos e descrevemos de acordo com os tipos de unidades domésticas que as constituem. Apresentamos um acúmulo de evidências que permitem apontar essas redes como o elemento mais significativo da estrutura social da comunidade, pois permitem explicar o processo migratório, o padrão de fixação na cidade, os movimentos e mudanças frequentes de endereço dentro do raio urbano, o padrão ocupacional dos habitantes e, acima de tudo, o fato indiscutível de sua sobrevivência econômica” Tradução própria.

⁴⁹ “Um grupo organizado de pessoas que vivem juntas na mesma moradia com base em relações de parentesco ou afinidade, para realizar e compartilhar as atividades diárias de produção e reprodução de seus membros de acordo com uma certa divisão de trabalho, responsabilidades e um esquema de autoridade. Além de sua função afetiva em termos de apoio emocional e socialização, elas constituem unidades de recursos e de tomada de decisão no que diz respeito à realização da reprodução ampliada do grupo familiar” Tradução própria.

⁵⁰ “[...] a articulação do conjunto de mecanismos, comportamentos e relações mobilizados para viabilizar um objetivo fundamental: conseguir a reprodução integral da unidade doméstica nas melhores condições possíveis, ou seja, atingir um certo patamar de satisfação de suas necessidades básicas” Tradução própria.

Assim como Lomnitz, Cariola enfatiza a importância das redes de reciprocidade para a manutenção da vida entre as famílias de trabalhadores submetidos à precariedade.

Para cumplir las funciones de producción e reproducción, las unidades domésticas trascienden el nivel puramente doméstico y se apoyan directa e indirectamente en relaciones sociales de solidaridad entre las cuales las más significativas son las redes familiares. Las redes de solidaridad son entendidas como relaciones de reciprocidad donde existen tanto lazos afectivos, en el caso de las redes familiares, como representaciones ideológico-culturales y de pertenencia social y/o territorial en el caso de las redes vecinales y de paisanaje. Estas redes se constituyen y se reconstruyen permanentemente en base a los intercambios efectuados entre sus integrantes, fortaleciéndose en la medida en que estos son más frecuentes⁵¹ (1989, p.15).

Em um artigo publicado nos anos 80, a pesquisadora argentina Elizabeth Jelin aponta, naquele momento, um crescimento dos estudos relacionados com a família e suas estratégias de sobrevivência. E se propõe a analisar mais a fundo “las actividades ligadas al mantenimiento y reproducción de la población en el marco de una organización productiva dada⁵²” (2020, p. 128). A autora afirma que o termo “reproducción” inclui três níveis:

[...] la reproducción biológica, que en el plano familiar significa el tener hijos y en el plano social se refiere a los aspectos socio-demográficos de la fecundidad; la reproducción cotidiana, o sea el mantenimiento de la población existente a través de las tareas domésticas de subsistencia; y la reproducción social, o sea todas las tareas extraproductivas dirigidas al mantenimiento del sistema social⁵³ (p. 128).

Por estratégia, a autora define

[...] la organización de las respuestas de diversas unidades sociales (individuos, grupos familiares, grupos domésticos, o aun unidades mayores como las clases sociales) frente a las estructuras de opciones

⁵¹ “Para cumplir as funções de produção e reprodução, as unidades domésticas transcendem o nível puramente doméstico e se apoiam direta e indiretamente nas relações sociais de solidariedade, entre as quais as mais significativas são as redes familiares. As redes de solidariedade são entendidas como relações recíprocas onde existem tanto laços afetivos, no caso das redes familiares, quanto representações ideológico-culturais e de pertencimento social e/ou territorial, no caso das redes de vizinhança. Essas redes são permanentemente constituídas e reconstruídas a partir das trocas realizadas entre seus membros, fortalecendo-se na medida em que estas são mais frequentes” Tradução própria.

⁵² “as atividades ligadas à manutenção e reprodução da população dentro da estrutura de uma determinada organização produtiva” Tradução própria.

⁵³ “A reprodução biológica, que em nível familiar significa ter filhos e em nível social se refere aos aspectos sociodemográficos da fertilidade; a reprodução diária, ou seja, a manutenção da população existente através de tarefas domésticas de subsistência; e a reprodução social, ou seja, todas as tarefas extra-produtivas destinadas a manter o sistema social” Tradução própria.

determinadas por las redes de relaciones sociales en las que se encuentran, en condiciones históricas concretas⁵⁴ (p. 385).

Ao tratar do “âmbito doméstico”, Jelin indica que este inclui “las actividades de producción y consumo cotidiano de alimentos y otros bienes y servicios de subsistencia, así como las actividades ligadas a la reposición generacional, es decir, tener hijos, cuidarlos y socializarlos”⁵⁵ (p. 128). A autora ainda enfatiza que o âmbito doméstico não é uma unidade isolada do mundo social, e é preciso ter cuidado para não confundir âmbito doméstico com privado.

[...] la familia y el mundo doméstico se ven conformados en relación al mundo público de los servicios, de la legislación, del control social, de la cambiante definición del ámbito de aplicación de la medicina, de los mecanismos de regulación de las imágenes sociales prevalecientes sobre la familia y la “normalidad”, de las ideologías e instituciones educativas, de las definiciones sociales del lugar y objetivo de la filantropía y la caridad pública (Donzelot, 1979; Ariès, 1962). Las transformaciones en todo este sistema de instituciones e ideas van dando forma históricamente al ámbito de la familia. En este enfoque, obviamente, lo doméstico y la familia no son vistos como parte del mundo privado, sino como parte de “lo social”, aquello sobre lo cual se ejerce el policiamiento y el control⁵⁶ (p. 130).

Segundo Jelin, a escolha da unidade doméstica como foco de análise se justifica porque esta constitui uma “organización social cuyo propósito específico es la realización de las actividades ligadas al mantenimiento cotidiano y la reproducción generacional de la población”⁵⁷ (p. 133). A autora também afirma ser necessário saber diferenciar família de unidade doméstica.

Por un lado, la familia tiene un sustrato biológico ligado a la sexualidad y la procreación, constituyéndose en la institución social que regula, canaliza y confiere significados sociales y culturales a estas dos necesidades. Por otro lado, la familia está incluida en una red más amplia de relaciones —obligaciones y derechos— de parentesco,

⁵⁴ “[...] a organização das respostas das diversas unidades sociais (indivíduos, grupos familiares, grupos domésticos, ou mesmo unidades maiores como as classes sociais) às estruturas de escolhas determinadas pelas redes de relações sociais em que se encontram, sob condições históricas particulares” Tradução própria.

⁵⁵ “as atividades de produção e consumo diário de alimentos e outros bens e serviços de subsistência, assim como as atividades ligadas à reposição geracional, ou seja, ter filhos, cuidar deles e socializá-los” Tradução própria.

⁵⁶ “[...] a família e o mundo doméstico são moldados em interação com o mundo público dos serviços, a legislação, o controle social, as mudanças na definição do escopo da medicina, os mecanismos de regulação das imagens sociais pertencentes à família e à “normalidade”, as ideologias e instituições educacionais, as definições sociais do lugar e da finalidade da filantropia e da caridade pública (Donzelot, 1979; Ariès, 1962). As transformações em todo este sistema de instituições e ideias estão historicamente moldando a esfera da família. Nesta abordagem, obviamente, o doméstico e a família não são vistos como parte do mundo privado, mas como parte do “social”, aquele sobre o qual o policiamiento e o controle são exercidos” Tradução própria.

⁵⁷ “organização social cuja finalidade específica é realizar atividades ligadas à manutenção diária e à reprodução geracional da população” Tradução própria.

guiadas por reglas y pautas sociales establecidas. [...] Las actividades comunes ligadas al mantenimiento cotidiano definen unidades domésticas, en las cuales se combinan las capacidades de sus miembros y recursos para llevar a cabo dichas tareas de producción y distribución⁵⁸ (p. 133).

Ainda que família e unidade doméstica sejam elementos distintos, Jelin afirma que a família constitui a base de recrutamento das unidades domésticas.

Empíricamente, la mayoría de las unidades domésticas está compuesta por miembros emparentados entre sí, pero el grado de coincidencia entre la unidad doméstica y la familia, y más aun, la definición social de la amplitud (en términos de lazos de parentesco) del grupo co-residente, varían notoriamente entre sociedades y a lo largo del ciclo de vida de sus miembros⁵⁹ (p.304).

A autora também aborda as permanências e mudanças na organização doméstica ao longo do tempo.

[...] la organización doméstica tiende a mantenerse a lo largo del tiempo según un patrón de actividades y de asignación de tareas, responsabilidades y autoridad establecido. Los cambios se producen como resultado de transiciones en el ciclo de vida de los miembros o como respuesta a situaciones coyunturales especiales⁶⁰ (p. 135).

Jelin afirma que a principal base econômica das famílias de trabalhadores por ela estudados vem do trabalho assalariado, através da venda da força de trabalho de seus integrantes. E, ainda que a unidade familiar não esteja livre de conflitos, sua manutenção e reprodução só é possível através da solidariedade entre seus membros.

La unidad doméstica obrera contiene dentro de sí puntos de tensión y contradicción: en efecto, la relación de producción básica se establece en el mercado de trabajo entre miembros individuales de la unidad doméstica que venden su fuerza de trabajo a cambio de salarios y beneficios sociales, mientras que la unidad doméstica basa su existencia en la colectivización y en la solidaridad de sus miembros. Dada la individuación de la participación en la fuerza de trabajo y de la percepción de los ingresos monetarios, los lazos dentro de la unidad

⁵⁸ “Por um lado, a família possui um substrato biológico ligado à sexualidade e à procriação, constituindo a instituição social que regula, canaliza e confere significados sociais e culturais a estas duas necessidades. Por outro lado, a família está incluída em uma rede mais ampla de relações - obrigações e direitos - de parentesco, guiada por regras e diretrizes sociais estabelecidas. [...] Atividades comuns ligadas à manutenção diária definem as unidades domésticas, nas quais as capacidades de seus membros e os recursos são combinados para realizar estas tarefas de produção e distribuição” Tradução própria.

⁵⁹ “Empíricamente, a maioria dos lares é composta por membros relacionados, mas o grau de sobreposição entre o lar e a família e, além disso, a definição social da extensão (em termos de laços de parentesco) do grupo co-residente, varia marcadamente entre as sociedades e ao longo do ciclo de vida de seus membros” Tradução própria.

⁶⁰ “[...] a organização doméstica tende a ser mantida ao longo do tempo, de acordo com um padrão estabelecido de atividades e alocação de tarefas, responsabilidades e autoridade. As mudanças ocorrem como resultado de transições no ciclo de vida dos membros ou em resposta a situações conjunturais especiais” Tradução própria.

doméstica deben ser muy fuertes para lograr contrarrestar las tendencias centrifugas e individualizadoras del mercado. La ideología de la familia, basada en el amor y el ideal de familia nuclear, constituyen sin duda elementos de este cemento⁶¹ (p. 142).

A autora contrapõe a estabilidade das famílias de trabalhadores assalariados com a instabilidade das famílias de trabalhadores “con una inserción inestable en el mercado de trabajo⁶²”. Segundo Jelin,

En este caso, el ingreso monetario ligado a la venta de la fuerza de trabajo no existe o resulta insuficiente para el mantenimiento y reproducción de la unidad, con lo cual esta pierde su autonomía y autosuficiencia. A menudo esto implica una alta inestabilidad en la composición de la unidad doméstica y en los lazos familiares y una apelación constante a las redes de relaciones informales y/o a los mecanismos de bienestar social, si es que existen. Esta inestabilidad puede ser temporaria y pasajera, ligada a procesos migratorios o momentos de transición en los que los individuos mantienen lazos en diversas unidades domésticas⁶³ (p. 144).

Jelin aponta ainda a existência de um terceiro tipo de unidade familiar que pode ser encontrada entre os setores populares, “la empresa familiar basada en el trabajo de los miembros, siendo al mismo tiempo una unidad productiva y reproductiva⁶⁴”. Neste caso, o mundo do trabalho e a esfera doméstica muitas vezes se entrelaçam e não é possível delimitar claramente onde um acaba e o outro começa.

[...] las tareas domésticas y las tareas para la economía de intercambio no se distinguen con nitidez, no existe separación espacial entre el lugar de trabajo y el ámbito doméstico, ni tampoco una clara división del trabajo entre sexos y generaciones, aunque sí de poder y autoridad. Si bien la mujer-madre tiene a su cargo la responsabilidad por el trabajo doméstico, su participación en la empresa familiar puede ser significativa. al igual que la de los hijos. Los lazos intrafamiliares son en este caso reforzados por la unificación de las tareas productivas y

⁶¹ “A unidade doméstica de famílias de trabalhadores contém dentro de si pontos de tensão e contradição: a relação básica de produção é de fato estabelecida no mercado de trabalho entre os membros individuais da família que vendem sua força de trabalho em troca de salários e benefícios sociais, enquanto a família baseia sua existência na coletivização e solidariedade de seus membros. Dada a individualização da participação da força de trabalho e o recebimento de renda monetária, os laços dentro da unidade familiar devem ser muito fortes a fim de contrariar as tendências centrifugas e individualizadoras do mercado. A ideologia da família, baseada no amor e no ideal da família nuclear, são sem dúvida elementos deste cimento” Tradução própria.

⁶² “com uma inserção instável no mercado de trabalho” Tradução própria.

⁶³ “Neste caso, a renda monetária ligada à venda de força de trabalho é inexistente ou insuficiente para a manutenção e reprodução da unidade, e a unidade perde sua autonomia e autossuficiência. Isto muitas vezes implica em uma alta instabilidade na composição da unidade doméstica e nos laços familiares e um constante apelo a redes de relações informais e/ou mecanismos de assistência social, caso existam. Esta instabilidade pode ser temporária e transitória, ligada a processos migratórios ou momentos de transição nos quais os indivíduos mantêm vínculos em diferentes unidades doméstica” Tradução própria.

⁶⁴ “a empresa familiar baseada no trabalho de seus membros, sendo ao mesmo tempo uma unidade produtiva e reprodutiva” Tradução própria.

reprodutivas, dentro de un marco de diferenciación intenta de poder y líneas de autoridad⁶⁵ (p.143).

A autora também aponta estratégias metodológicas para o estudo das unidades domésticas e seus componentes, sendo uma das profícuas a coleta de histórias de vida. Nas palavras de Jelin, “el estudio longitudinal basado en historias de vida de los miembros constituye una herramienta fundamental para detectar el grado de estabilidad en la composición de las unidades domésticas, así como las regularidades y patrones de cambio⁶⁶” (p. 138). Além disso, através das histórias de vida é possível apreender também elementos mais gerais das realidades nas quais os indivíduos estão inseridos e suas interações com o meio.

Esta forma de utilizar historias de vida, entonces, va mucho más allá de la reconstrucción de la historia de un agregado social como sujeto pasivo de un torbellino de cambios, en las probabilidades de vida, que derivan de la estructura en la que se encuentra insertado. Los miembros de dicho agregado, aunque quizás no “hagan la historia” salvo en forma indirecta, o en sus apariciones esporádicas en la arena política, hacen su historia con los elementos que en gran medida les son dados. En este proceso encontramos la sustancia de la interacción entre biografía personal, estructura social e historia⁶⁷ (p. 392).

Os estudos sobre estratégias de sobrevivência perderam ímpeto nas décadas seguintes, mas ao que tudo indica vêm sendo retomados. Um exemplo: em artigo publicado em junho de 2021, Hernández, Law e Auyero analisam as estratégias de sobrevivência de “residents of marginalized neighborhoods⁶⁸” em três países, Argentina, México e Equador. De maneira mais específica, os autores se propõem a examinar

[...] the many, individual and collective ways, in which poor residents access land and housing, obtain food, and manage bodily risks. As we

⁶⁵ “[...] tarefas domésticas e tarefas para a economia de troca não são claramente distinguidas, não há separação espacial entre o local de trabalho e a esfera doméstica, nem há uma clara divisão de trabalho entre os sexos e as gerações, embora haja uma clara divisão de poder e autoridade. Embora a mulher-mãe seja responsável pelo trabalho doméstico, sua participação na empresa familiar pode ser significativa, assim como a dos filhos. Os laços intrafamiliares são neste caso reforçados pela unificação das tarefas produtivas e reprodutivas, dentro de uma estrutura de diferenciação de poder e linhas de autoridade” Tradução própria.

⁶⁶ “O estudo longitudinal baseado nas histórias de vida dos membros é uma ferramenta fundamental para detectar o grau de estabilidade na composição dos lares, assim como as regularidades e padrões de mudança” Tradução própria.

⁶⁷ “Esta forma de utilizar as histórias de vida, então, vai muito além da reconstrução da história de um grupo social como sujeito passivo de um turbilhão de mudanças, nas probabilidades da vida, que derivam da estrutura em que ela está inserida. Os membros de tal agregado, embora talvez não estejam “fazendo história”, exceto indiretamente, ou em suas aparições esporádicas na arena política, fazem sua história com os elementos que lhes são largamente dados. Neste processo, encontramos a essência da interação entre biografia pessoal, estrutura social e história” Tradução própria.

⁶⁸ “moradores de bairros periféricos” Tradução própria.

will see, though (mostly informal) work is the mainstay of their subsistence, poor people make ends meet, seek to improve their lives, and stay out of harm's way through a varying combination of collective organizing, contentious collective action, patronage networks, direct state aid, and networks of reciprocity⁶⁹ (p. 02).

No estudo, os autores afirmam que, embora “strategies explored in this article all share a pragmatic attention to the resolution of immediate material concerns⁷⁰”, as práticas rotineiras estão sempre relacionadas a processos políticos, sejam eles formais ou informais, fazendo a crítica à injustiça e falta de igualdade entre as pessoas. Assim, “separating ‘survival’ from ‘making progress’, all our cases show, is an artificial division that does not resonate with poor people’s daily struggles”⁷¹ (p. 25).

Entre os estudos brasileiros dedicados ao tema, destacamos a tese de doutorado de Rosilene Alvim, “Constituição da família e trabalho industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária”, não só pela pormenorização do estudo, mas também pela similitude com nosso objeto. No caso, Alvim realiza a pesquisa entre famílias de trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, indústria pertencente à família Lundgren, caracterizada pelo sistema fábrica com vila operária com imobilização da força de trabalho pela moradia e a penetração da esfera do trabalho na vida doméstica, mesmo modelo implantado na Companhia de Tecidos Rio Tinto (PB), também de propriedade da família citada.

Ambos os casos têm uma peculiaridade em relação a outros estudos sobre proletarianização, pois geralmente “é notória a separação entre unidade produtiva e unidade doméstica no modo de produção especificamente capitalista dominado pela grande indústria” (ALVIM, 1985, p. 15). Neste sentido, a

⁶⁹ “[...] as muitas formas, individuais e coletivas, pelas quais os moradores pobres têm acesso à terra e à moradia, obtêm alimentos e gerenciam os riscos à saúde. Como veremos, embora o trabalho (principalmente informal) seja o sustentáculo de sua subsistência, as pessoas pobres conseguem sobreviver, procuram melhorar suas vidas e não se deixam prejudicar apelando a uma combinação variável de organização coletiva, ação coletiva contenciosa, redes de patrocínio, ajuda estatal direta e redes de reciprocidade” Tradução própria.

⁷⁰ “todas as estratégias exploradas neste artigo compartilham uma atenção pragmática para a resolução de preocupações materiais imediatas” Tradução própria.

⁷¹ “separar “sobrevivência” de “progresso”, como todos os nossos casos mostram, é uma divisão artificial que não reflete as lutas diárias das pessoas pobres” Tradução própria.

constituição familiar e sua relação com o trabalho passa a ser uma questão central, pois

[...] além do estudo ter como objeto a constituição da família num processo de proletarização industrial, a relação da família com o trabalho se coloca, face à importância que ele acarreta tanto na transformação do grupo, anteriormente submetido a outras formas de dominação, e conseqüentemente na constituição de um outro tipo de família, quanto na reprodução da família operária, na medida em que a posição dos indivíduos internamente à família articula-se com a sua situação no mercado de trabalho industrial (ALVIM, 1985, p. 14).

O caso em estudo difere das situações clássicas de proletarização pelo modo de recrutamento adotado pela CTP, pela política de atribuição de tarefas e pela alocação das famílias em moradias pertencentes à indústria.

As peculiaridades deste caso para efeitos do estudo da relação entre família e trabalho industrial é portanto a existência de uma clara política de recrutamento de famílias de trabalhadores trazidas pela fábrica desde suas áreas rurais de origem (área esta geograficamente de grande amplitude) e de uma política de alocação dos membros familiares ao trabalho, e das diversas famílias às casas da vila operária (ALVIM, 1985, p. 27).

Essas particularidades tornam o enfoque no núcleo familiar ainda mais relevante para o caso em questão. A autora enfatiza também que, embora a importância do núcleo familiar esteja presente em boa parte dos estudos sobre o campesinato, é por vezes diminuída nas pesquisas que tratam do trabalho industrial, ganhando um destaque maior somente a partir da segunda metade do século XX. Segundo Alvim,

[...] nos estudos sobre campesinato, a ligação entre família e trabalho é um dado fundamental para a especificidade do próprio campesinato, e a literatura sobre o trabalho familiar camponês é bastante explícita a este respeito (cf. Chayanov, 1966; Tepicht, 1973; Galeski, 1972; Bourdieu, 1962; Garcia Jr., 1983(a) e (b); Heredia, 1979; Esterei, 1985; Seyferth, 1985). Já no estudo da classe operária, que se distingue pela sua condição de ser constituída de vendedores da força de trabalho em comparação com os grupos sociais acima aludidos, esta ligação é menos usual, em parte na medida mesma em que é notória a separação entre unidade produtiva e unidade doméstica no modo de produção especificamente capitalista dominado pela grande indústria, em contraste e oposição com a ligação entre a casa e o trabalho na produção camponesa e artesanal, as quais permitem um maior controle da família sobre as condições de produção (cf. Alvim, 1981). Há nesse caso uma divisão do trabalho implícita entre o estudo do processo produtivo e do trabalho na indústria e suas repercussões sobre a classe operária por um lado, e por outro o estudo da família da classe trabalhadora. No entanto, no interior das Ciências Sociais, os estudos sobre a família da classe trabalhadora têm um impulso maior com os trabalhos feitos na Inglaterra no pós-guerra e publicados em meados da década de 50, resultado de uma postura crítica seja à tese difundida da importância menor, na sociedade urbano-industrial, dos

laços de parentesco (cf. Firth et alii, 1956; Young & Willmott, 1975 pgs. 11 e 12; 1ª edição em 1957, e Firth, Hubert & Forge, 1970, p. 8), seja à descaracterização da classe operária enquanto classe, com uma identidade e uma cultura própria, diluída numa grande classe média, tal como preconizada em vasta literatura e "senso comum" jornalístico do pós-guerra (ALVIM, 1985, p. 15).

No decorrer da tese Alvim explora, entre outros aspectos que remetem à importância do núcleo familiar para o caso estudado: a conversão das famílias de comunidades tradicionais e campesinas em famílias operárias; as estratégias de manutenção da unidade doméstica; o papel dos indivíduos na comunidade e na composição da renda; os rearranjos na estrutura familiar; o trabalho feminino, doméstico e infantil; etc.

Nas considerações finais, Alvim apresenta o queixume de um gerente industrial com quem visitara a fábrica em uma oportunidade. “Quando se dá uma advertência ou uma suspensão em um operário, tem logo 5 ou 6 de cara feia e má vontade no trabalho porque são parentes daquele”. Mais do que uma situação anedótica, o depoimento revela a importância da família para aquele grupo operário. Além de um recurso de sobrevivência, a manutenção da comunidade familiar é também uma forma de resistência contra a dominação e exploração imposta pela Companhia de Tecidos Paulista durante quase 100 anos.

Naquele momento o desabafo do gerente indicava como que a persistência dos laços familiares dos trabalhadores dificultando a ação da administração fabril e vencendo-a através do cansaço. Apesar da fábrica querer livrar-se das relações com a vila operária que ela criou e desenvolveu e com uma população operária por ela reunida ao longo do século, estas relações pesariam mais fortemente que a vontade de uma nova administração industrial gerencialista (ALVIM, 1985, p. 593).

Interessante notar que mesmo durante o auge do funcionamento da CTP, quando esta não minimizava esforços pra a disciplinarização e controle de seus funcionários, não só na esfera laboral mas também na vida doméstica, “a administração fabril não pode evitar uma certa ação autônoma por parte das famílias recrutadas”. A autora exemplifica:

Assim as diretrizes de famílias numerosas exigidas dos agentes são burladas pelas famílias aliciadas, através da "adoção" ou da agregação de novos membros tomados de empréstimo a outras famílias no local de origem. Assim também, já instalada na vila operária, a família aliciada, com dificuldades de manter na força de trabalho ativa da fábrica um certo número de membros, manda buscar em suas áreas de origem novos jovens trabalhadores, reequilibrando assim sua cota de operários e mantendo as regras que lhe facultam o acesso a uma

casa da vila operária. Este "subaliciamento espontâneo" de novos membros familiares para a fábrica e a vila operária escapa assim ao planejamento e à ação direta da administração fabril. Por outro lado, a homogeneidade suposta entre as famílias aliciadas do interior, com suas características de origem camponesa, pobreza, muitas filhas, na verdade esconde uma heterogeneidade e uma diferenciação interna desde as áreas de origem, perfazendo diferentes trajetórias sociais até a sua inserção socialmente diferenciada na fábrica e na vila operária (ALVIM, 1985, p. 595).

No mesmo sentido, explica Alvim, ainda que seja possível apontar rupturas nas práticas laborais e estratégias de sobrevivência quando as famílias são integradas ao trabalho fabril, também são muitas as continuidades. Nas palavras da autora,

A nova divisão do trabalho familiar que se forma em presença da fábrica apresenta continuidades e rupturas com a divisão do trabalho familiar prevalescente nas áreas de origem, particularmente quando este referente é o trabalho familiar camponês. O chefe de família conserva no entanto sua autoridade no interior da família e é o alocador junto à fábrica, da força de trabalho de seus filhos. O trabalho dos filhos, apesar de fornecer o principal da renda familiar, é considerado uma ajuda ao chefe de família. A mãe de família geralmente permanece em casa cuidando dos afazeres domésticos, com a ajuda de suas filhas (as quais também podem estar trabalhando na fábrica), e eventualmente, organiza alguma atividade doméstica remunerada (um pequeno comércio vicinal, "lavado de ganho", etc.). Os filhos operários, ao casarem, podem recompor o papel de chefe de família que de fato assegure o principal sustento da casa, embora então, já a partir dos anos 50, aumente o espectro do desemprego e as possibilidades de tornarem-se chefes de família em crise, porque desempregados (ALVIM, 1985, p. 596).

Para Alvim, os laços familiares e de parentesco são também constituintes da identidade dos operários de Paulista, reforçando o sentimento de pertencimento à comunidade local e reavivando as redes de solidariedade, o que explica a permanência desses trabalhadores na região mesmo após a decadência da fábrica.

A permanência em Paulista apesar de todas as ondas de demissões e desemprego, o acesso à propriedade da casa da vila operária por parte dos operários "estabilizados", habilita a geração dos ex-operários recentemente aposentados a oferecerem sua solidariedade e ajuda às novas gerações que alcançam a idade do casamento enfrentando uma situação de escassez de emprego e dificuldades de sobrevivência. Nesta nova situação deverão permanecer as formas de solidariedade asseguradas pela família e pelo parentesco, que, ao longo do passado deste grupo operário, constituíram-se na sua própria identidade como grupo social. Sob diversas formas e modificações o modelo mesmo da família permaneceu organizando a coesão e a identidade social deste grupo operário (ALVIM, 1985, p. 597, 598).

2.6. Síntese metodológica

O exposto até o momento representa a base metodológica mobilizada para a realização desta pesquisa. Em campo, procuramos através dessas diretrizes chegar aos melhores resultados para elucidar as questões pertinentes ao objeto de estudo.

No caso da etnografia, foi uma metodologia fundamental para enriquecer os relatos com as percepções do pesquisador sobre as mais diversas situações vivenciadas nos momentos de interação. Também foi importante no estabelecimento das relações com os interlocutores do estudo, possibilitando uma integração com a comunidade para além do superficial.

A situação privilegiada de contato proporcionada pelo método etnográfico, e a adoção de suas premissas para um melhor aproveitamento das variadas formas de percepção mobilizadas na interação humana, possibilitaram pelo menos em parte, aquilo que é buscado por boa parte dos estudiosos das ciências sociais, principalmente na antropologia: o exercício da alteridade, vivenciar o mundo sob a perspectiva do “outro”. No caso em questão, a integração com as famílias dos trabalhadores regionais permitiu enxergar as particularidades da situação, revelando, entre outros aspectos, o que nos une e nos diferencia enquanto classe, e as razões das distintas respostas mobilizadas para lidar com as agruras da realidade laboral.

Esse entendimento, porém, foi incrementado também pela investigação da memória. Não só em seu aspecto mais “oficial”, mas também em seu caráter subterrâneo. O segundo aspecto é essencial para a investigação na realidade de vida das populações historicamente sujeitas a variadas formas de repressão e exploração ao longo do tempo, como é o caso. É também na memória do trabalho que encontramos pistas sobre a explicação de como se estabelece o “ser trabalhador”, e quais os referenciais mobilizados para dar sentido à participação de cada um no processo produtivo, à identificação a uma categoria profissional e à adoção de um repertório de ações.

O estudo do processo de “vir a ser” (nesse caso, um trabalhador) foi grandemente enriquecido pela investigação das trajetórias ocupacionais, tanto em seus aspectos objetivos quanto subjetivos. A reconstituição das experiências

laborais foi útil de variadas maneiras para esta pesquisa. Primeiro, ajudou a compreender qual o caminho percorrido por cada sujeito até ocupar a posição que vivencia hoje. Revela assim percursos ascendentes, descendentes, permanentes, transitórios, em suas relações com o meio e com o momento de vida de cada um.

Em segundo lugar, a reconstituição das trajetórias ocupacionais permitiu identificar como a precariedade incidiu diferentemente sobre a vida de cada trabalhador, revelando distintas recorrências e periodicidades, que variavam de acordo com a idade, gênero, setor, ramo de atividade, formação, entre outros aspectos.

As trajetórias ocupacionais foram fundamentais ainda para tentar entender os diferentes repertórios mobilizados por cada um no que se refere ao comportamento no emprego ou na falta dele. Conhecimento do mercado de trabalho, da legislação trabalhista, identificação profissional e experiência em serviços pregressos foram por vezes relevantes para a adoção de um ou outro caminho durante a construção das diferentes carreiras. Influíram também as subjetividades, através da interpretação de cada um sobre os diferentes aspectos dessas trajetórias.

Por fim, vale destacar que nossa abordagem difere dos estudos clássicos sobre trajetórias ocupacionais por adotar uma perspectiva familiar. Acreditamos que foi uma escolha acertada, pois a reconstituição da trajetória da família revelou o quanto a unidade doméstica é importante para a reprodução da vida em populações em situação de vulnerabilidade e/ou sujeitas de maneira constante ao trabalho precário.

No mesmo sentido foram úteis os estudos sobre as estratégias de sobrevivência. Tendo no núcleo familiar sua maior articulação, sua exploração revelou que os sujeitos não estão na verdade sujeitos, participando de forma ativa na realidade do mundo e sempre buscando formas de garantir a reprodução do núcleo doméstico. Se a realidade se transforma ao longo do tempo, também o fazem as estratégias de sobrevivência, para melhor responder às adversidades que se colocam dia após dia.

A fundamentação metodológica, ainda que muito útil e rica, foi colocada em conflito diversas vezes na prática de pesquisa. Nada anormal para as ciências que exercitam a pesquisa de campo entre suas metodologias. Vale, porém, algumas observações sobre como a pesquisa se deu em sua materialidade, no enfrentamento das dificuldades acadêmicas e conjunturais vivenciadas.

2.7. A pesquisa na prática

Por fim, gostaríamos de apresentar aqui algumas considerações sobre a experiência da pesquisa e a forma de apresentação dos dados. Em março de 2020, depois da banca de qualificação, era hora de iniciar a pesquisa de campo. Porém, naquele momento, o país já vivia uma situação de pandemia, e a estratégia da pesquisa teve que ser repensada de modo a não colocar em risco a saúde deste pesquisador e de seus informantes.

A primeira ideia foi tentar realizar entrevistas com moradores de Rio Tinto que participaram de um evento *online* para o qual fomos convidados no fim de 2019. O encontro, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, abordava a memória da luta e das condições de existência dos trabalhadores de Rio Tinto através de um debate em torno do filme “Os Operários do Barão⁷²”, peça audiovisual realizada por este pesquisador durante o curso de mestrado em Antropologia.

O evento foi bastante satisfatório, contando com a participação de vários estudantes do único colégio público de ensino médio da cidade, a EEEM Prof. Luiz Gonzaga Burity, e esperávamos conseguir alguns colaboradores para o estudo atual. Infelizmente, entre as pessoas com as quais conseguimos fazer contato, somente uma deu retorno positivo: Wendy, uma adolescente de 17 anos, natural de Rio Tinto. A entrevista foi bastante interessante, e as informações preliminares apontaram para uma família com histórico de atuação tanto no ramo sucroalcooleiro quanto na tecelagem. Contudo, não houve sucesso nas diversas tentativas feitas para entrevistar outras pessoas do núcleo

⁷² Filme disponível na internet através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=BixtTPu11ag>

familiar. Sendo o estudo de trajetórias familiares uma premissa desta pesquisa, a referida abordagem não se mostrou suficiente para seguir o caminho.

Uma segunda tentativa se deu através de contato com os sindicatos de trabalhadores rurais operantes em Rio Tinto e João Pessoa. Nos primeiros meses da pandemia, não obtivemos sucesso. Em 2021, finalmente foi estabelecido o contato com o STR de Mamanguape. Ainda que o sindicalista que nos atendeu tenha se colocado à disposição para auxiliar, não conseguiu colocar o pesquisador em contato com nenhuma família através dos meios remotos, e sugeriu tentarmos uma aproximação através de um contato presencial. Assim, também esta estratégia se mostrou inviável naquele momento.

A terceira tentativa se deu por meio de redes sociais online ligadas às cidades de Rio Tinto e Mamanguape, onde este pesquisador disponibilizou o filme “Os Operários do Barão” e explanou sobre os estudos passados e o que pretendia com o atual estudo. A receptividade do filme foi muito boa e algumas pessoas logo se mostraram dispostas a ajudar. Porém, posteriormente, quando foi feito o pedido de contato telefônico, a maior parte não deu seguimento. Os únicos contatos que prosperaram foram os de Margareth e Petrócio Prado, dois irmãos que administram um grupo de Facebook sobre Rio Tinto. Ambos foram entrevistados e se mostraram muito solícitos. Porém, não se enquadraram no perfil procurado. Os dois mudaram de Rio Tinto ainda na adolescência, são filhos de um ex-diretor da fábrica (a chamada “elite rio-tintense”) e nunca trabalharam na CTRT, no campo ou em usina.

A quarta tentativa se deu através de contato com pessoas já conhecidas das duas cidades ou indicadas por amigos e colegas. No início, não obtivemos sucesso. Em sua maioria, os conhecidos deste pesquisador eram do círculo universitário, e não se enquadravam no perfil buscado. Também foram feitas tentativas para retomar contato com pessoas entrevistadas durante a pesquisa de mestrado. Porém, o contato na época foi feito de forma totalmente presencial. Alguns não tinham telefone, outros parecem ter mudado de linha e alguns faleceram (como Dado, o seresteiro).

Em uma reunião acadêmica realizada de forma remota em maio de 2021, um colega do doutorado informou que tinha contato com pessoas da região do

Vale do Mamanguape, e compartilhou o telefone de Padre Valdézio. De lá para cá, foram realizadas quatorze entrevistas com a família, todas por telefone. Só conheci o grupo pessoalmente meses depois de realizar a entrevista. Quando já vacinado, realizei uma visita para desejar as boas festas no fim do ano.

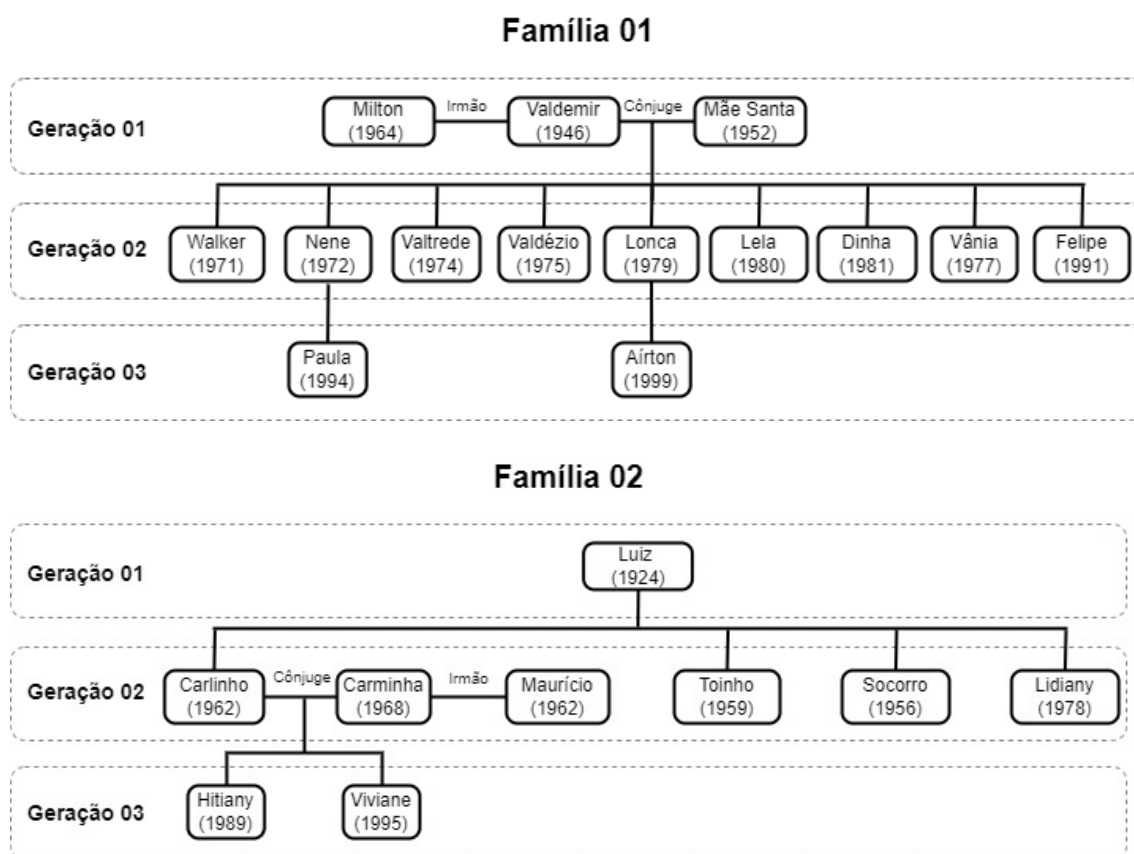
Da primeira geração dessa família, que será referida como “família 1” ao longo do texto, temos 3 pessoas entrevistadas, Valdemir e Mãe Santa (pais de Valdézio) e Milton (Irmão de Valdemir). Da segunda geração, entrevistamos nove filhos do casal, Walker, Nene, Valtrede, Valdézio, Vânia, Lonca, Lela, Dinha e Felipe. Da terceira geração, foram 2 entrevistados. Paula (filha de Nene) e Aírton (filho de Lonca).

Posteriormente, através da indicação da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, foi possível estabelecer contato com uma segunda família. Fui apresentado para Carminha e seu esposo Carlinho em março de 2022, realizando ao longo dos próximos meses um total de 9 entrevistas com a família, neste caso quase todas presencialmente. Da primeira geração, entrevistamos Luiz, pai de Carlinho. Da segunda geração, entrevistamos 4 filhos de Luiz, Carlinho, Toinho, Socorro e Lidiany, além de Carminha e seu irmão Maurício. Da terceira geração, foram duas entrevistadas, ambas mulheres, Hitiany e Viviane, filhas de Carlinho e Carminha.

Ao longo do texto, onde intercalamos os depoimentos de todos os entrevistados em blocos temporais e temáticos, vamos adotar a seguinte legenda, para facilitar a identificação dos pertencimentos familiares e geracionais. Para membros da família “1”, após a citação do nome, usaremos a sigla “f1”. Para a família “2”, “f2”. A geração à qual cada integrante da família pertence será identificada como “g1” para a primeira geração, “g2” para a segunda e “g3” para a terceira. Assim, quando citarmos Valdemir, este será Valdemir (f1,g1). Carlinho será Carlinho (f2,g2). Já Aírton será Aírton (f1,g3), e assim por diante.

Nos diagramas de parentesco apresentados abaixo (figura 15), é possível observar a posição de cada integrante na genealogia da família e o ano de nascimento.

Figura 15: Diagramas de parentesco das famílias entrevistadas.



Por fim, é válido apontar que a escolha pela abordagem familiar trouxe algumas dificuldades específicas para a pesquisa de campo. Apesar dos laços sanguíneos e culturais, famílias são plurais, mesmo dentro de suas lógicas internas. Diferentes pessoas têm diferentes rotinas, valores, interesses e graus de engajamento à pesquisa. Assim sendo, certas entrevistas foram mais difíceis de serem realizadas do que outras, e na abordagem familiar não é possível substituir uma pessoa de acesso restrito por outra mais disponível. Essa particularidade dificultou um pouco a finalização deste trabalho, porém quase todas as entrevistas intentadas foram realizadas com êxito.

Para facilitar a análise contextual e a busca por regularidades nas trajetórias ocupacionais, propusemos a seguinte periodização na apresentação dos resultados da pesquisa de campo, onde buscamos pôr em diálogo os depoimentos colhidos e o referencial teórico mobilizado: (1) experiências de trabalho nos anos 50 aos 70, (2) nos anos 80 e 90, (3) a partir dos anos 2000, tomando como referência situacional o período de ingresso de cada entrevistado

na vida laboral. Felipe (f1,g2), apesar de pertencer à segunda geração, ingressou no mercado de trabalho após o ano 2000, e por isso seu depoimento foi alocado na parte correspondente. O mesmo vale para o caso de Lidiany (f2,g2).

O exposto até o momento representa as bases teórica e metodológica mobilizadas por este pesquisador para a execução do estudo. Prevista no projeto, a realização de um exercício audiovisual junto à pesquisa não foi possível devido às dificuldades do período pandêmico, mas continua em cogitação como desdobramento futuro.

3. Capítulo III – Experiências de trabalho dos anos 50 aos 70

3.1. Considerações iniciais

Os quatro trabalhadores aqui entrevistados, com idade suficiente para ingressarem na atividade laboral entre os anos 50 e 70, apresentam convergências relevantes em suas trajetórias familiares descritas. A história narrada dessas famílias começa geralmente com a migração dos antepassados para alguma área rural do entorno da cidade de Mamanguape, vindo de outras cidades do chamado “interior” da Paraíba. Em um dos casos, há ainda ascendência indígena declarada. A agricultura e a criação de animais de pequeno porte eram os principais meios de sobrevivência no local de origem. A motivação da mudança das famílias geralmente alia questões econômicas e culturais, como piora nas condições de acesso à terra, incidência de secas periódicas, reconfigurações do núcleo doméstico e uma “tradição” familiar de migração.

Os dois ramos da família 1 citam ainda como determinante para seus deslocamentos “concessões” de proprietários de terra da região, sendo a principal o acesso a um terreno para plantio, tendo como contrapartida o pagamento de dias de trabalho ao dono da propriedade, no caso a Companhia de Tecidos Rio Tinto, que na época contava com agentes para arregimentar trabalhadores no interior e em outros estados. Na família 2, esse vínculo motivacional não está claro, apesar de também constar em suas trajetórias ocupacionais o interesse em trabalhar em terras da companhia. Essa prática, da concessão para uso da terra em troca de trabalho, é referida pelos trabalhadores como “situação”. As famílias muitas vezes adotavam estratégias para tornar essa obrigação menos custosa ao grupo familiar. Ao invés de trabalhar um dia por semana em terra da companhia, acordo que parece ter vigorado na época, os chefes de família convocavam outros membros do grupo doméstico para prestar esse serviço conjuntamente, conseguindo por vezes pagar o referente a um mês em apenas um dia.

Pelos relatos, o pagamento de dias de trabalho não era o único constrangimento aos quais estavam submetidos aqueles que moravam em

terras da CTRT. A companhia era quem determinava quais culturas podiam ser cultivadas e quais animais podiam ser criados. Proibia o trabalho em usina ou em terra de outros proprietários. A cessão e o uso das casas, tratado muitas vezes como uma benesse da companhia, também eram instrumentos de controle. Além disso, a CTRT mantinha vigilância constante sobre os moradores e reprimia quaisquer tentativas de organização por parte destes, sendo comum a perseguição a membros das Ligas Camponesas, citada em mais de uma entrevista. Ainda assim, os informantes atestam que a Liga teve participação crucial com vistas a uma reforma agrária que posteriormente transformaria os moradores em proprietários, após denúncias de que a companhia grilava terras.

Além da agricultura e pecuária de pequeno porte, alguns membros da família começaram a atuar também no comércio informal, nas feiras locais, relativizando assim a submissão aos grandes proprietários de terra. Se a geração que migrou para Mamanguape, apesar de também exercer outras atividades, ainda via na ligação com a terra seu principal meio de vida, seus filhos já seguiriam outro caminho, sendo o trabalho na agricultura e na pecuária citado como acessório, mínimo ou um exercício de uma prática saudosista, ainda que todos tenham lidado com essas atividades quando crianças.

Contribui para esse declínio do papel da agricultura e da pecuária como meios de vida a mudança da área rural para a área urbana, que se dá, no caso da família 1, devido a uma nova regulação sobre o uso da terra, após reorientações promovidas pelo INCRA⁷³. Depois desse período, o relato sobre o trabalho na agricultura só aparece associado aos membros mais velhos da família, que por vezes conseguiam um pedaço de terra onde iniciavam algum plantio, mas nunca com o mesmo protagonismo que a atividade rural teve em outros momentos para o sustento do grupo doméstico. Já Luiz (f2,g1) tem a trajetória marcada pelo trabalho rural antes de ingressar na CTRT (onde ficaria por 31 anos), mas também depois de se aposentar do trabalho fabril, quando decide regressar à agricultura.

⁷³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Entre as medidas implementadas pelo INCRA na ocasião, que serão melhor descritas mais adiante, estava a criação de uma cooperativa gerenciada pelo órgão federal, que diminuía a autonomia dos pequenos produtores rurais sobre a própria produção.

Entre os quatro entrevistados desta seção, os três cuja experiência extrapola o trabalho doméstico, no caso os 3 homens, têm suas trajetórias marcadas pelo emprego assalariado, com carteira assinada, embora relatem também passagens por situações de precariedade, nos setores formal e informal. Em 2 casos, ambos da família 1 (Valdemir e Milton), a migração aparece como uma constante, motivada principalmente por melhores oportunidades de trabalho. A obtenção de emprego, muitas vezes, se dá através do suporte de redes familiares ou profissionais. Um dos entrevistados (Valdemir, f1,g1) teve sua trajetória marcada pelo emprego na construção civil, outros dois (Milton, f1,g1 e Luiz, f2,g1), pelo trabalho industrial (passando pela usina, tecelagem e outros setores), e o quarto (Mãe Santa, f1,g1), única mulher do grupo, apresenta um percurso que se dá quase exclusivamente no trabalho doméstico, caminho praticamente inevitável para uma mãe de nove filhos cujo marido trabalhava fora e viajava muito.

Vale aqui ainda caracterizar um pouco do contexto socioeconômico onde essas trajetórias se desenvolvem. Foi na década de 60 que a Companhia de Tecidos Rio Tinto começa a mostrar os primeiros sinais de decadência, devido à concorrência com outras empresas do país, principalmente do Sul e Sudeste, que contavam com maquinário mais moderno, levando a um grande número de demissões no início da década seguinte. Os primeiros anos dessa década foram marcados também pela mobilização da classe trabalhadora, com atuação das Ligas Camponesas e a eleição do presidente do sindicato dos trabalhadores têxteis de Rio Tinto para a prefeitura da cidade. O movimento trabalhista, porém, sofreria forte repressão a partir de 64, com o golpe militar.

O ramo sucroalcooleiro nordestino, desde os anos 50, também sofria com a concorrência das indústrias do Sudeste, que contavam com um mercado consumidor mais amplo, maiores capitais e equipamentos de ponta. Ainda assim, o setor na região adentraria os anos 60 com resultados satisfatórios, impulsionado pelo crescimento da demanda interna, que se dá a partir da política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. Nos anos 70, a economia sucroalcooleira ganharia novo impulso, devido a políticas estatais de incentivo, sendo a principal delas o PROALCOOL, lançado em 1975. Beneficiando principalmente os grandes usineiros, através da concessão de financiamento

para a modernização e expansão dos investimentos, o PROALCOOL garantiu a sobrevivência do setor no Nordeste, e se por um lado favoreceu a geração de empregos, por outro agravou ainda mais o problema da concentração fundiária e de renda na região. Remonta também ao período a integração produtiva do Nordeste à economia nacional, porém de maneira submissa, resultando na maioria das vezes na instalação de atividades acessórias às grandes corporações do Sudeste e na heterogeneização do mercado de trabalho.

3.2. Origem das famílias entrevistadas e sua proletarização

As duas famílias entrevistadas para esta pesquisa têm origem rural, em municípios do interior do estado, onde viviam principalmente da agricultura de subsistência. Ao mudarem para a região de Mamanguape, continuam num primeiro momento vivendo da terra, porém trabalhando em propriedade da Companhia de Tecidos Rio Tinto. Se a princípio pode parecer que não aconteceram grandes transformações nessa experiência migratória, um olhar mais atento revela o contrário.

As famílias estariam agora submetidas a novas lógicas de produção e uso da terra, como será mais bem explorado no próximo item. Consideramos que aqui se acentua a proletarização dessas pessoas, pois cada vez mais se afastam de uma economia de base tradicional e voltada à subsistência para integrarem uma economia propriamente de mercado e de tipo capitalista, que segundo Juarez Brandão Lopes representam duas diferentes estruturas institucionais na qual o mundo do trabalho se insere de formas também distintas.

Em “*O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação*”, o autor afirma que a principal característica do trabalho nas economias tradicionais é sua submissão às relações pessoais nas quais se insere. “Os fatos econômicos derivam de um sistema de relações pessoais” (2011, p. 195). Assim sendo, é a tradição local que rege as premissas da atividade laboral, como a organização, as técnicas, o ritmo e a divisão do trabalho. As atividades produtivas têm como principal objetivo a reprodução do grupo doméstico. No caso de excedentes, na maioria das vezes, estes não são comercializados através de operações mercantis, mas sim redistribuídos em transações fundamentadas na instituição de obrigações recíprocas entre pares.

O trabalho, em sociedades tradicionais como essas, é assegurado não pela expectativa social de que os indivíduos agirão de modo a obter o máximo de recompensas materiais pelos seus esforços, mas sim por prescrições tradicionais que regulam a forma que esse trabalho deve assumir. A pessoa acha-se moralmente obrigada a tais normas, das quais dependem, em boa medida, a satisfação de suas necessidades, a sua autoestima e a obtenção da aprovação dos outros membros do grupo (LOPES, 2011, p. 196).

Já sobre o trabalho na “economia de mercado”, Juarez Brandão afirma a preponderância das relações mercantis como princípio que rege tanto o sistema econômico quanto o social. Sua organização institucional tem como premissa a transformação em mercadoria para ser negociada no livre comércio não só do produto do trabalho, mas também da própria mão-de-obra do trabalhador, alterando não só suas condições objetivas, mas também as subjetivas.

Essa estrutura econômica tem como complemento essencial para o seu funcionamento um sistema de ideias e valores sociais. A atividade aquisitiva é aprovada; a expectativa social é que as pessoas procurem a consecução dos seus interesses econômicos individuais. A conduta econômica, segundo os padrões existentes nesse tipo de sociedade, deve ser racional, isto é, deve ser orientada pela ponderação sistemática de “meios”, para a escolha dos mais eficientes para a consecução dos fins em vista (2011, p. 197).

Uma ressalva importante a ser feita é que a transição de uma economia tradicional a uma economia de mercado não pode ser caracterizada como uma substituição, com a simples eliminação de uma com o surgimento da outra. O processo é mais complexo, melhor definido como uma imbricação, e tem sido um tema de destaque entre estudiosos nas Ciências Sociais. Francisco de Oliveira, por exemplo, criticou o modelo de desenvolvimento econômico etapista proposto pelo economista estadunidense Walt Whitman Rostow. Em “Crítica à razão dualista”, o autor afirma que “sociedade moderna-sociedade tradicional”, por exemplo, é um binômio que, deitando raízes no modelo dualista, conduziu boa parte dos esforços na sociologia e na ciência política a uma espécie de “beco sem saída rostowiano” (2003, p. 31).

Na obra, o autor argumenta que a expansão capitalista no Brasil foi historicamente caracterizada pela combinação entre o “moderno” e o “arcaico”. A sobrevivência das formas econômicas não capitalistas não necessariamente implica um obstáculo ao desenvolvimento do sistema. Muito pelo contrário. O capital se serviu (e continua se servindo) desses modelos produtivos e comerciais diferenciados para favorecimento próprio, sendo que o mesmo não

teria atingido os níveis de desenvolvimento alcançados sem a imbricação com os modelos produtivos tradicionais. A dita “economia tradicional”, assim como outras formas de exploração do trabalho, se tornaram uma sustentação basilar do regime do capital, com efeitos importantes que favoreceram a busca do lucro constante e progressivo.

Em “*Trajetória econômica de uma região periférica*”, de Leonardo Guimarães Neto, evidencia-se que para entender a constituição das relações de trabalho no Nordeste é necessário levar em conta as particularidades do desenvolvimento local, no qual elementos das economias tradicional e moderna se compõem historicamente para determinar condições muito adversas de vida e trabalho para a maioria da população. Como afirma o autor,

Determinados aspectos deixaram, sem dúvida, marcas profundas na economia regional, os quais tiveram – e alguns ainda têm – influência marcante na sua evolução: a grande difusão do trabalho escravo, até o final do século passado e o longo processo de transição para o trabalho livre; a grande capacidade da economia regional de reter populações e absorver contingentes significativos de força de trabalho; o poder de barganha dos empregadores resultante da presença de mão-de-obra abundante (*reservatório de mão-de-obra*, usando a expressão de alguns estudiosos) que possibilitou, na história da região, a fixação de níveis de remuneração extremamente baixos, simultaneamente a condições de trabalho espoliativas; as dificuldades de acesso à terra e a presença marcante do latifúndio que sempre garantiu ao grande proprietário, no contexto de relativo excedente de população, enorme capacidade de definir relações de exploração de força de trabalho que, no fundo, implicam a expropriação de parte significativa do excedente obtido pelo produtor direto; o papel do capital mercantil no interior da própria economia regional (além do papel que exerceu nas relações do Nordeste com os comércios internacional e inter-regional), notadamente na comercialização da produção agrícola (1997, p. 50).

Feitas essas observações, vejamos como as famílias entrevistadas passam a integrar o mercado de trabalho local. Valdemir Nascimento de Lima (f1,g1), o mais antigo membro da família 1 ainda vivo, nasceu no ano de 1946 em Açude do Mato, região do município de Sapé, na Paraíba. Na época, a família vivia da agricultura de subsistência e da criação de animais de pequeno porte. Porém, enfrentando dificuldades para o acesso à terra no local, o pai de Valdemir saiu em busca de um lugar melhor para viver. Logo tomou conhecimento, através de um vendedor de caçuá⁷⁴, de uma “situação” que então se instalara na região

⁷⁴ Espécie de cesto utilizado para transportar produtos em animais de carga.

de Mamanguape. Era por tais meios que a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) arrematava os trabalhadores necessários para o exercício de suas atividades produtivas.

Ele informou que tinha essas terras da companhia, e era muito bom e não sei o quê. E que por sorte, tinha uma casa que tinha desocupado. Ele aconselhando para papai vir morar aqui. Aí papai veio visitar, veio com ele olhar essa casa. Aí falou com o administrador da terra da companhia. Aí papai gostou também. Aí papai acertou para vir morar aqui. Num lugar chamado Luís Dias.

Nascida no Sítio Pedra, área rural de Mamanguape, em 1952, Maria José Nascimento de Lima (f1,g1), mais conhecida como Mãe Santa⁷⁵, é esposa de Valdemir, com quem tem nove filhos, sendo o último de criação.

Segundo Maria José, a família por parte de pai tem ascendência indígena. Ela ainda hoje se recorda de alguns costumes da avó que têm raízes nas culturas brasileiras nativas. “Eu mesmo, na minha criação, alcancei muita coisa. Minha avó, tudo quanto era de mato, ela fazia chá. Ninguém comprava remédio naquela época. A gente só tratava com chá. O açafraão, colorau, que hoje é colorau, eles faziam, usava aquilo, se pintava né, com aquilo.”

Seu pai era natural de Itabaiana (PB) e a mãe, de Araruna (também na Paraíba). Os dois se conheceram já em Mamanguape, quando suas famílias migraram para a região para estabelecerem-se na “situação” constituída pela Companhia de Tecidos Rio Tinto.

Aí eles vieram. A família toda. Nessa época, minha mãe contava, que ela ainda era pequena né. Vinha de pé. Outra hora vinha montada. E assim chegaram aqui. No burro. Nessa época era cangalha, que eles botavam. Aí botava os caçua embaixo. E o resto vinha amarrado. Botava as coisas no saco e amarrava. Chamava rabichola⁷⁶. Arroxava em cima dos burros pra trazer os pesos. E os meninos vinham nos braços, vinham andando, botava em cima. Só sei que chegaram né.

Quando se casaram, seus pais também se instalaram em uma “situação”, nas terras da CTRT. “A terra era da companhia, entendeu? Aí pai comprou essa situação. Uma casinha de palha”.

Luiz Batista da Silva (f2,g1) nasceu em 05 de abril de 1924 no município de Santa Rita, Região Metropolitana de João Pessoa (PB). Mudou para

⁷⁵ “Ai, minha Mãe Santa!” Foi a frase dita pela avó de Maria José quando soube do nascimento da neta. O apelido a acompanharia até os dias de hoje.

⁷⁶ Tira de couro usada em animais de transporte para amarrar carga.

Mamanguape junto com a família aos 16 anos, para a região conhecida como Engenho Novo. Segundo Luiz, o pai veio fazer uma visita a um parente, gostou da localidade, “aí se arrumou e veio embora para cá também”. Ele detalha:

Tinha uma filha que morava lá em Cruz do Espírito Santo, aí o marido veio para cá, arrumou uma casa aqui no Engenho Novo, aí trouxe a filha dele para cá, minha irmã. Aí ele veio visitar ela, gostou também daqui, e veio embora com tudo. Trouxe a família toda para cá. Para Mamanguape. Por isso estou aqui também.

Na entrevista, Luiz não detalha se a grande oferta de emprego que Rio Tinto apresentava naquele momento também foi um motivador para a mudança da família, o que poderia explicar o interesse do pai em migrar para a região. Porém, sua filha caçula, Lidiany (f2,g2), conta que por diversas vezes escutou essa narrativa nas conversas com Luiz. “A família do meu pai veio para cá por causa daquela onda, que na época falava-se muito que aqui tinha muito emprego, sabe. Então eles vieram nessa leva de pessoas para cá. Já atraídos por isso, pelo emprego, pelas notícias de que a companhia dava de tudo”. Assim como no caso da outra família, o sustento nessa época vinha principalmente da agricultura, também em terras da Companhia de Tecidos Rio Tinto.

A vinda da família de Carminha (f2,g2), nora de Luiz e esposa de seu filho Carlinho, também guarda uma história semelhante. Originário de Pilões (PB), seu avô foi o primeiro parente a migrar para a região, atraído pela oportunidade de emprego na CTRT.

Ele foi uma das primeiras pessoas que trabalhou na fábrica. Ele já veio nesse intuito de trabalhar na fábrica de tecido de Rio Tinto. Meu avô veio direto para trabalhar na fábrica. Que no começo de Rio Tinto, a fábrica ali era mata. Meu avô começou a trabalhar já dali. Tirando mato, carregando lenha, em construção. Trabalhou já no começo da cidade. Na construção da fábrica.

Na formação do mercado de trabalho local, é preciso levar em conta ainda o papel da instalação da Companhia de Tecido Rio Tinto. A ocorrência segue os mesmos moldes da fundação da Companhia de Tecidos Paulista, primeiro empreendimento dos Lundgren no ramo têxtil em Pernambuco, inaugurado em 1902 na cidade que dá nome à indústria. Em “A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés”, José Sergio Leite Lopes realiza um amplo estudo que traz à tona algumas particularidades desse empreendimento fabril, que o autor nomearia como “sistema paulista”, e se repetiriam durante a instalação da CTRT. Entre essas particularidades, estão as formas de

recrutamento da mão-de-obra, narrativa presente na trajetória das duas famílias aqui apresentadas.

A parte deste trabalho que introduz um breve histórico da região estudada já expôs aqui o aliciamento direto por agentes da companhia de trabalhadores de municípios e estados vizinhos para integrarem as linhas de produção da CTRT. Em seu estudo sobre Paulista, Leite Lopes afirma que essa forma de recrutamento é vista por boa parte dos trabalhadores como originária da comunidade laboral local.

Mesmo para aqueles trabalhadores que não entraram na fábrica desta maneira, e que têm, portanto, suas próprias histórias de vida a negarem a exclusividade do aliciamento como forma de entrada de trabalhadores para a fábrica e de povoamento da vila operária, o aliciamento é, também para eles, a forma por excelência da constituição da força de trabalho da Fábrica Paulista. À maneira de um mito de origem, o aliciamento marcaria simbolicamente o começo do “sistema paulista” em sua plenitude, com seus operários tutelados desde o interior pela companhia, antes mesmo de penetrarem no seu território” (1988, p. 39).

O autor explica que o aliciamento era “uma dentre várias formas efetivas de entrar na Fábrica Paulista”. Segundo ele, “o aliciamento, ao ser desencadeado, criou um clima de trabalho e de procura de trabalho que provocava a atração espontânea de mão-de-obra para a vila operária, não só do chamado interior, mas das áreas mais próximas”.

Na trajetória das famílias aqui apresentadas, as duas formas de aproximação com o trabalho fabril parecem se combinar. Em sua tese de doutorado, “Constituição da família e trabalho industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária”, Rosilene Alvim explica que mesmo antes do período de aliciamento, a vinda de famílias para Paulista em busca de emprego na fábrica já acontecia de maneira espontânea. Para Alvim, a diferença entre as duas formas de ingresso na fábrica

[...] é que em 30 e 40 os trabalhadores são trazidos pela própria fábrica que se “apropria” de um deslocamento que os trabalhadores já realizavam em diversas situações de crises as mais diversas. A fábrica estimula esse deslocamento, dá-lhe condições de transporte, procurando manter a vinda de famílias de trabalhadores que estivessem vivendo situações de privação e que fossem de “fora” (1979, p. 142).

Ou seja, segundo Alvim, na maior parte dos casos, as famílias que adentravam o trabalho fabril em Paulista estavam passando dificuldades nos

seus lugares de origens, seja por problemas climáticos, conflitos pela terra ou outras questões que dificultavam a reprodução do grupo doméstico.

Acrescentam-se ou superpõem-se a esses motivos as dificuldades ligadas à desproporção na composição interna destas famílias e que se constituem em um desequilíbrio entre o número de filhas face ao número de filhos, dificultando sua reprodução social enquanto camponeses livres ou submetidos, ou pescadores. Em Paulista seria possível o emprego para as filhas, na medida da importância da mão-de-obra feminina para a indústria têxtil de então. A maior parte das famílias que vieram para Paulista, a partir das formas mais variadas, tem como característica de sua composição um grande número de filhos do sexo feminino (p. 46).

Os problemas anteriores das famílias ligam-se aqui à fama atribuída a Paulista no “tempo dos coronéis”, de ser um local rico tanto em recursos materiais quanto em oferta de emprego. Como coloca Alvim,

[...] os agentes utilizavam-se, segundo as histórias de vida de diversos informantes, e segundo o anedotário consensual da cidade, do recurso ao anúncio messiânico de uma terra prometida: Paulista era a terra das montanhas de cuscuz e dos chafarizes de leite (p. 54).

O “tempo dos coronéis”, a autora explica, aparece muitas vezes na memória dos trabalhadores antigos, em sua maioria já aposentados, e abarca o período que vai dos anos 30 até o fim dos anos 40, época de grande expansão da indústria têxtil, que chegou a contabilizar 20 mil trabalhadores.

O tempo dos coronéis é assim um modelo consciente que os trabalhadores têm do período, que remete a um sistema de dominação cujos diversos elementos - como o aliciamento direto de famílias de trabalhadores pela companhia, o afluxo massivo de famílias do interior daí resultante ou que se deslocou a Paulista espontaneamente, a presença de uma vila operária da dimensão de uma cidade, a produção de alimentos em áreas próximas para o abastecimento da feira, e a personalização das relações de dominação na figura dos coronéis - só estão presentes a partir dos anos 30 (p. 57).

No caso da Companhia de Tecidos Rio Tinto, os anos 30 também representaram um período de ascensão, tendo a indústria nessa época cerca de 14 mil funcionários. Voltando a Paulista, ainda sobre o recrutamento de trabalhadores pela Companhia de Tecidos Paulista, a autora esclarece que

O recrutamento de trabalhadores efetivado pela CTP nos anos 30 e 40, que operacionalizou-se na vinda de grande número de famílias, contou com regras próprias que se expressavam nas condições de pagamento dos agentes recrutadores: pagamento mediante vinda de famílias e famílias numerosas, compostas por um grande número de filhos aptos para o trabalho fabril (p. 37).

Alvim destaca que o recrutamento previa o emprego de todos os membros da família, mesmo aqueles que não eram considerados adequados para o trabalho na fábrica.

[...] os membros familiares, não propícios ao trabalho fabril segundo os critérios da administração, são aproveitados em outras ocupações, de forma que é progressivamente construída a prática de se dar uma função aos velhos, tanto em trabalhos acessórios à produção fabril, quanto através da concessão de roçados que melhoram o consumo doméstico seja através do auto-abastecimento, seja através de um comércio vicinal, seja aumentando a oferta de alimentos na feira semanal de Paulista (p. 37).

E era no interior que a maior parte dessas famílias era recrutada, já que as populações camponesas do entorno, além de em sua maioria estarem instaladas em terras da própria companhia, tinham “sua importância para o funcionamento mesmo da fábrica, e não era assim interesse da CTP recrutar sistematicamente sua força de trabalho operária de seus próprios engenhos” (p. 127). Segundo Alvim,

Tal recrutamento de mão-de-obra, de famílias de trabalhadores que vêm procurar trabalho em Paulista provenientes do interior, se transforma, a partir do final da década de 20 e até o início dos anos 50, numa política de aliciamento direto pela CTP, de famílias de trabalhadores numa vasta área de Pernambuco e da Paraíba, principalmente (p. 128).

Entre as condições que atraíam as famílias aliciadas para o trabalho na fábrica, estava a possibilidade de proletarização sem a desintegração do núcleo familiar, já que todos poderiam trabalhar na mesma região, ainda que não na mesma função. Outro atrativo era a concessão da moradia pela CTP. Porém, como coloca a autora, a oferta não era uma benesse, e sim uma estratégia patronal para maior controle sobre a força de trabalho.

A “construção de uma família operária” que então se consolida em Paulista em função do modelo do “aliciamento familiar”, se inclui em uma forma de dominação caracterizada pela imobilização da força de trabalho através do monopólio da moradia pela indústria, que desta forma controla não só o acesso ao trabalho mas também o acesso à casa, ao morar. Controlando assim o trabalho e a vida de seus operários através do monopólio da moradia, a fábrica de Paulista controla também o uso do espaço social de seus trabalhadores, territorializado em domínios de sua propriedade. Esta fábrica com vila operária, ao deter o controle não só das condições de trabalho de seus operários como também o controle direto de suas condições de reprodução, procura inculcar em seus trabalhadores uma ideologia do trabalho, uma moral do trabalho como um modo de vida que é reforçado e legitimado através da família (p. 39).

Para Leite Lopes, a oferta do dueto emprego-moradia pela fábrica dos Lundgren era um grande chamariz para famílias em situação de necessidade, e também uma condição quase primordial para a instituição do “sistema paulista”, não só pelo controle que proporcionava à rotina dos trabalhadores para além do horário laboral, mas também pela instituição de diversas situações correlacionadas que interferiam nas condições de vida dos funcionários.

No caso de a residência ser em área rural ou possuir um roçado anexo, contribuía também para “uma menor dependência absoluta aos baixos salários e ao consequente engajamento do maior número possível de membros da família, das várias classes de idade, ao trabalho fabril” (LEITE LOPES, 1988, p.133). Além disso, essa agricultura de pequena escala era essencial para o abastecimento das cidades fabris com recursos básicos para seus moradores a preços acessíveis, como veremos. Neste sentido, o trabalho em terra da companhia, na maioria das vezes precário, liga-se também à precariedade observada na maior parte dos postos de trabalho oferecidos pela CTRT, sabidamente de baixíssima remuneração.

Na chegada das duas famílias aqui retratadas ao município de Rio Tinto, o trabalho fabril e a residência na vila operária ainda não estão presentes. Mas o trabalho rural em terras da companhia, sim, em ambos os casos. Vejamos agora um pouco mais de detalhes sobre essa situação.

3.3. O trabalho na terra

Na trajetória das duas famílias, o trabalho na terra e seus desdobramentos aparecem como primeiro meio de sobrevivência, estando presentes no início de todas as narrativas e em alguns casos perdurando até o fim da atividade laboral, ainda que como atividade complementar. Os ofícios eram geralmente transmitidos de pais para filhos, que já nos primeiros anos se familiarizavam com as ocupações mais amenas. No decorrer do tempo, o trabalho na terra se transforma, em grande parte devido às condições de acesso à propriedade.

Por vezes referido como algo menor no interior das comunidades fabris, o trabalho na terra era importante para as famílias dos trabalhadores, por complementar o consumo e o orçamento doméstico ou constituir uma atividade paralela para o caso de desemprego, proporcionando assim uma relativa

autonomia em relação ao trabalho fabril. Porém, esse trabalho rural, realizado em terras das companhias, era ainda mais importante para as indústrias. Pois, além de complementar a renda dos trabalhadores, garantia o abastecimento das feiras locais a valores mínimos, possibilitando o pagamento de baixos salários para o trabalho fabril sem inviabilizar a reprodução do grupo doméstico, constituindo assim um dos pilares do chamado “sistema paulista”, que se repete quase de maneira idêntica em Rio Tinto. Como explica Leite Lopes,

A concessão de terras agricultáveis da companhia em ampla escala tanto para agricultores como para famílias operárias, e a canalização de sua produção para a feira “administrada” pela própria companhia, essa era uma das características do “sistema paulista” de dominação. Tal conjugação entre a prática de concessão de terras para roçados e o seu aproveitamento econômico imediato no abastecimento da feira de Paulista, imprimindo feições autárquicas à comunidade, reforça a caracterização “sistêmica” desse caso-limite do padrão de dominação fábrica com vila operária anexa” (1988, p. 96)

Apesar de acontecerem burlas, as companhias tinham grande ingerência sobre as formas do uso da terra pelos trabalhadores e sobre os preços de comercialização dos produtos, como explica Rosilene Alvim, informação que é corroborada pelos depoimentos dos trabalhadores que veremos a seguir.

Seus donos ao monopolizarem a produção agrícola dos moradores dos engenhos que adquiriram ao se instalarem em Paulista, controlando sua distribuição que deve se destinar exclusivamente à feira de Paulista, organiza o consumo de seus trabalhadores e controla os preços dos produtos, administrados e impostos aos agricultores sob a alegação do seu transporte gratuito e de suas mercadorias, pela ferrovia particular da companhia. Por outro lado o controle dos preços dos produtos agrícolas realizado pelos Lundgren é valorizado pelos trabalhadores, indo ao encontro de uma “economia moral” (cf. Thompson, 1979) dos trabalhadores que legitima a forma de dominação que propicia a fatura de alimentos a baixos preços, proteção esta que não vêm atuar no presente nem em outros momentos que não podem ser mais caracterizados como parte do tempo dos coronéis (1979, p. 63).

Depender da propriedade e demais recursos da companhia para a produção agrícola, algo que se intensifica ainda mais no caso de Rio Tinto, tira do trabalho na terra as características libertárias ao qual está associado nas comunidades tradicionais. Para Leite Lopes,

Fica claro aqui, em troca de uma morada, a sujeição através do produto a um proprietário territorial monopsônico. Além do acesso a casa de morada, sem aluguel, e conseqüentemente o acesso a terreiro anexo para criação e pedaços de terra para roçados próprios, com produtos a serem gastos no consumo doméstico ou circulados no “mercado” vicinal, frisa-se aqui a cessão de “instrumentos agrários”, no lugar do que é enfatizado, em Paulista, o transporte gratuito das mercadorias e

dos feirantes pela estrada de ferro própria da empresa. Tal política agrícola iniciada em Paulista, provavelmente pôde ser aplicada com menores resistências em Rio Tinto, hipoteticamente tendo ali sendo sistematizada e devolvida com ensinamentos práticos e aperfeiçoamentos à administração de Paulista (1988, p. 106).

Retomando aqui a discussão sobre o caráter simbiótico de diferentes tipos de meios e regimes produtivos, ilustramos com uma colocação de Leite Lopes a maneira como o empreendimento industrial neste caso se beneficia do trabalho do pequeno agricultor.

Pode-se demonstrar como esse trabalho “camponês” subordinado a um contexto geral de trabalho fabril seria, por detrás de suas aparências, um acréscimo de sobretrabalho, fora das paredes fabris, apropriado indiretamente pelo industrial, o qual, através desse expediente, tem o custo de sua força de trabalho reduzido. É como se, para além do sobretrabalho a que estão sujeitos em sua jornada de trabalho fabril, os operários tivessem ainda que sujeitarem-se a um acréscimo de esforço “por conta própria” para produzirem bens alimentares de subsistência cuja possibilidade de aquisição já deveria estar incluída em um salário superior a ser pago pela companhia como equivalente a um nível de reprodução normal da força de trabalho (1988, p. 111).

Francisco de Oliveira explica como a combinação da agricultura moderna (intensiva em bens de capital) com a agricultura tradicional (que busca a majoração da taxa de lucro através do aumento da exploração da força de trabalho) acaba por beneficiar os setores urbanos industriais no Brasil.

A manutenção, ampliação e combinação do padrão “primitivo” com novas relações de produção no setor agropecuário têm, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos, provavelmente maior importância. Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial, na forma já descrita. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta (2003, p. 46).

Segundo Vêras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield, as formulações de Francisco de Oliveira representam um marco na Sociologia do Trabalho no Brasil. A partir da obra do autor avança o entendimento de que, “Ao contrário de relações estanques entre o ‘moderno’ e o ‘atrasado’, haveria, no caso brasileiro, uma relação ‘simbiótica’ entre esses dois momentos da realidade do país” (2019, p. 03). Assim sendo, ao estudarmos a instituição de novas relações de trabalho

em processos de “modernização” da economia, é sempre ímpar lembrar que, pelo menos no Brasil, o encontro entre diferentes sistemas econômicos acontece muito mais de maneira combinada do que excludente. “O “crescimento não capitalístico do setor comerciário (e um aparente inchamento das grandes cidades) seria funcional à acumulação capitalista” (2019, p. 03).

Voltando agora para o caso em questão, vejamos como o trabalho na terra aparece nas trajetórias das famílias aqui estudadas. Entre outros pontos, a condição para o uso da terra aparece como um determinante que muitas vezes contextualiza as escolhas operadas pelo grupo familiar quando trata do trabalho rural, exigindo dos agentes a formulação de estratégias de sobrevivência para enfrentar as adversidades. A ingerência da CTRT sobre a atividade é enfatizada em mais de uma ocasião.

Quando Valdemir (f1,g1) nasceu, no ano de 1946, em Açude do Mato, a família morava em uma pequena porção de terra herdada de um proprietário local, do qual o pai de Valdemir era filho de criação. Viviam da agricultura (mandioca, algodão, inhame) e da criação de animais.

A parcela de terra da qual dispunham, contudo, não era suficiente para prover o sustento da família. Através de um parente que trabalhava como vaqueiro no sítio que levava o mesmo nome do local, Açude do Mato, conseguiram autorização do administrador para criar gado nas terras do proprietário.

Porém, mudanças no gerenciamento do sítio logo prejudicariam os meios de sobrevivência da família.

Aí, pra encurtar a história, esse administrador foi transferido para outra fazenda. Na Usina Santa Helena, tinha várias fazendas. Aí o administrador novo que entrou não gostou do gado da gente criado na propriedade. Já tinha bastante gado. Na terra da gente não dava pra criar o gado que a gente tinha. Aí papai começou a vender, a maior parte papai foi vendendo.

Em busca de um lugar melhor para viver, a família migra para Rio Tinto, onde se instala em terras da CTRT, que cedia o uso do espaço para os novos moradores, porém com condições. O acordo estabelecia o pagamento de uma diária de trabalho por semana em terra da companhia para o usufruto da propriedade. “Chamava de situação, na época”. Era a primeira vez que pessoas

da família trabalhavam em atividades que não tinham como objetivo direto a produção para subsistência.

Aí passamos quatro anos nesse lugar chamado Luís Dias. Toda semana uma pessoa trabalhava um dia para pagar a diária - chamava diária -na terra da companhia. A companhia tinha engenho, sabe. Trabalhava com agricultura também, tinha os administradores. Aí a gente ia, ia papai, eu, mais dois irmãos, e a gente pagava quatro dias num dia só. Aí a gente passava um mês sem pagar diária. Pagava os quatro dias de uma vez só. Aí valia pelo mês todinho né. Aí ficava só trabalhando pra gente. Porque papai nunca trabalhou alugado. Sempre trabalhamos pra gente.

A propriedade em Luís Dias não era adequada para a criação de gado. Essa atividade também era desestimulada pela CTRT, que autorizava apenas a criação de poucos animais em suas terras locais. Nesse tempo, a família vivia principalmente do cultivo da mandioca, que era comercializada *in natura* ou em forma de farinha, nas feiras locais.

Ainda que não conseguisse fugir da maioria das restrições impostas pela companhia no uso da terra, interessante notar a estratégia da família para lidar com a cobrança exigida pela propriedade. Membros familiares realocavam seus trabalhos para estarem junto do “devedor”, o “chefe de família”, na ocasião da prestação de serviço, diminuindo consideravelmente o tempo que cada um gastaria para a realização da tarefa individualmente. Neste sentido, é interessante trazer aqui algumas considerações sobre estratégias familiares de sobrevivência e reprodução da unidade doméstica.

Em texto publicado no ano de 1989, a pesquisadora venezuelana Cecilia Cariola explica que é possível diferenciar as estratégias de sobrevivência familiares em duas dimensões, econômica e cotidiana.

La estrategia económica consiste en la articulación de actividades y comportamientos destinados a obtener ingresos para la sobrevivencia, así como en una determinada organización de la unidad doméstica para lograrlos. En este caso, la organización doméstica alude fundamentalmente a la diferenciación de roles entre perceptores y no perceptores de ingresos. [...] Las funciones de reproducción biológica y cotidiana están englobadas por la estrategia cotidiana. Las primeras se refieren a la reposición generacional y socialización, en tanto las segundas corresponden a tareas domésticas de mantenimiento

cotidiano de los miembros de la unidad doméstica y de la transformación del ingreso doméstico en consumo⁷⁷ (p. 14,15).

A autora aponta como característica principal da reprodução dos setores populares “el reacomodo de las estrategias de sobrevivencia y de la organización doméstica, com un particular incremento de las ocupaciones autogeneradas para atenuar el desempleo y los efectos de la caída del salario real⁷⁸” (p. 13).

Segundo Cariola, em estudo subsequente, as mudanças nas estratégias de sobrevivência e organização doméstica representam uma resposta possível dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade às dificuldades impostas pelas alterações conjunturais.

En la medida en que la estrategia de sobrevivencia se adapte a los nuevos requerimientos que ocasionan las coyunturas de crisis, varía la organización doméstica: se busca aumentar el número de miembros incorporados al mercado laboral, redistribuyéndose las tareas de mantenimiento cotidiano entre los que permanezcan inactivos. También puede variar la composición doméstica mediante la reducción o extensión del número de personas en el hogar o bien adoptar formas complejas con la anexión de dos o más familias en una sola unidad doméstica. Más allá de que estos cambios enstén avalados por patrones culturales y relaciones afectivas que les dan viabilidad, responden a la necesidad de superar coyunturas domésticas críticas en la reproducción material⁷⁹ (1992, p. 26,27).

Retornando à narrativa de Valdemir (f1,g1), sua família saiu de Luís Dias quatro anos depois, quando surgiu a oportunidade de mudança para outra situação, também sob a tutela da Companhia de Tecidos Rio Tinto, no Sítio Pedra, local mais próximo da parte urbana de Mamanguape e com maior disponibilidade de terras. “Aí melhorou. No Sítio Pedra começamos a criar gado

⁷⁷ “A estratégia econômica consiste na articulação de atividades e comportamentos destinados à obtenção de renda para sobrevivência, bem como em certa organização da unidade doméstica para alcançá-los. Nesse caso, a organização doméstica alude basicamente à diferenciação de papéis entre aqueles que têm e os que não têm renda. [...] As funções de reprodução biológica e cotidiana são englobadas pela estratégia cotidiana. As primeiras referem-se à substituição e socialização geracional, enquanto as segundas correspondem às tarefas domésticas de manutenção diária dos membros da unidade doméstica e à transformação da renda familiar em consumo” Tradução própria.

⁷⁸ “o rearranjo das estratégias de sobrevivência e organização doméstica, com particular aumento do emprego autônomo para atenuar o desemprego e os efeitos da queda dos salários reais” Tradução própria.

⁷⁹ “Na medida em que a estratégia de sobrevivência se adapta às novas exigências trazidas pelas situações de crise, a organização doméstica varia: o número de membros incorporados ao mercado de trabalho aumenta e as tarefas diárias de manutenção são redistribuídas entre aqueles que permanecem inativos. A composição das famílias também pode mudar reduzindo ou ampliando o número de pessoas no domicílio, ou pode assumir formas complexas com a anexação de duas ou mais famílias em uma única unidade doméstica. Além do fato de que essas mudanças são suportadas por padrões culturais e relações afetivas que as tornam viáveis, elas respondem à necessidade de superar conjunturas domésticas críticas na reprodução material.

de novo, tinha muito terreno.” Ali a família também ampliou sua produção agrícola, passando a cultivar outras variedades, como milho e fava.

Após uma temporada no Rio de Janeiro, motivada por razões pessoais (de relação afetiva), Valdemir ingressou na construção civil, através da indicação de um parente, assim que retorna para Mamanguape, trabalhando na área até sua aposentadoria. A dedicação ao ofício logo o afasta do trabalho na terra, pelo qual ainda tem grande apreço.

Eu acho que se eu tivesse ficado, não tivesse inventado de ir pro Rio, eu não tinha saído da roça, não. Porque, em mim, ainda tem a raiz da agricultura, do sítio. Você pode passar na minha frente com o carro mais bonito, eu nem olho. Mas se passar um cavalo, eu posso estar fazendo o que for que eu corro pra olhar. Tenho paixão por animal ainda.

Remuneração certa, acesso a direitos trabalhistas e estabilidade estão entre os motivos que fizeram com que Valdemir optasse pelo serviço na construção civil, ao invés de continuar trabalhando no campo.

Porque depois que a gente pega a trabalhar, assim, tem o nosso salário, é um negócio certo. Porque a gente tem a certeza que tem aquele dinheiro todo mês. Toda semana. E quando a gente saía de uma firma tinha indenização, né. Eu ainda trabalhava, assim, sem compromisso, quando eu saía de uma firma. Aí eu chegava em casa, botava um roçado. Aí eu ia trabalhar de novo. Deixava pra papai. Era assim, sabe. Mas eu trabalhava mais pra não perder o costume. Mas na agricultura mesmo não trabalhei mais, não.

Assim como a família de Valdemir, os pais de Mãe Santa (f1,g1), sua esposa, também viviam da terra, e pagavam para a CTRT dias de trabalho pelo uso do local.

Toda semana tirava um dia pra trabalhar pra eles. Porque eles plantavam arroz, cana - que tinha um engenho em Itapecerica né. Limpava cana. Nesse tempo era conta de cana. Chamava conta. Aí o morador ia limpar. Era tipo escravo né. Quase escravidão. Porque morava na terra, tinha que fazer.

Submetidos às regras da Companhia, viviam da produção agrícola de lavouras temporárias e criação de animais de pequeno porte.

Era terreno grande. Plantava macaxeira, feijão... Só não dava milho. Porque naquela época não tinha adubo, como tem hoje. O adubo era do esterco dos animais. E não tinha nem direito de criar bicho. Não podia criar gado. Criava cabra. Minha mãe também criou galinha. Aí vendia. Mas gado era muito difícil. Não tinha direito de criar, não. Até plantar bananeira eles não deixavam. Porque era uma coisa que ficava, para sempre. Porque qualquer coisa se você fosse expulso da terra... Só o que desse pra colher logo.

A família de Luiz Batista da Silva (f2,g1) também vivia da terra quando migrou para a região. “A gente trabalhava na agricultura nessa época. Plantava de tudo aqui. Fazia roça, plantava macaxeira, batata, feijão verde. A agricultura aqui da gente era pesada. Tinha de tudo.” Assim como os integrantes da família 1, trabalhavam rotineiramente para a companhia em troca da permissão para o uso da terra. “Era na terra da companhia. A gente pagava diária. Toda semana a gente dava um dia de serviço. Era assim. Trabalhei muitos anos assim”.

Com uma produção significativa, além de abastecerem a mesa, comercializavam o excedente ou distribuíam para os moradores do entorno.

Vendia muito, porque a agricultura da gente era grande. Era muita coisa. Eram 4 rapazes para trabalhar na terra. Era um negócio bom que a gente tinha em Engenho Novo. Tinha de tudo. Tanto comia como vendia. Dava para o povo, para os vizinhos. Era assim.

Com cerca de 25 anos, Luiz integraria o trabalho na CTRT, primeiro no setor externo, como servente de pedreiro, ocupação que exerceu durante um ano. Depois seria contratado para trabalhar internamente, no setor de acabamento. Ficou na empresa por 31 anos. Durante esse período, quando podia, ainda cultivava um pequeno roçado. “Saía da fábrica, muitas vezes comia um lanche, alguma coisa, e ia para o roçado”. Ao sair da fábrica, quando conseguiu a aposentadoria, voltou a se dedicar com mais afinco ao trabalho na terra.

Quando saí da fábrica, que trabalhei 31 anos aí, quando saí montei um roçado ali no mangue. Eu era mais trabalhador do que todo mundo. O povo ficava besta de ver (risos). Até os trabalhadores de lá ficavam besta de ver o quanto eu trabalhava. Eu sozinho dava conta de mais de 50 braços de roçado. Era lavoura viu. Lavoura que fazia gosto. Tinha de tudo. Feijão, eu batia umas 5 sacas de feijão aqui por colheita. Só seco. Batia umas 5 sacas. O vizinho aqui era comprador. Feijão-verde era de ruma. Todo mundo vinha comprar aqui. Eu levava na feira, vendia. Era roçado! Eu trabalhava muito. E graças a Deus ainda estou vivo. Não trabalho hoje porque eu não posso mais. Porque vontade eu tenho. Tenho coragem de trabalhar ainda. Mesmo com 98 anos.”

O local utilizado para constituir o roçado mais uma vez não era de propriedade da família. Porém, desta vez, Luiz não foi intimado a pagar pelo uso da terra.

Tinha roçado lá em todo canto de terra para trabalhar. Eu não pedi a ninguém lá, não. Fui trabalhar na agricultura e trabalhei a vida toda lá. Era perto do mangue. Do outro lado do rio. Pertencia ao mangue, não pedi autorização a ninguém. Era terra da companhia, mas perto do

mangue. Quem mandava era o IBAMA⁸⁰. Não pedi autorização a ninguém. E ninguém também nunca me pediu nada por estar trabalhando lá. Era muita gente que trabalhava, ainda sobrava mangue demais ali.

Assim como o decano da família 1, Luiz tem apreço pelo trabalho na terra, que diz preferir ao trabalho fabril. “Eu achava melhor no roçado. Toda a vida fui da agricultura mesmo. Nasci na agricultura, né”. Apesar de ter boas lembranças, ele reconhece que o trabalho na roça era pesado. “Eu trabalhava demais. Que nem bicho. Trabalhava que nem bicho. Ficava o dia todo. Tomava café, ia pro roçado. De 11 horas largava, vinha, almoçava e voltava de novo. Não tinha hora certa para mim, não”. Tendo os filhos seguido outros ofícios, o trabalho na terra passou a ser atividade exclusiva de Luiz. “Trabalhava sozinho. Só ia alguém lá quando ia colher alguma coisa. Para buscar ou colher para comer em casa. Para vender, para botar no carro, tudo era eu mesmo. Não tinha quem me ajudasse, não. Quem plantava e colhia era tudo eu sozinho”.

Luiz só largaria o trabalho na terra a pedido da família, pelo avanço da idade. “Eu trabalhava demais, menino, trabalhava muito. Quanto mais eu trabalhava, mais tinha vontade. Quando eu via aquele mundão de lavoura... Não podia mais trabalhar, mas tinha vontade”. Como relata sua filha Lidiany (f2,g2), “ele parou de trabalhar na terra já tinha mais de 80 anos. Isso porque a gente insistiu muito para ele parar. Às vezes anoitecia e ele estava por lá. Minha mãe ficava preocupada”.

Em ambos os casos, o trabalho na terra faz parte do passado das famílias. Porém, enquanto na família 2 isso se dá principalmente pela incorporação das pessoas em idade de trabalhar por outros setores, no caso da família 1 a extinção da atividade parece estar ligada diretamente à dificuldade de acesso à terra e suas condições de uso.

Como explica Valdemir (f1,g1), em 1976, a maior parte dos moradores do Sítio Pedra mudou-se da área rural para a cidade de Mamanguape, inclusive toda a sua família. A mudança aconteceu por conta de novas condições para o uso da terra, que começaram a se alterar ainda nos anos 60, quando a CTRT

⁸⁰ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

teve parte de suas posses confiscada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Quando essa companhia de Rio Tinto chegou aqui, ela tinha muitas terras. As terras daqui tudinho eram da companhia. Mas ela não tinha comprado. Ela se apossava das terras. Você sabe como era, né. Aí quando o INCRA entrou, os proprietários tinham que mostrar os documentos das terras, né. Que tinha comprado. Aí a companhia não tinha e liberou tudinho pro INCRA.

Num primeiro momento, a reforma promovida pelo INCRA agradou os moradores locais, até então submissos às vontades da CTRT.

Quando era da companhia e passou para o INCRA ficou muito bom. Todo mundo liberto. Não pagava mais diária. A gente trabalhava onde queria trabalhar. Criava a quantidade de bicho que tivesse possibilidade de criar. Era um céu aberto, no tempo do INCRA. Isso foi de 64 até setenta e alguma coisa.

Porém, mudanças na direção do INCRA imporiam novas condições para uso da terra na região, que desagradariam parte dos trabalhadores do campo.

Aí chegou um engenheiro, o nome dele era José Simões. Não sei de onde ele veio. Aí criou uma cooperativa. Aí ele formou uma cooperativa. Então ele queria que o povo, todo mundo que era morador do INCRA, ficasse trabalhando pra cooperativa. Você trabalhava, você não tinha direito de comer uma batata, uma macaxeira, antes que levasse para a cooperativa. E a cooperativa fornecia a semente e dinheiro pra pessoa trabalhar. Aí você botava seu produto lá. Quando você tivesse saldo, você recebia o saldo. Mas se você pegou 5 mil e só produziu 4, você ficava devendo para a cooperativa. E também quem criasse gado, ia ferrar com ferro da cooperativa. Aí o pessoal dizia: vai tomar conta de tudo, a gente vai perder tudo, se reuniram os moradores, falando: “vamos embora, vamos embora!”

Segundo Valdemir, foi nesse momento que grande parte da população local migrou do campo para a cidade de Mamanguape. Entre eles, seu pai.

A gente tinha muito gado. Papai vendeu, deu a preço [de custo] para o povo que não era morador do INCRA. Aí papai comprou uma casa na rua e viemos embora. Deixamos tudo. E não foi só meu pai, não. Foi quase todos os moradores. O pessoal não quis, não.

É importante salientar que desde meados dos anos 40 os Lundgren começaram a substituir os roçados que rodeavam as fábricas por plantações de eucaliptos, que eram utilizados como lenha para alimentar as caldeiras. A preocupação maior das indústrias nesse momento, que enfrentavam a concorrência das empresas do Sudeste, passa ser a redução do custo da energia fabril, não mais a diminuição do preço da força de trabalho. Essa reorientação é analisada por Leite Lopes em seu estudo sobre Paulista.

O relatório anual da CTP aos acionistas de 1944 menciona o início desse plantio, que nos anos 50 e 60 será utilizado para bloquear aos trabalhadores o acesso à terra para roçados. A orientação autárquica deixa de manter seu raio de abrangência e sua preocupação com a redução do custo da reprodução da força de trabalho e com a promoção das forças marginais do trabalho familiar, para fixar-se predominantemente no combustível para as caldeiras, perdendo seu caráter “sistêmico”. Mas aí nós já estaríamos na desagregação do “sistema Paulista”: a perda das condições de total controle da feira, do poder local, e da associatividade dos seus operários, fazem a companhia desinteressar-se na ligação roçados-feira que ela promovia. A ocupação das suas terras em roçados-operários passa a ser vista com desconfiança e hostilidade (1988, p.188).

Seja pelas condições do uso da terra, pela expansão usineira ou por reorientação da direção da CTRT no que se refere às suas propriedades, o fato é que esses trabalhadores passam por um processo de expulsão da terra, que é determinante pelo avanço da proletarianização dos membros da família, que logo se inserem no trabalho assalariado (formal ou não).

Falando especificamente sobre a transformação dos trabalhadores rurais brasileiros em empregados assalariados na indústria, Alain Lipietz dá grande destaque aos processos de separação do homem do campo de suas terras, o que inviabilizou a sobrevivência através dos meios tradicionais mobilizados pelas populações camponesas locais.

Nesse país, o campesinato perdeu aos poucos os direitos de uso tradicional sobre parcelas de terra usadas na agricultura de subsistência e que, pelo menos, garantiam uma certa estabilidade de vida, mesmo se era necessário ir procurar nas fazendas um baixo salário para satisfazer a parte mercantil da reprodução. A bulímia de terras da agricultura capitalista intensiva e exportadora privou o campesinato não apenas de suas rendas, como também da própria possibilidade de permanecer no campo ou nas vilas (Lipietz, 1989, p. 331).

O autor avança no tema afirmando que, se a separação do homem do campo de sua terra foi um passo primordial no processo de proletarianização dos trabalhadores rurais, esse fato por si só não é suficiente para garantir tal conversão.

Não basta que a mão-de-obra seja abundante [...], ou então todos os países do Terceiro Mundo se teriam tornado NPI⁸¹. A mão-de-obra deve estar, ao mesmo tempo, livre de outras amarras (rurais, familiares, religiosas), desorganizada, pela repressão ou pela tradição (mão-de-obra feminina) e, entretanto, habituada à disciplina de trabalho do tipo industrial. Em resumo, a dotação em fator trabalho

⁸¹ Novos Países Industrializados

procurada é, com efeito, uma característica socialmente construída da sociedade local (Lipietz, 1997, p. 93).

Em “O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social”, que trata das migrações de nordestinos para o sul do País a partir dos anos 40, Afrânio Garcia analisa o trânsito dos trabalhadores entre o urbano e o rural, as conversões e reconversões entre o labor industrial e o campesino. O autor ressalta que o assalariamento não é consequência mas sim premissa do empreendimento capitalista, ideia já presente nos escritos de Karl Marx, em quem o pesquisador se apoia.

O surgimento do mercado de trabalho, no sentido moderno da expressão, não é nem um produto espontâneo da história, nem a execução de um código legal preciso. É objeto de uma construção social, que supõe o fim dos “trabalhadores dependentes” e o crescimento dos “trabalhadores livres”. Com efeito, a explicitação das condições de possibilidade de um mercado de trabalho, na acepção corrente e moderna da expressão, faz ressaltar o caráter fundamental da liberdade pessoal dos trabalhadores em relação aos empregadores, portanto a uma não-dependência. Essa condição, que não é “econômica” em sentido estrito, é contudo central para a gênese das estruturas econômicas capitalistas (1990, p. 261).

Na obra, a oposição entre trabalhadores “sujeitos” e “libertos” é um dos pontos centrais. Os primeiros são entendidos como dependentes, submissos a um explorador da força de trabalho que atua pela fixação da mão-de-obra em seus domínios (sendo o caso mais frequente o de “moradores” que vivem em terras alheias, estando a realização de qualquer atividade produtiva condicionada às regras impostas por um senhorio). Já os “libertos” são aqueles que adquiriram o direito de vender sua força de trabalho em um “mercado livre”. Assim, ainda que o assalariamento seja condição elementar para o desenvolvimento capitalista e por isso estimulado pelos detentores dos meios de produção, é entendido por muitos trabalhadores que vivenciam esse processo como uma possibilidade de ampliar o espectro de suas práticas e estratégias de sobrevivência, pela “liberdade” de vender sua força de trabalho no mercado.

Garcia ressalta que a conversão dos trabalhadores do campo em empregados da indústria não é um processo que se dá de maneira passiva. Mobilizando diferentes repertórios, os sujeitos interferem ativamente na construção de suas trajetórias ocupacionais para tentar maximizar os aspectos

positivos do processo de conversão, não só em relação aos ganhos materiais, mas também na formulação simbólica de um novo ideal libertário.

Durante o período de transição, quando a estrutura tradicional não tem mais a mesma dinâmica, mas ainda não foi substituída por uma nova estrutura, as lutas para obter o que é necessário à manutenção ou a uma reconversão favorável dos indivíduos ocupando diferentes posições sociais tornam-se mais agudas, assim como as lutas pelos novos princípios de dominação legítima. Se a luta é material em duplo sentido, como luta pela apropriação dos recursos materiais utilizáveis socialmente, e também como luta que exige o uso das “armas” que cada um possui, em primeiro lugar o corpo nos afrontamentos físicos, ela é também uma luta simbólica onde a noção de *liberdade* é objeto de um debate constante, de disputa pela fixação de seu significado legítimo (1990, p. 263).

Dito isto, é importante ressaltar que, quando discutimos aqui o ajustamento do trabalhador às novas realidades laborais, entendemos que este é um processo dialético e não uma imposição unilateral, sendo o papel dos trabalhadores ativo e não de submissão como defendem algumas teorias deterministas. Como afirma Afrânio Garcia, “é preciso ver como as formas de dominação são internalizadas e respondidas pelos grupos domésticos, e que estratégias apresentam para lutar contra elas e reconverter suas posições sociais” (1990, p. 272).

3.4. Trabalho infantil e acesso à educação

A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, incorporando a legislação anterior sobre o tema do trabalho infantil, estabelece a idade mínima de 14 anos para o emprego de menores, além de uma carga horária diferenciada. Mas desde o início dos anos 1930, marcado pelo surgimento do primeiro sindicato operário na região, tanto a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) quanto as famílias de trabalhadores já recorriam à burla para a incorporação dos menores ao serviço, ainda que com motivações diferentes. Enquanto para as famílias a exploração do trabalho infantil significa a maximização de sua força de trabalho, resultando em melhores rendimentos e colocações na vila operária, para a companhia era uma forma de aumentar os lucros através da inclusão de um contingente de trabalhadores com remuneração mais baixa, como informa Rosilene Alvim.

Para os trabalhadores que vieram para Paulista na “segunda era” do recrutamento, o trabalho dos filhos menores, das crianças, se coloca dentro de um projeto familiar que permite a reprodução social de toda

a família, na medida que o próprio cálculo do salário é feito segundo o que os trabalhadores chamam do "salário da família", ao mesmo tempo em que a fábrica se utiliza da força de trabalho destas crianças como forma de superexploração, visto que o salário pago às crianças é menor (próximo à metade) do que é pago aos adultos (1979, p. 423).

A burla, como era de se esperar, aparece nos relatos dos trabalhadores, e é totalmente omitida nos documentos ligados à companhia, apesar desta ter participação essencial para a concretização da fraude.

No que diz respeito ao trabalho infantil, ela deve obedecer formalmente - através da transcrição, na ficha de "registro de empregado", de idade comprovada por certidão de nascimento (pois eventualmente a fiscalização trabalhista pode exigir o confronto entre a certidão e a ficha ao limite de idade de 14 anos). Mas como a grande maioria dos trabalhadores, provenientes das famílias recrutadas no interior, não possui certidões de nascimento, a CTP pode formalmente respeitar o limite de idade de 14 anos, incorporando todavia crianças de idade inferior. Para isto ela destaca um funcionário do seu "Departamento Operário", que registra administrativamente os novos trabalhadores, para conduzir ao cartório local as crianças, acompanhadas de responsável, assim como também os adultos sem certidão, servindo simultaneamente de "testemunha" perante o cartório. Nesta operação processam-se os "aumentos de idade" relatados pelos trabalhadores, consentidos pelos operários, estimulados e testemunhados pelo funcionário da fábrica diante de um cartório conivente e controlado pela companhia (como tantas outras instituições locais) (p. 449).

A autora revela que o trabalho infantil, ainda que diferindo em sua forma, está presente nos distintos padrões de trajetórias possíveis relatados pelas famílias na ida para Paulista.

Tanto o aliciamento direto de famílias por parte da fábrica, quanto o "auto-recrutamento" de famílias de trabalhadores em direção à fábrica, quanto finalmente o "subaliciamento" espontâneo de membros da família por parte das famílias operárias já estabelecidas, acarretam, de diferentes formas, na introdução de crianças e jovens para o trabalho fabril (p. 441 e 442).

Para Alvim, o estímulo ao trabalho infantil pelas famílias dos trabalhadores era uma opção estratégica que podia fazer diferença na manutenção da vida doméstica, pensada sempre em uma perspectiva coletiva e com a participação de todos seus integrantes.

O trabalho infantil deve portanto ser visto como parte de uma "estratégia" familiar que, às custas da entrada das crianças na fábrica, garante a "ajuda" ao chefe de família para que possa cumprir sua responsabilidade no que diz respeito à reprodução de seu grupo familiar. O trabalho das crianças é um fato que deve ser visto, a partir da percepção que dele têm os trabalhadores, como uma necessidade familiar, sendo de certa forma uma imposição advinda, pela situação social destas famílias, no período marcado pelo "aliciamento familiar" (p. 450).

Para Alvim, a utilização sistemática “do trabalho infantil é uma das características do ‘tempo do trabalho para todos’ do ‘sistema Paulista’, e esta utilização permanece sob outras modalidades, no período de decadência daquele sistema, nos anos 50 e 60” (p. 387).

Segundo Leite Lopes,

Além da vasta utilização do trabalho infantil na produção fabril, (cf. Alvim, 1981 e 1985, cap. 5), as crianças eram utilizadas para pequenos serviços nos escritórios – recados, mensagens, serviços que podiam entrelaçar necessidades de trabalho com necessidades particulares de chefes e escriturário – até o transporte de gelo para a casa dos chefes ou carros de feira para empregados e operários. Essa descrição pela periferia do trabalho fabril bem indica a onipresença do trabalho por todas as classes de idade, inchando a população ocupada da vila operária. Tal onipresença do trabalho é estimulada pelos baixos salários pagos pela companhia, forçando o assalariamento de um grande número de membros da família (1988, p. 62).

Invariavelmente, as pessoas dessa geração começaram a trabalhar ainda na infância. Porém, como as famílias não estavam inseridas diretamente no trabalho fabril, é no trabalho rural e no pequeno comércio que essas crianças iniciam as atividades. Ainda que seja inegável o caráter de transmissão do saber tradicional que o labor dos pequenos objetivava nessa época, também é possível afirmar que esse trabalho contribuía para a sobrevivência das famílias e assim ajudava a CTRT a maximizar seus lucros, já que possibilitava o pagamento de menores salários para os funcionários. Além disso, pelo trabalho ser na “terra”, dentro do ambiente doméstico e não na fábrica, possibilitava ainda a não regulação dessa atividade, dispensando a usual burla de documentação necessária ao empregar menores de idade na indústria. Na maioria das vezes, o ingresso precoce no mundo do trabalho impossibilitava ou ao menos dificultava o acesso à educação formal. Vejamos agora como o trabalho infantil aparece nos relatos das duas famílias.

No caso de Valdemir (f1,g1), quando criança ajudava os pais na criação de animais de pequeno porte. “Eu com a idade de 8 anos, minha vida era pastorear cabra, os cabritos. Na minha vida eu sempre gostei muito de animal”. Ainda jovem, também ajudava na lavoura e na comercialização do excedente que tiravam da terra.

Então a gente arrancava mandioca na quinta-feira, botava na casa de farinha... Isso era dez, doze carga de mandioca que a gente fazia, naquele dia. Aí a gente levava. Papai tinha um cavalo, eu tinha

também, a feira no sábado era em Mamanguape, domingo em Rio Tinto.

A esposa de Valdemir, Mãe Santa (f1,g1), também tem recordações do trabalho na terra, ainda na primeira infância. Muito jovem, ela e os irmãos já ajudavam o pai na agricultura. Porém, os serviços mais pesados geralmente eram feitos pelos homens da família ou trabalhadores contratados.

Eu lembro que eu com cinco anos, acho que eu já sabia pegar na enxada. Não fazia serviço pesado, mas trabalhava. Porque lá em casa só tinha de homem meu irmão. E a gente era tudo mulher. Mas quando a gente foi crescendo, né, não tinha esse negócio de conselho tutelar. Aí ajudava pai. Quando ele podia, pagava trabalhador, arrumava gente pra trabalhar, pra fazer serviço mais pesado. Mas o mais leve era a gente. Era normal. Os meninos pequenos mesmo já era cavando buraco nos terreiros.

Milton (f1,g1), irmão de Valdemir, viveu no campo até os dez anos de idade, e guarda até hoje recordações do pouco tempo em que trabalhou na terra.

Eu era muito novo pra dizer que trabalhei mesmo. Papai, acho que pra educar o lado agricultor, ele colocava um roçado pra mim, perto da casa. Eu ficava com mamãe. Aí toda tarde quando eu chegava do colégio eu tinha que limpar o roçado que ele dizia que era meu. E realmente era. No final de ano, quando vendia, ele comprava as coisas pra mim. Mas não cheguei a ser como os demais irmãos, não, até porque eu sou o caçula. Era criança. E de manhã, mesmo pequeno, ele acordava a gente para ir levar os gados para comer. Tanto eu quanto os outros irmãos.

A fala de Milton sugere que, como mais um recurso da estratégia de sobrevivência das famílias, o trabalho infantil, principalmente quando ligado à terra, estava imbuído também de um caráter educativo e de transmissão de valores dos membros mais velhos para os mais novos da família.

Educação esta que acontecia majoritariamente em casa, já que o ingresso precoce na atividade laboral dificultava o acesso ao ensino formal. Entre os entrevistados da família 1 que pertencem a essa geração, Milton foi o que mais avançou nos estudos, tendo concluído o ensino-médio. Acostumados a viver da terra, os pais de Mãe Santa sempre priorizaram o trabalho ao invés dos estudos, algo que parece bem comum na sociedade local da época.

Minha mãe foi criada, estudou e tudo. Mas tinha gente que dizia, que se fosse pra estudar, “é vagabundo”. Meu irmão estudou, um que é padre e mora em Fortaleza. Ele estudava, mas o povo só dizia: “Tem um filho vagabundo. Preguiçoso”. Pai mesmo dizia. A gente ia 3 dias pra escola e 3 dias para trabalhar. Diziam mesmo assim: “A caneta que eu dou para os meus filhos é uma enxada”.

Milton diz que ainda pensou em fazer ensino superior, mas não conseguiu ser aprovado na universidade pública e não tinha recursos para pagar uma particular. A distância e o custo do transporte também seriam obstáculos para continuar estudando.

Naquela época não tinha a facilidade que tem hoje. Até o lado financeiro. E mesmo pra passar no vestibular, você sabe que tinha que ser bom mesmo. E eu não consegui. Não tinha aqui. Você tinha que se deslocar de Mamanguape para a capital, João Pessoa. Hoje a facilidade é grande. Tem universidade em Mamanguape, Rio Tinto.

Luiz (f2,g1), membro mais velho da família 2, tem relatos de trabalho infantil da época em que ainda morava em Santa Rita, antes de se mudar para Rio Tinto. Ele e os irmãos trabalhavam para uma usina da região auxiliando no transporte da cana. “Eu, pequeno ainda, todo mundo nessa idade, as crianças, negócio de oito anos, dez anos, doze anos, era tudo cambiteiro, carregando cana no lombo do burro”.

Luiz também relata pouco acesso aos estudos. Garante, porém, que a baixa escolaridade não foi um impeditivo para as funções que exerceu dentro da fábrica e nem fora dela.

Para a escola, rapaz, eu fui bem poucas vezes. Acho que até a quarta série. Mas nem todos que sabem bem ler sabiam fazer o que eu fazia. Se admiravam de mim. Porque eu não tinha estudo, mas fazia todo o trabalho da companhia. Fazia tudinho. Nem um centímetro de pano eu nunca perdi. Nunca dei prejuízo de 1 centímetro de pano para a companhia, não.

O conhecimento formal, ainda que limitado, também possibilitou que Luiz ajudasse o pai no comércio dos produtos excedentes que tiravam da lavoura, na época em que a agricultura ainda era o principal sustento da família. “Eu vendia, sim. E minhas contas era tudo eu mesmo que fazia. Era compra, era tudo. Eu que fazia. Não era ninguém, não. Aprendi pouco, mas valeu a pena. Não era todo mudo que tinha uma cabeça que nem eu tinha, não”.

3.5. O trabalho na indústria têxtil

Segundo José Sergio Leite Lopes, o “sistema paulista”, modelo de gerenciamento dos Lundgren que serviu de base para a construção CTRT, era caracterizado não só por ampliar mecanismos de controle da classe patronal sobre os trabalhadores já presentes no sistema fábrica com vila operária, mas também por instituir novas formas de dominação. Nas palavras do autor,

Se a forma de dominação fábrica-vila operária tem por característica geral o controle direto da força de trabalho não somente na produção, mas também em outras esferas da vida dos trabalhadores fora da fábrica, através principalmente do recurso estratégico da moradia, o “sistema Paulista” é uma variante de tal forma de dominação que se singulariza pela abrangência de sua ação sobre as condições materiais de existência de seus trabalhadores. Essa abrangência se manifesta não somente pelo fato da companhia dar acesso ao trabalho e à casa simultaneamente, assim como o acesso a um trabalho complementar que se incorpora nas condições subsidiárias à própria moradia (o roçado, a lenha) e mais ainda por administrar a circulação de bens de primeira necessidade dos trabalhadores através da organização da feira, mas também por controlar a própria constituição do grupo operário, arregimentando, de áreas distantes, famílias de trabalhadores a serem formadas para o trabalho e para as regras de convivência da vila operária (1988, p. 31).

Porém, a partir dos anos 50, época em que o entrevistado mais antigo que integra esta pesquisa começou a trabalhar na CTRT, as empresas dos Lundgren viviam um período em que o “sistema paulista” já mostrava sinais de exaustão, sendo pouco a pouco desmantelado. A desincorporação dos roçados operários, abordada anteriormente, faz parte desse desmonte. Mas certas características continuaram presentes nos relatos dos trabalhadores que vivenciaram o momento. Segundo Alvim, o chamado “tempo dos coronéis”, marcado pelo paternalismo industrial, se transforma a partir dos anos 50, com a renovação do maquinário da indústria e mudanças nas relações de trabalho.

A partir da década de 50 a Companhia de Tecidos Paulista passa a mudar sua política de contratação de força de trabalho, procurando modernizar-se e mudando o padrão da composição técnica do capital, havendo dispensas de operários em decorrência de reorganização na produção e introdução de novas máquinas. Mas, é somente a partir de 1966 que a fábrica procura se livrar, por diversos expedientes, dos trabalhadores estáveis, sendo a inclusão do valor da casa da vila operária no total da indenização devida uma maneira freqüente usada para diminuir os gastos monetários da CTP. As mudanças ocorridas nas décadas de 50 e 60 caracterizam para os trabalhadores a negação do “sistema Paulista”, do “tempo dos coronéis”, “tempo em que até aleijado trabalhava” e em que, apesar dos vigias e do não pagamento dos “direitos dos trabalhadores”, os donos “tinham alguma bondade”. Ao contrário “dos tempos de hoje que não há trabalho pra ninguém e a vida está esta carestia (1979, p. 64).

Apesar das transformações em curso, a autora afirma que o núcleo familiar continuaria sendo um paradigma basilar em torno do qual os trabalhadores de Paulista orientavam a sobrevivência e a reprodução.

[...] apesar de sua caracterização como um período de grandes modificações na organização do trabalho afetando a própria estabilidade e permanência deste grupo social, enfraquecendo a autoridade do chefe de família, há uma continuidade na concepção de família por parte dos trabalhadores. E tal continuidade persiste até o

momento em que comecei a estudar este grupo social, na segunda metade dos anos 70, quando tive acesso àquela concepção de família através de relatos dos trabalhadores e da observação direta (p. 489).

Luiz (f2,g1) foi a primeira pessoa da família 2 a ingressar na indústria têxtil, no finalzinho da década de 40. Trabalhou na CTRT, com carteira assinada, por 31 anos. Porém, na sua percepção, esse tempo deveria ser dobrado. “Trinta e um anos de dia, 31 anos de noite. Então tenho 62 anos de trabalho. Trabalhava de dia e de noite, de dia e de noite, direto”.

O primeiro ofício que exerceu para a companhia foi fora da fábrica, como informal, na chamada Seção C, ou gerência externa. “Eu comecei a trabalhar na C., Sessão C., que era de pedreiro, essas coisas. Depois foi que eu passei para dentro da fábrica. Aí fui trabalhar na fábrica, trabalhando com tecido. Uns faziam os fardos na prensa, e eu escrevia.”

Segundo Leite Lopes, o “sistema paulista” em pleno funcionamento é caracterizado pela abundância de trabalho na região, incluindo o emprego daqueles que ocupam os pontos extremos “do ciclo de vida da força de trabalho, o trabalho dos velhos e o trabalho das crianças, e também os casos-limite de trabalhadores que são os deficientes físicos” (1988, p.61). Para o autor, o trabalho na gerência externa da fábrica foi fundamental para a situação de “pleno emprego” vivida no “tempo dos coronéis”, e até hoje lembrada por alguns trabalhadores.

A descrição da abundância de trabalho através de casos-limite de trabalhadores se complementa com a descrição da institucionalização de tarefas marginais à produção fabril que empregam tais trabalhadores. Muitos “velhos” (com idade próxima a 50 anos) trabalhavam nos serviços de varrer e juntar algodão no “armazém do rasga”, seção que tem uma turma de homens para romper os fardos de algodão e que precede a seção da máquina do batedor. Outros trabalhavam nas plantações e no transporte de capim para cobrir as casas, ou em diversos serviços de conservação da vila operária (1988, p. 62).

Segundo Alvim, o trabalho na gerência externa, muitas vezes sob condições de muita precariedade, englobava diversas atividades e era geralmente atribuído aos mais velhos. Porém, a gerência externa às vezes empregava também os jovens, em sua maioria homens, que viam essa situação como passageira, até conseguirem o primeiro cargo na fábrica ou serem readmitidos em outra seção em caso de desligamento.

A gerência externa, como o próprio nome indica, engloba os trabalhos executados fora do espaço fabril, nas ruas dos bairros operários ou nos campos e matas de propriedade da CTP. Incluem-se aí desde as atividades ligadas à construção e manutenção da vila operária, até os trabalhos do corte de lenha nas matas transportada para as caldeiras das fábricas ou do corte de capim para cobrir as casas de mocambo da própria companhia ou ainda, a partir de meados dos anos 40, o plantio de eucaliptos. Os trabalhadores da gerência externa faziam parte da chamada folha amarela e recebiam seja por diária, seja por produção (1979, p. 327,328).

Quando foi contratado para trabalhar no interior da fábrica, Luiz ingressaria no acabamento, setor onde ficou durante 31 anos.

Eu trabalhei esse tempo todinho foi no acabamento. Todo o transporte era feito lá. Todo tecido que preparava ia para o acabamento. O acabamento que fazia toda a arrumação, cortava, fazia peça, fazia tudo. Uns cortando, outros metrando, fazendo embalagem. Era assim. Outro botava na prancha, outro fazia os fardos, outro costurava o fardo. E eu escrevendo. E eu escrevia aqueles fardos todinhos. Toda a mercadoria era eu que transportava.

Apesar de Luiz ter sido contratado para realizar o controle escrito das mercadorias despachadas, realizava frequentemente outras tarefas. Ao que tudo indica, desvios e acúmulos de função eram rotineiros.

E depois disso, depois da anotação de 10, 12, 15, 16 toneladas, que vinham aquelas carretas grandes, 16 toneladas, anotava aquela carga todinha, e depois ia para cima arrumar. Ia arrumar. Ficava uns botando em cima e eu arrumando em cima. Era assim. Trabalhei a vida toda no pesado. Não era moleza, não.

Em alguns casos, os trabalhos, além de extraordinários, envolviam periculosidade, condição pela qual os funcionários não recebiam nenhum acréscimo.

Aí depois que botava, pesava, e separava para fazer a lotação dos carros que estavam esperando já, né. Era assim. Quando aquela lotação estava pronta eu ia para cima do caminhão arrumar. Dois botando em cima e dois arrumando em cima. Eu e outro arrumando. E dois botando para a gente. Quando estava daquela altura, um bocado danado, aí ia arroxar. Um ficava em cima, um descia com os outros dois, aí botava a corda, dava o laço em cima e eles puxavam embaixo. Aí arrochava a carga todinha. Os três. E eu em cima. Depois quando estava a carga todinha arroxada, aí eles botavam a lona para cima. Aí eu que estava em cima soltava a lona para eles ajeitarem embaixo. Um perigo, a lona em cima. Escapei de morrer um bocado de vez. Escorregando. Minha sorte é que já tinha uma corda arroxada. Porque a lona, quando entrava no cabo, escorregava que só. Quando eles puxavam, aí eu descia também. E me agarrava na corda.”

Apesar de sempre ter trabalhado muito, Luiz diz que a remuneração na CTRT nunca foi boa. “O salário era uma mixaria, naquele tempo. Pagava pouco demais. Naquele tempo era negócio de mil réis ainda, vintém. Eu comecei no

vintém ainda aqui. Comecei ganhando vintém. O salário-mínimo era uma mixaria. Se hoje não é quase nada imagine naquele tempo”. Luiz afirma que nem mesmo com o cumprimento rotineiro de horas-extras o valor da remuneração aumentava significativamente. “Pagava hora extra. Mas o salário era uma mixaria, toda a vida foi. Toda a vida foi mixaria. Tinha salário bom aqui não”.

Sobre os baixos salários pagos pela companhia, Leite Lopes explica:

Se sua composição técnica do capital favorável à força de trabalho é um suporte objetivo à abundância de trabalho da companhia, por outro lado uma contrapartida a tal abundância, como que para garantir uma oferta correspondente de braços, é o baixo salário pago ao maior número possível de trabalhadores por grupo doméstico, única maneira deste grupo assegurar-se um montante de salários compatível com a sua sobrevivência. (Para uma análise deste “salário-família peculiar, cf. Alvim, 1985, cap. 1). Segundo a sua concepção de trabalho, toda voltada para o trabalho produtor de mais-valia, ela não pode permitir que um salário um pouco mais elevado propicie a permanência de membros da família seja ocupados nos afazeres domésticos além do mínimo necessário, seja desenvolvendo atividades “autônomas” ligadas a um roçado ou a um negócio, como alternativas ao trabalho fabril (1988, p. 68).

Segundo Alvim, apesar de muitas vezes o tempo dos coronéis ser lembrado pela fartura, o salário individual era extremamente baixo, sendo possível a reprodução do núcleo familiar somente pela soma das rendas de todos os seus trabalhadores, chamada por estes de salário da família.

E o salário da família, somatório do salário distribuído entre os membros de uma família numerosa, o tipo preferido pelos agentes, aponta para o fato de que o nível mínimo de subsistência social só se realiza no caso da família conter dentro dela indivíduos aptos para o trabalho fabril (neste sentido é que se pode entender o significado da categoria família numerosa). Os baixos salários individuais, além de indicarem o grau de exploração a que se encontravam submetidos os trabalhadores no tempo dos coronéis, apontam também para o fato de que ao aproveitar todos os membros da família aptos para o trabalho industrial - numa escala hierárquica que ia desde o trabalho menos qualificado, para os pontos extremos desse amplo leque de classes de idade que são as crianças e os velhos - "o Sistema Paulista" condiciona a sobrevivência de seus trabalhadores individuais ao trabalho de toda a força de trabalho familiar (1979, p. 84).

Na tentativa de ampliar seus vencimentos, Luiz realizava jornadas de trabalho muitas vezes desumanas, que preenchiam quase o dia e a noite em suas totalidades. Por isso diz que trabalhou na CTRT por 62 anos, e não 31. Dificultava ainda mais a rotina do trabalhador o fato de naquela época a companhia não oferecer transporte para seus funcionários.

Eu pegava de sete horas do dia. Largava de 11 para o almoço e pegava de uma hora de novo. Aí ia até 4 da manhã. Era quase todo dia assim. Quase todo dia assim. Até as quatro da manhã. Que o meu serviço era rojão. Como se diz. Era trabalho né. Quando eu morava aqui em Rio Tinto eu vinha para jantar. Mas quando eu morava lá, em Engenho Novo, ficava direto. Eu só dormia duas horas por noite. Eu saía daqui de 4 da madrugada. Aí ia para o Engenho Novo, de pé. Nesse tempo não tinha nada de transporte, não. Só carro de boi. E largava de 4 da manhã. Ia a pé e chegava quase 5 horas. Aí dormia de 5 horas, e de 6. E de sete vinha trabalhar. De seis e pouco eu saía de lá para vir trabalhar de sete horas de novo. Então era assim. Era um rojão. Não dormia quase nada não. Quase toda a vida. Depois de um tempo foi que Zé Pinto aqui em Mamanguape comprou um ônibus. E começou a fazer o transporte. Tinha dois ônibus, um lá e outro aqui. Aí começou a fazer a estrada. Mas antes não tinha estrada não”.

Segundo Luiz, o exercício de outras funções e a extensão das jornadas eram práticas comuns entre todos os trabalhadores da CTRT, que também sofriam com o não pagamento de boa parte dos benefícios trabalhistas.

Todo mundo! Era todo mundo! Os operários todos eram assim. Não era só eu, não. Era todo mundo. Agora, eu e mais uns 4, era direto. Preparava as mercadorias todinhas e quando os caminhões vinham a gente ia fazer a lotação. Trabalhava dias e noites, a gente trabalhava aí. Os caminhões todos esperando pelas cargas, aí preparando, e os caminhões encostados já esperando. Quando estava tudo pronto a gente deixava o serviço da gente e ia fazer serviço do caminhão. Era assim, meu filho, trabalhava direto. Não era moleza, não. E o que a gente ganhava eram as horinhas extras que trabalhava de noite.”

Depois de morar no Engenho Novo, Luiz mudou para uma das casas construídas pela CTRT na vila-operária de Rio Tinto, na ocasião de seu casamento. Apesar da moradia ter muitas vezes funcionado como um chamariz que atraía os trabalhadores para os domínios da CTRT, nem de longe constituía uma acomodação decente. Além disso, a empresa cobrava aluguel e não realizava os reparos e melhorias necessários à manutenção dos imóveis.

Esta casa, eu vim para cá em 65. Pagava aluguel direto aqui. Nem me lembro mais quanto era. Eu casei e mudei para cá. Não tinha nem filho. Acho que foi antes de 65. Faz muito tempo mesmo. Essa casa aqui, quando eu cheguei aqui, essa casa era toda esburacada. Era somente aqueles tijolos da companhia, aqueles quadradinhos, fininho, cru. Fala cru, né. Cheguei era buraco para todo canto. Não tinha cimento, não tinha nada. Aquela buraqueira da gota. A casa era preta do chão à cumeeira. Preto. Denegrado do fogo que fazia comida. Moravam 3 famílias nesta casa. Peguei essa casa toda preta e esburacada. Uns quatinhos desse tamanhinho! Uma salinha do tamanho de nada. Moravam 3 famílias num chiqueiro de 10 metros. Uns quatinhos que não cabia nem uma cama que preste. Era preto do chão à cumeeira da casa. Três fogos. Um fogo na sala, outro no corredor, outro na cozinha. As telhas, preto, denegrado. As madeiras, tudo preto, denegrado. Mas era assim. Chegava no tempo de seca, chegava a derreter as paredes. Escorria. De sujo. Aquele pretume da gota nas paredes. Não sei como morava aqui, numa casa dessas. Luz não tinha, só na rua. Os fios todos

velhos, quebrados, remendados. Era assim, curto que só a gota aqui. Água era nas torneiras. Tinha uma torneira lá no começo da rua, e tinha outra lá no final. Todo mundo tirava das torneiras. Não tinha energia, não tinha água, não tinha nada. Aí cheguei, vi tudo isso, aí primeiramente fiz a limpeza da casa todinha. Botei as paredes todas abaixo. A calça, toda abaixo. As telhas tirei todinhas, foram todas lavadas. As madeiras, até as madeiras não prestavam mais. Aí comprei outras madeiras. Aí tive que tirar essas madeiras todinhas, comprei outras, botei tudo novo. Quando eu entrei aqui estava tudo novinho. Eu que fiz, né. As paredes botei tudo abaixo. O reboco, reboquei todinha de novo. Todinha. Ficou tudo em ordem. Fiz piso, fiz tudo. Botei encanamento de água. Fui eu. A companhia nunca pagou nada a ninguém. Fui eu que fiz. Tudo por minha conta. Tirava das goelas. Tirava das goelas para fazer essa casa.

A precariedade das habitações construídas pelos Lundgren em suas vilas operárias também aparece na fala dos trabalhadores de Paulista. Segundo um dos funcionários da CTP, a casa era uma “senzala melhorada” (Leite Lopes, 1988, p.145), em nada correspondendo ao modelo de habitação do qual a companhia se pavoneava, implementado para substituir os mocambos, e acabando consequentemente com a tríade “casa-roçados-criação” (p. 129) à qual os trabalhadores locais estavam acostumados em se tratando de moradia. Neste sentido, Leite Lopes destaca ainda o caráter de disciplinarização imbuído na instituição da vila-operária, que objetivava “controlar e disciplinar as atividades extra fabris dos operários mais do que simplesmente ser a materialização de uma cruzada higienista pela casa ‘de pedra e cal’ e pelo ‘conforto’, à sua revelia, do trabalhador” (p. 143). E esse processo não ocorre de forma passiva, levantando questionamentos entre os trabalhadores.

Esse contraste entre o discurso higienista sobre as “casas confortáveis para os operários” e a construção massiva de arruados de casas onde a finalidade subjacente de disciplinarização e combate ao mocambo como modo de vida suplanta a preocupação com os detalhes higiênicos e sanitários, que dariam coerência àquele discurso, faz transparecer para muitos a precariedade e o caráter espoliativo desse processo arrogante de pretensões evolutivas auto-legitimadoras (p. 145).

Além disso, complementa o autor, o aluguel cobrado pela companhia para os trabalhadores que viviam na vila operária geralmente não era revertido em benfeitorias para as residências dos mesmos, que relatam frequentemente terem sido os responsáveis pela manutenção e melhorias dos imóveis.

Certamente, a comparação entre o custo da construção, manutenção e conservação da vila operária e renda decorrente dos aluguéis cobrados aos operários é uma falácia de argumentação: os serviços de luz, água e esgotos incluídos naquele custo não se destinam às casas dos operários, mas sim às fábricas, aos chalets dos chefes e

empregados da hierarquia superior que frequentemente nem são descontados do aluguel, à casa-grande da família Lundgren, e secundariamente a localidades coletivas como ruas e praças que “beneficiam” os trabalhadores em “bloco” ou em “fila”, não com a lâmpada ou a torneira domiciliares, mas com o chafariz e o poste da rua (p. 161).

Quando comenta sobre casa, transparece também na fala de Luiz a ingerência da CTRT na vida doméstica dos trabalhadores, que muitas vezes contava com a colaboração e vigilância dos funcionários mais simpáticos ao patronato.

No meu tempo eu fazia de tudo aqui, e a vizinha corria e ia dar parte na companhia. Tudo que eu fazia na casa essa peste ia dar parte à companhia. Eu fazendo benefício, ela corria e ia contar. Aí a companhia mandava me chamar. Chegava lá, falavam: com qual ordem que você teve de mexer na casa lá? Eu dizia: com a minha. Não sou eu que estou pagando? Vocês não pagam nada, não dão um prego aqui a ninguém. Então estou fazendo por minha conta. Eu vou deixar a casa cair? Em cima de mim? Da minha família? Aí eles se calavam todos. Era assim.

A vila operária local foi inaugurada junto com a Companhia de Tecidos Rio Tinto, em 1924. Quase cem anos depois, o direito à moradia ainda é uma das principais reivindicações dos trabalhadores da região. Durante os últimos anos, ações de despejo movidas pelos proprietários da CTRT preocuparam os moradores locais. Assim nasceu o movimento “Liberta Rio Tinto”.

Lidiany (f2,g2), filha caçula de Luiz, é formada em história e dedicou sua monografia a contar parte da memória dos trabalhadores da cidade. No estudo, hoje publicado em livro, ela conta como surgiu o movimento e seus principais objetivos.

O Movimento Liberta Rio Tinto atua como uma mobilização popular na luta contra as ações de despejo movidas por herdeiros da família Lundgren, dona da Companhia de Tecidos Rio Tinto. Os herdeiros afirmam que são os proprietários de mais de 80% dos imóveis locais, onde vivem aproximadamente 1266 famílias, formadas por ex operários ou seus descendentes, numa soma aproximada de 21 mil habitantes. Grande parte dos moradores da cidade de Rio Tinto paga aluguel à CTRT até hoje e essa “herança” passa de pai para filho, sem perspectiva de mudar. Foi a partir de 2010 que esse impasse começou a tomar outro rumo, quando alguns moradores passaram a questionar sobre os aluguéis, o IPTU, e sobre as melhorias que eram obrigados a fazer nos imóveis e, com isso, acabaram ganhando numerosos apoiadores. Os moradores de Rio Tinto iniciaram o Movimento Liberta Rio Tinto reivindicando a regularização fundiária desses imóveis. Eles alegam que as casas foram esquecidas pela CTRT e que apenas os moradores, ao longo dos anos, realizaram melhorias nos domicílios, além de pagarem o IPTU desses imóveis (SOUSA SILVA, 2019, p. 119,120).

De lá para cá, Lidiany relata, o embate entre os moradores da Vila Operária e os donos da CTRT já contabilizou vitórias e derrotas para ambos os lados.

Em 2014, a associação dos moradores procurou a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), na capital do Estado para tentar solucionar essa questão, pois já existia a suspeita de que partes das residências foram construídas em terras que pertenciam à União. Entraram na questão o Ministério Público Federal (MPF) e a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), que solicitaram à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) um estudo topográfico da cidade de Rio Tinto (p. 120).

A próxima ação partiria da companhia, questionando a legitimidade da posse reivindicada pelos moradores e apontando irregularidades no usufruto dos imóveis.

Em contrapartida, a Companhia de Tecidos Rio Tinto contratou uma empresa especializada em consultoria de imóveis para orientá-la a investir no setor imobiliário de Rio Tinto e o primeiro passo dado foi realizar um levantamento para verificar quantos moradores ainda pagam aluguel e quantos estavam inadimplentes. Segundo os consultores da CTRT, existem moradores sublocando os imóveis a terceiros; outros que alugam quartos para estudantes por cerca de R\$500,00 (quinhentos reais), enquanto pagam aluguéis à CTRT inferiores a R\$200,00 (duzentos reais), e há ainda quem vendeu residências e pontos comerciais para outras pessoas, sem ter juridicamente a posse da propriedade.

Já foram feitas tentativas de acordo entre as duas partes, porém sempre sem sucesso. Segundo Lidiany, os moradores afirmam que os valores pedidos pela CTRT para a venda das moradias estão fora da realidade de mercado e da capacidade orçamentária de quem vive lá.

Depois que a consultoria da CTRT finalizou o levantamento, foi apresentado aos moradores proposta de venda dos imóveis em favor dos inquilinos. Porém, os valores de venda dos imóveis eram absurdos e totalmente fora das possibilidades econômicas das pessoas daquela região (SOUSA SILVA, 2019, p. 120).

O ano de 2017 foi marcado por passeatas do Movimento Liberta Rio Tinto, onde os moradores reivindicavam o direito já garantido pela Lei do Inquilinato de preferência no direito de compra do imóvel, depois que “correu a notícia de que todo o patrimônio imobiliário de Rio Tinto havia sido vendido ao grupo Português Avelar, sem que a população tivesse conhecimento dessa negociação” (p. 125 e 126). O momento foi registrado por este pesquisador no filme “Os Operários

do Barão”⁸², realizado durante o curso de mestrado na área de Antropologia Visual.

Em 30 de abril de 2022, a imprensa noticiou que o governo do estado da Paraíba pagou à família Lundgren R\$23,5 milhões pela desapropriação de cerca de 700 moradias, que serão cedidas aos moradores. Segundo o site G1, “os critérios para distribuição das casas são: 1) residir há, pelo menos, 5 anos em Rio Tinto; 2) não possuir imóvel próprio e se encontrar em moradia de aluguel na data do decreto; 3) receber até três salários-mínimos de renda; 4) por fim, estar assentada em áreas exclusivamente residenciais⁸³”. O governo ainda não se posicionou em relação às outras cerca de 3 mil residências que estão em situação similar.

Luiz se enquadra com folga nos critérios exigidos para ser contemplado com a cessão da residência. Lidiany acredita que os primeiros passos já foram dados. “Foi feita a compra. Vieram pessoas aqui. Gente da SEHAB. Pegaram documentação”. Mas Luiz faz questão de lembrar que a transação ainda não foi oficializada. “Liberaram as casas para o povo. Mas a documentação ninguém recebeu ainda”.

Luiz deixou o trabalho na CTRT quando conseguiu a aposentadoria, em 1980, depois de 31 anos de serviços prestados com registro em carteira. Ele afirma, porém, que as verbas rescisórias recebidas pelo tempo que trabalhou na empresa foram bem aquém do que merecia. “O dinheiro que eu recebi na fábrica nesse tempo foi uma notinha de 5 mil réis. Naquele tempo, foi o dinheiro que me deram”. Segundo Lidiany, ainda hoje Luiz guarda rancor desse episódio.

Teve um período que ele comprou um caderno, aí ficava fazendo conta. Era contas e contas. Um caderno cheio de somas. E ele dizia: estou contando todos os anos que eu passei na fábrica. E colocando o salário. Aí ele saía daqui de casa e ia lá para o patrimônio. E chegava lá e fazia guerra com os funcionários. “Eu não saio daqui enquanto não assinar minha casa. Sabe o que é isso daqui, é toda a contabilidade que não fizeram, mas eu fiz. Faltou coisa”. E ele ficava cobrando ali. As meninas pegavam no telefone e ligavam pra mim dizendo: “Lidiany,

⁸² Link: <https://www.youtube.com/watch?v=BixtTPu11ag>

⁸³ Entenda como uma família sueca, fundadora das Pernambucanas, era dona de quase toda uma cidade da Paraíba. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/04/30/entenda-como-uma-familia-sueca-fundadora-das-pernambucanas-era-dona-de-quase-toda-uma-cidade-da-paraiba.ghtml> Acesso em 24/11/2022.

teu pai está aqui cobrando dinheiro da gente. Cobrando a casa. O que a gente faz?”. E eu: “Espere que vou aí buscar” (risos).

Apesar das críticas e queixas sobre o trabalho na companhia, Luiz admite que ela foi importante para a empregabilidade na região, tendo o seu fechamento dificultado muito a vida dos moradores locais.

O funcionamento dessa fábrica fez muita falta ao povo todo daqui. Eu mesmo só tive emprego, aqui, nessa companhia. Mais ninguém. A prefeitura não empregava ninguém. Padaria, comércio, não empregava ninguém. Empregavam só as próprias famílias. O emprego que tinha era só na fábrica. Além disso, usina somente. Não existia emprego aqui, não, depois da companhia não. Muita gente foi embora.

Não é este o caso, pois Luiz não deixa de ser crítico à companhia, mas Leite Lopes afirma que muitos trabalhadores que vivenciaram o auge do “sistema paulista”, e sua característica de abundância de empregos, ainda que precários, ressignificam o período positivamente em oposição ao tempo presente, quando boa parte da população vive sob o medo do desemprego.

De fato, a imagem da abundância do trabalho, ou da fartura de emprego, pressupõe uma visão do dom patronal do oferecimento de trabalho, num contexto de comparação com o desemprego e a escassez de trabalho do tempo presente. Tal imagem tende a interpretar a “fome de braços” da companhia predominantemente como um dom, e não é à toa que a imagem dos deficientes físicos e dos velhos no trabalho é posta em relevo neste contexto. A necessidade de braços por parte da fábrica passa a ser vista por esses trabalhadores segundo a ótica unicamente de uma moral do trabalho, de uma pedagogia, quando ela também tem a ver com a fome de mais-valia (1988, p. 69).

Milton (f1,g1) está entre os trabalhadores que saíram da cidade quando a companhia fechou as portas. Depois de passar por três usinas da região, ingressou na Companhia de Tecidos Rio Tinto, trabalhando na área de segurança, como vigilante. Porém, poucos meses depois de seu ingresso, a CTRT encerraria suas atividades. “Entrei em março de 90. Infelizmente fechou comigo dentro. Fechou também em 90. Eu tive pouca sorte. Em novembro de 90 fechou”.

Seu próximo emprego seria na Tecblue, indústria de tecelagem que também pertencia à família Lundgren, localizada em Parnamirim (RN). Milton tomou conhecimento da vaga através de um ex-funcionário da CTRT que conhecia. Trabalhou na Tecblue por quase 5 anos, até 1995, quando a empresa também fecharia as portas. Desta vez, sua função era na tecelagem, num ofício que aprendeu com os colegas. “Eu era operador de tingimento. De tingir os fios

que saem pra fazer as toalhas. Outra função. Assim que eles empregam já tinha operador que tinha experiência. Aí você passa uma semana com ele. Aí depois já não tem muito o que aprender não”.

Quando se referem ao fechamento da CTRT, a principal empregadora da região até aquele momento, todos afirmam ter impactado negativamente a vida dos trabalhadores da região. Segundo Milton,

Dava dó. Durante minha época de vida eu nunca vi uma tristeza daquela. Nem era por mim. Porque eu tinha uma convicção de que eu ia me empregar rápido. Mas eu vi muita gente chorando ali. Era um batalhão de gente. Desempregado. Muito pai de família mesmo. E até porque, em Rio Tinto, a única fonte mesmo de renda era essa fábrica. Rio Tinto é muito pacato.

A opinião é compartilhada até por aqueles que nunca dependeram diretamente da indústria, como Valdemir (f1,g1):

Porque todo mundo aqui de Mamanguape e de Rio Tinto trabalhava na fábrica também. Pra você ver, que Rio Tinto era um lugar que tudo no mundo era em Rio Tinto, quando a fábrica trabalhava. Aí quando a fábrica fechou foi um desmanche. Teve muito desemprego aqui do pessoal que trabalhava na fábrica. Foi muito ruim. Teve gente que foi embora. Outros mudaram de profissão, inventaram outras coisas para viver. Alguns foram pra Santa Rita, que tinha fábrica de tecido também. Aí ficaram trabalhando na Tibiri. Tem algumas fábricas em Santa Rita. Mas nem todos tiveram a sorte de arranjar lá. Foi muito ruim. Outras pessoas, que já estavam de idade, se aposentaram.

Segundo Leite Lopes, com o “transbordamento” das vilas operárias para além dos domínios dos Lundgren e posterior fechamento das fábricas, os trabalhadores que anteriormente vivenciaram um processo de “descampesinação” e “obreirização” ao ingressarem na indústria passam agora uma situação inversa, a “desobreirização”, pelo menos no que diz respeito ao modelo de gerenciamento do “Sistema Paulista”.

O processo de “desobreirização” correlativo à decadência da fábrica com vila operária desemboca em três vias de transformação. Em primeiro lugar, existe a via do pequeno comércio que representa não somente uma “desobreirização” no sentido de uma desvinculação com a fábrica, mas também com qualquer profissão de trabalho manual podendo ser exercida em pequenas oficinas. Com efeito, a maior parte dos operários das fábricas têxteis exercem profissões “produtivas”, remuneradas à base do salário por produção, e que são profissões que dependem da fábrica, de suas máquinas e de sua forma de cooperação para serem exercidas. Fora das fábricas, não há lugar para continuar na profissão, e a “desobreirização” se acompanha de uma “desprofissionalização” (1988, p. 580).

O processo de “desobreirização” em Paulista também inclui trabalhadores que perderam o emprego na CTP, mas continuaram exercendo uma profissão manual, ainda que fora da grande indústria. Nas palavras do autor,

A segunda via de transformação tomada pelo processo de “desobreirização”, oriundo da decadência das fábricas com vila operária, é uma via que desvincula os trabalhadores das fábricas, mas não de uma profissão manual. Os operários ligados às atividades de manutenção de fábrica ou possuindo alguma profissão ou treinamento prático, que podem ser exercidos independentemente das máquinas e da cooperação fabris, poderão trabalhar nas oficinas de reparação e manutenção que proliferam na área metropolitana (p. 580,581).

A terceira via de transformação descrita como consequência do processo de desobreirização relacionado com a queda do “Sistema Paulista” implica na continuidade do trabalho industrial, em empresas que surgem na região a partir da atuação da SUDENE, porém em moldes diferentes do que acontecia nas fábricas dos Lundgren.

Essa nova fase de industrialização pós-SUDENE vem dar a tônica da terceira via de transformação por que passa esse processo geral de desobreirização correlativo à decadência das fábricas com vila operária. Essa via, no entanto, representa a nova face obreira desse processo, sendo mais a negação do tipo de industrialização com controle direto da esfera doméstica de seus trabalhadores do que a negação do trabalho fabril ou do trabalho manual profissional. Essa transformação do operário da fábrica com vila operária, submetido à fábrica tanto pelo processo de trabalho como pela materialização de sua reprodução, em operário fabril clássico, submetido à fábrica pelo processo de trabalho, mas que está livre dela na esfera exterior ao trabalho fabril, já vem se desenvolvendo no interior mesmo das fábricas com vila operária” (p. 581).

3.6. O trabalho na agroindústria sucroalcooleira

Com a modernização industrial, os processos de incorporação ou conversão dos antigos engenhos de cana-de-açúcar em usinas têm início ainda no final do século XIX. Porém, foi com a industrialização do país, a regulação e a implementação de políticas públicas de incentivo promovidas pelo poder público que o setor viveria sua primeira grande expansão, a partir dos anos 30 (DONATO; DANTAS, 2021). Na década de 50, período ao qual se referem os primeiros relatos dos nossos entrevistados, o setor sucroalcooleiro nordestino vivenciava dificuldades, enfrentando a crescente concorrência das agroindústrias do Sudeste, que além de serem mais modernas dispunham de maiores recursos para incremento da produção. Ainda assim, no início dos anos 60 as usinas locais apresentaram resultados satisfatórios, impulsionadas pelo

crescimento econômico do país e consequente expansão do consumo interno durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Uma segunda grande expansão do setor aconteceu nos anos 70, quando o governo federal implementou uma série de políticas públicas voltadas ao incremento da produção sucroalcooleira no país.

Em 1971, é criado o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar), que tinha como principal objetivo melhorar a produtividade agrícola do setor canavieiro, através da introdução de novas variedades e do estímulo à utilização de insumos menos agressivos para o meio ambiente. Já o Programa de Racionalização da Indústria Açucareira, também de 1971, e o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira, criado dois anos depois, tinham como objetivo melhorar a produtividade industrial do setor, estimulando a modernização e a fusão de usinas, com grande repercussão em Pernambuco” (DONATO; DANTAS, 2021, p. 365).

Em 1975, momento em que o petróleo vivenciava grande alta no mercado internacional, foi criado o PROALCOOL.

A política pública que destinou mais recursos para o setor, o Programa Nacional do Alcool, de 1975, surge em resposta à elevação, durante o período, do preço internacional do petróleo, combustível muito consumido, mas pouco produzido pelo país. Além de oferecer uma alternativa ao combustível fóssil, o Proálcool pretendia revitalizar a indústria sucroalcooleira do Brasil. O programa teve um grande impacto no Nordeste, levando à instalação de novas destilarias nas usinas e ao surgimento de destilarias autônomas, e extinguindo as unidades governamentais para favorecimento dos empreendimentos privados. O Proálcool privilegiaria principalmente os usineiros, com “condições de financiamento extremamente benéficas, cujo principal componente foi o juro negativo” (Ramos, 2016, p.50). A produção de álcool em Pernambuco salta de 90.077.694 litros, em 1964, para 613.350.000 em 1986 (pp. 365 e 366).

Durante a época à qual nos referimos neste segmento, o setor sucroalcooleiro já era um dos grandes empregadores da região. Ainda que os trabalhadores industriais, em seus variados setores e territórios, guardem similaridades em suas condições de existência, características a uma posição de classe comum, é necessário estar atento às especificidades de cada caso. Neste sentido, acreditamos que os trabalhadores de usina, e em especial aqueles da região Nordeste, apresentam em suas trajetórias realidades que se particularizam devido a questões espaciais, históricas e culturais nas quais suas existências encontram-se permeadas. Para avançar nessa discussão, dialogaremos aqui com a obra de José Sérgio Leite Lopes, particularmente “O Vapor do Diabo – o trabalho dos operários do açúcar”.

O título do livro, lançado em 1978, surge a partir da descrição de um operário sobre o trabalho na usina, e para o autor indica “a exterioridade e hostilidade que apresenta o funcionamento de uma usina de açúcar com relação a seus trabalhadores humanos” (p.1).

Ainda na introdução, ao falar sobre os princípios teóricos e metodológicos, Leite Lopes explica que o estudo foi desenvolvido “a partir das representações, das categorias de pensamento e dos modelos de comportamento do grupo social estudado – aliando a isso a observação direta”, tendo como objetivo analisar “os comportamentos dos operários do açúcar a respeito do seu trabalho, de sua prática econômica” (p. 7). Ele chama atenção para o fato de, apesar de o ingresso no emprego fabril representar na maioria das vezes a imposição de uma nova cultura do trabalho, deve-se levar em conta o aspecto ativo dos agentes implicados nesse processo, que “reinterpretam essa reorganização da produção em função de seus interesses – que não deixam de ser contraditórios com o do capital” (p. 8).

Na busca do entendimento da compreensão particular do grupo sobre a realidade que os confronta, no decorrer do livro Leite Lopes aborda a diferenciação interna dos operários do açúcar, a percepção sobre o salário e a jornada de trabalho, as formas de resistência à dominação, as estratégias de sobrevivência mobilizadas para a reprodução do grupo doméstico, a formação do mercado de trabalho local, o trabalho sazonal, a imobilização da mão de obra pela moradia, a penetração da esfera do trabalho na vida doméstica, a burla aos direitos trabalhistas, o medo do desemprego e suas consequências na relação com a indústria, entre outros aspectos.

No relato dos trabalhadores que integram este tópico, o emprego no ramo sucroalcooleiro aparece apenas no início da vida profissional, estando mais presente ao longo da trajetória da geração posterior. A primeira menção aparece aqui referindo-se ao trabalho na chamada gerência externa. Neste sentido, é interessante analisarmos a trajetória social dos trabalhadores que ingressam na usina, abordada por Leite Lopes em sua obra.

Uma boa parte desses operários tem origem entre os trabalhadores rurais dos engenhos, que normalmente vivem um período de transição na passagem

do emprego agrícola para o fabril, atuando em tarefas ligadas ao campo em regiões cada vez mais próximas à indústria. Segundo o autor, “nesse tipo de forma de transição está implícita uma certa socialização do trabalhador ao trabalho em usina, através da possibilidade de contatos com operários, ou também com empregados, havendo assim maiores possibilidades de cooptação” (p. 152).

É também comum aqueles que ingressaram na usina por terem antes realizado trabalhos não agrícolas nos engenhos. Muitos operários, tendo origem camponesa ou não, “foram trabalhadores de obras de construção civil dos engenhos (na construção de estradas, pontes, valetas), ou foram cassacos, esses trabalhadores reunidos em turmas ambulantes consertando os trilhos da estrada de ferro” (p. 152).

Outra trajetória que faz parte do ingresso de trabalhadores na usina “consiste na profissionalização de corumbas que trabalham como serventes de maneira sazonal, principalmente nas usinas do Agreste” (p. 154). Por fim, o autor cita ainda que outra “forma de recrutamento de operários é constituída pelo aproveitamento na usina dos próprios filhos das famílias operárias” (p. 155).

Luiz (f2,g1), integrante vivo mais antigo da família 2, relata que ele, o pai e os irmãos, trabalharam no setor sucroalcooleiro, mas antes de se mudarem para Rio Tinto. Na época, viviam em Santa Rita, mas prestavam serviço para uma usina que ficava em uma cidade vizinha, Cruz do Espírito Santo. O trabalho que realizavam era na área rural e não no complexo industrial. O pai trabalhava coletando madeira para a Usina São Gonçalo. “Meu pai era carreiro de boi. Trabalhava nas matas puxando madeira”. Ele e os irmãos, ainda crianças, eram cambiteiros, responsáveis por transportar a cana cortada para a usina.

Aí ia cambitar cana para a usina. Tudo quanto era menino daquele meio de mundo ia carregar cana nos burros. Cada menino tinha que trabalhar com dois burros. Enchia, arroxava, soltava ele. Ficava pastando por ali. E a gente enchendo outro. Quando tava os dois todos prontos, metia o chicote e levava lá para a linha da máquina despejar.

Ele afirma que todos da família, nessa época, eram trabalhadores informais. “Não era registrado, não. Usina não registrava ninguém. Trabalhava por produção. A gente trabalhava a semana todinha e no fim da semana recebia um cheque”. No período, viviam em propriedade da Usina e não conseguiam

realizar o trabalho na terra, atividade tradicional familiar. “Tinha roça nada, que a gente não podia trabalhar, rapaz. Não podia, não. Trabalhava só lá mesmo na usina. E morava na usina também. Na terra da usina”.

Entre outras pesquisas, Moacir Palmeira realizou um amplo estudo sobre os moradores de usina. Segundo o autor, para esses trabalhadores, a palavra “morar” adquire um significado diferenciado.

Se para o nosso senso comum urbano morar significa simplesmente “habitar”, para os trabalhadores da cana, as coisas se colocam de maneira diferente. Morar significa ligar-se a um engenho e ligar-se de uma maneira muito particular. Nada é mais comum do que um trabalhador corrigir uma utilização imprecisa por parte do pesquisador dos termos morar, morada, morador. Morar está sempre associado a engenho⁸⁴, mesmo quando se trata da propriedade de uma usina (PALMEIRA, 1977, p. 204).

Palmeira detalha as especificidades observadas na relação estabelecida entre os moradores de engenho e o proprietário da terra.

Qualquer que seja sua posição no engenho, o que o morador tira de seu terreiro, sítio ou da agricultura da cana, pertence “de direito” ao senhor de engenho, como a própria casa em que mora e o sítio em que trabalha. Se ele pode dispor “livremente” dos produtos de seu trabalho no sítio, ele o faz também aqui porque “a complacência e o espírito de eqüidade do senhor de engenho lhe outorgavam” (Bello, 1939, p.136) essa “liberdade”. O senhor de engenho tem prioridade de compra, ainda que essa se exerça de fato apenas sobre alguns produtos (geralmente aqueles que se destinam exclusivamente ao mercado) ou com finalidades repressivas, no caso de endividamento do morador (quando este tem suas lavouras confiscadas). O que importa é que tais produtos caem, total ou parcialmente, dentro do ciclo da retribuição permanente do morador ao proprietário por uma dívida eterna e eternamente renovada por essa mesma retribuição. (p. 207,208).

O autor ainda distingue dois tipos de situação nas quais os moradores do setor sucroalcooleiro podem ser enquadrados, morador de condição e morador-foreiro.

Com a casa, o morador recebe trabalho (e será um morador de condição) ou terra (e será um morador-foreiro), mas, em qualquer dos casos (e mesmo que o morador de condição não receba sítio), a casa representa mais do que a simples construção e inclui sempre um terreiro, chão de terra ou fundo de casa que lhe é coextensivo, que é uma peça da casa. Isso é percebido como “natural” e não precisa ser

⁸⁴ O autor explica que, no contexto utilizado, o termo “engenho” também é dotado de um novo significado. “O termo engenho designava no passado o conjunto fábrica-plantação e, mais especificamente, a fábrica onde, dentro de uma propriedade rural, era produzido o açúcar. Hoje, o termo é utilizado em Pernambuco, onde os últimos engenhos propriamente ditos deixaram de moer na década de 1950, para designar qualquer grande propriedade que pertença a um proprietário independente ou que faça parte do patrimônio territorial de uma usina e que plante cana-de-açúcar” (PALMEIRA, 1977, p. 204),

explicitado no “contrato” de moradia. O proprietário não reconhecer isso significa um desrespeito intolerável às regras do jogo (p. 205).

Tanto do morador de condição quanto do morador-foreiro, são exigidos períodos de trabalho não remunerado na usina ou em suas dependências, como contrapartida pelo acesso à casa e/ou terreno.

No livro sobre os operários do açúcar, Leite Lopes aborda o processo de imobilização da força de trabalho pela moradia. Como explica o autor, “ao emprego fixo do operário casado está associada a possibilidade de este operário obter o usufruto de uma casa na usina” (p. 175). Homóloga à posição do operário na fábrica, a residência geralmente é localizada nos arruados que circundam a usina, e “contrastando com as casas dos empregados, espaçosas e confortáveis, de classe média abastada, as pequenas casas dos operários, uniformes e coladas umas às outras, situam-se nos lugares mais poluídos e insalubres” (p. 175). A homologia não se reflete apenas na maneira como o lugar é construído, “se manifesta também na submissão à mesma autoridade tanto no domínio do trabalho quanto do na moradia” (p. 176).

Morar em uma casa da usina, se por vezes pode ser encarado como um benefício, também pode trazer complicações ao trabalhador. É, por exemplo, “um grave empecilho na hora de procurar outro emprego” (p. 177). Além disso,

Os operários que passam a morar na vila operária da usina começam então a contar com uma série de recursos para o desenrolar de sua vida cotidiana que dependem de decisões e da prática da administração da usina. Pois associada à casa da usina está uma série de outras concessões que dependem de serviços geridos pela administração: além da manutenção da casa, os operários dependem da entrega de lenha para os seus fogões, como também da água e da luz fornecidas pela usina (LEITE LOPES, 1978, p. 177).

O autor constata ainda que a imobilização da força de trabalho pela moradia não atinge somente a vida desses trabalhadores, mas interfere na própria dinâmica do mercado de trabalho dos operários do açúcar.

Diante dessa tendência à imobilização da mão-de-obra acarretada pela moradia dos operários em casa da usina, a distinção entre operários que vão procurar um novo emprego em usina e operários que são chamados por uma usina é um dos traços distintivos do mercado de trabalho singular dos operários do açúcar. Recoloca-se então aí, através dessa distinção, o poder mediador da administração sobre o próprio mercado de trabalho e sobre a mobilidade dos trabalhadores: aos operários que são procurados pela usina, tudo; aos que, ao contrário, procuram serviço em usina espontaneamente por terem de sobreviver ao ter deixado sua própria usina, nada! (p. 184).

Se por um lado a imobilização da mão-de-obra pela moradia foi fundamental para o desenvolvimento da indústria açucareira local durante grande parte do século vinte, entre os trabalhadores das novas gerações o processo parece ter se invertido, a usina apostando agora no desenraizamento dessas famílias.

Recusando-se a empregar os filhos dos operários, salvo em casos excepcionais, a administração da usina procura deliberadamente desenraizar as famílias operárias tanto do trabalho na usina quanto das próprias concessões extramonetárias – através das quais ela se serviu para imobilizar o operário durante sua vida ativa com relação às suas possibilidades no mercado de trabalho –, pelo menos de uma geração para outra. A usina tenta evitar assim o desenvolvimento de um certo sentimento de posse e pertencimento a uma comunidade que passaria a existir por tradição, de certa forma independentemente da mediação da administração (p. 181).

Durante certo período, as usinas da região também exercitaram a prática de conceder um roçado para seus trabalhadores, tal qual era feito pela Companhia de Tecidos Rio Tinto. Com a insuficiência da remuneração para a manutenção da vida doméstica, era usual a dedicação a um trabalho extra, além do emprego na usina, como os roçados, principalmente nas épocas de apontamento⁸⁵, quando o número de empregos e horas-extras diminuía. Nesses casos, o baixo salário é sempre citado pelos trabalhadores como o grande motivador, sendo o cultivo do roçado uma estratégia de sobrevivência complementar.

O fato de que os operários, para garantirem sua subsistência – que deveria ser coberta pelo seu salário –, dediquem-se ainda a um trabalho por conta própria em pequenos lotes de subsistência com a finalidade de uma complementação alimentar, assemelhando-se a um “cambão” invertido, faz com que apareçam brechas de dúvidas no pensamento do operário dominado pela tendência ao “fetichismo do salário”. Com efeito, o trabalho no roçado está sempre associado, no discurso dos operários, à insuficiência do seu salário. E se, inversamente, para o operário a privação que ele e sua família sofrem durante o apontamento está associada a esse trabalho, durante parte do seu tempo livre, nos roçados de subsistência que ele consegue como concessão ocasional da usina, é porque de fato este trabalho camponês é um expediente pelo qual os operários procuram atenuar as flutuações cíclicas do seu salário, e portanto do seu nível de subsistência (Leite Lopes, 1978, p. 116,117).

Leite Lopes caracteriza o trabalho no roçado, empreendido fora da fábrica e por iniciativa do trabalhador, como “mais uma manifestação da invasão da

⁸⁵ Período de entressafra, quando a usina paralisa a moagem e mantém em funcionamento somente os setores ligados à manutenção.

esfera doméstica pela esfera do trabalho” (p. 120). Por vezes, a concessão de um lote de terra pela usina para cultivo próprio é interpretada pelos operários como uma compensação extra-monetária pela baixa remuneração, “considerado um dentre os vários privilégios que constituem a residência do operário em casa da própria usina” (p. 121).

Ainda falando sobre o roçado, o autor faz a ressalva de que

Essa corvéia metafórica, paradoxal porque sob as aparências de uma apropriação pelos próprios operários de bens de subsistência que produziram, é na realidade um acréscimo em trabalho dispendido – de forma a compensar um salário insuficiente – que reverte indiretamente para o usineiro. Com efeito, a sua mão-de-obra reproduz-se em parte através de um trabalho gratuito – distinto do sobretrabalho apropriado diretamente pela usina – efetuado pelo operário durante o seu tempo livre ou por sua família – a qual deveria ter o equivalente à sua reprodução normal incluída já no salário do seu chefe. O tempo de trabalho necessário à subsistência do operário, que deveria completar-se dentro dos limites da jornada de trabalho, extravasa esta jornada e prolonga-se sobre o tempo livre do operário (p.121).

Porém, no caso do qual tratamos aqui, já estava em curso um processo de expropriação dessas parcelas de terra cedidas aos trabalhadores pela usina, o que não só impossibilitava subsistir da agricultura como encarecia o custo de vida local, com o consequente desabastecimento das feiras que era oriundo dessas pequenas propriedades, atingindo assim todas as categorias de trabalhadores. “A expropriação dos sítios de moradores e também de seus lotes de subsistência, esta a causa do fim da fartura tanto para trabalhadores rurais quanto para os operários” (p. 168). A expropriação representou, também, para esses trabalhadores, “a prepotência e a arbitrariedade dos empregados e da administração da usina”. Atingindo toda a classe, ainda que de maneira diferenciada, a expropriação acabou por unir trabalhadores rurais e industriais. “Encampando as reclamações e reivindicações dos moradores contra a expropriação, os operários interligam sua própria condição à dos trabalhadores rurais” (p. 168).

Leite Lopes ressalta ainda que a expropriação foi parte de uma estratégia patronal para a produção de uma superpopulação relativa, facilitando assim a intensificação da exploração dos trabalhadores.

Expropriando os moradores de seus sítios e lotes de subsistência, suprimindo assim uma parte de sua subsistência e forçando-os ao trabalho nas terras de cana como única forma de sobrevivência por um lado, mas ao mesmo tempo escasseando deliberadamente as tarefas

alocadas aos moradores que sofrem a concorrência dos empreiteiros e suas turmas de clandestinos por outro, os proprietários produzem uma superpopulação relativa interna à plantation que, sobrecarregando os canais de acesso ao trabalho fabril, debilita ainda mais os operários na sua correlação de forças com a administração da usina pela pressão exercida sobre as vagas para as ocupações operárias (p. 169).

Apesar do integrante mais velho da família 1, Valdemir (f1,g1), nunca ter trabalhado no setor sucroalcooleiro, os ancestrais de sua esposa, Mãe Santa, apresentam uma trajetória que inclui o trabalho na área. Durante determinado período, seu pai prestou serviço cortando cana para as usinas da região de Mamanguape na condição de trabalhador alugado. Além do pai, outros parentes de Mãe Santa também trabalharam no corte de cana. Pelos relatos dos quais se lembra, o trabalho era pesado, mas existiam poucas opções de emprego na época, então muitos se submetiam.

Era com o chicote atrás e a cambita no cano, nos burros. Aí cambitava (transporte de cargas) também. Meu pai comentava, que cortava e cambitava. Meus tios tudinho fazia isso. Todo mundo na época foi trabalhar na usina. Não tinha essas máquinas que tem agora né. Ainda tem cortador de cana, mas é pouco. Porque em muitas canas já tem máquina. E para plantar as mulheres trabalhavam. Para plantar era mulher. Que acabava aquele rego e as mulheres saíam botando.

Milton (f1,g1) também teve passagens pela indústria sucroalcooleira ainda no início de sua vida profissional. Foi no setor que conseguiu seu primeiro emprego registrado, aos 19 anos, na usina Agicam. “Eu tomava conta das frotas. Era como supervisor. Mas na carteira era Fiscal de Tráfego. Era na indústria. Eu que liberava todos os carros para sair, pra pegar as canas”. Curiosamente, foi sua habilidade como futebolista que abriu as portas para o trabalho.

Na época eu jogava bastante, sabe. Fui até cotado pelos times da Paraíba, Santos, Treze. E a usina tinha um time de futebol. Aí não sei nem te responder quem me indicou. Sei que mandaram me chamar pra jogar no time da usina. O time disputava campeonato. Eles empregavam geralmente quem jogava bem pra ficar no time e trabalhando. E priorizava até uma parte mais na indústria. Não para o campo, entendeu. Quem jogava bola.

A menção aos clubes de futebol locais aparece com relativa frequência entre os mais velhos. As fotos dos times ainda enfeitam as paredes do prédio que abrigava o sindicato dos trabalhadores da CTRT, onde hoje funciona uma cooperativa de costura. O “sistema paulista”, que previa o controle da esfera doméstica dos trabalhadores, englobava também as atividades de lazer, como festas, cinema e esportes, que aconteciam grande parte das vezes sob a tutela

da companhia. No caso do futebol, ganhou tal preponderância, que era inclusive citado nos relatórios da CTP, como informa Leite Lopes.

A escolha do campo de futebol como local de festas de fim de ano corresponde, por sinal, à importância dada ao futebol nessa reapropriação de tradições nacionais que se desenvolve localmente. O futebol chega a ter um certo destaque nos relatórios anuais da CTP aos acionistas, sendo referido indiretamente através da menção às “diversões gratuitas” nos relatórios de 1934 ou 1942, ou através da menção às “subvenções aos clubes locais” nos relatórios de 1943 e 1944, ou ainda através da referência à conservação do “agregado desportivo e dos campos de esporte” nos relatórios de 1949, 1950 e 1951” (1988, p. 186).

No período do qual estamos tratando aqui, as usinas já viviam o movimento de distanciamento da vida doméstica dos trabalhadores. Porém, como explica Leite Lopes, o controle do lazer dos operários pela usina também era uma prática usual em períodos anteriores.

Essa organização do lazer pelas usinas é tradicional, tendo se manifestado no passado principalmente através das bandas de música mantidas pelos usineiros que viam nelas ao mesmo tempo motivo de prestígio para efeitos externos à usina e instrumento de hegemonia ideológica sobre os operários. A partir talvez do pós-guerra, as bandas de música vêm sendo substituídas por clubes de futebol (1978, p. 179).

Milton diz que o trabalho era bom, porque durava o ano inteiro (não só na safra) e ganhava acima do salário-mínimo. “Se fosse hoje assim! Para você ter uma média, uma das épocas que eu mais até ganhei bem foi na Agicam. A Agicam era uma das melhores usinas. Se fosse hoje era mais do que um salário. Deve ser relativo a dois mil reais”.

Ao analisar a formação do mercado de trabalho dos operários do açúcar, Leite Lopes ressalta que é preciso levar em conta o medo do desemprego e a imagem de superpopulação relativa que acompanham esses trabalhadores, que por vezes constroem um discurso que atenua as dificuldades e a baixa remuneração que caracterizam certos trabalhos na usina.

Cercados por todos os lados de trabalhadores rurais – eles próprios em situação de superpopulação relativa –, os quais potencialmente podem substituir parte da mão-de-obra industrial através de sua passagem pela trajetória social que leva à usina, os operários denotam, seja explicitamente ao nível do discurso, seja indiretamente através de sua prática cotidiana, de suas atitudes, o medo interiorizado do desemprego. Esse desemprego interiorizado está embutido em atitudes aparentemente contraditórias, como a atenuação do seu discurso sobre as más condições de trabalho para melhor ressaltar a insuficiência do salário e, ainda mais, como a estranha preferência pela longa jornada de trabalho acompanhada da desconfiança por uma

redução da jornada mesmo a salário igual. Sem a compreensão desse desemprego interiorizado não se pode ver que por trás do discurso sobre o salário, que parece ser a finalidade principal do operário em seu trabalho, está a importância do caráter estável e seguro do seu emprego, sem o qual todo o seu sofrimento no trabalho não teria sentido (1978, p. 156).

Apesar de achar o salário satisfatório, Milton reconhece que não tinha todos os benefícios a que os trabalhadores têm direito hoje. “O salário era bom, mas isso daí eles não transformavam em hora extra, não. Era o salário que tinha na carteira. Nem adicional noturno. Não tinha nada disso, não”.

Leite Lopes aponta algumas estratégias adotadas pelas usinas para burlar o pagamento das horas extras, desde a substituição de seu pagamento por uma gratificação inferior ao valor das mesmas até a incorporação da jornada extraordinária à carga horária normal em períodos de menor produtividade.

Por exemplo, a usina começa a semana trabalhando no seu ritmo normal, a todo vapor. Na quarta-feira começam fortes chuvas que fazem reduzir bruscamente o volume de cana que chega para a usina, parando-a até o sábado. No final da semana, que faz a administração da usina? Ao invés de pagar as horas extras que os operários da fabricação trabalharam na segunda e na terça-feira, mais as oito horas diárias devidas legalmente, correspondentes aos dias que não puderam trabalhar por falta de matéria-prima, a administração da usina transporta, na sua contabilidade, as horas extras trabalhadas para o lugar das horas não trabalhadas devidas legalmente. Nesse transporte contábil, os operários perdem essas horas consideradas extras, que incluem o adicional salarial de 20% por hora, legalmente constitutivo das horas extras (1978, p. 123).

Na obra, o autor dedica o primeiro capítulo à diferenciação interna dos operários do açúcar, buscando compreender “o discurso dos operários sobre seu lugar no processo de trabalho e a visão que têm da cooperação que lhes é imposta” (p.19). Segundo o autor, a “diferenciação interna pode ser significativa para uma apreciação diferencial de si próprios e dos outros grupos”. No caso estudado, é possível observar uma primeira distinção entre operários principais e secundários, o primeiro incluindo “profissionais”, “artistas” e “oficiais”, enquanto o segundo engloba “ajudantes” e “serventes”. Os profissionais trabalham principalmente no processo de fabricação do açúcar e nos sistemas de transportes (ferroviário ou rodoviário). Entre os profissionais que trabalham internamente, é possível observar diversas funções, como cozinheiro, soldador, evaporador. Entre os trabalhadores externos, maquinistas e motoristas. Milton, no caso, se enquadrava na categoria de profissionalista.

As distintas categorias de trabalhadores têm diferentes jornadas de trabalho e percepções particulares sobre estas. Os operários da fabricação cumprem uma jornada de trabalho de doze horas, que geralmente se inicia ao meio-dia ou meia noite. E essa carga horária pode se estender ainda mais no caso de falha no sistema de “mudas” (troca de turno). Já os artistas, na maior parte do tempo, cumprem uma jornada de oito horas⁸⁶.

Leite Lopes analisa também “a concepção do salário que têm diferencialmente profissionais e artistas”⁸⁷ (p. 99). Segundo o autor, a compreensão distinta que as duas categorias fazem está marcada pela trajetória de luta dos trabalhadores por melhorias na remuneração.

No entanto, os resultados dessa luta foram diversos para artistas e para profissionais: enquanto os primeiros lutaram visando a diminuição da jornada de trabalho e a consequente valorização das horas extraordinárias, os segundos lutaram de maneira induzida, pela efetivação extensiva do pagamento de horas extras também para eles. Assim, aos profissionais não foi possível reivindicar a diminuição da jornada de trabalho (p. 100).

Explicitada essa diferenciação, Leite Lopes discorre sobre o fetichismo do salário-hora que pode ser observado entre os profissionais, onde há uma “vinculação, para eles indissociável, entre salário e horas de trabalho” (p.101). Esses operários percebem “suas condições de trabalho como constitutivas de sua própria categoria e, assim, de certa forma justificadas” (p.100). Com isso, a

⁸⁶ O autor avança na discussão analisando a resistência dos operários quando estão em jogo questões relativas à jornada de trabalho. Leite Lopes inicia fazendo um retrospecto sobre a jornada de trabalho na usina. Sendo usualmente de doze horas no início do século retrasado, a carga horária sofre modificações na década de 40 com a promulgação da CLT, que estabelece um limite de oito horas para a jornada de trabalho diária. A nova legislação, porém, “afetou principalmente a jornada de trabalho dos operários de oficina, mas não a dos operários da fabricação e dos transportes” (p. 72). Isso porque, sendo o trabalho na oficina essencialmente descontínuo, “o tempo em que esses operários são obrigados a permanecer na oficina não é tão fundamental ao usineiro quanto o é com relação aos operários da fabricação” (p. 73). No caso destes, e dos serventes, a carga-horária permaneceu sendo de 12 horas, “e as horas suplementares às oito horas legais passaram a ser pagas com uma taxa suplementar, não sem a relutância dos usineiros e a resistência ativa dos operários, que lutavam para conseguir o cumprimento de seus direitos” (p. 72). Segundo o autor, “Apenas, em um respeito deferente e formal à jornada de trabalho legal, as quatro horas além das oito são consideradas horas ‘extras’ – ressaltando-se, no entanto, que a jornada de trabalho na fabricação é tal que provoca uma inversão entre o ‘extraordinário’ e a ‘normalidade’” (p.74).

⁸⁷ Para Leite Lopes, as particularidades se manifestam já no termo utilizado por cada uma das categorias de trabalhadores para se referir ao salário e seus respectivos significados. Entre os profissionais, o termo mais utilizado é “ganho”, que “parece referir-se mais ao montante do salário semanal”. Já os artistas utilizam a palavra “ordenado”, que “parece chamar atenção para a fixação do salário-hora”. Em ambos os casos, o termo salário, quando mobilizado, costuma estar associado a salário-mínimo.

dificuldade das condições de trabalho e das longas jornadas é por vezes relativizada.

Todo o discurso dos profissionais sobre a dureza das condições de trabalho parece emudecer-se diante desta vinculação que privilegia o salário: os profissionais parecem não colocar na balança o salário por oposição ao esforço dispendido durante a jornada de trabalho. Todo esforço marginal é compensatório. [...] Esse desequilíbrio entre salário marginal e esforço marginal configuraria, entre os profissionais, um certo fetichismo do salário hora. Nesse sentido, existiria uma tendência, na prática dos “contadores de horas”, no sentido que a hora deixe de ser uma medida de tempo – tempo em que um determinado esforço é utilizado – e passe a significar simplesmente uma medida do salário (p. 101).

É esse entendimento que impossibilita aos profissionais a reivindicação da diminuição da jornada de trabalho sem diminuição do salário. Segundo estes, “seu salário seria inevitavelmente diminuído, em decorrência da diminuição das horas trabalhadas” (p. 102). Para Leite Lopes, essa interpretação não se dá por inocência dos trabalhadores da categoria. Muito pelo contrário, exprime “um conhecimento intuitivo e incorporado das condições reais do mercado de trabalho e da correlação de forças com a administração da usina”. Entre os constrangimentos que fazem com que os profissionais se submetam às longas jornadas, o autor aponta a maneira posicional que estes se colocam em relação aos artistas: “desprovido da arte e das características de fazer do artista, o profissional não tem nenhuma produção tangível, onde ele reconheça sua participação individual própria, a lhe justificar seu salário” (p. 104). Neste sentido, justificam o salário “pelo grande número de horas em que exerce o trato e a vigilância do material do homem”. Além disso, Leite Lopes complementa, “um segundo constrangimento impõe aos profissionais as longas jornadas de trabalho como mal menor: a sua inserção nos ciclos sazonais de produção característicos deste tipo de indústria rural” (p. 105). Tendo a carga horária diminuída para oito horas no período de entressafra (e consequentemente a remuneração), muitos enxergam de maneira compensatória a extensão da jornada no restante do ano.

[...] o profissional privilegia a lógica do ganho e o que ela implica: o apego à possibilidade de transformar a acumulação de horas trabalhadas em um salário semanal que supera, em certas partes do ano e às custas de longas jornadas de trabalho, o salário semanal de muitos artistas, embora com a contrapartida da diminuição brusca do salário semanal em outras partes do ano (p. 104).

Essa diminuição brusca do salário em determinados períodos tem consequências sobre a vida do trabalhador⁸⁸, já que “as necessidades de subsistência dos operários permanecem as mesmas” (p.106). Logo, “a produção cíclica da usina impõe assim ao operário a combinação do excesso de trabalho na safra e da insuficiência de atividade e, portanto, de remuneração na entressafra” (p.107).

Apesar das inúmeras contradições na qual a realidade dos profissionais se insere, segundo Leite Lopes, “o fetichismo do salário-hora só será abalado quando a administração não cumpre o próprio contrato que ela estabeleceu com o operário no trabalho na usina, no processo de produção imediato” (p. 122). O desrespeito às leis trabalhistas e o descumprimento das obrigações contratuais, além de fazerem com que os profissionais questionem o salário hora, abalam a imagem da usina junto à categoria. Segundo Leite Lopes, “a própria dominação legítima da administração é posta em causa. A própria crença dos operários na equivalência dos serviços prestados de parte a parte, entre a administração da usina e seus trabalhadores, [...] é abalada” (p. 125), equivalência essa que é um dos fundamentos do fetichismo do salário no caso apontado.

Apesar das dificuldades, há entre os profissionais “o medo de que uma redução de sua jornada de trabalho venha lhes trazer prejuízos ainda maiores do que a atual dilapidação de suas forças pelas longas horas trabalhadas” (p. 108). A diminuição da carga horária para oito horas e a contratação de mais trabalhadores para a implementação de um terceiro turno na usina pela administração representaria um maior excedente de empregados a serem cortados na época da entressafra, abalando a própria categoria de profissionais, pois estes se distinguem “justamente por não sofrer o corte a que

⁸⁸ No período do apontamento, é comum que profissionais sejam realocados para ajudar artistas nos trabalhos de reparação, o que contribui para que o período seja por vezes ressignificado positivamente apesar da diminuição da remuneração. Segundo Leite Lopes, “Através desse aproveitamento dos profissionais, a imagem negativa que eles fazem do apontamento devido à deteriorização de sua subsistência poderia ser atenuada: sua utilização nesse período é uma maneira de certificar-se de sua qualidade de profissional por oposição ao servente sujeito ao corte, embora esse critério de classificação seja curioso porque se efetua no momento mesmo em que cessam suas funções principais. Além disso, o seu aproveitamento no apontamento permite ao profissional: a) instrumentalizar-se para uma eventual transferência para as oficinas para sua transformação possível em artista e b) adquirir um certo reconhecimento sobre o funcionamento da máquina parcelar em que ele opera e vigia durante o período da moagem, atenuando-se, assim, sua dependência do aparelho” (p. 29).

estão sujeitos os serventes” (p. 110). Segundo Leite Lopes, “assim, vemos como por detrás do fetichismo do salário hora dos profissionais esconde-se o fantasma do desemprego, que ronda-os principalmente na entressafra, quando então suas funções não são imprescindíveis à usina” (p. 112).

Ao falar da carga horária, Milton (f1,g1) afirma que o trabalho era bastante puxado.

Quando eu lembro, chega a me cansar (risos). Na época eu trabalhava 24 por 24. Era cansativo demais. Eu pegava de sete horas da manhã, meu companheiro vinha me render no outro dia de 7 da manhã. E isso não dava pra cochilar, não. Era só no telefone, rádio amador e distribuindo o pessoal para pegar a cana. Era muito puxado. Eu não vivia, não. Vegetava né. Porque tinha que chegar, cansado, pra dormir. Dormia de dia, aí de noite tinha que dormir para ir trabalhar no outro dia.

Para Leite Lopes, as longas jornadas têm um efeito nocivo na vida e na saúde do trabalhador, levando muitas vezes ao “esgotamento prematuro de sua força de trabalho” (p. 78) e prejudicando a rotina doméstica.

[...] não conseguindo recuperar-se, no seu tempo livre – de igual duração que sua jornada –, do esforço dependido durante o trabalho, inevitavelmente não só leva para a casa a fadiga crescente do serviço, como também leva para o trabalho uma coisa tão íntima e doméstica como o sono. Ele tem clareza da interpenetração da esfera doméstica com a esfera do trabalho, em benefício da segunda e prejuízo da primeira (1978, p. 79).

Milton ficou na Agicam por três anos. A demissão aconteceu por conta de uma imprudência, que ele atribui à sua imaturidade na época.

Infelizmente, eu muito novo, empolgado, eu tinha à minha disposição qualquer carro, mas com motorista. Aí certas vezes, eu confesso que era infantil ainda, aí eu peguei um carro e saí pra farrar com ele (risos). Aí me chamaram, e explicaram. E eu disse: “não tem problema, eu estou errado mesmo”. Aí a causa de eu sair de lá foi essa aí.

Ficou pouco tempo desempregado. Logo ingressaria na Usina Monte Alegre. Mais uma vez, foi convidado por causa de sua habilidade no futebol. “Alguém já estava me contactando também. Eu que não queria deixar. Mas eu fui para lá, não deu tempo nem de descansar. Assim que saí da Agicam e recebi a rescisão, fui para a Monte Alegre. Nem acionei o seguro-desemprego.”

Na Monte Alegre, foi contratado como balanceiro, também para um trabalho de ano inteiro, com um salário equivalente ao do outro emprego. Nunca tinha exercido a função, que aprendeu com os colegas mais experientes.

Não sei se você sabe como é. Os carros carregam, aí passam na balança, aí você... a balança nessa época já era eletrônica. Aí aparece e você só faz digitar e dar a guia para o motorista. E fica uma para empresa, para o escritório da empresa pagar os fornecedores. Eu não tinha experiência nenhuma, não. Aí quando eles contratavam, tinha já uma pessoa antiga lá e passava o serviço pra gente.

Novamente, a escala era de 24 por 24 horas. A rotina como balanceiro, porém, era menos puxada que a de fiscal de tráfego, função que exercera antes. Trabalhou na Usina Monte Alegre por quatro anos. Não foi uma questão profissional, mas uma desavença sobre sua atuação como atleta que levaria à sua demissão.

Eu fui contratado também, como eu te disse, para jogar pelo time da Monte Alegre. Mas eu, desde criança, jogava no Mamanguape. Só jogava na Monte Alegre amistoso. Eu nunca deixei o Mamanguape. Aí eles viram esse lado e eu disse: “eu não sou contratado pra jogar. Eu sou um profissional”. Mas eles confundiram. Aí eu também, na época jovem, em vez de vir para o time da Monte Alegre permaneci no Mamanguape e eles me demitiram.

Seu próximo emprego foi na Usina Miriri, desta vez no laboratório, onde ingressou por indicação dos amigos do futebol. “Fui trabalhar no laboratório. Fazendo análise dos caldos. O RH perguntou e eu falei: ‘quero sim’. Nova experiência também”. Inicialmente, foi contratado para a safra. Findo o período, aceitou ser transferido para a manutenção, para continuar trabalhando.

Aí me colocou na indústria. Foi uma das experiências mais difíceis que eu tive na minha vida. Porque eu sempre trabalhei em parte burocrática. E quando parou eles me botaram na mecânica, eu estranhei muito. O trabalho era de limpar a usina para o apontamento. Desmancha quase toda a usina para eles lubrificarem as mecânicas. Eu não tinha experiência, eu sofri bastante. Era a manutenção. O lado grosseiro mesmo que quem não tem experiência apanha.

Não conseguiu se adaptar ao trabalho. Insatisfeito, saiu da Usina Miriri apenas oito meses depois de seu ingresso, quando foi convidado por um amigo para trabalhar na Companhia de Tecidos Rio Tinto.

A mecânica foi o que gostei menos. Ainda bem que passou um colega meu lá e viu eu quase morrendo - foi ele que pediu pra eu sair - e me empregou na Fábrica de Rio Tinto. O supervisor de segurança, ele prestava serviço para a Miriri e era também o supervisor da Rio Tinto, aí ele me viu lá e disse: “Hamilton, o que você tá fazendo aí? E eu disse: “necessidade. Tenho dois filhos”. Aí ele falou: “quer ir pra Rio Tinto?” Eu disse: “vexado!” Eu pedi pra dar baixa na carteira e ele me levou para Rio Tinto.

3.7. O trabalho na construção civil

Em um estudo sobre o mercado de trabalho da construção civil publicado no ano de 2010, Luciano Rodrigues Costa aponta algumas especificidades que historicamente caracterizam o setor. Entre elas estão a instabilidade dos empregos e o alto grau de informalidade.

O trabalho na Construção Civil sempre se revelou marcado por duas características que, durante muito tempo, foram interpretadas como idiossincráticas: a informalidade e a instabilidade. A informalidade caracteriza-se pelo elevado contingente de trabalhadores independentes e de assalariados não registrados. A alta instabilidade, por sua vez, produz um regime particular de emprego no setor, caracterizado, sobretudo, pela elevada rotatividade. O caráter descontínuo do processo produtivo, no qual predomina o princípio da sucessão (composto por etapas que se somam para dar origem a um produto final, e não por meio da simultaneidade das atividades, como ocorre em vários setores industriais) sempre acentuou a mobilidade da força de trabalho (2010, p. 19).

Além disso, afirma o autor, estudos sobre o setor também devem levar em conta sua heterogeneidade, tanto nas tarefas ocupacionais quanto nos diferentes tipos de produto.

A multiplicidade das formas que pode adquirir e a sua flexibilidade tecnológica e organizacional se constituem em uma característica extremamente importante do setor. A princípio, pode-se falar de uma heterogeneidade do produto, a qual significa desde pequenas obras, como reformas, pinturas ou construções, até as grandes obras implementadas pelo Estado, como estradas, viadutos ou túneis. A mão-de-obra é caracterizada por uma diversidade de qualificações (p. 35).

Para Rodrigues Costa, as especificidades do setor da construção civil foram determinantes para a constituição de suas relações de trabalho.

As especificidades da Construção fizeram com que se instituisse um tipo de gestão do trabalho muito particular, envolvida por relações pessoais, paternalistas, muitas vezes autoritárias, em um jogo de relações de confiança expresso pela figura emblemática do mestre-de-obras. Tais relações, não institucionalizadas, estão presentes não apenas nos contratos de trabalho, mas também nas formas de recrutamento dos trabalhadores, nas oportunidades trazidas pelos contratos por produtividade, na aprendizagem dos ofícios e nas redes sociais (p. 24).

O trabalho no setor de construção civil aparece na trajetória dos membros mais velhos das duas famílias entrevistadas. No caso de Luiz (f2,g1), o ofício foi exercido durante curto período. Mesmo assim, tem importância em sua trajetória, já que foi o trabalho de servente de pedreiro para a CTRT que abriu caminho para o ingresso no emprego fabril. “Comecei trabalhando como servente de pedreiro. Construção de casa, fábrica, todo canto aí. Comecei fazendo isso.

Como servente de pedreiro. Eu não sou pedreiro. Trabalhava com os pedreiros. Eu como servente. Aí depois me botaram para dentro da fábrica”.

Segundo Rodrigues Costa, o setor da construção civil é tradicionalmente uma porta de entrada para o trabalho urbano entre as populações que têm origem rural.

No Brasil, migrações internas sempre forneceram mão-de-obra necessária à Construção Civil, sobretudo para as cidades mais ricas do país. O setor sempre representou, para os migrantes jovens de origem rural, de baixa escolaridade e vindos de regiões mais pobres do país, a oportunidade do primeiro emprego, a inserção em setores urbanos e a ascensão social. As portas dos canteiros de obras sempre estiveram abertas a estes jovens. Para o setor, eles significam uma mão-de-obra de baixo custo, habituada às dificuldades do trabalho pesado do campo e ainda motivada para enfrentar as adversidades da nova localidade e dos canteiros de obras (2010, p. 23).

Já Valdemir (f1,g1), após um curto período no setor de serviços, ingressou na construção civil, onde faria uma longa carreira, exercendo a profissão de armador até sua aposentadoria. Entrou para o setor depois de uma temporada de dois anos no Rio de Janeiro, onde trabalhou em um hotel. De volta a Mamanguape, Valdemir reencontrou um irmão que estava trabalhando em Recife, na construção civil, e foi convidado a tentar um emprego na área. “Aí quando ele chegou disse: ‘tu passasses dois anos no Rio e não aprendeu nenhuma profissão? Eu estou começando uma obra agora, lá no Recife, tu vais trabalhar comigo, eu boto você como armador””.

Aqui é importante atentarmos ao papel da rede familiar, tanto para o ingresso no setor quanto para o aprendizado de um ofício. Segundo Rodrigues Costa, a indicação de outros profissionais é um facilitador para os que estão iniciando na área.

Este tipo de recrutamento apresenta certas características, nas quais os grupos familiares possuem certo destaque e nas quais os profissionais acabam envolvidos por valores e comportamentos de solidariedade, de confiança e de obrigação. O processo de cooptação faz com que o acesso e a permanência no emprego dependam essencialmente de o indivíduo pertencer a um determinado grupo social informal e pressupõe, ainda, aspectos ligados ao relacionamento que extrapolam o ambiente de trabalho. Em um espaço de trabalho no qual as ilegalidades em torno da legislação trabalhista são cometidas de forma generalizada, a confiança entre os “atores” envolvidos se torna de fundamental importância” (2010, p. 108).

O autor afirma “que a indicação se pauta por sólidos valores morais, por meio dos quais se estabelecem as relações de confiança”. O mesmo repertório é mobilizado quando se trata de abrir oportunidade para o aprendizado de uma profissão, que por vezes é interpretada quase como uma dádiva, sendo novamente a rede familiar um elemento central.

[...] a aprendizagem não é vista como um direito, mas, sim, como um favor concedido, “uma força”. Devido à ausência de um processo institucionalizado de aprendizagem, os acordos pessoais com os oficiais são as únicas possibilidades de se aprender um ofício. Torna-se relativamente comum constatar, nos canteiros, ajudantes que pertencem à mesma família dos oficiais, ou seja, o pai é um oficial e o filho, um ajudante (p. 253).

Valdemir contou com a ajuda do irmão e de colegas de profissão para aprender o ofício.

Aí no dia dez de setembro viajei para o Recife. Aí quando cheguei lá fiquei na construção civil, como armador. Eu nunca tinha pegado nem num ferro sabe. Mas botou eu como armador, aí eu fiquei. Aí ele me entregou a um armador que tinha e disse: “ensine ele a trabalhar. Dê duro nele. Não é porque é meu irmão, não, irmão do encarregado, não. Dê duro nele pra ele aprender”.

Rodrigues Costa afirma que no ramo da construção civil o aprendizado do ofício é de inteira responsabilidade do trabalhador, sendo as empresas omissas no processo. “Ela deixa para eles se articularem, atribuindo ao empenho pessoal de cada um a aquisição dos saberes de ofício” (p. 251). Tradicionalmente, no setor, o aprendizado se dá “botando a mão na massa”.

A forma tradicional de aprendizagem, dentro da Construção Civil, sempre foi o “aprender fazendo”, ou seja, é no próprio canteiro de obras que se conhecem os saberes de ofício. A aprendizagem se constitui, neste sentido, como um processo cumulativo, realizando-se ao longo da trajetória do profissional no mercado de trabalho e através da experiência que o indivíduo vai adquirindo nas empresas pelas quais passa. Mesmo que os cursos de formação profissional tenham surgido com intensidade nos últimos anos, é ainda no cotidiano da obra que os aspirantes a uma classificação de oficial podem adquirir as habilidades necessárias (2010, p. 250).

O aprendizado de um ofício significa para os trabalhadores da área reconhecimento profissional e melhores oportunidades no mercado de trabalho.

A função do operário aparece especificada na carteira de trabalho e é a partir deste registro que ele adquire o título de um trabalhador de “ofício”, tal como pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista etc. Tal fato distingue o operário daqueles que não possuem o ofício reconhecido, caso dos serventes, dos ajudantes ou, ainda, dos aspirantes, os denominados “meio-oficiais”. Ter o registro de oficial na carteira significa um comprovante legal e definitivo das habilidades

técnicas do trabalhador e isso permite a ele inserir-se no mercado de trabalho através de uma profissão reconhecida (p. 258).

Porém, o reconhecimento da profissão nem sempre vem fácil, pois não há uma regulamentação do plano de carreira no setor.

A obtenção da classificação de oficial ocorre no próprio canteiro e é feita pelos encarregados e engenheiros, os quais possuem uma posição central. Nem o setor da Construção Civil nem o poder público produziram um sistema objetivo de regras, o que gera disparidades no reconhecimento das qualificações (p. 258).

Segundo Rodrigues Costa, a subjetividade do processo é alvo de queixa entre os trabalhadores.

A parcialidade envolvida nas classificações revela-se sempre como um motivo de queixa dos ajudantes e dos serventes, que atribuem às avaliações aspectos arbitrários e de favoritismo nos julgamentos. As principais críticas se referem à falta de critérios, uma vez que nem o tempo de aprendizagem, nem os cursos de treinamento, desenvolvidos através dos programas de qualidade, surgem necessariamente como critérios para se conseguir uma promoção. Nem sempre os aspectos puramente técnicos são os responsáveis pela classificação (p. 259).

Foi na época em que estava iniciando na construção civil que Valdemir (f1,g1) começou a namorar com Mãe Santa (f1,g1), sua única esposa e mãe de seus dez filhos. De volta do Recife para os festejos de fim de ano, foi numa festa em Rio Tinto que pela primeira vez se aproximou da futura companheira, em um passeio na roda gigante.

A única vez que eu entrei numa roda gigante foi essa. A primeira e a derradeira (risos). Aí a roda vai subindo, parou lá em cima, e tudo bem. Aí quando começou a rodar, me dava aquela frieza e eu me agarrava com ela (risos). Aquela frieza na barriga. E eu me agarrava com ela né. Aí, naquele meio, dessa frieza assim, sei que eu cheguei e roubei um beijo (risos). Ela também não disse nada, né. Aí quando a gente saiu da roda, eu saí pegado na mão dela. Aí pronto. Comecei a namorar com ela assim, sem falar pra namorar nem nada. Já saí pegado na mão dela.

Apaixonado, decidiu pedir as contas do emprego em Recife e procurar algo na região de Mamanguape, mesmo sabendo que provavelmente teria uma remuneração menor. “Aí dei baixa na carteira, não recebi nada. Eu não me importava com indenização, não. Porque eu estava começando a namorar com ela. Eu disse: ‘se eu for pro Recife eu perco ela’ (risos). Foi o motivo de eu vir trabalhar aqui”. Valdemir tomou conhecimento, por um programa de rádio, de uma vaga para armador em uma obra de reconstrução de uma ponte que tinha desabado na região. Procurou o encarregado e se ofereceu para a vaga. “Aí ele

falou: ‘mas a gente não vai pagar esse salário que você tem aqui na carteira, não. Aqui só tá pagando isso’. Eu disse: ‘tudo bem, eu quero’”. Ficou nesse emprego até a conclusão da obra, onde aprimorou seus conhecimentos profissionais. “Aí quando eu saí eu já era armador mesmo, né”.

Posteriormente, Valdemir trabalhou em João Pessoa, em diversos projetos. “Você conhece essa caixa d’água aí da torre? Que é como um guarda-sol? Eu trabalhei no projeto dessa caixa d’água aí”. Logo foi contratado como funcionário na Odebrecht, onde permaneceu por mais de 10 anos. Através da construtora, realizou serviços em diversas partes do país, como Natal, Maranhão, Rio de Janeiro, Sergipe. Valdemir reconhece que tinha uma remuneração superior ao que conseguiria trabalhando nessa mesma atividade na região de Mamanguape, mas afirma que a rotina do emprego prejudicava o convívio com a família e não permitia que continuasse a trabalhar na terra. “Depois que eu comecei a trabalhar na construção não consegui mais trabalhar na agricultura”.

Remuneração certa, acesso a direitos trabalhistas e estabilidade estão entre os motivos que fizeram com que Valdemir optasse pelo serviço na construção civil, ao invés de continuar trabalhando no campo.

Porque depois que a gente pega a trabalhar, assim, tem o nosso salário, é um negócio certo. Porque a gente tem a certeza que tem aquele dinheiro todo mês. Toda semana. E quando a gente saía de uma firma tinha indenização, né. Eu ainda trabalhei, assim, sem compromisso, quando eu saía de uma firma. Aí eu chegava em casa, botava um roçado. Aí eu ia trabalhar de novo. Deixava pra papai. Era assim, sabe. Mas eu trabalhava mais pra não perder o costume. Mas na agricultura mesmo não trabalhei mais, não.

Valdemir e Mãe Santa se casaram em 1970, ainda no Sítio Pedra. Na ocasião, Valdemir construiu uma pequena casa para os dois no terreno da família. Quando mudaram para a cidade, porém, não tinham dinheiro suficiente para adquirir outro imóvel. Por isso, foram morar na casa de seus pais. Ele, a esposa e os quatro filhos já nascidos.

Rodrigues Costa afirma que laços fortes, como os familiares, são de grande importância para a sobrevivência dos trabalhadores em ramos como a construção civil, marcados pela instabilidade.

Na Construção Civil, bem como em outros contextos de precariedade, os laços fortes (parentes, vizinhos, amigos próximos, conterrâneos) possuem uma importância vital na amenização das condições de elevada vulnerabilidade. Neste sentido, a família ocupa um papel central, pois, muitas vezes, as redes são geridas em função das necessidades de sobrevivência do grupo familiar (2010, p. 104).

Em estudo publicado no ano de 1975, Lomnitz investiga a organização interna de unidades domésticas de Cerrada del Cóndor, uma comunidade da Cidade do México. A autora aponta a extrema fluidez das unidades domésticas locais, que se alteram de acordo com as condições do momento.

Las familias nucleares, al cambiar de domicilio, cambian fácilmente de arreglo doméstico. En el principio de su vida matrimonial suelen participar en una unidad doméstica extensa de techo común; al correr el tiempo en muchos casos, terminan consolidándose en una unidad doméstica de tipo compuesto, pasando por etapas temporales de tipo nuclear. Las unidades domésticas de tipo nuclear, sin moverse necesariamente de su sitio, acaban por incorporar a otras familias nucleares para transformarse en unidades domésticas extensas. Este proceso dinámico de cambios en el tipo de unidades domésticas representa una de las características más relevantes de la marginalidad⁸⁹ (p.110).

Lomnitz afirma que diversos fatores influem na reconfiguração das unidades domésticas, não sendo correto atribuir uma explicação exclusivamente econômica. A autora assume, porém, que mesmo não sendo possível explicar essas mutações somente pela condição econômica, esta geralmente é a responsável pela iniciativa dos rearranjos.

Es importante visualizar el problema de residencia y organización familiar como resultado de un proceso dinámico, que depende de circunstancias económicas, de la etapa en el ciclo de la vida, de la disponibilidad de unidades residenciales vacantes, de las relaciones personales entre parientes y muchos otros factores. La selección inicial del tipo de residencia se basa generalmente en consideraciones económicas. Posteriormente las condiciones de vida en la familia extensa pueden hacerse excesivamente estrechas y posiblemente se produce tirantez entre parientes lineales y colaterales, u otros factores que inducen a la pareja a independizarse. Posteriormente se originan circunstancias nuevas tales como nacimientos de niños, dificultades económicas, cesantía o abandono del marido, que frecuentemente

⁸⁹ “As famílias nucleares, ao mudarem de endereço, mudam facilmente seu arranjo doméstico. No início da vida de casados, eles geralmente participam de uma grande casa com um teto comum; com o passar do tempo, em muitos casos, acabam se consolidando em uma unidade doméstica do tipo composta, passando por estágios temporários do tipo nuclear. As unidades domésticas do tipo nuclear, sem necessariamente se deslocarem de seu lugar, acabam incorporando outras famílias nucleares para se tornarem unidades domésticas ampliadas. Este processo dinâmico de mudanças no tipo de unidades domésticas representa uma das características mais relevantes da periferia” Tradução própria.

obligan a la familia nuclear a regresar en busca de la protección de parientes⁹⁰ (p. 129).

Posteriormente, Valdemir (f1,g1) conseguiu um lote de terra doado pela prefeitura, onde começou a construir a nova moradia da família, saindo definitivamente da casa dos pais. “E foi aqui, onde eu fiz essa casa. Eu mesmo construí. Ainda hoje eu falo pros meninos, eles não acreditam. Eu nunca tinha pegado serviço de pedreiro, mas na construção via como eles faziam né.”

Na época, estava trabalhando em uma obra na cidade de João Pessoa. Aproveitava os dias de folga não para descansar, e sim para realizar a construção da nova casa. “Aí todo sábado, quando eu chegava, comprava uma saca de cimento. Aí trabalhava, sábado de noite até tarde da noite. Trabalhava no domingo até a hora de viajar. Que eu viajava no domingo de tarde. E fui rebocando sabe”.

Depois de dez anos trabalhando como supervisor da Odebrecht, Valdemir decide pedir as contas. O motivo foi um novo serviço para o qual fora escalado, em Angola, país da África Central.

Eu estava com dez anos de carteira assinada nela. Estava com duas férias vencidas. Aí queriam que eu fosse para Angola, eu disse que não ia. Aí disseram: “Vai pra casa, daqui pra quando terminar suas férias, se aparecer serviço aqui, tudo bem, se não aparecer aí você decide. Vai para Angola ou dá baixa na carteira.” Aí quando eu terminei as primeiras férias fui lá de novo. Aí disseram: “Resolveu ir para Angola?”, E eu disse: “Resolvi ainda não”. Eu sei que terminou não aparecendo serviço por aqui, por perto. Aí dei baixa na carteira.

Depois da saída da Odebrecht, Valdemir trabalhou por seis anos como informal. Em outras épocas, esporadicamente, chegou a prestar serviços de forma semelhante, mas nunca por tanto tempo. Quando mais jovem, nem sempre via com maus olhos a condição de “clandestino”, como ele mesmo classifica.

⁹⁰ “É importante visualizar o problema da moradia e organização familiar como resultado de um processo dinâmico, que depende de circunstâncias econômicas, estágio do ciclo de vida, disponibilidade de unidades residenciais vagas, relações pessoais entre parentes e muitos outros fatores. A seleção inicial do tipo de residência é geralmente baseada em considerações econômicas. Posteriormente, as condições de vida na família alargada podem tornar-se excessivamente próximas e podem surgir tensões entre parentes lineares e paralelos, ou outros fatores que induzam o casal a tornar-se independente. Posteriormente, surgem novas circunstâncias como o nascimento dos filhos, dificuldades econômicas, desemprego ou abandono do marido, que frequentemente obrigam o núcleo familiar a regressar em busca da proteção dos familiares” (Tradução própria).

Eu passei um tempo trabalhando clandestino. Antes de eu passar pra encarregado da Odebrecht, sabe o que eu fazia? Eu estava fichado na Odebrecht. Aí eu tinha conhecimento, de muito engenheiro aqui. Naquele tempo, de ferragem, tinha pouco armador. Hoje os pedreiros é quem faz tudo. Aí o pessoal me procurava. Os engenheiros, empreiteiros me procuravam. E dizia: “você tá ganhando quanto?” Aí eles diziam que pagavam quase o dobro do que eu ganhava na Odebrecht: “Tu pedes as contas que eu pago todos seus prejuízos que você tiver na firma, eu te dou”. Aí eu fazia isso. Estava trabalhando fichado, pedia as contas para ir trabalhar clandestino. Porque ia ganhar mais. Tinha mais liberdade, sabe. Porque nas firmas tinha aquela sujeição, de bater cartão, chegar na hora certa. E eu ia trabalhar clandestino, não tinha aquela exigência de eu viajar.

Segundo Rodrigues Costa, o trabalho informal na construção civil, historicamente presente, se dá de variadas formas.

O setor da Construção Civil, tradicionalmente, apresenta altas taxas de informalidade. No entanto, as formas de inserção dos trabalhadores no setor são muito variadas: além do trabalho formal, destacam-se o trabalho por conta própria, o assalariamento sem carteira e o trabalho terceirizado (2010, p. 37).

Apesar da flexibilidade da lei trabalhista vigente, o setor ainda muito se utiliza “dos trabalhadores autônomos, ou de assalariamento precário, fato que exige as empresas de arcar com os custos envolvidos na formalização” (COSTA, 2010, P.37). ”.

Assim como no caso de Valdemir, o trabalho informal por vezes é significado positivamente pelos trabalhadores.

Baseada na compreensão do baixo valor do “salário do sindicato”, para a maioria dos trabalhadores o “trabalhar por fora” - seja “a metro”, por serão, ou por empreitada – torna-se muito interessante. A incerteza quanto aos trabalhos futuros e a ausência dos direitos acabam compensadas, de alguma forma, pelos valores recebidos. Assim, o mais importante passa a ser a obtenção do ganho máximo, aqui e agora, de maneira a ampliar o patrimônio familiar (COSTA, 2010, p. 97).

Porém, em sua pesquisa, Leibante Silva mostra que, em boa parte dos casos, os trabalhadores da construção civil que atuam na informalidade têm rendimentos “significativamente inferiores aos percebidos pelos trabalhadores com emprego protegido, contradizendo, portanto, o discurso das possibilidades de maiores ganhos” (2018, p. 157). Além disso, complementa o autor

[...] não se computam, nesses casos, todos os benefícios trabalhistas que deixam de ser recebidos por conta da ausência da regulamentação do trabalho, no caso daqueles que não contribuem com o INSS. No caso dos que realizam a contribuição previdenciária, há uma certa proteção, mas deixam de ser percebidos vários outros benefícios, como férias, 13º salário, dentre outros.

Hoje, mais maduro e bem-informado, Valdemir reavalia negativamente a condição de trabalhador informal.

Na época, eu achava melhor trabalhar clandestino, porque eu não pensava em aposentadoria, eu só pagava INSS porque era descontado no pagamento. Eu achava que não valia a pena pagar. Porque você sabe, descontava do salário da gente 8%. Eu quando pagava o pagamento, o contracheque, aí tinha 100, cento e poucos reais descontado, aí eu achava que aquilo já dava pra fazer uma farra (risos). E eu clandestino ganhava mais. Agora, se eu fosse um cara experiente, o que eu ganhava como clandestino eu pagava o INSS. Mas eu não pensava nisso. Não tinha propaganda, que a gente hoje vê, de sindicato, de tudo. Naquele tempo não tinha. Eu pensava que nunca ia me servir não. Aí sofri muito, agora, depois de velho. Porque quando chegou o tempo de me aposentar, por tempo de serviço, foi o mesmo tempo de idade. Sessenta e cinco.

Na pesquisa de Leibante Silva, a preocupação com a aposentadoria aparece como principal motivação para a escolha do emprego formal, quando possível.

A construção civil, por conta da exigência do trabalho pesado, é um setor onde o trabalhador chega a certa idade com um desgaste corpóreo de tal monta que inviabiliza sua continuidade ou no mínimo restringe o prolongamento de sua trajetória de trabalho no canteiro de obras. Essa é uma das importantes razões, dentre outras, pelas quais a aposentadoria é um direito tão vislumbrado pelos trabalhadores, como aquele momento em que eles poderão usufruir de tempo para si e para aproveitar a vida familiar, sem, no entanto, passarem por maiores dificuldades de natureza financeira, já que a aposentadoria significa para esses indivíduos uma valiosa segurança econômica” (2018, p. 131).

De maneira diferenciada, o tempo que passou trabalhando como informal após o rompimento do vínculo com a Odebrecht não foi uma escolha de Valdemir, e sim condição colocada pelos empregadores.

Depois que eu saí da Odebrecht, eu fiquei seis anos trabalhando de clandestino. Porque no governo de Fernando Henrique, botaram uma lei que a pessoa acima de 45 anos não trabalhava fichado⁹¹. Não sei se você lembra disso. Aí eu estava trabalhando aqui no colégio, aqui de Mamanguape. Aí quando terminou a construção do colégio, eu escutei pelo rádio pedindo armador nesse serviço ali do viaduto das três lagoas. Começou aquela construção ali. Estava precisando de armador. Aí eu fui lá. Quando cheguei lá, ferro à vontade mesmo. Procurei o encarregado. Ele pegou minha carteira e falou: sua carteira é boa. Só que na sua idade a firma aqui não está fichando mais, não. Só está fichando gente abaixo de 45 anos. Aí eu fiquei muito revoltado.

⁹¹ Não há lei do período ou em vigência que estabeleça tal norma. Temos como hipótese que era uma estratégia empresarial dizer que “pessoa acima de 45 anos não trabalhava fichado”, para ludibriar os candidatos e restringir a contratação de trabalhadores mais velhos, priorizando os jovens.

Porque naquele tempo eu não tinha nem 50 anos ainda. Quarenta e nove. Com toda a força para trabalhar.

Posteriormente, voltou a arrumar trabalho com registro em carteira, na duplicação da estrada que liga João Pessoa a Natal. Assim que tomou conhecimento da obra, foi oferecer seu serviço de armador.

Aí o encarregado pegou minha carteira e disse: ô rapaz, você com uma carteira dessa de encarregado, pedindo serviço de armador. Estou precisando de encarregado. Vou botar você como encarregado aqui. Aí eu procurei de armador, mas arrumei de encarregado.

Quando o ingresso não acontece por indicação, o processo de seleção na construção civil “se restringe, basicamente, à análise da carteira de trabalho e à observação do serviço executado pelo operário na própria obra, durante o desenvolvimento do processo produtivo” (RODRIGUES COSTA, 2010, P. 105). Rodrigues Costa ressalta o papel paradoxal que a carteira de trabalho representa no setor.

O que se percebe, de tudo isso, é uma contradição: ao mesmo tempo em que as empresas, com raras exceções, não oferecem estabilidade a seus profissionais, elas exigem trabalhos anteriores estáveis, registrados na carteira, como atributo necessário à admissão (P. 83).

Valdemir trabalhou na duplicação da estrada por mais de dois anos. Nessa mesma época, deu entrada na aposentadoria.

Quando eu me aposentei, estava com carteira assinada, aí falei pra moça do escritório: “estou aposentado, como fica minha situação?” Aí ela falou o seguinte: “só não pode trabalhar aposentado se for por invalidez. Mas se for por tempo de serviço, por idade se tivesse saúde para trabalhar, pode trabalhar, não tem problema não”.

Mesmo aposentado, Valdemir continuou trabalhando. Ao fim da obra de duplicação da estrada, arrumou um novo emprego, agora na cidade de Mamanguape.

E depois que eu saí, que terminou o serviço da duplicação da estrada, aí trabalhei mais dois anos num prédio aqui de um menino que é amigo da gente, estava construindo. O engenheiro me conhecia. Aí veio me chamar. Aí fiquei, trabalhei num prédio que tá em construção ainda. Ainda não terminou. Tem cinco lajes e dezessete apartamentos que tem esse prédio. Fichado era mais vantagem. Só não tinha, quando saía, seguro-desemprego. Mas todo o resto dos direitos tinha.

Esse seria seu último serviço profissional. Hoje com mais de oitenta anos, Valdemir usufrui de sua aposentadoria.

Depois de aposentar trabalhei dez anos ainda (risos). O último serviço que eu trabalhei foi nesse prédio que eu falei que tem aqui em

Mamanguape. Depois disso já vieram me procurar pra trabalhar, mas eu falei: “não quero mais, não. Não dá mais, não. Já trabalhei muito, viu”. Eu trabalhei muito no meio do mundo. Agora, no tempo que eu comecei era bom sabe. Porque a gente tinha tarefa, hora extra. Graças a Deus eu pude manter minha família como ela merecia.

3.8. Outras formas de trabalho

Neste segmento apresentamos outras formas de trabalho, que não aparecem com tanta frequência quanto as citadas acima, mas que fazem parte das trajetórias dos entrevistados e, portanto, são relevantes para a compreensão de suas realidades laborais.

Entre eles, está a atuação no ramo de comércio e serviços. Nos relatos mais antigos, o trabalho no setor terciário está ligado à atividade de venda do excedente da produção rural de pequeno porte nas feiras locais. Porém, com o passar dos anos, surgem relatos de atuação no comércio tradicional, na maioria das vezes como trabalhador informal. A recorrência parece aumentar nas gerações posteriores, como veremos, seguindo uma tendência da economia regional.

O trabalho no setor de comércio é citado na narrativa de Valdemir (f1,g1) antes de ele ingressar na construção civil. Na época em que vivia da terra, a família comercializava parte da produção nas feiras locais, trabalho feito por Valdemir e seu pai. A atividade informal era um meio complementar de sustento para a família, e garantia uma renda emergencial para o caso de desemprego repentino. Para Alvim,

O pequeno comércio, ou negócio como preferem se referir os trabalhadores a esta alternativa de trabalho independente do chefe de família, está em princípio, assim como o roçado, relacionado com uma prática anterior do mesmo em seu local de origem. Por outro lado, semelhantemente ao roçado, o pequeno comércio permite ao chefe de família o exercício de uma autoridade que guarda uma relativa autonomia face a um controle direto dos proprietários da fábrica (1979, p. 321).

Porém, não podemos esquecer que, assim como o roçado, o trabalho na feira também contribuía para o funcionamento do chamado “sistema paulista”, tanto objetivamente quanto subjetivamente.

No caso de Paulista, a exploração econômica sistemática e em larga escala da concessão de terras para plantar, canalizando o produto assim obtido para uma feira grandemente controlada pela própria companhia, é a característica distintiva que sobressai diante tanto das formas de distribuição subordinadas das redes de reciprocidade e do

mini-comércio vicinal, quanto dos efeitos pedagógicos da “moral do trabalho” que extravasam a fábrica até o roçado operário (LEITE LOPES, p. 1988, p. 96).

Além disso, segundo o autor, durante a vigência do “sistema Paulista”, era a companhia que geralmente definia o valor dos produtos a serem comercializados, direito que reivindicava em troca das “benesses” que concedia para os produtores rurais, como terra para plantio e o transporte dos produtos até a feira.

“[...] é exercido um rigoroso controle de preços por parte da companhia junto aos agricultores-feirantes (que são os únicos mencionados nos relatos dos operários) e junto a eventuais intermediários (não mencionados naqueles relatos mas não sendo impossível a sua existência limitada permitida e controlada pela companhia). Esses baixos preços “administrados” pela companhia sustentam-se também, pelo menos em alguns períodos, por uma política de “superprodução” desses gêneros agrícolas produzidos em terras da companhia, conforme indicam alguns relatos de trabalhadores mencionando as constantes sobras de produtos ao final da feira” (1988, p. 105).

Valdemir também cita uma passagem de cerca de dois anos pelo setor de serviços, no ramo hoteleiro, durante sua primeira viagem para o Rio de Janeiro, onde arrumou seu primeiro emprego com registro em carteira.

Aí, quando eu fui pro Rio a primeira vez eu não trabalhei em construção, trabalhei num hotel. Lá em Copacabana. Eu entrei na faxina, sabe, faxineiro. Aí, lá no hotel, o horário da gente, dos faxineiros, a gente pegava de 5 horas da manhã até duas da tarde. Aí os meninos que moravam lá, os outros faxineiros, dava duas horas iam embora. E eu, como eu morava num quarto alugado, era em Copacabana e eu morava em Bom Sucesso, aí eu ficava por lá porque a janta saía de cinco horas da tarde né. Eu ficava esperando pra jantar, porque eu morava num quarto sozinho, não tinha nada. Aí durante aquele intervalo de duas horas até cinco horas, na hora da janta, aí eu ficava ali, no elevador, peguei amizade com os meninos. No almoxarifado. Eu ficava ajudando os meninos ali. Sem compromisso sabe.

Iniciando na faxina, logo Valdemir aprende outros ofícios que possibilitam alguns trabalhos extras. Depois de seis meses, foi promovido a arrumador de quarto. Porém, pouco antes de completar dois anos no emprego, pede demissão e volta para Mamanguape. Logo depois ingressa no setor da construção civil, onde trabalha até sua aposentadoria.

Atividade iniciada pela mãe de Mãe Santa (f1,g1), o comércio de produtos agrícolas excedentes da lavoura e de animais de pequeno porte criados pela família ganhou centralidade no orçamento doméstico, a ponto de fazer com que o pai também passasse a se dedicar exclusivamente ao negócio.

Aí minha mãe tirou ele do corte de cana. Nesse tempo chamava trabalhador de alugado. Aí minha mãe, muito esperta, porque ela era pequenina, mas era muito esperta, criou galinha. Sei que um tempo ela vendeu muita galinha. Aí ela tirou meu pai do corte de cana. Meu pai ficou comprando galinha e vendendo na feira. Ia vender em Rio Tinto. Aí saiu disso.

Posteriormente, os pais de Mãe Santa montaram um pequeno negócio no mercado público de Mamanguape, onde comercializavam diversos tipos de alimentos, adquiridos de atacadistas.

O mercado era um galpão, né. Ali eles formavam as barraquinhas dentro. As barracas. Ela vendia cereais, feijão... Meu pai vendia farinha. Era separado. E ela vendia feijão, carne, peixe, açúcar, café. Esses negócios. Menos coisa verde. Tudo seco. Tudo era salgado, né. Porque morava no interior, não tinha geladeira nem energia.

Já presente na época, o trabalho informal se tornaria uma tendência crescente no setor terciário, como veremos posteriormente. Milton (f1,g1) relata que ainda adolescente, no início de sua vida profissional, teve uma passagem de cerca de cinco anos pelo comércio, em um supermercado local, como trabalhador informal.

Eu trabalhava no supermercado que tinha aí, de seu Agenor. Trabalhava sem carteira, mesmo de menor, mas eu trabalhava com ele. Saía pra fazer entrega, com o filho dele. Numa D20. Hoje talvez não tenha mais disso, mas todos os pesos, de alimento, de arroz, de feijão era comigo. Eu passava o dia pesando os quilos. De mais ou menos 14 anos a 19 meu tempo foi esse daí, no supermercado.

Não menos importante, abordaremos agora o trabalho doméstico e de cuidados. Realizado na maior parte das vezes pelas mulheres, inclui a manutenção do espaço doméstico e a criação dos filhos, entre outras tarefas, sem as quais seria impossível a dedicação exclusiva de um membro da família ao trabalho externo.

Vale apontar aqui que a participação feminina no mercado de trabalho no Brasil é significativa desde os primeiros censos realizados no país, ainda no século XIX, não se restringindo à esfera doméstica.

Segundo os dados oferecidos pelo primeiro recenseamento efetuado no Brasil, em 1872, as mulheres representavam 45,5% do total da força de trabalho. 35% das ocupações estavam na agricultura, 33% no setor de serviços domésticos, 20% como costureiras, 5,3% nas indústrias de tecidos e 6,7% em outras atividades" (VAHDAT *et al*, 2022, p. 42).

Porém, a partir do início do século XX, com a industrialização, essa participação começa a cair para dar lugar ao trabalho doméstico e de cuidados.

O recenseamento de 1900 revelou uma continuidade na presença da mulher no mercado de trabalho, mas em 1920, a participação das mulheres se reduziu devido à ampla utilização da força de trabalho masculina no desenvolvimento da indústria. Com isso, muitas mulheres passaram a se dedicar aos serviços domésticos (remunerados ou não) e ao cuidado com a família” (p. 42).

Segundo os autores citados acima, “Como a economia não tinha capacidade de absorver a totalidade da força de trabalho potencial da nação, as mulheres foram marginalizadas do processo produtivo sob as justificativas das concepções tradicionais dos papéis femininos na sociedade, relacionados ao cuidado” (VAHDAT *et al*, 2022, p. 44).

No mesmo sentido, Jelin afirma que a participação dos membros da família na organização doméstica se dá de maneira diferenciada, a partir da expectativa em relação a padrões sociais de comportamento que diferem de acordo com idade, sexo e relações de parentesco.

Tanto en términos de los recursos monetarios incorporados a la unidad, como del tiempo personal dedicado a dichas tareas, el aporte de cada uno de los miembros a la actividad común varía según el tipo de obligaciones y deberes hacia afuera que cada miembro tiene⁹² (2020, p. 137).

Além disso, a participação do grupo doméstico em cada esfera da vida cotidiana difere de caso para caso, podendo dar-se de variadas maneiras.

Para algunas áreas de consumo, especialmente las de mantenimiento cotidiano — comida, higiene, limpieza, etc.— el grupo doméstico parecería ser la unidad social básica. Pero otras, incluyendo la salud, la vivienda y el equipamiento doméstico, pueden llevarse a cabo en unidades más amplias (redes de parentesco, barrio o comunidad) o más pequeñas (individuos aislados) que la unidad doméstica misma⁹³ (p. 137).

Para a autora, a unidade doméstica é sobretudo uma organização formal, tendo sempre, portanto, “una teoría o conceptualización acerca de cómo organizar las actividades. La planificación de actividades reposa sobre la capacidad de teorizar o reflexionar sobre la mejor manera de alcanzar un

⁹² “Tanto em termos dos recursos monetários incorporados à unidade, quanto do tempo pessoal dedicado a essas tarefas, a contribuição de cada membro para a atividade comum varia de acordo com o tipo de obrigações e deveres para com o trabalho externo que cada membro tem” Tradução própria.

⁹³ “Para algumas áreas de consumo, especialmente as de manutenção diária - alimentação, higiene, limpeza etc. - o grupo familiar parece ser a unidade social básica. Mas outras, incluindo saúde, moradia e equipamentos domésticos, podem ser realizadas em unidades maiores (redes de parentesco, vizinhança ou comunidade) ou menores (indivíduos isolados) do que a própria unidade doméstica” Tradução própria.

objetivo⁹⁴" (p. 150). E o objetivo neste caso, como já indicado, é "la realización del conjunto de actividades ligadas al mantenimiento de sus miembros, según estándares culturalmente definidos como un 'nivel de vida normal'"⁹⁵ (p. 146).

O trabalho doméstico aparece na trajetória de Mãe Santa (f1,g1) ainda na juventude, quando começou a ajudar os pais na criação dos filhos mais novos. "Dos meus irmãos eu já cuidava. Minha mãe na vida da roça, né, eu tinha que cuidar, sendo a mais velha". Com o marido muitas vezes ausente por conta do trabalho e com nove filhos para criar, dedicou a maior parte de sua vida ao lar e aos cuidados com a família. Até as roupas que usavam eram confeccionadas por ela. "A dificuldade era grande. Mas essa ruma de menino, nunca andaram maltrapilho. Porque qualquer pedaço de pano que eu pegasse, eu emendava, eu ajeitava". Valdemir (f1,g1), seu esposo, reconhece que, durante os anos em que atuou na construção civil, o trabalho doméstico recaia quase que exclusivamente sobre a esposa. "Mãe Santa criou os meninos sozinha",

Mãe Santa nunca teve oportunidade de trabalhar fora. Mas chegou a realizar alguns serviços de corte e costura para complementar a renda familiar.

Costurava em casa. Mas não podia nem fazer muita coisa, não, porque cuidava dos meninos né. Mas sempre final de ano, assim, era a época que eu mais fazia alguma coisa. Quando tinha a fábrica de Rio tinto era bom. O povo comprava aquelas peças de tecido... Vendia mais barato. E tinha uma loja, que chamava loja Paulista, aí a gente ia comprar tecido lá, para fazer roupa. Mas só comprava final de ano e no meio do ano. Eu costurava para fora e pra casa. Mas eu não pegava muita costura, não, que não tinha tempo por causa dos meninos. E eu não cobrava muito. Também porque o povo era tudo pobre. Era também para ajudar o pessoal.

Ela relata que nunca teve um empregado registrado e não conseguiu contribuir com o INSS durante a maior parte de sua trajetória. Apesar de estar hoje com 79 anos, nunca conseguiu se aposentar.

Eu já era para estar também. Eu paguei, não paguei direito. Eu morava no interior, nessa época ninguém nem pensava que ia ter esses direitos que tem hoje, com o sindicato. Senão tinha pagado como agricultora. Mas não paguei nada. Quando eu me orientei pra pagar já estava com quarenta anos. Aí não podia mais fazer. Aí até hoje eu não me aposentei. Aí não tenho direito também do benefício de prestação continuada porque meu marido é aposentado.

⁹⁴ "uma teoria ou conceito de como organizar as atividades. O planejamento de atividades depende da capacidade de teorizar ou refletir sobre a melhor maneira de atingir um objetivo" Tradução própria.

⁹⁵ "o desempenho do conjunto de atividades ligadas à manutenção de seus membros, de acordo com padrões culturalmente definidos como um 'padrão de vida normal'" Tradução própria.

3.9.Experiências de Organização dos Trabalhadores e Repressão Patronal

Para José Sergio Leite Lopes, a violência é uma característica que permeia praticamente todas as esferas do chamado “Sistema Paulista”.

Esta violência está embutida na produção agrícola, incentivada pela CTP e canalizada para a sua feira a preços administrados, quando tem por suposto a proibição, e a vigilância decorrente, da venda dessa produção agrícola em outras praças de mercado que não a de Paulista. Ela está embutida, também, no cumprimento das “regras de residência” da vila operária, particularmente nos seus períodos de superpopulação, quando várias famílias são obrigadas a habitar na mesma casa, ou quando são expedidas as ordens para a derrubada de mocambos. [...] E se manifesta de forma naturalizada, quando na cerimônia de agregação dos novos trabalhadores ao mundo da fábrica, diante do patrão em carne e osso na Casa Grande, na alocação às profissões possíveis para os homens, particularmente os corporalmente “bem-dotados” ou os dotados de curriculum próprio de “antecedentes”, aparece recorrentemente a alternativa da profissão vigia” (1988, p. 191, 192).

Além das variadas formas de violência simbólica, é importante frisar que a violência física também estava presente, executada com esmero por milícias montadas pelos Lundgren em torno de suas fábricas e vilas operárias, sendo bastante temidas pelos trabalhadores.

Por detrás de todas essas atividades propiciadas direta ou indiretamente pela companhia – que configuram o fato de ser tida como uma “civilização”, oferecendo à sua população, além do trabalho, da moradia e concessões acessórias à moradia, serviços médicos, recreativos e religiosos -, erige-se, como toda “civilização” que se presa, o monopólio do uso da violência. A essas atividades que promovem, sob a égide da companhia, a associação dos operários para fins recreativos ou religiosos, propiciando assim indiretamente a legitimidade de sua dominação sobre os trabalhadores que a interiorizam com a naturalidade com que satisfazem suas necessidades sociais da maneira determinada como lhe são oferecidas, corresponde também a atividade menos persuasiva deste corpo próprio de vigias, desta grandiosa milícia privada da CTP, a qual, embora se caracterize pela ostentação externa dos instrumentos da violência ou por sua execução material exemplar, não deixa de provocar uma forma menos sofisticada de interiorização da dominação: o medo” (1988, p. 191).

Apesar de nunca ter trabalhado na CTRT, Valdemir (f1,g1) morou em terras da companhia, na época em que vivia na área rural de Mamanguape. No período anterior ao golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas eram ativas na região, tendo inclusive contribuído para a expropriação pelo INCRA de terras ocupadas irregularmente pela CTRT. Com a instituição da ditadura, porém, seus membros e simpatizantes seriam perseguidos e reprimidos.

Passou para o INCRA depois da Liga Camponesa, sabe. Na época que surgiu a Liga Camponesa ainda era da companhia. O pessoal tinha carteira. Inclusive meu pai tinha também. Em 64 teve a revolução, tiraram o presidente João Goulart porque ele apoiava, né, a Liga Camponesa. Aí depois que teve essa revolução, que foi quase uma guerra quando começou - aí na Liga Camponesa cada lugar tinha um delegado, sabe - uns delegados apanharam, outros morreram. Porque quando terminou esse negócio da Liga Camponesa, os proprietários, com a polícia, aqui na usina Monte Alegre mesmo fazia dó. Mandaram todos os camponeses entregarem a carteira na usina. Aí o pessoal que morava na usina, que tinha carteira, ia. Aí chegava lá tinha os soldados, aqui de Mamanguape, um do lado do outro. Aí quando passava por eles um dava um chute na traseira do cara. Quando o cara ia passando, outro metia a mão. Até chegar aonde estava deixando a carteira. Bateram muito. Todo mundo que tinha a carteira apanhou.

Os Lundgren e os usineiros locais reprimiam veementemente qualquer forma de associativismo. Ainda assim, o movimento dos trabalhadores vivenciou momentos importantes tanto em Paulista quanto em Rio Tinto. Porém, numa correlação de forças desproporcional, era geralmente reprimido, permitindo a continuação dos desmandos da companhia em relação aos direitos trabalhistas. A resolução da greve ocorrida em Paulista em 1932, pelo cumprimento da jornada de trabalho de 8 horas, quando o sindicato foi fechado após intervenção do governo, é exemplar dessa situação, e foi analisada de maneira pormenorizada por Leite Lopes.

Vitoriosa em sua primeira grande batalha com o sindicato operário, a companhia reafirma-se e se aprimora como sede da mais-valia absoluta, tornando inaplicáveis, por falta de vigilância sindical e complacência governamental, as leis trabalhistas, promulgadas no decorrer da década de 30 (1988, p. 257).

Além de recriminar a participação em organizações trabalhistas, a CTRT também proibia que os moradores de suas terras realizassem serviços para outras companhias ou proprietários locais. O pai de Mãe Santa (f1,g1), que por um período trabalhou como trabalhador alugado no corte de cana para as usinas da região, tinha que realizar o trabalho de maneira fortuita. “O povo da companhia (CTRT) não queria, não, era quase escondido. Porque queria que trabalhasse na terra deles. Mas ele ia.”

Frequentemente, quando os trabalhadores dessa geração se referem ao movimento sindical, ressaltam a ingerência do patronato sobre as organizações trabalhistas locais. Segundo Luiz (f2,g1),

O sindicato era tudo da companhia. Toda a vida foi da companhia aqui. Toda a vida foi. Vai fazer o quê? Não vai fazer nada. O sindicato daqui,

a administração, eram todos colocados pela companhia. Ia ajudar alguém? Ajudava a companhia só. O trabalhador que se lascasse.

A interferência do patronato nas associações trabalhistas é descrita por Leite Lopes quando fala da criação do “novo sindicato”, após a intervenção estatal que fechou o antigo órgão representativo durante a greve de 1932 em Paulista. Segundo o autor, “[...] o novo sindicato, parece indicar, já na sua própria denominação – ‘Núcleo sindical de operários e *empregados* [grifo do autor] de Paulista’ – o peso quanto à sua iniciativa, de chefes administrativos, escriturários e operários situados em escalões de mando (como por exemplo contramestres e mestres)” (1988, p. 246).

Sobre a presença do sindicato nas indústrias sucroalcooleiras da região, Milton (f1,g1) afirma: “Pra ser sincero, eu nunca vi ninguém do sindicato nas usinas, não. Não era presente”. Ele não quis se aprofundar no tema, mesmo quando questionado. Entendemos aqui que as dificuldades de reivindicação e organização dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro na região de Mamanguape são análogas às vividas no setor têxtil. Segundo Leite Lopes, o corpo de vigias constituído pela CTP para o controle e repressão dos trabalhadores “não difere qualitativamente dos encontráveis nas usinas e fábricas locais” (1988, p. 202).

Dificuldades organizativas decorrentes de uma forte oposição patronal aparecem de maneira recorrente na história da classe trabalhadora do Nordeste, sendo particularmente acentuadas no setor sucroalcooleiro. Ainda assim, o enfrentamento nunca deixou de acontecer, porém assumindo diferentes roupagens ao longo do tempo. Neste sentido, é interessante trazer aqui algumas considerações de Oliveira *et al*, que em artigo publicado no ano de 2019 elaboram um retrospecto e uma análise crítica sobre a luta dos canavieiros de Pernambuco por direitos.

Os autores iniciam ressaltando que, apesar da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, e do surgimento da Ligas Camponesas e dos primeiros sindicatos rurais ainda nos anos 50, os trabalhadores do campo só tiveram acesso aos direitos trabalhistas básicos “a partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (que

também favoreceu o reconhecimento e a expansão do sindicalismo rural” (OLIVEIRA *et al*, 2019, p. 125).

A luta iniciada nos anos 50, que tinha entre seus principais protagonistas os canavieiros, ganha força durante os anos 60, com a criação de novos sindicatos e organizações trabalhistas, como a FETAPE (Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Em outubro de 1963, os canavieiros de Pernambuco deflagram sua primeira greve geral, que foi fortemente repreendida pelos patrões. “Em meio às mobilizações, ocorreram diversos episódios de violência contra trabalhadores rurais, alguns casos com morte” (OLIVEIRA *et al*, 2019, p. 144). Apesar das dificuldades, o movimento teve importantes conquistas nesse episódio, materializadas no Acordo do Campo. Segundo Oliveira *et al*, o acordo firmado entre patrões e empregados, que teve mediação do governo do estado, sob o comando de Miguel Arraes, “provocou mudanças significativas na vida e nas condições de trabalho dos canavieiros da Zona da Mata pernambucana”. Como informam os autores,

Entre os ganhos políticos e econômicos, estiveram: reajuste salarial de 80%; reconhecimento de um delegado sindical por engenho; assistência médica e escolar para os trabalhadores; desconto em folha da contribuição sindical para os sócios do sindicato; regularização da carteira assinada para os trabalhadores de empresas; interiorização da previdência; aprovação da Tabela de Tarefas; pagamento do 13º salário; pagamento dos três dias parados na greve; não punição aos grevistas. O Acordo do Campo promoveu, ao mesmo tempo, uma via de acesso dos trabalhadores rurais à Justiça do Trabalho. Por tudo isso, contribuiu para a formação de uma identidade coletiva desses trabalhadores com a luta por direitos e cidadania (OLIVEIRA *et al*, 2019, p. 145).

Com o golpe militar de 1964, o movimento dos trabalhadores sofre um grande abalo. A repressão aumenta e a exploração se intensifica. Como explicam os autores, “Em aliança com o governo, a classe patronal desequilibra a relação de forças no campo e adota medidas, muitas vezes ilegais, para ampliar seu lucro e reduzir a remuneração dos assalariados” (OLIVEIRA *et al*, 2019, p. 147). Dos 40 sindicatos em funcionamento na zona canavieira de Pernambuco na época, 38 sofreram intervenção do governo federal. Nos relatos

dos trabalhadores que vivenciaram a época, a violência aparece como uma constante.

As intervenções nos sindicatos foram acompanhadas por perseguições, prisões e até mesmo assassinatos de lideranças. “Foi um negócio, viu, prendeu dirigente sindical, prendeu trabalhador, delegado sindical, foi muita gente!” (Biu da Luz, assessor da Academia Sindical da Fetape, entrevista concedida em novembro de 2017). O enfrentamento direto era, muitas vezes, quase uma sentença de morte. “Você vê, por exemplo, aqui na Zona da Mata Sul a quantidade de gente que foi assassinada” (Zefinha, ex--assessora sindical da Fetape, entrevista concedida em novembro de 2017). Manoel Tenório, Evandro Lins, Biu do Condado, Biu Timbaúba, Amaro Luiz são alguns dos colegas lembrados pelos trabalhadores da região que pagaram com a vida pelos atos de resistência. Um estudo publicado em 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República informa que 1.196 camponeses ligados aos movimentos de trabalhadores foram assassinados ou desapareceram entre 1961 e 1988. Porém, segundo o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade, esses dados podem estar subestimados (OLIVEIRA *et al*, 2019, p. 148).

Porém, mesmo durante os 21 anos de regime militar, ressaltam Oliveira *et al*, “as mobilizações dos trabalhadores rurais canavieiros arrefeceram, mas não cessaram”. Devido à conjuntura adversa, novas formas de luta se configuraram, numa tentativa de minimizar a repressão aos trabalhadores sem precisar abrir mão do direito de reivindicação. Nas palavras dos autores, “A forte repressão obrigava uma atuação dentro dos parâmetros legais, porém sempre buscando brechas que tornassem a luta mais efetiva” (OLIVEIRA *et al*, 2019, p. 149).

Essa forma de atuação pautaria as ações das principais organizações sindicais dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro do Nordeste do Brasil durante as décadas de 70 e 80. Segundo Oliveira *et al*, o posicionamento adotado pelos canavieiros de Pernambuco foi muitas vezes mal interpretado, descrito de forma reducionista como “legalismo”. Para os autores, é preciso refinar esse olhar, levando em conta tanto a conjuntura vivenciada quanto as características históricas que marcam a categoria e influenciam seu repertório de ações.

A violência brutal a que foram submetidos os trabalhadores canavieiros por séculos desafiou suas organizações próprias a atuarem nas brechas (estreitas) propiciadas pelo arcabouço legal e institucional vigente no país e na região. O que pareceu uma atitude legalista muitas vezes significou uma aguerrida posição de luta por direitos, a fim de preservar as lideranças diante da violência patronal e da conivência governamental. Desse modo, com as marcas do passado tão presentes, foi possível começar a descortinar algumas razões da

estratégia de uma atuação sindical por dentro dos estreitos limites da lei. Se a lei é limitada para favorecer a conquista de direitos pelos trabalhadores e adversa à organização sindical, fora da lei o que sobrava era uma relação de força, absurdamente desigual e desproporcional, em favor dos usineiros e fornecedores de cana. Daí por que o sindicalismo na área canavieira acabou por constituir outra relação com o Estado, buscando conquistar espaços de reconhecimento e garantias sempre que dispositivos legais e institucionais (como nos tempos de Jango e de Arraes) favoreciam sua atuação (OLIVEIRA *et al*, 2019, p. 181,182).

De maneira geral, quando tratamos da luta da classe trabalhadora, mesmo em contextos que envolvem uma correlação de forças demasiadamente desigual, temos a tendência a desconfiar da inexistência de movimentos de resistência ou organizações sindicais, mesmo quando não são citados pelos informantes. Nesses casos, acreditamos ser mais provável que essa história de oposição esteja silenciada por algum motivo ou ainda fora da percepção do pesquisador.

3.10. Experiências Migratórias

Marilda Aparecida de Menezes dedicou sua tese de doutorado ao estudo da migração de trabalhadores paraibanos para o Sudeste, mais especificamente para São Paulo. Segundo a autora, a ausência das condições objetivas necessárias à reprodução do núcleo familiar no local de origem é o que leva muitos trabalhadores a tentar a vida “fora”. “Dada a precariedade das alternativas locais e existindo possibilidade de trabalho em condições comparativamente melhores em relação às locais, a família é forçada a lançar mão da migração como estratégia de sobrevivência” (1985, p. 80). É preciso apontar aqui que esse processo não se dá à revelia dos trabalhadores. “Eles não são agentes passivos dos fatores de ‘expulsão’ ou ‘atração’, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução das suas condições de vida” (MORAES SILVA, MENEZES, 2008, P.4).

Se o elemento comum é a busca por melhores condições de vida, o percurso adotado para a consecução desse fim pode variar, mas a direção do movimento acontece, nessa época, quase sempre do Norte para o Sul, revelando a questão meridional em trajes típicos nacionais. Segundo Afrânio Garcia,

Diante da necessidade de viver da venda da força de trabalho, busca-se o “mundo do emprego”. Mas ele não está no universo local: a alternativa para tais contingentes é *ir para o Sul*. O *emprego no Sul* pode significar a passagem definitiva à condição proletária para muitos, a fonte de acumulação de recursos para outros, para voltar e passar ou manter a condição de *agricultor e negociante*; uma virtualidade para um grupo social que tem um pé no *Sul*, outro no *Norte*, ora se apoiando em um, ora em outro, ora nos dois. Que tem a cabeça voltada para o confronto constante entre a vida no *Sul* e no *Norte*. Ou numa frase, solução e enigma, que sintetiza todo esse processo: “*O Sul hoje é o caminho do roçado*” (1990, p. 202).

Entre os trabalhadores por nós entrevistados neste tópico, dois têm suas trajetórias profundamente marcadas pelas experiências migratórias. No caso de Valdemir (f1,g1), em 1965, aos 21 anos, foi pela primeira vez ao Rio de Janeiro, onde passou quase dois anos trabalhando em um hotel. Essa primeira viagem foi motivada não por questões econômicas, e sim por questões pessoais, ligadas ao término de um relacionamento. Voltou para Mamanguape porque, durante o São João de 1967, foi acometido por uma grande saudade.

Aí quando foi numa época de São João, nesse tempo tinha a feira de São Cristóvão, sabe. Uma feirona muito grande. O pessoal chama até a feira dos Paraibas. Aí quando cheguei lá, que vi aqueles sanfoneiros tocando forró, o pessoal dançando, tudo. Aí me deu uma vontade de vir embora. Comprei a passagem lá em São Cristóvão mesmo. Que no Rio não tinha, não. A rodoviária era em São Cristóvão mesmo. Aí fui lá, e comprei a passagem. Quando eu cheguei lá, isso foi num domingo, comprei pra viajar na quarta-feira. Isso com a carteira assinada no hotel. Aí quando eu cheguei na segunda-feira, meu chefe disse: “rapaz, mas chegasse atrasado. Já bati teu cartão”. Eu disse: “não vou trabalhar mais, não. Vou embora”.

Ao retornar, Valdemir ingressa no ramo da construção civil. Desde que iniciou o ofício de armador, teve mais oportunidades de emprego fora do que em sua cidade. Em um primeiro momento, se deslocava para município próximos, como Recife e João Pessoa. “Naquele tempo, o salário do Recife era mais do que o daqui”. Ao ser contratado por uma grande empresa do setor, passou a realizar serviços em diversos estados do Brasil, como Natal, Maranhão, Rio de Janeiro e Sergipe. E só não realizou serviços fora do Brasil por opção. Ele diz que sentia muita saudade da família, com quem pouco convivia, mas a remuneração salarial valia a pena. “Naquele tempo meu salário era bom. Eu estava com 5 salários-mínimos na carteira. Eu trabalhava de encarregado. Eu criei meus filhos assim. Minha vida era no meio do mundo, sabe. Eu vinha em casa só visitar”.

Menezes afirma que apesar da migração de um familiar na maioria das vezes causar muito sofrimento emocional, este é deixado de lado em nome da satisfação das necessidades materiais do núcleo doméstico.

A separação da família, tanto para os filhos, quanto para os pais, é motivo de grande sofrimento, porém este sentimento não é determinante da decisão de permanecer ou migrar, mas sim as condições concretas existentes. A família se submete a todo tipo de sacrifício e sofrimento, vivenciados de forma mais brutal na migração (1985, p. 82).

Porém, a autora ressalta, ainda, que as migrações são determinadas pelas condições materiais: “é através das relações familiares que se determinam os destinos, as etapas, os tipos de migrações, os retornos” (p. 82).

O local do trabalho era um determinante que definia a frequência com que Valdemir se reunia com a família. Em algumas ocasiões, ficaram sem se ver por mais de um ano. Como explica Mãe Santa (f1,g1),

Quando ia para o Rio, o mais que ele passava era um ano e pouco, no Rio de Janeiro. Que era longe, né. Mas do Sergipe ele vinha de mês em mês. Do Recife ele vinha de 15 em 15 dias. E de João Pessoa tinha vezes que ele vinha no mesmo dia, quando a pista estava boa.

Milton (f1,g1) também tem sua trajetória marcada pela experiência de migração. Estava trabalhando na CTRT quando a empresa encerrou as atividades, em 1990. Não conseguiu arrumar outro emprego na região, nem mesmo buscando em outros municípios, além de Mamanguape e Rio Tinto. Chegou a tentar até mesmo fora do estado da Paraíba. “Eu fui para o Recife, mas não consegui emprego lá”. Foi então que um ex-colega da CTRT faria um convite que levaria Milton a migrar para o Rio Grande do Norte, de onde nunca mais voltou. “O menino de RH de Rio Tinto me enviou um aviso pra Mamanguape e perguntou se eu estava trabalhando. Falei que não. Ele disse: ‘quer ir para o Rio Grande do Norte?’ Eu disse: ‘conheço não, mas vou. Aí vim pra cá’”. O emprego era em uma empresa dos mesmos proprietários da CTRT, a Tecblue, indústria de tecelagem localizada em Parnamirim. “Muita gente veio aqui para o Rio Grande do Norte também porque a Tecblue é dos mesmos donos. Uns vieram transferidos, principalmente quem era tecelão.”. Milton trabalharia na empresa até o seu fechamento, 5 anos depois.

Seu próximo emprego seria na Companhia Coca-Cola de Parnamirim, sendo chamado para trabalhar como auxiliar após enviar seu currículo. “Estava

precisando na época, final de ano, aí eu coloquei e fui chamado. Comecei como auxiliar, da indústria né. Na época era fábrica. Aí fui promovido pra ser supervisor.” Há vinte e cinco anos na empresa, Milton pensa em se aposentar no próximo ano. Mas diz gostar do trabalho. “É um pouco cansativo mental, em virtude de você lidar com pessoal né. Mas é bom. Tranquilo. A empresa é muito boa. O salário é razoável. Dá para se manter”.

Os dois casos apresentados até aqui diferem principalmente em um aspecto: enquanto Valdemir vivenciou a migração de forma temporária, Milton saiu de sua terra natal definitivamente.

Luiz (f2,g1), membro mais velho da família 2, só viajou para o Sudeste a passeio, para visitar parentes. Porém, como veremos à frente, a trajetória de seus filhos é marcada pela migração, principalmente para a cidade de São Paulo, tendo alguns passado anos vivendo no local.

3.11. Considerações finais

Ao final de cada período de análise, apresentaremos um quadro sistematizando, para cada um dos entrevistados, os setores nos quais atuaram, a formalidade ou informalidade das relações laborais, as experiências migratórias e a incidência de precariedade no trabalho. Quanto às características da precariedade em cada caso, apontaremos de forma textual ao fim do quadro, pois a diversidade de manifestações do trabalho precário impossibilita uma apresentação visual de fácil assimilação.

No caso daqueles que ingressaram no mercado de trabalho entre os anos 50 e 70, entre os homens, a maior parte da carreira profissional se dá nos ramos industriais e na construção civil, como empregados assalariados com registro em carteira. O trabalho na terra também aparece, porém está mais presente no início das trajetórias, e se torna secundário após o ingresso no emprego formal. São citadas passagens pelo setor terciário, porém de curta duração, envolvendo na maioria das vezes a venda de excedentes da produção da terra nas feiras locais. As experiências migratórias estão presentes de maneira relevante em duas das quatro trajetórias. A única mulher do grupo dedicou a vida quase exclusivamente ao trabalho doméstico e à criação dos filhos. O trabalho infantil está presente em todas as trajetórias.

Figura 16: Quadro 1 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 50 e 70.

	Família 1			Família 2
	Valdemir	Mãe Santa	Milton	Luiz
Trabalho Rural	x	x	x	x
Formal				
Informal	x	x	x	x
Precário	x	x	x	x
Trabalho na Indústria Têxtil	x		x	x
Formal	x		x	x
Informal	x			x
Precário	x			x
Trabalho na Indústria Sucroalcooleira			x	x
Formal			x	
Informal				x
Precário			x	x
Trabalho Industrial em Outros Ramos de Atividade			x	
Formal			x	
Informal				x
Precário				x
Trabalho na Construção Civil	x			x
Formal	x			
Informal	x			x
Precário	x			x
Trabalho no Comércio	x		x	x
Formal				
Informal	x		x	x
Precário	x		x	x
Trabalho em Serviços	x			
Formal	x			
Informal				
Precário				
Outras Formas de Trabalho		x		
Formal				
Informal		x		
Precário		x		
Trabalho Infantil	x	x	x	x
Experiências Migratórias	x		x	
Na Região Nordeste	x		x	
Em Outras Regiões	x			

No que se refere ao trabalho na terra, a precariedade se expressa pela ausência de seguridade social e de regulação trabalhista, situação vivenciada até hoje por uma parte significativa dos ocupados em atividades rurais. O mesmo se aplica ao trabalho doméstico. Quanto ao trabalho nos ramos industriais, a

precariedade se manifesta através de relações informais na menor parte das vezes, sendo mais frequente o relato de condições precárias vivenciadas no interior das relações formais de trabalho. São alguns exemplos: as longas jornadas, burla aos direitos trabalhistas, baixos salários, desvios de função, ingerência sobre a vida doméstica, repressão à organização dos trabalhadores. Em relação ao trabalho no setor terciário, quando ligado à venda do excedente da terra, foi sempre descrito como autônomo e não regulado. Na única passagem relatada pelo comércio varejista, a relação de trabalho era informal.

4. Capítulo IV – Experiências de trabalho nos anos 80 e 90

4.1. Considerações iniciais

Entre aqueles com idade suficiente para ingressar no mercado de trabalho nos anos 80 e 90, é possível identificar trajetórias mais diferenciadas (não só em relação aos trabalhadores da geração anterior, mas também entre eles próprios). Diversificam-se tanto as ocupações, quanto as condições de trabalho às quais estão submetidos. O trabalho precário se torna aqui mais evidente, tanto nos empregos formais quanto nos informais, sendo que os últimos também se ampliam. Já o trabalho na terra, passa definitivamente a fazer parte do passado da família.

Integram esse grupo 8 dos 9 filhos de Valdemir e Mãe Santa (f1,g1), sendo cinco mulheres e três homens. O trabalho na usina aparece mais frequentemente nesse período, sendo que três dos filhos trabalharam no setor, dois homens e uma mulher. As experiências migratórias, no caso da família 1, estão restritas ao Nordeste. Entre a representação feminina, é recorrente a passagem pelo setor público, com destaque para área da educação, porém na maior parte das vezes através de relações de trabalho precárias. A relevância do trabalho doméstico e de cuidados fica ainda mais evidente nesses depoimentos. Aparecem aqui os mais numerosos relatos (excetuando-se o pequeno comércio das feiras, muito presente na geração anterior) de ocupações nos setores de comércio e serviços, grande parte das vezes precárias e/ou informais.

Da família 2, integram esta parte 3 filhos de Luiz, além da esposa de um deles e seu irmão. Os relatos dos homens trazem em comum passagens pela CTRT e muitos anos de trabalho nas usinas da região. Dos três, dois tiveram experiências migratórias, com passagens pela região Sudeste. Das duas mulheres entrevistadas, uma dedicou a maior parte da trajetória ao trabalho doméstico e a outra ao setor público.

Ainda que o emprego no ramo sucroalcooleiro esteja sempre associado ao registro em carteira, na maioria das vezes incorpora condições precárias, como a sazonalidade do trabalho, baixa remuneração e longas jornadas, de até

24 horas em alguns casos. Entre esses trabalhadores, é normal encontrar nos relatos a atuação em mais de um emprego concomitantemente, não só nos períodos de entressafra, em atividades formais ou informais, quase sempre precárias. Os dois irmãos que ainda trabalham em usina conciliam essa atividade hoje com um emprego público de baixa remuneração. Olhando retrospectivamente, esses trabalhadores ressaltam geralmente uma melhoria das condições de segurança no trabalho, mas uma grande perda em relação aos direitos da categoria nos últimos anos.

Diferente da anterior, essa geração teve mais acesso à educação. Ainda que enfrentando grandes dificuldades, parte deles conseguiu concluir o ensino médio, técnico e/ou superior. Entre as mulheres, a escolarização abriu possibilidade para um emprego na área do ensino, mais adequado para o sexo feminino segundo a cultura local do que o emprego na usina. Esse trabalho, porém, seja na rede pública ou particular, apresenta-se na maioria das vezes precário, baseando-se em contratos informais ou temporários, fazendo com que o emprego na educação seja na maioria das vezes conciliado com outras atividades. De todas as filhas de Valdemir (f1,g1) que atuam ou atuaram na educação, apenas uma tem hoje um contrato efetivo com a prefeitura da cidade.

Apesar de o Estado muitas vezes recrutar pessoas para as áreas de educação, saúde ou assistência social através de contratos precários, o emprego público aparece no discurso desses trabalhadores como uma opção de sobrevivência na região. Não obstante as queixas sobre a remuneração e/ou condições de trabalho, a estabilidade do concurso público é valorizada por esses trabalhadores, não só pela escassez de emprego no local, mas também por se contrapor à sazonalidade da economia sucroalcooleira.

O trabalho infantil, presente na maior parte dos depoimentos, tornou-se algo normalizado no discurso dessa geração, quando se referem à própria trajetória. Segundo Valdézio (f1,g2), criança trabalhar “era a coisa mais natural do mundo”. O trabalho consistia, geralmente, ou numa atividade não remunerada (na maioria das vezes no campo) ligada à subsistência familiar, ou numa ocupação informal de baixa remuneração nos pequenos comércios das feiras locais.

Também para essa geração, as redes familiares, de amizade ou profissionais demonstram ter grande papel para a obtenção de emprego. A família, aliás, é referida muitas vezes como base de ajuda social e financeira, sem a qual a dedicação ao emprego seria prejudicada. Por outro lado, parte das mulheres indicam ter suas trajetórias profissionais marcadas pelo tempo dedicado a ajudar os parentes mais necessitados, “atrasando” o ingresso no mercado de trabalho. Está também bastante presente no discurso desse grupo a preocupação com o futuro profissional e econômico dos filhos, sendo a migração por vezes citada como um caminho quase inevitável.

O período no qual essas trajetórias se desenvolvem é marcado pela crise nos dois setores econômicos mais proeminentes da região, a indústria sucroalcooleira e a tecelagem, sendo possível observar na época o fechamento de algumas das maiores indústrias locais, entre elas a Companhia de Tecidos Rio Tinto, em 1990. O problema é agravado ainda mais pelo processo de reestruturação produtiva que se iniciava e pelas políticas neoliberais que seriam adotadas pelo governo federal durante a década de 90. Esse período foi marcado pelo crescimento do desemprego, da informalidade e do trabalho precário, acompanhando um cenário que se expressou nacionalmente.

Ao analisar o mercado de trabalho brasileiro da década de 80, Pochmann indica duas problemáticas que impactaram negativamente a qualidade do emprego no país durante o período, uma de origem mais histórica e a outra conjuntural. Nas palavras do autor,

Duas distintas dimensões de problemas atingiam o mercado de trabalho até o final da década de 80. A primeira estava associada à permanência de problemas de mercado de trabalho tradicionais em economias periféricas, como: (a) taxas ainda comprimidas de assalariamento, (b) baixos salários, (c) alta informalidade e (d) elevado subemprego. Essa situação decorria fundamentalmente de um processo incompleto de estruturação do mercado de trabalho, que, embora estivesse se desenvolvendo desde o início da industrialização nacional, não chegou a se completar ainda nos anos 80. Em 1940, por exemplo, apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) era assalariado, e, em 1980, a taxa de assalariamento alcançava dois terços da PEA ocupada (POCHMANN, 1988, p.120).

A segunda dimensão de problemas que atingiam o mercado de trabalho até o final dos anos 80 dizia respeito à presença de sinais de desemprego estrutural no Brasil, típico de economia industrializada. Isto é, à medida que o País aprofundava os processos de industrialização, de migração rural e de urbanização nacional, foi sendo mantido um elevado excedente de mão-de-obra, incapaz de ser

absorvido plenamente pelo movimento de rápida e profunda modernização das forças produtivas. Esse desemprego estrutural foi se generalizando, sobretudo a partir dos anos 50, quando o País avançou rapidamente na incorporação da matriz produtiva da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica — originária do final do século XIX nos países centrais. Com a maturação do projeto de industrialização nacional, já nos anos 70 foi possível perceber a permanência das diferenças socio-econômicas regionais, setoriais e locais. Ao mesmo tempo, o próprio mercado de trabalho manteve-se fortemente heterogêneo, com segmentos modernos e outros atrasados (POCHMANN, 1998, p.120,121).

Aos problemas legados da década anterior, somam-se nos anos 90 a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais implementadas pelo governo do período, que tiveram como consequência mudanças profundas no mercado de trabalho do Nordeste e do Brasil. No artigo, publicado no final da década de 90, Pochmann afirma ser possível observar no país, naquela época

[...] dois novos tipos de problemas em seu mercado de trabalho: (a) a desestruturação do mercado de trabalho e (b) um novo desemprego estrutural. Ambos os problemas estão diretamente associados ao longo período de estagnação da renda per capita no País, que teve origem na crise da dívida externa do início dos anos 80. Na década de 90, a implementação de um novo modelo econômico para o País terminou influenciando decisivamente os dois novos tipos de problemas do mercado de trabalho brasileiro (POCHMANN, 1998, p.120,121).

O “novo modelo econômico” implementado durante os anos 90, conforme citado por Pochmann, inaugurou

[...] uma nova fase de reinserção externa, marcada pela abertura comercial, pela desregulamentação financeira e pela integração regional (Mercosul), bem ao contrário da performance da década passada, quando a crise da dívida externa levou ao fechamento da economia, como forma de geração de saldos comerciais favoráveis ao pagamento dos compromissos externos. Atualmente, a drástica mudança no comportamento econômico nacional ocorre paralelamente, num cenário cambial desfavorável internamente, que, desacompanhado de políticas industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória, termina apontando a construção de um novo quadro econômico, sem a possibilidade de crescimento sustentado (POCHMANN, 1998, p.132).

O autor explica que a “desestruturação do mercado de trabalho” no Brasil dos anos 90 “compreende três fenômenos, que se combinam entre si: (a) as altas taxas de desemprego aberto; (b) o desassalariamento; e (c) a geração insuficiente de postos de trabalho na maior parte dos casos precários e de baixa produtividade” (POCHMANN, 1998, p.123). Já o “novo desemprego estrutural”, conforme Pochmann, tem três principais características:

A primeira diz respeito ao desemprego recorrente, que atinge principalmente a inserção do jovem e atua sobre a instabilidade dos postos de trabalho ocupados, em grande medida, pela mulher. Em geral, é o segmento da população ativa que se encontra freqüentemente na situação de desemprego, pois está a ocupar postos de trabalho temporários e parciais, com elevada instabilidade e descontinuidade de renda e emprego. A segunda característica está associada ao desemprego de reestruturação, que, geralmente, envolve os trabalhadores adultos nos setores econômicos que passam por processos de reestruturação produtiva ou de desintegração de parte das cadeias produtivas (substituídas por produtos importados). Em síntese, o desemprego recorrente refere-se tradicionalmente aos trabalhadores chefe de família e que possuem experiência ocupacional anterior. Por fim, a terceira característica refere-se ao desemprego de exclusão, que tende a se concentrar sobre a parcela da população ativa com faixa etária mais elevada. Geralmente, o desemprego de exclusão atinge os trabalhadores com mais de 50 anos, que passam a ser substituídos por empregados com menor faixa etária e escolarizados (POCHMANN, 1998, p.128).

4.2. O trabalho na agroindústria sucroalcooleira

Em artigo publicado no ano de 2021, Donato e Dantas traçam um retrospecto do comportamento da agroindústria canavieira de Pernambuco e da Paraíba ao longo do tempo, analisando diferentes momentos de expansão e retração e seus impactos nas relações de trabalho. Segundo os autores, os anos 70 foram bastante positivos economicamente para o setor sucroalcooleiro Nordeste, favorecido não só pelo aumento da demanda do álcool combustível devido ao encarecimento do preço internacional do petróleo, mas também pelas políticas públicas voltadas ao setor implementadas pelo governo federal no período, como o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) e o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). A próxima década, porém, trouxe obstáculos internos e externos que abalaram o setor.

No transcorrer dos anos 80, o setor alcooleiro nacional vivenciaria uma nova crise, devido a mudanças na conjuntura internacional (do mercado do petróleo), ao endividamento do estado (tanto no âmbito federal quanto estadual) e à incapacidade dos produtores atenderem à crescente demanda pelo combustível no país (DONATO, DANTAS; 2021, p. 366).

Essa crise se estende sobre os anos 90, agora incluindo o componente da perda de competitividade em relação à produção do Sudeste, levando a uma queda significativa da produção de cana-de-açúcar em quase todos os estados do Nordeste, com o fechamento de indústrias e diminuição da oferta de empregos no setor. Segundo Donato e Dantas,

A década de 90 seria de grande dificuldade para a economia sucroalcooleira nordestina, em particular na Paraíba e em Pernambuco. Entre 1989 e 1999, período marcado pelo processo de desregulamentação econômica do setor, a área ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste diminuiu 21%. Em Pernambuco, houve uma retração de 28% e na Paraíba de 39%. Alagoas foi o estado que menos sofreu, com queda de 8%. Em relação à quantidade de cana-de-açúcar produzida, nos primeiros anos de 1990, Pernambuco ainda disputava a liderança do Nordeste com Alagoas. No entanto, ao final da década, verificou-se que a tendência na atividade canavieira pernambucana foi de declínio e consequente recuo da participação na economia regional. Entre 1989 e 1999, Pernambuco contabilizou queda de 49% no total de toneladas de cana colhida, enquanto que Alagoas apresentou crescimento de 18%. Em termos de participação percentual sobre a produção do Nordeste, Alagoas cresceu de 33% para 50%. Por outro lado, Pernambuco recuou de 35% para 23% no mesmo período. Para Andrade (2001b), concorreram para isso vários fatores, entre eles questões ambientais (secas), a desaceleração do Proálcool, a extinção do IAA e a migração de grupos econômicos para outros locais do país. Nessa mesma época, o governo brasileiro também deixa de regular o preço dos três principais produtos da economia sucroalcooleira: a cana, o açúcar cristal e o álcool hidratado (Ramos, 2016), promovendo a liberalização do mercado (DONATO, DANTAS; 2021, p. 366,367).

A conjuntura econômica recessiva e as políticas neoliberais que marcaram o período tiveram consequências para o mercado de trabalho setorial nordestino.

Nesse contexto, observa-se a tendência de redução dos empregados permanentes e aumento dos temporários e migrantes safristas. Além da sazonalidade que marca a estrutura do mercado de trabalho rural, com o aprofundamento da crise que impactava o setor canavieiro em Pernambuco, as estimativas para o nível geral do emprego durante a safra caíram de 240 mil trabalhadores em 1979 para 130 mil no final da década de 1990 (p. 373, 374).

Ainda assim, o setor sucroalcooleiro continuou representando durante as décadas de 80 e 90 uma das principais fontes de emprego para os trabalhadores da região. José Carlos Silva (f2,g2), mais conhecido como Carlinho, filho de Luiz, nasceu no ano de 1962 em Engenho Novo, Mamanguape. Iniciou a vida profissional em 1979, trabalhando como operário têxtil na CTRT, onde permaneceu até 1983. Passa então um breve período com um primo que tem uma microempresa em Mamanguape, depois se muda para São Paulo, onde permanece por 3 anos, trabalhando sempre como torneiro mecânico. Posteriormente, mudou-se para Natal, onde trabalhou em uma tecelagem por 6 anos. Foi no seu retorno para Rio Tinto que começou a trabalhar em usina.

Depois de passar por duas microempresas de Mamanguape, toma conhecimento através de um colega de trabalho de uma vaga na usina Miriri.

Aí quando eu estava nessa outra firma foi que um torneiro lá me disse: “rapaz, tá precisando de torneiro na Miriri. Porque tu não vai lá Marrom”. Aí falei: “rapaz, vou lá amanhã mesmo”. Perguntei como fazia para ir lá, que não sabia nem onde era. Ele disse: “rapaz, o ônibus passa aí seis horas da manhã em tal canto e tu espera lá”. Aí fui, entrei no ônibus, cheguei lá, falei com o encarregado. Falei: “quero fazer um teste aí”. Mandou eu entrar. Nunca tinha entrado, olhei assim, nunca tinha nem visto aquelas coisas. Cada pau grande, com umas ferragens grandes. “Rapaz, onde eu estou?” Mas cheguei lá, o torno eu já conhecia. Já tinha trabalhado num torno daquele. Fiz o teste e aí: “tá aprovado”. Aí saí da outra firma e fui para lá.

Carlinho disse que não sentiu dificuldades para se adaptar ao trabalho no novo setor.

Eu não estranhei muito porque a máquina é a mesma. O que chega para fazer em torno? As peças, né. Aí chega a peça, e chega o desenho. Aí fazia a peça pelo desenho. Aí fui fazendo devagarinho. Só que antes eu fiz o teste lá. O teste, com a medida de precisão de micrômetros, de centésimo. Essas coisas. Faz o teste para saber se você sabe fazer o serviço ou não. Aí fiz o teste, o mestre lá olhou, mediu e aprovou.

Ele trabalhou como torneiro mecânico na usina Miriri por mais de 18 anos. “Entre no dia 08 de março de 1994. E saí dia 23 de maio de 2013”. Se adotarmos as categorias definidas por Leite Lopes no seu estudo sobre os operários do açúcar, Carlinho se enquadra na posição de “artista”.

Os artistas integram o grupo dos chamados operários principais da usina (ao lado dos oficiais e profissionais), e trabalham geralmente nas oficinas. Diferentemente dos profissionais, responsáveis pela produção do açúcar, o trabalho dos artistas na oficina assemelha-se mais “a um Setor I – de produção de meios de produção” (1978, p. 41), fornecendo peças para a melhoria e reparo das máquinas.

Leite Lopes aponta uma série de características que particularizam o trabalho dos artistas em relação ao dos profissionais⁹⁶. O trabalho do artista dá-se de maneira descontínua, por demandas, diferente do caso do profissional, que é submetido ao ritmo da máquina. Seu controle, portanto, acontece também de outro modo, através da transmissão de ordens mediada pelas relações hierárquicas presentes no processo produtivo.

[...] o processo de produção nas oficinas exige a intervenção constante da direção hierárquica da administração para diminuir os “poros” da jornada de trabalho dos operários, para tender a tornar contínuo o

⁹⁶ Como é o caso de Milton (f1,g1), conforme apresentado no Capítulo III.

trabalho em uma produção descontínua, isto é, sem uma continuidade “automática” dada pela cadeia de máquinas (p. 42).

Se por um lado o trabalho na oficina tende à descontinuidade, é marcado também pela imprescindibilidade do artista para o bom funcionamento da indústria, tanto no período de safra quanto durante o apontamento. Para o autor,

[...] é desse duplo caráter da produção na oficina – produção por “tarefas”, maior importância da qualidade da força de trabalho – que derivam tanto os aspectos vistos como favoráveis à condição de operário de oficina quanto os desfavoráveis e que constituem as contradições próprias a essa condição (p. 44).

A mais evidente contradição é a identificação, por parte dos operários da oficina, com os trabalhadores que recebem por produção, já que “o controle da administração sobre o trabalho se contabiliza por horas, e não por peça ou tarefa” (p. 44). Ainda assim, é necessário relativizar a condição desses trabalhadores. Como coloca Leite Lopes,

Se, por um lado, as tarefas dadas aos operários de oficina têm um determinado tempo médio estipulado pela administração para serem cumpridas, obrigando assim o operário a uma intensidade de trabalho para a qual ele não tem nenhuma contrapartida – como seria, ao contrário, o caso do salário por peças –, por outro lado essas mesmas tarefas permitem ao operário, dentro de certos limites, ter um certo controle sobre o seu trabalho e a organização do tempo para a sua execução, fato que sobressai da comparação com a falta de controle do tempo de trabalho uniforme e monótono do profissionalista da fabricação (p. 45).

A concepção do salário entre os artistas se estabelece também em outras bases em relação à dos profissionalistas. Nas palavras do autor,

Os artistas, com efeito, apesar de na maior parte do tempo serem regidos pelo salário por tempo, têm uma concepção diferente do salário. Sua concepção do salário aparece como um prolongamento de sua concepção do trabalho [...]. Assim, o salário dos artistas não pode deixar de relacionar-se com a arte, com a cooperação simples que rege a organização da produção na oficina e que permite o desenvolvimento do fazer característico do artista. E essa ideologia da arte e da participação individual possível de ser distinguida no produto abre caminho para uma concepção do salário intimamente relacionada ao produto” (p. 130).

Leite Lopes aponta dois caminhos através dos quais é possível explicar essa vinculação que os artistas fazem entre remuneração e produto.

Um deles é a valorização de sua arte, de seu trabalho específico, que não pode ficar indiferente ao resultado desse trabalho, à qualidade do produto. E o outro é essa não-separação do trabalhador do resultado de seu trabalho, que é característico do artista. Ao contrário dos profissionalistas, cujo produto materializado do seu trabalho – o açúcar –, resultado indistinto e impessoal da ação coletiva das operações de

todos os profissionais sobre os seus aparelhos, ao ser apropriado pelo usineiro é levado ao mercado onde será “realizado” o sobretrabalho cristalizado sob a forma ou do açúcar cristal ou do açúcar demerara, os artistas – esses metalúrgicos do açúcar –, ao trabalharem visando não o produto manifesto da unidade de produção que se dissolve no mercado, mas a reprodução dessa unidade de produção sob a forma do conjunto dos meios de produção, não se separam fisicamente do produto do seu trabalho, mas, ao contrário, são por ele envolvidos circularmente como parte de suas próprias condições de trabalho. A apropriação pelo usineiro do trabalho dos artistas não se materializa na separação física do produtor do seu produto (p. 132,133).

Para o autor é essa “dupla presença”, do artista através de sua arte em seu produto, e do próprio produto em seu local de trabalho, que leva esses operários não só a terem uma concepção distinta de seus salários, mas também a justificar a superioridade destes em relação aos dos outros trabalhadores da usina, neste sentido sendo também uma colocação posicional. Essa concepção de salário, assim como no caso dos profissionais, não deixa de operar um certo grau de fetichismo. E, apesar de guardar diferenças, as duas concepções têm também semelhanças.

Nessa lógica de diferenciação posicional entre artistas e profissionais, se ela leva ambas as categorias a terem uma concepção diferente do salário – entre outras concepções diferentes –, uma tendendo ao fetichismo do tempo, a outra tendendo ao fetichismo do produto, essas concepções divergentes têm, no entanto, um ponto em comum: a necessidade de justificar o seu salário através do seu trabalho específico (p. 133).

A sustentação desse “fetichismo do salário por peças”, segundo Leite Lopes, exigiria da parte dos artistas a mobilização de um discurso justificador que desse conta das contradições da realidade na qual estão inseridos, já que esses operários, na prática, são remunerados por tempo.

Querendo conciliar a importância da sua arte [...] com seu salário efetivamente pago por tempo, só restaria ao artista acreditar que seu salário hora, comparativamente mais elevado, guardaria uma relação de grandeza aproximada com o salário que poderia ser pago por peça ou por tarefa. Esse fetichismo sui generis, que amalgamaria uma concepção de salário por produção a um regime efetivo de salário por tempo, seria o fetichismo do salário dos artistas (p. 134).

Essa concepção de salário entre os artistas parece estar perdendo força entre os trabalhadores que integram a geração de Carlinho (f2,g2). Ainda que sua fala em determinados momentos marque certa distinção entre seu trabalho e outras tarefas realizadas na usina, a percepção de que era remunerado por

horas trabalhadas é bem nítida para ele, quando fala sobre o assunto: “Aqui o salário, na época, era por hora. Não era por mês”.

Ele conta que a remuneração que ganhava trabalhando como torneiro mecânico nas usinas paraibanas, em média de dois a dois salários-mínimos e meio, era menor do que a recebida pela mesma função nas indústrias de São Paulo. Contratado para uma carga horária de 10 horas, Carlinho afirma que geralmente trabalhava mais tempo, para incrementar o ganho. “Agora, eu ganhava mais porque fazia hora extra. Chegava a ganhar até uns 3, 3,5 salários. Mas deixava o sangue, né”. A rotina de trabalho puxada é o assunto para o qual Carlinho dá mais ênfase quando relata sua trajetória ocupacional.

Saía 5 da tarde, mas a maioria das vezes era 7 da noite. Dava 12 horas. De segunda a sexta. Agora, no apontamento ainda trabalhava no sábado. E na moagem tinha o tal do plantão. No plantão você trabalhava sábado e domingo. Começava a trabalhar segunda, passava o fim de semana e ia até a outra sexta. Aí folgava só um final de semana. E pegava mais 15 dias direto. Foi 18 anos dessa forma.

Por ser encarregado do setor de manutenção, a rotina de Carlinho era marcada pela ocorrência de serviços extras a qualquer dia e hora. Por vezes, passava a noite acordado e emendava o trabalho do turno seguinte. O dia a dia da família era frequentemente interrompido pelo chamamento da usina.

Você acredita, a mulher está de prova, eu trabalhava de torneiro, toda vez que a usina parava... tinha dia que eu largava de sete da noite na usina, o ônibus chegava aqui de oito. Eu chegava aqui oito da noite. Quando eu tomava banho, jantava, me sentava um pouquinho, aí chegava o carro da usina aqui apitando. “Marrom! A usina parou e Dr. Fulano mandou te chamar aí que tem que fazer a peça”. Aí eu me levantava e passava a noite todinha fazendo a peça. Não dormia, e tinha mais viu, passava a noite, ainda passava o dia trabalhando até 5 da tarde. Era assim. Se eu largasse sete da manhã para vir embora, eu poderia até fazer isso, mas só que eu ia perder o dia. Ia ganhar as horas que eu tinha trabalhado à noite, mas só que ia perder o dia. Aí ficava. Tinha vezes que eu estava dormindo, muitas vezes, o carro chegava apitando. Aí eu ia. Eu fui muito. Eu não conto nem as vezes que aconteceu. Porque todas as vezes que me chamavam, como eu era o torneiro líder, aí confiavam mais no meu trabalho, só faziam me chamar. Agora, quando tinha mais serviço, chamava eu e chamava outro. Mas o principal que chamavam era eu. Tanto que quando eu saí, eu falei para o engenheiro: “olha, a partir de hoje você não manda mais ninguém lá em casa me chamar, não, que eu não venho, não. Tô saindo da empresa hoje”. Eu tinha raiva demais. Tinha vezes que eu chegava em casa de 3 horas da manhã, fazia o serviço, aí mandavam vir pra casa dormir. Mas de 5 horas acordava que era para ir de novo. Porque o ônibus passava aí às seis. Seis horas em ponto o ônibus passava aí. Acordava de 5, para tomar café, essas coisas. Já cheguei aqui de 3 horas e saí de 5.

Carminha (f2,g2), esposa de Carlinho, confirma os relatos do marido.

Era a usina de dia e de noite. Ele era torneiro mecânico. O horário dele era de 7 da manhã a sete da noite. Isso, fora as horas extras. Às vezes ele chegava aqui, eu estava na mesa sentada jantando, o carro da usina chegava. A usina tá parada, mandou te buscar. Ele deixava o prato e ia. Chegava 2 horas da manhã. Ele dormia, 5 horas, 5 e meia estava em pé para ir pra usina. Foi assim os 20 anos dele. Nessa luta.

Leite Lopes afirma que, entre os artistas, a disponibilidade imediata no caso de urgência na indústria é a principal reclamação sobre o trabalho, e leva estes muitas vezes a se enxergarem como cativos.

Assim, enquanto o profissionalista tem sua força de trabalho consumida por uma enorme jornada de trabalho rotineira durante a moagem, os artistas vivem sob a expectativa de uma convocação abrupta para o trabalho, rompendo com seu ritmo de tempo normal. Esse tipo de convocação abrupta é o exemplo mais frequente usado pelo operário de oficina para ilustrar o cativo a que estão submetidos os operários (1978, p. 83).

É recorrente também entre esses operários queixas sobre as condições de trabalho, como insalubridade, periculosidade, barulho excessivo e exposição a altas temperaturas, entre outras. Apesar dos pontos negativos, o trabalho na oficina é desejado por muitos operários, que geralmente “apontam a oficina como o único lugar da usina em que gostariam que seus filhos trabalhassem”. E essa inserção se dá, na maioria das vezes, através da função de ajudante, cujo ingresso depende “das boas relações pessoais do solicitante do emprego” (LEITE LOPES, 1978, p. 51).

Carminha afirma que o trabalho consumia grande parte do tempo do marido. Na maioria das vezes, nem mesmo aos domingos e feriados a presença de Carlinho no seio familiar estava garantida.

Ele tinha uma folga em cada mês. Só um domingo. Um por mês. E às vezes não tinha. Era feriado, dia santo, tudo, tudo. Além dos lugares que ele ia fora, para as usinas, em Recife, não sei onde. Tinha umas usinas fora. E ele ia fazer as peças. Tem um vídeo dele fazendo um parafuso que tinha 5 mil quilos. Do tamanho dessa casa. Ele foi fazer lá, que na usina não fazia. Passou 15 dias lá na usina.

Carlinho afirma que a empresa pagava as horas-extras. O valor recebido, porém, era sempre aquém do montante estabelecido pela legislação trabalhista.

Pagava hora extra. Mas não era como é para ser. O valor cheio mesmo, quando a gente virava a noite, era para ser 100% a hora. Eles só pagavam 50%. Sábado, feriado, também não pagava 100%, não. Tanto que se seu tivesse colocado, quando eu aposentei, na justiça eu tinha ganhado. Mas não coloquei, não. Trabalhei 18 anos, mas só podia pedir os últimos 5. Não ia dar muita coisa, não. E tem mais, se passar de 2 anos você não pode pedir mais.”

Carlinho saiu da usina Miriri quando conseguiu a aposentadoria, em 2013. Posteriormente voltou a trabalhar e pediu revisão do benefício.

Na verdade, quando eu aposentei pela Miriri, eu tive uma perda. Tive uma perda de mais de 30% na minha aposentadoria. Aí eu conheci um amigo que estava com uma causa para se aposentar com um advogado de João Pessoa. Muito bom advogado. Aí ele: “ô Marrom, não quer ir lá, não? Você aposentou, mas teve uma perda grande. Vai lá conversar com ele”. Aí eu fui, conversei com ele. Aí ele olhou, minha causa todinha, e disse: “mas rapaz, não era para você ter aceitado essa aposentadoria, não. Onde você estava com a cabeça quando aceitou essa aposentadoria?” Aí eu disse: “doutor, é que eu estava com medo de perder. Porque a lei estava pra mudar”. Aí ele disse: “vou ver o que posso fazer”. Ele passou somente um ano e um mês na minha causa. Aí ganhou.

Em 2015, Carlinho reingressaria no setor sucroalcooleiro, agora na usina Japungu. Foi convidado para o trabalho por um colega que trabalhava na empresa.

O encarregado da oficina na Japungu já me conhecia. Porque assim, a Miriri, eles eram sócios também lá, na época, com a Japungu. Só que hoje não é mais. Hoje eles separaram. Aí tinha serviço da Miriri, de máquina grande, que a Japungu tem um torno muito grande, sete metros, aí quando tinha um serviço assim grande, que o torno de lá não pegava, o que a gente fazia. Botava a peça em cima de um transporte, e levava para a Japungu para fazer lá. Aí o encarregado de lá já ficou me conhecendo porque eu sempre estava aparecendo lá para fazer serviço na Miriri.

Ele ficou na usina Japungu por pouco mais de dois anos. Teve que deixar o emprego quando ganhou o processo de revisão de sua aposentadoria.

Na Japungu eu entrei dia 22 de junho de 2015 e saí em 9 de dezembro de 2017. Só saí porque a advogada ganhou minha causa para aposentadoria especial, e falou que se eu ficasse trabalhando lá de torneiro, pelo meu CPF eles sabem. Aí eu corria o risco de perder. Aí eu disse: “vou sair de lá amanhã”.

Apesar de estarem na mesma região e atuarem no mesmo setor, Carlinho afirma que o trabalho nas duas empresas guardava muitas diferenças. Ele aponta, por exemplo, que a permanência no emprego acontecia de maneira muito mais frequente em uma usina do que na outra.

Porque a Miriri contratava as pessoas né... Na época da moagem, você trabalhava 5 ou 6 meses. Só que aquelas pessoas que eram contratadas para trabalhar na safra da moagem, quando a usina para, eles demitem aquelas pessoas quase todas. Mas isso aí não são todas as usinas que fazem. A Miriri faz isso. O pessoal que é contratado para trabalhar na safra, trabalha cinco meses, quatro, aí eles demitem quando a usina para. No caso da gente que trabalhava na mecânica, a gente sempre ficava direto. Todo ano era assim. Crescer mesmo (o emprego), cresceu mais quando a usina de açúcar começou a funcionar. Aí empregou mais gente. Mas só que o sistema

era o mesmo. Os safristas trabalhavam só na moagem, e só quem ficava trabalhando era manutenção, escritório, essas coisas. Isso na Miriri. Já a Japungu eu achei melhor. Porque, assim, a Japungu, os funcionários, ela mantém aquele quadro. As pessoas que trabalham na entressafra, lá na máquina da moagem, a usina parou, eles tiram as pessoas daquele setor e bota para ajudar um serralheiro, tira outro, bota para ajudar um caldeireiro, tira outro, bota para ajudar um eletricista. Que é para ele manter o funcionário ali naquele quadro. Eu trabalhei lá, achei isso muito importante, porque ela mantém os funcionários. E tem aqueles que aprendem a função, já ficam e ela coloca outros no lugar daquele. Achei isso muito bom, porque a empresa mantém o quadro de funcionários. E a Miriri não quer saber, não. Acabou a safra, dispensa. Aí você vai ter que se virar.

Carlinho nunca trabalhou como safrista, porém tem vários conhecidos que vivenciaram essa realidade, e comenta as dificuldades dessa condição.

Muitos quando saem têm direito ao seguro-desemprego. Mas só que não é todo ano que recebe. Outros que não têm direito não sei como fazem, inventam alguma coisa. Se viram. E quando a usina fazia ficha estavam todos lá de novo para entrar. E fica mais difícil para aposentar também. Vai conseguir aposentar por idade. Porque por tempo de trabalho fica difícil. E tem mais, mesmo assim, para você arrumar uma vaga dessa é muito difícil. Muito concorrido.

Ainda falando sobre a experiência nas duas empresas sucroalcooleiras, Carlinho aponta as diferenças na rotina de trabalho, já que na Japungu o encarregado do setor, que não era ele, morava na usina.

E o encarregado de lá era torneiro antigamente, e aí estava ele. Só que hoje ele não está mais na máquina, só comandando. Mas ele mora lá. Aí à noite quando a usina quebra, chama ele porque ele já mora lá. Aí serviço de torno, como ele é torneiro, ele já faz. Ele faz, ou começa, aí quando a gente chega continua se precisar. Ele mora lá.”

Quando exerceu a função de encarregado de manutenção na Miriri, foi convidado para morar em terra da usina, mas recusou a oferta.

Já morava aqui. E lá é afastado de tudo. Na usina lá, eles só têm uma vila, 3 ruas de moradores. Aí o encarregado disse: “olha, Marrom, tem uma casa desocupada, vem morar aqui. Vem morar aqui”. Eu disse: “não! Trabalho aqui, mas tenho minha casa”. Mas ele insistiu. Fui nada!

Carlinho afirma também que o tempo de duração da safra variava entre as duas usinas. E as diferenças não paravam por aí, englobando também as formas de gerenciamento, o que ajuda a explicar a maior empregabilidade de uma em relação à outra.

Pelos comentários que eu ouvi, dizem que a Japungu tem mais terra. Não é somente a usina. É também porque eles têm muitas pessoas que têm as terras, planta, e fornece para lá. Chamam de fornecedores. A Japungu tem muitos fornecedores de cana, fazendeiro que tem muita terra plantada com cana. Aí pega aquelas canas e leva para a Japungu. É assim que funciona. A Miriri também tem fornecedor, mas é menos.

Só que a Miriri, a moenda mói mais cana do que a Japungu. Acho que é também por causa disso. A Japungu, apesar de ser uma usina mais moderna, mas a moenda parece que tem menos potência que a da Miriri. A Miriri é mais rápida. E mesmo com os fornecedores que ela tem a moagem chega até janeiro no máximo. E a Japungu chega até março, abril. Mais canas, mais fornecedores e mais lucro. E tem a parte que eu te falei, é bom também porque ela mantém os funcionários. Vamos supor, a Miriri passa uns seis meses replantando a usina. A Japungu só passa três. Eu trabalhei na Japungu, eu vi que o sistema de lá é completamente diferente da Miriri. Na Miriri, o apontamento só começa quando a usina para. A Japungu não, a usina em moagem, a gente já vai fazendo as peças de estoque para repor, eixo de bomba, que troca muitos eixos quando a usina para. Aí a gente já tem lá o desenho dos eixos, aí já faz. De cada tipo de bomba faz uns 4 ou 5 eixos. Quando a usina para, aqueles eixos já estão prontos, não precisa fazer mais. Muitas peças também da moenda mesmo, a gente já vai fazendo e deixando pronta. Porque sabe que no apontamento o tempo é menos, aí eles já mantêm aquelas peças de estoque. A Miriri não. Quando para, aí que ela vai comprar material, começar a fazer... Eu achei a Japungu, nesse ponto aí, bem melhor do que a Miriri. A gente da oficina passava a moagem todinha trabalhando, fabricando já as peças para o outro apontamento. Porque já vinha as peças, os desenhos, tudo. Quando a usina parava já tinha metade das peças prontas. Ou mais. E a Miriri não, a Miriri quando para é que vai começar a fazer.

Apesar de ter passado muito menos tempo na Japungu, Carlinho diz ter gostado mais do que da época em que trabalhou para a Miriri. Ele explica.

Na Japungu eu gostei muito porque tinha mais descanso. Descansava. Na Miriri era muita correria. Na Miriri tinha muito puxa-saco. Aí tem pessoas que não sabem trabalhar, parece que tem medo, aí fica puxando o saco pra pegar nome. Na Japungu não. Na Japungu eu era amigo do encarregado, ele falava: “olha, Marrom, fique à vontade, ninguém aqui vai mandar em você. O serviço tá aí você faça o que tem para fazer. Qualquer coisa vai falar comigo”.

Além do caráter descontínuo do trabalho na oficina, as boas relações com o encarregado tornavam o ambiente laboral mais amistoso para Carlinho na usina Japungu. Porém, ressalta Leite Lopes, ainda que o trabalho do artista permita uma certa autonomia em relação ao controle da fábrica, eles também estão sujeitos à vigilância de seu trabalho. Não podendo contar com o ritmo ininterrupto das máquinas para o controle sobre esses operários, a administração da fábrica “não pode prescindir de uma certa delegação de poderes a alguns artistas para uma coordenação do trabalho de outros operários” (1978, p. 46). Essa posição privilegiada na hierarquia, porém, não traz prestígio para seu ocupante.

Pois os operários de oficina operam uma distinção entre os “artistas mesmo”, que têm uma ascendência sobre os outros operários pela principalidade e imprescindibilidade de sua participação no processo de produção e pelo domínio socialmente comprovado que têm de sua

arte, e entre os “imediatos”, os “cabos”, aqueles que ascenderam pela confiança que a hierarquia da usina investiu neles (p. 46).

Fora essas ocasiões, o autor afirma que, pelo papel de operários principais da usina, os artistas muitas vezes atuam como uma mediação entre a administração e os outros operários. Como caso limite desse tipo de situação, Leite Lopes aponta as empreitadas.

Quando há necessidade de serviços de reparo mais longos e urgentes, a administração da usina costuma contratar um artista da oficina para chefiar uma turma de trabalhadores – e entregar o serviço pronto dentro de um prazo a ser estipulado. O operário negocia o preço total do serviço com a administração e com esta quantia ele pagará aos operários que ele recrutar e tirará também a sua remuneração. A delegação de poderes e autonomia ao artista empreiteiro pode ser maior ou menor segundo as usinas, ou segundo o tipo de serviço a ser executado (p. 47).

Ainda que tenha enfrentado algumas dificuldades em sua trajetória profissional, Carlinho avalia positivamente o trabalho de torneiro mecânico. Mas reconhece que o trabalho se tornou mais difícil com o passar dos anos.

Eu sempre gostei de ser torneiro, né. Eu gostava do que eu fazia. Era um serviço que não era pesado. Apesar de ser muito cansativo porque é um trabalho que você fica em pé direto. A gente aqui na máquina, fazendo a peça em pé. É um serviço maneiro, só que é em pé e com atenção. Trabalha com atenção. Eu gostava demais, mas só que a gente vai ficando velho, com o tempo vai ficando cansado.”

Em seu estudo, Leite Lopes afirma que o discurso dos artistas tende a ressaltar a “importância da atuação do trabalhador na execução de suas tarefas”, muitas vezes em oposição à função de profissionalista. Segundo o autor,

Essa importância maior dada à atuação do trabalhador [...] deve refletir de alguma forma a importância que tem o operário no processo produtivo da oficina. E o operário de oficina típico, o artista, ao distinguir-se do profissionalista, mostra sua importância na produção pelo próprio verbo que é sua marca característica: o verbo fazer (1978, p.35).

A distinção com os profissionalistas ancora-se também pela participação diferencial no processo produtivo, que no caso dos artistas é contínuo e não parcelar. Além disso, o trabalho na oficina é cooperativo e não individualizado.

[...] muitas vezes o operário principal e seus auxiliares percorrem as etapas necessárias à produção completa de uma peça, o que, aliás, está contido na própria definição do artista dada pelos operários: saber fazer as peças. O fazer do artista ressalta o aspecto artesanal de seu trabalho, no sentido de ver sua obra acabada após ter percorrido ele próprio as etapas necessárias à sua realização. Nesse sentido, os diversos grupos de operários, trabalhando na mesma oficina mas

fazendo trabalhos que não se complementam no seu processo de produção, organizam-se sob a forma da cooperação simples (p. 36,37).

Maurício (f2,g2), irmão de Carminha, também tem em sua trajetória profissional passagens pelo setor sucroalcooleiro. Iniciou no trabalho rural, atuando na informalidade, sem registro em carteira. Em sua fala, além da ausência de direitos trabalhistas, fica aparente a diferença do tratamento que a usina dava para os trabalhadores do campo e da indústria.

Não assinaram nas canas. Que na época eu ainda plantava cana e empinava cana. Rebolava dentro do rego que os tratores faziam. Então tudo isso, eles pediam as carteiras que era para legalizar o salário. Só que nunca eles faziam isso. Aí o contador dizia: “tá na usina”. E pobre não tem acesso à usina. Só o pobre rico que entra pelo portão, bate cartão e entra. Aquele é o pobre rico. Mas ele também chega até ali e volta. Ele não tem acesso ao dono lá dentro. Ninguém né. A turma que trabalhava no campo, pra você ver né, é como se fosse um bocado de renegado.

Maurício afirma que as usinas muitas vezes, além de não registrarem os trabalhadores, destruíam os documentos profissionais dos empregados.

Dentro da usina eles pegavam as carteiras para assinar, não assinavam e jogava dentro do rio. Muitos faziam isso. Aí a gente procurava as carteiras e ninguém queria mais devolver: “não, tá na usina”. Aí um disse: “não tá, não, rapaz, eles jogam dentro do rio”. Eu fui buscar essa minha carteira aqui, eu cheguei lá umas 3 vezes... O cabra tinha até meu nome. Aí eu cheguei lá, ele disse: “não tá comigo, não”. Aí eu fui atrás de outras pessoas: “não tá comigo, não”. Aí algum disse: “jogaram dentro do rio”.

Posteriormente, Maurício ocuparia um posto de trabalho formal na usina Miriri. Arrumou o emprego através da indicação de um cunhado.

Meu cunhado ia levar um cara para lá, o cabra não foi porque ele estava tomando conta do pai dele, da mãe dele. Aí Carminha disse: “dê a ficha pra ele! Dê a ficha pra ele”. Aí através de Carminha, Carminha me deu essa ficha, fui trabalhar 3 meses, trabalhei dez anos. Na Miriri.

Durante a época em que trabalhou registrado na usina, Maurício afirma que recebeu todos os benefícios trabalhistas. “Ganhava insalubridade, periculosidade. Tempo para aposentar, estava tudo direitinho lá”. Apesar de regular, o emprego era sazonal. “Só na safra. Tem safra de 6 meses, tem outras de 5, tem duas de 5, tem 3 de quatro e por aí vai. Quando terminava, o que eles chamam de moagem, aí botavam a gente para a casa, visse”.

Durante os períodos de entressafra, Maurício vivia de bicos. Também contava com a colaboração da esposa para o orçamento doméstico, que é

funcionária da prefeitura de Mamanguape. Posteriormente, Maurício também ingressaria no setor público, onde trabalhou durante dez 10 anos. Apesar de somar pelo menos 23 anos de trabalho, levando em conta apenas os empregos com registro em carteira, ele ainda não conseguiu se aposentar, o que pretende fazer em breve. “Os anos que eu tenho por aí rodado já dá para contar uns 23 a 25 anos. Aí o rapaz, o advogado, disse para eu pagar mais 2 anos agora que estou fazendo 60 anos. Aí vai dar entrada para aposentar”.

Assim como outros trabalhadores do setor, Maurício afirma que conseguir um trabalho na usina muitas vezes depende de indicação.

As usinas só empregam aquele povo que elas já conhecem, né. Aquele que ela não conhece, vai fazer uma experiência com ele de 3 meses, 4 meses, 5 meses. Se der pra ficar, porque são muitos... Não vai deixar muito dentro dela porque ela não pode. Ela vai moendo, moendo, moendo, aí fica com aquelas pessoas que já é de dentro, os outros ela bota para casa”.

Perguntado se tem vontade de voltar a trabalhar na usina, Maurício não deixa dúvidas. “Em nome Daquele todo poderoso, eu acho que com a idade que estou não volto para a usina mais, não”.

Antônio de Araújo Silva (f2,g2), mais conhecido como Toinho, irmão de Carlinho, nasceu em Mamanguape em 1959. Iniciou a vida profissional trabalhando como tecelão na Companhia de Tecidos Rio Tinto, quando tinha 18 anos. Trabalhou na CTRT por pouco mais de quatro anos. Quando saiu, a empresa já estava em decadência, mas ainda não fechara as portas. Na sequência, migrou para São Paulo, onde viveria por quase 18 anos, trabalhando em indústrias de diversos setores (metalúrgico e têxtil, entre outros) e realizando atividades variadas, como tecelão e torneiro mecânico. De volta para Mamanguape, arrumou emprego em uma metalúrgica que fazia serviço terceirizado para uma mineradora que atuava na região. Apenas quando foi desligado dessa empresa é que Toinho ingressaria no setor sucroalcooleiro, onde atua há mais de quinze anos. O primeiro emprego foi como safrista, na usina Monte Alegre, na reparação. “Trabalhava seis meses e ficava seis meses parado. Aí trabalhei 4 moagens. Aí depois, precisou de serralheiro, aí me botaram no meio. Na mecânica. Reparação.” No tempo que passou trabalhando para a empresa, Toinho intercalou momentos de trabalho contínuo e trabalho sazonal.

Aí fiquei dois anos e 5 meses. Aí teve uma crise lá e dispensaram a gente. Aí saí e fiquei mais dois anos como safrista. Aí agora voltei, já tem oito anos. Direto. Aí no apontamento, o trabalho é consertar as bombas, turbomáq, pivô, aspersor. E quando a usina tá rodando, quando dá problema no motor a gente vai repor as peças. E assim vai.

No período que trabalhou como safrista, Toinho conseguiu ter acesso ao seguro-desemprego nos períodos em que foi dispensado. “Na época recebia, entre uma safra e outra. Agora não, tem que ficar nove meses direto. Agora é assim. Os quatro primeiros anos que fiquei de safrista recebi o seguro-desemprego”. Também contribuía para o orçamento familiar durante a entressafra a atividade de pesca, realizada por Toinho desde muito jovem. Ele afirma que a expansão das usinas na região transformou a atividade.

Mudou. Porque antes a maré subia até aqui, perto da usina. Chegava aqui. Hoje em dia, não. Foi aterrando o rio, aterrando. Hoje tá tudo aterrado. Tá com bastante água porque choveu bastante, mas na época da seca não tem água no rio, não. Só tem água lá em Rio Tinto. Foi aterrando o rio todinho. Porque antes, o rio chegava na beira aqui, ficava assim a maré enchendo, e dava aqueles peixões. Pulava até. Uma coisa linda. Hoje você não vê mais isso. O rio baixou muito. Isso, com certeza foi por causa dos usineiros. Vai ocupando as terras na beira do rio. Aí vai aterrando”.

Toinho também registra uma breve passagem pela usina Miriri. Mas não gostou da experiência, principalmente pelas dificuldades de acesso ao trabalho. “Trabalhei um ano e dois meses na Miriri. Mas não gostei de lá, não. Porque transporte, às vezes chegava tarde. Saía 18 horas da usina, aí quando ia aparecer transporte para a gente era vinte, vinte e uma horas. Para vir pra casa. Aí chegava aqui quase 10 horas”. Ele ressalta que os funcionários não recebiam compensação pelas horas *in itinere*. “Não recebia. Aqui, não”.

Sobre a remuneração, Toinho afirma que na região não há variação significativa de uma usina para outra. “As usinas combinam para fazer um salário quase tudo igual. O que muda só são as condições de trabalho de uma pra outra”.

Toinho ainda trabalha na usina Monte Alegre, onde geralmente cumpre expediente seis dias por semana. Na moagem, por vezes trabalha também aos domingos.

De segunda a sexta o horário era regular. Sábado já é hora extra. Antes eu estava indo direto. Todo sábado até 4 da tarde. Continuo indo todo sábado. Mas agora que estou mais velho, mais cansado, fico até 11

horas só. De segunda a quinta, das 7 às 17hs. Na sexta-feira é das 7hs às 16hs.

Ele também afirma que o transporte é por conta da usina. Toinho diz preferir levar a refeição de casa, apesar de a empresa oferecer almoço. “Tem. Mas eu mesmo gosto de levar o meu de casa. Mas a usina oferece lá. Tem um cartão, aí ela paga metade e você a outra metade”.

Segundo Toinho, o setor sucroalcooleiro fechou inúmeros postos de trabalho desde a época em que ingressou no ramo. Ele acredita que com o avanço da mecanização, o número de empregos deve cair ainda mais nos próximos anos.

Que nem agora. No setor onde eu trabalho. Vai precisar de 280 funcionários, que vai começar a moagem. Já foi mais de mil lá. Só tem 280 vagas. Mas já foi mais de mil. Porque a usina é a mesma. O canavial que tem é o mesmo, não aumentou muito. Então não aumenta a quantidade de emprego. Só diminui. Agora mesmo comprou duas máquinas. Ficou mais uns mil funcionários desempregados. E parece que vai comprar mais quatro.

Toinho já deu entrada na aposentadoria, e afirma que vai sair do emprego assim que conquistar o benefício.

Trabalhei demais já, homem. E na usina também não fica mais. Eu conversei com o advogado, se a carta chegar hoje, amanhã, não trabalho mais, não. Senão corre o risco de eu perder a aposentadoria. Eu posso assim, fazer um bico, prestar um serviço. Mas para ser registrado não.

Walker Nascimento de Lima (f1,g2), filho de Valdemir e Mãe Santa, nasceu em 1971, no Sítio Pedra, área rural de Mamanguape. Mudou para a área urbana quando tinha 5 anos. Nunca chegou a trabalhar na terra, e tem poucas lembranças dessa época. Iniciou a vida profissional já trabalhando em usina. Conseguiu seu primeiro emprego com registro em carteira aos dezoito anos, na usina Agicam, em Mataraca, município vizinho de Mamanguape. O primeiro trabalho foi como auxiliar de laboratório, que conseguiu através de indicação, após concluir o ensino médio. “Um parente meu indicou. Um parente meu que trabalhava lá já há muito tempo. Meu tio. Aí como eu era muito novo ele perguntou se eu tinha coragem. Tinha acabado de terminar os estudos”.

Exercia a função de analista de álcool, ofício que aprendeu com um colega que havia sido transferido para outro setor. “Como se fosse um aprendiz. Mas

tinha que ser coisa rápida. Porque ou aprendia ou não ia fazer o serviço. Era de imediato, sabe”. O treinamento durou uma semana.

Olhava acidez, pureza. Essas coisas. Olhava a perda da vinhaça, se estava perdendo álcool na vinhaça. A vinhaça era o rejeito, né. O dejetos da produção do etanol. Aí pega pra analisar no cromatógrafo. A gente tinha um aparelho bem grande chamado cromatógrafo. E a gente colocava para ver se tinha perda de etanol na vinhaça. Era controle de qualidade.

Ganhava o piso salarial, mas o vencimento era incrementado pelas horas extras, porque fazia uma jornada de 12 por 12 horas, intercalando semanalmente período diurno e noturno.

A gente tinha um piso. Nesse tempo a gente recebia semanal. Era um piso. Tinha um piso salarial. E tinha as horas extras. Dava um valor até bom. Porque a gente trabalhava doze horas contínuas. Era doze horas. Não era que nem agora, não. A gente trabalhava 12 e folgava 12. Como a jornada era de 8 horas, todo dia a gente ganhava 4 horas extras. Agora não pode mais. Mas naquele tempo era 12 horas, folgava 12 horas. Só vinha pra casa dormir e voltava de novo pra fábrica.

Uma vez por semana, os trabalhadores eram obrigados a fazer uma jornada de 24 horas, para realizar a troca de turno do período seguinte. “No domingo a gente fazia 24 horas que era para dar tempo de trocar o turno. Era puxado, era cansativo, que a gente via escurecer e clarear. Quando o dia amanhecia mal conseguia abrir os olhos. Era terrível. Tinha que ficar direto.”

O trabalho no laboratório era permanente, continuando mesmo no período de entressafra.

Tinha trabalho para o ano inteiro, analista de álcool. Porque produzia na safra, e a gente ficava no controle de qualidade. E depois ficava escoando a produção. Porque eles enchiam os tanques, e ficavam escoando. Para as distribuidoras de petróleo. Só que tinha safra que a gente saía, entendeu. Nessa usina eu trabalhei só duas safras.

Dispensado pela Agicam, Walker migrou para Fortaleza, onde viveu por 10 anos, trabalhando em duas indústrias, uma do setor farmacêutico veterinário e a outra de eletrodomésticos. Depois de ser demitido da segunda empresa para a qual trabalhou, decidiu regressar para a região de Mamanguape. De volta, morou um período na casa dos pais (até se casar novamente) e reingressou na indústria sucroalcooleira.

Aí comecei o ciclo de novo. O único emprego que tinha era nas usinas, no tempo. Aí foi quando surgiu essa Açúcar Alegre. Usina Monte Alegre. Por coincidência, foi o ano que ela começou a produzir o álcool.

Que ela só fazia açúcar. Aí no ano que eu vim, em 2001, foi o ano que ela começou a produzir o álcool. Aí precisou de gente na minha função. Aí eu voltei para o setor. Era o que tinha. Era o que eu sabia fazer aqui. Mesmo sendo com o salário menor um pouquinho, mas aqui o custo de vida também era menor.

Walker ficou na Monte Alegre por apenas um ano. Recebeu uma proposta de emprego melhor da Usina Miriri. Também registrado, e novamente no controle de qualidade. Ele afirma que era comum os trabalhadores ficarem transitando entre as diferentes usinas que operavam na região.

Aqui as pessoas ficavam intercalando. Saia de uma usina, ia pra outra. Na região da gente naquele tempo tinha 4 ou 5 usinas. Uma perto da outra. Onde oferecesse melhores condições, ou se fosse demitido de uma, procurava na outra. E ficava circulando.

O emprego na Miriri, porém, apesar de melhor remunerado, era sazonal, somente nos períodos de safra. “Na Miriri eu fiquei saindo. Eu trabalhava seis meses. Aí como tinha o seguro-desemprego saía. Só que o seguro-desemprego era ano sim, ano não. Era 15 meses. Era uma safra sim, outra não. Fiquei nessa até 2009”.

Nos períodos de entressafra, Walker fazia bicos para ter algum rendimento enquanto esperava a época da nova contratação. Trabalhava como informal, na maioria das vezes na área de elétrica. Como não tinha emprego certo e sua renda variava, chegou a passar por dificuldades financeiras.

Teve um período difícil. Um período que eu conheci minha segunda mulher, que estou com ela até hoje, que tinha que pagar aluguel ainda. Pagava aluguel. Aí tinha que ter aquele dinheiro todo mês. Aí tive dificuldade mais a respeito disso aí. Minha dificuldade maior foi essa mesmo. Porque num instante chegava o dia de pagar e você precisava ter aquele dinheiro em mãos.

Foram as dificuldades da vida de trabalhador sazonal que motivaram Walker a tentar o ingresso no setor público. Em 2007, foi contratado pela prefeitura de Rio Tinto para exercer a função de eletricista. Apesar de ter sido aprovado no concurso, Walker não largou o serviço na usina, onde até hoje trabalha nos períodos de safra, conciliando as duas atividades.

E eu estava na usina ainda, trabalhando na usina. Trabalhava no turno da noite. Aí foi no tempo da safra que me chamaram, recebi a portaria da prefeitura. Aí eu falei lá na usina: “estou deixando o emprego, que eu vou trabalhar na prefeitura agora”. Mas meu supervisor não aceitou, não. Ele disse: “não, a gente faz um acordo aqui”.

Se por um lado Walker é grato pela estabilidade proporcionada pelo emprego público, reconhece que é da usina que vêm seus maiores rendimentos. “Ganho mais na usina. Por causa das vantagens né. Adicional noturno, periculosidade, essas coisas”.

Em relação ao trabalho precário e informal no setor canavieiro durante o período, Donato e Dantas apontam que, nos anos noventa e início dos anos 2000, é possível verificar um aumento da taxa de formalização na área. Porém, o número de trabalhadores informais permaneceu muito grande, principalmente entre as ocupações sazonais.

Os percentuais relativos ao Nordeste evidenciam que houve avanços na formalização, especialmente para os empregados permanentes, passando de 56,2% em 1992 para 74,1% em 2006. Observa-se, no entanto, que este dado se encontra abaixo da média nacional e das demais regiões. Se tratando do segmento de empregados temporários com carteira assinada, o Nordeste apresentava os piores resultados, exceto em 2006, quando o Sudeste computa a menor proporção. Apesar da evolução de 22,5% em 1992 para 55,9% em 2006, nota-se que o contingente de empregados temporários à margem da formalidade ainda é significativamente expressivo na região” (2021, p. 375).

O final da década de 2000, porém, seria marcado não só pelo aumento do grau de formalização no setor, mas também pela redução no número de postos de trabalho na maior parte dos estados do Nordeste. Já a Paraíba, se destaca como a exceção.

Dados do Censo revelam que entre 2000 e 2010 o setor fechou 21% dos postos de trabalho no Brasil, com e sem carteira assinada, passando de 240.807 para 191.294. Já no Nordeste, apesar do aumento de 7% no número de trabalhadores empregados com carteira assinada, o total de ocupados teve queda de 23%, de 91.974 para 70.457. Os dados sobre Pernambuco apontam uma diminuição de 37% de trabalhadores ocupados, de 29.820 para 18.718. Contrariando a tendência nacional e regional, a Paraíba apresentou crescimento de 14%, de 6.423 para 7.329. No mesmo período, em relação à formalização, o que se vê é um aumento do número de trabalhadores no cultivo da cana-de-açúcar com carteira assinada em todo o Brasil, passando de 72% para 86%. No Nordeste, esse percentual aumenta de 56% para 78%, na Paraíba de 59% para 78%, e em Pernambuco de 62% para 77% (DONATO; DANTAS, 2021, p. 376).

Se o número de empregados no setor, salvo exceções, caiu em todo o país ao analisarmos o período recente, o mesmo não pode ser dito sobre a produção sucroalcooleira. Novamente, o Nordeste apresenta índice negativos, mas em termos nacionais é possível verificar um aumento expressivo, que se reproduz, ainda que em menor intensidade, no estado da Paraíba.

Segundo os autores,

Uma possível explicação para a discrepância no desempenho do setor sucroalcooleiro paraibano em relação ao dos outros estados do Nordeste está no perfil das empresas que atuam na região. Das nove usinas em operação no estado, seis dedicam-se exclusivamente à produção do etanol, duas têm caráter misto e somente uma produz apenas açúcar (Bezerra, 2018). Assim, o empresariado local colheu maiores benefícios das políticas públicas lançadas pelos governos federal e estadual a partir dos anos 2000 para incrementar a produção de fontes de energia renovável, que incluíram isenções fiscais e acesso ao crédito (p. 371).

Em relação ao período recente, vale lembrar aqui também as mudanças nas leis que regem os direitos dos trabalhadores. Segundo Donato e Dantas,

Após o golpe parlamentar de 2016, as propostas de flexibilização da legislação trabalhista ganharam centralidade na agenda política do Estado. Nesse momento, também foram pautadas mudanças específicas que se referiram aos trabalhadores rurais. Em 2017, a sanção da Lei 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, flexibilizou e suprimiu direitos relativos às dimensões do contrato, jornada, remuneração do trabalho, incidindo sobre as relações sindicais e o acesso à Justiça do Trabalho” (2022, p. 381).

Walker acredita que as maiores dificuldades dos trabalhadores do setor hoje são o desemprego e a perda de direitos, principalmente depois da reforma de 2017.

A reforma piorou muito os direitos da gente. Hora do almoço, por exemplo. Uma coisa pequena, que a empresa só tem obrigação de dar meia hora. Você tem que engolir o negócio. É que eu não estou muito bem lembrado, mas teve muita coisa ruim. Outra coisa, que o turno da gente é 12/36. Trabalha 12/36. No tempo que a gente tinha... Vou trabalhar uma data de feriado. Pronto. Aniversário da Paraíba. Dia 04 de Agosto. A gente tinha 12 horas extras. Qualquer data de feriado, a gente tinha as doze horas. Se estivesse trabalhando né. Se tivesse de folga, não. Mas se caísse no horário da gente tinha 12 horas extras. Aí com essa reforma a gente perdeu isso aí. Pode ser feriado, domingo, qualquer dia, é tudo normal. Só fez prejudicar. Fizeram pra ver se ia aumentar mais o emprego, mas perdemos muitos direitos. E não gerou mais emprego. Tudo conversa.

Parte da responsabilidade pelo desemprego ele atribui à mecanização e às mudanças na lei.

Porque o serviço que duas ou três pessoas faziam passou a fazer com uma só. Devido à modernização e o equipamento. Automação. É tudo automatizado. Você não vê mais, alguns serviços que a gente fazia manual. E os outros era tudo serviço que duas ou três pessoas faziam, hoje é uma. Diminui 50% a mão de obra dentro da indústria. E no futuro a tendência é piorar mais. Com esse dinheiro, que essa empresa economiza, de benefícios sociais, essas coisas, todo ano ela compra colhedora. Uma colhedora está custando dois milhões e 500, mais ou menos. Ela faz o serviço de 120 homens. Todo ano vai comprar uma. Com o próprio lucro dos trabalhadores. Com o suor do trabalhador rural

ali. Que ele está mesmo cavando a cova dele. Se não se profissionalizar, procurar outro meio de vida, não vai dar pra ele, não.

Ademais, além da reestruturação produtiva que marca os anos 90, parte das usinas locais, como lembra Walker, encerrou as atividades durante o período, agravando ainda mais os problemas do mercado do trabalho no setor.

Nos anos 90 foi que caiu mais. Devido à escassez também de matéria prima. Não tinha mais como se adequar. Foi se modernizando os métodos de produção. E cada vez mais tecnologia. Mais maquinário. Aí a matéria prima, que era a cana, a usina não dava conta de moer. Não comportava, todas as usinas que tinham no vale aqui. Porque aqui a gente tinha 5 ou 6 usinas em funcionamento. Hoje em dia na região da gente são só três. Só 3 que dá emprego, nessa região daqui, pro pessoal. Na época era mais fácil. Porque tinha menos gente né, procurando emprego. E mais carência de mão de obra. E hoje em dia é o contrário. Tem mais gente procurando emprego enquanto que a carência de mão de obra é pouca, é escassa.

A perda do emprego na usina significa muitas vezes para esses trabalhadores, além do desemprego, o retorno à atividade rural. E, apesar dos inúmeros problemas, “em oposição ao trabalho agrícola nos engenhos, o trabalho fabril de maneira geral é visto positivamente, ou melhor, menos negativamente” (LEITE LOPES, 1978, p. 162). Ao comparar-se com os trabalhadores rurais,

[...] o operário vê neles não somente a instabilidade no trabalho que ele procura preservar a todo custo, como também o modelo de privação de todos os trabalhadores da área. É nos trabalhadores rurais dos engenhos que se realizam, segundo a visão dos operários, as piores consequências da situação de superpopulação sofridas pelo conjunto dos trabalhadores das usinas. E é levando em consideração tanto o desemprego interiorizado quanto a condição dos trabalhadores rurais que os operários podem consolar-se, ressaltando a estabilidade que têm no trabalho e, portanto, a remuneração regular que percebem por suas longas jornadas de trabalho (p. 161).

Segundo Walker, a terceirização também está cada vez mais presente no setor. “Uma firma prestando serviço para a empresa. E tem contrato temporário também. Mais na área do campo. Na indústria também tem, mas só em tempo de manutenção. Só pra manutenção”. E Walker afirma ter observado ainda mudanças no gerenciamento da empresa nos últimos anos.

Inclusive nessa empresa que eu trabalho hoje, a Miriri, tem também UGB, unidade de gerenciamento básico, que você que é o seu próprio patrão. Cada qual domina um setor, entendeu? Não tem essa história do patrão mandar em você. Mas também tem gráfico. É a partir de gráfico. Se você ficar no vermelho lá, você vai ser obrigado a deixar em azul novamente. Senão, a terceira vez não tem perdão, não. UGB. É por células.

Além disso, a indústria sucroalcooleira exige hoje muito mais qualificação de seus funcionários do que na época que ele ingressou no setor.

Cada vez mais exigência, entendeu. É segundo grau. É nível superior. Um serviço que era nível médio, se chega uma pessoa com nível superior é claro que a empresa vai preferir o que tem nível superior. No meu tempo ainda trabalhava alguém semianalfabeto, hoje em dia não, é impossível uma pessoa semianalfabeta trabalhar dentro da indústria. Até no menor serviço eles dão curso de alfabetização. Não pode não. Não entra, não, alguém sem ter escolaridade. Não entra lá, não.

O irmão de Walker, Valtrede Nascimento de Lima (f1,g2), também nasceu no Sítio Pedra, no ano de 1974. Porém era ainda muito jovem quando a família migrou para a área urbana de Mamanguape, e não lembra nada da época em que viveu no campo. “Fiquei lá até 2 anos só”.

Com o início da trajetória profissional marcada pela informalidade, tanto na região de Mamanguape quanto em Fortaleza (cidade onde morou por dois anos, de 1994 a 1996), passando por diversas ocupações nesse período, foi no retorno a Mamanguape que Valtrede ingressou pela primeira vez na usina. Conseguiu o emprego através da indicação de um cunhado. “Primeira vez na usina, 97. Na destilaria Miriri. Na parte da destilaria. Onde faz o álcool. Fabricação de álcool. Na indústria mesmo, não no laboratório. Que a destilaria é onde faz o álcool. Fabrica o álcool. Era auxiliar de fermentador”. Aprendeu o ofício com os colegas, depois de conseguir o emprego.

Leite Lopes também aborda em sua obra o trabalho dos chamados operários secundários, que inclui ajudantes e serventes. Entendemos que a função de auxiliar relatada por Valtrede é correlata às descritas pelo autor. Os ajudantes, como a própria definição explicita, trabalham auxiliando outros operários, principalmente os artistas na oficina. Por isso, “a expectativa de tornar-se um artista está presente quase que por definição no ajudante” (1978, p. 50). Neste sentido, “o ajudante é a própria materialização de um cálculo econômico voltado para a trajetória ascendente dentro da usina e voltado para o aprendizado de uma arte” (p. 53).

Os ajudantes geralmente recebem salário-mínimo, menos quando são menores de idade, e também estão sujeitos à dispensa do emprego em determinadas épocas do ano. Nessas ocasiões, para garantir o mínimo

necessário à sobrevivência, por vezes se engajam em “bicos” ou outros serviços temporários, o que também acontece com os serventes. Segundo Leite Lopes,

Dentre a população operária fixa das usinas, geralmente existem grupos de ex-ajudantes ou ex-serventes, dispensados da usina ou pretendentes a ajudantes sem colocação, que vivem desses ganchos eventuais ou em trânsito entre um emprego e outro fora dali, aguardando o serviço militar ou recém chegados dele. Constituem uma mão-de-obra excedente, gerada pelas famílias dos operários, pela própria reprodução de sua força de trabalho, e são consequência da própria defasagem entre a reprodução normal da força de trabalho dos operários e o ritmo de absorção de mão-de-obra nas usinas (p. 52).

Diferente do ajudante, que tem tarefas específicas e está geralmente subordinado a um artista, o servente atua em diversas frentes e obedece a mais de um operário. Suas tarefas, na maioria das vezes, consistem em serviços pesados ou secundários em relação à produção. Para o autor, “o lugar de servente é frequentemente uma transição entre o trabalho rural e o trabalho na usina” (p. 53).

O trabalho de Valtrede (f1,g2) como auxiliar de fermentador era sazonal. “Fermentação funciona só na safra. Registrava e depois de 6 meses mandava embora”. Nos períodos de entressafra, sobrevivia fazendo bicos, conseguindo geralmente uma remuneração menor do que estava acostumado a ganhar na usina.

Trabalhou na Miriri nas safras de 1997 a 2001. Posteriormente, ficaria quase dez anos afastado do trabalho na usina. “Nesse período que eu passava 6 meses sem trabalhar, eu arrumei um emprego numa distribuidora de bebida. Aí no período que ia iniciar a safra eu estava lá. Aí não pude ir pra usina. Aí depois não consegui mais voltar.”

Em 2010 retornaria à usina Miriri, novamente através da indicação de um cunhado.

Fui trabalhar no armazém. Era pegando o açúcar que saía da fabricação, saía o saco, ensacado, aí a gente pegava para estocar. Eu passei parece que foi um ano e três meses, quatro meses parece. Trabalhei uma safra. Aí depois voltei e passei um ano e três meses. Registrado também.

Perdeu o emprego quando, pouco tempo depois, a usina encerrou a produção de açúcar e passou a produzir somente álcool e derivados.

Porque no período quando eu voltei, em 2010, foi para fabricação de açúcar. Ela já estava fazendo açúcar. Alcool e açúcar. Eu voltei justamente para a fabricação de açúcar. Já não fui mais para a destilaria, fermentação. Fui trabalhar no açúcar. Na fabricação de açúcar. Voltou a fabricar de açúcar, mas foi só dois anos. Duas safras só. Umas três. Hoje produz só álcool e cachaça.

Depois de um período de cerca de 3 anos vivendo de bicos, retornou para a usina, primeiro como safrista e depois como permanente.

Sempre fui para a usina. Depois dessa volta em 2010, eu trabalhei um bom período na usina. Aí fui até 2017. Sempre na safra. Na Miriri. Mas não era mais no açúcar. Já era pra outro setor. Na caldeira. Onde produz a energia da usina. Esse da caldeira era só na safra também. Mas eu trabalhei acho que duas ou três safras, aí depois fiquei também fixo. Até 2017. De 2015, parece, até 2017. Aí saí novamente.

Em 2017, é aprovado para o cargo de vigilante em um concurso na cidade de Rio Tinto. Assim como no caso do irmão, o ingresso no setor público parece não ser suficiente para que Valtrede deixe o serviço na usina. Em 2020, retornaria para a Miriri, conciliando os dois trabalhos. “Podia conciliar os dois. Aí pra aumentar a renda eu voltei. Consegui de novo. Mas é só safrista mesmo. Aí no período de safra fico nos dois”.

Valtrede recebe mais na usina do que na prefeitura. “Porque tem o salário e tem mais alguns adicionais. Adicional noturno, adicional de safra e periculosidade”. A jornada é de 12x36, mas não recebe hora extra. “Nas minhas funções nunca ganhei hora extra, não”. Dentre os trabalhos que já exerceu, Valtrede prefere o da usina, pelas condições e benefícios. “Pelo tipo de serviço mesmo. Era melhor”.

Vânia Nascimento de Lima (f1,g2) nasceu em 1977 na cidade de Mamanguape. Nunca viveu no campo nem exerceu nenhum ofício ligado à terra. Começou a trabalhar aos 20 anos de idade na usina Miriri, registrada, emprego que conseguiu por indicação do tio, que também trabalhava no local. “Tinha todos os direitos. Acredito que até mais do que hoje. Que hoje foi limitado um monte de direito do trabalhador”. Ingressou no laboratório da usina, no setor de controle de qualidade. Aprendeu a profissão diretamente com os colegas. “Aprendi lá mesmo. No dia a dia. Não houve um curso, não”.

A remuneração na carteira de trabalho era de um salário-mínimo. Porém, ganhava hora extra, pois fazia um turno de 12 horas. “Puxado. Mas trabalhava 12, na época, por 24. Aí folgava um dia. Na época era dois turnos. Um você ia

durante o dia, o outro à noite. Aí tinha hora extra. Que dava quase o dobro do salário.”

Ficou na usina Miriri somente seis meses, sendo demitida depois desse período por redução de quadro. “Como eu era novata, aí tiraram os novatos.” Através da indicação de outro parente, ingressou na Usina Monte Alegre, onde permaneceu por mais de 15 anos. “Meu cunhado trabalhava no ônibus. Era fretado o ônibus dele, pra empresa. E ele conseguiu para mim.” Novamente, ingressou no laboratório, setor predominantemente feminino, segundo Vânia. “Na indústria, mulher ficava mais no laboratório. Então onde eu trabalhava, a predominância era de mulheres. No laboratório o salário era igual ao dos homens. Mas não sei na parte da indústria.”

O emprego também era registrado em carteira. Porém, sazonal, só nos períodos de safra. Por isso, Vânia buscava outras atividades para complementar a renda. Foi a sazonalidade do emprego o principal motivo que fez com que Vânia procurasse outras oportunidades profissionais, saindo definitivamente do setor sucroalcooleiro. “Assim, porque lá na usina a gente trabalhava seis meses. Era aquela coisa mais restrita. Em Mamanguape. É muito voltado para a usina só. Então, optei por mudar para João Pessoa. Novos desafios, vamos dizer assim”.

Ao comparar o trabalho no setor sucroalcooleiro da época que ingressou com os dias de hoje, o que mais chama a atenção de Vânia é a perda de direitos. O salário também é pior do que na época em que começou a trabalhar. “Antes você tirava o dobro do que tira hoje”, ela afirma.

Foi só uns 3 anos atrás que eu saí da usina. Então eu acompanhei as duas fases. Antigamente era melhor. Era mais flexível. Agora ficou muito mais burocrático né. Por exemplo. Hoje você não pode fazer hora extra. E antigamente a gente conseguia tirar uma renda melhor, em relação à usina, porque se fazia hora extra. Hoje inventaram o banco de horas. Que se você fizer extra, você não recebe, fica aquela hora dentro. Em relação ao seguro-desemprego também. Quem é mais antigo, hoje tem direito. Se você trabalhar seis meses, depois de seis meses, juntando vai dar um ano aí você tem direito. Porém, quem não recebeu na época que mudou a lei, não recebe mais. Só recebe se trabalhar 1 ano corrido. Aí muita gente ficou sem receber, quem é safrista. O PIS também era inteiro né. Hoje você só tira proporcional ao mês. Que você trabalha. Aí isso tudo influencia para quem trabalha em usina.

4.3. O trabalho na indústria têxtil

É importante lembrar ao falarmos do trabalho no setor têxtil que durante os anos 80 a Companhia de Tecidos Rio Tinto já vivia um quadro de plena decadência, fechando definitivamente as portas em 1990. A CTRT, portanto, perde centralidade nas trajetórias ocupacionais aqui relatadas. Na família 1, ninguém deste segmento relatou qualquer passagem pela companhia. Já na família 2, alguns membros relatam terem iniciado a vida profissional na CTRT.

Carlinho (f2.g2), torneiro mecânico formado pelo SENAI local, ingressou na CTRT assim que concluiu o ensino técnico, indicado pelo pai, que também era funcionário da fábrica.

Quando eu saí, meu pai já falou com o gerente da fábrica para eu entrar lá. Só que na época, para você ver como é, naquele tempo registrava pessoas aí na fábrica com 16 anos. Já registrava. Porque naquela época, quando eu saí do SENAI, eu tinha dezesseis anos. Aí meu pai falou lá pra arranjar uma vaga para mim. Aí ele conseguiu me encaixar lá. Eu tinha 16 anos e uns meses. E já me registraram, na época. Já foi na carteira. Entrei no dia 9 de julho de 1979 e saí dia 1 de agosto de 1983.

Cabe aqui algumas colocações sobre o ensino técnico e o SENAI. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial foi criado em 1942, durante o Estado Novo, período ditatorial do governo Getúlio Vargas, com o objetivo de formar mão-de-obra para trabalhar no setor. Regido pela Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942), previa a criação de quatro tipos de estabelecimento de ensino, escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. O estabelecimento que seria fundado em Rio Tinto pertencia à quarta categoria, escolas de aprendizagem, que “eram destinadas a aprendizes menores entre quatorze e dezoito, preferencialmente para os filhos dos operários e deveriam ser mantidas pelos estabelecimentos industriais” (SILVA MORAIS, 2011, p. 46).

O SENAI de Rio Tinto foi fundado em 1944, sob a alcunha de Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren, através de uma parceria entre o SENAI de Pernambuco e a CTRT (o SENAI da Paraíba só seria fundado oficialmente em 1953). “Sua realidade educativa traduzia-se na oferta de cursos com duração de 36 (trinta e seis) meses para formação nas áreas de metal, madeira e têxtil, com destaque para os ofícios de Torneiro Mecânico, Marceneiro e Serralheiro Ajustador” (p. 52).

Segundo Silva Moraes,

A implantação do SENAI na cidade de Rio Tinto, Paraíba, como era a proposta dessa instituição escolar em todo país, visava oferecer formação profissional aos trabalhadores para ocupar os novos postos de trabalho que estavam sendo criados pela crescente industrialização e urbanização do país. Era uma proposta de ensino profissional fundamentada na filosofia do IDORT [Instituto de Organização Racional do Trabalho] e pautada na paz social, na disciplina, na produtividade, na meritocracia e na seleção dos mais aptos para o trabalho na fábrica.” (p.10, 2009).

O autor complementa afirmando que o SENAI atendia principalmente aos interesses do Estado e dos grandes industriais, se afastando assim de uma formação pública que visa a construção da cidadania.

Nesse sentindo percebemos que o SENAI no seu propósito de formar os aprendizes para o sistema fabril da CTRT criou valores e métodos escolares que, dada uma situação histórica, visava educar para atender os interesses da industrialização em franca expansão. Como já observamos anteriormente, nesta escola de educação profissional, era praticada a cultura escolar da meritocracia, vinculada à competição escolar, onde os mais aptos eram recompensados financeiramente e também com uma vaga garantida para trabalhar nas oficinas da fábrica, ao término do curso no SENAI. Outro ponto importante neste fenômeno educativo escolar era o regime disciplinar, onde semelhante ao trabalho na fábrica, o aluno assinava o ponto na entrada e saída das aulas, como também os horários eram cronometrados, inclusive os intervalos. Pela manhã assistiam aulas teóricas e na parte da tarde, nas oficinas da escola, freqüentavam aulas práticas. Assim, a escola criou uma cultura escolar para a fábrica, que orientava os alunos, com modelos de comportamento e habilidades para serem operários disciplinados e produtivos” (p. 8, 2009).

Ao ingressar na fábrica, a primeira função que Carlinho exerceu foi a de operário têxtil. Menos de um ano depois, seria promovido a torneiro mecânico.

Entrei de aprendiz de operário têxtil, mas quando foi... tem aqui uma observação na página 52 [da carteira profissional do entrevistado], aqui eu recebi uma classificação... “o portador da presente carteira, a partir de 12/12/1979”, no mesmo ano que eu entrei, depois de seis meses, “passou a exercer a função de meio-oficial de torneiro mecânico”. Meio-oficial, né. Aí depois, em 01/06/80, “passou a exercer a função de torneiro mecânico”. De lá para cá, todas as empresas que eu trabalhei foi tudo de torneiro mecânico.

Carlinho afirma que, mesmo aqueles que exerciam uma função mais qualificada como a de torneiro mecânico, recebiam da CTRT um salário que pouco ultrapassava o mínimo. “Na época, a maioria era salário-mínimo. Para torneiro, era pouquinho coisa a mais. Não chegava a 1,5 salários-mínimos”. A carga horária de 10 horas, seis dias por semana. “Na época lá, a gente trabalhava das sete às cinco. Naquela época era até o sábado. Aí depois foi que

diminuiu a jornada de trabalho. Para 44 horas. Mas era 48 horas semanais. Inclusive essas 44 horas semanais, até hoje a pessoa trabalha de segunda a sexta e ainda vai ao sábado até meio dia. E antigamente era sábado o dia inteiro”.

Quando sai da CTRT, Carlinho migra para São Paulo, onde permanece por de 3 anos. No seu retorno para Rio Tinto, é convidado para trabalhar na companhia novamente. Porém, o baixo salário ofertado faz com que recuse a proposta.

Aí quando eu cheguei aqui, tinha um encarregado na fábrica chamado Sr. Benedito. Ele gostava muito de mim. Aí ele soube que eu voltei e foi na minha casa me chamar para trabalhar novamente. A fábrica ainda estava rodando, mas já estava perto de fechar. Aí ele foi lá em casa me chamar. Para trabalhar de torneiro de novo. Aí eu fui. Mas só que meu salário já era bom, e eles me ofereceram um salário de pouca coisa. Aí eu falei: “é o seguinte, vou ver se arrumo outro, se eu não arrumar outro talvez até aceite”.

Carlinho fica sabendo através de um ex-colega de trabalho que outra tecelagem pertencente aos Lundgren, a Tecblue, localizada nem Natal, no Rio Grande do Norte, estava com vagas abertas. Logo arrumaria emprego na empresa, migrando mais uma vez. Ficou na Teka por 6 anos. Só saiu da empresa porque precisou voltar para Rio Tinto devido a problemas familiares. Foi a última experiência profissional de Carlinho na indústria têxtil.

Essa empresa, na época que a gente trabalhava lá, era muito boa. A gente tomava café da manhã, almoçava e jantava na empresa. A gente, vamos supor, tinha uns 5 ou 6 amigos, aí alugava uma casa e rachava o aluguel. E toda a despesa de comida era da empresa. A gente saía de manhã, antes de trabalhar já tomava café. Almoçava. E quando largava já comia a janta. Pagava só o aluguel lá. Aí foi muita gente daqui de Rio Tinto pra lá. Empresa Teka do Nordeste, quando eu saí, já tinha outro nome, Tecblu, Tecelagem Blumenal. A mesma empresa.

O primeiro emprego formal de Maurício (f2,g2) também foi na Companhia de Tecidos Rio Tinto. Porém, ficou pouco tempo na empresa. “Eu trabalhei somente 7 meses. Logo depois ela já fechou”. Trabalhava na parte da fundição, “fazendo chapa dupla”. Com o fechamento da fábrica, nunca mais voltaria para o setor têxtil. “Aí quando fechou fui pra roça. Fui trabalhando nos campos. Aí depois, na própria usina”. Assim como boa parte dos entrevistados, ele relata o agravamento do problema do desemprego na região após a CTRT encerrar as

atividades. “Rapaz, é o seguinte. Depois que essa fábrica fechou, o dismantelo cresceu 100%. Porque hoje em dia, pai de família não sabe onde vai buscar, né”.

Formado técnico em tecelagem pelo SENAI local, Toinho (f2,g2) também conseguiu seu primeiro emprego registrado na CTRT. Ele relata que na sua época os trabalhadores da tecelagem eram remunerados por produção. “Quando começou era salário-mínimo. Mas depois eu comecei a assumir o grupo de máquinas, aí a gente ganhava por produção. Quanto mais produzia, mais ganhava. Não tinha salário fixo. Quem era tecelão mesmo, ganhava por produção”. Trabalhava em média oito horas por dia. A companhia não fornecia transporte para seus trabalhadores. Toinho geralmente ia trabalhar de bicicleta.

Não tinha transporte da companhia, mas tinha transporte normal. Mas aqui o transporte da maioria era a bicicleta. Quando vinha, vinha 20, 30 bicicletas. A gente largava 10 da noite, juntava todo mundo. Quando chegava o último saíam todos de bicicleta. Uns ficavam em Salema, outros em passagem da cobra onde o Carlinho mora. E assim ia.

Trabalhou na companhia durante pouco mais de 4 anos. Saiu para procurar emprego em São Paulo, cidade para onde o irmão mais velho migrara pouco tempo antes. Logo conseguiu trabalho em uma tecelagem localizada no bairro de Santo Amaro

Aí cheguei lá e falei: “dá para fazer um teste aí?” E eles: “dá”. Fiz o teste. Tinha 2 horas para o teste. Aí com 1h10m eu chamei o encarregado e disse: “tá em ordem já”. Aí perguntou: “você mora onde?” E eu: “na Vila das Belezas”. E ele: “dá pra começar hoje à noite?” E eu: “dá”.

Ficou na empresa por pouco mais de dois anos, quando foi chamado por Carlinho para trabalhar como soldador em uma fábrica de componentes elétricos no bairro de Interlagos. Nunca mais trabalharia na indústria têxtil.

Toinho ainda morava em São Paulo quando a CTRT fechou as portas. Mesmo de longe, tomou conhecimento do impacto que o encerramento das atividades da empresa causou na cidade. “Eu já estava em São Paulo. Mas aqui deu muito desemprego, porque só tinha isso. Fechou, pronto! Ficou morto Rio Tinto, Mamanguape!”.

Irmã de Carlinho e Toinho, Maria do Socorro Araújo Silva (f2,g2) nasceu em Mamanguape em 03 de abril de 1956. Nunca trabalhou na CTRT. Mas afirma que chegou a procurar emprego na parte administrativa da fábrica.

Você sabe que a fábrica aqui, há muitos anos, empregou muita gente. Muitos trabalhadores né. Eu sonhava naquela época, era mocinha, 14, 15, 16 anos, a trabalhar no escritório da fábrica. Porque eu via as moças passando todas de fardinha xadrez. Tinha muitas. Aí passava nos horários que largava, que entrava. E eu achava bonito e queria né. Até sonhava em entrar lá por isso, para trabalhar no escritório. Aí quando eu completei a maioridade, eu procurei uma pessoa, que era até minha conhecida, que digamos era como se fosse a chefe lá, no escritório, para ver se conseguia uma coisa para mim.

Na época que Socorro procurou emprego na CTRT, porém, a fábrica só tinha vagas na área industrial. Acostumada a ver a rotina puxada e baixos salários do pai e dos irmãos que já trabalharam na indústria, Socorro desistiu do trabalho.

Aí eu fui na fábrica, falei: “entrei”. Aí me encaminharam para um chefe lá de seção. Ele disse: “ah, pela sua altura, você dá muito bem para a fiação”. Aí eu disse: “pois para a fiação eu não vou, não!” Meu sonho era escritório, e trabalhar na fiação a gente ganhava menos. Aí pronto. Eu era pobre, meu pai era pobre, com 5 filhos, mas a gente nunca passou fome. Mas como eu queria uma vida melhor, não fui, não.

Segundo Rosilene Alvim, é possível observar, no caso do emprego fabril, uma divisão sexual do trabalho, que também se desdobrava para o mundo doméstico, muitas vezes sobrecarregando as mulheres da família.

Assim o trabalho dos homens na fábrica vai estar ligado às tarefas que exigem força, resistência, ou então àquelas em que desempenham funções de mando. O trabalho das mulheres, por outro lado, ainda que implique em uso de resistência e mesmo de força física, não é visto a partir daí, mas está associado à atenção e à disciplina, aos cuidados que as tarefas representadas como “femininas” exigem. Por outro lado, o trabalho na casa sendo uma tarefa de cunho feminino, não será de exercício exclusivo da mãe que permanece em casa: ele será dividido com a filha que trabalha na indústria, ficando esta sobrecarregada com o trabalho fabril e com o trabalho doméstico (1979, p. 334).

No caso de os filhos homens exercerem alguma atividade extra fabril, estas se distinguem das realizadas pelas mulheres. Segundo Alvim, “estas atividades são as de ajuda ao pai na venda de algum produto do roçado, ou da criação levada a efeito pela mãe” (p. 350).

Alvim enfatiza que, apesar de diferenciado do trabalho masculino, o trabalho feminino em Paulista nunca foi algo menor (sendo predominante em setores como a tecelagem), e era necessário tanto para o funcionamento da fábrica quanto para a manutenção da unidade doméstica. Ainda assim, o ingresso das mulheres no trabalho fabril não deixava de causar estranhamento.

Se havia esta complementariedade objetiva entre por um lado as carências das famílias “aliciadas” provenientes de uma composição

interna dos membros familiares onde pesava o lado feminino e por outro lado as necessidades da fábrica em mão de obra feminina e infantil, no entanto a entrada das moças na fábrica não deixava de ser uma violência face à concepção dos papéis sexuais prevaletentes entre as famílias recém-aliciadas (p. 355).

Morais afirma que o ensino técnico oferecido pelo SENAI em Rio Tinto era focado principalmente no público masculino, sendo as mulheres em grande parte das vezes também excluídas dessa possibilidade pelo conservadorismo da sociedade local.

Constatamos que a educação profissional oferecida pela CTRT através do SENAI era majoritariamente masculina e que as mulheres tinham outras preferências de ofícios porém não eram aceitas. A tradição do domínio masculino foi constatada no depoimento oral da única mulher participante do grupo de entrevistados, quando ela declara que seu marido a proibiu de trabalhar na fábrica e expôs sua insatisfação por não poder fazer o que mais gostava, que era ter uma atividade profissional (2008, p. 10)

4.4. O trabalho no setor público

O trabalho no setor público aparece de forma relativamente frequente na trajetória dos trabalhadores das duas famílias que compõem este segmento, seja em ocupações formais ou informais, principais ou complementares, contínuas ou intermitentes. Neste sentido, cabe aqui algumas colocações.

Um estudo recente sobre a informalidade no Brasil aponta os malefícios que essa forma de precarização provoca na arrecadação pública e no país de forma geral.

Já os riscos relacionados ao *setor público* dizem respeito ao fato de que a existência de empresas e trabalhadores que atuam na informalidade implica em evasão fiscal e, portanto, em perda de recursos tributários volumosos para os três níveis de governo da federação. Ao não cumprirem com suas obrigações sociais e fiscais, esses negócios também oneram o setor público, que se vê obrigado a acolher demandas que, por lei, deveriam ser atendidas ou custeadas pelas empresas, como os custos associados à seguridade social. Além disso, a ampla ocorrência de atividades informais e sua intersecção com outras atividades formais exige grandes esforços e estruturas de fiscalização e monitoramento, o que implica em custos anuais bastante expressivos para a gestão pública. Nesse sentido, a informalidade implica em um custo muito alto para o setor público e, sobretudo, para a sociedade, pois sua existência significa a perda de recursos fiscais que poderiam financiar investimentos produtivos e programas sociais focados no Estado de bem-estar e na justiça social, além de incertezas sobre a situação fiscal futura” (VAHDAT *et al*, 2022, p. 32).

Surpreendentemente, em algumas regiões do Brasil, como o Vale do Mamanguape, o setor público é responsável por boa parte desses empregos. O

estudo citado distingue ainda diversas expressões da informalidade e precarização às quais determinados trabalhadores da área estão sujeitos.

No caso da semiformalidade, destacam-se os empregados públicos em carteira contratados por tempo determinado regulados por regimes especiais e indicados para situações de excepcionalidade e os empregados públicos com carteira de baixos salários. Em situações de maior informalidade, pode haver ocupações no setor público oriundas de processos irregulares de contratação, em geral associados a dinâmicas de âmbito municipal e a processos de terceirização ou quarteirização do trabalho. (p. 134)

Nesses casos, os trabalhadores empregados muitas vezes não têm acesso nem mesmo aos direitos básicos garantidos pela CLT, vivenciando uma realidade bastante precária.

Os empregados sem carteira e contratados por tempo determinado são oriundos de processos seletivos simplificados. O regime especial que se aplica à contratação desses trabalhadores visa atender situações excepcionais ou transitórias para a realização de serviço público essencial, em que não haveria a necessidade de um novo quadro efetivo. A fragilidade da relação de emprego, no entanto, impõe uma condição de grande vulnerabilidade aos trabalhadores, marcada por ausência de proteção social, instabilidade e insuficiência de jornada e rendimentos do trabalho (p. 134).

Valdilene Nascimento de Lima dos Santos (f1,g2), mais conhecida como Nene, irmã de Walker, nasceu em 1972 no Sítio Pedra. Iniciou a vida profissional aos dezoito anos, já trabalhando em dois empregos, um deles no setor público, na área da educação. O contrato com a prefeitura era temporário, pelo programa Brasil Alfabetizado. Durava só o tempo do ano letivo, precisando ser renovado a cada novo período, e não contemplava os benefícios garantidos pelos empregos registrados na área de educação.

Era contrato. Mas não era registrado [em regime celetista]. Nem contou para a aposentadoria. Porque não tinha registro. Não ganhava nas férias, não. Só ganhava no período de trabalho. E só voltava quando retornava as aulas. Era no ano letivo. Aí no mês de janeiro, nas férias, a gente ficava desempregada. Aí quando voltava fazia um novo contrato, se eles quisessem. Aí às vezes mudava de prefeito e a gente não conseguia entrar.

Nos períodos em que não recebia salário, fazia quaisquer atividades que pudessem proporcionar algum rendimento, pois precisava pagar os estudos. A baixa remuneração e sazonalidade do emprego por contrato fizeram com que Nene tentasse arrumar um trabalho na usina, mas não conseguiu se adaptar à rotina.

Para falar a verdade, eu fui e trabalhei um dia. Só que eu não gostei, porque o trabalho era à noite. Eu não me adapto a trabalho à noite. Passar a noite trabalhando e voltar no outro dia. E no outro dia foi complicado. Aí não gostei, não. Fui um dia e não fui mais. Foi num período que eu estava desempregada. Aí ganhava mais, lá. O salário de professor era muito pouco. Aí eu fui. Mas não gostei.

Depois que se tornou mãe, Nene ficaria 3 anos sem trabalhar. Retornaria em 1998, quando foi aprovada para o concurso de professora na cidade de Mamanguape. Com os filhos ainda pequenos, contaria com a ajuda da família para conciliar as atividades de educadora e mãe.

Nesse período foi complicado. Porque além de trabalhar na prefeitura, eu consegui um contrato na rede estadual. Na rede estadual eu não era concursada, tinha contrato. Desse jeito. E eles ficavam... no período da manhã a minha irmã vinha pra cá ficar com eles. E à tarde eles ficavam praticamente sozinhos. Porque ela estudava à tarde. Eles ficavam aqui, a minha sogra era vizinha, e ela ficava olhando enquanto eles ficavam aqui. Quando meu marido estava em casa, às vezes ele tinha uma folga, aí ficava olhando os meninos. E era assim. Desse jeito. Eles foram criados praticamente sozinhos.

Mesmo concursada, Nene ainda trabalharia vários anos dando aula como contratada pelo Brasil Alfabetizado, serviço que só largou devido a problemas de saúde.

Trabalhei acho que mais de dez anos ainda. Uns 15 anos. Eu deixei porque eu tive um caso de depressão. Pela correria, os trabalhos, casa, tudo. Eu acabei entrando em depressão. Aí eu fiquei dois anos, quase três, eu fiquei dois anos e meio afastada da escola. Aí nesse período eu entreguei o contrato e fiquei só com o meu que era concursado. E fiquei nesse até hoje. Eu não quis mais trabalhar dois horários, não. Eu não podia, por conta da depressão. Aí eu não quis mais, não. Optei por ficar só em um mesmo.

Tendo experiência nas duas situações, Nene faz questão de demarcar as diferenças entre as condições de trabalhador formal e informal.

Décimo terceiro. Terço de férias. Todos os direitos registrados, além do direito de poder contar para a aposentadoria. E o salário também, né. Que é bem melhor. Tem os abonos. Porque como eu já tenho 24 anos [como funcionária pública na educação], aí tem alguns direitos. Fica um pouquinho melhor.

Ela afirma ainda que só não está aposentada por conta do tempo que trabalhou sem registro. “Para não perder nenhum direito tenho que ficar acho que ainda uns 5 anos”. Nene compara as dificuldades que sofreu com o trabalho sazonal na educação com as dos irmãos que atuam no ramo sucroalcooleiro. “Meus dois irmãos, eles trabalham na safra, só que eles são concursados na prefeitura de Rio Tinto. Aí eles hoje têm período de trabalho o ano todo. Mas eles

já sofreram assim também, de trabalhar seis meses e ficar seis meses desempregado”. Entre os pais de seus alunos, a situação também é recorrente. “A gente vê muito isso, assim, com os alunos. Que eles passam seis meses assim, bem. Os pais com dinheiro, tudo. E seis meses é de muita dificuldade”.

Verônica Nascimento de Lima, mais conhecida como Lonca (f1,g2), nasceu na cidade de Mamanguape em 1979. Ingressou no setor público aos dezoito anos, depois que foi aprovada em um concurso de Mamanguape para a função de agente comunitário de saúde. Porém a vaga não era para efetivo, e sim para prestação de serviço através de contrato.

A gente recebia tipo folha, que chama. Não tinha INSS, não tinha direito algum como trabalhador. A gente só recebia o pagamento. Não tinha direito trabalhista algum. Nem décimo. Nem salário-família. Não contribuía pro INSS, nada disso. Nessa época não era reconhecido como profissão o agente comunitário e nem o processo seletivo era válido. Aí depois que foi reconhecido, em 94, o prefeito da época efetivou a gente. Porque antes a gente era tipo contrato emergencial. Era contrato. Não tinha vínculo. A gente recebia bolsa.

A remuneração era de 1 salário-mínimo, e o contrato não especificava um tempo pré-determinado para a realização do serviço. “Esse contrato não tinha renovação, não. A gente fazia parte do quadro enquanto o programa existisse. Aí quando efetivou deixou de ser programa, agente comunitário de saúde, passou a ser já da esfera federal, assistência básica para a saúde.”

Paralelamente ao emprego de agente comunitário de saúde, Lonca começou a dar aula no Programa Brasil Alfabetizado, para complementar a renda. Novamente, não era funcionária efetiva, prestava serviço através de contrato. “Assim, eu era agente de saúde. E o agente de saúde trabalha de dia. E como o Brasil Alfabetizado era à noite, aí eu lecionava à noite. Só durante o período letivo, que era seis ou oito meses, cheguei a dar aula acho que uns 4 ou 5 anos”.

Apesar de casada e com filhos pequenos, Lonca afirma que conseguia conciliar os dois empregos, pois recebia ajuda de familiares.

Eu sempre consegui desenrolar. Apesar de ter filhos pequenos, estudava, trabalhava e ainda fazia isso. Mas porque tinha também quem me ajudasse. Minhas irmãs. Elas sempre ficavam com os meninos para eu trabalhar durante o dia. Durante a noite, os meninos ficavam com o pai para eu trabalhar. Nesse tempo que eu fiquei no Brasil Alfabetizado, eu estava separada, morava com minha mãe. Aí os meninos ficavam em casa de mãe, para eu trabalhar.

Segundo Lonca, a remuneração do trabalho como agente de saúde era superior ao rendimento que recebia como professora no programa Brasil Alfabetizado. “Porque como agente de saúde era um salário-mínimo né. E o Brasil Alfabetizado era uma bolsa, se eu não me engano era 300 ou 400 reais”. As aulas aconteciam de segunda a sexta-feira, sempre no período noturno.

Lonca já tentou prestar concurso para a área da educação algumas vezes. Porém, nunca conseguiu ingressar no serviço público como professora. Hoje em dia, ela acredita que a guinada profissional não vale mais a pena.

Nem compensa eu sair do outro, porque eu tenho 23 anos já. Se eu deixar agora vai parar minha vida, vou começar do zero. E o salário de agente de saúde hoje também não está muito ruim. Aí eu prefiro ficar. Tem aquela questão de quinquênio. Aí o salário melhora um pouquinho.

Além disso, depois de tanto tempo trabalhando na área, ela se diz apaixonada pela função de agente de saúde. “Já faz parte de mim. Acho que eu não me vejo sem ser agente de saúde”. Mesmo assim, ela conta que a profissão também tem seus dissabores.

Teve um período que tinha um prefeito que doava cestas básicas, e doava peixe na Semana Santa. Aí pedia que a gente classificasse quem podia e quem não podia receber. Aí algumas pessoas que você acha que tem um poder aquisitivo melhor, ou menos carentes do que outras... Por exemplo, se você tem 20 fichas, você vai escolher 20 pessoas mais carentes do que a outra. Nessa escolha, aí você deixa umas pessoas de fora. Aí tem umas pessoas, que mesmo que não precisasse, mas queria, aí vinha reclamar. Tem duas ou três pessoas que ficaram intrigadas de mim, até hoje. Nem fala comigo (risos). Acontecem essas coisas.

A carga horária de agente comunitário de saúde é de 40 horas semanais, com 10 horas para serviços internos. Com o início da pandemia, o trabalho foi adaptado para a nova realidade.

No início, ano passado, a gente ficou tipo remoto né. Só ia fazer as visitas por uma necessidade, e seguindo todos os protocolos. Foi liberado aos poucos. Mas algumas coisas que a gente fazia de antes, a gente não pode fazer mais hoje. Não tem aquela intimidade mais, de entrar nas casas.

Com 23 anos de carreira na prefeitura, Lonca deve se aposentar em breve. Porém, ela diz que não gostaria de parar de trabalhar.

Por tempo de trabalho está bem pertinho. Se eu conseguir aposentadoria especial, já consigo daqui a 2 anos, com 25 anos. Mas mesmo se aposentar não vou parar, porque daqui a 2 anos só tenho 44. Não vou estar nem com 50. Vou continuar trabalhando.

Conhecida como Lela (f1,g2), Valéria Nascimento de Lima Cardal nasceu na cidade de Mamanguape em 1980. Foi a última a começar a trabalhar, pois ajudava a família nos cuidados com as crianças. Aos 25 anos, Lela foi trabalhar como professora, no programa Brasil Alfabetizado. “Era sem registro na carteira. A gente assinava um contrato de oito meses. Depois renovava. Até hoje é assim. Quem não é concursado, é sempre contratado dessa maneira”.

Ela reclama da insegurança e da ausência de direitos trabalhistas desse modelo de contratação.

Você não recebe nada. Você só tem direito daqueles meses que você trabalhou, você recebe aquele dinheiro durante aquele período que você trabalhou. Depois você é desvinculada, sem nenhum registro, sem nada. Você só tinha dinheiro enquanto você estava trabalhando. Se você parasse, engravidasse, alguma coisa, nada disso você tinha direito.

Nos períodos em que tinha o contrato rompido, sem salário nem direitos, procurava emprego no comércio como vendedora, para não ficar sem renda nenhuma. Lela diz que, proporcionalmente, conseguia um rendimento melhor dando aula do que trabalhando no comércio.

Porque você trabalhava menos, e ganhava... Logo quando eu comecei, assim, no início do Brasil alfabetizado, a gente recebia... Dava um valor, que era por aluno que você recebia. Aí dava um valor que era mais ou menos, assim, um salário-mínimo. No comércio você recebia um salário-mínimo, mas você trabalhava mais do que você dando aula. Porque você dava aula 3 horas, e recebia um salário. E no comércio você trabalhava oito horas para receber um salário.

Saiu do comércio quando descobriu uma gravidez. Posteriormente, voltaria a dar aula no Programa Brasil Alfabetizado.

Fiquei grávida, aí saí e fiquei sem trabalhar minha gravidez toda. Depois que eu tive o filho, aí eu voltei a dar aula de novo. Porque era mais leve, dava para conciliar. Quando eu voltei a trabalhar meu filho tava com um ano. Como era à noite, aí eu deixava ele dormindo e o pai dele ficava com ele. Dava aula no Brasil Alfabetizado, à noite, no EJA. Era contrato. Sempre contrato.

Nos períodos em que estava sem contrato, também ajudava o marido, que na época era proprietário de um pequeno restaurante. Dois anos depois de regressar, Lela perderia o emprego no Brasil Alfabetizado, quando o programa foi extinto. “Não estou bem lembrada, mas acho que foi mais dois períodos que a gente ficou. Aí acabou. Acabou o projeto”. Posteriormente, conseguiu emprego

mais uma vez no setor público, novamente através de contrato, em um projeto de distribuição de alimentos do governo do estado.

Tinha um projeto também aqui, no tempo de José Maranhão, que ele era o governador, um projeto que entregava leite e fubá. Aqui. Aí quando Ricardo Coutinho ganhou continuou esse projeto. Só que as meninas não quiseram mais, quem estava trabalhando, porque ganhava muito mais, e quando Ricardo Coutinho ganhou, ele cortou, deixou pagando só 200 reais. Aí eu fui e me cadastrei, e fui aceita. Aí fui entregar esse leite e fubá, duas vezes na semana, mas também sem registro. Era só contrato também.

Depois de quatro anos, esse projeto também seria extinto. Mais uma vez desempregada, Lela começaria a trabalhar no negócio de um parente, um depósito de gás. Depois de fazer um curso de cuidadora de crianças, conseguiu se empregar na área, mais uma vez sem registro, através de um contrato com a prefeitura de Mamanguape. Trabalhava em duas escolas públicas locais, ganhando um salário-mínimo, e conciliava a atividade com o trabalho no depósito de gás. “Fiquei trabalhando aqui no depósito de gás, que só é meio período, e também fiquei como cuidadora, em duas escolas. Ficava de manhã e ficava à noite. Todos os dias”. Porém, com a chegada da pandemia, foi dispensada.

Você fazia um contrato do tempo que começava as aulas, que era em março, e ficava até dezembro. Que as aulas aqui vão até dezembro, dia 15, dia 20 no máximo. Aí a gente fazia esse contrato, a gente já sabia como era né o calendário escolar, aí a gente já assinava o contrato daquele período. Até o final das aulas. Não recebia férias, décimo, nem nada. Só é um contrato mesmo. Aí depois a gente tinha que renovar tudo de novo. Fiquei lá um período. Dois anos. Mas como veio a pandemia, aí foi desvinculado. A gente foi desvinculado por conta disso. Como não voltou ainda as aulas, está tendo só aula remota, aí as crianças especiais não voltaram pra escola. Aí a gente foi dispensada.

Aqui, é válido fazer algumas colocações sobre os efeitos da pandemia de coronavírus na economia e na empregabilidade do país. Um estudo publicado em 2022 afirma que a pandemia provocou a “deterioração do mercado de trabalho, com o aumento do número de desocupados, subocupados e desalentados” (VAHDAT *et al*, 2022, p. 73). Segundo os autores,

A pandemia de Covid-19 impactou profundamente a atividade econômica dos países e levou a uma piora dos indicadores de emprego e a uma ampliação da pobreza e da fome. Com a disseminação do vírus, em todo o mundo foram impostas restrições para a atividade econômica a fim de tentar conter a sua disseminação, o que levou a uma desaceleração da economia em todo o mundo. No Brasil, em 2020, o PIB caiu 4,1% (ROUBICEK, 2021) e para o ano de 2021, o IPEA previu um aumento de 4,5%, em um ano em que a inflação deve passar de 10% (NITAHARA, 2021). [...] A pandemia também levou a

uma ampliação da pobreza e da fome. Em 2019, antes da pandemia, 11% da população do país (24 milhões de pessoas) vivia em situação de extrema pobreza, nos primeiros meses de 2021 a proporção havia passado para 16% (35 milhões de pessoas) (CANZIAN, 2021). De acordo com dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), no final de 2021, 116 milhões de pessoas (mais da metade da população brasileira) viviam com algum grau de insegurança alimentar e ao menos 19 milhões estavam passando fome (p. 73, 74).

O mesmo estudo aponta que a pandemia atingiu de forma diferente trabalhadores assalariados e informais.

No início da pandemia, as restrições sanitárias levaram a uma redução das atividades informais, mas essas têm despontado com maior crescimento no processo de retomada. Segundo os dados da Pnad-Covid, no início da pandemia, os trabalhadores sem carteira assinada sofreram um impacto maior que os formais em termos do afastamento de suas ocupações devido ao distanciamento social. Para muitos desses trabalhadores, trabalhar remotamente não era uma opção e, ao não contar a carteira assinada, não havia custos para dispensá-los. Os trabalhadores informais também tiveram perdas de renda mais expressivas. Segundo a pesquisa do IBGE, em maio de 2020, por exemplo, os trabalhadores por conta própria tiveram uma queda nos rendimentos de 40,2%, a maior na comparação com as demais categorias de trabalhadores (IBGE, 2020). Com a redução das restrições sanitárias, as ocupações informais foram as primeiras a demonstrar sinais de recuperação" (p. 74).

Além disso, os autores afirmam que os efeitos da pandemia foram mais graves entre os trabalhadores negros e as mulheres.

Segundo publicação do DIEESE (2020), entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, enquanto 2,4 milhões de pessoas brancas saíram da força de trabalho, entre as pessoas negras esse número foi de 6,4 milhões que perderam ou deixaram de procurar emprego. Dentre as 8 milhões de pessoas que perderam o emprego naquele mesmo período, 71% eram homens e mulheres negras. As mulheres de maneira geral também foram especialmente impactadas por estarem em setores que sofreram mais com as restrições de circulação e tiveram de lidar com um aumento do trabalho doméstico, do cuidado com as famílias e, em alguns casos, com situações de violência (VAHDAT et al, 2020). Entre 2019 e 2020, o país teve uma queda de 10% no número de mulheres empregadas, um total de 4,2 milhões de trabalhadoras, enquanto a queda na ocupação entre os homens foi de 7,9% (p. 75).

Valdenise Nascimento de Lima Fernandes (f1,g2), também conhecida como Dinha, nasceu em 1981, na cidade de Mamanguape, e é a última filha biológica de Valdemir e Mãe Santa. Formada em pedagogia, Dinha também ingressaria para dar aula no Programa Brasil Alfabetizado. Ganhava uma bolsa, no valor de 300 reais, mas a maior queixa de Dinha não é sobre a remuneração, mas sim sobre as condições do trabalho.

A responsabilidade era toda da gente. A gente tinha que conseguir o lugar para dar aula, conseguir montar a sala. Conseguir os alunos. Não era em escola. Eu consegui a casa de uma amiga minha, que tinha uma garagem. A gente montou lá a salinha, eu e ela. Fiquei muito tempo no Brasil Alfabetizado. Tinha uma época que eu complementava. Eu ia pra casa da minha irmã de manhã. Terminava meus estudos à tarde. E à noite dava aula no Brasil Alfabetizado. Ainda tomava conta da casa e da menina.

Além disso, sujeita ao contrato temporário, não era todos os anos que Dinha conseguia ingressar no programa. E mesmo quando estava trabalhando, a remuneração não durava o ano inteiro.

É porque não tinha um seguimento. A gente dava aula 7 meses. Aí passava uma temporada para a gente formar sala, de novo, fazer treinamento, tudo. Aí era assim. Aí tinha anos que a gente não conseguia vaga. Porque cidade pequena é muito voltada para a política. Quando a coordenadora era do nosso conhecimento, a gente conseguia vaga. Quando a coordenadora era pessoa que não conhecia a gente, aí não tinha como a gente conseguir vaga para o Brasil Alfabetizado. Aí, às vezes pulava uma temporada, pegava na outra. Às vezes a gente seguia. Dependendo de quem tivesse na coordenação no município.

Tendo trabalhado sempre como registrado, com formação de torneiro mecânico e em contabilidade, o marido de Dinha geralmente era o responsável pelos maiores rendimentos da família. Chegou a trabalhar em algumas usinas da região, mas hoje é funcionário público em Mamanguape.

Ele fazia o curso de mecânica, aí o primeiro trabalho dele foi na área, ele é torneiro mecânico. Ele sempre trabalhou nessa área. Ele fez IFPB, em João Pessoa. Aí depois ele fez contabilidade aqui também. Foi da turma pioneira de contabilidade daqui. O primeiro curso de contabilidade, nem tinha universidade ainda, funcionava num colégio aqui. Aí passou, aí ele também terminou contabilidade. Mas hoje ele é funcionário público. Ele trabalha na CAGEPA, que ele prestou concurso. Aí demorou um período para chamar ele. Ainda bem que ele tinha o curso de torneiro mecânico. E aí trabalhou nas usinas. Aí quando ele conseguiu que a CAGEPA o chamasse, aí saiu da usina, da Miriri, e tá na CAGEPA. Em Mamanguape.

Sem emprego estável, Dinha também ingressaria no depósito de gás pertencente a um familiar para prestar serviço. Ela ainda trabalharia junto com a irmã no projeto de distribuição de alimentos do governo do estado. “Aí nessa época, não sei se Valéria contou, a gente conseguiu uma bolsa para distribuir o leite e o pão do estado”. Assim como a irmã, trabalhava sem registro, através de contrato. “Não era fichado também. O de entregar o pão e leite também não era fichado. Era só contrato. Que eles chamavam de bolsa também.”

Vânia (f1,g2) também tem passagem pelo setor público. Durante 5 anos deu aula na rede de ensino municipal, para o EJA. Assim como as irmãs, não era efetiva, trabalhava através de contrato, apenas durante o período letivo, e não tinha acesso a benefícios trabalhistas.

Walker (f1, g2), depois de algumas experiências migratórias e anos dedicados ao setor sucroalcooleiro, ingressa no setor público. Cansado das instabilidades da vida de trabalhador sazonal (e, às vezes, também informal), em 2007 resolveu prestar um concurso da Prefeitura de Rio Tinto, para o cargo de eletricista. Foi um dos aprovados para as duas vagas oferecidas pelo edital. “Aí eu passei em primeiro lugar. Dei graças a Deus, porque... concorrido do jeito que está hoje em dia! A gente perdendo os direitos tudinho aí. Cada vez vai ficando mais difícil né, as coisas”. A renda que ganha pelo emprego no setor público, porém, não é suficiente para o sustento da família. Por isso, Walker continua trabalhando na usina durante os períodos de safra. Seu rendimento é melhor na usina, graças a acréscimos regulamentados por lei para os trabalhadores que exercem a função, como periculosidade e adicional noturno. “Na prefeitura tem só a gratificação. A gente tá lutando para regularizar a periculosidade”.

A primeira experiência de Valtrede (f1,g2) no setor público foi em um trabalho informal, como segurança. “Ainda trabalhei pelo estado. Prestando serviço pro estado de vigilante. Mas era temporário. Contratado. Não era registrado”. Em 2010, voltou a trabalhar para a usina, onde ficaria até 2017, quando é aprovado no concurso para vigilante na cidade de Rio Tinto. “Em 2017 foi demissão. Porque eu estava concursado já na prefeitura de Rio Tinto, aí o cara achou melhor tirar eu”. Porém, assim como no caso de seu irmão Walker, a renda que recebe no setor público não é suficiente para proporcionar boas condições de vida. Em 2020 retornaria para a usina Miriri, conciliando os dois trabalhos. “Podia conciliar os dois. Aí para aumentar a renda eu voltei. Consegui de novo. Mas é só safrista mesmo. Aí no período de safra fico nos dois”.

Hoje aposentado, Carlinho (f2,g2) tem uma bem-sucedida carreira como torneiro mecânico. Porém, após 5 anos em casa, voltou a trabalhar, prestando serviço de maneira informal para a prefeitura de Rio Tinto. “Aqui não fichou, não. Até porque prefeitura não paga conta. Não registrou, não. Tem um contrato. Mas não botou na carteira, não”.

Carlinho está tentando juntar dinheiro para finalizar um imóvel na cidade de Mamanguape que pretende alugar para complementar a renda, e para construir uma pequena casa em um terreno que possui na Baía da Traição. Ficou sabendo da vaga através de uma amiga, que é vereadora. No novo serviço, faz reparos gerais nas escolas da região. Negociou a vaga diretamente com a prefeita da cidade.

Quando fui lá, ela disse: tenho uma vaga para você aqui, é na educação. Eu disse: “tá bom, o que é?” “Vou colocar você na escola ali, porque eu sei que você tem conhecimento de um bocado de coisas. Quando quebrar uma fechadura de uma porta você vai lá e conserta, faz o reparo. Quebrou a carteira de um aluno, você conserta. Você faz isso?” Eu disse: “faço!”

Recebe um salário-mínimo pelo serviço, e trabalha de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas, com duas horas de almoço. “Aí vou almoçar na casa do meu pai, que é perto. Para não vir até aqui e voltar”. Apesar da remuneração ser baixa, Carlinho acredita que vale a pena permanecer no emprego. “Tá bom, porque para mim é uma renda extra, melhor do que a mesma”.

Socorro (f2,g2) iniciou a vida profissional trabalhando como informal no setor de comércio e serviços. Porém, pouco tempo depois, ingressaria no setor público, quando foi aprovada em um concurso para o Tribunal de Justiça da Paraíba - TJPB. Começou trabalhando em Bayeux, mas menos de dois anos depois, com o surgimento de uma vaga em Rio Tinto, pediria remoção para a cidade.

Aconteceu que saiu o primeiro concurso do TJPB. O Tribunal de Justiça. Aí fiz o concurso, passei. Aí pronto, fui direto para o estado. Ainda tive dois pontos, um ponto da experiência, e passei nas provas, que foram quatro. Quatro provas para eu poder chegar lá. E graças a Deus deu certo. O concurso foi feito em João Pessoa. É Tribunal da Paraíba né. Aí eu fiz a opção para Bayeux. Que tinha 3 vagas. Aí entrei, na terceira vaga.

O concurso era para um cargo de nível médio, na função de escrevente. Ainda assim, o salário era muito superior ao que Socorro recebia no setor de comércio e serviços. “O tribunal paga muito bem em relação ao salário-mínimo. Já era um salário bom”. Hoje ela cumpre uma jornada de seis horas no trabalho. “É das 7 às 13hs. Quando eu entrei, era dois expedientes, manhã e tarde. Aí depois de muito tempo que mudou para esse horário. Mudou primeiro para 8 às 14 e, recentemente, de uns dois anos para cá, das 7 às 13”.

Recentemente, completou 30 anos no emprego. Apesar de contar com tempo de trabalho suficiente para se aposentar, Socorro afirma que pretende continuar na ativa. “Pelo tempo acredito que já poderia. Completou o ano passado, se não me engano. Mas prefiro continuar trabalhando, porque quando aposenta muita gratificação você perde. E ainda tenho filho estudando, e tal. Mora em João Pessoa, aí ajuda muito”.

Formada em serviço social e letras, Socorro também seria aprovada em um concurso para a área da educação. “Eu sempre fui batalhadora, sabe. Aí quando surgiu o concurso do município, também, foi do mesmo jeito. Estudei e passei”. É professora de língua portuguesa na cidade de Rio Tinto há 25 anos. Ela diz que recebe bem mais trabalhando no Tribunal de Justiça do que lecionando. Socorro afirma que diversas colegas concursadas na área do ensino têm outro emprego para complementar a renda. “Do que eu ouço falar, a maioria das minhas colegas geralmente tem outro trabalho, como professora, em outra escola. A maioria”. Ela diz que gosta dos dois empregos, mas considera seu trabalho no TJ superior ao trabalho na educação.

Olha, na verdade eu gosto dos dois, sabe. Agora, meu emprego oficial é o do TJ, né. Eu considero assim. É o que paga bem, paga melhor. Então é isso que eu considero minha renda principal. E o outro também é bom porque eu gosto de dar aula. Sempre gostei.

Para conseguir permanecer nos dois empregos, Socorro contou com a ajuda da família na criação do filho. “Primeiramente eu consegui uma pessoa, até os dois anos, para cuidar dele. Aí de dois anos pra frente eu não confiava mais deixar. Porque eu ia para o fórum, todo dia. Meu marido também trabalhava. Aí Lidiany e a mãe dela que cuidavam dele”.

4.5. O trabalho no setor de comércio e serviços

Na trajetória dos trabalhadores que compõem a geração tratada neste capítulo, o emprego no setor de comércio e serviços extrapola o ambiente da feira, mais presente na geração anterior, apresentando maior diversidade nos estabelecimentos pelos quais os pesquisados transitam. A formalização do emprego aparece em alguns casos, mas a informalidade e alta rotatividade também se apresentam como características marcantes do setor.

Em trabalho dedicado à análise das transformações econômicas no Nordeste entre os anos 60 e 90, Rodrigues Lima enfatiza que o setor terciário vem ganhando centralidade em relação à indústria. “No caso do Nordeste, chama a atenção a tendência de perda de dinamismo na indústria de transformação e a maior importância do segmento de construção e do setor terciário como fontes de crescimento” (2005, p.39).

O crescimento desse setor, porém, parece não ser suficiente para garantir uma alta empregabilidade na região nem a qualidade dos postos de trabalho criados, já que os estudos sobre o assunto apontam uma tendência contrária.

Em síntese: os movimentos observados no mercado de trabalho nordestino estão apontando para a crescente informalização ou precarização das relações de trabalho, ao lado da crescente absorção de emprego nos estabelecimentos micro e pequenos onde prevalecem a menor remuneração e maior instabilidade no emprego, além da tendência de elevação desproporcional, em relação ao resto do país, da taxa de desemprego (LIMA, 2005, p. 39).

Se a precarização do trabalho parece ser uma tendência em todo o país, devido ao “arrefecimento do investimento, por conta da conjuntura recessiva e das restrições da política macroeconômica, junto com as tendências inerentes à globalização” (p. 23), Rodrigues Lima informa que no Nordeste do Brasil ela está ocorrendo de maneira mais acentuada. “Esse é um fenômeno que vem caracterizando o mercado de trabalho do país como um todo, porém no Nordeste o grau de abrangência tem sido superior à média nacional” (p. 37).

Valtrede (f1,g2) iniciou a vida profissional no comércio, aos 12 anos, como trabalhador informal, ajudando uma vizinha que tinha uma mercearia. Posteriormente, trabalhou em uma banca de revistas, novamente sem registro. E também, por um curto período, como cobrador de ônibus no transporte clandestino local.

Depois de completar o ensino médio, com dezoito anos, mudou para Fortaleza (onde tinha família) em busca de um trabalho melhor. Em Fortaleza, através da indicação de um tio, conseguiu seu primeiro emprego registrado, nas Lojas Americanas, ganhando um salário-mínimo. “Só foi 3 meses. Que era só pra cobrir uma licença maternidade de uma menina. Trabalhava de auxiliar na lanchonete, restaurante. Tinha um restaurante dentro da loja e eu trabalhava no restaurante.”

Ao final dos três meses, arrumou um emprego em uma empresa terceirizada do Supermercado Makro, também através de indicação.

Era repositor na parte de frutas, hortifruti, no mercado atacadista. Registrado também. Foi indicação através de um colega meu. Que ele trabalhava no Makro, aí tinha um prestador de serviço para dentro, que colocava fruta lá dentro. Aí ele conheceu o menino lá. Falou para mim. Aí eu fui trabalhar lá também. Era Frutpel a empresa. O salário era o mesmo. Salário-mínimo.

Parece não ser o caso, mas Rodrigues Lima lembra que a terceirização, em boa parte das vezes, vem acompanhada da informalidade e da precariedade. A terceirização se intensifica a partir do processo de reestruturação produtiva iniciado nos anos 90, trazendo consequências para o mercado de trabalho nordestino.

Nesse quadro de mudanças tecnológicas e organizacionais, um elemento adicional merece destaque. Trata-se da terceirização de produção e serviços de empresas maiores, que passam a adquiri-los de outras, muitas vezes, de pequeno porte e com maiores inserções no mercado informal. Com isso estimular-se-ia a precarização das relações de trabalho (AMADEO et al, 1996), um fenômeno que contribui para a insegurança econômica e social ao implicar a contratação temporária e informal (LIMA, 2005, p. 36).

Valtrede saiu desse emprego seis meses depois, para tratar de um problema de saúde. “Eu saí porque eu tive que fazer uma cirurgia. Uma cirurgia de hérnia. Aí tive que fazer. Não consegui tirar licença. Pedi as contas. Porque não aguentava mais, tinha que fazer a cirurgia de qualquer jeito”.

Morou dois anos em Fortaleza, entre 1994 e 1996. Seu último emprego na cidade foi em uma marcenaria, desta vez como informal e sem remuneração fixa. “Ajudava numa marcenaria. Ajudando o marceneiro lá. Era vizinho de um menino que tinha uma oficina. Eu ficava por lá. E acabei ficando. Esse não era registrado. Não tinha salário fixo. Era pelo serviço prestado”.

De volta a Mamanguape, arrumaria emprego na indústria sucroalcooleira, porém como safrista. Em um dos períodos de desemprego, conseguiu um trabalho em um dos comércios da região, uma distribuidora de bebidas. O emprego na distribuidora era registrado e o salário equivalente ao que tirava na usina. Porém, mais uma vez, tratava-se de uma vaga temporária. “Foi aquela mesma situação. Foi só pra tirar também uma licença, de 3 meses”. Posteriormente, arrumou emprego em uma confecção. Mas ficaria por pouco

tempo, pois não gostou da empresa. “Era registrado. Mas era meio complicado lá. Era meio farrapeira. Como eu posso dizer... A empresa não era bem séria, não. Fiquei lá uns 6 meses ainda”.

Assim como a maior parte dos irmãos, Valdézio (f1,g2) começou a trabalhar ainda jovem, aos 13 anos. Seu primeiro emprego, no comércio, era informal, vendendo produtos nas feiras e também fazendo frete. Continuou com essa ocupação até os 20 anos, quando decidiu seguir a vocação para padre e ingressou no seminário.

Como trabalhador informal, nunca teve acesso aos benefícios e direitos básicos que os empregados com registro em carteira recebiam, como rescisão e fundo de garantia. “Trabalhei toda a minha vida e quando eu saí, saí sem receber nada. E você que nem inventasse de cobrar, era uma coisa que nem existia, nem falasse nisso. E mesmo porque a gente trabalhava de adolescente, não poderia trabalhar né”.

Quando saiu de Mamanguape para morar João Pessoa, Vânia (f1,g2) largou definitivamente o setor sucroalcooleiro para trabalhar em uma serraria. “Recepcionista. Em uma serraria. Secretária né. Registrado também”. Segundo ela, o salário é proporcional ao que ganhava na usina, e suficiente para viver na capital, mesmo pagando aluguel.

Ainda pré-adolescente, Lonca (f1,g2) começou a fazer bicos como vendedora na feira, numa tentativa de conseguir algum dinheiro para ajudar no custeio de itens que precisava, mas que a família nem sempre conseguia bancar. Seria sua única experiência no comércio, pois logo começaria a trabalhar para a prefeitura de Mamanguape como agente de saúde.

Até porque, assim, a gente era oito irmãos. Meu pai trabalhando fora, só ficava minha mãe. Minha mãe sempre foi dona de casa né, nunca trabalhou. Nunca teve outras rendas. Então, para ela dar o que a gente queria, a gente não conseguia né. Então se aparecesse uma oportunidade de ganhar dois reais, a gente ia (risos). Ganhar dois reais nem que fosse pra comprar um xampu. Porque minha mãe não tinha dinheiro para essas coisas.

Seu atual esposo, pai de seu terceiro filho, o caçula, tem dois empregos no momento, um como funcionário público e o outro como celetista. “Ele trabalha num posto de combustível e é servidor público também. É servidor em Rio Tinto.

Na prefeitura. Ele é eletricitista da prefeitura”. O salário que recebe como atendente no posto é superior ao rendimento que tira na prefeitura como eletricitista.

Na prefeitura é salário-mínimo. E no posto ele recebe o salário comercial. Tem a questão da insalubridade. Periculosidade. Recebe os benefícios, né. Na verdade, ele é registrado como salário-mínimo, em carteira. Mas com os benefícios aumenta um pouquinho.

Lela (f1,g2) iniciou a vida profissional trabalhando como professora no programa Brasil Alfabetizado. Porém, o emprego só durava o tempo do ano letivo. Nos períodos de recesso escolar, Lela prestava serviço como informal no comércio, na tentativa de garantir algum rendimento.

Como eu estava desempregada, era mais pra me manter, né. Que toda vida eu que comprei minhas coisas, aí ficava difícil ficar pedindo tudo para o marido. Mas mesmo assim, quando eu fui para o comércio também, eu não tinha carteira assinada. Porque quando eu comecei a trabalhar, aí era experiência, tudinho. Aí ficava aquele período que eles contratavam. Assim, em dezembro, em junho. O comércio aumenta aí eles contratam temporariamente, essas pessoas. Eu só trabalhei temporariamente. Lá era a mesma coisa. Quando você acabava, você era desvinculada, e pronto. Sem registro.

Após o fechamento de um pequeno negócio próprio, seu marido também ingressaria no comércio. Hoje, tem um trabalho formal em uma loja de Mamanguape. “Agora ele trabalha também no comércio, hoje ele é vendedor. É vendedor de uma loja de sapatos. Ele é registrado. Carteira assinada, tudo direitinho”.

Sem ocupação fixa, Lela começaria a trabalhar informalmente no comércio de um familiar, um depósito de gás. “Como a cunhada da minha irmã tinha esse depósito, viram que eu estava desempregada e disseram: “então vamos colocar Lela lá no depósito. Aí estou até hoje, aqui trabalhando no depósito de gás que é da cunhada da minha irmã”. Está há oito anos nesse emprego, trabalhando como telefonista, sem registro em carteira, assim como outras pessoas da família que trabalham no local. “Comércio pequeno. Porque eles dizem que sai muito caro, que não sei o quê. E assim vai.” Recebe cerca de meio salário-mínimo por mês. Apesar de não ser um emprego formal, tem direito a férias e décimo terceiro.

É só acordo. Trabalho cinco horas por dia. É só um período. De segunda a sábado. Eu atendo telefone. Que o pessoal liga no disque gás. Aí liga e os meninos fazem as entregas. Os meninos da entrega não são parentes. É funcionário. Eu e o irmão da dona que somos

parentes. O meu cunhado. Trabalha eu e meu cunhado. Nós dois não temos registro. Os meninos da entrega têm.

Apesar de trabalhar desde os 25 anos, Lela nunca teve um emprego com registro em carteira. Ela diz que arrumar trabalho na região nunca foi fácil, porém acredita que hoje em dia é ainda mais difícil, principalmente um emprego formal.

Aqui no tempo que a usina tá moendo, aí é mais fácil conseguir emprego. Mas depois quando para, aí fica mais difícil. E eu acho que hoje é bem mais difícil. Por conta que a população cresceu. Só tem mais assim na área de comércio. E é tudo mais informal. Aí eu acho que hoje, assim, é muito difícil. Essa semana, vai abrir aqui um Lojão dos Presentes. Já foi distribuído lá 3 mil currículos. Deve empregar umas 10 ou 20 pessoas, e já foi entregue 3 mil currículos.

Dinha (f1,g2) iniciou sua vida profissional aos 16 anos, trabalhando como vendedora, em uma banca do mercado público local.

Lá era uma barraca de cereais. Porque vendia arroz, feijão. Aquele saco cheio, a gente vai pesando na hora, e vai vendendo. O Valdézio trabalhava na feira com uma vizinha, foi ela quem conseguiu para eu trabalhar nesse outro. Ela também tinha barraca lá. Mas o meu era diferente, não era só no fim de semana. Ela me indicou, porque essa dona da barraca, você sabe que esse povo eles fazem conta, mas não sabem ler. Então eu tinha que ficar a semana inteira, porque eu auxiliava ela nessa parte. Nas contas, na leitura, essas coisas, sabe. Aí eu ficava a semana inteira, até o sábado. Pelas manhãs.

Dinha trabalhava das 6 da manhã até o meio-dia durante a semana, e das 5 às 14 horas aos sábados. Não era registrada em carteira nem tinha direitos trabalhistas. Recebia, em média, 15 reais por semana.

Para você ver, naquela época em 98, eu ganhava 15 reais na semana que era... Porque a gente visava muito a aposentadoria dos idosos. Aí na semana que não era de pagamento, eu ganhava 15 reais. Por semana. E na semana que era de pagamento dos idosos, que chamava “semana melhor”, aí ela me pagava vinte e cinco.

Ela ficaria oito meses nesse emprego. Ainda que a remuneração fosse pouca, ajudava na aquisição de produtos básicos para o dia a dia.

Então, assim, para te dizer que dava para fazer grandes coisas, não dava. Mas o essencial, como eu falo para as minhas filhas, a gente trabalhava pelo essencial mesmo. Não era pra coisa supérflua né. Era tipo produto de higiene, limpeza, pra mim. Essas coisinhas poucas. Coisas grandes não. Não dava nem para ajudar mãe, também não vou dizer que dava, não.

Substituída por uma parente da dona da banca que estava precisando de emprego, Dinha foi dispensada. Nesse tempo, passaria a ajudar uma das irmãs com a criação dos filhos e as tarefas domésticas. Posteriormente, também começaria a dar aulas no programa Brasil Alfabetizado. Assim como as irmãs,

trabalhava por meio de contrato e ficava desempregada durante os períodos de recesso do ano letivo. Nos períodos que estava sem contrato, buscava outros tipos de serviços, entre eles o de vendedora em uma firma de empréstimos consignados, função na qual trabalhou por 3 meses.

Eu trabalhei de, não sei se você conheceu por aí, esses bancos tipo BNN, que fazem empréstimo para aposentados. A gente saía pela cidade do interior batendo nas portas, oferecendo empréstimo consignado para aposentado. Era informal e também não era nada fixo. Se eu conseguisse fazer um empréstimo cheio, aí eu ganhava porcentagem, comissão. Não tinha salário fixo, não. Era só a comissão.

Foi trabalhando no comércio que Dinha conseguiu seu primeiro emprego com registro em carteira. “Foi uma loja de calçados. Na Realce Calçados. Foi meu primeiro registro. Minha carteira não tinha registrado ainda. Eu estava com uns 25 anos. Primeira vez que eu fiquei minha carteira”. Dinha ressalta as diferenças de trabalhar com e sem registro em carteira.

Você consegue chegar numa loja, fazer um crediário, consegue contar mais com aquele dinheiro, fazer outras coisas maiores do que você conseguia fazer com uma coisa pouca. E sempre, assim, como eu sempre fui casada, da época que eu tive minha filha, e eu sempre tive meu esposo, a responsabilidade maior sempre era para ele né. As minhas sempre foram só coisas mesmo para a casa, para mim, para os meninos. Mas, assim, era um dinheiro que a gente podia contar a mais. Pegar num dinheiro melhor. Esse acho que foi o primeiro dinheiro que eu peguei maior com meu trabalho. Foi esse da Real. Era um salário comercial. E peguei seguro-desemprego, rescisão, recebi o fundo de garantia.

Dinha gostava do trabalho no comércio como vendedora. Porém, teve que sair, pois sentiu dificuldade em conciliar a carga horária de trabalhadora do comércio com a função de mãe e dona de casa.

Esse trabalho no comércio, eu estava me dando muito bem como vendedora. Só que a minha filha, ela tinha 4 anos, e não tinha como conciliar o dia todinho de comércio e ficar com ela. Eu já deixava ela com a minha mãe. Só que depois eu vi que estava muito cansativo para a minha mãe. E esse foi o primeiro trabalho que não dava para cuidar tanto dela né. Aí tinha isso tudo e eu disse: “é melhor eu deixar”. Foi difícil né, porque era um trabalho que eu estava gostando, primeira vez que tinha fichado. Mas eu não sei se foi inexperiência minha, não sei se foi pressão, sei que eu acabei pedindo para sair do trabalho.

Posteriormente, Dinha também começaria a trabalhar no depósito de gás pertencente a um parente da família. “Quando eu estava quase grávida do meu outro filho, aí eu fui trabalhar num depósito de gás da minha cunhada. Fui ser atendente de telefone”. Dinha se afasta do trabalho no depósito de gás quando descobre que está grávida, sendo substituída pela irmã Valéria. Posteriormente,

as duas continuariam trabalhando no estabelecimento. “Eu entrei em 2011. Aí quando tive meu filho, em 2012, aí minha irmã ficou me substituindo. Aí depois ficou eu e ela. Ela num período e eu em outro. Que a gente só trabalhava meio expediente”. Não era registrada e recebia como remuneração meio salário-mínimo. “Porque era um salário dividido para mim e ela (irmã)”.

Nene (f1,g2) não tem em sua trajetória nenhuma passagem pelo comércio nem no setor de serviços. Mas seu esposo, hoje falecido, trabalhava como motorista de ônibus na linha Mamanguape/ Rio Tinto. “O pai dele que tinha uma empresa, né. E ele trabalhava para o pai dele. Não tinha registro na carteira. Era acordo com o pai dele”. Após o falecimento do pai, um irmão ainda tentou tocar o negócio, mas não foi bem-sucedido. O esposo de Nene trabalharia como motorista de ônibus até o fim de sua vida, mas nunca seria registrado em carteira.

Sempre trabalhou autônomo. Tanto que quando ele morreu não tive direito nem de pensão, nem nada. Porque ele não tinha registro de nada. E ele trabalhou a vida inteira como motorista. Primeiro com o pai, que tinha ônibus. Aí depois que o pai dele faleceu, um irmão que tomou conta da empresa. Mas não soube administrar e perdeu todos os ônibus. Eles tinham 4 ônibus, perderam tudo. Aí ele ficou trabalhando de empregado dos outros. Quando ele morreu ele trabalhava já assim: alguém que tinha os ônibus, aí contratava ele como motorista. Mas também não tinha registro, não tinha nada. Ele fez ainda um contrato com a prefeitura, aqui do município vizinho, Rio Tinto, mas não deu para registrar. Como ter direito à pensão, não teve. Porque o período foi pouco. Foi no tempo que ele ficou doente. Aí ele saiu.

Apesar de ser trabalhador informal, Nene afirma que durante muito tempo a remuneração do esposo foi melhor que a dela, na área da educação. “Ele ganhava muito mais do que eu. Ele como motorista ganhava acho que o dobro do que eu ganhava”.

Socorro (f2,g2) iniciou a vida profissional trabalhando como caixa em uma farmácia de Rio Tinto. “No caso, era caixa. Comecei com 18 anos se não me engano”. O emprego era informal, e recebia meio salário-mínimo. Ainda assim, fazia a carga horária completa. “Normal. Como se fosse para ganhar um salário. Só que não ganhava, né”. Permaneceu no emprego por 3 anos, quando foi convidada para trabalhar em um cartório da cidade. “Foi assim. Eu trabalhava na farmácia. E o rapaz do cartório, filho do dono, que também era dono lá, trabalhava lá também, e ele ia muito lá na farmácia. Que era próxima. E nas

horas vagas ia para lá conversar. De repente ele perguntou se eu não queria ir para lá”.

Trabalhando no cartório, exercia funções variadas. “Eu fazia tudo no cartório. Mas no caso, era escrevente”. Também não era registrada em carteira. “Emprego informal, sem carteira assinada, sabe. Aí eu trabalhava pela manhã e à tarde eu ia para a universidade. Antes eu já trabalhava manhã e tarde, aí quando eu passei para a universidade me deram a oportunidade de ficar só pela manhã e indo aos sábados”. Ficou no cartório por cerca de 4 anos. Socorro largou o trabalho quando foi aprovada no concurso para o Tribunal de Justiça da Paraíba.

4.6. O trabalho doméstico e de cuidados

Apesar de essencial, o trabalho doméstico e de cuidados nem sempre aparece nas narrativas com a devida importância. Entre os trabalhadores deste segmento, fica evidente a relevância da atividade para a manutenção do núcleo familiar, bem como o impacto sobre a carreira profissional das pessoas que dedicaram parte da vida ao trabalho doméstico e de cuidados, na maioria das vezes encarado como um favor e não uma ocupação. Neste sentido, interessante ressaltar algumas formulações de Guimarães e Vieira, quando opondo o “cuidado como profissão” analisam o “cuidado como ajuda”.

Nessa configuração, as atividades desempenhadas não costumam ser significadas como “*trabalho*”, “*ocupação regular*” ou “*profissão*”; bem assim, quem as exerce tampouco se identifica como cumprindo uma “*obrigação de cuidar*”. Desse modo, apartando-se dos sentidos mais comumente associados ao cuidar – um trabalho profissional ou uma obrigação decorrente de um status – as ações ganham, nesse circuito, um outro significado. Em recentes trabalhos de campo, observamos que, no caso brasileiro, tais atividades têm sido aludidas pelo recurso à palavra “ajudas” (2020, p. 7).

Essas duas configurações do trabalho de cuidados apresentadas pelas autoras diferenciam-se ainda pelas “relações sociais (mercantis ou não-mercantis) que sustentam o exercício dessa atividade, estabelecendo-se fronteiras e hierarquias entre essas e outras atividades similares” (p. 7,8). Além disso, sobre possíveis contrapartidas pelo “cuidado como ajuda”, elas afirmam que “variam as formas de retribuição pelo trabalho desempenhado e os meios que materializam tal retribuição (que podem ou não ser monetários)” (p. 7,8). Quando o sendo, “(o que é raro como fluxo regular)” é “sempre bem-vindo para

quem cuida, dada a privação social a que estão sujeitos, tanto provedoras quanto beneficiárias do cuidado como ‘ajuda’” (p.11).

Sobre o trabalho doméstico e de cuidados enquadrado como “profissional”, cabe aqui colocar algumas características marcantes delineadas em um recém-publicado estudo sobre a informalidade no Brasil. Nele, o trabalho doméstico no país é descrito como “majoritariamente informal e realizado por mulheres em condições de maior vulnerabilidade”, apresentando o assustador índice de 76% de trabalhadores no setor em situação de informalidade no ano de 2021, quase 3,9 milhões de pessoas (VAHDAT *et al*, 2022, p. 116).

Além da informalidade, o estudo aponta que o trabalho no setor também é marcado por “instabilidade, baixos rendimentos e ausência de proteção social e de direitos trabalhistas”. Um outro aspecto relevante é a naturalização da precarização do trabalho, através de um discurso que tende a afetar empregadas e cuidadoras ao aproximá-las dos papéis constituintes do núcleo familiar.

As péssimas condições de realização e a alta carga de trabalho também são evidentes e se legitimam em discursos que consideraram as trabalhadoras domésticas não como “funcionárias”, mas “como se fossem da família”. O atravessamento da informalidade e do discurso afetivo relacionado às atividades de cuidado produzem uma “ambiguidade afetiva” que limita o acesso das trabalhadoras domésticas à proteção social e aos direitos trabalhistas (VAHDAT *et al*, 2022, p. 117).

Lela (f1,g2) dedicou boa parte da vida aos cuidados da família, o que atrasou seu ingresso na vida profissional. De todos os irmãos, é a que começou a trabalhar fora com mais idade.

Eu comecei a trabalhar mais tarde. Porque eu ficava na casa da minha irmã. Tomava conta dos filhos dela. Aí depois que eu casei foi que eu vim realmente trabalhar. Já com 25 anos. Porque eu tomava conta dos filhos da minha irmã, entendeu. Fazia de favor, só pra ajudar, porque ela trabalhava e eu era mais nova. Aí como ela tinha que trabalhar, ela e o esposo dela, aí eu ficava tomando conta dos meninos dela. Mas só pra ajudar ela mesmo. Aí só depois que eu casei que realmente eu fui trabalhar.

Ainda jovem, após perder um emprego na área do comércio, Dinha (f1,g2) também dedicaria um período de sua vida aos cuidados domésticos, ajudando uma irmã com a criação dos filhos e as tarefas de casa, mediante uma pequena remuneração.

A minha irmã, Valdilene, que é a mais velha, ela tinha dois filhos. E ela era professora no estado no município. Então eu sempre ajudava ela.

Aí ela me ajudava. Ficou me ajudando justamente dessa mesma forma né, com as necessidades. Ajuda para adolescente. Coisa de irmão mesmo né. Um ajudando o outro.

Posteriormente, retomaria o trabalho na casa da irmã, quando foi demitida de um emprego no comércio. Dinha afirma que tinha dificuldade de conciliar a carga horária de vendedora com as obrigações de mãe e dona de casa.

Aí voltei de novo para a casa da minha irmã. Sorte era ter minha irmã que sempre estava de braços abertos para me acolher. E ela me pagava por quinzena. O marido dela me pagava. Eu ajudava ela e lá só era pela manhã. A menina estudava pela manhã. Aí eu levava a menina na escola. Ficava na casa dela, que era até perto. Depois voltava para casa com a menina. E assim eu fiquei.

Mãe de três filhos, Lonca (f1,g2) contou com a ajuda da família para poder trabalhar fora. Chegou a acumular os estudos e o trabalho em dois empregos durante um período, um na área da saúde outro na área da educação.

Eu sempre consegui desenrolar. Apesar de ter filhos pequenos, estudava, trabalhava e ainda fazia isso. Mas porque tinha também quem me ajudasse. Minhas irmãs. Elas sempre ficavam com os meninos para eu trabalhar durante o dia. Durante à noite, os meninos ficavam com o pai para eu trabalhar. Nesse tempo que eu fiquei no Brasil Alfabetizado. Eu estava separada, morava com minha mãe. Aí os meninos ficavam em casa de mãe, para eu trabalhar.

O terceiro filho, fruto de um segundo casamento, é portador de autismo. Lonca afirma que o atual marido colabora nos cuidados com o menino, apesar de trabalhar em dois empregos. Ele é atendente em um posto de gasolina e também trabalha na prefeitura de Rio Tinto como eletricitista. Lonca afirma que a rotina do marido é bastante puxada.

Demais. Nos dois. Lá no posto ele tem hora de almoço, e hora de sair, só que na verdade os horários ele não cumpre. Porque como ele trabalha na prefeitura, aí ele fez um acordo com a gerente. Na prefeitura ele tem acordo também. Por causa também do meu filho que é autista, aí ele recorreu à lei. Conseguiu 50% da carga horária. Porque às vezes a gente precisava ir para João Pessoa, para a Funab, para levar João ao médico, aí ele se ausentava muito. Aí ele conseguiu, pela lei, a redução da carga horária. E antes disso ele já tinha acordo no posto, para ficar assim... Os dias que ele fosse para Rio Tinto, ele pegava direto no posto de gasolina. Não tinha os horários para cumprir.

Carminha (f2,g2) dedicou a vida a cuidar da casa e criar as filhas. Difícil ser diferente, pois o esposo tinha uma rotina puxada na usina, que não respeitava nem mesmo as horas de descanso, em situações emergenciais. Como ela relata, “vinham buscar de madrugada, muitas vezes, se quebrava algo na usina”.

Quando criança, Carminha e os irmãos já ajudavam a mãe nos cuidados com a casa, tarefa que faziam quando voltavam da roça, onde auxiliavam o pai com os trabalhos menos pesados. “Ele que ficava lá, na roça. E a gente vinha para cá. Nove e meia a gente vinha para casa. E tinha casa para varrer, prato para lavar, fazer almoço”. Apesar de responsável por todos os afazeres domésticos, Carminha também realiza trabalhos comunitários na região há 27 anos.

Maurício (f2,g2) é responsável por grande parte do trabalho doméstico de sua família, inclusive as refeições. “Ontem passei a tarde todinha no fogão aqui, cozinhando feijão, cozinhando arroz, macarrão, carne, peixe. Que é para amanhã não ter galho. Melhor ficar na correria para depois ficar de beleza, né”. Sua esposa trabalha na prefeitura de Rio Tinto, e passa boa parte do dia fora. Além das tarefas diárias, quando sobra tempo, Maurício também realiza pequenas reformas e melhorias na casa da família.

Aí amanhã, se Deus quiser, já tô em campo pra ir pegando no quintal... que eu tenho um quintal que é meio cimentado. E tem um outro que não cimentei, eu murei, mas não está cimentado. Então o matinho sempre está chegando. Então amanhã o couro vai comer lá atrás. Que chova ou que faça sol. Eu mesmo que faço.

Autodidata, aprendeu o básico da construção civil para construir a casa onde hoje a família vive.

Eu sempre imaginei de querer saber fazer as coisas, porque não é sempre que você vai ter dinheiro para pagar pros outros fazerem. Minha casinha aí, fui eu que construí. A mulher dizia: “a gente come isso aqui, guarda isso aqui, e isso fica para comprar o material. Um você deposita, um a gente come, o outro compra material e vai guardando. Quando você sair da usina, aí você vai construir”. E por causa disso, até hoje a gente vive.

4.7. Outras formas de trabalho

Agregamos aqui outras formas de trabalho menos frequentes entre os depoentes desta geração, mas que ainda assim são interessantes de serem conhecidas. As áreas e funções variam de maneira pouco regular, transitando do ensino à política, do trabalho informal ao cargo comissionado, englobando de párocos a recenseadores do IBGE.

Entre as formas de trabalho que compõem este segmento, está o emprego na educação privada, que aparece de maneira pontual na narrativa dos

profissionais que atuam na área. Importante contextualizar que a reestruturação produtiva que se inicia na década de 90 traz não só inovações tecnológicas, mas também a adoção de novas formas de gestão do trabalho, que logo se espalham para os mais variados setores, inclusive o ensino privado, com consequências para os trabalhadores da área.

A flexibilização da organização de trabalho cria expedientes que possibilitam a contratação de trabalhadores por poucas horas diárias ou semanais; a redução do horário de trabalho; a imposição de horas extra; a prática de “banco de horas”; e, a mudança de horário, turno ou local de trabalho de um empregado conforme a conveniência do empregador. O que é solução estratégica para a organização pode significar, para os trabalhadores, a precarização das suas condições de trabalho ou até mesmo a perda do mesmo (GERHEIM, 2017, p.10)

Em estudo dedicado a investigar “como é ‘ser-professor’ no setor privado de serviço educacional” (2017, p. 6), Gerheim explica que a mercantilização do ensino traz impactos não só para condições materiais de existência dos profissionais da área, afetando muitas vezes também a saúde física e psicológica dos professores. Para a autora, a impossibilidade de concatenar as demandas do mercado com os princípios educacionais é uma fonte de sofrimento para os profissionais do setor.

Em razão do “ser-professor-no-setor-privado” mostrar-se constituído, segundo nossas descrições, pela tensão entre dois aspectos contraditórios entre si – ser “funcionário-vendedor” e “ser-educador-pedagogo” – decorre a emergência de modos de sofrimentos variados. O primeiro dos modos que ressaltamos é o dos “professores-sobrecarregados”, que está relacionado ao acúmulo de tarefas, de horas-aula, de turmas e de alunos. A maior parte destes sujeitos declarou sofrer, ou já ter sofrido de: cansaço, crises de choro, desesperança, ansiedade, perda de sono e de apetite, inflamações, enxaquecas, doenças cardiovasculares e de pele. Em relação aos modos de sofrimento psicossociais, destacamos a presença de experiências de assédio moral que ocorrem com a convivência da organização, dos alunos e suas famílias. Alguns relatos mostraram que a prática assediante associa-se ao modo de operar de chefias que, pedagogicamente despreparadas e trabalhando sob a pressão da lógica empresarial, optam por pressionar, demitir ou levar o professor a se demitir, a fim de apaziguar os descontentamentos e conflitos que surgem na relação com os alunos e suas famílias (p. 80).

A baixa remuneração e a sobrecarga de trabalho parecem estar entre os maiores problemas dos professores que atuam na rede particular, já que muitas vezes conciliam mais de um serviço (na área ou não) para poderem complementar o orçamento familiar.

A degradação do trabalho docente no contexto do serviço privado é agravada em função da sobrecarga de trabalho. O número excessivo de

tarefas a serem realizadas fora do tempo de aula colabora para que a jornada de trabalho se torne muito extensa e cansativa. Junto a isso, observamos que os contratos trabalhistas que remuneram o professor em função da hora-aula permitem que tais profissionais acumulem mais de um emprego e uma carga horária muito alargada a fim de perfazerem um ganho total mensal condizente com suas necessidades (p. 35)

Ne época em que Nene (f1,g2) começou a dar aula no programa Brasil Alfabetizado, paralelamente também lecionava em um colégio particular da região.

Eu trabalhava como professora numa escola particular à tarde, e pela manhã era um contrato da prefeitura. Já comecei em dois lugares. Numa escola particular que era perto da minha casa e numa escola municipal, que era bem distante. Numa periferia da cidade. Era para criança, alfabetização, que é a área que eu estou até hoje.

Não era registrada em carteira em nenhum dos dois empregos, sendo um por contrato (prefeitura) e o outro informal (escola particular). “Era uma escolinha. Agora registram, ela está bem grande. É perto da casa da minha mãe. Uma escola bem grande. Mas quando eu trabalhei era numa casa. E não tinha registro, não tinha nada”.

Numa época em que ficou somente no programa Brasil Alfabetizado, Nene exercia outras ocupações para complementar a renda, pois só recebia salário durante o ano letivo.

Vendia revista. Vendia roupinha, calcinha, lingerie. Essas coisas, pra pagar a escola. Porque eu estudava, a minha formação era particular. Aí tinha que pagar. Aí eu tinha que fazer outras coisas para pagar a escola. Vendia revista, uma vizinha minha que tinha e eu vendia para ela. As coisas que ela vendia eu vendia para ela. Ela tinha um comércio. E vendia revista, que ela era cadastrada, eu não. Essas revistas tipo Avon. Essas revistas de produto. Aí ganhava comissão. Vendia na escola. Vendia pras colegas. Mas só dava para pagar a escola. O curso técnico. Às vezes, nem dava. Aí minha mãe também me ajudava.

Apesar de ser formada em pedagogia, a maior parte da atuação profissional de Lonca (f1,g2) aconteceu fora da área. Ela trabalha há 23 anos como agente comunitária de saúde na cidade de Mamanguape. Porém, também registra passagens tanto pelo ensino público, através do programa Brasil Alfabetizado, quanto na educação particular, dando aulas esporádicas nas escolas da região.

Só não tenho um fixo. Faço para complementar a renda e pela prática. Eu dava aula, assim, emprestada. Tinha uma amiga que era professora

de EJA, da rede municipal. Aí ela precisava se ausentar alguns dias na semana, e ela pedia para dar aula para ela. Aí eu ia duas vezes na semana, para dar aula pra ela, até a pandemia, início da pandemia. Como não acabou a pandemia, aí a gente parou, porque ficou um ano sem aula, e quando voltou, voltou remoto. Aí ela consegue conciliar. Então saí.

Também formada em pedagogia e atuando na área da educação, Dinha (f1,g2) já trabalhou no programa Brasil Alfabetizado e deu aulas particulares de reforço em sua própria residência. A atividade em casa era mais fácil de conciliar com a rotina de mãe de um recém-nascido, que vivenciava na época.

Aí quando eu tive minha filha ficou meio complicado para eu trabalhar. Aí eu comecei a dar aula de reforço em casa. Porque eu conciliava as minhas atividades de casa com as minhas aulas de reforço que eu dava. Para criança, do jardim ao quarto ano.

Dinha deu aula de reforço em casa por cerca de dois anos, como autônoma, de segunda a sexta-feira, duas horas por dia. Nos períodos em que teve mais alunos, sua remuneração total era de pouco mais de 100 reais, dinheiro que usava para comprar roupas para ela e para a filha.

Lembro que eu tinha 12 alunos. Aliás, eu comecei com duas. Que como minha filha era bem pequena, eu só dava para a Nayara e a Yuri. Porque minha filha era pequena. Quando ela cresceu mais um pouquinho, aí eu consegui dar na casa da minha mãe já. Que ela já era maior. Transferi meu reforço para lá, aí foi onde eu consegui mais alunos. Teve mês, que quando eu estava com os 12 mesmo completo, deu para eu tirar mais de 100 reais. Na época era dinheiro né. Esses 12 alunos, lembro até que dava para eu comprar coisas melhores. Roupas para a Laiana. Sapato. Que já não era só para mim, era para ela também.

A trajetória ocupacional de Dinha é plural, e além de passagens pelo comércio e pela educação, contabiliza a função de assessora parlamentar, que conseguiu depois de trabalhar na campanha de um político local nas eleições de 2016.

Eu, como te disse, sempre ficava complementando. Então o dinheiro do gás era meio salário, e eu sempre gostei muito de política. Aí eu sempre trabalhei em política. Na rua mesmo. Não contei isso a você porque é uma coisa bem informal. Mas eu sempre trabalhei assim, entregando panfletos. Em política. Aí os políticos conhecidos aqui do meu bairro, fui trabalhar pra eles, assim na rua mesmo. Na campanha. Terminando a campanha... também não foi prometido nada, porque político não pode prometer nada a ninguém. Eu trabalhei porque ele me pagava por semana. A gente trabalha e recebe por semana. Terminada a campanha política ele chegou e disse que gostou do meu trabalho. E me convidou para ser assessora dele. Em 2017 que eu comecei. A campanha foi em 2016, aí em 2017 comecei.

Durante a campanha eleitoral, Dinha trabalhava pela manhã entregando panfletos, à tarde atendendo telefone no depósito de gás, e à noite cursava a

faculdade de pedagogia. “Era bem pesado”. Trabalhou durante os 4 anos do mandato do vereador que ajudou a eleger, e contabilizou uma progressão salarial significativa. “A gente começou com um salário de mil novecentos e pouco. Depois subiu para dois mil e pouco. E terminei o mandato dele com salário de 3 mil e pouco”. O emprego, entretanto, não era registrado, e apesar de garantir determinados benefícios, não previa rescisão no caso de rompimento de contrato.

Aí ninguém ganha nada né. Porque lá é registrado assim, a gente recebe décimo, essas coisas, paga o INSS, mas não é carteira assinada. Mas paga todos os direitos. Não sei como funciona essa parte da contabilidade, mas só não assina carteira. Tem décimo, terço de férias, mas seguro-desemprego não. Quando sair, sai sem nada.

Ao fim do mandato, porém, Dinha seria convidada para permanecer trabalhando na câmara dos vereadores, no gabinete de outro deputado recém-eleito. “Eu já saí de lá trabalhando”. Ainda hoje permanece no emprego.

Com passagens pelo comércio, pelo setor público e pela usina, porém sempre de maneira muito instável, Valtrede (f1,g2) tinha no trabalho na construção civil sua principal alternativa para os períodos em que ficava desempregado. A maior parte dos quase dez anos que passou longe da usina, Valtrede sobreviveu dos bicos como pedreiro que fazia com o pai.

Foi na época da duplicação da BR. Aí trabalhei um bom período na duplicação da BR. Do início até o final. Quando terminou a duplicação. Foi alguns anos. Só que era igual a safra da usina, sabe. Parava também por causa das chuvas. Quando era período de chuva aí parava. Aí depois voltava. Meu pai trabalhou numa parte, dum lado, e eu trabalhei do outro. Ele trabalhou de Mamanguape até a divisa do Rio Grande do Norte. E eu de Mamanguape até a entrada ali de Lucena.

Também trabalhou como marceneiro com um parente. “Às vezes eu trabalhava com meu sogro. Tudo eu fazia. Com meu sogro marcenaria e com meu pai na construção”.

Bastante estudioso e religioso desde criança, Valdézio (f1,g2) ingressaria no seminário ao completar 20 anos. Desde então, atua como padre em uma paróquia de João Pessoa. Ele afirma que, caso não tivesse seguido o caminho religioso, provavelmente construiria uma carreira profissional no setor usineiro, como parte dos irmãos. “Eu, quando completei dezoito anos, aí eu terminei o ensino médio, já tinha dezenove para vinte anos, aí eu já ia me inscrever para

trabalhar nas usinas. Só que me deu na cabeça de entrar no seminário, aos vinte anos, então eu não passei pela usina. Mas era a alternativa que tinha”.

Na época em que Lela (f1,g2) dava aula no programa Brasil Alfabetizado, seu marido possuía um pequeno restaurante na cidade de Mamanguape. Quando tinha o contrato rompido, Lela ajudava o esposo com o negócio. O empreendimento, porém, enfrentava problemas e logo precisou ser fechado.

Como meu marido tinha restaurante, uma lanchonete, às vezes eu ia para lá. Depois que ele fechou que ficou mais difícil. Mas quando estava aberto, eu ia para lá, ajudar ele. Na época ele tinha esse restaurante, mas teve que fechar. Porque teve a duplicação da BR e ficou muito sem acesso lá. Aí ficou ruim e a gente teve que fechar.

Ela e o marido pensam em um dia abrir um novo negócio, para incrementar os rendimentos e garantir um emprego quando estiverem em idade mais avançada.

A gente estava pensando. Só que agora também na pandemia, a gente decidiu esperar. Mas meu marido estava falando, que já tá com 40 anos, trabalhando de vendedor ainda, é difícil. Estávamos pensando em abrir algum negócio pra gente trabalhar. Só que veio a pandemia, a gente esperou. Vamos esperar, até a hora que passar essa pandemia, para ver se a gente consegue montar alguma coisa para a gente.

Vânia (f1,g2) trabalhou por mais de 15 anos no setor sucroalcooleiro, porém sempre como safrista. A sazonalidade do emprego fazia com que exercesse concomitantemente outras atividades. Além de dar aula, ela já trabalhou alguns períodos como entrevistadora do IBGE. “Foi acho que 4 vezes, se não me engano. Era contrato também. Era o menos cansativo. Porque você que fazia sua carga horária. Era mais livre”.

Durante essa mesma época, Vânia decide fazer faculdade de hotelaria. Em alguns períodos, precisou conciliar os estudos com os três empregos nos quais estava trabalhando. “Teve uma época que eu estava na usina, dando aula, trabalhando no IBGE e estudando em faculdade. Aí eu dormia de duas a três horas por dia. Mais ou menos.” Apesar de ter concluído o ensino superior, nunca trabalhou na área.

Maurício (f2,g2) trabalhou 10 anos em usina, o tempo todo como safrista. Quando perguntado sobre como fazia para sobreviver durante os períodos de desemprego na entressafra, ele afirma: “dava meus pinotes”. Além de realizar

pequenos serviços na área da construção civil, Maurício conta que por vezes conseguia levantar algum dinheiro trabalhando como artista.

Tocava. Sou músico também. Toco contrabaixo, guitarra, violão. Aí deixei as bandas, não dava mais certo. Depois casei de novo. A mulher ficou me arrodando também. Não deu mais certo. Aí comecei a trabalhar de pedreiro. Lá vai, lá vai. Até hoje eu trabalho, eu sou músico da igreja que eu congreio.

Carminha (f2,g2) dedicou grande parte da vida ao trabalho no lar e à criação das filhas. Paralelamente, sempre realizou trabalhos comunitários, com um tempo de colaboração que já contabiliza quase 3 décadas.

Eu tenho 27 anos de trabalho comunitário. Comecei na associação de moradores junto com Valdirene (sindicalista e vereadora local, foi quem me apresentou para a família). Ela já foi minha professora, minha catequista. Daí ela sempre deu essa força pra gente não deixar os trabalhos de comunidade. Todas as famílias daqui de Rua Nova, passagem da cobra, a gente conhece do grande ao pequeno, até o idoso. Todo mundo se conhece. Todo mundo partilha a vida. Partilha o que está vivendo, está passando. Todo mundo se ajuda. Eu gosto muito desse trabalho”.

Interessante notar aqui as colocações de Hernandez, Law e Auyero acerca da importância do trabalho das associações comunitárias nas comunidades mais carentes. O estudo afirma que embora as redes de reciprocidade sejam de fundamental importância para a sobrevivência dessas populações, raramente funcionam de forma autônoma, estando na maioria das vezes embutidas em organizações dos mais variados tipos, como igrejas, escolas, creches e centros comunitários. “Although poor men and women do create and sustain networks of reciprocity, organizations in which people routinely interact with others play a fundamental role in the production and reproduction of said webs of mutual help⁹⁷” (p. 04).

Neste sentido, os autores enfatizam a dimensão política que se revela quando olhamos a fundo as estratégias de sobrevivência dessas populações marginalizadas.

Our investigation shows that poor people’s survival strategies are deeply imbricated with routine political processes – sometimes through

⁹⁷ “Embora homens e mulheres pobres criem e sustentem redes de reciprocidade, organizações nas quais as pessoas interagem rotineiramente com outras desempenham um papel fundamental na produção e reprodução das referidas redes de ajuda mútua” Tradução própria.

patronage networks, other times through community organizing or protest actions, or a combination of them⁹⁸ (2021, p. 24).

O trabalho no setor de mineração é mais uma ocupação que aparece neste tópico. Quando retornou de São Paulo, Toinho (f2,g2) teria uma passagem pelo setor, trabalhando de forma terceirizada para uma indústria que operou durante um tempo na região, em Mataraca, município vizinho de Rio Tinto. Posteriormente, ingressaria na indústria sucroalcooleira.

Depois cheguei aqui, e fui prestar serviço na Millenium, a empresa de mineração. Só que eu era terceirizado pela empresa CMD. Ainda trabalhei 4 anos e sete meses aí. De mecânico. Prestava serviço. Agora faliu ela. Era metalúrgica e caldeiraria. Arrumei por intermédio de um colega meu. Já entrei como mecânico. Consertando, montando bomba, aspersor, um monte de coisa que tinha lá.

Ainda criança, Toinho aprendeu a tirar do mangue a alimentação para colocar na mesa da família. Já adulto, quando ingressou no setor sucroalcooleiro como trabalhador safrista, teria na atividade da pesca seu principal meio de sustento. “No meu caso, eu vivia mais do mangue. Gostava de pegar um caranguejo, um peixe. Que era só eu e ela. Então eu não me apertava muito, não. Desde pequeno, toda a vida eu gostei de catar no mangue. Aí como estava em casa ia todo dia pescar”. Toinho não pescava só para consumo, mas também comercializava o fruto de seu trabalho. Durante uma época, chegou a montar um pequeno criadouro de caranguejos em casa. “Vendia muito. Cevava ele. Vendia corda de caranguejo. Tinha 3 tanques aqui. A gente criava, bota para cevar. Você pega ele, bota pra cevar, com um mês o bicho está todo gordo. Veio gente até de Recife aqui comprar. Fiz isso muito tempo”.

Posteriormente, quando foi contratado como funcionário permanente da usina, não estando mais sujeito às agruras do trabalho sazonal, continuaria realizando o trabalho de pesca, pois era um bom complemento de renda.

Mesmo depois que estava fixo na usina, de fim de semana eu ia. E eu gosto. E era uma renda. Naquela época vendia 20 reais a corda. Tinha gente que levava 10 cordas de uma vez. Ainda hoje tem uns meninos amigos meus que vivem da pesca. Tira 600, 700 por semana só de caranguejo. Me ajudou muito. Você tem sua ratoeira. Aí tá faltando feijão, arroz em casa, você vai no mangue e quando dá 10 horas você já chega com 4, 5 cordas de caranguejo. Vende a 70, 80 reais. Já compra feijão, arroz. Agora, é para quem tem coragem né. Eu mesmo tenho uns colegas que só vivem do mangue. Desde novo sempre

⁹⁸ “Nossa pesquisa mostra que as estratégias de sobrevivência dos pobres estão profundamente imbricadas com processos políticos rotineiros – às vezes por meio de redes de clientelismo, outras vezes por meio de organização comunitária ou ações de protesto, ou uma combinação deles” Tradução própria.

tiveram no mangue. Hoje cada um tem sua casinha, seu carrinho, sua moto. Tudo do mangue”.

Toinho diz que tentou ensinar a atividade para os filhos, mas hoje nenhum deles exercita o hábito da pesca. “Cheguei a levar, mas não gostaram, não. De pequeno eles iam, mas depois não foram mais”.

4.8. O trabalho infantil

O trabalho infantil, apesar de menos frequente do que na geração anterior, ainda está presente na trajetória de parte dos trabalhadores que integram este segmento. A atividade geralmente era informal e a remuneração, quando existente, quase simbólica. Na maioria das vezes, o trabalho das crianças parece estar ligado, além de à composição da renda familiar e/ou satisfação de pequenas necessidades não supridas pelo baixo orçamento doméstico, também à transmissão de uma “moral do trabalho”, sendo mal vistos os jovens que não iniciavam cedo alguma ocupação.

Valtrede (f1,g2) começou a trabalhar aos 12 anos, no comércio, ajudando no negócio de uma vizinha. “Tinha uma vizinha minha que vendia carvão. Eu ajudava ela. Ela também tinha uma banca na feira livre. Eu ajudava também ela na feira livre. O marido dela vendia peixe e ela vendia coisas na feira”

Valdézio (f1,g2) começou a trabalhar aos 13 anos, vendendo produtos e fazendo frete nas feiras locais.

Lá em Mamanguape, como você deve saber, o trabalho lá era o seguinte: trabalho público, comércio e também a questão das usinas né. Então, assim. Eu comecei a trabalhar desde muito pequeno. Eu trabalhava no comércio. Tinha as feiras e eu ajudava nas feiras. Eu vendia alimento, cereais. E se precisasse que levasse até as casas das pessoas eu levava também.

No início, trabalhava somente um dia por semana, aos sábados, na feira de Mamanguape, mas logo começaria a frequentar outras feiras públicas na região.

Era um trabalho semanal né. Como a feira era só nos sábados, então comecei a trabalhar só nos sábados. Aí depois eu fiquei fazendo as feiras daquela região ali, de Jacaraú e Itapororoca. Jacaraú era no domingo e Itapororoca na segunda. Então fazia essas três feiras. Eu passei a juventude trabalhando. Todo mundo lá de casa teve que aprender a se virar cedo.

Valdézio conta que o trabalho infantil era algo frequente de se observar na região naquela época.

E era a coisa mais natural do mundo. Se você tivesse 13, 14 anos em casa, Ave Maria você era um preguiçoso. Tinha que trabalhar. Ninguém aceitava se tivesse um menino de 14 anos em casa. Ainda falavam de mim porque eu não trabalhava direto, eu estudava durante a semana e só trabalhava de final de semana né.

Até hoje muito estudioso, tendo posteriormente ingressado no seminário e concluído uma graduação em letras pela UFPB, Valdézio conta que nessa época teve dificuldades de conciliar os estudos com o trabalho na feira.

Eu sofria mais nas segundas né, porque na segunda tinha aula e eu ia pra Itapororoca. Então pra voltar, eu tinha que voltar antes de uma hora, que as aulas começavam uma hora, então às vezes eu vinha de alternativo, vinha de carona, em cima de carro de boi, pra poder estudar. Inclusive fiquei até devendo. Porque tinha aula na segunda-feira e eu não rendia bem na segunda-feira. Que era quando eu trabalhava de manhã. Acordava de madrugada, 3 ou 4 horas para ir à feira, aí chegava só fazia engolir a comida e ia direto para a escola.

Apesar de não ter nascido na área rural, Lonca (f1,g2) afirma que chegou a fazer alguns poucos trabalhos na terra, numa pequena propriedade do avô por parte de pai.

Meu pai plantava lá. Minha mãe. A gente ia para lá plantar, nesse período de inverno, a gente ia plantar. Às vezes ia colher com eles. Ele plantava para a família né. E como meu tio já não podia plantar, dizia: “quem quiser ir plantar pode ir”. Aí meu pai ia. E a gente ia. Somente para questão de consumo. E para não perder a prática. Meu pai quando não estava viajando ia também. Mas a gente ia mais com a minha mãe.

Ainda criança naquela época, Lonca diz que mais brincava do que realmente trabalhava.

Era só por diversão. Coisa de criança. Acho que eu não tinha nem dez anos. Na verdade, a gente ia somente porque gostava do passeio, acho. A gente ia, mas não era para trabalhar mesmo, não. Os adultos que faziam. A gente ficava só por causa da diversão. Aí quando ia colher o milho e o feijão, a gente achava bom. Porque ficava colhendo, pra brincar a gente fazia boneca de milho. A gente pegava aquelas espiguinhas pequenas, para fazer boneca de milho, e meu pai e minha mãe brigavam porque não estava no tempo de colher e a gente tirava. Pra brincar (risos).

Posteriormente, ainda pré-adolescente, teve uma passagem informal pelo comércio, trabalhando eventualmente como vendedora na feira.

Não tinha essa história de trabalho infantil, então a gente com dez, onze anos, ia para a feira, ajudar o povo na feira pra ganhar... Olha só, eu ganhava dois reais, para passar o dia na feira. Era dois reais o meu

salário de sábado. Com 13, 14, 15 anos, aos sábados a gente ia para a feira.

Carminha (f2,g2) tem recordações de ajudar os pais com o trabalho na terra quando ainda era criança, ao lado dos irmãos.

A gente ajudava papai. 10 anos, 11 anos, a gente já trabalhava com papai. Limpando, xaxando o feijão, que o feijão estava grandinho, papai botava a gente pra xaxar os matinhos. Eu fazia o leirão, fazia a cama, e sabia plantar. Capar o inhame. Tudinho trabalhava mais ele. Os mais fortes arrancavam macaxeira, e a gente que era menina, e os meninos, quebravam a macaxeira, fazendo as rumas, para depois os meninos tombarem com os balaio. Aqui pra casa”.

A lembrança é confirmada por seu irmão, Maurício (f2,g2). Ele afirma que apesar de terem começado a trabalhar muito cedo, eram poupados das situações mais estafantes. Geralmente, trabalhavam na terra com o pai no começo da manhã, ajudando depois a mãe nas tarefas domésticas.

Bem cedinho, 7 horas da manhã. De nove e meia, pai botava a gente para casa, por causa do sol. O terreno vinha daqui até lá embaixo. Metade disso aí papai plantava. Aí dizia: “tá chegando o caminhão aí para carregar”. Uma rural. Tinha inhame, aí as meninas iam colocando as mandiocas nas cacimbas, para fazer mandioca mole. Aí lavava e carregava as cacimbas. Mamãe fazia massa, fazia beiju, fazia papa. Fazia cuscuz de mandioca mole. E por aí vai.

Toinho (f2,g2) também relata ter ajudado o pai com o trabalho na terra quando ainda era criança. Aos mais jovens, cabia o trabalho de colheita, por exigir menos esforço físico. “A gente só colhia. Ele que plantava e a gente só ajudava ele a colher. Ele plantava Feijão, milho, macaxeira, feijão verde, batata. Aí na época da colheita a gente ia ajudar. De pequeno”.

4.9. Acesso à educação

O acesso à educação, seja de nível médio, técnico ou superior, ampliou-se entre os integrantes desta geração em relação aos membros da anterior. Se uma maior escolaridade, por si só, não necessariamente garante uma trajetória profissional bem-sucedida, é inegável que para muitos deles teve um grande papel na construção da carreira.

Em relação ao ensino superior, vale destacar que esta geração alcança a idade adulta quase no mesmo período que se dá a chamada expansão universitária. Como explicam Casqueiro, Irffi e Silva,

[...] esse processo de expansão do ensino superior no Brasil pode ser dividido em três fases. Na primeira fase, entre 1998 e 2002, houve a

expansão do número de vagas e cursos de nível superior nas sedes das universidades federais existentes. Na fase posterior, de 2003 a 2006, ocorreu uma ampliação na oferta de cursos e vagas através da expansão em direção ao interior de diversos estados brasileiros, tendo em vista suprir a demanda das diversas regiões. Nesta fase, destaca-se a criação de novas universidades federais, bem como a criação e consolidação dos campi universitários das instituições já existentes. Por fim, na terceira fase, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) por meio do Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007. (2020, p. 157).

A expansão universitária desse período aconteceu em todo o país, mas o Nordeste foi a região onde o crescimento foi mais significativo. Os autores afirmam que o impacto a curto prazo da expansão universitária é difícil de ser mensurado, porém é possível dizer que os locais contemplados com as novas estruturas de ensino apresentam uma tendência de melhoria de outros indicadores sociais além do aumento da escolaridade.

Em relação aos efeitos da expansão sobre os indicadores, observou-se que a criação de novos campi reduz o percentual de pobres nos municípios, em média, em 1,5 p.p. Além disso, possuem evidência (fraca) de que aumenta a renda per capita, o percentual de ocupados com nível superior e com nível médio (2020, p. 174).

Walker (f1,g2) acredita que foram os estudos que abriram as portas para seu primeiro emprego, na usina Agicam. Foi indicado por um parente que trabalhava na empresa, assim que concluiu o ensino médio. “O ensino científico, que chamava. Eu não tinha feito vestibular ainda. Mas não tinha esse requisito. Naquele tempo o segundo grau era quase como uma faculdade hoje em dia. Aí foi como eu fui para lá. Era novo ainda”.

Posteriormente, Walker fazia cursos em diversas áreas, para aumentar as possibilidades de emprego. Todos os cursos foram pagos pelas empresas nas quais trabalhou. “Controle de qualidade. Mecânica. O que aparecia a gente ia fazendo. Eletricista. Tudo que oferecia eu ia fazer”.

Foi o curso de magistério que possibilitou a Valdilene (f1,g2) o início da vida profissional, na área da educação. “Eu ainda estava fazendo o ensino médio. Fazia um curso, que não chamava pedagogia, era outro nome, mas dava a formação para você trabalhar como professora. Então nesse tempo, a gente podia trabalhar. Tinha os contratos, não era concursado, era contrato. Na prefeitura”. Posteriormente, Nene cursaria o ensino superior em pedagogia.

Depois de formada, em 1999, seria aprovada para um concurso de professora na cidade de Mamanguape, onde ainda leciona.

Valdézio (f1,g2) afirma que apesar de os estudos não serem muito valorizados na região na época em que eram crianças, os pais sempre incentivaram os filhos a continuarem na escola. Até hoje muito estudioso, depois de adulto, Valdézio ingressaria no seminário e também concluiria o ensino superior em letras na Universidade Federal da Paraíba.

Uma coisa assim que sempre teve na cabeça do meu pai foi isso. Ele dizia assim, que a gente tinha que ter aquilo que ele não teve. Sempre queria que a gente estudasse. E também porque na minha família, eu sou de família de professores né, inclusive minha tia foi minha professora. Não só incentivavam, não, mas exigiam que a gente tinha que estudar. Se a gente perdesse aula, tirasse nota baixa, como elas trabalhavam na escola, vinha bronca lá pra casa. A gente tinha que estudar.

De exigido, Valdézio passaria a exigente, tendo grande participação na formação dos irmãos. “A gente também tinha essa história de cobrar muito os irmãos. Tinha um irmão que queria desistir de ano, e caiu todo mundo em cima lá em casa. Tinha que estudar”. Sua irmã, Lonca, enfatiza bastante o papel de Valdézio na educação escolar e religiosa dos jovens da família.

Quem puxava a gente era Valdézio. Quem ajudou muito a gente com essas coisas sempre foi Valdézio. Ele sempre foi assim, o puxador da gente era ele. Por exemplo, questão de escola. Minha mãe nunca foi assim apegada a essas coisas, não sabe. Por exemplo, vai começar o ano letivo, não vou me preocupar com essas coisas de comprar caderno, lápis para os meninos, não. Era matriculado na escola, e ela comprava qualquer caderno. E Valdézio tinha esse gosto de fazer isso. Ele ia escolher os cadernos pra gente, comprava, escolhia as canetas e comprava os lápis. Enfeitava os cadernos da gente. Ele que gostava dessas coisas, pra incentivar a gente a estudar. Mole com ele não tinha, não, viu. Ai da gente. Sempre ele que nos incentivou. Se tivesse trabalho para fazer de escola, era ele quem sentava com a gente. Mãe não tinha nem tempo. Porque era muito filho. Minha mãe já fazia muito pela gente, né. Só o serviço de dona de casa, imagina! Lavar roupa para oito menino! Ela tinha que ser pai, mãe, educar. Ser dona de casa. Tinha muitas outras obrigações para ela. Aí Valdézio, que gostava mais, sempre foi ele que nos ensinava. De Vânia, até Dinha, era ele, né, que tinha a responsabilidade de educar. Na questão da educação, era ele. E no caminho religioso. Era ele quem levava a gente pra igreja. Não sei se ele te contou, mas quando dava hora da missa, era para estar todo mundo pronto (risos).

Apesar de todo o estímulo, segundo Valdézio, foi apenas após a chegada dos novos *campi* da Universidade Federal da Paraíba na região que ele e parte da família conseguiram acesso ao ensino superior.

Depois que a gente terminou o curso, o ensino médio, nós não entramos direto na universidade. Aí depois com o governo Lula, que veio a questão de criar as universidades, aí todos nós fizemos universidade. Minhas irmãs depois de casadas. Tenho uma irmã que mora em João Pessoa, que quando chegou a universidade em Mamanguape fez o curso de hotelaria. Eu depois de padre fiz o curso de letras. Então todos nós estudamos, depois. Na época que a gente terminou o ensino médio, era impossível. Mas todos nós demos uma pausa, e depois entramos na universidade. Antes nós só tínhamos duas opções: ou estudar em Guarabira, que era a universidade estadual, ou vir pra cá pra João Pessoa. E além do mais tinha que ter uma pontuação muito boa no vestibular pra entrar. Não eram tantas vagas como tem hoje. Era quase certo que a gente não ia passar. E muita gente não fazia nem o vestibular. Eu não fiz o vestibular. Agora sim é costume. Meus sobrinhos, terminam ensino médio tem que fazer vestibular. Mas a gente não. A gente não era preparado. Era acabar o ensino médio e começar a trabalhar na usina.

Ele também acredita que a valorização do estudo pela família foi o que abriu a porta para os irmãos ingressarem no trabalho no setor industrial, que geralmente exige mais qualificação do que o emprego no corte da cana-de-açúcar. “Como a gente tinha estudado, tinha ensino médio, então não ia trabalhar na cana, ia trabalhar lá como analista, trabalho de escritório, laboratório”.

Apesar de ter ingressado jovem para trabalhar no laboratório da usina, no controle de qualidade, ofício que aprendeu diretamente com os colegas, Vânia (f1,g2) posteriormente prosseguiria com os estudos, tendo concluído o ensino superior. Formou-se em hotelaria, porém nunca trabalhou na área. “Eu até tentei. Mas eu não me balancei muito, não.”

Tendo feito o curso técnico de magistério durante o ensino médio, Lonca (f1,g2) posteriormente cursa pedagogia quando ingressa na universidade. “Tenho curso superior. E especialização. Sou graduada em pedagogia com especialização no ensino fundamental. Os anos iniciais”. O ensino superior foi cursado no Campus IV da Universidade Federal da Paraíba, localizado em Mamanguape. Concluído o curso, Lonca tentaria alguns concursos na área, porém sempre sem sucesso. Hoje acha que a mudança não vale mais a pena, já que trabalha há 23 anos como agente de saúde na cidade de Mamanguape.

A conclusão do ensino médio possibilitou que Lela (f1,g2) e Dinha (f1,g2) arrumassem um emprego, ainda que informal, no programa Brasil Alfabetizado. Dinha ainda pensou em fazer o curso técnico de magistério, mas não tinha condições na época. “Eu não tinha condições de pagar. Aí depois ele extinguiu. Mas na época, assim, era porque eu não tinha condição mesmo de pagar. Tinha

vontade de fazer, mas era particular. Não era público, não”. Posteriormente, ingressaria no ensino superior para a área de pedagogia. “Aí fiquei tentando o ENEM, aí eu consegui passar em 2014, pra pedagogia, na UFPB, aqui no Campus IV, em Mamanguape. Terminei em 2019”. Dinha pouco atuou na área. Na época da conclusão do curso superior, estava trabalhando como assessora parlamentar na Câmara Municipal de Mamanguape. Mesmo estando formada, não pensa em regressar para a área da educação. “Nunca consegui nada como magistério (risos)”. Segundo ela, existem muitas pessoas na região que não conseguem atuar profissionalmente na área em que foram formadas.

É mais difícil na sua área. Eu vejo pessoas que são formadas em alguma coisa, mas elas não conseguem. Tanta gente termina contabilidade, aqui na faculdade. Termina pedagogia e acaba trabalhando de balconista em farmácia. Trabalhando de vendedora na loja. Na área é bem difícil. Feliz dos que conseguem. A sorte que tem alguns escritórios de contabilidade que vão na universidade, procura você pelo seu currículo. E chama, quem tiver essa sorte. Mas trabalhar na área mesmo... Muita amiga minha que terminou pedagogia comigo, estão desempregadas. Estão trabalhando.... uma é manicure, outra trabalha num negócio de internet, outra trabalha de vigia na Caixa. Outra trabalha numa banca. Pouquíssimas que eu vejo assim que estão atuando. E quando você vai atuar numa escolinha, não pagam um salário aqui, é muito difícil. As que pagam salário, para você conseguir vaga é difícil.

Dinha acredita que a falta de empregos qualificados na região é um problema que deve afetar ainda mais as próximas gerações.

É muito difícil até para quem é formado. Como você vê, sou pedagoga e não consegui. Tenho uma sobrinha que é fonoaudióloga. E ela agora que tá atendendo numa clínica, está conseguindo alguma coisa, mas é bem difícil. Mesmo você formado é difícil. Tenho um sobrinho, que está desempregado. Tenho irmão que está desempregado. Tenho outro sobrinho que agora está fazendo bico. E a gente vê muito desemprego. Muito desemprego mesmo. Difícil, aqui. Se você tiver condição de fazer uma faculdade, depois se manter com o que você terminou, é bem difícil aqui na cidade.

Carlinho (f2,g2) afirma que em sua família o estudo também era incentivado. Apesar de nem todos os irmãos terem conseguido chegar ao ensino superior, a média de escolaridade da geração é bem superior à da anterior.

A gente tudinho estudava. A família todinha, a gente conseguiu terminar o segundo grau. Eu parei porque eu comecei a trabalhar, inventei de casar, fui para São Paulo, essas coisas, aí parei de estudar. Mas eu consegui terminar o segundo grau. A minha irmã é formada, eu tenho outro irmão formado também na universidade, também em João Pessoa. Agora, os outros 3, eu e mais 2, a gente terminou só o segundo grau e não estudou mais.

Ele afirma que na sua época a estrutura educacional de Rio Tinto era suficiente para atender às necessidades da população.

A gente sempre estudou. Tinha as escolas em Rio Tinto, tudo pelo estado, pela prefeitura. Estudo a gente não pagava em Rio Tinto. Era escola estadual né. Aquele colégio Buriti, que é lá em cima. Tinha aquele outro em frente ao INSS. Antigamente era o grupo escolar, que era o primário né, da primeira à quarta série. Aí quando a gente terminava a quarta série ia para o Buriti.

O curso de torneiro mecânico feito no SENAI de Rio Tinto durante o ensino médio foi fundamental na construção da carreira profissional de Carlinho. Concluído o curso, logo ingressaria na Companhia de Tecidos Rio Tinto.

Eu fiz o curso do SENAI. E naquela época, para entrar no SENAI era concorrido também. A gente fazia prova. Tinha 30 vagas, aí fazia 80 pessoas ou 100 a prova. Aí na época eu passei, em décimo oitavo lugar. O curso durava dois anos. Meu primeiro emprego foi na fábrica. Já foi para trabalhar de torneiro.

Maurício (f2,g2) também tem o início de sua trajetória profissional marcada pelos estudos no SENAI, onde fez o curso de tecelagem. “Já entrei diretamente como tecelão. Tinha uns teares, lá no SENAI, aí pegavam gente jovem para aprender. Aí você aprendia e já entrava direto como tecelão. Entrei no SENAI com uns 16. E na CTRT, com 18 anos. Acabei o curso tinha 18 anos”.

Socorro (f2,g2) cursou tanto o ensino fundamental como o médio no ensino público. Posteriormente, ainda cursaria duas faculdades em universidades públicas. “Primeiro Serviço Social e depois Letras. Serviço Social fiz na UFPB. Mas primeiro foi Letras, se não me engano. Já faz tanto tempo. Letras eu fiz na UEPB, no campus de Guarabira. E serviço social na Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa”. Ela afirma que o gosto pelos estudos foi o que abriu a oportunidade para construir uma carreira no setor público.

Só tirava notas boas na escola. Eu fazia questão de tirar boas notas. E por isso eu estudava, estudava, estudava. Tanto é que quando houve o concurso do TJ eu disse: é o primeiro que eu vou fazer e eu vou passar. E olha que não foi fácil, não, viu. Eu era jovem. Estudei um ano inteirinho para fazer esse concurso. Eu disse: “eu entro nem que seja na última vaga”. E entrei na última vaga. Eram 3 vagas e eu fiquei em terceiro lugar. Deu certinho.

Socorro não encerraria a trajetória acadêmica na universidade, tendo depois ainda concluído 3 cursos de pós-graduação.

Ainda fiz especialização, depois fiz mestrado. Fiz especialização em psicologia escolar e aprendizagem. Mas faz muito tempo que fiz essa especialização. Depois fiz um mestrado fora. Faz uns 3 ou 4 anos que eu terminei. Na universidade do Paraguai. A gente tinha aulas em João Pessoa e fomos fazer as provas lá. E a defesa também foi lá. Foi sem bolsa, era particular. Eu sempre sonhei em fazer um mestrado. Aí não tava conseguindo passar na UFPB. Aí quando faltava um ano e meio para eu terminar o de lá, aí eu passei no mestrado em letras, aqui da UFPB. Aí tive que fazer os dois. Porque senão ia perder o que tinha gastado já. Aí acabei fazendo os dois.

Ela acredita que foi a primeira pessoa da família a atingir o nível de pós-graduação. Recebe gratificação nos dois empregos devido à formação. Tem orgulho de sua trajetória e incentiva os outros a continuarem estudando. “Eu me sinto muito feliz. E incentivo meus alunos a buscarem mais. Acreditarem. Esse é o incentivo que eu dou para eles. Veja o meu exemplo. Não é fácil. Mas não é impossível”.

Socorro tem um filho de 16 anos que pretende cursar medicina ou tecnologia da informação. Ela se preocupa com o futuro do garoto, e diz que o estudo é o melhor caminho para o filho conseguir um emprego. “Não tem, né. Não tem nem para os pais de família, quase. Quanto mais para os jovens. É difícil. Aí tem que estudar para pensar num futuro fora. Ou então aqui se for por concurso”.

4.10. Experiências de organização dos trabalhadores e repressão patronal

Os anos 80 e 90 no Brasil, de maneira geral, são caracterizados como um dos períodos mais atuantes do movimento trabalhista no país. Ainda no final dos anos 70, ocorre a emergência do chamado “novo sindicalismo”, que adotaria novas práticas organizacionais e combativas e traria de volta o protagonismo do movimento dos trabalhadores no país na luta por direitos.

Como explicam Vêras de Oliveira e Ladosky, com o golpe militar de 1964, o movimento sindical se organiza em torno de duas frentes. Uma delas se forma a partir dos partidos comunistas já tradicionais no país, adotando uma linha de combate mais legalista e aparelhista. “Naquele momento, este segmento reafirmou a estratégia de ocupação de espaços nas direções das entidades sindicais. Daí resultou uma composição com os dirigentes sindicais tradicionais,

tidos como ‘pelegos’ pelos setores mais atuantes. Essa foi a base de constituição do bloco da Unidade Sindical” (2014, p. 148). De maneira oposta,

Outro campo se formou a partir de três vertentes principais: os grupos de esquerda egressos da luta contra o regime; os militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e das pastorais da Igreja Católica; e as lideranças sindicais que vinham promovendo iniciativas de organização de base (dirigentes sindicais ‘autênticos’ e militantes de Oposições Sindicais), na luta por direitos trabalhistas e, dada a reação autoritária do regime, por bandeiras cada vez mais políticas. As greves de 1978 a 1980 foram decisivas para a constituição e projeção do ‘bloco combativo’, base do ‘novo sindicalismo’. Esse campo foi capaz de impulsionar uma ação contestatória mais radicalizada, articulada em torno da luta por reposição salarial (diante de uma crescente inflação, que depreciava o poder de compra dos trabalhadores) e por liberdade e autonomia sindical (pondo-se em oposição à estrutura sindical) (pp. 148 e 149).

Capitaneado pelos representantes do novo sindicalismo, o movimento trabalhista brasileiro teria uma participação fundamental na reconstrução da democracia e na conquista de direitos durante toda a década de 80. Porém, seguindo uma tendência mundial, resultante das novas configurações do capitalismo, a organização dos trabalhadores começa a dar sinais de enfraquecimento a partir da década de 90, levantando todo um debate em torno do futuro do movimento sindical. “As implicações da globalização, da reestruturação produtiva, da onda neoliberal, da *débâcle* da experiência socialista foram contundentes para as dinâmicas do trabalho e as formas de ação coletiva dos trabalhadores (p. 160)”. Os autores detalham os efeitos desse novo momento na luta dos trabalhadores no Brasil.

No caso do sindicalismo brasileiro, embora tenha vivido, nos anos 1980, uma conjuntura contrastante com aquela dos países mais industrializados, na década seguinte passou a sofrer os efeitos da nova dinâmica capitalista mundial. A partir do governo Collor, com a adoção, no país, de políticas macroeconômicas neoliberais e a intensificação da reestruturação – implicando em privatizações de empresas estatais, reterritorializações de plantas industriais, na disseminação dos processos de terceirização, na adoção de sistemáticas medidas governamentais de desregulamentação das relações de trabalho etc. –, produziu-se um quadro geral de desemprego, crescimento da informalidade, cortes de direitos e benefícios, queda nos níveis médios de remuneração, precarização das relações e condições de trabalho, com graves consequências para o movimento sindical (2014, p. 160).

A nova conjuntura teria impactos não só sobre as organizações sindicais, mas também na própria constituição dos trabalhadores ativos no período, que passam a mobilizar outros valores e condutas em relação às práticas propostas pelo “novo sindicalismo”.

Os sindicatos se viram diante de novos perfis de trabalhadores e novas posturas, seja da parte dos remanescentes do período anterior, seja da parte dos recém-admitidos no mercado de trabalho, cuja motivação principal passou a ser “vestir a camisa da empresa” e preservar o emprego, mesmo que com redução de direitos. Ao mesmo tempo, tiveram que lidar com empregadores encorajados por uma correlação de forças mais favorável e com governos mais hostis à prática sindical, tal como ficou evidenciado no episódio da greve dos petroleiros de 1995, discutida em Rizek, o ataque aos direitos sociais e trabalhistas em geral (p. 161).

Apesar das dificuldades, as décadas de 80 e 90 seriam marcantes, ainda hoje lembradas por alguns dos momentos de maior efervescência do movimento sindical brasileiro. Contrariando parte do que é colocado na literatura dedicada ao estudo do tema, o movimento sindical parece perder protagonismo nas narrativas dos trabalhadores abrangidos neste período pela nossa pesquisa. Em boa parte dos casos, os sindicatos não são sequer mencionados pelos entrevistados, mesmo quando são alvo de perguntas por parte do entrevistador. A exceção, na maioria das vezes, está entre os trabalhadores que atingiram algum grau de formalidade durante suas carreiras profissionais. Nas trajetórias dos trabalhadores que integram esta seção, aparecem eventualmente relatos de exercício de mais de uma atividade profissional concomitantemente. Em alguns casos, o mesmo trabalhador pertence a duas categorias e tem consequentemente representações distintas.

No caso dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, ao menos um cita a participação da entidade sindical como significativa nas conquistas de direitos pela categoria nos últimos anos. Já no setor têxtil, que dava seus últimos suspiros na região, o sindicato aparece como uma organização assistencialista e conivente com o patronato em conformidade com o que é relatado sobre a maior parte da história da CTRT. Nos setores tradicionalmente menos organizados, a presença do sindicato parece ser ainda menor. A “timidez” da participação das organizações trabalhistas é explicada por alguns como consequência dos muitos anos de forte repressão patronal da região.

Walker (f1,g2) é representado, na prefeitura, pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Tinto, e na usina, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Sucroalcooleira (Base João Pessoa). Este último, segundo ele, foi responsável por conquistas históricas para a categoria. “O que melhorou foi as condições oferecidas para o trabalhador. Questão de EPI.

Questão de tecnologia. Questão de alimentação. Transporte. Questão de gestão ambiental, gestão social também”. Ele afirma que hoje os sindicatos da região são mais presentes, e que antigamente tinham um caráter mais assistencialista.

Na verdade, no meu tempo, o sindicato só servia para duas coisas. Aposentadoria, que eles pagavam, pagavam para se aposentar como trabalhador rural. E para atendimento médico, odontológico, essas coisas. O sindicato atuava mais nessa parte. Assistencial.

Segundo Walker, a mobilização dos trabalhadores na região sempre foi difícil, por conta de uma cultura patronal local repressora e autoritária.

Era assim. Tinha os donos. E os donos, das fábricas, eles eram temidos por todo mundo. Andava com revólver. Tinha capanga. Quem ia brigar contra isso? Inclusive nessa empresa que eu trabalho, também, meus tios chegaram a trabalhar nela, era desse mesmo jeito. Os coronéis. Era coronelismo. Agora não, que mudou. Mas era coronelismo. Em todas as usinas. Funcionava assim. Agora, era mais os fundadores. Que era engenho. Depois de engenho passaram a ser usina. O sistema é o mesmo. Com aquela cultura, de matar gente, que eles tinham fama, o trabalhador não ia pra cima né. Quem era louco? Levar uma pisa ou perder a vida. A movimentação trabalhista era quase nula. Ninguém tinha coragem de fazer nada, não.

Carlinho (f2,g2) relata a influência patronal sobre o Sindicato Têxtil de Rio Tinto, em funcionamento na cidade na época em que a fábrica ainda estava operando. Ele aponta as diferenças na atuação do sindicato local em relação aos que conheceu na época em que trabalhou fora da Paraíba.

O daqui não atuava muito, porque o sindicato daqui, era os funcionários da fábrica mesmo que eram presidentes. O presidente era funcionário deles, como iria brigar? Mas lá fora é diferente. Lá fora o sindicato passava a semana todinha na frente da empresa acompanhando os funcionários. Com carro de som. Trazia lanche para os profissionais. Essas coisas. Era assim antigamente, hoje não sei se é mais. O presidente tá tentando acabar com os sindicatos né.

Toinho (f2,g2) afirma que o Sindicato Têxtil de Rio Tinto atuava de uma forma mais assistencialista. Já o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Sucroalcooleira (Base João Pessoa), ele afirma ser pouco participativo. “Eu era sindicalizado no sindicato dos trabalhadores da fábrica. O sindicato ajudava. Tinha dentista, tinha médico, tinha tudo. Para os trabalhadores da usina, aqui, só tem o sindicato rural. O dos trabalhadores da indústria só tem em João Pessoa. Mas não participa muito não. Porque isso daí é tudo comprado, né”.

Trabalhando hoje como professora concursada, Nene (f1,g2) é representada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Tinto, organização que ela afirma já ter sido mais presente na rotina dos trabalhadores.

“Aqui só tem o sindicato dos servidores públicos. Abrange todos os empregos públicos, né. Municipal, da prefeitura. O sindicato já foi mais atuante. É porque, assim, a prefeitura, aqui, agora não tem nenhum opositor. Nem no sindicato”.

Há 23 anos trabalhando como agente comunitário de saúde, Lonca (f1,g2) tem como representante para as demandas trabalhistas o Sindicato dos Servidores do Município de Mamanguape. Porém, ela afirma que a maior parte das mobilizações são feitas por uma associação, criada e gerenciada por eles mesmos.

Tem a associação da gente. Tem o sindicato dos funcionários públicos. Mas a gente só se associou há pouco. Faz uns 3 anos. Mas a briga da gente sempre foi pela associação. Associação dos agentes comunitários de saúde da cidade. De associação a gente já tem quase 20 anos. Dezoito, este ano. As brigas da gente sempre foram com a associação. Eu mesma posso dizer que nunca fiz parte de uma reunião do sindicato. Se a gente for lá na sede perguntar como estão os andamentos, eles dizem. Mas eles não têm esse vínculo como é a associação. Na associação a gente tem reunião uma vez por mês. A gente briga mais. A gente está mais junto. E também tem aquela história, sindicato dos servidores públicos são todos os servidores né. A gente tá sempre mais junto com a associação. Porque a associação é a gente, né.

Professora concursada pelo município de Rio Tinto e funcionária do Tribunal de Justiça da Paraíba, Socorro (f2,g2) é representada por duas entidades sindicais. “Tem o sindicato dos trabalhadores aqui da cidade, do município, e o dos servidores do estado. Eu acho que o sindicato dos professores de Rio Tinto sempre foi um sindicato pelego. Sempre”. Já o outro sindicato não tem representação em Rio Tinto. “O do estado não tenho muito conhecimento, não, porque é em João Pessoa, e eu não vejo, não preciso. Só pago. A contribuição mensal”. Ela afirma que o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Paraíba não é muito presente. “Já vieram, mas vem mais quando é a época de eleição pedir voto”.

4.11. Experiências migratórias

Nos relatos dos trabalhadores que compõem este segmento, a migração está presente na trajetória ocupacional de parte significativa dos integrantes das duas famílias, e parece mais frequente entre os homens, principalmente durante a juventude. A motivação principal da mudança geralmente é a busca por melhores oportunidades profissionais e de remuneração.

Das experiências migratórias descritas aqui, duas são para o Sudeste, especificamente para a cidade São Paulo. Ao analisar as estratégias de sobrevivência de migrantes que se deslocam da Paraíba para a capital paulista, Menezes aponta como objetivos básicos a satisfação de três necessidades: “1) sobreviver em São Paulo; 2) contribuir para a sobrevivência da família no campo e 3) poupar, tendo em vista, principalmente a volta à terra natal, ou, também, visando à fixação em São Paulo (1985, p. 124)”. O ingresso no trabalho industrial aparece quase sempre como o melhor meio para a consecução desses fins, pois está associado “às possibilidades de um salário maior e de acesso aos benefícios sociais e previdenciários” (p. 110). A escolha da cidade de São Paulo como destino migratório deve muito ao seu papel preponderante na economia capitalista do país, em comparação aos estados do Nordeste naquela época. Neste sentido, a autora defende que

A migração, apesar de ser uma decisão pessoal, é determinada pelo desenvolvimento do capitalismo, nas suas manifestações concretas no campo e na cidade. Leva-nos a esta conclusão a compreensão de que um dado fluxo migratório, num determinado momento histórico, tem como base real o processo histórico-concreto do desenvolvimento deste modo de produção” (p. 152).

Toinho (f2,g2) decidiu mudar para São Paulo em 1987. Na época, estava empregado na CTRT, mas já desconfiava que a indústria em breve fecharia as portas. “Saí antes dela fechar. Deixei funcionando”. Através do irmão mais velho que já morava em São Paulo, Toinho toma conhecimento da grande oferta de empregos na região. “Meu irmão mais velho já tinha ido para São Paulo. Aí ele disse: “rapaz, tecelagem aqui tem demais. É bom para ti”. Aí eu só fiz dar baixa e ir embora. Aí cheguei lá, comecei logo a trabalhar”.

Segundo Menezes, é recorrente nas trajetórias de migrantes o deslocamento do filho mais velho da família inicialmente, sendo posteriormente seguido pelos irmãos mais novos. Nas palavras da autora, “De forma habitual, migram primeiro os filhos mais velhos; esse passo normalmente é dado pela maioria: 18 anos. O primeiro que migra representa a primeira etapa de uma fragmentação maior da família, ele abre caminho para os irmãos que se seguem (1985, p. 101).

Toinho ficaria em São Paulo por 17 anos e oito meses. Na cidade ele ainda conheceria sua esposa e constituiria família. “Aí lá arrumei essa daí. Ela é

de Salvador. É baiana. Conheci ela em São Paulo. Fui sozinho, voltei com uma mulher e três filhos”. Seu primeiro emprego após a mudança foi em uma tecelagem localizada no bairro de Santo Amaro. Ele ressalta que o salário que recebia na cidade era muito superior ao que ganhava em Mamanguape.

Quando cheguei lá e recebi o primeiro salário falei para o meu irmão: rapaz, erraram o pagamento aqui (risos). Porque era por produção também. Em tecelagem sempre é produção. Aí eu disse: “rapaz, o dinheiro que eu recebi aqui dá pra gente alugar uma casa, comprar uns móveis todinhos, fogão, geladeira”. Ele: “é mesmo?” Eu: “é”. Ele olhou e falou: “rapaz, é mesmo, pagava bem melhor”.

Ficou nessa empresa por dois anos e sete meses, quando foi indicado por um irmão para um emprego numa fábrica de fusíveis localizada no bairro de Interlagos. “Me chamou, aí eu fui. Me apresentou para o dono lá, e o dono me colocou na função de soldador. Aí com 2 meses já passei a líder. Apreendi logo o macete todinho, foi na época que saiu o encarregado, já passei a líder. Aí com 4 meses mudou o chefe geral, aí acabei assumindo também”. Toinho afirma que progredir na carreira profissional era muito mais fácil em São Paulo do que na sua cidade natal. “Lá era mais fácil. Você trabalhou uns 6 meses, já está ganhando igual aos outros velhos de casa. Lá é assim. Não é igual aqui, não. Aqui, em usina mesmo, o serviço é bom, mas não dá oportunidade assim. Fica na mesma função 2, 3, 4 anos”.

Para Menezes, é preciso relativizar nos relatos dos migrantes as caracterizações sobre os salários e as condições de trabalho em São Paulo, pois essas elaborações são feitas de maneira relacional, tomando como referência os paradigmas do local de origem.

Apesar dos baixos salários, muitos migrantes ainda consideram as condições de trabalho em São Paulo “uma maldomia”. A avaliação do migrante é baseada em duas referências: a do campo e a da cidade. A percepção sobre as condições de vida e de trabalho na cidade reflete a maior exploração da força de trabalho no campo. Assim a “aceitação” dos baixos salários não representa uma acomodação, passividade frente às determinações do capital, mas se justifica porque as referências do migrante são de que, em outros lugares, (no caso, na região de origem) as condições de sobrevivência são ainda piores” (1985, p. 119, 120).

No mesmo sentido, complementa a autora, ainda que o emprego formal na indústria represente para alguns trabalhadores migrantes uma forma de submissão ao capital e uma melhoria material somente relativa, proporciona na concepção de outros um meio para aprimorar as condições de vida.

Isto, na sua percepção, se daria pelo “aumento dos anos de casa”, meio pelo qual ele pensa tanto em conquistar melhores salários, quanto em formar um pecúlio, pela indenização. Uma “boa” indenização, no seu modo de ver, permitiria melhorar as condições de sobrevivência na cidade (o que geralmente é representado pela compra da casa própria) ou retornar definitivamente, à origem (p. 120).

Cerca de 5 anos depois Toinho mudaria novamente de emprego, ao receber uma proposta de uma empresa metalúrgica. Ele afirma que na época, em São Paulo, existiam mais vagas de emprego do que trabalhadores qualificados para preencher os quadros.

Antes, lá em São Paulo, lá no largo 13 de maio, tinha aquelas kombis, peruas, com as faixas: “Precisa-se de tecelão”; “Precisa-se de torneiro mecânico”. Aí você vai passando e eles perguntam: “qual a sua função?” E eu dizia: “sou tecelão”. Ele: “A gente tá precisando de tecelão lá. Tu ganhas quanto?” E eu: “ganho 1200”. E ele: “a gente paga 2 mil”. Aí a gente dava baixa e ia. Na época que eu cheguei lá. Mas depois as coisas foram ficando difíceis, difíceis, difíceis. E para vir embora, quase não vinha. Mas na época que eu fui sobrava emprego. Dava para escolher. Naquela época faltava gente qualificada.

Trabalhou na metalúrgica por pouco mais de 4 anos, saindo quando a empresa mudou de cidade. “Depois ela mudou para Sorocaba, aí eu não quis, não. Aí me dispensou. Aí foi quando eu vim embora”. Toinho afirma que ele e a esposa decidiram mudar para Mamanguape porque não queriam criar os filhos na cidade grande. “Porque via muita coisa errada lá e não queria que meus filhos vissem. Aí pensei, vamos embora, e se eles quiserem voltar depois de maior eles voltam. Mas ficaram por aqui também”.

Com 2 irmãos morando e trabalhando em São Paulo na época, Carlinho (f2,g2) seria o próximo a migrar para a cidade.

Aí meu irmão começou a me chamar para ir para São Paulo. Ele já estava lá, o que trabalhava aqui de tecelão. Quando saiu foi para lá. Aí começou a me chamar. Aí fui para São Paulo. Aí lá, na época, foi difícil arrumar emprego. Anos 80, crise, estava difícil. E quando eu cheguei lá, ele tinha acabado de ser demitido da firma que ele trabalhava. A gente morou em Santo Amaro. Tinha metalúrgica lá. E Santo Amaro tinha muitas tecelagens. Inclusive esse meu irmão chegou até a trabalhar lá numa tecelagem, que já era a função que ele trabalhava aqui. Aí depois foi que ele pegou outra área e trabalhou em outras coisas. Em Santo Amaro tinha fábrica demais. Eu trabalhei lá. Tinha tipo um distrito assim que era só empresa mesmo. Muita empresa grande.

A maior dificuldade que Carlinho teria para arrumar emprego em São Paulo seria a adaptação às novas tecnologias implementadas nas indústrias do

Sudeste, que usavam equipamentos mais modernos do que os encontrados nas empresas da sua região de origem.

Eu cheguei lá, para você ver, aqui eu já era torneiro, quando eu cheguei lá fui fazer um teste de torneiro e não passei. Porque eu trabalhava em Rio Tinto, era aqueles tornos antigos. Quando eu cheguei lá em São Paulo, tudo moderno. Mas eu como era um camarada esperto, e era jovem... Eu fazia um teste numa empresa, aí reprovava. Mas só que eu já ia pegando os macetes das máquinas. Quando errava alguma coisa, pedia explicação e tal. Sei que depois de fazer 3 testes eu fui aprovado. Aí comecei a trabalhar já. Era uma metalúrgica. Já tinha esses tornos CNC que o camarada trabalha através de computação. Na época ela já tinha. Mas tinha muitos tornos mecânicos também. Porque era uma firma que fabricava peça e fazia manutenção também para outras empresas. Aí eu trabalhava na parte dos tornos mecânicos. Para você pegar outro torno desses daí, você tinha que fazer um curso primeiro.

Carlinho morou 3 anos em São Paulo, tendo passado nesse período por pelo menos 3 empresas, sempre trabalhando como torneiro mecânico. Ele afirma que a alta rotatividade foi uma escolha sua, que sempre buscava uma oportunidade melhor mesmo estando empregado. “Em São Paulo, como eu era jovem, eu sempre ficava procurando uma melhora. Passava assim, um ano em uma empresa, aí arrumava outra”. Assim como Toinho, Carlinho afirma que a remuneração que recebia em São Paulo era muito superior ao salário que ganhava em Rio Tinto.

O salário, na época, era por hora. Não era por mês. Na época em São Paulo, o primeiro salário foi esse, 800 cruzeiros por hora. Não era como hoje que tinha um salário fechado por mês. Na época, em São Paulo, as empresas pagavam tudo por hora. Porque tinha mês que tinha 30 dias, aí era um salário. Tinha mês que tinha 31, aí você já ganhava um dia a mais. No mês que tinha 28, só ganhava 28. Por isso que era por hora, na época né. Eu não sei hoje como está. Mas o salário lá era bem melhor do que aqui. Lá eu cheguei a ganhar até seis salários e pouco, na época. Aqui era um e meio.

Voltou para Rio Tinto quando, durante uma greve na empresa em que trabalhava, conseguiu um acordo para ser demitido sem perder as verbas rescisórias.

A gente ficou uma semana lá, com o sindicato lá em frente, aí o dono da empresa chegou e disse: “eu só negocio se voltarem a trabalhar. Quem voltar a trabalhar, a gente negocia o salário. Aqueles que não quiserem, pode entregar a carteira que a gente paga todos os direitos”. Eu já estava pensando em vir embora aí aproveitei.

Carlinho ainda teria outra experiência migratória, desta vez para o Rio Grande do Norte, para onde mudou 3 meses depois de voltar de São Paulo. Através de um conhecido, Carlinho fica sabendo que a empresa Teka, tecelagem

localizada em Natal que tinha entre seus proprietários a família Lundgren, estava contratando novos funcionários.

Aí no primeiro dia que fui em Natal arrumei. Essa Teka do Nordeste, um dos diretores daí comprou. E levou muita gente daqui para cá. Como ele era sócio aqui, conhecia muitos profissionais daqui, aí ele levou muita gente daqui de Rio Tinto para lá. Aí quando cheguei de São Paulo, não fui direto para lá porque já tinha as pessoas trabalhando lá na empresa. Só que essa empresa não tinha sido vendida ainda. Ainda era Teka. Mas tinha saído um engenheiro daqui, chamado Francisco, e ele conseguiu emprego lá também nessa Teka. Aí ele começou a levar também gente de Rio Tinto para lá. Aí eu fui para lá, consegui no mesmo dia. Aí fiquei. Entrei dia 01 de dezembro de 1986.

Diferentemente do que relata quando aborda sua experiência em São Paulo, Carlinho afirma que o salário que recebia no Rio Grande do Norte não era superior ao que ganhava em Rio Tinto.

Na verdade, o salário aqui do Nordeste é tudo parecido. Uma base de dois salários e meio para baixo. Em Natal era essa base também. Dois, dois e pouco. Agora, em São Paulo era mais. Em São Paulo cheguei a ganhar até seis salários. Mas no Nordeste é sempre essa base, de 2, 2,5 para baixo. A não ser que você pegue uma empresa muito grande. Que também é muito difícil de acontecer. Esse tempo todinho que eu trabalhei a base sempre foi essa.

Carlinho ficou 6 anos na Tecblue. Retornou para Rio Tinto devido a problemas familiares. “Na época a mãe da minha esposa estava muito doente, as irmãs não conseguiam cuidar, minha mulher chorava todo dia para vir embora”. Seria a última experiência migratória de Carlinho.

Socorro (f2,g2) viveu por cerca de um ano e meio fora de Rio Tinto. Foi sua única experiência migratória. Tinha acabado de ser aprovada no concurso para o Tribunal de Justiça da Paraíba, conseguindo uma vaga em Bayeux, cidade vizinha de João Pessoa. Também estava cursando a faculdade no Campus I da UFPB.

Fiquei morando na residência universitária. Mas só fazia dormir. Ia pra Bayeux, depois vinha de ônibus para João Pessoa, voltava. Enfim. Corre-corre. Eu ainda estudava, faltava mais de um ano para eu concluir serviço social. Aí ficava mais perto para mim, né. Aí fui para lá. Aí trabalhei ainda 1 ano e meio por lá. Depois surgiu a vaga aqui, aí eu pedi a remoção”.

O primeiro emprego de Walker (f1,g2) foi na usina Agicam, onde trabalhou por cerca de 2 anos. Quando foi demitido, teve dificuldades para arrumar outro emprego na região, e decidiu mudar para Fortaleza, onde tinha família.

Porque estava difícil emprego. Estava difícil na época. E como eu tinha parente lá também, ele fez o convite. Na verdade, ele fez o convite mais para eu ir estudar. Agora, eu tinha que conciliar, estudo e trabalho. Aí lá foi currículo. Lá não tem indicação, não.

Walker acha graça quando lembra da primeira vez que um possível empregador pediu que encaminhasse um currículo.

Fui fazer meu currículo, no tempo eu não sabia nem o que era isso. Porque o currículo, tem o nome... a assistente social botou lá, traga isso aqui, aí botou em latim né. Curriculum Vitae. Aí eu disse: “que danado é isso” (risos). Eu não sabia o que era. Nunca tinha ouvido falar, né. O nome em latim lá, eu disse: “que eu vou fazer aqui, meu Deus!” Aí fui procurar alguém para perguntar (risos). Hoje em dia você fala currículo, todo mundo sabe o que é um currículo, mas no meu tempo? Tinha que tirar uma foto para botar lá e tudo, no currículo. Se eu não estou enganado, no tempo vendia uns formulários em papelaria. Não tinha nem a Internet para fazer, não. Não tinha nada. Eu entrei nessa empresa no ano de 92. Aí eu fui à papelaria, comprei um formulário. Aí a gente botava a fotinho na capa. E ia preenchendo os dados.

O primeiro emprego que arrumou em Fortaleza foi numa empresa multinacional da área de veterinária, também no setor de laboratório, no qual já tinha certa experiência. “A gente fazia vacinas e remédios veterinários”. Posteriormente, ingressou na Esmaltec, indústria de eletrodomésticos, na área de controle de qualidade. Em ambas, foi registrado em carteira, e o salário era melhor do que na região de Mamanguape.

Walker ficou em Fortaleza por 10 anos, onde também se casaria pela primeira vez e teria duas filhas. Porém, com o fim do relacionamento, decidiu voltar para Mamanguape.

Não vi mais sentido em ficar lá. Aí teve demissão na empresa e vim pra cá pra Paraíba novamente. Lá o cara sozinho é ruim. Ficava sozinho no apartamento, ficava agoniado. Não estava nem com cabeça pra ficar mais lá. Aí em 2001 eu retornei pra Paraíba.

Apesar de ter ficado bastante tempo em Fortaleza, Walker diz que ainda estranhava a cultura local e sentia saudades de Mamanguape.

Demais. Principalmente das comidas (risos). Você pensa que o Nordeste é uma coisa só, mas não é, não. Cada um tem sua cultura diferente. Seu jeito. Seu dialeto. Tinha dificuldade no dialeto da gente. Chegava lá às vezes até muito... não tinha essa palavra bullying. Mas a gente sentia. Na capital, Fortaleza, tinha o sotaque deles lá. Só porque aqui a gente fala diferente, eles pensam que o jeito deles é falar correto. O São João lá não existe, praticamente. Só tem as quadrilhas, que nem tem no Rio de Janeiro, São Paulo. Porque aqui pra gente, na cultura da Paraíba, São João é como se fosse um natal. E lá passava despercebido. Passava em branco. Aí nessa época eu sentia muita saudade. Dava até uma nostalgia.

Valtrede (f1,g2) iria para Fortaleza encontrar o irmão pouco tempo depois, também motivado pela busca de um emprego melhor, pois em Mamanguape trabalhava como informal.

Foi para procurar emprego. Meu irmão mais velho estava morando lá aí eu fui para lá. Meu irmão e um tio, que eu tinha lá. Eu trabalhava em Mamanguape, mas não era registrado. Estava trabalhando de cobrador de ônibus. Que aqui tem uma linha de Mamanguape a Rio Tinto. Que liga as duas cidades, uma linha de ônibus. Aí eu trabalhava de cobrador nessa linha, nessa época que eu fui para lá.

Em Fortaleza, conseguiria seus dois primeiros empregos registrados, no setor do comércio, ganhando um salário-mínimo. Porém, permaneceu pouco tempo nas duas empresas. Trabalhou por 3 meses nas lojas Americanas, cobrindo uma licença maternidade. Também trabalhou no supermercado Makro, onde permaneceu por seis meses, saindo devido a um problema de saúde. Ainda em Fortaleza, trabalhou um tempo como informal na marcenaria de um vizinho. Não tendo conseguido permanecer em nenhum bom emprego, depois de 2 anos Valtrede decidiria retornar para Mamanguape.

Apesar de ter concluído o ensino superior em hotelaria, Vânia (f1,g2) trabalhava há mais de 15 anos em usina quando decidiu mudar de área e sair de Mamanguape. Trabalhadora sazonal, buscava um emprego mais estável. Ela decide, então, sair da casa dos pais e se mudar para João Pessoa, onde vive até hoje. Ela ressalta que a capital oferece mais oportunidades de emprego do que a região onde nasceu. “João Pessoa tem mais oportunidade né. Indústria. Supermercado grande. Tem vários nichos né.” Logo arrumou emprego em uma serraria, onde trabalha como recepcionista, ganhando um salário suficiente para se manter na capital mesmo vivendo em casa alugada.

Interessante notar aqui que boa parte das experiências migratórias deste segmento se dão dentro da região Nordeste, para outros estados ou cidades da Paraíba. Um estudo dedicado ao tema afirma que a partir dos anos 80 é possível observar a “diminuição da migração interestadual” e o “aumento da migração de retorno” (DA SILVA, 2008, p. 34). O autor indica duas possíveis explicações para essas tendências.

Na época, duas foram as explicações que justificaram esses novos movimentos. Uma, mais otimista, entendia que o aumento da migração de retorno e a baixa imigração para a Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 1980, resultavam de certa recuperação da capacidade

de retenção dos locais que haviam sido os principais emissores de migrantes. O crescimento do emprego público, do turismo e a maturação tardia de grandes investimentos eram reconhecidos como fatores que explicariam o aumento da capacidade de retenção dos locais de origem. Outra explicação associava tais mudanças às sucessivas crises econômicas que marcaram os anos 1980 e o início da reestruturação econômica, ocasionando profundas transformações em diversos setores produtivos e, conseqüentemente, na organização do mercado de trabalho. Argüia-se que, sendo a Região Metropolitana de São Paulo o maior receptor de migrantes do país e, ao mesmo tempo, a região mais atingida pela reestruturação econômica, reduzia-se sua atratividade, pois se tornavam cada vez mais escassos os empregos com vínculos minimamente estáveis (p. 34).

Segundo Da Silva, na década de 90 a dinâmica migratória “deu continuidade ao processo de desconcentração demográfica das metrópoles, com o conseqüente crescimento das localidades não-metropolitanas” (2008, p. 35). Ainda assim, é possível observar uma retomada do fluxo migratório para São Paulo no período, impulsionada pelo crescimento das cidades que rodeiam a área metropolitana da capital paulista. E a maior parte desses migrantes viria do Nordeste. O autor indica, tomando como base o Censo do ano 2000, “uma recuperação da atratividade migratória da região [Metropolitana de São Paulo]; se durante a década de 1980, o saldo migratório foi de menos 290 mil pessoas, os dados relativos aos anos de 1990 apontaram para um saldo positivo de 220 mil pessoas” (p. 37).

4.12. **Considerações finais**

Nas trajetórias ocupacionais daqueles com idade suficiente para ingressar no mercado de trabalho durante os anos 80 e 90, entre os homens, o trabalho industrial ainda é o mais frequente. Grande parte dessas experiências acontece na agroindústria canavieira. Já o trabalho rural só aparece, de maneira esporádica, no início das trajetórias, perdendo relevância à medida que o tempo passa. O trabalho no setor de comércio e serviços aumenta bastante em relação à geração anterior, com registro de passagens equivalentes entre trabalhadores de ambos os sexos. O trabalho no setor público também se torna relativamente frequente, sendo mais recorrente entre as mulheres do que entre os homens. O trabalho doméstico está relacionado na maioria das vezes às mulheres, tendo inclusive influenciado a carreira profissional de algumas. São relatadas ainda outras formas de trabalho, como o emprego na construção civil e na educação particular, em sua maioria na informalidade, e de forma esporádica, como meio

para incrementar o salário ou garantir renda nos períodos de desemprego, principalmente no caso de trabalhadores sazonais. O trabalho infantil também é relatado, porém de uma maneira menos frequente do que na geração anterior. As experiências migratórias são mais recorrentes entre os homens, e se dão tanto no interior do Nordeste quanto em outras regiões do país.

Figura 17: Quadro 2 – Parte 1 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90.

	Família 1			
	Walker	Valtrede	Valdézio	Vânia
Trabalho na Indústria Têxtil				
Formal				
Informal				
Precário				
Trabalho na Indústria Sucroalcooleira	x	x		x
Formal	x	x		x
Informal				
Precário	x	x		x
Trabalho Industrial em Outros Ramos de Atividade	x			
Formal	x			
Informal				
Precário				
Trabalho no Setor Público	x	x		x
Formal	x	x		
Informal		x		x
Precário	x	x		x
Trabalho Doméstico e de Cuidados				
Formal				
Informal				
Precário				
Trabalho na Construção Civil		x		
Formal				
Informal		x		
Precário		x		
Trabalho no Comércio		x	x	
Formal		x		
Informal		x	x	
Precário		x	x	
Trabalho em Serviços		x		x
Formal				x
Informal		x		
Precário		x		
Outras Formas de Trabalho			x	x
Formal			x	
Informal				x
Precário				x
Trabalho Infantil		x	x	
Experiências Migratórias	x	x		x
Na Região Nordeste	x	x		x
Em Outras Regiões				

Figura 18: Quadro 2 – Parte 2 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90.

	Família 1			
	Nene	Lonca	Lela	Dinha
Trabalho na Indústria Têxtil				
Formal				
Informal				
Precário				
Trabalho na Indústria Sucroalcooleira				
Formal				
Informal				
Precário				
Trabalho Industrial em Outros Ramos de Atividade				
Formal				
Informal				
Precário				
Trabalho no Setor Público	x	x	x	x
Formal	x	x		
Informal	x	x	x	x
Precário	x	x	x	x
Trabalho Doméstico e de Cuidados			x	x
Formal				
Informal			x	x
Precário			x	x
Trabalho na Construção Civil				
Formal				
Informal				
Precário				
Trabalho no Comércio		x	x	x
Formal				x
Informal		x	x	x
Precário		x	x	x
Trabalho em Serviços			x	x
Formal				
Informal			x	x
Precário			x	x
Outras Formas de Trabalho	x	x		
Formal				
Informal	x	x		
Precário	x	x		
Trabalho Infantil		x		
Experiências Migratórias				
Na Região Nordeste				
Em Outras Regiões				

Figura 19: Quadro 2 – Parte 3 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90.

	Família 2		
	Carlinho	Toinho	Socorro
Trabalho na Indústria Têxtil	x	x	
Formal	x	x	
Informal			
Precário	x	x	
Trabalho na Indústria Sucroalcooleira	x	x	
Formal	x	x	
Informal		x	
Precário	x	x	
Trabalho Industrial em Outros Ramos de Atividade	x	x	
Formal	x	x	
Informal			
Precário			
Trabalho no Setor Público	x		x
Formal			x
Informal	x		
Precário	x		
Trabalho Doméstico e de Cuidados			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho na Construção Civil			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho no Comércio			x
Formal			
Informal			x
Precário			x
Trabalho em Serviços			x
Formal			
Informal			x
Precário			x
Outras Formas de Trabalho		x	
Formal			
Informal		x	
Precário		x	
Trabalho Infantil		x	
Experiências Migratórias	x	x	x
Na Região Nordeste	x		x
Em Outras Regiões	x	x	

Figura 20: Quadro 2 – Parte 4 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 80 e 90.

	Família 2	
	Carminha	Maurício
Trabalho na Indústria Têxtil		x
Formal		x
Informal		
Precário		x
Trabalho na Indústria Sucroalcooleira		x
Formal		x
Informal		x
Precário		x
Trabalho Industrial em Outros Ramos de Atividade		
Formal		
Informal		
Precário		
Trabalho no Setor Público		
Formal		
Informal		
Precário		
Trabalho Doméstico e de Cuidados	x	x
Formal		
Informal	x	x
Precário	x	x
Trabalho na Construção Civil		x
Formal		
Informal		x
Precário		x
Trabalho no Comércio		
Formal		
Informal		
Precário		
Trabalho em Serviços		
Formal		
Informal		
Precário		
Outras Formas de Trabalho		x
Formal		
Informal		x
Precário		x
Trabalho Infantil	x	x
Experiências Migratórias		
Na Região Nordeste		
Em Outras Regiões		

Segundo os relatos, apesar do trabalho industrial ser quase sempre formal, a precariedade laboral se expressa através de condições como longas jornadas, baixos salários e burlas aos direitos trabalhistas. No caso da indústria sucroalcooleira, o maior agravante é a sazonalidade do emprego. Sobre o trabalho formal no setor público, a maior queixa é dos baixos salários, sendo frequente a conciliação da ocupação com outras atividades, o que também foi observado entre os empregados não regulares do setor. Chama a atenção a grande quantidade de relatos sobre trabalho informal no setor público, sem direitos trabalhistas, remunerações abaixo do valor do salário-mínimo, contratos sazonais e más condições de trabalho. O trabalho no setor terciário aparece de maneira recorrente, porém é quase sempre informal ou/e de curta duração. Quando na juventude, o rendimento nesse tipo de serviço parece ser geralmente irrisório. O trabalho doméstico e de cuidados na maioria das vezes não é encarado como trabalho, e quando envolve alguma contrapartida financeira, esta é geralmente significada como uma ajuda. É mais recorrente entre as mulheres, e um ponto comum é a ausência de seguridade social e regulação trabalhista. Entre as outras formas de trabalho, aparecem o emprego na rede privada de educação, na construção civil, em atividades extrativas, no ramo criativo, entre outros. Em sua maioria, aparecem como ocupações temporárias, sem regulamentação ou acesso a direitos trabalhistas. De maneira geral, as atividades sindicais e trabalhistas são relatadas como pouco presentes ou paternalistas, com exceção do setor sucroalcooleiro, onde há o reconhecimento de conquistas através da atuação sindical ao longo dos anos

5. Capítulo V – Experiências de trabalho a partir do ano 2000

5.1. Considerações iniciais

Este tópico apresenta as trajetórias de 6 entrevistados que ingressaram no mercado de trabalho depois do ano 2000, 3 da família “1” e 3 da família “2”, sendo 2 homens e 4 mulheres. Todos concluíram o ensino médio, e quatro têm ensino superior, curiosamente as quatro mulheres do grupo. A dedicação ao estudo, porém, nem sempre possibilitou boas oportunidades de emprego, evidenciando a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra qualificada do mercado de trabalho local, perspectiva que já se desenhava no período anterior, quando a escolarização dos membros da família começa a ser aprimorada.

Os dois homens entrevistados neste capítulo iniciaram a vida laboral na construção civil, embora um tenha feito poucos serviços esporádicos enquanto o outro trabalha na área até hoje. O início dos dois guarda ainda em comum a pouca remuneração, quando existente, e o caráter de “aprendizado” do serviço, que acontece sempre na informalidade, geralmente em condições precárias. Outra similaridade da trajetória de ambos está na passagem pelo emprego formal, de curta duração, com remuneração baixa e relato de concorrência entre os trabalhadores, elementos comuns às duas narrativas apesar de uma dar-se no comércio e a outra em uma agroindústria alimentícia. Um deles também atua no ramo criativo, sendo músico. A remuneração que recebe por esse trabalho, porém, além de ser esporádica, geralmente não ultrapassa mais que 150 reais por ocasião. O outro jovem, hoje tenta ingressar na usina.

O emprego no setor terciário também aparece no relato de parte das mulheres, que descrevem relações de trabalho quase sempre precárias e/ou informais. É o mesmo caso do emprego no setor público. Das 4 mulheres que compõem o grupo, 3 nunca tiveram um trabalho com registro em carteira.

A não linearidade de trabalhos e ganhos parece comum às 6 trajetórias, e segundo os relatos se estende aos amigos e colegas de profissão. Dos 6 jovens, 3 já têm filhos. A ajuda da família, aliás, não só para o enfrentamento das dificuldades do dia a dia, mas também na busca por emprego, está sempre presente. Três deles pensam em um dia sair da cidade, em busca de melhores

oportunidades. Uma das mulheres já mora em João Pessoa, para onde se mudou depois de ser aprovada em um concurso público.

O período posterior ao ano 2000 é marcado por um novo ciclo de crescimento econômico do país, com uma política intensa de valorização do salário-mínimo e diminuição do desemprego. A taxa de formalização também subiu, porém boa parte das ocupações criadas foram de baixa remuneração.

Remonta também a esse período a expansão universitária, que trouxe avanços importantes para o acesso ao ensino superior na região. Mas o aumento da escolaridade, ao que tudo indica, não se refletiu significativamente em obtenção de melhores empregos, perdurando a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra qualificada do mercado de trabalho local.

É possível observar ainda nas duas cidades uma expansão dos setores de comércio e serviços, com a abertura de grandes lojas do comércio varejista em Mamanguape. Grande parte dos empregos, porém, mesmo nessas áreas, são também informais, precários e sazonais.

A indústria sucroalcooleira da Paraíba, contrariando a tendência nacional, volta a apresentar sinais de crescimento a partir do ano 2000. Sendo o perfil das empresas locais majoritariamente voltado para a produção de etanol, estas são favorecidas pelo aumento da demanda do produto no país e pelas políticas de incentivo à energia renovável. Porém, em termos de geração de emprego, a indústria sucroalcooleira nem de longe apresenta o protagonismo que adquiriu em outras épocas no Vale do Mamanguape.

Mesmo reconhecendo os avanços conquistados durante o período, é necessário destacar que as desigualdades estruturais que marcam a história da região perduram. Como informa Araújo, “em 2010, a região Nordeste, que respondia por 13,5% do PIB nacional, ainda detinha 27,8% do total da população brasileira e 47,8% da população rural do país” (p. 169).

Apesar disso, os bons índices observados durante a primeira década dos anos 2000 no que se refere às tendências do mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto no Nordeste, trouxeram mudanças significativas, inclusive no fluxo migratório na região. Segundo Araújo,

Em um contexto de mudanças na dinâmica populacional e migratória (menor pressão demográfica com menores taxa de crescimento populacional, envelhecimento populacional, queda da razão de dependência, crescimento vegetativo como principal elemento para o incremento da PEA, ao lado da crescente urbanização e da redução da emigração inter-regional) presencia-se um processo de reconfiguração do mercado de trabalho nacional e nordestino, com destaque para o crescimento da ocupação, especialmente dos postos de trabalho com carteira assinada – ampliando a formalização- , forte queda do desemprego e melhorias da renda média do trabalho (2017, p. 169).

Cacciamali e Tatei afirmam que durante os anos 2000 é possível observar um aumento das taxas de formalização em todo o país, porém “boa parte da geração de empregos formais se concentrou em postos de trabalho menos qualificados e de baixa produtividade” (2016, p. 108). A partir de 2014, o Brasil viveria uma nova crise, que elevaria a informalidade a taxas não observadas desde os anos 90.

Os primeiros indícios de recessão econômica surgiram em 2014, mas é apenas no ano seguinte que os impactos negativos sobre o mercado de trabalho se aprofundaram. A crise atingiu o mercado de trabalho destruindo empregos assalariados, formais e informais [...]. Os empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), perderam 1,6 milhão de postos de trabalho registrados celetistas nesse ano, número que praticamente iguala o total de postos criados entre 2012 e 2014. A destruição líquida de postos de emprego formal é um aspecto significativamente nocivo da recessão econômica que só teve paralelo similar na crise do início dos anos 1990 (Costanzi, 2004), e repercutindo na elevação da taxa de desocupação e da informalidade, com repercussões de médio prazo sobre a distribuição da renda (2016, p. 112).

Em artigo publicado em 2021, Oliveira analisa as tendências econômicas e sociais predominantes no Nordeste entre 2003 e 2015, época na qual o Partido dos Trabalhadores ocupava a Presidência da República do Brasil, período classificado pelo autor do texto como “neodesenvolvimentista”. Para ele,

Esse período foi marcado pela retomada - sob decisiva reativação do papel indutor do Estado - do crescimento e do emprego, tendo, para além disso, produzido significativa melhora nos indicadores sociais em geral. Por outro lado, o Estado não foi capaz de realizar mudanças de caráter mais estrutural. Quanto ao Nordeste, teve, durante 2003 e 2015, um desempenho econômico, na média, melhor do que o do país, de um lado estimulado por maior incremento da renda das famílias (por efeito do crescimento dos níveis de emprego e da renda, da formalização das ocupações, da política de valorização do salário mínimo, das políticas sociais, do crédito ao consumidor etc.) e, por outro, por um volume relativamente maior de investimentos produtivos, especialmente estimulados pelo PAC (OLIVEIRA, 2021, p 173).

Oliveira analisa ainda o comportamento dos três setores na economia regional durante o período, destacando os ramos de atividade que mais cresceram e os que decaíram.

Ao mesmo tempo em que os setores produtivos tradicionais têm perdido importância relativa (especialmente aqueles vinculados ao complexo sucroalcooleiro, ao sistema pecuária/algodão e às imensas áreas destinadas à agricultura de subsistência), o agronegócio vem avançando em várias frentes (sobretudo na produção de grãos e frutas), novos investimentos industriais impactaram a base produtiva manufatureira e segmentos dos serviços passaram por intensa modernização, a exemplo do setor bancário, das telecomunicações, dos transportes (aeroportos, portos, ferrovias e rodovias), etc. Vale destacar, quanto a isso, o crescimento da importância das cidades médias com a expansão e modernização da estrutura socioprodutiva. Em termos de valor adicionado bruto, caiu o peso da agropecuária, assim como o da indústria (particularmente da indústria de transformação) e, como contraponto, ampliou-se o peso dos serviços (puxado sobretudo pela expansão do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, motivada pelo incremento da renda das famílias) (OLIVEIRA, 2021, p. 173).

Em termos de avanços sociais e trabalhistas, entre os anos de 2003 e 2015, o autor aponta que, apesar de ser possível observar “um movimento de maior convergência entre os indicadores regionais e nacionais, as distâncias entre ambos foram mantidas em patamares elevados”. Para Oliveira,

Uma ilustração desse duplo movimento (de maior convergência entre Nordeste e Brasil, mas preservando-se o caráter discrepante das diferenças entre eles) se encontra na proporção das ocupações informais no conjunto das ocupações e no nível da renda (medida pela mediana do total do rendimento mensal dos ocupados no trabalho principal por posição na ocupação e categoria de emprego). Outro dado de muita relevância sobre as implicações sociais, na Região, das transformações socioeconômicas nesse período diz respeito ao tema das desigualdades sociais. Segundo Trovão et al. (2019), enquanto o Brasil teve seu Índice de Gini reduzido em 12,8%, entre 2002 e 2015, para o Nordeste, tal redução foi, no mesmo período, de 15,4%, tendo partido, em 2002, de um patamar superior (de 0,603, acima do Brasil, que detinha 0,593) e atingido um nível inferior (de 0,510, frente ao do Brasil, de 0,517) (OLIVEIRA, 2021, p. 174,175).

Em artigo conjunto publicado no ano de 2019, Trovão, Araújo e Montenegro apontam que a superação das dificuldades que marcam o mercado de trabalho no Nordeste exige, além do crescimento econômico, mudanças estruturais que diminuam a desigualdade que caracteriza a região, em suas variadas expressões.

O crescimento da atividade produtiva mostrou-se fundamental para a melhoria da condição social e para a redução de algumas desigualdades que caracterizam a região nordestina. No entanto, o tipo

de crescimento a ser perseguido (com ou sem concentração de renda, com níveis altos ou baixos de desemprego, com piores ou melhores condições de trabalho etc.) é que parece ser o ponto central que deve nortear o debate sobre os rumos para o Nordeste no seu longo caminho para o desenvolvimento socioeconômico regional. Para além do crescimento, políticas regionais que permitam mudanças estruturais na base produtiva regional, também são importantes para se pensar no desenvolvimento da região no longo prazo (p. 158).

Por fim, vale ressaltar que a década de 2010 é marcada pelas crises política e econômica que tomam conta do país a partir de 2015, com um aumento da taxa de desemprego e a desarticulação de políticas sociais. Podemos acrescentar para caracterizar o período os retrocessos na legislação trabalhista, com perda de direitos, flexibilização e extinção de mecanismos de financiamento sindical. Na década de 2020, é necessário ainda levar em conta a pandemia de COVID19, que dificultou a vida de muitos trabalhadores, principalmente no setor informal.

Ao analisar as principais tendências econômicas e sociais do Nordeste entre 2015 e 2019, Oliveira destaca que a região vivencia uma recessão durante o período, acompanhando uma tendência nacional que se agrava a partir da crise econômica e política que segue o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT).

Segundo dados do Sistema de Contas Regionais, do IBGE, entre 2015 e 2019, o PIB do Nordeste acompanhou de perto a baixa performance do PIB nacional, sendo que na média geral do período se colocou abaixo. Enquanto o PIB do país variou nesses 5 anos em média -0,62% a.a., o mesmo indicador para a região variou em -1,04% a.a. Com isso, manteve-se no patamar de pouco mais de 14% do PIB nacional (OLIVEIRA, 2021, p. 182).

Durante o mesmo período, o campo trabalhista também foi marcado por retrocessos. Como informa Oliveira,

No campo da regulação do trabalho, as maiores mudanças vieram com a lei da terceirização e a reforma trabalhista, ambas de 2017. Além da liberalização da terceirização para atividades fins, foi garantida a primazia do negociado sobre o legislado (ao mesmo tempo em que o espaço das negociações coletivas e sistematicamente restringido), a desconfiguração da CLT (que teve alterados mais de 100 de seus artigos), a legalização de diferentes tipos de contrato atípicos e precários, a fragilização do papel da Justiça do Trabalho, a substituição da intervenção estatal na resolução dos conflitos trabalhistas pela autocomposição das partes, a fragilização da organização sindical, etc. (OLIVEIRA, 2021, p. 181, 182).

5.2. Acesso à educação

A já citada “expansão universitária” continua produzindo efeitos positivos no que se refere ao acesso à educação no Brasil no decorrer dos anos 2000, sendo os melhores resultados observados na região Nordeste. Segundo Casqueiro, Irffi e Silva,

De 2003 a 2010, houve um aumento de 45 para 59 universidades federais, representando uma ampliação de 31%; e de 148 campi para 274 campi/unidades, representando um crescimento de 85%. Ademais, entre 2003 e 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país (2020, p. 157).

Importante informar que o perfil dos ingressantes no ensino superior público na região também sofreu alterações nos últimos anos. Além da “expansão universitária”, é necessário dar crédito aqui à chamada “Lei de Cotas”, Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Trata-se, em suma, de uma norma federal que define parâmetros inclusivos, por meio da reserva de vagas, para o acesso às Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) e aos institutos federais de ensino técnico de nível médio vinculados ao Ministério da Educação (MEC). O sistema de reserva de vagas para acesso a elas, no escopo da legislação vigente, obedece a um misto de critérios em que o atendimento a um está condicionado ao cumprimento de outro. Na prática, a Lei prevê, primeiramente, que 50% das vagas por instituição, curso e turno devam se destinar aos alunos que estudaram na rede pública durante toda sua escolarização em nível médio.² Em seguida, estabelece uma segunda reserva de vagas, dentro do primeiro contingente, voltada para outras duas condições: uma proporção mínima de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda mensal *per capita* é igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) no mínimo igual à soma desses grupos na unidade da federação (UF) onde se encontra o referido estabelecimento de ensino” (SENKEVICS E MELLO, 2019, p. 187).

Em estudo publicado no ano de 2019 dedicado a averiguar os efeitos da Lei de Cotas no perfil dos alunos ingressantes nas universidades federais brasileiras, Senkevics e Mello afirmam que quatro anos após a promulgação da medida já era possível observar um crescimento na participação da população contemplada pela norma, sendo que o índice mais positivo foi registrado no Nordeste, onde o “aumento absoluto da participação de PPI de baixa renda foi de 11,3 p.p.” (p. 192). Segundo os autores,

Evidencia-se um aumento progressivo da participação de todos os potenciais beneficiários da ação afirmativa. Entre 2012 e 2016, a

participação de estudantes provenientes do ensino médio em escolas públicas nas Ifes passou de 55,4 para 63,6% (crescimento de 15%), enquanto a participação de estudantes PPI de escolas públicas passou de 27,7 para 38,4% (aumento de 39%). O aumento da participação dos indivíduos de famílias com rendimentos inferiores a 1,5 salário-mínimo *per capita* foi bastante similar ao dos respectivos grupos sem o critério de renda (p. 194).

Os trabalhadores que integram este tópico, na maioria dos casos, tiveram mais facilidade para acessar a educação superior do que as gerações que os antecederam, mas não só pela maior oferta de vagas e leis para a democratização do acesso universitário. As famílias estarem vivenciando uma situação de menor vulnerabilidade tornou possível para os jovens que quiseram se dedicar aos estudos maior disponibilidade para continuar a formação, o que nem sempre foi possível para as gerações anteriores. As trajetórias de ensino se deram, majoritariamente, na educação pública. Mesmo aqueles que ainda não conseguiram ingressar em nenhum curso, têm planos de fazer uma faculdade posteriormente.

É o caso de Felipe (f1,g2), filho de criação de Valdemir e Mãe Santa, o mais jovem entre todos os irmãos, nascido na cidade de Mamanguape em 1991. Ele chegou a concluir o ensino médio, mas não conseguiu ingressar no ensino superior. “Eu fiz uma vez o ENEM. Não me saí muito bem, não. E aquela coisa, o mundo dá voltas e a vida me levou para outro caminho”. Porém, Felipe ainda guarda o sonho de um dia fazer uma faculdade. “Dentro de mim essa vontade não saiu, vou te dizer que não saiu, não”. Caso ingressasse no ensino superior, a primeira opção seria tentar se profissionalizar como músico, atividade que exerce hoje. “Eu acho que se eu fosse entrar numa faculdade, seria para isso. Só que, assim, eu estou vendo uma coisa muito competitiva, hoje, muito difícil. E, para minha realidade hoje, acho que é muito mais complicado. Pela localidade da região”. Praticante costumaz de esportes, sua segunda opção seria a educação física. “Porque, assim, eu sou instrutor de capoeira e faixa azul de jiu jitsu, sabe. Aí a questão da educação física é por conta disso, sabe. Aí tem essa questão. Também dou umas carreirinhas durante a semana na pista aqui”.

Paralelamente à atividade de músico, Felipe faz hoje um curso técnico de radiologia, em uma instituição particular. “A gente paga 135 mensais. Passando do vencimento, paga 150. Dura dois anos e meio o curso. Mas, assim, a gente

tá vendo, porque tem a pandemia, sabe. Por conta disso pode diminuir”. Tendo iniciado já com a pandemia em andamento, teve uma única aula presencial, de anatomia, e está fazendo o restante de maneira remota. Quando ingressou, tinha como principal objetivo conseguir arrumar uma ocupação mais estável. “Vou te confessar que busquei profissionalmente, mas estou amando o curso. Acabei me identificando”.

Aíرتون Lima de Macedo (f1,g3), filho de Lonca, nasceu na cidade de Mamanguape em 1999. Ele diz que gostava de estudar. Porém, relata que quando trocou de um colégio particular para um público, mudou de hábitos e viu o desempenho na escola cair. Logo abandonaria os estudos e só concluiria o segundo grau anos mais tarde, através do EJA, Educação de Jovens e Adultos.

Minha vida é cheia de altos e baixos. Muito conturbada. Muita cachaça. Desmantelo. Nessa minha fase aí não queria saber de trabalho. Quer dizer, queria saber, mas eu sempre tive na minha cabeça: “vou estudar, tenho uma cabeça boa para estudar. Quero terminar meus estudos. Entrar na faculdade”. Eu sempre tive essa vontade e eu sei que eu consigo. Sempre tive uma cabeça boa para estudo. Até a quinta série eu estudei em colégio particular e acho que isso abriu muito minha mente. Porque pega muito no pé. Muito esforço e tal. A pessoa aprende de todo jeito. Isso aí foi fundamental na minha educação. Depois eu comecei a estudar em escola pública, aí pronto. Foi onde eu conheci o mundo. Em vez de estudar eu conheci o mundo. O mundo não, algumas partes assim. As partes sem futuro, que não presta.

Apesar dos obstáculos, ele ainda sonha em voltar a estudar e cursar o ensino superior. “Penso muito. Eu tenho vontade, ainda, de entrar numa faculdade. Muita vontade mesmo. Se tem uma meta de vida, um sonho que eu quero realizar, isso faz parte do meu sonho”.

Paula Virgínia Lima dos Santos (f1,g3), filha de Nene, nasceu na cidade de Mamanguape em 1994. Quando concluiu o ensino médio, começou a cursar duas faculdades na Universidade Federal da Paraíba, finalizando uma, no ano de 2017.

Na verdade, minha primeira escolha foi na área de engenharia. Engenharia de alimentos. Fiz dois anos. Só que eu não me identifiquei muito. Apesar de gostar muito de cálculo, mas eu acabei saindo. E eu queria ir para a área de saúde. Então eu tinha um colega que era fonoaudiólogo já. Aí ele me falou do curso. Era um curso novo. As pessoas não conheciam tanto. Mas ele falou muito bem do curso, e eu meio que entrei na curiosidade. Pelas características do curso, era muito a minha cara. Aí eu disse, vou entrar nessa, vou ver o que dá, que eu tinha que sair de alimentos para alguma coisa. Senão minha mãe ia me matar (risos). Aí eu queria algo na saúde. Então entrei no curso e gostei muito. É uma área muito bonita, muito boa.

Ainda durante o curso, começou a fazer estágio na área. “Comecei a fazer estágio em 2017. Os dois últimos períodos foi só estágio. Eu já ia para os hospitais, em João Pessoa, na clínica mesmo da UFPB. E no Hospital Universitário”. O estágio durava o dia inteiro, não era remunerado e tinha como principal objetivo adquirir experiência na área.

Era só para aprender. Era o dia inteiro. Todas as disciplinas tinham estágio. Então os dois últimos períodos era só estágio. Tinha aula só de TCC mesmo. Só encontro, com o orientador. Então, assim, a gente passava uma manhã na clínica, aí à tarde no H.U. Sempre estava com o horário ocupado.

Paula concluiu o curso de fonoaudióloga. Ela relata que o ensino superior, porém, não diminuiu a dificuldade de arrumar um bom emprego na região de Mamanguape. “Você acaba selecionando mais os lugares que você vai trabalhar. Quando você quer qualquer coisa, aparece com mais facilidade”.

Lidiany (f2,g2) nasceu em 25 de agosto de 1978 em Rio Tinto. Aos 25 anos concluiu o ensino superior na área de história, na UEPB de Guarabira. Ela também relata que a conclusão da faculdade não tornou menos dificultoso seu ingresso no mercado de trabalho.

Eu entrei na faculdade aos 20 anos e saí aos 25. E, assim, perspectiva de emprego nenhuma. Na verdade, nunca teve. Hoje tá melhor. Mas antes era aquela coisa. Tinha um professor na escola, e aquele professor só saía quando se aposentava. Então é outro agravante para quem era da minha área, professora, para conseguir uma colocação. Escolas particulares não existiam. Era pouco. Foi acontecendo depois de irem aparecendo as particulares.

Com dificuldades para arrumar um bom emprego na área da educação, Lidiany decide fazer outra faculdade, agora na área de tecnologia da informação. Mas não concluiria o curso.

Aí voltei para o ENEM. Fiz ENEM. Passei para T.I.. Aqui, na federal de Rio Tinto. Aí fiz um ano... dois anos de T.I.. Depois desisti. Realmente estava muito complicado para mim. Porque eu saí de Humanas, fui para Exatas. E num turbilhão. Porque eu ainda dava aula. Foi logo no finalzinho. E comecei a empreender. Então foi tudo junto. Eu achava lindo, maravilhoso, mas eu não estava conseguindo intelectualmente acompanhar o curso. Para mim era um nível de dificuldade muito grande. Cada semestre, cada ano que se passava, era uma carga maior e mais complexa. Aí encerrei, né. Aí fiquei só empreendendo”.

Apesar de não ter conseguido se firmar na área da educação, Lidiany pensa em prosseguir com os estudos. “Vou tentar até um mestrado também.

Minha irmã conseguiu. Aí eu estou começando a voltar. Que eu não queria área de educação mais. Eu estava muito descrente”.

Hitiany Maria de Sousa Silva (f2,g3), filha de Carlinho e Carminha, nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 15 de maio de 1989. Ao falar sobre sua formação, ela ressalta uma trajetória quase exclusiva no ensino público da região.

Toda a formação foi em Rio Tinto, inclusive a graduação. Tudo em colégio público. Só o último ano que eu acabei fazendo numa escola particular devido ao cursinho. Porque eles tinham tipo umas aulas de vestibular à tarde. Você viu onde a gente mora, é distante do centro, então é muito perigoso sair para fazer cursinho noturno. Aí meu último ano do ensino médio foi numa escola particular. Porque era integrado com o cursinho, aí acabei fazendo lá porque eu não tinha como fazer cursinho à noite.

Formada em ciências contábeis, iniciou o ensino superior no curso de secretariado. “Eu entrei primeiro em secretariado executivo, cheguei a cursar 3 períodos, mas não me identifiquei. Depois fui para contábeis. Faz muito tempo. Entrei acho que com 19 ou 20 anos, acho que um ano depois de me formar no ensino médio, no Campus IV da UFPB, Mamanguape”,

Após terminar a graduação, Hitiany ainda faria uma especialização na área.

Concluí e fiz uma especialização também. Aí já foi na UNIPÊ, aqui em João Pessoa. Foram 2 anos. Um ano eu ainda estava morando em Rio Tinto, o segundo ano já estava morando aqui em João Pessoa. Fiz especialização em contabilidade pública, que é minha área. Comecei a estudar já no segundo período da faculdade essa área. Meu TCC foi sobre isso também.

No caso de Hitiany, o ingresso no mercado profissional parece ter acontecido com menos dificuldade do que nos relatos anteriores. Começou a trabalhar na área enquanto ainda cursava a faculdade, como auxiliar de contabilidade. Ao se formar, foi registrada como contadora.

Comecei como estágio, aí depois de um ano, um ano e pouquinho, registrou a carteira. Na verdade, eu fiz dois estágios. Eu fiz um em João Pessoa, que era em um hospital público. Ia para João Pessoa e voltava todo dia. Era meio expediente também. Fiquei uns 4 meses. Fiz esse estágio na área pública, mas depois fui fazer um estágio na área de contabilidade privada. Porque esse era em Mamanguape. Pertinho de onde eu morava.

Conseguiu as duas oportunidades de estágio através do CIEE, o Centro de Integração Empresa Escola.

Você se cadastrava, como universitário, e quando as empresas oferecem alguma vaga, eles fazem o contato e marcam uma entrevista. A gente se registrava, colocava nome, idade, graduação, período que estava cursando. Quando as empresas queriam um estagiário, não um empregado, mas sim um estagiário, aí faziam contato e falavam com a gente. “Quero uma pessoa, de tal curso, em tal período”. Aí eles olhavam no banco de dados e chamavam. Eu fui chamada para uma prova, eles fazem uma seleção, aí eu e outra pessoa ficamos com a vaga. E o outro estágio, o primeiro, foi também uma seleção. Eles divulgaram, abriram um edital e convocaram. Aí tinha uma prova. Foi muito difícil. Nos dois eu tive que fazer seleção.

Maria Viviane Souza Silva (f2,g3), irmã de Hitiany, nasceu na cidade de Rio Tinto em 10 de abril de 1995. Assim com a irmã, estudou praticamente a vida toda no ensino público.

O colégio e a faculdade, na UFPB. Design. Terminei o ensino médio, mas ainda demorou um pouquinho. Tentei a primeira vez, quando eu saí do ensino médio, teve primeiro o ENEM e também tinha o PSS na época (processo seletivo seriado). Eu me formei em 2012. Mas na primeira vez eu não passei. Aí na segunda vez, em 2013, foi no que eu passei. Foi no tempo que saiu o PSS, aí estava rolando só o ENEM. Aí eu passei.

Viviane explica por que escolheu o curso de *design*, e detalha um pouco do que aprendeu na universidade.

Porque é um curso que era oferecido aqui, eu achava interessante a ideia. Só que a gente entrou, meio que a gente não sabendo ao certo qual era o tipo de design. Porque lá no edital, nas coisas, só especificava que era design. Mas design tem várias áreas. A gente só soube mesmo no primeiro dia de aula. O curso mesmo, é design de produtos. Design de produtos no geral. Móveis, eletrodomésticos, produtos assim no geral. Mas no curso, a gente viu disciplinas de outros tipos também. Caso alguém quisesse se especializar em outra área depois. Tem a parte de design de produtos, mas tem também a área gráfica. É um pouco dos dois. Tinha vários softwares. Tinha uns softwares mais para o lado gráfico, para a gente fazer as apresentações, como o Illustrator. A gente também viu um pouco de Photoshop. E também tinha os softwares de modelagem digital. Para a gente fazer o produto em 3D, a representação. A gente tinha optativas de vários tipos. Eu paguei design de embalagens, design de moda. Tinha várias optativas.”

O estágio era uma etapa obrigatória do curso, mas Viviane não chegou a trabalhar fora, pois cumpriu o requisito atuando em um projeto de extensão.

Não cheguei a trabalhar, não. Porque dentro da faculdade mesmo eles ofereciam vários projetos que também davam para abranger a questão do estágio. Estágio obrigatório. Aí eu não cheguei a trabalhar fora, não. Porque era assim, tinha a opção de que quem quisesse fazer fora, em uma empresa, podia. Mas tinha também a opção de aproveitar algum projeto de iniciação, ou de extensão, aí no meu caso eu aproveitei um projeto de extensão que eu tinha feito. Aí eu aproveitei a carga horária e tudo que abrangia o obrigatório. Aí deu certo.

Após concluir a faculdade, Viviane ainda faria alguns cursos para aprofundar seus conhecimentos sobre as ferramentas digitais mais utilizadas na área.

No momento, agora, eu estou fazendo uns cursinhos para complementar minha formação. Nessa questão do gráfico. Pela questão dos softwares que eu te falei. Que a gente viu bastante a questão do Illustrator⁹⁹ só que algumas ferramentas, que a gente não usava muito, eu estou aprendendo agora, nesses cursinhos. Algumas ferramentas que facilitam muito o trabalho, que auxiliam a fazer mais rápido, por assim dizer. E tem outras ferramentas que eu não tinha visto. Uma coisa boa de aprender esse negócio é que a gente consegue atuar até em outras áreas, se aparecer.

Apesar de possuir ensino superior e estar constantemente se atualizando sobre as novidades da área, Viviane acha que dificilmente vai conseguir um emprego como *designer* na região de Mamanguape.

Por aqui é uma questão bem complicada, né. Tem alguns cantos que trabalham tipo com a área gráfica. Só que, aí, são gráficas mais tipo coisa de família, não pega tanto os estudantes. Antigamente, a gráfica de Rio Tinto até pegava assim estagiário da faculdade, mas acho que depois de um tempo não pegaram mais, não. Encerram aquela questão do vínculo. Acho que é muita burocracia também, né. Aí por aqui é meio complicado, assim. Que eu lembro de gente que fazia estágio, de outras turmas também que eu ouvia falar, era mais em João Pessoa mesmo.

Importante destacar que, apesar de o ensino superior parecer mais acessível para esta geração, com inegável benefício sobre a instrução média, a conclusão do curso universitário não é garantia de um bom emprego, pois “a economia não vem gerando postos de trabalho compatíveis com esse aumento da escolaridade”(LAMEIRAS; VASCONCELOS, 2018, p. 2). Em estudo de 2018 dedicado a analisar a empregabilidade de pessoas com nível superior no Brasil, Lameiras e Vasconcelos concluem

Ainda que venha crescendo o número de trabalhadores com ensino superior no mercado de trabalho brasileiro, parte deste contingente não consegue obter uma função compatível com o seu grau de instrução. Logo, apesar de apresentar uma taxa de desemprego abaixo das demais categorias, mais de um terço dos indivíduos mais graduados está ocupando postos de emprego que não requerem o seu nível de conhecimento. Adicionalmente, os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho reforçaram ainda mais esse quadro, de modo que, no terceiro trimestre de 2018, de cada dez trabalhadores ocupados, quatro estavam em funções que prescindiam da sua qualificação. No caso dos mais jovens, o estudo revela que sua inserção nos segmentos de ocupação correspondentes com seu grau de instrução é ainda mais difícil. Se no fim de 2014 38% dos indivíduos de 24 a 35 anos, com

⁹⁹ Software de design gráfico.

ensino superior, possuíam empregos abaixo do seu nível de qualificação, no último trimestre este percentual já havia avançado para 44,2%.” (p. 6)

5.3. Empreendedorismo

A dedicação a um pequeno negócio, seja como alternativa ao desemprego, seja como complemento de renda, é um artifício muito comum entre alguns setores da classe trabalhadora no Brasil. É preciso, porém, considerar a nova caracterização que essa atividade ganha com a ascensão do discurso empreendedor. Segundo Rosenfield, é importante marcar diferenças, sendo a principal, a legitimidade que esse tipo de atividade ganhou nos últimos anos, uma vez estimulada até mesmo por iniciativas governamentais. “O próprio autoempreendedorismo em si não é novidade, mas sua legitimidade e o incentivo do qual é objeto, mediante políticas públicas, remetem a um reconhecimento inédito, tanto em termos legais quanto simbólicos” (2015, p.126).

O autoempreendedorismo, como conceitua a autora, “é emblemático de uma forte autonomização do trabalhador, que mobiliza recursos próprios e institucionais para procurar formas individuais de inserção pelo trabalho” (2015, p.116), Para Rosenfield, essa nova maneira de praticar o labor articula elementos objetivos e subjetivos presentes no mundo do trabalho contemporâneo, para a elaboração de novas estratégias de sobrevivência em um contexto de decadência do emprego formal, e interfere significativamente nas trajetórias ocupacionais desses trabalhadores.

É pela análise do contexto em que se encontram, associada aos recursos objetivos e subjetivos de que dispõem, que os sujeitos criam estratégias de trabalho que permitem a inserção nos interstícios – franjas – das formas tradicionais de emprego. Essas estratégias são móveis e transitórias, levando os sujeitos a refazer e reavaliar permanentemente suas estratégias, compondo assim um processo permanente de reinvenção das formas de trabalho (2015, p.116).

Para Luiz Antonio Machado Silva, a figura do empregado assalariado, emblemática para os trabalhadores e organizações laborais do último século, vai sendo substituída por um outro paradigma, a imagem de um “novo trabalhador”, adaptado à realidade presente, flexível e acostumado a atuar como “empresário de si mesmo”.

Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem de um “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da

venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo (2002, p.105).

O autor afirma ainda que o discurso empreendedor é um “mecanismo de convencimento ideológico (ou, se se preferir, um termo mais agressivo, de ‘domesticação’) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança” (2002, p. 101).

Jacob Lima ressalta que o empreendedorismo também solidifica a ideia de desobrigação do Estado na reprodução da vida doméstica. “O trabalhador, empresário e patrão de si mesmo, torna-se responsável por sua reprodução social, pagando por sua conta, taxas e impostos para ter acesso a serviços sociais, sejam estatais, sejam privados” (2010, p. 171).

Ainda que o discurso empreendedor tenha ganhado muita força nos últimos anos, o autor é assertivo ao dizer que sua assimilação pelos trabalhadores não se dá de maneira passiva.

O trabalhador incorpora os novos valores empresariais até certo ponto, sem efetivamente deixar de perceber a exploração e os limites do discurso. Uma subordinação consentida não elimina a consciência do trabalhador acerca da precarização da vida e das possibilidades efetivas de reação e mesmo da ação coletiva (2010, p. 189).

Além disso, afirma Lima, se uma parcela da classe trabalhadora se engaja voluntariamente na aventura empreendedora, há também aqueles que foram praticamente forçados a se submeterem a tal realidade, o que o autor classifica como “empreendedorismo por necessidade”, situação que envolve principalmente as populações economicamente mais vulneráveis, que têm maiores possibilidades de cair na informalidade.

O trabalhador do informal, mais que um excluído do mercado, seria então um empreendedor por necessidade. Depende de seus investimentos no negócio/atividade que desenvolve para sobreviver, de sua predisposição em inovar, trabalhar duro, como probabilidade de sucesso (2010, p. 175).

O autor conclui afirmando que, apesar do grande incentivo ao empreendedorismo realizado pelo Estado brasileiro nos últimos anos, vendendo tal ideia como a panaceia que vai solucionar o problema de desemprego no país, isso não passa de “uma falácia, com várias tentativas frustradas de trabalhadores, buscando tornarem-se empreendedores” (2010, p. 188).

Quanto aos nossos entrevistados, mais do que uma escolha deliberada, o empreendedorismo parece surgir como única opção para parte de uma geração de jovens que enfrenta dificuldades para ingressar no mercado de trabalho local. Proprietária há 14 anos de uma pequena empresa que realiza eventos, Lidiany (f2,g2) montou o negócio porque não conseguia uma boa renda trabalhando como professora na área da educação. “Precisava ganhar dinheiro de alguma maneira. Aí comecei a trabalhar com festas. Comecei a empreender”. Ela afirma que a vida de empreendedor no Brasil não tem nada de glamourosa, ao contrário do que muita gente acredita. “E ao empreender a gente tem a ilusão de que a gente vai ser patrão. E não é bem assim. A gente trabalha muito mais. Nossa, eu parecia um burro de carga”.

Apesar de trabalhar muito, Lidiany relata que seu rendimento geralmente não ultrapassa os mil reais por mês. Ela afirma que a falta de preparo e conhecimento no ramo dos negócios é uma grande dificuldade para aqueles que querem empreender.

Eu tenho MEI¹⁰⁰. Aí cheguei a ter 10 pessoas comigo. Mas eram todos freelancer. Aí quando eu terminava de pagar todo mundo que eu olhava e dizia: “meu Deus do céu, isso tudo? É isso mesmo?” Às vezes era 3 mil. Aí lá vai cuidar de todo mundo, dar a César o que é de César, ficava com um negocinho. O faturamento variava muito. Tinha mês que a gente só tirava 3 mil reais. Tinha mês que tirava 10 mil. Para mim, em média, tirava um pró-labore de mil reais. Às vezes sobrava. Quando sobrava, aí eu pegava. Mas até eu aprender isso aí, vamos dizer que passaram uns oito anos. Então nesse decorrer dos oito anos foi muito sofrimento. Porque eu não sabia o que era dinheiro da empresa, e o que era meu. O problema do empreendedor é esse. É porque a gente é jogado e largado. Você abre um MEI e só. Vá viver. Às vezes não sabe nem o que é empreender. Falo por experiência própria. Só vim aprender alguma coisa sobre isso depois de oito anos.

Para tentar se qualificar, Lidiany procurou o Sebrae na época em que abriu o negócio, mas afirma que a formação oferecida é insuficiente para quem não tem experiência no ramo.

O SEBRAE é outra ilusão. Quando eu abri o MEI eu falei: “pronto, existe o SEBRAE, qualquer coisa eu vou para o SEBRAE”. Não é assim que funciona. Dá um cursinho. Você chega lá com uma dúvida, com um problema, eles falam: “a gente tem um cursinho para isso. Cursinho online. É de graça”. Aí você sai feliz da vida, que você vai aprender. Mas, nossa, é muito superficial. Vamos dizer que de 10 pessoas, duas se identifiquem. Serve para duas. Mas não serve para oito. E essas oito continuam a ver navios. Eu continuo fazendo muitos

¹⁰⁰ Microempreendedor Individual. Categoria jurídica que regulariza ocupações de trabalhadores por conta própria ou donos de pequenos negócios que empreguem até 1 funcionário.

cursos no SEBRAE. Muitos. Eu não parei de fazer. É algo que você pode fazer para começar. Mas é só a ponta do iceberg. A partir daí você se vira para descobrir o resto das coisas. Hoje eu falo para todo mundo que vem me perguntar. Porque vem gente trazer currículo aqui para mim. Ou me perguntar como eu fiz para começar a empresa. E eu falo para todo mundo: “quer aprender, quer começar? Vá primeiro estudar. Como tudo na vida. Estude primeiro. Veja finanças. Veja como você vai tratar. Separar suas contas”.

Lidiany chegou a ter uma loja física voltada para o ramo de festas na cidade de Mamanguape, mas encerrou o negócio com a chegada da pandemia.

Eu estava com uma loja em Mamanguape. Uma lojinha, alugada. Uma loja física. Depois de uns 2 anos que comecei a trabalhar com isso abri essa loja. Eu fiquei lá oito anos. Na mesma loja. Vendia produtos de festa e fazia os eventos. Aí quando veio a pandemia eu tive que fechar. Fechei. Aí vim para casa achando que ia acabar com a empresa. Porque a gente não tinha ideia de quando isso ia acabar.

Porém, mesmo sem a loja física, Lidiany decide manter a empresa aberta. Ela afirma que, apesar de realizar bem menos serviços do que antes, sua renda continua praticamente a mesma. Acostumada a uma rotina de autoexploração intensa durante anos, hoje conta com mais tempo livre para dedicar à família. Lidiany vive com os pais e com a filha de oito anos.

E por incrível que pareça, depois da pandemia, meu fluxo é muito menos do que era, muito menor mesmo, porém eu costumo dizer que eu vivo com um pouco mais do que eu ganhava. Não valia a pena. Eu trabalhava muito mais. E eu compreendi que eu trabalhava demais. Eu estava acabando comigo, com a minha vida, até familiar. Não tinha tempo de cuidar dos meus pais. Minha filha ficava jogada. Parecia um saquinho de pão. Ia de uma casa para outra. Ia para a casa da tia. Era uma vida, digamos assim, corrida. Hoje eu consigo viver com muito menos e ter uma qualidade de vida melhor. Estou aqui conversando com você, em um sábado, que antes eu jamais poderia. Já trabalhei pela manhã, já fiz o que eu tinha que fazer e já ganhei o que eu tinha que ganhar. Pronto. Estou aqui, me preparei para isso, para receber você, para estar aqui hoje. E tudo certo. Antes jamais isso aconteceria. No final da semana, no domingo à noite, essa casa parecia a casa da mãe Joana, entendeu. Todo mundo aqui. Eu tinha que pagar todo mundo, contabilizar a comida de todo mundo, a gasolina para levar todo mundo.

Apesar de ter concluído a graduação em *design*, Viviane (f2,g3) ainda não conseguiu emprego na área. Montou uma pequena bomboniere na casa dos pais, onde trabalha quando não está se dedicando à formação complementar. Paralelamente, também faz alguns serviços no ramo gráfico.

Isso foi justamente uma opção, que a gente colocou aqui, justamente enquanto eu estava fazendo esse cursinho, que não estava saindo para trabalhar mesmo, para complementar um pouquinho a renda. Aí junto com meu pai a gente colocou, e “mainha” ajuda também na questão da venda das pipocas, dos bombons. Época de São João a

gente também vende fogos. E eu também faço xerox, impressão. Por enquanto só as coisas mais simples. Mas eu já tenho papel fotográfico, papel fotográfico para adesivo. Que tem uma vizinha minha que faz xampu, da cultura indígena, faz xampu, e ela sempre imprime os rótulos aqui comigo. De vez em quando ela vem com vinte folhas para tirar, aí já é um valorzinho bom, que na folha adesiva já é mais caro a impressão. Dá para tirar um dinheiro, para pagar uma passagem quando eu vou na rua, ajudar para alguma coisa que precisa em casa. Dá para tirar um dinheirinho. Estou com esse negócio desde novembro de 2020.

Ela afirma que deve continuar com os negócios mesmo quando arranjar um emprego formal. “Eu quero trabalhar, mas eu não vou deixar, porque a parte das pipocas minha mãe e meu pai podem despachar. A parte da xerox e da impressão meu pai também sabe tirar. E posso tirar à noite, que geralmente é a hora que o pessoal mais procura”. Apesar de estar gostando da experiência como pequena empreendedora, Viviane diz que não pretende tentar abrir um negócio na sua área.

É um investimento um pouco arriscado. Uma pessoa entrar sozinha, acho que não seria uma coisa tão legal. Porque tem a questão do investimento dos materiais, maquinário, essas coisas. E trabalhar com outra pessoa no início é bom. Porque tem a questão da experiência, da vivência. Lidar com cliente. Essas coisas assim. Porque a pessoa também não vai abrir um negócio assim sem conhecimento de mercado. Porque a gente tem na faculdade, mas é mais uma questão mais teórica. A gente sabe que é um pouco diferente no dia a dia.

5.4. O trabalho no setor público

Dados relativos ao terceiro trimestre de 2021 publicados no estudo “Retrato do Trabalho Informal no Brasil” revelam a grave dimensão da precarização do trabalho que atinge o setor público.

No setor público, entre os 11,2 milhões de trabalhadores, 2,2 milhões (20%) eram contratados por tempo determinado (não estatutários e sem carteira assinada), dos quais 73% se aproximavam do perfil de informais de subsistência e 21% dos informais com potencial produtivo; e outros 619 mil (5,5%) empregados no setor público na situação de formalidade frágil (VAHDAT *et al*, 2022, p. 134).

Dos 2,2 milhões de funcionários públicos que trabalham através de contrato temporários, quase 70% são funcionários municipais, “sendo 47% na administração pública e 49% nas áreas de educação, saúde humana e serviços sociais” (p. 134). Mais de 70% desses trabalhadores recebem até dois salários-mínimos. “Em relação à remuneração, 41% recebiam até 1 salário-mínimo (SM), 32% entre 1 e 2 SM, e 21% entre 2 e 5 SM”.

O estudo revela ainda o perfil dos trabalhadores do setor público que mais vivenciam a situação de informalidade hoje. É válido destacar que

O perfil predominante neste caso é de mulheres (60%) e de pessoas negras (60%), sendo que 46% possuem ensino superior completo e apenas 16% não haviam concluído o ensino médio. Em relação à faixa etária, 53% dos empregados se concentram na faixa entre 30 e 49, mas a presença de jovens é também bastante significativa, 32% entre 14 a 29 anos” (2022, p. 134).

O trabalho precário no setor público também está presente nas trajetórias relatadas aqui. Formada em fonoaudiologia, Paula (f1,g3) tirou o registro profissional em 2018, mesmo ano em que conseguiu o primeiro emprego na área da saúde. “A gente tem uma carteira de fonoaudiólogo, que você precisa tirar para poder atuar. Aí eu comecei a trabalhar em março de 2018”. O trabalho era em Bayeux (cidade próxima da capital João Pessoa), em uma unidade do Sistema Único de Saúde, e Paula conseguiu através da indicação de um parente.

Era no NASF¹⁰¹ de lá. Foi por indicação. A minha tia trabalhava na secretaria de saúde. Era colega do secretário, sabe. Irmã do meu pai. Aí ela trabalhava lá, era alguma coisa do secretário, e ela me conseguiu uma vaga. Aí eu entrei. Mas eu só trabalhei 2, 3 meses, aí depois saí porque teve a questão de troca de prefeito e tudo.

A prestação do serviço se deu através de contrato, e o emprego não tinha registro em carteira. “Contrato. Não tinha os direitos trabalhistas. Era como um prestador de serviços. O salário era de dois mil, cento e pouco. Não me lembro ao certo. Porque tinha desconto, acho que INSS, aí sobrava 2 mil e pouco”. Paula diz que o salário, apesar de não ser alto, representa mais do que grande parte dos profissionais da área consegue arrecadar atendendo pela rede particular de Mamanguape. “Tem gente que não consegue nem isso. Principalmente vindo para cá, para Mamanguape, é mais difícil né. É mais vantagem você ir para a área pública. Porque o estado e a prefeitura pagam melhor do que você consegue particular”. Após uma mudança de governo, é dispensada do trabalho no SUS.

Ingressou na rede particular de Mamanguape, de onde sairia quando descobriu uma gravidez. Retornou ao trabalho depois de 10 meses, já durante a pandemia de COVID19, para prestar serviço através de um contrato na cidade

¹⁰¹ Núcleo de Apoio à Saúde da Família

de Rio Tinto. Trabalhava no turno da manhã e tomava conta da filha à tarde. O emprego, apesar de temporário, trouxe conforto para a família.

Era um contrato, de dois meses, que era com teste de Covid. A gente fazia um teste, e eram 5 profissionais da área de saúde para testar a população em casa. Era só pela manhã, então eu ia, fazia os testes, voltava e ficava com ela. Foram dois meses. Três mil cada mês. Deu uma aliviada.

Lidiany (f2,g2), formada em história, iniciou a carreira profissional dando aula no SESI, emprego que arrumou através da indicação de um amigo. Dispensada depois de um ano, ingressaria na rede pública, porém prestando serviço através de contrato.

Depois fui para a área estadual. Do mesmo jeito. Foi também por indicação. Estavam precisando de uma professora, porque a que estava passou dois meses aí teve que se ausentar por uma questão de saúde. Então a pessoa me conhecia, e conhecia o meu trabalho no Sesi. Então ela me chamou para lá. Contrato temporário também. Passei mais um ano. Era nos dois horários. De manhã e à tarde. Todos os dias. Um salário-mínimo também. Depois fui para prefeitura. Foi do mesmo jeito. Foi na Vila Regina. Passei um ano lá, desse mesmo jeito. Então tive a oportunidade de trabalhar com jovem, criança e adultos. EJA, pela prefeitura. Fiquei um ano em cada um. Quando terminou o do EJA, eu já estava sentindo muita dificuldade. Porque eu vinha da educação infantil, aí mudava para outra área, depois outra. É muito diferente. E a gente precisa se adaptar. Era muita dificuldade. Aí eu falei: “sabe de uma coisa, chega! Eu vou começar a procurar alguma coisa para mim”.

Cansada das instabilidades da vida de professora eventual, Lidiany acabaria mudando de área e abrindo um pequeno negócio. “Já trabalhei na área da educação e para mim foi uma das piores épocas. Muito puxado. E eu não me identificava. Eu me dedicava muito e não via nenhum tipo de retorno. Nem de salário, e nem dos alunos. Comecei a querer sair”. Com passagens pela rede pública e particular, nunca conseguiu um emprego formal na área. “Todos foram contrato. Não tenho um registro em carteira. Até hoje. Estou com 43 anos e não tenho nenhum registro em carteira”.

Depois de oito anos trabalhando em uma empresa de contabilidade de Mamanguape, área na qual concluiu o ensino superior, Hirtiany (f2,g3) pediu demissão e ingressou no setor público. “Porque tinha passado no concurso. Foi uma convocação que eu recebi para um concurso aqui de João Pessoa. Como eu já estava morando aqui em João Pessoa, ficou melhor para mim. Fiquei 2 anos ainda indo e voltando todo dia. Morando aqui e trabalhando lá”. O concurso, porém, era para outra área, e Hirtiany deixaria a contabilidade.

Foi um concurso para nível médio. Para a prefeitura de João Pessoa. Agente de controle urbano. Cuida da parte urbana da cidade, questão de equipamento público, mercado público, feira, cemitérios, praças, todas as áreas públicas de competência da secretaria que eu trabalho. Eu trabalho na fiscalização. Agora estou trabalhando em um shopping popular.

Ela afirma que prefere o trabalho no setor público, pois quando estava em uma empresa privada era constantemente submetida a jornadas exaustivas. “A flexibilidade na questão de horário, no setor público, é mais interessante. A questão da carga horária... eu trabalho bem menos horas por dia. No setor privado não tinha hora para sair”. Porém, em relação à remuneração, Hitiany diz que era melhor no setor privado. “O salário é quase que a metade. É bom, devido à carga horária, mas o salário é menor”.

Recentemente foi aprovada em outro concurso, desta vez no Rio Grande do Norte. “E agora estou aguardando ser chamada para um concurso da polícia civil. Estou na segunda turma. Foram duas turmas aprovadas. A primeira começa agora, mês que vem. A segunda ainda não tem previsão. Polícia Civil do Rio Grande do Norte”.

5.5. O trabalho na construção civil

O setor da construção civil apresenta bons índices a partir do ano 2000, impulsionado pelo momento econômico e pela implantação do PAC, o Plano de Aceleração, e do programa Minha Casa, Minha Vida. Criado em 2007, o PAC consiste em

[...] um conjunto de políticas econômicas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico com o crescimento de 5% ao ano, através da aceleração da economia, do aumento do emprego, estimando, assim, a melhoria nas condições de vida da população brasileira. As metas propostas pelo PAC envolvem uma expansão significativa da taxa de investimento, com inversões em grande parte realizadas pelo setor produtivo privado (empresas, fundos de investimento do mercado financeiro, fundos de pensão, empreiteiras) em parceria com o setor público (federal, estadual e municipal). (JARDIM, 2015, P. 171).

Jardim aponta que entre 2003 e 2012, foram criados mais de 12 milhões de postos de trabalho no Brasil, boa parte deles na construção civil.

Segundo relatório do TCU (2011, relativo ao período de 2010), os setores econômicos com as maiores ofertas de vagas foram: construção civil, extrativista mineral, comércio e serviços. A indústria de transformação registrou uma variação positiva expressiva, com a criação de 544.367 postos de trabalho. O setor público, apesar de

realizar quase 120 mil contratações, encerrou o período com o saldo reduzido de oferta, devido às aposentadorias. A agropecuária também foi responsável por elevadas contratações, ainda que tenha encerrado o ano com saldo negativo (p. 173).

Contribui também para o crescimento do setor da construção civil a criação, dentro do âmbito do PAC, do programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009. “Com a implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida, o mercado da construção atingiu 11,3 milhões postos de trabalho em 2010, representando 14% do total de ocupados na economia. Entre 2005 e 2010, a geração de emprego no setor cresceu num ritmo de 5% ao ano” (2015, p. 174).

É importante destacar, porém, que o bom desempenho do setor durante as últimas duas décadas parece não ter revertido a precariedade dos empregos que historicamente caracterizam a área, sempre marcada por um alto grau de informalidade e grande rotatividade em seu mercado de trabalho. Dados referentes ao quarto trimestre de 2021 divulgados pelo IBGE revelam que 68% dos trabalhadores da construção civil estão na informalidade. Em todos os estados do Nordeste esse número é maior do que a média nacional, sendo que na Paraíba 75% dos trabalhadores do setor atuam como informais (PNAD-IBGE).

Sempre na informalidade, o trabalho na construção civil está presente nas trajetórias dos dois homens que integram este segmento. A atividade aparece como uma porta de entrada para o mercado de trabalho local e também como opção de serviço eventual durante os períodos de desemprego.

Depois de uma passagem de pouco mais de um mês pelo comércio, sua primeira experiência profissional, Felipe (f1,g2) teria sua oportunidade inicial no ramo da construção civil, como colocador de gesso. Foi indicado para o serviço por um amigo da congregação religiosa que frequentava naquela época. Ainda não tinha nenhuma experiência na área.

Participava aqui do movimento da renovação, do Pão Nosso, aí um amigo disse: “Felipe, estou precisando de uma ajuda sua. Você não tem como me ajudar, colocando gesso?”. Eu disse: “posso, bicho”. Aí a gente ia. Era do mesmo jeito. Era a semana toda e o pagamento era no sábado. Mas era a semana toda. Chegava a pagar de 50 a 150. Por aí. Mas eu só ajudava. Não cheguei a aprender, não. Pedia mais para eu pegar quando ele estava na parte de cima colocando como se fosse massa. Pra colocar. pra segurar. Ele permaneceu aqui um ano. Mas quando as coisas começaram a apertar ele falou comigo. Porque

precisou de pessoas que já eram da área. Que já conheciam. Aí eu fiquei com ele entre 2 e 3 meses.

Após uma breve passagem por uma loja de calçados, Felipe teria mais uma experiência na construção civil, como pintor, porém sem remuneração, tendo aceitado a tarefa para ajudar um amigo da igreja. “Nesse não tinha ajuda de custo, não. Foi só pela ajuda mesmo da amizade. Eu fui pra ajudar ele. Porque ele já tinha feito umas coisas para mim também, entende? Não custava nada retribuir”.

Hoje com 22 anos, Aírton (f1,g3) já é pai de três filhos. Um é do primeiro relacionamento e os outros dois são com a atual esposa. O primogênito nasceu quando ele tinha apenas 17 anos, mesma época em que começou a procurar trabalho.

Meu primeiro emprego foi com 17, 18 anos, eu acho. Já estava virando pai. Foi por causa disso, por causa dessa responsabilidade. Responsabilidade. E era uma oportunidade na minha vida para ver se eu mudava. Para ver se eu buscava melhorar. Porque se não fosse esse filho aí, não sei nem onde é que eu estava. Acredito muito que foi assim.

Seus primeiros trabalhos foram na construção civil com o avô, sem registro, na função de ajudante. “Eu já vinha ajudando meu avô, em alguns serviços que ele fazia. Ainda trabalhava. Aí comecei com ele. E fui pegando gosto. Eu sempre tive esse negócio na minha cabeça que todo trabalho é digno.” Além do avô, colegas de profissão também ajudaram Aírton a aprender o ofício.

Teve um pedreiro que me ensinou mesmo a profissão, levando na brincadeira, na bagunça, aí passei um tempo com ele e fiquei mais duro para trabalhar em construção. Eu comecei, não sabia pegar numa pá. Brigavam comigo porque eu não sabia pegar numa pá.

Logo começou a pegar alguns serviços sozinhos. Porém, inexperiente e trabalhando sem vínculo, passou por algumas situações difíceis.

No começo eu levei uns gritos ainda, peguei uns pedreiros aí pilantras. Aí me deu uns gritos, não pagava direito, passei um tempo sem receber, ele dizendo que o dono da obra não estava pagando a ele. Mas o dono da obra estava pagando ele, e ele não estava me pagando. Ele passou um bocado de tempo só me enrolando. Aí descobri, aí cobreí. Uma parte. Só que a outra, Ave Maria, quase que eu não recebi.

Hoje, quando está trabalhando, Aírton recebe o mesmo que outros colegas de profissão. Porém, no início, sua remuneração era bem inferior. “Comecei recebendo 20 reais a diária. O normal era 50, eu recebia 20, 30. Até

minha diária chegar a 50... Hoje eu já recebo normal, mas no começo quando eu estava aprendendo, não. Era mais baixo. Hoje a diária é 50, 60”.

O trabalho no qual Airton permaneceu mais tempo foi em uma construção próxima de sua casa, onde um dia resolveu oferecer seus serviços.

Eu vi que estava precisando de servente. A construção rolou um bocado de tempo ainda, uns 3 meses, a construção rolando e eu só vendo. Aí um dia tomei coragem e falei com o pedreiro. Eu moro aqui, fico olhando a construção, se vocês precisarem de uma ajuda pode me chamar. Eu estou precisando. Não tenho experiência, você não precisa me pagar muito, não. O que você puder pagar tá bom demais, eu falei. Aí passou uns dias, precisou, eles me chamaram, aí eu fiquei. Fiquei quase um ano. Ele pegou confiança comigo. Sempre que tem serviço, assim, qualquer coisa ele me chama. Era de sete da manhã até meio dia, aí parava uma hora de almoço, aí pegava de uma hora até as cinco.

Na construção civil, nunca foi registrado nem tinha acesso aos direitos trabalhistas básicos. Mas, por vezes, recebia uma bonificação ao final do serviço.

Quando o trabalho é grande, um supermercado, uma obra grande, que fica mais de um ano, a pessoa tem direito a receber uma conta ainda. Quando o empregador é gente boa, no final paga umas contas ainda, mesmo sem registro.

5.6. O trabalho no setor de comércio e serviços

Em estudo dedicado a analisar o mercado de trabalho no Nordeste depois dos anos 2000, Araújo enfatiza a importância do setor terciário para a economia regional, confirmando uma tendência que já estava presente nos anos 90.

Apesar das importantes transformações observadas na agropecuária e da retomada do investimento industrial na região, foi no setor de serviços que ocorreu o principal dinamismo da atividade econômica, com taxa média de crescimento anual do valor adicionado de 5,9% entre 2000 e 2010. Esse setor também foi responsável por $\frac{3}{4}$ das novas vagas geradas com carteira assinada na economia regional nesse período, com uma ampliação de 6,1% ao ano do emprego formal. O terciário respondia sozinho por 69,1% do valor adicionado setorial nordestino e 75,9% dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2010, além de ser responsável por 7,5 em cada 10 empregos gerados no Nordeste, na primeira década do século XXI. Entretanto, destaca-se que a maioria dos empregos formais do terciário nordestino estão em serviços de baixa qualificação e/ou na administração pública (2017, p. 118).

A autora aponta alguns ramos do setor terciário que se destacaram no Nordeste durante a primeira década do século XXI.

Os serviços, em conjunto, representam mais de $\frac{1}{3}$ dos ocupados e têm maior importância relativa no Estado do Rio Grande do Norte. No

período de 2000 a 2010, ressalta-se a expansão das atividades de saúde, educação, assistência e seguridade social, que se expandiram acima de 4% ao ano no Maranhão e Piauí e já representavam 11% dos ocupados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, em 2010. A administração pública apresentou maior incremento no Estado do Maranhão e chega a representar cerca de 7% dos ocupados de Sergipe, Alagoas e do Rio Grande do Norte (p.132).

Araújo afirma que o crescimento do setor terciário foi impulsionado em grande parte por ações de combate à pobreza e à desigualdade implementadas durante o período, o que ampliou a renda e o consumo das famílias locais.

Em termos de renda do trabalho principal, verifica-se um incremento da renda média regional bem acima da média nacional. A massa de rendimentos dos nordestinos ocupados no trabalho principal também cresceu acima da média nacional, porém em um patamar mais próximo (4,7% ao ano contra 3,4% ao ano). A renda média no Nordeste cresceu, em termos reais, quase 2% ao ano entre 2000 e 2010, contra apenas 0,5% da média nacional. Com isso, os rendimentos da região se aproximaram da média nacional. Entre 2000 e 2010, em termos reais, a renda média do Nordeste passou de 60,4% da renda média do país para 69,4%. No que se refere à massa de rendimentos, o Nordeste também ampliou sua participação, contudo a região que representava 24,1% da população ocupada nacional só detinha 15,5% da massa de rendimentos em 2010 (2017, p. 133, 134).

É preciso destacar, porém, que apesar do desempenho econômico relativamente bom registrado durante a primeira década dos anos 2000, a região Nordeste continuou apresentando índices preocupantes em relação à formalização, revelando que o trabalho precário continuou presente. Segundo Araújo,

Contudo, apesar dos avanços observados na primeira década do século XXI, é possível constatar a permanência de um alto grau de informalidade, medido através da não contribuição para a previdência, na região. Em 2010, o Nordeste ainda detinha mais da metade do seu estoque de ocupados constituído por empregados sem carteira de trabalho assinada (27,4%) e conta própria (22,9%). Além disso, 56,3% da população ocupada não contribuía para a previdência, o que demonstra que, apesar desse processo de reconfiguração do mercado de trabalho regional, com forte formalização, ainda existia em 2010 um importante contingente da PEA a ser incorporado em melhores condições nesse mercado (p. 123).

A autora ainda informa que, entre 2000 e 2010, a Paraíba foi “a unidade federativa do Nordeste que expressou a menor taxa de crescimento médio anual do emprego com proteção social no terciário nordestino,” (p. 109). Além disso, 54,5% dos empregos formais do setor terciário no estado no ano de 2010 integravam a administração pública (quase o dobro da média nacional, 28%).

Em artigo publicado no ano de 2021, Oliveira destaca os resultados positivos obtidos pelo setor de serviços entre os anos de 2003 e 2015, com o crescimento médio anual do PIB setorial estando quase sempre acima do índice médio regional.

O setor de serviços, não obstante grande heterogeneidade e muitas oscilações ao longo do período, de modo geral teve uma performance melhor do que da indústria e da agropecuária [...]. Tiveram desempenho acima do crescimento médio anual do PIB regional entre 2003 e 2008, que foi de 4,5%, os ramos de “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” (7,8%), “comercio e reparação de veículos automotores e motocicletas” (6,0%), “serviço prestado às empresas, de seguros e serviços relacionados” (5,1%), “atividades imobiliárias” (5,0%), “transporte, armazenagem e correio” (4,7%) e alojamento e alimentação” (4,6%). Quanto ao período 2009 a 2015, posicionaram-se acima do PIB regional (de 2,5%) todos os ramos do setor de serviços, com exceção do “comercio e reparação de veículos automotores e motocicletas” (que cresceu 2,4% em média ao ano), pelos efeitos da queda do poder aquisitivo das famílias, da “informação e comunicação” (2,4%) e, principalmente, da “administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social” (1,3%), puxado sobretudo pelas péssimas performances do setor, em 2014 e 2015, com este último ano já sob os efeitos dos cortes nos gastos públicos, e de “outros serviços” (1,3%). Em um extremo da performance econômica ganhou destaque o ramo das “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” (com crescimentos médios anuais de 7,8% e 6,4%, referentes aos dois períodos acima indicados), posicionado muito acima das medias verificadas para o Nordeste – certamente uma evidente indicação da centralidade crescente desse segmento na economia nacional (OLIVEIRA, 2021, p. 159,160).

No período de 2002 a 2015, o número de vínculos de empregos formais no setor de serviços também aumentou, tanto no Nordeste (de 76,6% para 78,5%) quanto no Brasil (de 72,6% para 74,6%). Analisando os subsetores de serviços, Oliveira destaca que a queda mais significativa de participação nos níveis de emprego se dá na “administração pública direta e autárquica” (de 34,5% para 28,2%). Porém, a alta de outros ramos do setor de serviços e também do comércio parece ter compensado essa perda de ocupações. Como informa o autor,

No Nordeste, tal queda foi vantajosamente compensada pelo incremento nos ramos do “comercio varejista”, “comercio atacadista”, “comercio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos...”, “serviços médicos, odontológicos e veterinários” e no “ensino” (em quase total coincidência com as tendencias nacionais) (OLIVEIRA, 2021, p. 169).

A partir de 2015, o desempenho do setor sofre modificações. Em outro artigo, também de 2021, Oliveira destaca o índice de crescimento abaixo da média nacional obtido pelo setor de serviços no Nordeste entre os anos de 2015 e 2019.

O setor de serviços como um todo apresentou, entre 2015 e 2019, um desempenho (medido em termos de receita nominal) bem abaixo do nacional, que em geral foi fraco, mas positivo: enquanto o país apresentou variação média anual de 0,5%, no Nordeste tal variação foi de -2,5% (Pesquisa Mensal de Serviços, 2020) (OLIVEIRA, 2021, p. 188).

Por outro lado, é possível observar no período um leve aumento da participação do setor de serviços na geração de empregos formais, tanto no nível regional quanto nacional. “No que se refere aos serviços, no Brasil, nos mesmos anos, esse percentual passou de 74,6% para 76%; e no Nordeste, de 78,5% para 80,3%, correspondentemente” (OLIVEIRA, 2021, p. 199).

O autor destaca ainda o bom desempenho do setor comerciário entre os anos de 2002 e 2016, apresentando crescimento na maioria dos subsetores.

O comércio foi a atividade de serviços que apresentou a maior expansão no Brasil (6,0% a.a.) e no Nordeste (6,1% a.a.), de 2002 a 2016. No país, cabe mencionar Atividades Científicas (3,7% a.a.), Transportes (3,5% a.a.) além de Alojamento e Alimentação (3,3% a.a.). No Nordeste, merecem destaque Alojamento e Alimentação (4,7% a.a.), Atividades Científicas (4,6% a.a.) e Transportes (3,4% a.a.). Por outro lado, a atividade de Comunicação (0,4% a.a.) expandiu de forma modesta no Brasil e declinou no Nordeste (-2,1% a.a.) (OLIVEIRA, 2021, p. 189).

A passagem pelo setor de comércio e serviços está presente em boa parte dos relatos dos trabalhadores jovens entrevistados para a pesquisa. Felipe (f1,g2) começou a trabalhar aos 16 anos, sem registro, como ajudante no posto de gasolina em que o marido de Lonca, sua irmã, é empregado.

O primeiro foi no posto ajudando o marido da minha irmã. Nessa faixa. Eu fui, que ele viu minha situação, e me levou para ajudar. Para não ficar parado em casa. No caso era registrado só pra ele né, que ele já era funcionário lá, mas para mim foi só para auxiliar ele mesmo. Recebia por semana, na sexta ou no sábado. Era 15 ou 20 reais. Trabalhava de segunda a sábado das sete horas até quatro ou cinco da tarde. Fiquei, se não me engano, um mês e meio. Fazia o segundo grau à noite.

Posteriormente, arrumaria trabalho como vendedor em uma loja de Mamanguape, o único emprego registrado que contabiliza em sua trajetória

ocupacional. “Eu passei por uma experiência de 3 meses aqui numa loja de calçados, na Realce. Aí foi uma coisa mais séria. Que teve a questão da carteira assinada. Cheguei a ser registrado”. Ganhava salário-mínimo mais a comissão pelas vendas. Como nunca tinha trabalhado na área, sentiu dificuldade no início. “No começo eu vou te falar que foi muito difícil. Porque, assim, você já tem a concorrência dos mais experientes, que não querem perder”. Quando estava ficando mais à vontade com o trabalho, porém, teve um problema de saúde, sendo logo depois dispensado, por não conseguir cumprir a meta. Como trabalhou por apenas 3 meses, não teve direito a seguro-desemprego.

Depois de uma semana, um mês, as coisas foram amenizando. Aí eu comecei a pegar a carga toda. Só que quando as coisas apertaram, que foi o período que começou mesmo para valer, eu tive uma queda de saúde. Foi já no início do Natal, aí eu tive um problema de saúde, tive que me afastar, por conta da Covid, só que graças a Deus não era Covid. Mas eu não fiquei no emprego por conta disso. E porque também as vendas estavam baixas. Tinha uma meta. E como eu te falei, tinha a concorrência dos mais antigos que já conhecem as coisas, os caminhos para seguir. E a gente, novato, tinha que lutar contra isso aí e também tinha que saber se destacar.

Iniciando a vida profissional prestando serviço através de contrato na saúde pública, posteriormente Paula (f1,g3) também teria passagens pelo setor privado. Dispensada do SUS após uma mudança de governo, começou a atender em domicílio e também em uma clínica particular de Mamanguape, para a qual pagava uma comissão. Não tinha registro em carteira nem benefícios trabalhistas.

Era porcentagem. Eu ficava com 70%, e 30% era da clínica. Não tinha salário fixo. Era de acordo com o atendimento. Tanto eu conseguia paciente quanto a clínica. Com a clínica mais o atendimento a domicílio, eu tirava uma faixa de 800 reais. Num mês bom. Com muito atendimento. Num mês ruim eu tirava uns 300.

Posteriormente, passou a atender numa clínica em João Pessoa, onde também arrumou um paciente para atendimento particular.

Na verdade, eu ainda trabalhei em João Pessoa, numa clínica lá, e no atendimento de uma criança com autismo. Eu engravidei, então fiquei 5 meses só, e voltei para Mamanguape. Eu fiquei indo para lá todos os dias, nessa clínica e no atendimento dessa criança. Essa criança era 3 vezes por semana. E o pai dele pagava 950. Aí era 3 vezes na semana, só à tarde, na escola dele. Que eu ia para a escola com ele. Em João Pessoa.

Grávida de seu primeiro filho, Paula só voltaria ao trabalho depois de dez meses. Como não tinha um emprego registrado, não conseguiu nenhum

benefício. Nesse tempo, sobreviveram com o salário do marido, que é professor do estado. “Nada. Benefício nenhum. Ficamos dependendo do salário do meu marido. A gente se apertou um pouco, né. Tem o gasto da menina, casa”.

Durante a pandemia, Paula conseguiu um trabalho de dois meses através de contrato com a prefeitura de Rio Tinto, para realizar testes de Covid. Findo o contrato, Paula voltou a realizar atendimentos a domicílio e também ingressou numa clínica em Mataraca, município vizinho de Mamanguape.

Quando acabou eu voltei para os atendimentos particulares. Mas nessa pandemia, foi muito difícil. Hoje em dia eu estou com pouquíssimos casos. Só estou com três. Um faleceu semana passada. Uma idosa, de quase 90 anos, eu fazia os cuidados paliativos com ela, mas ela faleceu. Agora só estou com três, e estou numa clínica em Mataraca, mas só tem um menino lá.

Conseguiu o emprego em Mataraca através de um ex-cliente que mora na região. Paga um percentual de comissão para realizar o atendimento na clínica.

Eu tinha um paciente de lá, que eu consegui por indicação, então o sobrinho dele abriu uma clínica e me chamou. Lá não tinha nenhuma fono, então ele me convidou para trabalhar lá. O mesmo esquema por porcentagem. A mesma porcentagem.

A renda atual de Paula (07/2021) equivale a menos de meio salário-mínimo. Ela afirma que na área de fonoaudiologia, a remuneração no setor privado é ainda menor do que no setor público, mesmo não sendo concursada.

Antes de ingressar na área contábil, Hitiany (f2,g3) trabalharia em diversos negócios na área de comércio e serviços, sempre como informal.

Supermercado. Trabalhava no estoque, repondo as prateleiras. Meio-expediente. Nenhum desses informais tinha carga total. Até devido aos compromissos que eu tinha. Esse era meio-expediente, mas ia até aos sábados. Já trabalhei no comércio de roupa, também. Trabalhei num reboque, que fazia reboque de carro. Entrava em contato com a empresa, a gente mandava o reboque para trazer o carro e levar para a oficina. Trabalhava na parte de atendimento. Trabalhei com decoração de festa também. Fazia a decoração. Minha tia que era a dona da empresa, eu ia junto com ela, e outras pessoas da família, e a gente fazia a decoração. Trabalhei em ótica. Panfletagem. Essas coisas. Sempre trabalhei, quando eu era mais nova. Até porque, para conseguir estudar, ter dinheiro para estudar e tudo, é bem difícil. Mas só vim arrumar um trabalho registrado quando eu comecei a graduação.

Dentre os trabalhos que realizou nessa época, parte se dava na rede familiar, em negócios ou propriedades de parentes.

Trabalhando com a família, foram duas situações, essa empresa da minha tia de decoração de festas e tinha duas tias com quem eu trabalhei fazendo limpeza e passando roupa na casa delas. Mas só fazia em casas da família, nunca trabalhei com isso em casa de estranhos. Mas eu fiz isso durante uns dois anos”.

Hitiany diz que, durante o tempo que atuou na informalidade, sua renda não chegava à metade do valor mínimo instituído pela legislação brasileira. “Nos trabalhos informais, nunca chegou a um salário-mínimo. Às vezes, era menos da metade”. Os serviços realizados eram em boa parte esporádicos. Por vezes, tentava conciliar mais de um, para ampliar um pouco sua renda.

Esse [trabalho] de decoração de festas, por exemplo, era bem esporádico. E só nos finais de semana. Não era de segunda a sexta. Era de sábado e domingo. Aí não lembro quanto tempo eu fiquei. E muitas vezes dava para conciliar um com o outro. Tem outro, que era panfletagem, para uma ótica. Na rua, nas casas. Também era esporádico.

Trabalhando na informalidade em diversas ocasiões quando era jovem, Hitiany disse que sempre viu tal condição como temporária.

Às vezes a pessoa se submete ao trabalho informal quando ainda é muito jovem. Quando você é muito novo, não liga. Acho que é a questão do status também. Tem gente que se forma e prefere trabalhar de carteira assinada, como recepcionista, caixa, secretária. Mas o emprego no trabalho informal, como eu estava te falando, não é todo mundo que aceita. É mais quando você é jovem, está começando. Depois que você cursa uma graduação, que termina, você passa a ser mais exigente com relação ao trabalho. Tem pessoas que trabalham comigo que não estão no emprego informal, mas também não estão na área. Trabalha com outra coisa.

Logo depois de formada, Hitiany conseguiria seu primeiro trabalho registrado, em uma empresa de serviços contábeis localizada em Mamanguape. “Apareceu uma seleção nessa empresa de Mamanguape. Aí eu fui, fiz a seleção, uma prova e a entrevista. Aí eu passei e fiquei trabalhando”. Ingressou como estagiária, sendo depois contratada como contadora após a conclusão do curso universitário. “Trabalhei lá oito anos. Eu saí de lá para mudar para João Pessoa, para assumir um concurso para o qual eu tinha passado. Mas trabalhei lá oito anos”.

Apesar de ter construído uma carreira bem-sucedida durante o tempo que foi funcionária da empresa contábil, tendo chegado a cargo de chefia, função que exerceu por dois anos, Hitiany optou por ingressar no setor público quando foi aprovada em um concurso para agente de controle na cidade de João Pessoa. Além de estar vivendo na cidade há dois anos, mudando de

Mamanguape quando se casou, ela afirma que se encontrava descontente com as exaustivas jornadas de trabalho às quais estava submetida quando trabalhava em sua área de formação.

Chegava 7h30 da manhã ficava até a noite. Tinha que faltar na aula sempre. Minha graduação foi um inferno. Eu consegui fazer, nunca fui reprovada em nenhum período, mas foi difícil. A carga horária do setor privado estava atrapalhando muito minha vida. Porque a área que eu trabalhava, tinha prazos mensais. Aí todo mês, pelo menos uma semana do mês, ficava de manhã até a noite trancada no trabalho, e tal. E percebi que eu não queria isso para a minha vida.

Viviane (f2,g3) também tentaria um trabalho no setor de comércio e serviços. Porém, ela relata que hoje em dia arrumar um emprego na área parece estar mais difícil do que antes.

Antes de eu entrar na faculdade, eu também tentei emprego no comércio, deixei currículo, mas não tinha experiência nenhuma. Até fui chamada para duas entrevistas, só que ninguém contratou. Aí agora, depois que eu me formei, umas semanas atrás, eu também tentei deixar currículo. Mas acho que não era uma época boa. Nem chegaram a chamar para entrevista, nem nada".

Em estudo publicado no ano de 2019, Trovão, Araujo e Montenegro confirmam o bom desempenho do setor terciário do início dos anos 2000 até 2015, e o relacionam às políticas de distribuição de renda e combate à pobreza implementadas pelo setor público no período

Assim como para o VA¹⁰², o peso no total da ocupação no setor de serviços ampliou-se sensivelmente. Puxada pelos setores do comércio e reparação, alojamento e alimentação e transporte a participação no total do emprego dos serviços passou de 44,7% para 52,5%, entre 2002 e 2015. A elevação do peso relativo desse setor está diretamente relacionada à expansão do próprio emprego e da renda das famílias, que, associada ao crédito, impulsionaram o mercado doméstico da região criando um impulso expressivo não só para a atividade produtiva como para a criação de novas vagas em atividades associadas à prestação de serviços pessoais e do comércio varejista (p. 148, 149).

Durante o mesmo período, além da ampliação do emprego e da renda, o número de trabalhadores com carteira assinada também apresentou tendência de crescimento no Nordeste. Segundo Trovão, Araujo e Montenegro,

O aumento da participação de trabalhadores nessa última posição (16,4% em 2002 contra 26% em 2014) deu-se simultaneamente à redução do peso dos trabalhadores por conta própria, uma posição na ocupação reconhecidamente associada a atividades ligadas ao setor informal da economia. O aumento do funcionalismo público (militares e

¹⁰² Valor Adicionado.

estatutários) também contribuiu para esse quadro de elevação da taxa de formalização no mercado de trabalho nordestino (p. 149).

Os autores indicam, porém, que a partir de 2015, com a crise econômica e política que toma conta do país, o processo de formalização começa a sofrer reversão. “O emprego com carteira de trabalho assinada reduz sua participação simultaneamente a uma elevação do peso emprego por conta própria, o que indica uma piora em relação ao movimento anterior” (p. 150).

Trovão, Araujo e Montenegro afirmam ainda que o bom momento econômico vivenciado pelo Nordeste nos primeiros 15 anos do século XXI não foram suficientes para mudar estruturalmente características negativas do mercado de trabalho na região, como por exemplo o baixo nível de remuneração.

Uma já elevada participação de ocupados com até dois salários-mínimos, 64,3% em 2002, foi ampliada para mais de 72% do total da ocupação da região. Apesar de ser razoável considerar que esse bom momento da economia e do mercado de trabalho na região foram importantes para alterar sobremaneira a realidade de uma das regiões mais pobres do país, pondera-se que, em termos estruturais, ainda que se faça uma ressalva a respeito do pouco tempo, não houve alterações mais significativas. Isso fortalece o argumento de que o cenário de crise do após 2015 foi suficiente para reverter diversas conquistas do ponto de vista do emprego e da renda no mercado de trabalho da região (2019, p. 152).

5.7. Outras formas de trabalho

Englobamos aqui aquelas atividades que aparecem de maneira eventual nas trajetórias, menos recorrentes. Felipe tem uma carreira já iniciada no setor de trabalho criativo, como músico.

Segundo Oliveira, Araújo e Silva, o ramo da economia criativa se torna um campo de estudo expressivo a partir do ano 2000. Em “Panorama da economia criativa no Brasil”, os autores definem que são considerados produtos da indústria criativa “bens e serviços criativos’, cuja produção exige nível significativo de criatividade e conteúdo simbólico” (2013, p. 13).

As definições apontadas no artigo e utilizadas para tratar do tema foram baseadas em um relatório publicado no ano de 2010 pela UNCTAD, Conferência

das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Como explicam Oliveira, Araújo e Silva

A abordagem da UNCTAD para as indústrias criativas se fundamenta no conceito da criatividade como componente simbólico para gerar produtos e serviços, com uma forte dependência de propriedade intelectual e para um mercado tão amplo quanto possível. Em UNCTAD (2010) há uma distinção entre “atividades a montante” – atividades tradicionalmente culturais, tais como artes cênicas ou artes visuais – e “atividades a jusante” – muito mais próximo do mercado, como publicidade ou atividades relacionadas às mídias. Argumenta ainda que o segundo grupo deriva seu valor comercial de baixos custos de reprodução e fácil transferência para outros domínios econômicos. A partir desta perspectiva, as indústrias culturais formam um subconjunto das indústrias criativas (p. 15,16).

O mesmo documento aponta ainda que “as indústrias criativas compreendem quatro grandes grupos – patrimônio, artes, mídia e criações funcionais, tendo em conta as suas características distintas” (p. 18).

Para falar especificamente sobre o trabalho de músico no Brasil, é válido trazer aqui algumas reflexões de Segnini. Em artigo publicado no ano de 2011, a autora inicia apresentando algumas tendências que o mercado da economia criativa tem demonstrado a partir do ano 2000. Dados qualitativos e quantitativos sobre o setor apontam

[...] para o crescimento da relevância do trabalho artístico nas economias nacionais e para a diversificação e intensificação das formas de procura por trabalho, por parte dos artistas, em um mercado cada vez mais competitivo, no qual vivenciam relações de trabalho predominantemente intermitentes (p. 178).

Dados do IBGE apresentados pela autora confirmam a expansão do emprego na área da economia criativa principalmente entre os músicos, para além da média nacional no período. Porém, o montante de ocupados no setor ainda é muito pequeno proporcionalmente ao mercado de trabalho brasileiro.

A primeira constatação que a análise das estatísticas possibilita refere-se à permanente expansão deste grupo ocupacional, muito além do crescimento dos ocupados no mercado de trabalho no Brasil. No país, a população ocupada cresceu 16% entre 1992 e 2006, enquanto o grupo de profissionais dos espetáculos e das artes registrou crescimento de 67% no mesmo período. Os músicos representam o maior crescimento registrado: de 50.839, em 1992, para 118.231 músicos, em 2006 (soma dos dois grupos ocupacionais referentes à música.), ou seja, 232%. Os músicos representam 51% dos profissionais agrupados na rubrica Espetáculos e das Artes

(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006). No entanto, ainda é bastante restrita a participação dos profissionais dos espetáculos e das artes no total dos ocupados no mercado de trabalho, composto por quase 83 milhões de trabalhadores. Entre eles, somente 215 mil (0,26%) inscrevem-se nesse grupo ocupacional (p. 181,182).

Além disso, informa a autora, a expansão do número de empregos nas últimas décadas não parece suficiente para transformar características negativas que marcam o trabalho no setor, como o alto grau de informalidade.

No entanto, o grupo ocupacional cresceu mantendo as mesmas características, ou seja, reduzido número de músicos com contrato formal de trabalho e elevado número de autônomos, se comparados com o mercado de trabalho no Brasil. O trabalho com registro em carteira, considerado formal no país, representa 37,5% dos trabalhadores ocupados no mercado de trabalho; em Artes e Espectáculo esta porcentagem é reduzida para 10,0% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006). Esta situação também é reiterada, com cores ainda mais intensas, no campo da música, no qual tão somente 7% (8.637) têm acesso a este tipo de contrato: 30% (35.669) dos artistas se declaram “sem carteira” e 58% (68.236), “por conta própria”. Considerando o período 1992 a 2006, enquanto o crescimento dos ocupados em música com vínculo formal de trabalho foi de 159%, o dos músicos autônomos foi de 234%. Estes números representam a soma dos dois grupos ocupacionais referentes às ocupações em música, no Brasil, ou seja, “Compositores, músicos e cantores” (18.180) e Músicos e cantores populares (100.251) (p. 182).

Segnini complementa, dizendo que a já histórica precariedade do trabalho no ramo musical tem se agravado ainda mais nas últimas décadas.

O trabalho artístico é, por excelência, um trabalho flexível, em termos do conteúdo (constantes mudanças), locais, horário de trabalho e contratos de trabalho. A instável condição de trabalho e carreira do artista é reconhecida, historicamente, em vários países, inclusive no Brasil. No presente, esta condição é ainda mais intensa, em decorrência do crescimento das múltiplas formas precárias de trabalho observadas no próprio mercado de trabalho em geral, no contexto da mundialização e reestruturações (2011, p. 183, 184).

Seria na igreja, aos 15 anos, que Felipe (f1,g2) despertaria para a vocação artística que logo se tornaria também sua profissão.

Foi quando eu ingressei para fazer o crisma. Eu e meus amigos, a gente foi para a igreja local, aqui. Na sacristia, a gente fazia as brincadeiras, e a coordenadora chamou a gente para participar. Aí falamos: “certo, vamos participar”. Ao fim dessa reunião ela disse: “tem o ministério, que a gente se reúne nas sextas-feiras, e vocês estão convidados”. Só que antes eu já tinha dado meus primeiros passos em grupos anteriores, como o JAC (juventude agrária católica). Que quando eu ingressei, fui ser missionário. Comecei a tocar atabaque lá. Só que aí, o chamado veio mesmo quando eu entrei nesse ministério, que foi quando essa coordenadora me chamou. Lá eu vi as coisas acontecerem. A palavra foi mexendo. Com impacto dentro de mim. Aí

eu disse: “não posso esperar mais”. Aí comecei a tocar, fui me dedicando. Aí passou um tempo, eu me aprofundi mais na bateria. Aí nesse ministério que ingressei, o Pão Nosso, o coordenador disse assim: “Felipe, não tem pra onde correr. Você vai ser o nosso baterista”. Aí eu respirei fundo. Chegou a hora de botar em prática. Aí fui. Aí com o decorrer do tempo, as missões vieram chegando, as portas foram se abrindo.

Logo Felipe seria chamado para participar de várias bandas da região, e premiado como melhor baterista de banda católica. “Em 2015, ou 2017, a gente tocou no Lourdinas¹⁰³, e eu na época fui considerado o melhor baterista de banda católica da região”. Os trabalhos para igreja, porém, eram feitos de maneira voluntária, sem remuneração. “Na questão da igreja, o que a gente cobrou por localidade foi só a questão da gasolina”.

Sem emprego fixo ou remuneração regular, Felipe decide montar uma banda de baile com os amigos, onde toca há pouco mais de dois anos. “Aí eu disse para os caras: a gente não tá precisando? Vamos meter a cara. Aí foi”.

Interessante observar aqui as colocações de Segnini sobre as tensões “arte-trabalho-profissão” que acontecem quando a expressão artística se torna também produto de consumo.

O trabalho artístico se inscreve também na lógica de mercado e expressa as configurações próprias desse momento histórico. As tensões entre arte – trabalho – profissão evidenciam que o trabalho que produz arte é submetido a controles criados na esfera da produção do valor, mesmo que justificados em nome da “qualidade artística” e não do valor criado, de difícil mensuração, é verdade, mas não deslocado da esfera ampliada de acumulação do capital, na qual a constituição do mercado de trabalho é de importância fundamental (2011, p. 181).

No mesmo sentido, e citando Norbert Elias, a autora afirma que a execução de “múltiplas atividades” é uma constante na vida de muitos músicos profissionais, pois representa uma tentativa de compatibilizar anseios artísticos e condições materiais de reprodução.

A constante “múltiplas atividades” possibilita a permanência destes profissionais no campo da música, caracterizam as trajetórias descritas e reafirma de diferentes formas a angústia provocada pela incerteza da profissão em relação ao futuro. Múltiplas atividades – esta seria a resposta contemporânea à pergunta elaborada por Norbert Elias ao contexto da Corte – Mozart –, sobre o significado de “[...] ser socialmente reconhecido como artista, e ser ao mesmo tempo capaz de alimentar sua família” (ELIAS, 1995, p.17). “Tocar na noite” é uma

¹⁰³ Colégio católico existente na região.

das formas recorrentes de trabalho informadas pelos músicos, sempre considerada exigente, mal remunerada, instável (2011, p. 185).

O cachê mais alto que a banda de baile de Felipe conseguiu até hoje em um show foi de 400 reais.

O máximo que a gente tirou, acho que foi o ano passado, se não me engano foi 400 ou 350. Pra banda. Quando a gente começou, a gente teve um período de duas formações. Mas no máximo são sempre três. Só tem dois hoje. Eu e meu amigo que toca violão e canta.

Segundo ele, a maior dificuldade que a banda enfrenta é o pouco espaço aberto para a apresentação de novos artistas. “Muito pouco. Porque a concorrência é muito grande, sabe. Chamam mais as bandas mais avançadas e o que eles chamam os de fora. Mas o máximo que a gente tocou acho que dois ou três dias seguidos. Por mês”.

Iniciando a vida profissional na construção civil, mas trabalhando como eventual, Aírton (f1,g3) tentou ingressar em outros serviços durante sua trajetória. Em um momento de dificuldade financeira, também tentou ganhar a vida como tombador de coco.

Eu já trabalhei também num serviço que, Ave Maria, é difícil viu! Que era tombador de coco. Tem os tiradores de coco, que é quem tira os cocos. Aí tem os tombadores, que carregam os cocos no carro de mão, para preencher aqueles caminhões. Tombador de coco é quem tomba coco no carro de mão. Os cachos de coco. Passei uma semana (risos). Acho que umas duas, três semanas. Era muito pesado. E o bicho só pagava 50 reais a diária. E as pessoas tinham que carregar os cocos num terreno assim, que não era bom. Alagado.

O serviço durava o dia todo, porque depois de encherem o caminhão, os cocos ainda precisavam ser transportados para a capital e descarregados no local de venda.

Aí em João Pessoa, no Mercado Central, tem que descarregar lá. Você ia junto com o caminhão e ainda ia descarregar, no Mercado Central. Pegava de sete da manhã só vinha chegar aqui em casa de 5, 6 horas da noite. E era 50 reais o dia. Mas era só no final de semana. Não era a semana toda não. Só sábado e domingo. Não tinha quem aguentasse não.

Foi no começo da pandemia que Aírton conseguiu seu primeiro emprego registrado em carteira, na indústria alimentícia. Ingressou na Doce Mel, produtora e distribuidora de frutas sediada em Mamanguape. “Eles estavam contratando, porque tinha muitos funcionários de atestado, com Covid. Muitos funcionários mesmo afastados. Aí estava contratando gente”. Conquistou a

vaga enviando currículo, e após longo tempo de espera. “Fui deixar currículo com um amigo meu. Deixei lá. Aí depois de um ano, eu nem lembrava mais, aí ligaram”. Apesar de só ficar na empresa por 3 meses, exerceu variadas funções.

Entrei lá na produção de abacaxi. Mas entrei sabendo que não tinha canto certo. Tipo rodízio. A gente vai testar você em todos os negócios para ver onde você se encaixa. Aí no começo embalei mamão, bati caixa. Que lá tem as esteiras, os mamões e tal, passa nas esteiras para você embalar. E bater caixa é quando os mamões já tão tudo seladinho nas caixas, empilhar em cima dos paletes. Estocar. Aí eu passei um mês. Nessa função. Passei 3 meses de experiência. Aí dois meses eu passei no estoque. Recebi tipo uma promoção, porque estava precisando de gente no estoque, de noite.

Aírton afirma que a remuneração que recebia na empresa era significativamente melhor do que conseguia fazendo bicos na construção civil. Além disso, pela primeira vez teve acesso a benefícios trabalhistas. “Ganhava adicional noturno. Meu salário melhorou demais. O bruto era 1.140, aí com algumas coisas ficava 1200, 1300, por aí. Aí depois com o adicional noturno ficou com uma base de 1500, 1450”.

Infelizmente, Aírton seria demitido três meses após a contratação. “Disseram que por causa da pandemia, redução no quadro de funcionários. Inventaram uma historinha assim mole”. Para ele, o verdadeiro motivo da dispensa foi um atrito com um colega de trabalho.

Uma semana depois o gerente me chamou, aí me dispensou e inventou uma conversa mole. Aí eu falei: tudo bem, e fiz só abaixar a cabeça e chorar. Todo mundo ficou surpreso. Todo mundo gostava do meu trabalho, eu ajudava todo mundo. Eu já estava me sentindo confiante, estava confiante que ia passar os 3 meses e o resto da minha vida trabalhando.

Dispensado do emprego, recebeu o fundo de garantia e as verbas rescisórias, mas não teve direito a seguro-desemprego, pois trabalhou por apenas 3 meses. Nessa mesma época, sua esposa, que também trabalha, acabara de ter o terceiro filho de Aírton, e gozava os últimos dias de licença maternidade. Há 3 anos ela trabalha como repositora em um atacadão, com carteira assinada.

Minha esposa voltou a trabalhar no mesmo mês que eu fui demitido. Aí ela voltou a trabalhar e eu fiquei com o pirralho. Ele tinha naquele tempo 4, 5 meses. Aí eu passava o dia com ele. Já não podia trabalhar, tá entendendo. Muito difícil fazer um serviço. Não podia nem procurar emprego. E como minha esposa tem emprego registrado, eu não podia arrumar só um serviço e deixar ela faltar, correr o risco de perder um

emprego. Aí a gente ficou nessa. Meu emprego é cuidar de criança. Tenho 3 filhos, comigo mora dois.

No momento, Aírton se dedica ao trabalho doméstico. Com filhos pequenos para cuidar, sem qualificação para arrumar um bom emprego e morando em uma região com altos índices de desocupação, ele beira o desalento quando fala sobre suas expectativas de trabalho, parece não se reconhecer como profissional em nenhuma das áreas em que atuou e se sente culpado pelo momento que vive hoje.

Rapaz, depois que eu fiquei de maior, a maior parte da minha vida fiquei desempregado. Porque primeiro, eu não tenho profissão. Eu fico pensando assim, acho que para mim isso foi o que dificultou. Que eu perdi muito tempo. Aí eu não tenho uma profissão hoje.

Grande parte das vezes, é só com o salário da esposa que a família precisa sobreviver. “O tempo que ficava desempregado o que livrava era o salário da minha esposa. Salário dela é 1.138. Aqui com o salário família dos meninos aumenta um negocinho”.

Professora de história formada, Lidiany (f2,g2) iniciou sua vida como educadora dando aula no ensino particular através de contrato, sem registro em carteira. Com dificuldades de arrumar um bom emprego na área, posteriormente ela abriria um pequeno negócio.

Eu saí da faculdade e fui lecionar. Foi no Sesi. No Sesi aqui da cidade. Já formada. Fui depois que me formei. Então eu comecei no Sesi, foi uma das melhores experiências o Sesi para mim. Pude aprender muito com o Sesi. No Sesi eu dava aula para crianças. Formação básica. Era por contrato. No Sesi eu passei mais ou menos um ano. Arrumei através de um conhecido. Ele já trabalhava lá e fez a indicação. Era um salário-mínimo. Só pela manhã. De segunda a sexta. O certo era ser só pela manhã. Mas eles faziam com que a gente fosse trabalhar à tarde também. E como era contrato, era isso ou isso.

Hitiany (f2,g3) também tem uma breve passagem pelo ensino particular, dando aulas como autônoma, quando ainda bem jovem.

Foi com 17 anos. Eu dava aula em casa de reforço. Aí as mães pagavam para as crianças irem lá em casa. Eu ajudava a fazer as tarefas de casa, ensinava e tal. Fiz isso acho que uns dois anos. Eu gostava de estudar. Juntava a necessidade com uma coisa que eu gostava de fazer. Na graduação também trabalhei como monitora, 3 períodos. Sem bolsa. Porque eu achava legal. Interessante.

5.8. Migração e expectativa profissional

Segundo Araújo, a partir do ano 2000, “a recuperação da atividade econômica associada a melhorias no mercado de trabalho e à consolidação das

políticas sociais parecem ter se refletido em redução dos fluxos migratórios internos” (2017, p. 58), com impactos por todo o país. Em termos de Nordeste, a migração, quando acontece, na maioria das vezes não extrapola o perímetro da região. Para a autora,

[...] observa-se a desaceleração da emigração do Nordeste para outras regiões e o aumento dos fluxos migratórios intrarregionais, e, particularmente, por aqueles de natureza intra-estadual. Destaca-se, também, uma importante atração migratória para as capitais estaduais e cidades médias, que tendem a se consolidar como polos sub-regionais (p. 122).

Mais jovens do que os outros trabalhadores entrevistados no decorrer da pesquisa, os que integram este segmento não relatam em sua maioria experiências concretizadas de migração. Porém, a baixa oferta de empregos na região, principalmente no que diz respeito ao trabalho qualificado, faz com que boa parte deles cogite a possibilidade de sair da cidade ou pelo menos procurar serviço fora.

Trabalhando hoje eventualmente como músico, Felipe (f1,g2) está próximo de concluir um curso de técnico em radiologia. Ele acredita que, caso queira atuar na área de radiologia, vai precisar mudar da cidade de Mamanguape.

Eu pretendo procurar em outro lugar, sabe. Porque assim. Pelas pesquisas feitas aqui, até tem, sabe. Mas pela área que eu procuro, é muito difícil, entende. Tem pouquíssimas vagas. A intenção é mandar currículo para outras cidades também. João Pessoa. Eu tenho 4 amigos que saíram daqui e estão em João Pessoa. Eles vivem aí hoje por questão de trabalho. Eu penso muito nisso também. Não é questão de localidade, mas de questão de emprego. Se você quiser uma coisa melhor. Não é questão de localidade, eu não vou renegar jamais minhas origens, mas se eu vejo que na capital tem coisa melhor, o que eu vou fazer aqui?

Segundo Felipe, grande parte dos amigos de sua idade se encontram desempregados, subutilizados ou atuando em ocupações precárias, estando a maioria trabalhando na construção civil. “Ou estão fazendo bicos, ou estão parados. Aí a maioria deles já tem família. Vão porque é a necessidade mesmo. Mas eles me falam: ‘Felipe, não é bom, não. Mas é o que tem’. Então tem que ir, entende”.

Paula (f1,g3) diz que não pretende sair de Mamanguape, mas afirma que vai ser muito difícil conseguir um bom emprego na região. Ela diz que grande

parte das vagas são conquistadas por indicação. “Pelo que eu ouço dos colegas, dos amigos, os que tiveram sorte é mais porque tem contatos. Aqui é muito assim. Muita indicação. Se você tem contato com gente, assim... porque aqui a maioria das rendas vêm da prefeitura e da usina. Aí complica”. Além disso, Paula relata que os salários pagos para os profissionais da fonoaudiologia na região são baixos, inclusive para aqueles que ingressaram na saúde pública.

O salário não é tão justo. Em lugar nenhum. Até nos concursos que abriram, abriu concurso em João Pessoa, e o salário estava baixíssimo. Aí o conselho bateu em cima e acabaram diminuindo a carga horária. Então, assim, o pessoal consegue tirar um valor bom, mas ainda não é tão justo. E trabalha muito. O dia inteiro. A semana toda.

Paula complementa dizendo que, além do poder público não remunerar bem os profissionais da área, é muito difícil conseguir clientes particulares em Mamanguape.

Porque aqui a cidade é pequena, a clientela é menor, e como é uma área que, assim, não é tão procurada fonoaudiologia, ela é mais difícil. É difícil as pessoas procurarem atendimento. Procuram mais quando é questão hospitalar, caso de vida ou morte (risos). Para problema de linguagem é mais difícil as pessoas procurarem. Procura, assim, quando está num nível mais extremo. Principalmente aqui. Que o pessoal da capital, eles são mais informados.

Com dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, Airton (f1,g3) diz que quando era mais jovem chegou a pensar em mudar de Mamanguape. Porém, abandonou a ideia quando constituiu família. “Pensei muito. Mas depois que eu arrumei esses filhos, e minha esposa, aí essa hipótese foi descartada”.

Hoje desempregado, Airton pensa em tentar ingressar em uma das usinas da região, através de uma indicação de familiares. Caso consiga o trabalho, ele e a esposa precisarão de ajuda para a criação dos filhos. “Vai ter que botar alguém para cuidar. Vai ter que arrumar alguém”. Já entregou os documentos na firma, mas ainda não teve uma resposta definitiva.

A usina ligou para mim esses dias. Porque minha mãe tinha conversado com um conhecido dela, para me dar uma força. Na Monte Alegre. Aí ligaram para mim esses dias para eu deixar os documentos lá. Não teve entrevista nem nada. Se Deus quiser vai dar certo. Só estou esperando ligar para marcar os exames. Devo entrar na parte da irrigação. Minha mãe que entregou o currículo para um conhecido dela. Na usina só vai assim. Com indicação.

Assim como Paula, ele diz que a contratação por indicação faz parte da realidade do mercado de trabalho local, sendo bastante recorrente.

Rapaz, já deixei tanto currículo por aí. Maior dificuldade acho que é um pouco a falta de vaga, e porque os empregos aqui, que é cidade pequena, é tudo conhecimento. Se você conhece fulano... Muita indicação. Deixando currículo pode até arrumar, mas é mais difícil.

Aírtton afirma que boa parte dos amigos de sua idade enfrentam as mesmas dificuldades que ele vivenciou ao longo de sua vida. Os que trabalham, atuam na maioria das vezes como autônomos ou informais.

Cada um está se virando do jeito que dá: um de motoboy, outro de mototáxi, outro corta cabelo, outro o trabalho é aprender uma profissão. E a maioria é emprego sem registro. Os que tinham emprego registrado, a pandemia veio e levou. Aqui se não tiver conhecimento de alguém ou alguma especialização, experiência, é difícil. E alguns da minha idade não querem saber de trabalhar, não. Só querem curtidão.

Lidiany (f2,g2) afirma que grande parte de seus amigos e colegas de faculdade saíram de Rio Tinto devido à dificuldade de arrumar emprego. “Todo mundo foi embora. Os poucos que ficaram, os jovens que ficaram, foram os que conseguiram alguma coisa em usina. Não foi meu caso conseguir”. Apesar da dificuldade para ingressar no mercado de trabalho na área de sua formação, o magistério, ela decidiu permanecer na cidade.

Tem uma mão-de-obra grande na minha área. Concorrida. Que aumenta a cada ano. E existe pouca oportunidade para esse pessoal. Porque tem poucas escolas. No meu caso, eu não quis procurar fora, porque eu já estava empreendendo. Eu tenho a questão afetiva, que eu sou muito ligada aos meus pais, à minha família. Então, assim, tem esses dois fatores.

Hitiany (f2,g3) é a única pessoa deste segmento que hoje mora fora de Mamanguape. A motivação, porém, foi mais pessoal do que financeira. Mudou para João Pessoa quando se casou, cidade em que o esposo vivia. Ela diz que muitos colegas da faculdade de ciências contábeis também vivem ou trabalham na cidade.

Quem consegue emprego na área é exceção. Principalmente aqui na região, porque você sabe que é uma cidade pequena. Comércio é fraco. Não tem. Muitas pessoas conseguem alguma coisa indo para João Pessoa. Algumas pessoas viajam. Vão e voltam todos os dias. Porque é muito difícil conseguir na área. E mesmo quando consegue, nem é tão valorizado assim. É escritório pequeno, paga mal. É muito difícil. Não só no curso de contábeis. Mas em todas as graduações, só uma pequena porcentagem consegue trabalhar na área. É muito difícil.

Recentemente, ela e o esposo foram aprovados para um concurso na polícia civil do Rio Grande do Norte. Ainda não decidiram se vão mudar para o outro estado ou permanecer na Paraíba. No momento, ambos aguardam a convocação.

Ainda não sei como vou fazer. Acho que dá para ficar morando em Rio Tinto e indo e voltando todos os dias. Porque de Rio Tinto para lá é uma hora, uma hora e meia. Já não fica tão distante quanto saindo de João Pessoa. E meu esposo também passou. A gente passou para o mesmo cargo, nós dois. Aí a gente vai tentar conciliar ficando em Rio Tinto se der certo. A gente vai ver se consegue ficar na mesma cidade pelo menos. Trabalhar na mesma cidade. Mas a gente não planejou ainda, não. Não tem nada definido ainda, não.

Formada em *design*, Viviane (f2,g3) também pensa em procurar um emprego fora. Porém, gosta muito de viver em Rio Tinto, e não pretende se mudar.

Se fosse, seria só para trabalhar. Tipo, não para morar fora. Para ir e voltar no mesmo dia. Alguma coisa assim. Mas eu não tenho planos de me mudar, não. O costume também. Rio Tinto é uma cidade tão tranquila. Tô mais acostumada. Aqui na rua mesmo todo mundo conhece todo mundo. A gente mora um pouquinho mais afastado, mas é um lugar bem tranquilo.

5.9. Considerações Finais

Entre aqueles que ingressaram no mercado de trabalho a partir do ano 2000, o emprego no setor industrial praticamente desapareceu, com exceção de um caso, de curta duração, na agroindústria alimentícia. Também o trabalho infantil passou a fazer parte do passado das duas famílias. O trabalho no setor público apareceu em três entrevistas, todas com mulheres. O trabalho na construção civil apareceu nas trajetórias dos dois homens que integram o grupo, ainda no início da vida profissional. O trabalho no setor terciário continuou recorrente, estando presente na maior parte dos relatos. Foi nesta geração que apareceram os primeiros casos de empreendedorismo, em ambas as vezes por dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Agrupamos essas atividades junto com as “Outras Formas de Trabalho”. Integram também essa categoria relatos de emprego no ramo criativo e no setor privado de ensino. O Trabalho doméstico e de cuidados é relatado por duas mulheres e um homem. Em dois dos casos, a dedicação à unidade doméstica significou impossibilidade de trabalho fora. A migração aparece em apenas um relato, acontecendo no interior da região Nordeste, mas a possibilidade de trabalhar em outros locais está no horizonte de boa parte dessa geração.

Figura 21: Quadro 3 – Parte 1 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho depois do ano 2000.

	Família 1		
	Felipe	Paula	Aírton
Trabalho na Indústria Têxtil			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho na Indústria Sucroalcooleira			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho Industrial em Outros Ramos de Atividade			x
Formal			x
Informal			
Precário			x
Trabalho no Setor Público		x	
Formal			
Informal		x	
Precário		x	
Trabalho Doméstico e de Cuidados		x	x
Formal			
Informal		x	x
Precário		x	x
Trabalho na Construção Civil	x		x
Formal			
Informal	x		x
Precário	x		x
Trabalho no Comércio	x		
Formal	x		
Informal	x		
Precário	x		
Trabalho em Serviços		x	
Formal			
Informal		x	
Precário		x	
Outras Formas de Trabalho	x		x
Formal			
Informal	x		x
Precário	x		x
Trabalho Infantil			
Experiências Migratórias			
Na Região Nordeste			
Em Outras Regiões			

Figura 22: Quadro 3 – Parte 2 – Síntese dos setores de atuação, condições laborais e experiências migratórias dos ingressantes no mercado de trabalho depois do ano 2000.

	Família 2		
	Lidiany	Hitiany	Viviane
Trabalho na Indústria Têxtil			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho na Indústria Sucroalcooleira			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho Industrial em Outros Ramos de Atividade			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho no Setor Público	x	x	
Formal		x	
Informal	x		
Precário	x	x	
Trabalho Doméstico e de Cuidados		x	
Formal			
Informal		x	
Precário		x	
Trabalho na Construção Civil			
Formal			
Informal			
Precário			
Trabalho no Comércio		x	
Formal			
Informal		x	
Precário		x	
Trabalho em Serviços	x	x	
Formal		x	
Informal	x	x	
Precário	x	x	
Outras Formas de Trabalho	x		x
Formal	x		
Informal	x		x
Precário	x		x
Trabalho Infantil			
Experiências Migratórias		x	
Na Região Nordeste		x	
Em Outras Regiões			

No único caso de trabalho no setor industrial, o emprego pode ser considerado precário, apesar de formal, pois além de ser de curta duração, o relato apresenta desvios de função e forte concorrência no local de trabalho. Já no setor da construção civil, o trabalho relatado foi sempre informal, e além da ausência de direitos trabalhistas, os depoimentos apontam baixa remuneração, quando existente, principalmente no início da carreira. Apesar da recorrência do setor terciário nos relatos, em apenas dois dos casos a relação de trabalho foi formalizada. Um deles no comércio varejista, porém o emprego foi de curta duração e também é possível observar queixas em relação à concorrência entre os trabalhadores. O outro caso de trabalho formal no terciário foi no setor de serviços notariais, e apesar do salário ser razoável, o trabalho era precário por causa das longas jornadas e metas exigentes. As demais passagens pelo setor terciário foram todas informais, sem acesso a direitos trabalhistas e com remuneração muitas vezes de valor abaixo do salário-mínimo. Entre as três mulheres que registraram experiências no setor público, duas trabalharam como informais, através de contratos temporários, e sem acesso aos direitos trabalhistas básicos. No caso da única que é empregada efetiva, o trabalho é também precário devido à baixa remuneração, de um salário-mínimo, insuficiente para sustentar uma vida digna na capital do estado da Paraíba, onde o serviço é realizado. O trabalho doméstico, quando realizado no próprio núcleo familiar, aparece, como sempre, sem seguridade e não regulamentado. No caso de serviços realizados fora, é sempre informal e mal remunerado. Entre as duas mulheres que estão tentando empreender, um dos casos é marcado pela irregularidade do negócio, que funciona na casa dos pais, e baixíssima remuneração. O outro caso, onde o negócio é formalizado, expressa a precariedade no trabalho pela intensa autoexploração, remuneração baixa e invasão da vida doméstica pelo mundo do trabalho. Entre as outras formas de trabalho, aparece ainda com destaque a ocupação no ramo criativo, que é descrita como sazonal, informal, mal remunerada e de grande concorrência. Há também relatos de passagem pelo ensino particular, sempre na informalidade e com baixa remuneração.

6. Capítulo VI - Conclusão

Antes de abordar nosso estudo de caso, gostaríamos de fazer aqui uma breve revisão bibliográfica sobre trabalho precário e precarização. A partir das categorias indicadas pela literatura específica, iremos posteriormente dialogar com os dados obtidos através do estudo das trajetórias ocupacionais familiares de trabalhadores do Vale do Mamanguape.

Em “Precarious work in Western Europe: The state of the debate¹⁰⁴”, artigo publicado no ano de 1989, Gerry Rodgers reflete sobre a definição de trabalho precário. Para o autor, é um conceito complexo, que envolve múltiplas características, como instabilidade, falta de proteção, insegurança e vulnerabilidade social e/ou econômica. É através da combinação destes elementos que podemos identificar se um trabalho é ou não precário.

First, there is the degree of certainty of continuing work. Precarious Jobs are those with a short time horizon, or for which the risk of job loss is high. Irregular work should be included here too, insofar as there is uncertainty as to its continuing availability. Second, there is an aspect of control over work – work is more insecure the less the worker (individually or collectively) controls work conditions, wages or the pace of work. Third, protection is of crucial importance: that is, to what extent are works protected, either by law, or through collective organisation, or through customary practice – protected against, say, discrimination, unfair dismissal or unacceptable working practices, but also in the sense of social protection, notably access to social security benefits (covering health, accidents, pension, pensions, unemployment insurance and the like. A fourth, somewhat more ambiguous aspect is income – low income jobs may be regarded as precarious if they are associated with poverty and insecure social insertion¹⁰⁵ (1989, p. 3).

Em *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Robert Castel coloca como ponto central para a compreensão das transformações sociais em curso investigar “o enfraquecimento da condição salarial” (1998, p.

¹⁰⁴ "Trabalho precário na Europa Ocidental: O andamento do debate" Tradução própria.

¹⁰⁵ “Primeiro, há o grau de certeza da continuidade do trabalho. Empregos precários são aqueles com um horizonte de tempo curto, ou para os quais o risco de perda de emprego é alto. O trabalho irregular também deve ser incluído aqui, na medida em que há incerteza quanto à sua disponibilidade contínua. Em segundo lugar, há um aspecto de controle sobre o trabalho - o trabalho é mais inseguro quanto menos o trabalhador (individual ou coletivamente) controla as condições de trabalho, salários ou o ritmo de trabalho. Terceiro, a proteção é de importância crucial: isto é, até que ponto os trabalhos são protegidos, seja por lei, seja através de organização coletiva, ou através de práticas costumeiras - protegidos contra, digamos, discriminação, demissão injusta ou práticas de trabalho inaceitáveis, mas também no sentido de proteção social, notadamente no acesso aos benefícios da previdência social (cobrindo saúde, acidentes, pensões, seguro-desemprego e similares. Um quarto aspecto, um pouco mais ambíguo, é a renda - empregos de baixa renda podem ser considerados precários se estiverem associados à pobreza e à inserção social insegura” Tradução própria.

495). Como observa Castel, não é possível ignorar os impactos das novas formas de contratação e diferentes manifestações da precarização (como a flexibilização das normas trabalhistas), que levaram grande parte da população mundial a um estado de “vulnerabilidade social” ou à total exclusão do mercado laboral (1998, p. 516, 519). O autor, porém, desenvolve seu estudo a partir do caso europeu. Portanto, sua perspectiva só cabe em parte para a análise do caso brasileiro, que apresenta suas especificidades, como a precariedade historicamente inscrita.

Raciocínio semelhante é posto por Alain Lipietz em sua obra intitulada “O Mundo do Pós-fordismo”. Ele ressalta que, às portas do neoliberalismo, o discurso hegemônico mobilizado como chave explicativa para a crise dos anos 70 responsabilizava a valorização do trabalho e a mediação do Estado no conflito entre as classes. Nas palavras do autor, “[...] os lucros estavam excessivamente baixos, porque os trabalhadores eram fortes demais, e assim acontecia porque as regras do jogo eram demasiadamente ‘rígidas’” (1997, p. 82). O que se vê subsequentemente é a perda progressiva de condições e direitos que impactariam irremediavelmente as condições de existência da classe trabalhadora.

Indo além das formulações dos autores estrangeiros, é importante reconhecer que o tema do trabalho precário também foi abordado por pesquisadores no Brasil, além dos já citados. Como apontam Oliveira, Ramalho e Rosenfield, a partir dos anos 90

[...] trabalho *artesanal, autônomo, por conta própria, informal, a domicílio, cooperativo, autogestionário* e outras formas de trabalho tidas como não salariais, semissalariais ou salariais disfarçadas, sob os processos de flexibilização e precarização do trabalho, ganharam a atenção da Sociologia do Trabalho” (2019, p. 8).

Numa tentativa de fornecer uma tipologia aos estudiosos do tema, Graça Druck classificou diferentes formas de precarização do trabalho, que se expressam de maneiras também distintas:

1) nas formas de mercantilização da força de trabalho, que produzem um mercado de trabalho heterogêneo e marcado por uma vulnerabilidade estrutural e cuja trajetória nas duas últimas décadas reforça e reconfigura as formas precárias de inserção dos trabalhadores em relações de assalariamento, explícito ou disfarçado, em todos os setores, atividades e regiões [...]; 2) na organização e nas condições de trabalho, como ritmo e intensidade do trabalho, autonomia controlada, metas inalcançáveis, pressão de tempo,

extensão da jornada de trabalho, polivalência, rotatividade, multiexposição a agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais [...]; 3) nas condições de segurança no trabalho, ou melhor, em sua fragilização (treinamento, informação sobre riscos, medidas preventivas coletivas etc.), e na diluição das responsabilidades entre estáveis e instáveis [...]; 4) no reconhecimento, na valorização simbólica, no processo de construção da identidade individual e coletiva, tornando mais complexa a alienação/estranhamento do trabalho. A descartabilidade das pessoas, a insegurança e a desvalorização pela precarização dos vínculos aprofundam o processo de coisificação das relações humanas e levam à "banalização da injustiça social" (Dejours, 2005) e à corrosão do caráter (Sennet, 2001) [...]; 5) nas condições de representação e de organização sindical, configurando uma grande fragilização política dos trabalhadores (2013, p.62).

O debate sobre trabalho precário no Brasil também é marcado pelas contribuições de Márcia Leite. Segundo ela, “um primeiro significado atribuído ao trabalho precário consiste em considerá-lo como toda forma que se distingue do paradigma do emprego homogêneo e estável que vigorou nos países centrais até os anos de 1970, tal como o define Castel (2009, p. 9)”. Em seus escritos, a autora faz questão de distinguir precarização de precariedade.

[...] expressando fenômenos distintos, esses conceitos não podem ser tomados como sinônimos. Enquanto a precarização é um processo relacional, que só pode ser pensado levando-se em consideração um período histórico, o segundo concerne a determinadas formas de inserção ocupacional que ficam aquém dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora (2011, p. 31)

Ela avança nessa distinção, afirmando que um trabalho historicamente precário não deve necessariamente ser caracterizado como em precarização.

Essa diferenciação dos conceitos não nos autoriza, portanto, a falar de precarização para nos referirmos a trabalhos que, embora não se assemelhem ao modelo de trabalho estável e homogêneo, vêm melhorando suas características em termos de salário, estabilidade e direitos a eles associados. São trabalhos precários, mas que não obrigatoriamente estão inseridos em um processo de precarização (2011, p. 33).

Ao analisar especificamente o caso brasileiro, Druck afirma que o trabalho precário “esteve fortemente presente desde a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado” (2013, p. 61). A autora ressalta ainda que alguns momentos históricos foram marcados por ampliação da proteção social e trabalhista, como na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (1944). O trabalho precário, porém, nunca deixou de existir. E, a partir dos anos 90, mudanças na “organização/gestão do trabalho, na legislação trabalhista e social, no papel do Estado e suas políticas sociais, no novo comportamento dos

sindicatos e nas novas formas de atuação de instituições públicas e de associações civis (p. 55)” não só ampliam a precarização, mas a reconfiguram.

O caráter dessa nova precarização social do trabalho está sustentado na ideia de que se trata de um processo que instala — econômica, social e politicamente — uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada — na visão hegemônica pelo capital —, pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais, marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização, também vivido a passos largos pelos países desenvolvidos (p. 55,56).

Para Druck, são marcas dessa nova precarização do trabalho:

Seu caráter abrangente, generalizado e central: 1) atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país (por exemplo, São Paulo) quanto as regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade; 2) está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país (indústrias de ponta) quanto nas formas mais tradicionais de trabalho informal (trabalho por conta própria, autônomo etc.); 3) atinge tanto os trabalhadores mais qualificados quanto os menos qualificados. Enfim, essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragiliza os vínculos e impõe perdas dos mais variados tipos (direitos, emprego, saúde e vida) para todos os que vivem do trabalho (2013, p. 61).

Esse novo nível de abrangência do trabalho precário, segundo Druck, recoloca a importância do mesmo na economia contemporânea, pois “a precarização deixa de ser marginal e passa a ser ‘o coração’ dessa fase do desenvolvimento capitalista nos países centrais e no mundo” (2013, p. 56). Para a autora, a “terceirização (ou subcontratação) é a principal forma de flexibilização e precarização do trabalho” (p. 66). Ela enfatiza duas novas formas de terceirização que se fortalecem no Brasil a partir do ano 2000, as cooperativas de mão de obra e a “pejotização”.

As cooperativas de mão de obra operam nas instalações das empresas, reúnem trabalhadores na condição de associados (cooperativados) que prestam serviços a essas empresas e possuem legislação específica, que estabelece: “qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados”. Essa (des)regulação permite a mais completa liberdade, pois permite “adequar os trabalhadores às necessidades do mercado” por meio de horários flexíveis, pró-labore flexível e contratos flexíveis com as empresas. Ou seja, os trabalhadores sendo não assalariados, não têm direito à proteção social do Estado, já que, teoricamente, eles se “autogerem” e assim se “autoprotegem” (Druck e Franco, 2007; Borges e Druck, 2002; Piccinini, 2004). As empresas do “eu sozinho” ou “PJs” explicitam o crescimento do assalariamento disfarçado, pois se trata de um processo de contratação de trabalhadores que são pressionados a redefinir sua personalidade jurídica, isto é, a registrar uma empresa em seu nome, assumindo todos os encargos e

transformando-se assim numa empresa individual terceirizada. A motivação dessa modalidade é a mesma das cooperativas, já que a relação empregatícia é abolida, assim como os custos (econômicos, sociais e políticos) e, conseqüentemente, os direitos trabalhistas. (2013, p. 67).

Assim como Druck, Márcia Leite afirma que o trabalho precário está presente em todo o período capitalista da formação econômica brasileira, mas passou a ganhar nova amplitude nas últimas décadas.

[...] é importante levar em conta que as práticas associadas à precariedade não são novas; ao contrário, como as novas formas de informalidade, elas constituem em geral velhas práticas ressignificadas, que se generalizam a partir de 1970, promovendo um processo de regressão social. Nesse sentido, a precariedade passa a ocupar um lugar central na lógica da acumulação, avançando de uma posição residual para o coração da atividade econômica (2011, p. 32).

Ao falarem do processo de precarização que se acentua no Brasil principalmente a partir dos anos 90, as duas autoras, Druck e Márcia Leite, tomam como ponto de partida as elaborações de Robert Castel em “As metamorfoses da questão social:”. Sem, porém, deixarem de lado as especificidades do caso brasileiro.

Como tão bem demonstrou Castel (1988), referindo-se ao exemplo francês, esse processo consistiu numa regressão da tendência de expansão da relação salarial que caracterizou os anos anteriores, expressando-se numa profunda precarização das condições de trabalho.[...] Embora os países periféricos nunca tenham chegado a ter um mercado de trabalho tão estruturado como o dos centrais, esse processo de precarização também atingiu os trabalhadores da periferia, que assistiram, de forma geral, a um aumento das taxas de desemprego, diminuição do trabalho registrado e crescimento do não registrado e queda do valor real dos salários. Os empregos estáveis começaram a ceder lugar a formas instáveis de contratação, com uma disseminação acentuada da terceirização e um nítido processo de precarização das condições de trabalho de forma geral. Essa tendência à desestruturação do mercado de trabalho atingiu o Brasil de maneira bastante significativa, especialmente a partir dos anos 1990, quando as políticas neoliberais foram postas em prática de forma mais evidente (LEITE, 2011, p. 29,30).

Para uma parte dos trabalhadores, há perda de vínculos na condição de empregado, o que significa perda de direitos sociais e trabalhistas, numa clara demonstração de “desestabilização dos estáveis” (Castel, 1998); para outra parte, há uma condição provisória que se torna permanente, ausência de primeiro emprego e inserção precária, desprovida daqueles parcos direitos que caracterizam a modernidade capitalista (DRUCK, 2013, p. 62).

Para Jacob Lima, se o período chamado de sociedade salarial foi marcado pela busca da instituição de um estado de bem-estar social e pela atuação regulatória por parte do poder público, o novo paradigma que se formava tinha

como base o neoliberalismo, com mudanças nas relações laborais que visavam a manutenção da lucratividade do capital através da retirada de direitos e diferenciação na exploração da classe trabalhadora.

O retorno “neoliberal” teve como uma de suas propostas a desregulamentação dos mercados de trabalho e objetivava a redução de custos com obrigações sociais vinculadas aos contratos de trabalho, assim como a flexibilização da utilização da força de trabalho adequando-a às necessidades da produção (LIMA, 2010, p. 169).

Porém, ainda que o desassalariamento pareça um fenômeno inegável, Lima faz a ressalva de que é preciso ser cuidadoso ao falar do tema. Pois, para o autor, esse não é um processo fechado, mas percorrido por diversos espectros, onde novas relações de trabalho se configuram moldando uma realidade que muitas vezes combina a formalização com a precarização.

[...] mesmo referindo-nos a uma pretensa crise da sociedade salarial, essa crise deve ser matizada. Embora tenha-se reduzido sua abrangência e seu caráter constitutivo das relações capital-trabalho, essa redução se refere a contratos por tempo indeterminado e com direitos sociais, ou vantagens previstas neste contrato. Multiplicam-se contratos por tempo determinado, tempo parcial e outras formas de contrato que, mesmo precários, continuam formais (2010, p. 175).

Essa discussão nos leva também à conceituação do trabalho informal e sua relação com o trabalho precário. Precarização e informalidade são situações que muitas vezes caminham juntas. Porém, são condições distintas e assim devem ser definidas e compreendidas.

Em artigo publicado no ano de 2002, Luiz Antônio Machado da Silva se debruça detalhadamente sobre o conceito de informalidade, discutindo sua constituição, ambiguidades e limites. Segundo o autor, o conceito surge nos anos 60, para tratar “dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido” (p. 85, 86).

Assim como precarização, o conceito de informalidade “dependia mais do acordo sobre o que a informalidade não era, do que da unidade interna dos fenômenos aos quais a categoria se referia” (SILVA, 2002, p.90). Mais uma vez, era uma noção que se opunha a um paradigma idealizado do trabalho no chamado mundo capitalista desenvolvido.

A partir disso, entende-se porque o tema da informalidade restringiu-se aos problemas do “subdesenvolvimento”, do “capitalismo

dependente” ou do “periférico”. Em princípio, era necessário que a “informalidade” eventualmente existente nos países centrais fosse desconsiderada pois, caso contrário, eles não poderiam ser tomados como parâmetro. Afinal, era isso que tornava as dimensões e a importância da informalidade elementos que especificavam a organização do trabalho nas “outras” economias, nas quais o assalariamento era restrito ou precário, tanto do ponto de vista da regulação e proteção estatal das relações de trabalho, quanto no que se refere à sua participação na produção econômica (2002, p.90).

Porém, a discussão sobre informalidade ganha novos contornos a partir dos anos 80, com a reestruturação produtiva, o aumento do desemprego ao redor do mundo e a crise do Estado-providência.

Todos esses processos levam a uma certa “desnaturalização” dos modos instituídos de organização da produção nos países centrais, que passaram a dar-se conta de sua própria “informalidade” e a duvidar do “paradigma do mercado” (Mingione, 1991) como referência analítica – perdendo, assim, o antigo estatuto de ideais históricos que sempre tiveram para a América Latina. Em outras palavras, como termo do léxico corrente, a informalidade se universaliza, mas agora torna-se sinônimo de “flexibilização” ou “desregulação”, quando não simplesmente de “clandestinidade” (SILVA, 2002, p.90).

Em um artigo publicado no ano de 2011, Barbosa elabora um retrospecto crítico sobre a criação do conceito de trabalho informal e analisa seus usos pelas ciências sociais. Barbosa atribui ao antropólogo inglês Keith Hart as primeiras referências ao “setor informal” da economia, em um texto apresentado em setembro de 1971 na Universidade de Sussex durante uma conferência sobre o desemprego urbano na África. No estudo, Hart destaca a fragilidade das inserções laborais nos países chamados subdesenvolvidos, onde a duplicação de ocupações é usual, e categorias como “assalariado”, “desempregado” e “inativo” parecem insuficientes para descrever as complexidades da existência local. Assim,

Hart então se volta para o que caracteriza como o “mundo das atividades econômicas que transcendem a força de trabalho organizada”. A principal distinção entre as oportunidades de renda formais e informais – vale ressaltar que, poucas vezes, ao longo do texto aparece o informal como “setor” – reside no fato de que as primeiras caracterizam-se pelo assalariamento e as segundas pelo trabalho por conta própria. A variável-chave encontra-se no nível de racionalização do trabalho, ou seja, em que medida o trabalho é recrutado de forma regular com base em remuneração fixa. Para completar, o autor faz pouco caso das definições correntes – “setor urbano de baixa produtividade”, “exército de reserva” e “setor tradicional” –, pois, no seu entender, elas assumem de antemão aquilo que ainda necessita ser demonstrado (BARBOSA, 2011, p. 109).

Como destaca Barbosa, o antropólogo inglês propõe uma tipologia, apontando a existência de três setores que, para ele, caracterizam o mercado de trabalho nos chamados países subdesenvolvidos. Como explica Barbosa,

De acordo com o “modelo” de Hart, um primeiro “setor” envolve as oportunidades de renda formais (salários do setor público e privado e transferências como aposentadoria); um segundo, as oportunidades de renda informais legais (do setor primário, secundário e terciário, com especial destaque para o comércio de pequena escala, serviços gerais, e transferências privadas por meio de troca de presentes, crédito e mendicância); e um terceiro, as atividades informais ilegais, as quais podem ser consideradas legítimas ou não a depender do ponto de vista dos atores diretamente envolvidos. Este esquema pode ser analisado tanto da perspectiva individual (fontes potenciais de renda), como do ponto de vista agregado, a partir do fluxo de renda na economia urbana (BARBOSA, 2011, p. 110).

Segundo Barbosa, o texto de Hart forneceu “insumos relevantes para a missão da OIT de 1972” no Quênia, que apresentou um relatório também considerado como um dos estudos pioneiros realizados sobre o trabalho informal.

Barbosa aponta que, além de o relatório da missão da OIT no Quênia ter fomentado o debate sobre o tema na época, também contribuiu para a construção do conceito de trabalho informal, ainda que de maneira abrangente.

Além de ter originado novas interpretações, muitas delas opostas entre si, a missão do Quênia proporcionou uma delimitação conceitual – demasiado ampla, é verdade – que avança para além do esforço realizado por Hart. As atividades informais consistem agora numa certa “maneira de fazer as coisas”, ou seja, num modo de organizar a produção, caracterizado pela ausência de barreiras à entrada, dependência de recursos locais, propriedade familiar, pequena escala de operações, intensivas em mão de obra e com tecnologia adaptada, contando com qualificações adquiridas fora do sistema escolar e atuando em mercados competitivos e desregulados. O setor formal, por outro lado, define-se pela negação desses pressupostos (BARBOSA, 2011, p. 120).

Segundo Barbosa, a partir de então surgiram duas correntes interpretativas sobre o tema na OIT: uma que tendeu associar o setor informal urbano à pobreza; e a outra expressa no pensamento do PREALC¹⁰⁶, de caráter estruturalista, fundamentada no conceito de segmentação do mercado de trabalho (BARBOSA, 2011). Quanto à primeira, propagada pelo programa “Urbanização e Emprego” da OIT, a chave explicativa remetia às imperfeições do mercado. Já na abordagem do PREALC, vinculada à perspectiva cepalina, a

¹⁰⁶ Programa Regional de Emprego para a América Latina.

chave explicativa se encontrava na ideia de “excedente estrutural de de mão de obra”.

O diferencial desta abordagem encontra-se precisamente na tentativa de elucidar os nexos entre o setor formal e informal. O informal – caracterizado pela ausência de barreiras à entrada e pelo predomínio de relações de produção não-capitalistas – encontra-se integrado, ainda que sob vários níveis e formas de subordinação, ao setor formal, (TOKMAN, 1977, p. 11-12), ora atuando em mercados competitivos, ora na base da pirâmide da oferta de estruturas oligopólicas. Neste último caso, os preços se aproximam dos custos das pequenas empresas. É o caso do setor comércio com a sua estrutura piramidal, que “concilia” vendedores ambulantes, armazéns e supermercados. Por trás da análise prealciana, há uma concepção acerca do funcionamento da estrutura produtiva latino-americana e da forma como esta assegura a reprodução do setor informal (BARBOSA, 2011, p. 133,134).

Segundo Barbosa, as elaborações prealcianas abririam caminho para uma leitura neomarxista do trabalho informal, “que passaria a encarar este ‘setor’ como intersticial e subordinado ao comportamento da dinâmica capitalista” (BARBOSA, 2011, p. 139). Como explica o autor,

Partia-se da contribuição do PREALC, mas fazendo uso de uma terminologia que conferia novo potencial à análise. Os setores saem de cena, cedendo espaço para um núcleo verdadeiramente capitalista, que no seu processo de expansão quantitativa e de transformação qualitativa, “cria, destrói e recria”, à maneira marxista, os espaços econômicos para a atuação da pequena produção não tipicamente capitalista (SOUZA, 1999, p. 88-89). Agora, um processo de deslocamento e reposicionamento contínuo das atividades “informais” tem lugar, o qual não se deve necessariamente à menor eficiência microeconômica ou à baixa qualidade dos produtos das mesmas, mas muitas vezes ao poder capitalista para dominar o mercado. O arsenal teórico é, portanto, mais dinâmico do que o utilizado pelos marxistas durante os anos setenta (BARBOSA, 2011, p. 139,140).

Ainda dentro do campo neomarxista, Barbosa ressalta a contribuição de Castells e Portes, que reforçam os nexos entre os setores formal e informal, e caracterizam a informalidade como um assalariamento disfarçado. Os dois autores interpretam a universalização da economia informal a partir da década de 80 como uma consequência da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, respostas possíveis do capital à crise econômica que marcou o período.

Para Barbosa (2011), ainda que as elaborações de Castells e Portes tenham contribuído muito para o debate do tema, também têm limitações, pois os autores não consideram as particularidades que caracterizam o mercado de trabalho dos países menos desenvolvidos.

Em síntese, se os autores acima discutidos, ao revelarem a universalidade do informal, nos auxiliam na compreensão da nova dinâmica do trabalho nos países desenvolvidos; eles, por outro lado, nos fornecem uma matriz teórica rígida que não se encaixa na realidade dos países da periferia capitalista, onde jamais se construíram sociedades salariais e que viram a heterogeneidade do setor informal ser incrementada durante os anos noventa (BARBOSA, 2011, p. 145).

Barbosa destaca também o lançamento, na 90ª Conferência da OIT, realizada no ano de 2002, do conceito de “economia informal”, que abarcava “todos aqueles trabalhadores que não estão protegidos ou reconhecidos pela lei, sofrem de um nível elevado de vulnerabilidade e carecem de seguridade no trabalho, na qualificação, em termos de renda e de representação” (BARBOSA, 2011, p. 145). Essa conceituação, porém, era bastante abrangente, e ao classificar os trabalhadores em “protegidos” ou “desprotegidos”, sejam eles assalariados ou autônomos, não explorava as particularidades das diferentes relações de trabalho. Nas palavras de Barbosa,

Apesar das críticas sobre a suposta visão dicotômica ou dualista das abordagens da OIT dos anos setenta que informam a nova concepção, parece-nos que os autores acabam por inaugurar um novo dualismo, entre protegidos e desprotegidos, sem esmiuçar os vários tipos de trabalhadores e de relações de trabalho que se encontram por detrás destas categorias, e tampouco as interações entre os mesmos, também marcadas pela diversidade (BARBOSA, 2011, p. 146,147).

Barbosa finaliza o estudo apontando a necessidade de uma conceituação que aprofunde o conhecimento sobre o trabalho informal e o diferencie de outras formas de emprego não convencionais.

Segundo Barbosa, apesar das valorosas contribuições da OIT e de autores de várias nacionalidades ao debate sobre a informalidade, é preciso ter cautela ao fazer uso da conceituação. “No limite, tomar de empréstimo o conceito de ‘economia informal’ sem as devidas precauções significaria uma nova forma de colonialismo cultural” (BARBOSA, 2011, p. 150). Para o autor, é necessário levar em conta ainda a presença histórica do trabalho informal no desenvolvimento do capitalismo dos chamados países periféricos. A informalidade, nesses casos, se manifesta de forma diferenciada do que pode ser visto nos países de economia mais desenvolvida.

No nosso entender, ao colocar o foco da “economia informal” na ilegalidade ou na precariedade, perde-se de vista o componente estrutural do setor informal nas sociedades subdesenvolvidas. Se o informal não é mais o mesmo de antes, tampouco podemos esquecer

da sua perene não-novidade e da sua feição histórica específica nos nossos mercados de trabalho (BARBOSA, 2011, p. 150).

Ricardo Antunes é outro pesquisador brasileiro que debate a noção de informalidade. Para ele, a informalização do trabalho é “um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos nossos dias” (2011, p. 408). Além disso, o autor enfatiza que, mesmo dentro da informalidade, existem diferenciações em relação às condições de vida e trabalho. Antunes desenvolve então uma “fenomenologia dos modos de ser da informalidade”, que indica ao menos três tipos de trabalhadores informais no Brasil.

Nesta primeira modalidade — trabalhadores informais tradicionais — podemos incluir os trabalhadores “ocasionais” ou “temporários”, que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado. [...] Uma segunda modalidade remete à figura dos trabalhadores informais assalariados sem registro, ao arrepio da legislação trabalhista, uma vez que perderam o estatuto de contratualidade e que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira, excluindo-se do acesso das resoluções presentes nos acordos coletivos de sua categoria. [...] Uma terceira modalidade é encontrada nos trabalhadores informais por conta própria, que podem ser definidos como uma variante de produtores simples de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou de familiares e que podem inclusive subcontratar força de trabalho assalariada (2011, p. 409, 410).

Para Cacciamali e Tatei (2016), as tendências à informalização, precarização e flexibilização do mundo do trabalho no Brasil se acentuam a partir dos anos 90, sendo possível observar uma diminuição no número de empregados com registro em carteira.

Para alguns estudiosos, com a reestruturação produtiva, era preciso se falar em uma “nova informalidade”. A nova informalidade é caracterizada “pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da velha informalidade que são por eles redefinidas” (FILGUEIRAS et al, 2004, p.215).

Reconhecendo o trabalho informal como um problema histórico de longa data no Brasil, Graça Druck afirma que este é “uma das expressões da precarização, em especial nas regiões de fraco desempenho industrial, como é o caso do Norte e do Nordeste” (2013, p. 61). Nos últimos anos, porém, segundo Druck, o trabalho informal “generaliza-se em todo o país, aproximando as regiões

mais desenvolvidas do país às mais tradicionalmente marcadas pela precariedade” (p. 65). Atinge, assim, novos setores e perfis de trabalhadores.

Essa informalidade se renova, pois hoje é cada vez mais constituída empiricamente por variadas formas de inserção no mercado de trabalho e, enquanto na tradicional e “histórica” informalidade brasileira, encontravam-se os menos qualificados escolarmente, ou aqueles considerados herdeiros da transição do trabalho escravo ao trabalho livre numa sociedade ainda escravocrata e patrimonialista – um exército de prestadores de serviços pessoais e ou públicos – na atual informalidade, encontra-se uma diversidade muito mais ampla de trabalhadores, cujas diferentes formas de inserção estão nas mais modernas atividades produtivas privadas e públicas, através dos processos de terceirização (via contratos por tempo determinado, de prestação de serviços via cooperativas, ONGs e PJs, via consultorias, etc), cujos perfis reúnem os de altíssima qualificação e especialização, que em geral recebem altos rendimentos, com os menos escolarizados, sub-remunerados e tratados como de “segunda categoria” e “sem direitos” (2011, p.94).

Em síntese, ainda que tanto o trabalho precário quanto o informal tenham se generalizado nas últimas décadas, ambos assumem diferentes formas de manifestação no tempo e no espaço, particularizando-se de acordo com características regionais e históricas em cada contexto, e interagindo com as instituições que influem nas constituições econômicas e sociais correntes. Neste sentido, é válido destacarmos aqui como o trabalho precário se expressa e se reproduz nos diversos momentos da trajetória do Nordeste e do Brasil, integrando os regimes de trabalho e marcando diferenciações que em grande parte explicam as desigualdades nacionais e regionais. Para tanto, estabeleceremos um diálogo com o livro *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*.

No capítulo III, Barbosa analisa os regimes de trabalho predominantes no país entre 1850 e 1980. O autor inicia traçando um resgate histórico que aponta as principais tendências durante a colonização. O período é marcado por uma economia de mercado exportadora baseada em atividades extrativas, realizadas predominantemente através do trabalho escravo. Paralelamente, orbitam nessa atividade principal ocupações acessórias, como a agricultura e a pecuária, onde são instituídas variadas formas de trabalho “livre” não assalariado: “aí se encontram os homens livres pobres, os ‘desclassificados’ do ‘setor inorgânico’” (BARBOSA, 2021, p. 63).

Segundo o autor, é apenas após a Independência que o Brasil se volta para o desenvolvimento do regime de acumulação capitalista numa perspectiva endógena. Porém, o país ainda era marcado por uma ordem social e econômica de lógica colonialista, e embora um mercado capitalista começasse a se desenvolver lentamente em alguns centros urbanos, ainda predominavam relações de trabalho tipicamente não capitalistas em todo o território nacional, mesmo após a abolição da escravidão.

Para Barbosa, a diferenciação regional se estabelece a partir de 1850, devido à forma “como se resolve a questão do trabalho no Nordeste e no Sudeste, o que envolve a ação estatal e as diferentes formas de inserção externa” (BARBOSA, 2021, p. 64), para lidar com a diminuição da oferta de mão-de-obra escravagista.

O desenvolvimento do capitalismo no país pressupunha a formação de um mercado laboral onde a força de trabalho pudesse ser negociada¹⁰⁷, e a consecução desse objetivo passava pela desescravização e proletarização. No que se refere aos ditos trabalhadores “livres”, a proletarização dependia, em grande medida, da expropriação de seu principal meio de sobrevivência, a terra.

A plena proletarização do elemento nacional dependia no Brasil da eliminação do acesso aos meios de subsistência (como no caso dos trabalhadores livres pobres). Predominava, assim, uma oferta de trabalho não estruturada para o assalariamento e que não fluiria para o mercado, ainda ausente, mesmo se fixada uma taxa de salário acima do nível de subsistência (BARBOSA, 2021, p. 70,71).

Na década de 1880, já às vésperas da abolição, Sudeste e Nordeste adotam diferentes estratégias para responder ao problema de falta de mão de obra que se acentuava. Como explica Barbosa,

Estas diferenças dependiam por sua vez do modo de organização dos vários subsistemas regionais, ou seja, da sua produtividade econômica

¹⁰⁷ São diversas as ações adotadas pelo estado durante o período com o intuito de fomentar a formação de um mercado de trabalho livre no país, tanto através da desescravização quanto pela expulsão do trabalhador camponês de suas terras, como informa Barbosa. “Neste sentido, a Lei de Terras, de 1850, restringindo o acesso a terras por meio do seu encarecimento ou da grilagem, a desescravização paulatina da mão de obra escrava - Leis do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885) -, o controle sobre a mão de obra livre (por meio da Lei de Locação de Serviços de 1879), além das leis provinciais relacionadas as diversas modalidades de subsídio à imigração, foram engendrando modos peculiares de utilização da força de trabalho. Num contexto de ausência de mercado de trabalho – ainda fragmentado regionalmente e marcado por relações não capitalistas -, os ex-escravos, antigos libertos, imigrantes e trabalhadores livres nacionais se vinculavam ao mundo do trabalho sob diversas formas e com consideráveis diferenças regionais’ (BARBOSA, 2021, p. 69).

e do tipo de inserção no mercado internacional. No oeste de São Paulo, as várias alternativas para a solução da “fome de braços” revelariam o seu potencial limitado frente a uma demanda de trabalho altamente dinâmica, podendo ao máximo prorrogar o desfecho final: a imigração em massa, e subvencionada, de trabalhadores livres europeus, produzindo assim o “mercado de trabalho” possível, pois ainda marcado por relações de trabalho não capitalistas. Neste caso, cabe sugerir que o fim da escravidão antes apressara o domínio do capital do que o contrário. No novo centro dinâmico, haviam sido gestadas as condições para uma transição rápida e sem sobressaltos. [...] Os trabalhadores imigrantes já apareciam como negociantes de sua força de trabalho (BARBOSA, 2021, p. 73).

Importante ressaltar aqui que, com a expansão da oferta da força de trabalho imigrante, os trabalhadores livres do país ocupam uma posição subalterna no mercado nacional.

O elemento nacional ocuparia a mesma posição de reserva, já desempenhada quando do predomínio do trabalho escravo. Os “camaradas” encarregariam-se da derrubada da floresta, do plantio das terras menos férteis e da construção de moradias, geralmente contratados por empreiteiros independentes, recebendo salários mensais e não tendo acesso a lotes de subsistência (BARBOSA, 2021, p. 73).

Dotado de uma reserva de mão de obra maior devido a questões históricas e conjunturais, como explica Barbosa, o Nordeste vivenciaria de forma diferenciada tanto a desescravização quanto a formação de um mercado de trabalho livre. Nessa época, na região Nordeste, ao invés do trabalho assalariado, o que ganhou força foi a conversão dos antigos “moradores” em “moradores de condição”, dando novo sentido ao trabalho na terra.

Estes, para além de suas tarefas de segurança e proteção e das atividades de subsistência, deveriam trabalhar de forma regular e por prazo determinado para os proprietários de terras. Do contrário, seriam expulsos das terras. Recebiam ínfimos salários pelo seu trabalho em “troca” de um pedaço de terra, a “roça”. Ficava deste modo assegurada uma contínua oferta de trabalho, tornando mais “racional” o uso da mão de obra, mas sem proletarizá-la plenamente. Imobilizava-se a força de trabalho, fazendo com que ela produzisse para o autoconsumo. [...]Este sistema de “repressão da força de trabalho” incompatibilizava-se tanto com a formação efetiva de um mercado de trabalho como com a pequena produção independente (BARBOSA, 2021, p. 75).

Em resumo, após o período da Abolição, enquanto no Sudeste “recorreu-se a uma força de trabalho expropriada, proveniente do exterior e marcada pelo (quase) assalariamento”¹⁰⁸, no Nordeste o que predominou foi “a territorialização

¹⁰⁸ Segundo Barbosa, “além do quantum monetário pago pelo cuidado dos pés de café e pela colheita, conforme previa o colonato, havia as terras para produção de subsistência e o comércio dos excedentes” (BARBOSA, 2021, p. 76), prática incomum nas relações de trabalho capitalistas.

da mão de obra existente em condições de subassalariamento” (BARBOSA, 2021, p. 76).

Além das particularidades regionais, é preciso levar em conta que a transição para o trabalho “livre” não aconteceu de maneira brusca, muito pelo contrário, “foi de fato uma transição para várias e distintas formas de dependência com relação aos empregadores, que se adaptaram à nova realidade, utilizando o arsenal de práticas mantidas durante a escravidão” (BARBOSA, 2021, p. 76).

Segundo Barbosa, é a partir de 1930 que se dá a “consolidação de um regime de acumulação capitalista” no Brasil, porém sem a eliminação de relações de produção não capitalistas, sendo possível observar entre os dois segmentos uma “interação dinâmica e potencialmente contraditória, já que o primeiro (re)define as possibilidades e os limites de expansão do segundo, enquanto este último ocupa os espaços abertos pelo primeiro” (BARBOSA, 2021, p. 82).

Para Barbosa, a manutenção de relações de trabalho não capitalistas no Nordeste do Brasil leva “a um ‘fechamento da região’ pelas classes dominantes presas a circularidades pretéritas da reprodução do capital”, e a “abertura da região” se mostrou necessária para o desenvolvimento do capitalismo no país a partir de 1930.

A “abertura da região” no sentido da “integração nacional” passa a ser um requisito para o destino do capitalismo oligopólico e transnacionalizado no país. Trata-se de << destruir para concentrar >> na região que caminha no sentido de gerar – drenando de outras regiões - excedentes de capital e trabalho. Uma nova aliança estabelecida com o Estado, a partir dos anos 1950, vitamina a acumulação a partir do território já marcado pela desespecialização. A expansão das relações capitalistas de produção no Sudeste passa agora a obstar a sobrevivência das formas não capitalistas predominantes no Nordeste (BARBOSA, 2021, p. 83).

Relações de trabalho diferenciadas geram conflitos de classe também diferenciados na trajetória das duas regiões. Segundo Barbosa,

Enquanto na região em processo de industrialização o “populismo” acarreta a “polarização-diferenciação de interesses” e o “Estado atua no cerne da contradição”; no Nordeste, o confronto entre as classes mostra-se aberto, sem a presença do Estado, num momento em que o semicampesinato é expulso da terra ou forçado ao sobretrabalho por meio do “cambão” e de outras modalidades de trabalho compulsório (travestidas de aforamento). Estas crescentes tensões de classe

regionais, por meio da oposição das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais às forças dominantes locais, contaminam o cenário nacional, exigindo uma tomada de posição das classes dominantes da região industrializada, de onde o capitalismo estabelece a sua guerra de posições (BARBOSA, 2021, p. 84).

A resposta à organização da classe trabalhadora veio com o golpe civil-militar de 1964. Além da desarticulação da resistência às ofensivas patronais, os anos 60 seriam marcados também pela integração produtiva do Nordeste à grande indústria capitalista nacional, porém de maneira subordinada, como explica Barbosa.

Enquanto São Paulo e a Região Sudeste, entre 1970 e 1980, passam a ter uma parcela crescente do seu valor de transformação industrial nos setores mais intensivos em capital e de maior lucratividade (bens de consumo duráveis e bens de capital), a estrutura industrial do Nordeste pende cada vez mais para o setor de bens intermediários – 48% do VTI nordestino em 1980 [...]. Esses setores asseguram o fornecimento de matérias-primas ao núcleo capitalista dinâmico sediado no Sudeste (BARBOSA, 2021, p. 89).

Indústrias intensivas em capital também se instalaram durante o período em alguns lugares do Nordeste, a exemplo do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, inaugurado em 1978. Porém, mais exceção do que regra, esses empreendimentos não foram suficientes para alterar a inserção do Nordeste na estrutura produtiva do país. A integração subordinada influenciou também as características do mercado de trabalho local. O que se observa é uma grande heterogeneidade na estrutura laboral, estando as melhores oportunidades de emprego geralmente circunscritas às regiões que abrigam complexos industriais. Porém, mesmo nessas localidades, a oferta de postos de trabalho parece aquém do esperado.

Para um crescimento do produto industrial de 4 vezes, o emprego industrial multiplica-se por dois entre 1960 e 1980. O resultado da combinação é o seguinte: gera-se emprego em atividades altamente intensivas em capital na região com o maior reservatório de excedente estrutural de força de trabalho. Portanto, o processo de expansão oligopolista inter-regional leva à conformação de um mercado de trabalho ainda segmentado e heterogêneo na região, para o que contribui a manutenção das estruturas agrárias e do crescimento agrícola extensivo (BARBOSA, 2021, p. 91).

Comparando a estrutura de emprego urbano do Sudeste e do Nordeste durante o período, também é possível notar diferenciações. Barbosa indica, no caso do segundo, uma taxa de assalariamento menor do que no primeiro, como atestam dados do Censo relativos ao ano de 1980. Para o autor, não é possível

ignorar as influências das relações de trabalho no campo sobre a estrutura de emprego das cidades nordestinas.

Barbosa finaliza o artigo ressaltando que o posicionamento subalterno de grande parcela dos trabalhadores Nordestinos na estrutura de classes do país pode ser explicado devido ao modo que a região está inserida na economia capitalista nacional.

Estas estruturas de posições de classe dependem das formas pelas quais as regiões Sudeste e Nordeste, e os seus vários subespaços, se vincularam ao regime de acumulação capitalista no Brasil, que se consolida e passa por transformações ao longo de 1930 e 1980. Ou melhor, as relações intersetoriais e inter-regionais nos fornecem chaves importantes para a investigação da estrutura social e dos diferentes regimes de trabalho. Assim chegamos a uma formação econômica, social e espacial capitalista peculiar que se situa entre as mais desiguais do mundo (BARBOSA, 2021, p. 98).

O período pós-60 no Nordeste também foi marcado pela atuação da SUDENE, criada em 1959. No quarto capítulo do mesmo livro citado acima, Oliveira realiza “um breve panorama histórico do desenvolvimento econômico do Nordeste trazido com a Sudene até 2002, com foco nos principais indicadores relacionados ao trabalho” (OLIVEIRA, 2021, p. 136). Segundo o autor,

[...] até o golpe militar, em 1964, enquanto o conflito de classes não se definia, o projeto da Sudene esteve sob intensa disputa política, envolvendo prioritariamente a burguesia internacional-associada do Centro-Sul, a burguesia industrial nordestina, a oligarquia agrária algodoeiro-pecuária e as forças populares que emergiam naquele momento como novo ator político, com destaque para as Ligas Camponesas e o sindicalismo urbano e rural (OLIVEIRA, 2021, p. 110).

Após o golpe civil-militar de 1964, porém, a repressão tira as forças populares da disputa. O modelo de desenvolvimento adotado pela SUDENE, segundo Oliveira, levou o Nordeste a uma integração produtiva dependente, como já apontado por Barbosa, resultando num mercado de trabalho altamente heterogêneo.

Os investimentos se concentraram em grandes projetos industriais, agrícolas e de serviços, os quais redefiniram os vínculos da economia regional com os capitais e mercados extrarregionais, sendo que as áreas mais dinâmicas passaram a coexistir com grandes sub-regiões estagnadas (Guimaraes Neto, 1997). Em geral, esses investimentos resultaram de associações entre capitais estatais e privados, de base local, mas sobretudo nacional e internacional. Conforme evidenciaram Araújo, Souza e Lima (1997), a partir daí foram constituídos “polos” econômicos, os quais se destacaram e se diferenciaram das atividades tradicionais, entretanto mantendo uma capacidade de irradiação

limitada, sob a base de um restrito acesso à terra e aos fundos públicos.

Conforme Oliveira, ao priorizar os grandes grupos econômicos, o modelo de desenvolvimento adotado pela SUDENE acirrou ainda mais o concentracionismo historicamente presente na trajetória da região Nordeste do Brasil. Durante as décadas de 80 e 90, segundo o autor,

Em termos gerais, o padrão de desenvolvimento da região manteve-se dentro das características históricas e atualizadas a partir da Sudene. Novas e velhas manifestações de desequilíbrios e desigualdades, econômicas e sociais, internamente e em relação às demais regiões do país, continuaram marcando a cena (OLIVEIRA, 2021, p. 113).

Acontecimentos e alterações conjunturais que caracterizam o período tiveram um grande impacto sobre o mundo do trabalho, não apenas no Nordeste, mas em todo país, a começar pela crise de endividamento do Estado. A partir dos anos 80, o poder público diminuiu drasticamente seus níveis de investimento em todo o território nacional. O quadro se agravou ainda mais na década seguinte, com a adoção de políticas neoliberais pelos governos da época, com grandes repercussões sobre o Nordeste. Como explica Oliveira

Esse quadro repercutiu também fortemente no Nordeste, visto que a participação do Estado na economia, direta (investimentos em infraestrutura e empresas estatais) e indiretamente (incentivos ao capital privado, geração de demanda, geração de emprego), havia adquirido um peso decisivo, com as políticas da Sudene e, no plano federal, os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (aplicados entre os anos 1970 e 1980). [...] A Sudene e as políticas de desenvolvimento regional sofreram crescentes desgastes até a extinção da Superintendência em 2001 (OLIVEIRA, 2021, p. 120).

Somava-se ao encolhimento do estado na época a “perda de interesse do capital estrangeiro no país” devido à conjuntura econômica recessiva, levando a uma “guerra fiscal”, que se instaura a partir da segunda metade da década de 80, em uma tentativa dos estados de atrair investimentos para suas respectivas regiões. Porém, segundo Oliveira, “ao final da década e início da seguinte, esse processo apresenta sinais de esgotamento”, não sendo suficiente para garantir bons desempenhos do setor industrial em um nível local (OLIVEIRA, 2021).

As políticas liberais vigentes durante a década de 90 no Brasil resultaram ainda em flexibilizações na legislação trabalhista e no aumento da incidência de relações de trabalho precárias e informais, convergindo com um movimento que se espalhava pelos países de todo o mundo capitalista na época, impulsionado

pelo processo de reestruturação produtiva, que também elevou os níveis gerais de desemprego.

A partir de 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, a estrutura socioeconômica do país sofreria transformações. Em artigo subsequente da mesma obra, Oliveira aponta as principais tendências e apresenta dados sobre o país entre os anos de 2003 e 2015, período classificado pelo autor como neodesenvolvimentista.

Oliveira destaca as políticas públicas de cunho social lançadas durante o período, assim como a ampliação do diálogo entre o Estado e diversos setores da sociedade civil. O novo governo foi particularmente salutar para a região Nordeste do Brasil, que durante o período apresentou índices superiores à média nacional.

Esse novo contexto favoreceu a retomada do crescimento econômico do Nordeste. A região acompanhou os movimentos gerais do PIB do país. Consta-se [...], conforme os dados das Contas Regionais do Brasil para os anos de 2003 a 2015, que na média a economia nordestina teve, contudo, um desempenho superior ao do Brasil, tanto no período de maior crescimento (entre 2003 e 2008, quando a média anual do crescimento da região foi de 4,5%, enquanto para o país foi de 4,2%), quanto no período seguinte, demarcado pelos efeitos da crise global de 2008, ao que se seguiu uma rápida e expressiva recuperação e, depois, desaceleração e crise (entre 2009 e 2015, com a média do crescimento da região sendo de 2,5%, bem mais baixa do que a média do período anterior, mas novamente acima do crescimento médio do país, que foi de 1,9%) (OLIVEIRA, 2021, p.146).

Os indicadores relativos ao mundo do trabalho também apresentaram melhoras durante o período, tendo a região Nordeste, mais uma vez, registrado grandes avanços. A discrepância entre os índices regionais e nacionais, porém, ainda perdurou, como por exemplo no grau de formalização do emprego.

De 2003 a 2015, houve um incremento de cerca de 10% na proporção das ocupações formais em ambos os casos. Por outro lado, manteve-se em patamar significativo a distância nos graus de formalização entre os âmbitos nacional e regional, em desfavor deste último (em mais de 15%). O Nordeste, mesmo depois desse incremento de 10%, não conseguiu, ao final do período, alcançar o grau de formalização do Brasil no início da série (faltando para isso 6,1%) (OLIVEIRA, 2021, p. 166).

Caso semelhante pode ser observado no que diz respeito à renda do trabalho, como informa Oliveira, apresentando dados da PNAD.

Em 2003, focando-se nas três posições com maiores participações proporcionais no volume de ocupados, “empregado com carteira de

trabalho assinada” (29,3%), “outro empregado sem carteira de trabalho assinada” (18,5%) e “conta própria” (22,3%), as rendas medianas para o Nordeste foram de 66,7%, 80,0% e 63,2% das alcançadas no país, respectivamente. Quanto a 2013 e 2015, tais proporções ficaram em 78,0%, 90,8% e 62,2%, para o primeiro ano, e 73,1%, 93,7% e 71,4%, para o segundo. Ou seja, apesar das rendas medianas referentes às posições na ocupação do Nordeste, em 2012 e 2015, em comparação com 2003, terem se aproximado das do país, permaneceram as discrepâncias (OLIVEIRA, 2021, p. 167).

Oliveira encerra o estudo afirmando que, embora seja possível verificar durante o período entre 2003 e 2015 vários avanços tanto no Brasil quanto no Nordeste, este último ainda é prejudicado por características estruturais que marcam historicamente os quadros econômicos e sociais da região, não tendo sido as medidas adotadas pelo governo neodesenvolvimentista suficientes para a superação dessas dificuldades.

Dentre as permanências, destacam-se a força da velha estrutura fundiária e o peso da ocupação rural, mesmo em meio a intenso processo de avanço da urbanização. A região mantém quase metade da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nas atividades agropecuárias do país, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, e é mantido o grande hiato entre os indicadores sociais nordestinos e os das regiões mais ricas do país, apesar dos avanços realizados. Um número é simbólico: o da taxa de analfabetismo das pessoas de dez anos ou mais; entre 2000 e 2010, ela caiu de 12,8 para 9,0 no Brasil e de 24,6 para 17,6 no Nordeste. A taxa do Nordeste rural, entretanto, ainda era de quase 30%, em 2010. Assim, não só foram preservados alguns fatores de heterogeneidade da realidade intrarregional (especialmente marcada pelos contrastes tradicional-moderno, rural-urbano, formal-informal), como houve uma diversificação e complexificação dos subsistemas socioeconômicos que passaram a compor tal realidade. [...] Ao mesmo tempo, a partir de tudo que temos discutido até aqui, neste e nos dois capítulos anteriores, mudaram os fatores de dinamização da economia regional e suas implicações territorial e setorialmente diferenciadas e diferenciadoras, sendo que manteve-se seu caráter dependente dos grandes capitais nacionais e estrangeiros, atuantes na indústria, serviços e agropecuária (OLIVEIRA, 2021, p. 162).

No sexto capítulo do livro *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*, Oliveira aborda o período entre 2015 e 2019, e busca

[...] analisar as repercussões, na região, da guinada política, econômica e social que o país sofreu com o impeachment de Dilma Rousseff, quando passaram a ser priorizadas uma orientação neoliberal na política econômica (em versão radicalizada, se comparada ao que prevaleceu no país nos anos 1990) e uma sistemática operação de desmonte dos direitos sociais e das políticas de distribuição de renda e de proteção social (OLIVEIRA, 2021, p. 179).

As reorientações no governo federal levaram o Nordeste e o país como um todo a retrocessos nas áreas econômica, social e trabalhista. Dados

estatísticos sobre o período corroboram as afirmações de Oliveira, que cita informações da PNAD Contínua coletadas entre os anos de 2014 e 2019. “O número de ocupados evoluiu, entre 2014.4 e 2019.4, em -4,7% no Nordeste, e em 2,3% no Brasil. Enquanto isso, o número de desocupados teve crescimento explosivo em ambos os casos, de 81,5% e 66,5%, respectivamente” (OLIVEIRA, 2021, p. 192). No mesmo período, a porcentagem de trabalhadores na informalidade também aumentou, tanto no Nordeste quanto no Brasil, sendo respectivamente de 58,8 e 44,3 em 2014.4, e de 60,2 e 48,2 em 2019.4.

No sétimo capítulo da mesma obra, Rodgers (um dos organizadores do livro ao lado de Oliveira), faz uma sistematização dos principais regimes de trabalho, e suas respectivas condições laborais, observados no Nordeste do Brasil nos últimos 25 anos. Segundo o autor, foi possível identificar “situações distintas de ocupação, com diferentes condições laborais”.

Ele define condição laboral como “a natureza da relação de emprego”, e aponta alguns fatores que devem ser considerados, como a autonomia do trabalhador, natureza do empregador, regularidade e precariedade do serviço, respeito a medidas de proteção e segurança, qualidade da remuneração, habilidade e qualificação exigidas na ocupação, representação organizada da categoria profissional etc. (RODGERS, 2021, p. 211,212).

O autor analisa dados relacionados ao emprego em diversos ramos de atividades (como indústria, comércio, serviços e agricultura) no Brasil, no Nordeste e nos estados da Paraíba e de Pernambuco, apontando as principais tendências. Rodgers afirma que existem padrões de emprego altamente diversificados que perpassam os diferentes setores econômicos. Porém, de maneira geral, a condição laboral é pior no Nordeste em relação ao que pode ser observado no resto do país, sendo possível ainda apontar diferenciações entre os estados que compõem a região.

O Nordeste e o restante do Brasil compartilham algumas características e tendências, mas há maior informalidade nas relações de trabalho no Nordeste. Enquanto no conjunto do país o mercado de trabalho se formalizou até 2014, o fosso entre o Nordeste e as demais regiões persistiu. Em seguida, desde a recessão que se iniciou em 2014, em ambas as partes do país o mercado de trabalho se ajustou por meio de um crescimento em várias formas de autoemprego, mas com mais atividades marginais e informais no Nordeste. Ao mesmo tempo, o Nordeste não é homogêneo, como ilustram as diferenças

entre Pernambuco e Paraíba, encontrando-se um mercado de trabalho formal maior no primeiro e mais informalidade no segundo. Essas interações entre o regime de trabalho e as mudanças no ambiente econômico, social e político se sobrepõem a estruturas de produção e de uso do trabalho que geram distintos tipos de desigualdade e vulnerabilidade, e diferentes formas de integração social (RODGERS, 2021, p. 257).

No penúltimo capítulo do livro *Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*, G. Rodgers, J. Rodgers e Oliveira se propõem a apresentar uma síntese sobre a formação das desigualdades no regime de trabalho do Nordeste, abordando a interação entre a região e o restante do país, a estrutura produtiva local, a atuação do Estado e outros atores sociais, além de seus reflexos sobre o mercado laboral. (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021).

No artigo, os autores elaboram um retrospecto dos principais acontecimentos socioeconômicos e políticos que marcaram o Brasil e o Nordeste, indicando altos e baixos, porém apontando que

[...] a relação entre a renda média do Nordeste e do Brasil praticamente não mudou desde a década de 1970. Tal fato sugere que as desvantagens estruturais foram mantidas independentemente do regime de crescimento; ou, alternativamente, que sucessivos regimes de crescimento foram construídos sobre e tiram vantagem da existência de uma região de excedente de mão de obra com salários relativamente baixos, desempenhando, no plano interno do país, um papel semelhante ao dos países de baixa renda na economia capitalista mundial (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 745).

Também enfatizam o caráter heterogêneo do mercado de trabalho regional, afirmando que “não há um padrão único econômico e social no Nordeste, pois os regimes de desenvolvimento e de trabalho variam nos níveis local e setorial” (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 745). Diferentes sistemas de produção têm necessidades também diferentes, e mobilizam de forma distinta suas forças de trabalho, resultando em condições laborais diversas. Analisando a situação do Nordeste em 2019, Rodgers, Rodgers e Oliveira apontam as tendências da condição laboral em diversos setores da economia, relacionando-as com os respectivos arranjos produtivos.

Na agricultura, o trabalho autônomo, junto com o trabalho assalariado sem carteira, respondia pela maior parte das ocupações. O trabalho formal assalariado com carteira estava concentrado em empresas maiores na indústria e nos serviços modernos, assim como no setor público. Fora da agricultura, os trabalhadores assalariados sem carteira tinham muito mais probabilidade de ser encontrados em

empresas menores, na construção civil e em alguns serviços. Para analisar as conexões entre o padrão geral de produção e emprego e o regime de trabalho, precisamos considerar os arranjos de produção com mais detalhes. Uma grande variedade nos arranjos deu origem a uma significativa heterogeneidade nos níveis e condições de emprego. A importância da heterogeneidade estrutural nas economias latino-americanas é amplamente reconhecida, sendo refletida, por exemplo, no trabalho da Cepal e em modelos dualísticos de desenvolvimento construídos em torno de noções de formalidade e informalidade, ou distinguindo a produção capitalista da não capitalista (Cf. Capítulo I). Mas a perspectiva dualista não consegue capturar a complexidade do sistema de produção. Existem muitos tipos diferentes de arranjos de produção, os quais por sua vez estão interligados entre si (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 747 e 748).

É fundamental no desenvolvimento do artigo a evidência da interconexão entre os diversos sistemas produtivos, que apesar de operarem através de lógicas diferenciadas, não deixam de ser interdependentes. Negando assim as interpretações dualistas, Rodgers, Rodgers e Oliveira reafirmam a conexão entre “capitalismo de ponta” e “economia arcaica”, que caracteriza o desenvolvimento dos países ditos periféricos, e marcou a história de regiões como o Nordeste do Brasil. Segundo os autores, boa parte do trabalho necessário para o funcionamento da grande indústria local se dá através de prestadores informais, subcontratação ou terceirização, quando não em suas atividades principais, nas acessórias.

Em primeiro lugar, as empresas e unidades produtivas de diversos tipos são diretamente interdependentes. [...] As grandes fábricas também dependem de um sistema econômico local que assista ao processo de produção (infraestrutura e sistemas de transporte para entradas de matérias-primas e saídas de produtos, e para as viagens diárias de trabalhadores, serviços de limpeza e alimentação, segurança, etc.). As empresas que fornecem esses serviços podem contratar trabalhadores sob uma variedade de relações de emprego, frequentemente menos seguras ou com salários mais baixos do que na fábrica central. Tudo isso concorre para a constituição de uma hierarquia de condições laborais, com diferenças correspondentes em direitos e bem-estar, que se atualiza a cada novo ciclo tecnológico, como vem ocorrendo com o desenvolvimento de serviços baseados em tecnologias da informação e comunicação (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 753 e 754).

Observar os diferentes padrões de renda e consumo resultantes dessa estrutura heterogênea de empregos também é importante para compreender o desenvolvimento regional, o comportamento do mercado laboral local e sua diferenciação interna e externa. Como explicam os autores,

Os gastos dos trabalhadores em consumo diário e outras necessidades alimentam a economia local, dinamizando o comércio, os serviços pessoais, a produção local de bens de consumo, os serviços públicos,

incluindo administração, segurança, educação e saúde, a construção, por exemplo, através do desenvolvimento de infraestruturas e construção de habitações, entre tantas outras atividades. Os trabalhadores assalariados regulares e protegidos da indústria tendem a adquirir uma variedade de serviços na economia informal, a um custo mais baixo do que no setor formal, e produzidos em condições de trabalho muito diferentes das que se observam nas grandes fábricas, com rendimentos mais baixos e menos proteção social. Como os preços na economia informal são mais baixos, isso também reduz a pressão sobre os salários no sistema formal. Portanto, o regime de trabalho em grandes empresas formais depende da existência paralela de um regime de trabalho inseguro e de baixa renda em outras partes da economia. O padrão da demanda de consumo privado é influenciado pela desigualdade geral gerada no interior do regime de desenvolvimento (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 754).

É preciso levar em conta ainda o comportamento do mercado de trabalho, não só em sua lógica intrasetorial, mas em suas interconexões, pois “Ao mesmo tempo que há segmentações nos mercados de trabalho, por sexo, educação e outros fatores, que limitam a mobilidade ocupacional da mão de obra, a criação de oportunidades de emprego em um setor afeta a oferta de mão de obra para outras atividades” (p. 755).

Rodgers, Rodgers e Oliveira apontam, através do que foi observado nos diversos estudos apresentados no livro, uma precariedade estrutural que perpassa toda a trajetória de desenvolvimento do mercado de trabalho no Nordeste, e contribui para a determinação das más condições de existência de boa parte da classe trabalhadora regional. Nas palavras dos autores,

O regime geral de trabalho no nível regional se mostrou altamente desigual neste estudo. Grande parte da população ocupada tem apenas uma inserção precária no sistema produtivo, sendo, portanto, vulnerável ao desemprego e à pobreza. É impressionante como essa desigualdade tem persistido ao longo do tempo. (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 756).

Por fim, os autores indicam algumas características estruturais que contribuem para a constituição das desigualdades tanto intra quanto inter-regionais que marcam a história do Nordeste do Brasil.

- Primeiro, as participações relativas dos salários e dos retornos ao capital (e à terra) no valor agregado desempenham um papel central na desigualdade de renda.
- Em segundo lugar, [...] outras fontes de renda não relacionadas ao trabalho, como transferências sociais e pensões, têm impacto na distribuição geral da renda familiar.
- Em terceiro lugar [...] existem profundas desigualdades no regime de trabalho e na estrutura de incorporação da mão de obra na produção.

• E, em quarto lugar, [...] as discriminações e diferenciações embutidas, notadamente por gênero e raça/cor, também desempenham um papel significativo (RODGERS, RODGERS e OLIVEIRA, 2021, p. 769).

Pistas valiosas para a compreensão da realidade laboral no Nordeste e no Brasil são dadas nessa obra, assim como no referencial teórico sobre precariedade e trabalho informal apresentado no início deste capítulo. Acreditamos que os casos observados em campo, as entrevistas das duas famílias, ilustram e enriquecem essas tipologias e formulações, mostrando a partir de situações singulares como o trabalho informal e precário, não obstante as modificações verificadas em suas formas de manifestação, continua sendo uma marca e uma amarra na vida das pessoas de estratos populares posicionadas na região de Rio Tinto e Mamanguape.

No capítulo dedicado às trajetórias ocupacionais das gerações mais antigas das famílias entrevistadas, os ingressantes no mercado de trabalho entre os anos 50 e 70, o primeiro destaque é a origem dos dois grupos.

É no trabalho rural, de base familiar, voltado prioritariamente para a subsistência, porém possibilitando por vezes a comercialização de pequeno excedente, que ambos iniciam os relatos, ainda nas primeiras décadas do século XX, no “interior” do estado. A precariedade neste caso é histórica, restando ao trabalhador “livre” brasileiro dessa época geralmente as piores ocupações, e em se tratando do Nordeste rural, as piores entre as piores. Nos relatos, é possível destacar a ausência de legislação trabalhista e seguridade social no campo, a baixa renda do trabalho, as dificuldades de acesso à terra e a generalização do trabalho infantil. O ingresso precoce no mundo laboral resultou também na baixa escolarização das pessoas dessa geração, que logo integravam o trabalho familiar na terra ou nos pequenos comércios.

Durante a formação do mercado de trabalho no Nordeste, o processo de concentração fundiária e a expulsão do trabalhador rural da terra, que se acentuam a partir do final do século XIX, porém sem a contrapartida da generalização do assalariamento, dão lugar a novas formas de submissão do trabalhador do campo ao capital, que dinamiza elementos modernos e pré-capitalistas. No caso das duas famílias, a mudança para a região do Vale do Mamanguape significou um passo em direção à proletarização, porém sem o

estatuto pleno de trabalhador livre, já que a imobilização da mão de obra pela moradia era prática comum entre os empregadores, ao contrário do assalariamento. Vendiam sua força de trabalho, sim, mas não em um mercado livre, e não em troca de salário; a negociação era com o proprietário da terra, geralmente pelo seu usufruto, em troca de dias trabalhados. Através dessa relação laboral aparentemente arcaica, a indústria capitalista conseguia insumos básicos e mão de obra para os afazeres acessórios a valores irrisórios, o que ao lado da “cessão” da moradia, permitia um rebaixamento geral dos salários o que potencializava a taxa de lucros. Aos problemas enfrentados pelo trabalhador da terra citados anteriormente, podemos somar agora o recrutamento por aliciamento, perda de autonomia, repressão patronal, intermediação na comercialização da produção e intensificação da autoexploração. Por outro lado, é importante frisar que essa adequação às novas realidades de trabalho no campo não se deu de maneira pacífica, enfrentando resistências organizadas e não organizadas da parte dos trabalhadores. Além disso, outras ocupações ligadas direta ou indiretamente à grande indústria e ao surgimento dos núcleos urbanos, por vezes permitiram a inserção no mercado de trabalho em situação de menos precariedade do que as observadas no campo, tendo se tornado opção, mesmo em casos de preferência manifesta pelo emprego rural.

No caso de emprego regular nos grandes setores, as condições laborais se mostraram das mais variadas, sendo a precariedade e a informalidade mais presentes do que se poderia supor. Em se tratando da indústria têxtil, os trabalhos na gerência externa, acessórios ao funcionamento industrial, eram geralmente atribuídos aos mais velhos e aos mais jovens, sendo as ocupações menos especializadas e mais mal remuneradas, na maioria das vezes em relações informais.

Também no interior das tecelagens as condições laborais passavam longe do ideal. Segundo os relatos, acúmulos e desvios de função aconteciam de maneira generalizada. O salário é descrito como muito baixo, apesar das longas jornadas de trabalho, que por vezes ultrapassavam as 20 horas diárias. O acréscimo recebido pelo trabalho extra era menor do que o garantido por lei, e os funcionários não recebiam adicionais como periculosidade, mesmo quando cabível. No caso da CTRT, há ainda o agravante da interferência na vida

doméstica dos trabalhadores, algo comum no sistema fábrica com vila operária. Além disso, os imóveis disponibilizados pela companhia para moradia eram precários, e muitas vezes superpovoados. Atividades organizativas eram duramente reprimidas pelo patronato, e a ingerência da CTRT sobre o sindicato local era grande.

No setor sucroalcooleiro, a situação também era difícil. No caso de trabalho rural, na maioria das vezes os empregados ganhavam por produção, moravam em terra da usina e não tinham permissão para plantar nem para criar animais, o que limitava a possibilidade de renda extra. Já no trabalho fabril as principais queixas foram sobre as longas jornadas, de até 24 horas, o não pagamento de horas-extras e a burla a direitos trabalhistas, como o adicional noturno.

O trabalho na construção civil está presente na trajetória dos dois membros mais velhos das duas famílias, em um dos casos de maneira constante. Apesar do emprego formal aparecer como regra nessa trajetória, existiram situações de informalidade, algumas vezes por opção (quando mais jovem e menos esclarecido em relação aos direitos trabalhistas), outras por imposição patronal. Na região de Mamanguape, a remuneração na construção civil era menor que em outros lugares do país, o que resultou em um dos casos numa trajetória ocupacional fortemente marcada por experiências migratórias. Nesse relato, a rotina de trabalho está entre as principais queixas, pois as constantes viagens prejudicavam o convívio com a família e impossibilitavam a continuidade do trabalho na terra. Por outro lado, são enfatizados também aspectos positivos do trabalho formal na construção civil, como remuneração certa, acesso a direitos trabalhistas e estabilidade no emprego. Ainda assim, o trabalho não provia o suficiente para proporcionar uma vida financeiramente tranquila para a família. Os filhos ainda cedo se engajaram em ocupações precárias e/ou informais para complemento de renda.

Outras formas de trabalho também aparecem nos relatos dessa geração, porém de forma menos frequente. Entre eles o trabalho no comércio, geralmente como informal nas feiras locais, para a venda de pequeno excedente da produção da terra, tarefa realizada não só pelos adultos, mas também pelos mais jovens. Importante destacar ainda o trabalho doméstico e de cuidados, que

marca a trajetória da única mulher do grupo, tendo dedicado a vida ao lar e à criação dos 9 filhos.

A repressão patronal e as dificuldades de organização estão presentes nos depoimentos, com ênfase particular quando se trata da CTRT, que como já dito não restringia o controle sobre o âmbito do trabalho, interferindo também na vida doméstica. Além de coibir a associação a instituições trabalhistas, definiam como era feito o uso da terra no caso dos trabalhadores rurais, interferiam nos sindicatos, proibiam a prestação de serviço para outros empregadores, fazendo por vezes uso de violência física, segundo os relatos. O patronato do setor sucroalcooleiro também apresenta um histórico repressor na relação com seus funcionários. Por esses e outros motivos, a atuação do sindicato é muitas vezes indicada como omissa ou subserviente. É importante frisar, porém, que a disparidade da relação de forças entre patrão e empregados no contexto local, principalmente após o golpe militar de 1964, dificultou mas não eliminou a luta dos trabalhadores, que passaram a adotar outras estratégias de combate, muitas vezes pela via legalista, para preservar a integridade de seus militantes.

Por fim, sobre os trabalhadores do período, é válido abordar ainda as particularidades das experiências migratórias, que parecem ter acontecido mais pelas dificuldades de reprodução do núcleo familiar no local de origem do que por escolha deliberada. Neste sentido, afirmamos aqui que a migração pode também ser considerada uma situação desencadeadora de precariedade, na medida em que desmembrava o núcleo doméstico, impondo novas condições para a sobrevivência e convivência da família, com efeitos afetivos e práticos.

As trajetórias ocupacionais que constituem o capítulo IV, sobre aqueles em idade para ingressar no mercado de trabalho nos anos 80 e 90, introduzem uma série de ocupações em diversificadas relações de trabalho, que se aproximam e se distanciam da precariedade e da informalidade em diferentes graus, porém estando ambas em alguma medida sempre presentes. A heterogeneidade do mercado de trabalho local fica aqui mais evidente, em consonância com o que foi apontado pela revisão bibliográfica.

Seis dos treze trabalhadores que integram este segmento relataram passagens pela indústria sucroalcooleira. A maioria das experiências aconteceu

na formalidade. Se por vezes os trabalhadores parecem satisfeitos com a remuneração, acrescida sempre de inúmeras extras, se queixam bastante da rotina de trabalho. As longas jornadas aparecem nos relatos como uma constante. No caso de cargos de confiança, o regresso ao trabalho durante o período de folga em ocasiões de excepcionalidade também parecia ser frequente. A remuneração, portanto, se era satisfatória, assim se constituía mais pela quantidade de força de trabalho despendida do que por um alto salário-base. Além disso, segundo relatos, a remuneração das horas-extras paga pelas usinas quase nunca respeitava os adicionais estabelecidos pela legislação trabalhista. O salário nas empresas do setor parece nivelado na região, e inferior ao que é pago em outros locais do país. Também aparecem queixas do não pagamento por algumas indústrias da jornada *in itinere* e outros direitos trabalhistas. A diminuição do número de postos de trabalho no setor devido à mecanização também é citada, assim como a perda de direitos ao longo do tempo. O trabalho camponês, quando feito para a usina, aparece como ainda mais pesado, além de desvalorizado material e simbolicamente em relação ao trabalho fabril.

Característica fundamental do setor sucroalcooleiro, a sazonalidade no trabalho aparece como a maior queixa entre os que vivenciam essa situação. Nesses casos, atividades acessórias das mais variadas são realizadas na tentativa de conseguir alguma renda até o novo período de emprego. Por vezes, é o emprego na usina que assume o caráter de renda complementar para um trabalho mais estável, porém geralmente de baixa renda, realizado de maneira concomitante.

A atuação dessa geração na indústria têxtil aparece de maneira superficial, já que em 1990 a CTRT fechou definitivamente as suas portas, perdendo o setor o protagonismo que desempenhava nas trajetórias dos trabalhadores locais até então. Uma constante nos relatos é o aumento do desemprego na região após o fechamento da companhia.

Boa parte dos trabalhadores entrevistados aqui registraram passagens pelo setor público, sendo consideravelmente grande o número de relatos de ocupações precárias e/ou informais. A passagem como trabalhador informal na educação pública é um relato frequente entre as mulheres. Entre as principais

queixas, estão a baixa remuneração (por vezes, menor do que um salário-mínimo), ausência de registro profissional e benefícios trabalhistas, sazonalidade dos contratos (que não garantiam emprego para o ano todo e precisavam ser renovados a cada novo período), péssimas condições de trabalho. Todas relataram o exercício de outras ocupações para complemento de renda quando nessa situação. Em algumas falas, aparece também o contraponto entre a realidade do trabalho registrado e do sem registro. Depois da educação, o setor público mais recorrente é o da saúde, com relatos de passagens formais e informais. Em algum momento da trajetória, parte dessas mulheres conseguiu ocupar um cargo público efetivo. Já outras, vivenciaram outras experiências de trabalho irregular junto ao setor público.

Entre os homens com passagem pelo setor público, as relações formais de trabalho parecem ser um pouco mais frequentes que as informais. O grande problema, nesses casos, é a baixa remuneração, que geralmente leva à vinculação a outra atividade concomitantemente para complemento de renda.

Em consonância com a expansão do setor terciário na época, o trabalho no comércio e nos serviços aparece com mais recorrência na trajetória ocupacional dos integrantes dessa geração. Extrapola agora o ambiente das feiras locais, com a ampliação do número de pequenos e médios empreendimentos na região. Porém, mesmo em negócios regularizados, a informalidade e a precariedade continuam presentes em boa parte dos casos.

Nos relatos sobre trabalho nas feiras locais, realizado geralmente ainda na juventude, o rendimento aparece como irrisório, de poucos reais. Mas todos justificam a adesão ao emprego precário dizendo que a renda familiar era insuficiente para a satisfação das necessidades de todos os filhos, e gastavam o pouco que recebiam com artigos pessoais, como produtos de higiene e vestuário.

Já na vida adulta, aparece nos relatos o emprego no setor terciário, de maneira mais frequente entre as mulheres. Ainda que alguns cite a formalização do emprego, a maior parte das experiências aconteceu na informalidade. Acesso a direitos trabalhistas e ao salário-mínimo aparecem mais como exceção do que como regra. Muitas vezes os contratos eram temporários,

para os períodos de maior movimento, e o ganho calculado através de comissão. Chama atenção também a curta duração dos empregos, mesmo os formais.

O trabalho doméstico e de cuidados aparece de maneira mais proeminente nos relatos dessa geração, principalmente entre as mulheres, como já era de se esperar, devido a uma tradicional divisão sexual do trabalho que marca grande parte da nossa história. De maneira geral o serviço doméstico, quando realizado no núcleo familiar, não é encarado como trabalho pelas pessoas dessa geração, e mesmo no caso de envolver alguma remuneração, esta parece geralmente significada mais como uma relação de reciprocidade do que uma relação comercial. Importante destacar que, segundo os relatos, a dedicação ao trabalho doméstico e de cuidado com os filhos, próprios ou de parentes próximos, atrasou o ingresso de parte das mulheres dessa geração no mercado de trabalho.

Outras formas de trabalho aparecem nos relatos dessa geração. Professor particular, vendedor de produto de revista, distribuidor de panfletos, aplicador de pesquisa, ajudante de pedreiro, músico, pescador. A diversidade das ocupações não apaga uma característica comum: a precariedade da situação laboral. Na maioria dos casos essas atividades, sempre informais, surgiam em momentos de desemprego ou dispensa no caso das ocupações sazonais. Dentro de seus repertórios, os trabalhadores se mobilizavam para obter alguma renda e garantir a reprodução do núcleo familiar.

Apesar de relatos frequentes de trabalho ainda na juventude, algo normalizado na região durante a época, essa geração apresenta um grau de escolaridade muito maior que o dos pais, aparecendo nessas trajetórias os primeiros relatos de ensino superior completo das duas famílias. Contribuiu para isso a expansão universitária realizada durante os governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2003. Também é significativa a ampliação do acesso ao ensino técnico e profissionalizante, que possibilitou a construção de carreiras laborais inéditas na trajetória familiar, entre elas a de professor e de torneiro mecânico. É preciso ressaltar, contudo, que o estudo em boa parte dos casos não foi suficiente para garantir aos trabalhadores uma atuação fora da informalidade da precariedade.

Apesar dos anos 80 e 90 serem marcados por uma participação ativa do movimento sindical brasileiro, a importância do momento passa quase despercebida nos relatos dessa geração. É preciso levar em conta a repressão histórica que atinge os trabalhadores locais, a ascensão do discurso liberal (calcado no individualismo e na meritocracia), a dificuldade de mobilização em um contexto de aumento da informalidade e do desemprego. O movimento dos trabalhadores é lembrado na maioria das vezes por aqueles que têm um grande período na formalidade e/ou construíram uma carreira profissional mais linear.

Entre os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, há menção a conquistas trabalhistas do sindicato, bem como às perdas de direitos observadas nos últimos anos. Já o sindicato do setor têxtil é geralmente referido como uma organização paternalista e subordinada à CTRT, salvo alguns períodos de exceção, como os anos anteriores ao golpe militar de 1964, quando um trabalhador do “chão de fábrica” assume a diretoria do sindicato. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio Tinto é caracterizado como pouco atuante, e de orientação “pelega”.

Entre essa geração, é possível observar algumas experiências migratórias, principalmente entre os homens ligados ao trabalho industrial. Em geral, a mudança é motivada pela busca de maiores rendimentos e oportunidades profissionais ou por estar em situação de desemprego no local de origem. Os relatos dos que migraram para os estados da região Sudeste na maioria das vezes apontam salários superiores e mais facilidade para a progressão de carreira. Entre os que tiveram experiências migratórias dentro da Região Nordeste, a diferença salarial e de condições de trabalho é geralmente descrita como pequena. Mais uma vez, fica aparente as discrepâncias das condições laborais nas duas regiões do país. Uma constante nos relatos dos que migraram é a saudade de casa. Quase todos retornaram para a região de Mamanguape, ainda que o tempo permanecido longe tenha variado bastante, assim como a motivação para a volta.

Na geração que ingressou no mercado de trabalho a partir do ano 2000, cujas trajetórias são apresentadas no capítulo V, o acesso ao ensino superior aparece com mais frequência, em grande parte devido à expansão universitária, sendo que 4 dos 6 entrevistados concluíram o curso de graduação. As quatro

mulheres que integram este segmento concluíram o ensino superior, todas em universidade pública. E mesmo entre os que ainda não conseguiram prosseguir com os estudos, a expectativa de ingressar na universidade permanece viva. Porém, o curso superior não foi suficiente para afastar os formados da precariedade e da informalidade no trabalho. O emprego regular aparece ainda como uma exceção.

A falta de boas oportunidades de emprego levou alguns a tentar um negócio próprio. Ainda que tal estratégia estivesse presente também nos períodos anteriores (no caso de membros da família que comercializavam excedentes da produção da terra, abrindo pequenas bancas nas feiras locais), o trabalho autônomo aqui adquire novas feições. Mesmo diferindo em cada caso, é marcante a presença do discurso empreendedor, e em pelo menos em um dos exemplos é possível observar a regularização do negócio através de mecanismos legais implementados pelo poder público no período. Chama atenção também que todos os empreendimentos relatados se dão no setor terciário, em consonância com as tendências econômicas verificadas durante os últimos anos na região.

Apesar do perfil diferenciado das atividades, sendo uma um modesto comércio familiar e a outra uma empresa formalizada de pequenos eventos, ambas geram uma renda que não ultrapassa um salário-mínimo. A maior diferença está nas condições e no montante de trabalho dispendido em cada uma. A proprietária da empresa de eventos reclama do grande volume de trabalho que realiza, das longas jornadas de trabalho, do baixo rendimento mensal, da falta de apoio do Estado e da escassez de iniciativas de formação para pequenos empreendedores.

O trabalho no setor público aparece em parte das trajetórias aqui relatadas. Sempre permeado por condições de informalidade e/ou precariedade. A maioria da prestação de serviço se deu através de contratos temporários, sem acesso a direitos trabalhistas básicos. No único caso de emprego regular, o que agravou a condição laboral foi a baixa remuneração.

O trabalho na construção civil aparece no início da trajetória ocupacional dos dois homens que integram este grupo. O período é marcado por um

crescimento do setor, impulsionado em grande parte por políticas públicas que implementaram diversas obras de infraestrutura na região. É importante fazer a ressalva, porém, que se a oferta de trabalho aumentou, a qualidade dos empregos não, sendo a área ainda marcada por grande informalidade e rotatividade, como corroboram os depoimentos trazidos neste estudo. Aparecem ainda nos relatos as dificuldades enfrentadas para iniciar na área, como um salário menor que o de outros colegas ou mesmo nenhuma remuneração. Todas as experiências de emprego na área são caracterizadas como informais, sem benefícios trabalhistas e de curta duração.

Como já indicado, o setor terciário é o que demonstra maior crescimento durante os últimos anos na região Nordeste, e está presente na trajetória dessas pessoas. Porém, boa parte dos empregos na área relatados aqui são precários e/ou informais. Aparecem ainda nos depoimentos grande concorrência entre os trabalhadores da área do comércio e a exigência de cumprimento de metas para continuar no serviço. O emprego no setor terciário também é descrito na maioria das vezes como de curta duração, mesmo quando formalizado. A exceção é uma prestadora de serviços contábeis que, formada na área, construiu uma carreira de quase uma década na função. No caso, porém, a precariedade da condição laboral se manifestava pelas longas jornadas e metas exigentes, que levaram a trabalhadora a se desvincular do serviço.

É possível observar ainda nesses relatos sobre formas de trabalho, ainda que com menor regularidade. Destacamos o trabalho criativo (no ramo musical), educação particular e prestação de serviço na agroindústria alimentícia, sendo o último caso o único emprego formal, ainda que de pouca duração.

Os integrantes desse grupo, os mais jovens entre os entrevistados, quase não têm experiências migratórias concretizadas. Porém, a baixa capacidade de absorção do mercado de trabalho, principalmente no que se refere a ocupações qualificadas, faz com que alguns deles pensem na possibilidade de se mudar, ou pelo menos trabalhar fora, nas cidades do entorno. Em geral, a expectativa de uma inserção ocupacional satisfatória na região de origem é bastante baixa.

Vemos, assim, que a precariedade e a informalidade permeiam a trajetória de todos os trabalhadores entrevistados, ainda que se manifestando de maneira

diversa em diferentes épocas e setores. Quais processos concorrem para que o trabalho precário seja uma condição permanente na trajetória desses grupos? Em que medida o trabalho precário contribui para a perpetuação das desigualdades regionais? Como superar esse problema histórico? Questões complexas, que tentamos começar a elucidar aqui.

No período anterior aos anos 70, a precariedade apresenta elementos de continuidade presentes desde a constituição do mercado de trabalho na região Nordeste. Neste sentido, a expropriação da terra do trabalhador camponês tem um papel fundamental, e se dá não só pela expansão dos latifúndios, mas também pela ação do estado, através de medidas como a Lei de Terras. Sendo a economia Nordestina menos dinâmica devido à concentração fundiária, à precária inserção no mercado externo e às dificuldades de ordem natural, demandava menor mão-de-obra livre no período pós-escravidão, explicando assim o lento processo de desescravização bem como o estabelecimento de relações de trabalho não capitalistas ao invés da generalização do assalariamento durante o período. Concorre também para isso a grande quantidade de força de trabalho disponível na região, que diminui o poder de barganha dos trabalhadores fazendo assim com que muitos se submetam a relações de trabalho excessivamente espoliativas.

Importante lembrar que o trabalho na terra apresenta elementos de precariedade mesmo no caso das pequenas propriedades da agricultura familiar tradicional, como o uso do trabalho infantil e as longas jornadas. Porém, com a separação do seu meio de sobrevivência, trabalhando agora em terras de outrem, o trabalhador camponês passa a lidar ainda com a apropriação do sobretrabalho pelo grande capitalista, bem como com a ingerência patronal. E, no caso, sem as contrapartidas da relação assalariada, como os direitos trabalhistas, permanecendo assim em situação de precariedade e vulnerabilidade.

Quando os trabalhadores mais antigos entrevistados pela nossa pesquisa ingressaram no mercado de trabalho, a partir dos anos 50, o país já vivia um intenso processo de industrialização. Engana-se, porém, quem acredita que a chegada da grande indústria generalizou o assalariamento e eliminou outros tipos de relação de trabalho. Além disso, na região Nordeste, mesmo aqueles

que ingressaram no trabalho fabril viviam realidade diferente dos funcionários do setor em outras regiões do Brasil. Remuneração menor, desrespeito aos direitos trabalhistas, longas jornadas, desvios de função, repressão patronal são algumas das dificuldades destacadas por aqueles que foram trabalhadores industriais no período.

A diferenciação das condições laborais no Sudeste e no Nordeste pode ser explicada pela forma que o segundo se integra à economia capitalista do país. Integração produtiva que se inicia a partir de 1950, onde as relações intersetoriais e inter-regionais atribuem ao Nordeste uma posição subalterna, sendo a burguesia local menos influente do que as corporações associadas ao capital transnacional que se estabelecem no Sudeste do país, as quais teriam no Estado brasileiro um grande aliado para a consecução de seus interesses. O desenvolvimento do Nordeste em proporções semelhantes a outros lugares do país nunca foi uma prioridade, e sua posição subalterna logo o torna acessório à acumulação capitalista nos grandes centros do Sudeste, que nessa relação de escalonamento se apropria dos excedentes do trabalho gerados nos polos menos dinâmicos do país. No mesmo sentido, a manutenção das relações de trabalho não capitalistas no Nordeste também beneficia os grandes grupos econômicos, pela utilização direta e indireta dessa mão-de-obra. Assim se constitui um mercado de trabalho heterogêneo intra e inter regional, em consonância com o que pode ser observados em outros países da chamada periferia capitalista, como apontam diversos autores. Essa heterogeneidade no mercado de trabalho explica grande parte das desigualdades constituídas na trajetória do Nordeste do Brasil. Para além da indústria, é importante destacar que essa diferenciação se espalha para todos os setores, o que fica mais evidente na trajetória das gerações posteriores, menos restritas ao trabalho industrial e campesino.

Entre aqueles que ingressaram no mercado de trabalho entre os anos 50 e 70, a passagem por outros setores também traz relatos de informalidade e precariedade. É marcante ainda o recurso da migração como alternativa para enfrentamento do problema regional do emprego. A repressão patronal durante o período é descrita como uma constante, com significativa piora após o golpe

militar de 1964, o que prejudica a mobilização trabalhista, que ainda assim registra conquistas importantes.

O conflito entre patrões e empregados se desenha de forma diferente do que acontece em outras regiões do país, justamente pela existência de relações de trabalho também distintas. Enquanto no Sudeste, onde o assalariamento já é regra, o Estado atua como mediador dos conflitos de classe, ainda que pendendo na maioria das vezes para os interesses da burguesia, no Nordeste, onde o número de trabalhadores regulares é significativamente menor, o confronto se dá de maneira aberta, com uma maior omissão do poder público, que restringe sua atuação a participações pontuais através da justiça do trabalho.

Os anos 60 e 70 seriam marcados por iniciativas estatais que transformaram a estrutura produtiva e o mercado de trabalho no Nordeste. Em 1959 foi criada a SUDENE, tomando como base os estudos do GTDN, capitaneado por Celso Furtado. Até 1964, o modelo de desenvolvimento a ser adotado no Nordeste foi alvo de disputa entre as frações da burguesia atuante e forças populares. Porém, com o golpe militar, a atuação da SUDENE pendeu para a integração produtiva dependente e o favorecimento do grande capital. A associação entre atores estatais e privados resultou em um novo movimento concentracionista, com o surgimento de polos industriais de irradiação restrita que coexistiam com grandes áreas de economia estagnada. Muda também o perfil industrial regional, cuja tendência passa a ser a produção de bens-intermediários, que assegura o fornecimento de insumos às grandes empresas de bens de consumos duráveis e de capital instaladas no Sudeste, reforçando mais uma vez o caráter acessório da economia nordestina às grandes corporações.

O mercado de trabalho também é impactado pelas transformações vivenciadas no período, que agudizam a heterogeneidade laboral e as desigualdades regionais, onde trabalhadores qualificados com boa remuneração e relação formal convivem com trabalhadores de baixa renda e uma grande diversidade de formas de trabalho não reguladas, que têm sua maior incidência na área rural e fora das capitais. Importante notar que a grande incidência de trabalho irregular nas áreas campesinas e interioranas impacta também as relações de trabalho dos centros dinâmicos. O constante excedente estrutural

de força de trabalho e a normalização das condições laborais precárias nas regiões periféricas diminuem o poder de barganha dos empregados industriais e urbanos junto ao patronato, sendo comum observar entre esses trabalhadores setoriais do Nordeste diferenciações nas condições laborais em relação aos de outras regiões, como por exemplo menores salários. O crescimento econômico durante o período também impulsiona o setor terciário, que se expande, porém sem generalização do assalariamento, sendo possível observar no mesmo a instituição de diversificadas formas de relações trabalhistas.

Esse é o contexto vivenciado pelos trabalhadores que ingressam no mercado laboral a partir dos anos oitenta. A situação seria agravada ainda, nas próximas duas décadas, pela crise de endividamento do Estado e a adoção de políticas neoliberais. Historicamente mais dependente do poder público, a economia nordestina foi bastante afetada. O período é marcado ainda pelo processo de reestruturação produtiva, que levou um enorme contingente de trabalhadores ao desemprego e instituiu novas relações de trabalho. A partir desse momento, informalidade e precariedade laborais param de ser pautas exclusivas dos países da chamada periferia capitalista, virando foco de atenção também nas nações de economia mais pungente, e ganha força a ideia de precarização como um fenômeno que transborda as situações nas quais as más condições de trabalho se mostram presentes historicamente.

O Brasil dos anos 90 foi marcado ainda pela flexibilização trabalhista, abertura econômica e privatização de empresas estatais. Além de omissão, parcial e entreguista, o estado brasileiro passa a ser também um dos grandes contratantes da mão-de-obra precária e informal no Nordeste.

A heterogeneidade do mercado de trabalho consequente da integração econômica submissa, assim como a pior condição laboral dos trabalhadores do Nordeste em relação aos empregados de outras regiões do país, é facilmente observável nas trajetórias dos ingressantes do mercado de trabalho a partir dos anos 80. Ao lado de carreiras estáveis e relativamente bem-sucedidas em empregos formais nos setores e nas regiões econômicas mais proeminentes (e que também apresentam na maioria das vezes problemas laborais), pipocam relatos de trabalho informal e precário dos mais variados tipos. A desigualdade,

assim, continua sendo uma marca do Nordeste do Brasil, no que se refere à renda e condições de trabalho.

A partir de 2003, reorientações no governo federal trariam mudanças positivas para a região Nordeste do Brasil. Os governos capitaneados pelo Partidos dos Trabalhadores foram marcados pela ampliação do papel do Estado, através da instituição de um grande número de políticas públicas, que visavam a transferência de renda e a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais. Durante o período, ganham destaque a política de valorização do salário-mínimo, o Bolsa-Família, o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos. Foram realizadas também grandes obras de infraestrutura, através do lançamento do PAC I e do PAC 2. Grande parte desses investimentos aconteceu na região Nordeste, que apresentou índices de crescimento econômicos superiores à média nacional, bem como a melhora de indicadores relativos ao mundo do trabalho. Porém, a discrepância entre os desempenhos regional e nacional continuou perdurando. Também remonta a esse período uma grande expansão do ensino universitário e técnico no Nordeste.

Os impactos socioeconômicos dessas mudanças se fazem sentir ainda na geração que ingressou no mercado de trabalho nos anos 80, pois é nesse momento da história do país que boa parte deles conquista melhorias das condições sociais e laborais, como a efetivação no setor público, o primeiro emprego registrado, a ampliação da renda e a conclusão do curso superior. Porém, esses avanços não alcançam a trajetória de todos, e na maioria das vezes também não eliminam os problemas das relações laborais. Em resumo, as características estruturais que marcam a história da formação do mercado de trabalho no Nordeste continuam tendo grande peso, e apesar dos grandes avanços observados recentemente no período neodesenvolvimentista, estamos ainda longe de eliminar as desigualdades e proporcionar boas condições laborais para todos.

Curiosamente, os entrevistados com idade para ingressar no mercado de trabalho a partir do ano 2000, cujos relatos compõem o capítulo V, parecem ter colhido menos benefícios das medidas adotadas pelo governo neodesenvolvimentista do que os trabalhadores da geração anterior, com exceção no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, proporcionalmente

maior no grupo mais jovem. Porém, ao abordar as formas de trabalho presentes na trajetória dessas pessoas, é preciso levar em conta também a derrocada política e econômica que se instaura após 2015 e os efeitos da pandemia de COVID19. De qualquer maneira, a impressão geral é de que a obtenção de um primeiro emprego fora das condições de informalidade e precariedade ficou ainda mais difícil na geração presente.

Para aqueles dessa geração que não conseguiram uma inserção estável no mercado de trabalho, grande maioria dos casos, o período pós-2015 seria ainda pior. Após o golpe que resultou no impeachment de Dilma Rousseff, o que se observa no país é um novo encolhimento do Estado, extinção de políticas sociais e retrocessos na legislação trabalhista. A recessão econômica também se agravou e o desemprego aumentou ainda mais. O processo de desindustrialização iniciado nos anos 90 com a abertura comercial se intensificou assim como a privatização de empresas públicas. A área trabalhista também apresentou piora dos índices, não só na oferta de emprego, mas também no que diz respeito à remuneração e qualidade dos trabalhos.

A partir de 2020, a situação foi agravada pela pandemia de COVID19. Apesar de atingir todos os trabalhadores, a crise sanitária teve efeitos piores sobre aqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade. Tendo o Nordeste historicamente piores condições laborais em relação ao restante do país, os impactos foram mais graves na região, reforçando as desigualdades intra e inter-regionais já presentes. Contribuiu para isso a omissão do Estado tanto no que diz respeito a medidas de combate à doença como também na demora para a instituição de políticas públicas de seguridade social e distribuição de renda para os mais vulneráveis. No relato dos trabalhadores, a piora da situação econômica e a diminuição das oportunidades de emprego durante a pandemia foi apontada por quase todos, autônomos, informais e pequenos empreendedores.

Se o que foi colocado até agora ajuda a explicar a razão do trabalho precário ser uma condição permanente nas trajetórias dos trabalhadores dos Vale do Mamanguape, bem como a diferenciação da condição laboral em relação a outros lugares do país, fator de relevância para a perpetuação das desigualdades, ainda é preciso pensar em como superar esses problemas. A

resposta é complexa, e não há receita mágica para lidar com a situação. Porém, através do estudo realizado, tentaremos apontar alguns caminhos possíveis.

As poucas políticas de transferência de renda levadas a cabo na história do país mostram ter um papel importante para o desenvolvimento das regiões com maiores problemas socioeconômicos. Além de possibilitar condições mínimas para a manutenção do núcleo doméstico das famílias em situação de vulnerabilidade, têm efeitos benéficos que extrapolam o caráter emergencial. Facilitam o acesso dos mais jovens aos estudos, criam condições para que os integrantes da família busquem um trabalho e possibilitam o engajamento a atividades laborais menos precárias e espoliativas. Têm também um impacto significativo nas economias locais, pois ao incrementar os níveis de consumo, criam um círculo virtuoso que pode resultar em geração de novos empregos e pequenos empreendimentos. No mesmo sentido, uma política de valorização do salário-mínimo é igualmente salutar, já que a incidência da remuneração mínima é maior em regiões de economia menos pujante como o Nordeste, tendo assim os mesmos efeitos.

É também necessária a criação de mecanismos que equalizem as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. Qualificação, educação formal, ensino técnico e superior, ainda que muitas vezes não resultem em um melhor posicionamento no mercado laboral, são sem dúvida diferenciais que impedem o acesso de muitos trabalhadores aos melhores empregos. No mesmo sentido, se mostram necessárias políticas que apaziguem outros marcadores sociais de diferença. É ainda notável a diferenciação no mercado de trabalho entre negros, mulheres, homossexuais, e outros grupos historicamente alvos de discriminação. Políticas de cotas, campanhas de combate à discriminação e o incentivo à contratação dessas populações pelas empresas e pelo poder público são medidas imprescindíveis para a reparação dessas discrepâncias que constituem uma dívida histórica nacional.

Porém, todas essas medidas serão ainda insuficientes, sem uma recolocação do Nordeste na estrutura produtiva do país. Décadas de integração submissa relegaram a região a um papel acessório ao grande capital nacional e internacional, e ainda que alguns grandes empreendimentos tenham se instalado no Nordeste nos últimos anos, estes na maioria das vezes constituem

enclaves que pouco impacto tiveram no entorno, localidades de economia estagnada onde a baixa qualidade dos empregos impera. Isso sem levar em conta a grande massa de trabalhadores rurais ainda à margem da regulação do trabalho.

A desconcentração e a desespecialização das atividades econômicas regionais, a integração produtiva equânime à economia nacional e a generalização do assalariamento formal (em condições semelhantes às das outras regiões do país), são imperativos para o combate às desigualdades intra e inter regionais que atingem o Nordeste. Assim sendo, medidas de caráter estrutural que reconfigurem a posição do Nordeste na economia nacional constituem a mais urgente das necessidades, sem as quais as outras políticas de remediação continuarão funcionando como paliativos. É a partir daí que poderemos pensar em mudanças permanentes, e na superação das dificuldades históricas que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo nos chamados países periféricos, como as desigualdades regionais e a heterogeneidade dos mercados de trabalho.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, é imprescindível também a retomada das lutas trabalhistas e o fortalecimento das organizações sindicais, bem como reformulações nas legislações laborais e uma maior fiscalização dos órgãos públicos. O respeito aos direitos trabalhistas, principalmente na região Nordeste, onde a violência patronal é uma marca histórica, só pode acontecer plenamente através de uma menor diferenciação da correlação de forças entre patrões e empregados, tendo o Estado um papel fundamental não só na criação de medidas que assegurem uma distribuição mais justa da renda do trabalho, mas também para coibir burlas às regulamentações laborais.

Por fim, é preciso que essas medidas sejam implementadas não através de uma política de governo, mas sim através de uma política de Estado, pois a reversão dos avanços conquistados durante os governos neodesenvolvimentistas na história recente mostra que ações pontuais podem ajudar a remediar a situação, porém não eliminam os problemas. E o Estado, à frente desse movimento, deve assumir que o desenvolvimento e o enriquecimento do país não passam necessariamente pelo empobrecimento e pela espoliação da região Nordeste e de suas populações, como desejam

frações oportunistas e retrógradas das burguesias nacional e internacional. Mais do que isso, se a meta da política desenvolvimentista legalista é tirar para a nação o melhor aproveitamento do regime do capital, levando ao limite a perspectiva reformista, é importante também recolocar estruturalmente as classes populares na conta, como grande força motriz não só do trabalho, mas também do consumo, sem a qual nenhuma economia de mercado se sustenta no longo prazo.

7. Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Giovanni. **TRABALHO E SINDICALISMO NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO DA “DÉCADA NEOLIBERAL (1990-2000)**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. **Notas sobre a família num grupo de operários têxteis**. In: Lopes, José Sergio et al. Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação. Estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, Maria Rosilene Barbosa. **Constituição da família e trabalho industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão; VASCONCELOS, Severina Maria Oliveira de. **Mamanguape 150 Anos: uma cidade histórica**. Paraíba: Prefeitura Municipal de Mamanguape, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental: o rio Mamanguape**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1957.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc., São Paulo, nº 107, p.405-419, jul./set. 2011.

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; LIMA, Sergio Ricardo Ribeiro de. **Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba**. Raízes, Paraíba, Ano XVIII, Nº19, p.88-100, maio 1999.

ARAÚJO, Juliana Bacelar de. **Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho**. In: Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **Regimes de acumulação e trabalho no Brasil e as transformações do Nordeste, 1850-1980**. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RODGERS, Gerry (org.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. **Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica**. *Estudos avançados*, v. 30, n. 87, p. 103-121, 2016.

CARDOSO, A. M. **Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998.

CARDOSO, A. M. **Os deserdados da indústria: um estudo sobre seus riscos e seus ativos no mercado de trabalho**. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 2, n. 4, 2000.

CARDOSO, A. M. **Transições ocupacionais e mercados de trabalho intermetropolitanos: os casos de Rio de Janeiro e São Paulo**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, 2012.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. **Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos na indústria brasileira**. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, v. 7, n. 13, p. 17-52, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo Quinze; São Paulo: Unesp, 1998.

CARIOLA, Cecilia. **Crisis, sobrevivencia y sector informal**. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1989.

_____, Cecilia. **Sobrevivir en la pobreza: el fin de una ilusión**. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1992.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750-1808**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CASASSUS, Cecilia Montero. **El uso del método biográfico en el estudio de trayectorias sociale precarias**. In: Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales. LULLE, Thierry; VARGAS, Pilar; ZAMUDIO, Lucero (org.). Institut Français D'études Andines, 1998.

CASQUEIRO, Mayara Silva; IRFFI, Guilherme; COSTA DA SILVA, Cristiano da. **A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais**. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis. **O Mercado do pequeno e a síndrome da informalidade: atividades informais e população de baixa renda no Nordeste**. In: Cad. Est. Soc., Recife, V. 3, n. 1, p. 65-74, jan/jun. 1987.

COLLIER, John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

CORREIA, Telma de Barros. **A indústria e o hábitat operário no Brasil**. In: PANET, Amélia et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: Unipê, 2002.

COSTA, Francisco Fábio Dantas da. **A DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO DO BAIXO MAMANGUAPE – LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2010.

COUTINHO, M. C. **Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação**. Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

DA SILVA, Uvanderson Vitor. **Velhos Caminhos, Novos Destinos: Migrante nordestino na Região Metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DOMBOIS, Rainer. **Trayectorias laborales en la perspectiva comparativa de obreros en la indústria colombiana y la industria alemana**. In: Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales. LULLE, Thierry; VARGAS, Pilar; ZAMUDIO, Lucero (org.). Institut Français D'études Andines, 1998.

DONATO, Eduardo. **Os Operários do Barão: um diálogo sobre imagens, memórias e condições de existência do operariado brasileiro a partir do caso de Rio Tinto no século XX**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

DONATO, Eduardo; DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa. **A agroindústria canavieira de Pernambuco e da Paraíba**. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RODGERS, Gerry (org.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

DRUCK, Graça. **A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL – alguns indicadores**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

DRUCK, Graça. **Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro**. In: Vêras de Oliveira, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens

às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. (no livro)

ECKERT, Cornelia. **Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)**. Curitiba: Appris, 2012.

FERREIRA, A. D. O.; AUED, B. W.; VENDRAMIN, C. R. **CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE JOVENS**. Trabalho & Educação, v.16, n. 1, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça e AMARAL, Manoela. **O CONCEITO DE INFORMALIDADE: um exercício de aplicação empírica**. Salvador: Cadernos CRH, 2004.

FRANCE Claudine de. Antropologia fílmica – uma gênese difícil, mas promissora. In: _____ (Org.). **Do filme etnográfico à antropologia fílmica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. **Cinema e antropologia**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

GEORGES, I.; e SILVA, C. F. **A naturalização da precariedade: trabalho informal, 'autônomo' e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil)**. In: LIMA, Jacob Carlos (Org). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Editora Anablume, 2008.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

GERHEIM, Marcia Souza. **GESTÃO EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO E TRABALHO: um estudo sobre ser professor no setor de ensino privado**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GÓES, Raul de. **Um sueco emigra para o nordeste: vida, obra e descendência de Lundgren**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Obreros y movilidad social en Bahía, Brasil - Un análisis de trayectoria social**. In: Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales. LULLE, Thierry; VARGAS, Pilar; ZAMUDIO, Lucero (org.). Institut Français D'études Andines, 1998.

GUIMARÃES, N. A. **Novas formas, novas medidas? Desemprego, trajetórias ocupacionais e experiência na produção de informações**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v.20, n.4, p.103-126, out./dez. 2006.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A.; COMIN, A. A. **TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES ENTRE JOVENS BRASILEIROS: Pode a expansão eludir as desigualdades?** Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v.39, n.03, p. 475-498, SET.–DEZ. 2020.

GUIMARÃES, N. A.; ANDRADA, A. C. S.; PICANÇO, M. F.; VIEIRA, P. P. F. **Trajetórias, atributos e relações. Representações sobre redes e obtenção de trabalho.** Redes- Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, 22(6), p. 106-146, 2012.

GUIMARÃES, N. A., VIEIRA, P. P. F. **As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome.** Estudos Avançados, 34 (98), p. 7-23, 2020.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajetória econômica de uma região periférica.** ESTUDOS AVANÇADOS, 11 (29), 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA.** São Paulo: Vértice, 1990.

HERNÁNDEZ, Maricarmen; LAW, Samuel; AUYERO, Javier. **How Do the Urban Poor Survive? A Comparative Ethnography of Subsistence Strategies in Argentina, Ecuador, and Mexico.** USA: Qualitative Sociology, 2021.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. **Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4, n. 11, 1989.

INVERNIZZI, N. **Empregos precários no setor terciário: Estudo de trajetórias ocupacionais de trabalhadores em risco de exclusão.** Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n.1, p. 35-45, 2002.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; OLIVEIRA, Roberval Passos de; XAVIER, Shirlei da Silva; COSTA, Alane Mendara da Silva; ARAÚJO, Gustavo Ribeiro de; SANTANA, Vilma Sousa. **Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 13, n. 1, 2008

JARDIM, Maria Chaves. **A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): consensos e conflitos.** Revista Sociedade e Estado, v.30, n.1, 2015.

JELIN, Elizabeth. **Las tramas del tiempo : Familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

LADOSKY, M. H.; OLIVEIRA, V. de. **O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho.** Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 147–170, 2014.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; VASCONCELOS, Leonardo Siqueira. **A evolução da população ocupada com nível superior no mercado de trabalho.** Ipea, Carta de conjuntura, n. 41, 2018.

LEIBANTE SILVA, Thiago. **Trabalho, construção civil e informalidade: um estudo sobre trabalhadores de pequenas obras**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LEITE LOPES, José Sergio. **O Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____, José Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: EDUNB, São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

LEITE, Márcia. **O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades**. Caxambu: Anais do Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

_____, Márcia. **O trabalho no Brasil dos anos 2000: Duas faces de um mesmo processo**. In: Roberto Veras; Darcilene Gomes; Ivan Targino. (Org.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho. Das origens às novas abordagens. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Editora Massangana, 2011, v. , p. 29-64.

LIMA, Jacob. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?** Sociologias V.12, N. 25, Porto Alegre, 2010.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. **Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste**. In: REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE. Fortaleza, v. 36, nº 1, p. 20-42, jan-mar. 2005.

LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro. **MODERNIZAÇÃO E CRISE NO SETOR SUCROALCOOLEIRO DA PARAÍBA, 1970-1997**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades – Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1997.

LIPIETZ, A. **FORDISMO, FORDISMO PERIFÉRICO E METROPOLIZAÇÃO**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1989.

_____. **O mundo do pós-fordismo**. Revista Eletrônica Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, v. 24, n. 4, 1997.

LOMNITZ, Larissa A. de. **CÓMO SOBREVIVEN LOS MARGINADOS**. México: Siglo Vientiuno Editores, 1975.

LOPES, Juarez Brandão. **O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação**. Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho, a. 16, n. 25, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANCINI, Fiorella. **The Qualitative Longitudinal Research. An application to job insecurity in the life course.** Instituto de Investigaciones Sociales - UNAM. 2016.

MELLO, José Octávio de A. **Arqueologia industrial e cotidiano em Rio Tinto.** In: PANET, Amélia et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: Unipê, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba (migração, família e reprodução da força de trabalho).** Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 17, 2007.

MORAES, Alana. **Da casa à feira: trabalho independente e estratégias econômicas no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.** In: Vêras de Oliveira, Roberto; Santana, Marco Aurélio (Orgs.). Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões.** Brasília: Nead, 2008

MORAIS, José Jassuipe da Silva. **Educação entre tornos, notas e salários: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto/PB (1944-1967).** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

_____. **HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTADAS POR EX-OPERÁRIOS DA COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO (1946-1988).** In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, ARACAJÚ. ANAIS DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. ARACAJU: UFES, 2008.

_____. **Escola do SENAI de Rio Tinto – PB: representações da cultura escolar para a fábrica e a profissionalização masculina.** II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Entre a capital, o serão e o mar: trajetos e cidades na Paraíba.** In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, João Maria de; ARAÚJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério. **Panorama da Economia Criativa no Brasil.** Texto para Discussão 1880. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RAMALHO, José Ricardo; ROSENFELD, Cinara. **A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais**. BIB, São Paulo, n. 90, 2019

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; LADOSKY, Mário Henrique; DONATO, Eduardo; DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; SILVA, Bárbara Maria Costa e; NASCIMENTO, André Paulo do. **O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros de Pernambuco por direitos**. In: Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. LEITE LOPES, José Sergio; HEREDIA, Beatriz (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Caminhos do desenvolvimento regional: da SUDENE à guerra fiscal**. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RODGERS, Gerry (org.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

_____, Roberto Vêras de. **O Nordeste nos tempos das políticas neodesenvolvimentistas**. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RODGERS, Gerry (org.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

_____, Roberto Vêras de. **Implicações regionais dos reveses socioeconômicos do Brasil atual**. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RODGERS, Gerry (org.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional**. Contraponto (Rio de Janeiro), v.2, n.2, p.103-114, 1977.

PANET, Amélia. **História, Arquitetura e Configuração Espacial**. In: PANET, Amélia et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: Unipê, 2002.

PIRES, I. J. B.; JUNIOR, L. J. B. M. **Trajetórias Ocupacionais: o caso Nordeste. O público e o privado**, n. 11, Janeiro/Junho – 2008.

POCHMANN, Marcio. **Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil**. Indicadores Econômicos, FEE, v. 26, n. 2, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga Moraes. **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice; Revistas dos Tribunais, 1988. p. 14-43.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RODGERS, Gerry. **Regime de trabalho e condição laboral: uma nova abordagem.** In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RODGERS, Gerry (org.). *Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil.* São Paulo: Annablume, 2021.

RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine. **Precarious jobs in labour market regulation: The growth of atypical employment in Western Europe.** Switzerland: International Labour Organisation (International Institute for Labour Studies), 1989.

RODGERS, Gerry; RODGERS, Janine; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **A formação de um regime de trabalho desigual no Nordeste.** In: *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil.* RODGERS, Gerry; OLIVEIRA, Roberto Vêras de (org.). São Paulo: Annablume, 2021.

RODRIGUES COSTA, Luciano. **Trabalhadores em Construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na Construção Civil.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ROSENFELD, Cinara L. **Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho.** In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.30, nº89, p. 115-128, out. 2015.

SANTOS, Letícia de Carvalho. **O trabalho tecendo memórias: cotidiano das mulheres na cidade-fábrica de Rio Tinto (1948-2014).** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **À procura do trabalho intermitente no campo da música.** *Estud. sociol.*, Araraquara, v.16, n.30, p.177-196, 2011.

SELZ, Marion. **O raciocínio estatístico em sociologia.** In: PAUGAM, Serge (Org.). *A pesquisa sociológica.* Petrópolis: Vozes, 2015.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?** *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v.49, n.172, p.184-208, 2019.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **“Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)”.** Caderno CRH, Salvador, nº 37, p. 82-105, 2002.

SOUSA SILVA, Lidiany de. **O extinto núcleo fabril de Rio Tinto: do surgimento às relações de trabalho.** João Pessoa: Ideia, 2019.

TERRA, L. Muñiz. **Carreras y trayectorias laborales: Una revisión crítica de las principales aproximaciones teórico-metodológicas para su abordaje.** Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales, v. 2, n. 1, 2012.

http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5218/pr.5218.pdf

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B.; MONTENEGRO, R. F. **ECONOMIA, TRABALHO E RENDA NO NORDESTE BRASILEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI.** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE, ano XXI, v. 1, n.42, 2019.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIAS, B. G. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução.** São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

VALE, Eltern Campina. **Da aldeia da preguiça à ativa colmeia operária: o processo de constituição da cidade-fábrica Rio Tinto – Parahyba do Norte (1917-1924).** In: Revista Crítica Histórica. Alagoas, Ano III, n. 5, p. 60-80, jul. 2012.

YÁÑEZ, Lilibeth. **Trayectorias socio-ocupacionales y estructura del empleo en la provincia de Mendoza: La movilidad ocupacional como experiencia de vida de dos generaciones.** Observatorio Laboral, Informe 30, 2017.